A INSERÇÃO OCUPACIONAL DOS JOVENS NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS, MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

*Raul Luís Assumpção Bastos**

*Jéferson Daniel de Matos***

RESUMO

O artigo tem o objetivo de analisar a inserção ocupacional dos jovens no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Para tanto, faz-se um esforço de delimitação dos elementos constitutivos e das principais características da ocupação juvenil, com base em referências analíticas elaboradas pela literatura recente e experiências históricas concretas. Logo após, aborda-se este tema no âmbito da RMPA, de acordo com diferentes recortes, buscando-se apreender as múltiplas dimensões da inserção ocupacional dos jovens; procura-se, também, com base na regressão logística, estimar os efeitos de variáveis demográficas e socioeconômicas selecionadas sobre a probabilidade de um jovem estar ocupado na Região. Por último, nas considerações finais encontra-se um sumário das principais conclusões do trabalho.

Palavras-chave: ocupação juvenil; estrutura ocupacional; mercado de trabalho metropolitano.

---

* Economista da Fundação de Economia e Estatística e Professor do Departamento de Economia da PUCRS. Doutor em Ciências Econômicas (Instituto de Economia – UFRJ).
bastos@fee.tche.br

** Estatístico da Fundação de Economia e Estatística e Professor do Instituto Metodista de Educação e Cultura. Mestre em Sensoriamento Remoto (UFRGS)
matos@fee.tche.br

1. Introdução

O propósito deste artigo é o de abordar a inserção ocupacional dos jovens no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

Conforme se reconhece, este grupo populacional experimenta uma fase particular do ciclo de vida, que corresponde ao processo de transição da escola para o trabalho. Nesse sentido, na medida em que avançam em termos etários, os jovens vão gradativamente ingressando no mercado de trabalho, tendo as suas primeiras experiências laborais. A esse respeito, colocam-se diversas indagações sobre este processo e as ocupações que os jovens têm tido condições de obter: (i) quais são as características fundamentais da inserção dos jovens na ocupação? (ii) eles têm tido acesso a postos de trabalho de qualidade ou, alternativamente, tem se ampliado a parcela relativa de jovens em ocupações precárias? (iii) como está distribuída, em termos setoriais, a ocupação juvenil? (iv) que fatores condicionam o êxito na obtenção de uma ocupação por parte dos jovens? (v) estas diferentes dimensões relativas à inserção ocupacional dos jovens têm apresentado mudanças relevantes ao longo do tempo? Em caso de uma resposta afirmativa a esta indagação, em que direção elas têm apontado?

Este artigo propõe-se trabalhar estas indagações a respeito da inserção ocupacional dos jovens no âmbito do mercado de trabalho da RMPA. No que segue, o estudo se encontra assim estruturado: a segunda seção procura delimitar os elementos constitutivos e as principais características da inserção ocupacional dos jovens, com base em referências analíticas elaboradas pela literatura recente e experiências históricas concretas; a terceira seção aborda a inserção ocupacional dos jovens na RMPA, de acordo com diferentes recortes, buscando apreender as suas múltiplas dimensões; procura-se, também, nesta seção, com base na regressão logística, estimar os efeitos de variáveis demográficas e socioeconômicas selecionadas sobre a probabilidade de um jovem estar ocupado na RMPA; e, por último, nas considerações finais, são sintetizadas as principais conclusões do artigo.

2. A inserção ocupacional dos jovens: uma delimitação de seus elementos constitutivos e de suas principais características

Os jovens apresentam características que lhes são próprias enquanto integrantes da população economicamente ativa. Dentre outros aspectos, este grupo populacional vivencia o processo de transição da escola para o trabalho, tendo que coadunar, com recorrência, duas atividades que lhe impõem exigências distintas. Em tal processo, os jovens evidenciam um *handicap* que lhes é específico, relativo à ausência de experiência anterior de trabalho, que condiciona, ainda que momentaneamente, as suas perspectivas de êxito na obtenção de uma ocupação no mercado de trabalho. Nesse sentido, coloca-se a necessidade de uma maior compreensão dos elementos constitutivos e das características do processo de inserção dos jovens no mercado de trabalho.

A primeira constatação a ser mencionada é a de que não existe uma única abordagem para o tratamento deste tema, conforme assinala Vincens (1999): pelo contrário, o uso de termos tão diversos quanto inserção, transição, entrada na vida ativa, trajetória e itinerário, revela antes uma multiplicidade de enfoques sobre o ingresso dos jovens no mercado de trabalho, o que poderia até mesmo colocar em questão a existência de um campo de investigação bem delimitado. Com base nesta percepção, ele irá defender uma abordagem sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho que contemple múltiplos aspectos (Vincens, 1998).

Na tentativa de buscar elementos que delimitem este fenômeno, Vincens (1999) propõe que o indivíduo seja considerado inserido no mercado de trabalho quando ele tiver obtido um emprego com determinadas características de continuidade e de número de horas trabalhadas, ou quando estiver exercendo busca efetiva de emprego. Colocando esta mesma abordagem em termos de uma coorte de jovens, ela seria considerada inserida quando uma proporção da mesma – a ser arbitrada – possuísse as características acima aludidas.

Vincens (1998) também argumenta no sentido em que se pode distinguir uma fase de inserção de outra de estabilização dos jovens no mercado de trabalho, sendo que a cada uma delas corresponderiam, por hipótese, indicadores distintos. Como decorrência desta compreensão, o primeiro emprego – vinculado à primeira destas fases – pode ser precário, não ajustado à formação e às expectativas do indivíduo, diferentemente do emprego reconhecido como definitivo – associado à última destas fases (Vincens, 1999).

De acordo com outra abordagem, o processo de inserção dos jovens no mercado de trabalho se encerra quando é contemplado, de forma alternativa, um dos seguintes aspectos (Trottier (1997) *apud* Lopez (2004)): (i) o indivíduo pára de dedicar tempo à procura de trabalho ou aos estudos necessários para obter um emprego; (ii) o indivíduo obtém um emprego que ele não tem a intenção de se desligar no futuro próximo; (iii) e o emprego obtido é aquele que o indivíduo deseja preservar, face à sua perspectiva inicial de trabalho, às informações que ele têm disponíveis e à concorrência existente no mercado de trabalho.

Por sua vez, Founder e Lefresne (2000) propõem que se diferenciem duas dimensões da inserção profissional dos jovens, uma denominada **relativa** e outra, **diacrônica**. A dimensão de inserção relativa é aquela em que os jovens irão se desfazer gradativamente de suas características específicas no mercado de trabalho, em comparação aos trabalhadores adultos. Já a dimensão diacrônica compreende os efeitos do tempo histórico sobre a inserção profissional dos jovens, com o que o seu próprio encerramento não poderia ser tomado como dado, mas sim como tendo os seus limites em permanente transformação.

Founder e Lefresne (2000) identificam as seguintes mudanças comuns observadas nos **sistemas nacionais de inserção**[1] dos países avançados: tendência de alongamento da escolaridade inicial; ocorrência de níveis elevados de desemprego, intensificando a concorrência entre os trabalhadores no mercado de trabalho; e a ocorrência de mudanças técnico-organizacionais que têm desorganizado a estrutura do emprego e de qualificações requeridas pelos jovens que estão ingressando no mercado de trabalho.

Nesse sentido, um aspecto que certamente molda os contornos do processo de inserção dos jovens no mercado de trabalho é o prolongamento da sua participação em atividades escolares (Vincens, 1999). Esse fenômeno, que tem sido observado na experiência internacional (Blanchflower e Freeman, 2000; OIT, 2000), tem como conseqüência a implicação de que os jovens retardam o seu ingresso no mercado de trabalho. Tal aumento do tempo de permanência dos jovens na escola e do seu nível de educação formal lhes propicia melhores condições de inserção em atividades laborais, o que deve ser reconhecido como algo socialmente positivo.

[1] Os autores definem um **sistema nacional de inserção** como "[...] o conjunto de normas e instituições que enquadram o acesso dos jovens à relação salarial em cada nação. Ele resulta da combinação própria a cada espaço nacional de dois subconjuntos: o sistema de articulação formação/emprego e o lugar dos jovens nos processos de mobilidade de mão-de-obra" (Founder e Lefresne, 2000, p. 119).

Ainda assim, cabe ponderar que a maior permanência dos jovens em atividades escolares tem sido observada em um contexto de alto desemprego. Isto, portanto, seria um dos elementos que Vincens (1998) se refere como caracterizando um regime de inserção de elevado desemprego. Assim, de acordo com este autor, tal ambiente também contribuiria para um alongamento da fase de inserção dos jovens no mercado de trabalho. Daí que não se possa interpretar que a maior permanência dos jovens na escola seja algo que esteja a revelar exclusivamente aspectos derivados de mudanças virtuosas em termos socioeconômicos.

Esta compreensão é também reforçada por Ryan (2001), quando este identifica que tem havido uma deterioração das possibilidades de emprego dos jovens nas economias avançadas, com ênfase especial para aqueles que possuem um menor nível de escolaridade. Este aspecto, conjugado à dificuldade de ajustar os jovens aos postos de trabalho, estaria contribuindo para o alongamento do processo de inserção no mercado de trabalho – ou, como denomina este autor, de transição da escola para o trabalho.

Nesse contexto, um aparente paradoxo sobre as dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho é o de que a demanda de trabalho tem apresentado um comportamento, em princípio, favorável à ocupação juvenil, pois valoriza a educação formal, a qual tem avançado entre os integrantes deste grupo populacional (Ryan, 2001). Não obstante, como destaca Ryan (2001), as habilidades (*skills*) dos indivíduos são constituídas não só pela educação formal, mas também pela experiência, sendo esta última um claro *handicap* evidenciado pelos jovens. Se a mudança na demanda de trabalho orientada à valorização das habilidades torna menos substituíveis os seus dois componentes, isto poderia gerar um efeito negativo sobre as perspectivas ocupacionais dos jovens (Ryan, 2001). De acordo com Ryan (2001), existe algum respaldo empírico para a confirmação desta hipótese de interpretação da situação ocupacional dos jovens em países da Europa como a França e a Suécia, pois tem aumentado a proporção de trabalhadores experientes em ocupações qualificadas (*skilled occupations*).

Outro elemento a ser assinalado sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho refere-se à mobilidade interempresas por eles apresentada. De acordo com Vincens (1998), sob um regime de inserção de alto desemprego, a expectativa é a de ocorrência de elevada mobilidade dos jovens trabalhadores entre as empresas, o que reduz ainda mais, no início da vida ativa, o tempo de permanência no emprego. Trata-se de uma situação em que as relações de trabalho se tornam nitidamente instáveis, o que prejudicaria a possibilidade de aquisição de experiência e de competências no local de trabalho por parte dos jovens.

Todavia, em um ambiente no qual a instabilidade torna-se uma norma mais geral das relações de emprego, a própria noção de inserção poderia ter o seu conteúdo questionado, conforme argumenta Vincens (1999, p. 8):

> Em uma sociedade diferente, na qual a maioria dos ativos estaria submetida à lei da instabilidade, do encadeamento de períodos de trabalho e não trabalho, sem considerações de idade e de diploma, a noção de inserção perderia sentido.

Dentro de certos limites, em uma perspectiva que apresenta elementos em comum com a visão acima esboçada, Marchand (2004, p. 65) chega a propor a seguinte indagação sobre o papel que os jovens poderiam estar passando a representar para as normas de inserção no mercado de trabalho nas economias avançadas:

> [...] a mão-de-obra juvenil não joga um papel de vetor de transformação estrutural das normas de emprego e de emergência de novos modelos de gestão do emprego e de mobilidade caracterizados por uma forte insegurança desigualmente distribuída?

Tal indagação sobre a participação dos jovens no mercado de trabalho já havia sido avançada como hipótese por Founder e Lefresne (2000). Para esses autores, os resultados do seu estudo comparativo entre seis nações européias estariam a recomendar que se superasse a noção de inserção profissional enquanto um período simples de transição, no qual as características que são próprias aos jovens tenderiam a desaparecer a partir de determinado momento, quando os integrantes deste grupo populacional passassem a acessar um emprego. Neste sentido, Founder e Lefresne (2000, p. 115) propuseram uma hipótese interpretativa alternativa desde processo, a de que "[...] os jovens serão os vetores de introdução de novas formas de emprego, mais ou menos flexíveis, suscetíveis de se difundirem com a renovação de gerações." Portanto, de acordo com esta interpretação, estaria ocorrendo uma transformação mais ampla das normas de emprego, sendo que as trajetórias de inserção dos jovens, caracterizadas pela instabilidade e pela fragmentação, se constituiriam em um eixo de referência para as mudanças.

Este ambiente parece conferir um papel contraditório à população jovem em termos de estruturação das normas de inserção no mercado de trabalho (Founder e Lefresne, 2000). Isto se deve a que, por um lado, as mudanças têm se dado em um contexto em que atributos que os jovens detêm – como a adaptabilidade e a capacidade de resposta aos problemas colocados no ambiente de trabalho, bem como as aspirações à formação e à mobilidade – são valorizados. Mas, por outro, se observa concomitantemente uma fragilização das relações de trabalho, a difusão de práticas de desclassificação[2] da população ocupada e a pressão pela redução dos salários, que se constituem em situações experimentadas com recorrência pelos jovens (Founder e Lefresne, 2000).

Outra dimensão que permite avançar na compreensão da inserção dos jovens no mercado de trabalho está vinculada às características setoriais da ocupação deste segmento populacional (Founder, 1999; Lefresne, 1999; Moncel, 1998). De acordo com os resultados de estudo de Moncel (1998), que privilegia este recorte de análise para a realidade da França, as atividades que possuem relações de trabalho mais estáveis – principalmente no âmbito da indústria – vêm apresentando declínio de sua parcela relativa no emprego juvenil, enquanto aquelas que evidenciam formas de gestão mais flexíveis do trabalho – neste caso, atividades inseridas no comércio e nos serviços – estão expandindo as suas participações no emprego dos jovens. Nesse sentido, as evidências proporcionadas por este estudo também apontam para mudanças que estão fazendo com que as relações de trabalho desse segmento populacional se tornem mais instáveis.

No que se refere ao tratamento setorial da ocupação juvenil, Lefresne (1999) argumenta que a redução da parcela relativa de jovens no emprego na França, se por um lado está associada à maior permanência em atividades escolares e à queda da sua taxa de participação, por outro também revela a seletividade do mercado de trabalho, que se fundamenta em estratégias de gestão de mão-de-obra com claros contornos setoriais, nas quais a idade se constitui uma variável discriminante. Assim, de acordo com seu estudo,

[2] Por desclassificação entende-se uma situação em que o indivíduo se encontra em um posto de trabalho que requer nível de educação formal aquém daquele que ele de fato possui. A este respeito, ver Founder e Lefresne (2000) e Lefresne (1999).

a evolução da situação dos jovens no mercado de trabalho se expressa por uma transformação na estrutura etária do emprego, a qual é diferenciada conforme os setores de atividade econômica (Lefresne, 1999).

Nesta perspectiva de análise, o estudo sobre os países da OCDE de Blanchflower e Freeman (2000) reforça o entendimento de que os jovens se encontram representados de uma forma desproporcional em atividades do Terciário, tais como hotéis, restaurantes e comércio. Além disso, quando os jovens são desagregados por sexo, constata-se que a construção civil, no caso dos homens, e a saúde, no das mulheres, são outras duas atividades altamente intensivas em jovens. Isto leva os autores à conclusão de que as perspectivas dos jovens no mercado de trabalho são condicionadas criticamente pela expansão de um número limitado de setores, em todos os países (Blanchflower e Freeman, 2000).

Em consonância com está compreensão, Couppié e Mansuy (2004) afirmam, com base nos resultados empíricos de seu estudo sobre a realidade européia, que os setores de atividade se apresentam com graus diferenciados de seletividade aos iniciantes no mercado de trabalho.[3] Isto os leva a defender a idéia da existência de barreiras à entrada aos jovens em determinados segmentos do mercado de trabalho, o que implicaria o seu confinamento em um número reduzido de atividades, comparativamente à população adulta. Como decorrência, este fenômeno poderia ser reconhecido como um indicador de dificuldade de acesso a determinados segmentos do mercado de trabalho, ampliando o risco de desemprego entre os jovens.

Tendo em mente o escopo setorial de análise, Lefresne (1999) identifica na França a ocorrência de uma redução generalizada dos salários relativos dos jovens, comparativamente aos adultos. Mas a explicação desta evolução não deve estar assentada exclusivamente em uma abordagem setorial do emprego juvenil: a esta necessita ser incorporada a expansão das formas atípicas de emprego, como o emprego em tempo parcial e o temporário. Neste sentido, a inserção ocupacional dos jovens em setores cujo modo de gestão do trabalho leva à precarização, combinada à emergência das formas atípicas de emprego, estaria favorecendo a redução dos salários relativos dos jovens. Para Lefresne (1999, p. 221), "[...] esse processo resulta de um impacto específico sobre os jovens da flexibilização salarial."

Em termos de normas de inserção dos jovens no mercado de trabalho, o mais relevante a se reter, do que está acima exposto, pois poderá ter implicações mais gerais sobre a situação dos jovens no mercado de trabalho, extrapolando a realidade daquela experiência histórica particular, é que

> A degradação da situação relativa dos jovens não se traduz somente em um "efeito idade", por natureza transitório; ela traduz as evoluções de uma relação salarial em transformação e induz com ela uma profunda mutação das relações intergeracionais (Lefresne, 1999, p. 221).

Quanto às tendências observadas na América Latina, se constata uma melhora do nível educacional dos jovens assim como a sua maior permanência em atividades escolares, entre os anos 1990 e o início dos 2000 (CEPAL, 2004, Cap. V). Todavia, isto não significou uma redução da proporção daqueles que necessitavam coadunar estudo e trabalho na Região: assim, a parcela relativa de ocupados de 15 a 19 anos que também

[3] No estudo de Couppié e Mansuy (2004, p. 148), são definidos com iniciantes no mercado de trabalho os jovens que encerraram os estudos há menos de cinco anos.

estudava aumentou de 26,6% em 1990 para 34,5% 2002, e entre os ocupados de 20 a 24 anos, de 14,9% para 19,9%, nesses mesmos anos (CEPAL, 2004, Cap. VI).

No âmbito setorial, o Terciário – neste caso, nas atividades de comércio, hotéis e restaurantes – têm grande importância para as perspectivas ocupacionais dos jovens da Região (CEPAL, 2004, Cap. VI). Já a agricultura e a indústria têm perdido importância relativa na ocupação dos países latino-americanos. No que se refere à indústria, esta tendência de redução da participação relativa na ocupação dos jovens pode estar contribuindo para a perda da qualidade do emprego, pois este setor, de modo geral, gera postos de trabalho de melhor qualidade comparativamente aos demais.

Outro aspecto que caracteriza a inserção ocupacional dos jovens na América Latina é a concentração dos integrantes deste grupo populacional em atividades de baixa produtividade,[4] bem como o aumento da parcela relativa destas ocupações[5] entre os anos 1990 e o início dos 2000 (CEPAL, 2004, Cap. VI). Nesse sentido, entre os jovens de 15 a 19 anos, a participação relativa na ocupação em atividades de baixa produtividade elevou-se de 63,3% em 1990 para 69,1% em 2002, e entre os jovens de 20 a 24 anos, de 46,8% para 49,4% (CEPAL, 2004, Cap. VI). Estas evidências vão ao encontro da afirmação de Tokman (1997) de que, na América Latina, a maior parte dos jovens que ingressam no mercado de trabalho tem uma inserção precária em termos ocupacionais.

A origem socioeconômica se destaca também como condicionante das perspectivas de inserção no mercado de trabalho dos jovens nos países da América Latina (CEPAL, 2004, Cap. VI). Assim, os jovens oriundos de domicílios de baixos rendimentos encontram-se em uma condição de maior vulnerabilidade em relação aqueles cuja origem são domicílios de rendimentos mais elevados. Como decorrência, esta situação se consubstancia no fato de que os primeiros evidenciam, comparativamente aos últimos, em seu processo de inserção no mercado de trabalho, maior concentração em atividades informais e em empregos sem cobertura dos sistemas de proteção social. Isto pode ser ilustrado, em termos aproximados, pela proporção de jovens em ocupações de baixa produtividade em domicílios do 1º quintil de rendimentos *per capita*, em 2002, 70,5%, contra 38,2% em domicílios do 5º quintil de rendimentos *per capita* (CEPAL, 2004, Cap. VI).

O estudo da CEPAL (2004, Cap. VI) também identifica a existência, na América Latina, de uma correlação negativa entre o nível de escolaridade dos jovens e a sua inserção em atividades de baixa produtividade, mostrando que aqueles com menores níveis de educação formal estão muito mais concentrados neste tipo de atividade. Este aspecto, combinado à origem socioeconômica, parece dar suporte à proposição de Tokman (1997, p. 9) de que

> Jovens provenientes de domicílios pobres, forçados a ingressar prematuramente no mercado de trabalho, possuem baixa escolaridade e por isso devem optar muitas vezes entre o desemprego e a inserção precária. Se reproduz então um círculo vicioso de baixos rendimentos e se interrompem os dois canais mais importantes para progredir e diminuir a pobreza: o acesso à educação e à mobilidade no mercado de trabalho.

[4] De acordo com o estudo da CEPAL (2004, p. 221), os setores de baixa produtividade correspondem às atividades dos trabalhadores por conta própria e não remunerados sem qualificação profissional ou técnica, aos ocupados em microempresas e aos empregados domésticos.

[5] Esta segunda tendência é também observada entre a população adulta de 30 a 64 anos (CEPAL, 2004, p. 222).

Em sua análise da inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro nos anos 1990, Pochmann (2000, p. 35) destaca o crescimento significativo da ocupação por conta própria e a redução do emprego assalariado entre os membros desse segmento populacional.[6] De acordo com o estudo, nesse período, entre os jovens, ocorreu um aumento de aproximadamente 50,0% dos ocupados por conta própria, enquanto o emprego assalariado desse contingente etário recuou 23,0%. A conseqüente alteração de peso relativo entre as duas posições na ocupação implicou maior instabilidade na trajetória profissional dos jovens.

Outra indicação de deterioração da situação dos jovens no mercado de trabalho do país nos anos 1990 foi a redução relativa dos trabalhadores com contrato de trabalho com registro legal (Pochmann, 2000, p. 37). Nesse sentido, em 1998, 34,7% dos assalariados jovens tinham carteira de trabalho assinada, percentual esse que se situava em 47,3% no final dos anos 1980. Com essa mudança, portanto, reduziu-se o grau de proteção social aos assalariados jovens do país, pois a ausência do registro em carteira de trabalho elimina o acesso a uma série de direitos e garantias legais.

O estudo de Camarano *et al.* (2001) procura analisar a evolução da inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro nos anos 1980 e 1990, contemplando as diferenças observadas entre os sexos.[7] Neste trabalho, pode-se apreender a deterioração da situação dos jovens no mercado de trabalho pela redução relativa daqueles que eram assalariados com carteira de trabalho assinada (Camarano *et al.*, 2001, p. 37). Para os jovens de sexo masculino, a proporção de assalariados com carteira de trabalho assinada se reduziu de 38,5% em 1981 para 34,3% em 1999, e entre os de sexo feminino, de 40,9% para 37,8%, nesses mesmos anos. Houve, portanto, avanço na desregulamentação das relações de trabalho entre os jovens de ambos os sexos no país e, conseqüentemente, piora na qualidade do emprego.

O recuo na proteção social aos jovens também foi captado pela evolução da parcela relativa dos contribuintes para a previdência social (Camarano *et al.*, 2001, p. 38). A parcela relativa de jovens de sexo masculino que contribuíam para algum regime previdenciário se reduziu de 42,2% em 1981 para 35,6% em 1999; no caso das mulheres jovens, a queda foi de 44,1% em 1981 para 40,9% em 1999. Pode-se perceber que a redução da proteção social, não obstante tenha atingido ambos os sexos, se mostrou mais intensa para os homens jovens em relação às mulheres jovens.

No âmbito das regiões metropolitanas do país, estudo do DIEESE (2001) evidencia que os jovens ocupados estão inseridos no mercado de trabalho principalmente como trabalhadores assalariados.[8] A região metropolitana que registrava a maior parcela relativa de jovens ocupados na condição de empregados era a de Porto Alegre, com 79,4%, e a menor, Recife, com 60,0% (DIEESE, 2001, p. 156). Quanto a esse contingente ocupacional, destaca-se que uma parte significativa não possuía a carteira de trabalho assinada: em Salvador, os assalariados jovens sem carteira representavam 24,5% da ocupação juvenil e, em Porto Alegre, 17,4%. Estas evidências,

[6] Esta parte do estudo de Pochmann (2000) utiliza como principal fonte empírica a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE.

[7] A base empírica desse estudo é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, e o procedimento adotado pelas autoras é o de contrastar os indicadores do mercado de trabalho de 1981 com os de 1999.

[8] Este trabalho utiliza como base empírica a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada nas regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e no Distrito Federal. Como esta pesquisa foi iniciada em diferentes anos em cada uma destas regiões, o estudo concentrou o seu foco em 1999. Deve-se ainda assinalar que o estudo considera jovens os indivíduos na faixa etária de 16 a 24 anos.

adicionadas ao peso relativo do trabalho por conta própria e do trabalho doméstico, indicam haver incidência elevada de postos de trabalho precários entre os jovens.

Quanto ao padrão remuneratório dos jovens, estes possuíam rendimentos bastante inferiores aos observados, em média, nos mercados de trabalho metropolitanos (DIEESE, 2001, p. 159). A região metropolitana na qual a relação entre a remuneração juvenil e a média do mercado de trabalho era a mais elevada era a de Porto Alegre (55,6%), e a mais baixa, a do Distrito Federal (38,3%). De acordo com o estudo, os menores rendimentos dos jovens ocupados em relação à média do mercado de trabalho podem ser explicados pela menor qualificação – aqui entendida como uma combinação de educação formal e experiência – e pela inserção em postos de trabalho mais precários (DIEESE, 2001, p. 158).

Outro trabalho sobre os jovens ocupados nas regiões metropolitanas brasileiras mostra que a maior parcela relativa deles possuía escolaridade média completa, sendo que esta se situava entre 47,9% em São Paulo e 37,1% em Porto Alegre (DIEESE, 2006, p. 10).[9] Constata-se que uma proporção significativa de jovens ocupados tinha escolaridade fundamental incompleta (participações relativas entre 27,8% em Recife e 12,6% em São Paulo). Isto revela, em alguma medida, uma situação de atraso escolar, dado que se trata de indivíduos que possuíam de 16 a 24 anos, e que, portanto, deveriam ter pelo menos este nível educacional completo.

Nas regiões metropolitanas, no âmbito dos principais setores de atividade econômica, destaca-se amplamente a importância dos serviços para a ocupação juvenil: eles representavam entre 61,9% da mão-de-obra juvenil em Belo Horizonte e 46,2% em Porto Alegre (DIEESE, 2006, p. 11). Logo após, o comércio predomina como segundo setor de maior capacidade de absorção de jovens nas regiões metropolitanas. A esse respeito, cabe ressaltar que em duas regiões metropolitanas pesquisadas (Porto Alegre e São Paulo), a indústria detém essa posição, com parcelas relativas de jovens ocupados superiores às do comércio.

Na próxima seção, com base nesta delimitação de elementos constitutivos e de características da inserção ocupacional dos jovens, procura-se focalizar este tema no âmbito da RMPA.

3. A inserção ocupacional dos jovens na Região Metropolitana de Porto Alegre

Os propósitos desta seção são os de fazer uma caracterização da inserção ocupacional dos jovens na RMPA, bem como identificar as suas mudanças e permanências, através de comparações de diferentes aspectos da ocupação desse segmento populacional em 1995 e 2005. Procura-se, também, por meio da estimação de três modelos de regressão logística, fazer um exame dos fatores que condicionam o êxito de os jovens obterem uma ocupação no mercado de trabalho da RMPA.

Adota-se como delimitação da população jovem a faixa etária de 16 a 24 anos. Esta difere um pouco daquela da Organização das Nações Unidas e da Organização Internacional do Trabalho, que utilizam a faixa etária de 15 a 24 anos para delimitar esse segmento populacional (UN, 2003; OIT, 2006). Tal escolha deveu-se ao fato de que, no Brasil, a idade mínima de ingresso legal no mercado de trabalho, conforme a Constituição Federal, é a de 16 anos.

Emprega-se, também, o procedimento analítico de desagregar este segmento populacional por sexo, com o objetivo de identificar a existência de diferenças entre homens e mulheres jovens em sua inserção ocupacional. Para propósitos de apreensão

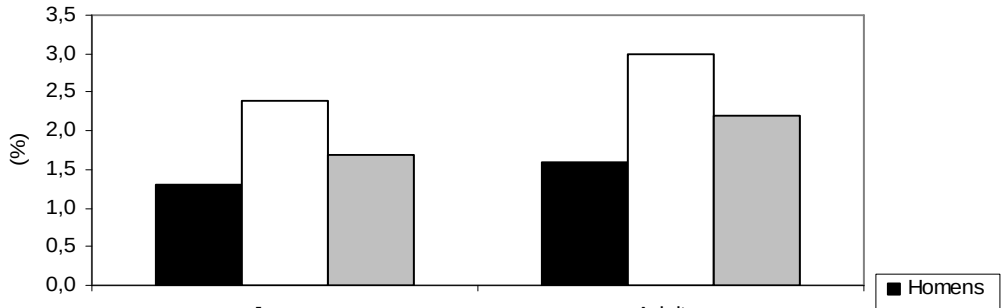
[9] Este estudo também tem como fonte empírica a Pesquisa de Emprego e Desemprego, sendo as regiões metropolitanas pesquisadas as mesmas identificadas na nota 8. Os jovens correspondem à faixa etária de 16 a 24 anos e os dados são relativos ao ano de 2005.

de especificidades da ocupação juvenil, procura-se, ainda, na subseção 3.1, contrastá-la com a dos adultos ocupados.[10]

3.1 Mudanças e permanências nas principais características da ocupação juvenil

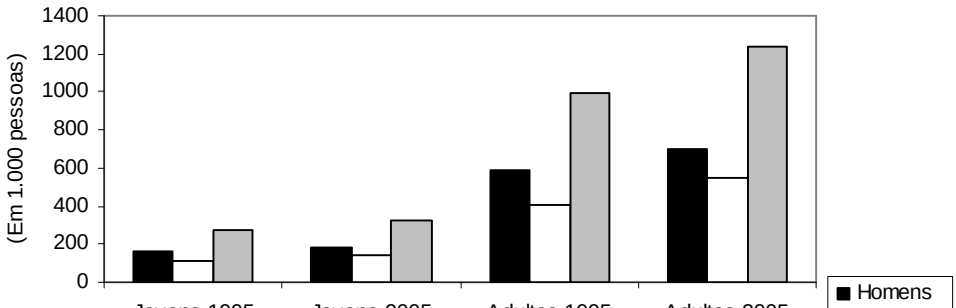
A ocupação juvenil na RMPA apresentou uma taxa média anual de crescimento de 1,7% no período 1995-2005, tendo se elevado de 271 mil ocupados em 1995 para 322 mil em 2005 (Gráficos 1 e 2). Este desempenho do nível ocupacional dos jovens esteve abaixo daquele observado entre a população adulta, cujo contingente de ocupados registrou uma taxa média anual de crescimento de 2,2%, elevando-se de 999 mil ocupados em 1995 para 1.242 mil em 2005 (Gráficos 1 e 2). Tanto para jovens quanto para adultos, a ocupação feminina teve um desempenho relativamente melhor do que a masculina no período 1995-2005: entre os jovens, a ocupação feminina registrou crescimento de 2,4% ao ano, e a masculina, de 1,3% ao ano; entre os adultos, os desempenhos foram de 3,0% ao ano e de 1,6% ao ano, respectivamente (Gráfico 1). Com esses comportamentos, os homens jovens haviam atingido, em 2005, 184 mil ocupados, e as mulheres jovens, 138 mil; entre os adultos, os homens passaram a se situar em 696 mil ocupados em 2005 e as mulheres, em 546 mil (Gráfico 2).

Gráfico 1
Taxas médias anuais de crescimento da ocupação, jovens e adultos, por sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre - 1995-2005



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS-SINE/RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Gráfico 2
Contingente de ocupados, jovens e adultos, por sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre - 1995 e 2005



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

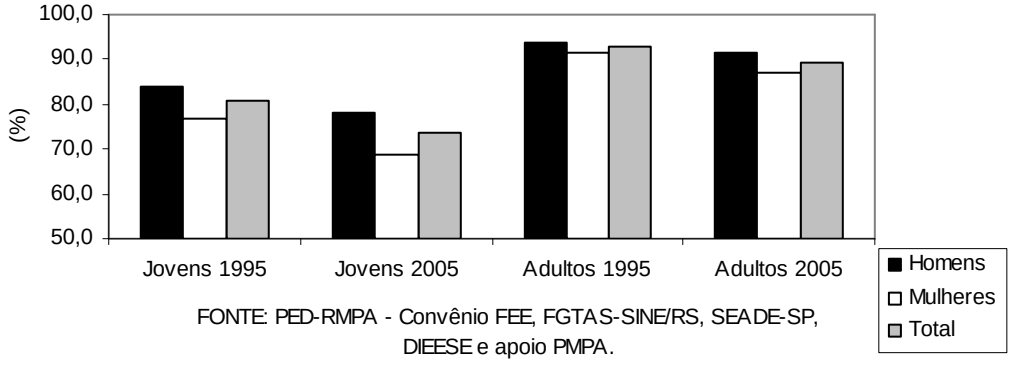
[10] Os adultos são definidos como os indivíduos de mais de 24 anos.

Esses dados revelam que a população jovem como um todo teve, no período em foco, na RMPA, maior dificuldade de obtenção de uma ocupação em relação à população adulta, por um lado. Por outro, no que se refere à desagregação por sexo da ocupação, embora as jovens tenham tido um desempenho melhor de seu nível ocupacional comparativamente ao segmento masculino, quando se toma como referência comparativa o grupo etário adulto, existe uma diferença de maior magnitude entre o desempenho ocupacional das mulheres jovens e o das mulheres adultas. É nesta diferença, principalmente, que se localiza a causa do desempenho da ocupação do segmento jovem ter sido inferior ao da população adulta.

A taxa de ocupação[11] dos jovens na RMPA situava-se em 73,7% em 2005, tendo evidenciado uma redução de 6,3 pontos percentuais em relação ao ano de 1995 (Gráfico 3). Isto significa que a PEA juvenil cresceu mais intensamente do que a ocupação no período, indicando dificuldade de o mercado de trabalho absorver a população juvenil na condição de ocupada. Todavia, não se pode afirmar que este tenha sido um problema específico aos jovens, pois também no caso dos adultos houve declínio da taxa de ocupação – ainda que tenha sido com menor intensidade –, para 89,4% em 2005. A esse respeito, o mais importante a destacar é que a taxa de ocupação dos jovens se encontra abaixo daquela dos adultos, o que reforça a compreensão de que os primeiros têm maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho metropolitano enquanto ocupados.

Constata-se que a taxa de ocupação se situa em nível mais elevado para os homens jovens comparativamente às mulheres jovens na RMPA, tanto ao início quanto ao final do período (Gráfico 3). Para ambos ocorreu declínio da taxa de ocupação, que atingiu 78,0% entre os homens jovens e 68,7% entre as mulheres jovens em 2005. Como a redução da taxa de ocupação foi mais acentuada entre as mulheres jovens *vis-à-vis* aos homens jovens, a diferença entre ambas elevou-se de 7,1 pontos percentuais em 1995 para 9,3 pontos percentuais em 2005. No caso da população adulta, também se constata que a taxa de ocupação é mais elevada entre os homens, bem como que houve declínio mais intenso deste indicador entre a população feminina. Tendo em vista que para ambos os grupo populacionais – jovens e adultos – o crescimento da ocupação foi superior entre as mulheres, estas evidências estão a indicar que a PEA feminina está pressionando mais intensamente o mercado de trabalho da RMPA.[12]

Gráfico 3
Taxa de ocupação, jovens e adultos, por sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre - 1995 e 2005



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS-SINE/RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

[11] A taxa de ocupação corresponde à relação entre o número de ocupados e a População Economicamente Ativa (PEA), sendo expressa em termos percentuais.

[12] O aumento da participação feminina no mercado de trabalho não é um fenômeno específico à RMPA. A esse respeito, ver Sabóia (2005) e IPEA (2006, Cap. 5).

Quanto à inserção dos jovens na estrutura ocupacional da RMPA, o primeiro aspecto a chamar atenção é que estes se encontram, em larga medida, na posição de trabalhadores assalariados (Tabela 1). Conforme se pode constatar, a participação do emprego assalariado na ocupação juvenil total atingiu 85,7% em 2005, estando 4,8 pontos percentuais acima da observada em 1995. No caso da população adulta, o emprego assalariado representava em 2005 uma parcela relativa menor da ocupação (62,3%), bem como esta apresentou redução em comparação ao início do período analisado (-1,4 ponto percentual). Entre os jovens, o aumento do emprego assalariado na ocupação deveu-se tanto ao desempenho do setor privado quanto do setor público, pois ambos elevaram as suas participações relativas na ocupação desse segmento populacional.

Tabela 1
Distribuição dos ocupados, jovens e adultos, por posição na ocupação e sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre - 1995 e 2005

(%)

Jovens ocupados	1995			2005		
Posição na ocupação	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Assalariado	83,3	77,4	80,9	86,3	85,0	85,7
Setor privado	76,9	69,7	74,0	79,3	75,1	77,5
Com carteira assinada	59,1	59,4	59,2	59,9	55,0	57,8
Sem carteira assinada	17,7	10,3	14,8	19,4	20,1	19,7
Setor público	6,4	7,7	7,0	7,0	9,9	8,2
Autônomo	10,8	5,6	8,7	9,0	5,9	7,7
Empregadores	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
Empregado doméstico	(1)	13,4	5,5	(1)	6,6	3,0
Trabalhador familiar	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
Outros	3,9	(1)	3,2	(1)	(1)	(1)
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Adultos ocupados	1995			2005		
Posição na ocupação	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Assalariado	67,0	58,9	63,7	65,1	58,7	62,3
Setor privado	53,3	39,9	47,9	54,5	42,5	49,2
Com carteira assinada	46,1	35,9	42,0	47,7	37,5	43,2
Sem carteira assinada	7,2	4,0	5,9	6,8	5,0	6,0
Setor público	13,6	19,0	15,8	10,6	16,2	13,1
Autônomo	21,6	15,1	18,9	23,4	15,6	20,0
Empregadores	6,0	2,8	4,7	6,4	3,6	5,1
Empregado doméstico	(1)	17,4	7,4	(1)	16,6	7,5
Trabalhador familiar	(1)	(1)	0,5	(1)	(1)	0,5
Outros	4,8	4,8	4,8	4,6	4,6	4,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.
(1) A amostra não comporta esta desagregação.

No que diz respeito ao emprego, se faz também necessário segmentá-lo segundo a posse da carteira de trabalho assinada, pois os assalariados com registros formais têm acesso a uma série de direitos e garantias legais, o que significa que seus empregos são de melhor qualidade. Neste sentido, entre os jovens da RMPA, em 2005, 57,8% dos ocupados possuíam carteira de trabalho assinada, contra 19,7% que não tinham registros formais (Tabela 1). Sob este critério, constata-se que ocorreu uma deterioração da qualidade do emprego juvenil, pois os com carteira situavam-se, em 1995, em 59,2% da ocupação juvenil, e os sem carteira, em 14,8%. Em termos comparativos, no caso da

população adulta, pode-se ressaltar que era bem menor a parcela relativa de empregados sem carteira de trabalho assinada (6,0% da ocupação total em 2005). Destaca-se também que, entre os adultos, de forma distinta dos jovens, houve aumento da parcela relativa dos empregados com carteira de trabalho assinada na ocupação total, na comparação entre 1995 e 2005, enquanto a proporção dos sem carteira se manteve relativamente estável.

No cotejo entre os sexos, eram muito semelhantes as participações do emprego assalariado na ocupação juvenil na RMPA em 2005 (86,3% entre os homens e 85,0% entre as mulheres), sendo que ambas se elevaram em relação a 1995 (Tabela 1). No que se refere à posse da carteira de trabalho assinada, os homens jovens registravam uma proporção um pouco mais elevada de empregados com carteira na ocupação em comparação às mulheres jovens (59,9% e 55,0% em 2005, respectivamente), enquanto o emprego sem carteira encontrava-se em um nível próximo a 20,0% para ambos. Cabe assinalar que tanto para os homens jovens quanto para as mulheres jovens houve elevação da proporção de empregados sem carteira de trabalho assinada na ocupação, sendo esta mudança mais intensa no caso das últimas, cuja parcela relativa de assalariados sem carteira mais do que dobrou no período, passando a superar à dos homens jovens em 2005.

Em termos de inserção dos jovens na estrutura ocupacional da RMPA, pode-se ainda mencionar que o trabalho autônomo representava 7,7% da ocupação juvenil em 2005, tendo esta parcela relativa se reduzido em relação ao ano de 1995 (Tabela 1). Esta modalidade de inserção na ocupação absorvia uma maior proporção de homens jovens (9,0%) do que de mulheres jovens (5,9%) em 2005, ainda que estas últimas tenham registrado leve crescimento, na comparação com o início do período, diferentemente do que ocorreu entre os primeiros, para os quais houve redução. Por último, o emprego doméstico, no caso específico das mulheres jovens, representava 6,6% da ocupação em 2005, tendo evidenciado uma redução de 6,8 pontos percentuais em comparação a 1995. Esta situação foi distinta daquela das adultas, para as quais o emprego doméstico não apresentou grande mudança de sua parcela relativa na ocupação entre 1995 e 2005.

No âmbito dos principais setores de atividade econômica, aquele que possuía a maior participação relativa na ocupação juvenil da RMPA em 2005 era o de serviços (47,4%), sendo seguido pela indústria de transformação (23,6%) e pelo comércio (22,6%) (Tabela 2). Pode-se também constatar, na comparação com 1995, que as atividades de serviços viram a sua parcela relativa na ocupação juvenil aumentarem em 5,9 pontos percentuais; de forma antagônica, a indústria de transformação, nesta base comparativa, evidenciou um recuo de 1,2 ponto percentual em sua participação relativa na ocupação juvenil. Aventa-se a possibilidade de que estas mudanças na composição setorial da ocupação juvenil tenham contribuído para a perda da qualidade do emprego, dado que a indústria de transformação possui, reconhecidamente, maior proporção de postos de trabalho com vínculos formais, em relação aos serviços. Tomando-se agora a distribuição setorial da ocupação entre os adultos como referência comparativa, constata-se que a hierarquia entre os pesos relativos dos setores é idêntica àquela observada entre os jovens, ainda que os serviços tenham uma participação mais elevada na ocupação dos adultos, enquanto na indústria de transformação e no comércio estas sejam mais reduzidas. Ademais, nota-se que as mudanças na composição setorial da ocupação dos adultos também foram no mesmo sentido do que aquelas verificadas entre os jovens.

Procedendo-se a desagregação da ocupação por sexo, sobressaem-se diferenças marcantes entre os homens jovens e as mulheres jovens em sua inserção ocupacional nos principais setores de atividade econômica na RMPA (Tabela 2). Assim, pode-se

perceber que os serviços, em 2005, detinham uma parcela relativa maior da ocupação jovem feminina (50,9%) comparativamente à masculina (44,7%), assim como o comércio (24,3% e 21,3%, respectivamente). De forma distinta, a indústria de transformação, em 2005, possuía maior peso relativo na ocupação dos homens jovens (28,0%) do que na das mulheres jovens (17,8%). Quanto às mudanças intertemporais, a par da tendência comum de aumento dos serviços na ocupação de ambos os sexos, o aspecto a assinalar é o de que, no que diz respeito à indústria de transformação, esta registrou redução na ocupação somente entre as mulheres jovens.

O recorte de análise da ocupação juvenil em termos de educação formal é o que evidencia, sem dúvida alguma, mudanças mais acentuadas entre o início e o final do período que está sendo focalizado.[13] Os jovens ocupados na RMPA possuíam majoritariamente, em 2005, escolaridade média completa a superior incompleta (52,8%). Logo após, com participações relativas na ocupação juvenil menos expressivas, encontravam-se os jovens ocupados com escolaridade fundamental completa a média incompleta (28,9%) e os com escolaridade fundamental incompleta (16,1%) (Tabela 3). Comparando-se 1995 com 2005, constata-se que houve uma redução de 26,4 pontos percentuais da participação dos jovens com escolaridade fundamental incompleta na ocupação desse grupo populacional, enquanto aqueles com escolaridade média completa a superior incompleta viram a sua participação na ocupação juvenil elevar-se em 25,5 pontos percentuais. Ou seja, houve uma melhora sensível do nível de educação formal dos jovens ocupados na RMPA no período em foco.[14] Quando se contrasta a situação de jovens e de adultos ocupados em termos de educação formal no mercado de trabalho da região metropolitana, percebe-se que, em 2005, a hierarquia entre as participações na ocupação dos adultos das diferentes faixas de escolaridade era a mesma observada entre os jovens, bem como que as mudanças em relação ao início do período foram, igualmente, no sentido de aqueles relativamente mais escolarizados ganharem participação na ocupação em detrimento dos menos escolarizados (ainda que tais mudanças tenham sido com menor intensidade em comparação aos jovens). De outra parte, cabe assinalar que os jovens ocupados têm uma situação mais favorável do que a dos adultos ocupados em termos de educação formal, pois evidenciavam, em 2005, menor concentração relativa entre os ocupados com escolaridade fundamental incompleta e maior entre os com escolaridade média completa a superior incompleta.

[13] Para um tratamento pormenorizado da inserção dos jovens no mercado de trabalho da RMPA, com ênfase em seu nível de educação formal, ver Bastos (2005).

[14] Essas evidências não permitem que se faça, todavia, qualquer afirmação sobre a evolução da qualidade da educação formal na RMPA no período.

Tabela 2
Distribuição dos ocupados, jovens e adultos, por setores de atividade e sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre - 1995 e 2005

(%)

Jovens ocupados	1995			2005		
Setor de atividade	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Indústria de transformação	27,8	20,3	24,8	28,0	17,8	23,6
Comércio	20,5	25,4	22,5	21,3	24,3	22,6
Serviços	42,4	40,2	41,5	44,7	50,9	47,4
Construção civil	8,4	(1)	5,3	5,3	(1)	3,1
Serviços domésticos	(1)	13,4	5,4	(1)	6,6	3,0
Outros	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Adultos ocupados	1995			2005		
Setor de atividade	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Indústria de transformação	24,4	16,4	21,2	22,4	13,6	18,5
Comércio	15,9	14,5	15,4	15,7	15,7	15,7
Serviços	47,3	51,1	48,8	51,6	53,6	52,5
Construção civil	11,1	(1)	6,7	9,3	(1)	5,4
Serviços domésticos	(1)	17,4	7,3	(1)	16,6	7,5
Outros	(1)	(1)	0,6	(1)	(1)	(1)
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.
(1) A amostra não comporta esta desagregação.

Tabela 3
Distribuição dos ocupados, jovens e adultos, por faixas de escolaridade e sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre - 1995 e 2005

(%)

Jovens ocupados	1995			2005		
Faixa de escolaridade	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Analfabetos	(1)	(1)	(1)	(2)	(2)	(2)
Fundamental incompleto	48,3	33,9	42,5	21,2	9,4	16,1
Fundamental compl a médio incompleto	26,8	29,5	27,9	31,0	26,1	28,9
Médio completo a superior incompleto	23,0	33,8	27,3	46,2	61,6	52,8
Superior completo	(1)	(1)	1,6	(1)	(1)	(1)
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Adultos ocupados	1995			2005		
Faixa de escolaridade	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Analfabetos	2,8	3,3	3,0	1,4	(1)	1,3
Fundamental incompleto	47,7	43,8	46,1	32,3	29,0	31,0
Fundamental compl a médio incompleto	19,6	17	18,5	20,0	17,4	18,8
Médio completo a superior incompleto	21,1	23,3	22,0	34,0	34,4	34,2
Superior completo	8,8	12,6	10,4	12,3	18,0	14,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.
(1) A amostra não comporta esta desagregação.
(2) Não foram registradas ocorrências nesta categoria.

Segmentando-se a ocupação por sexo, o aspecto que mais chama atenção é o de que as mulheres jovens ocupadas na RMPA possuíam, em 2005, melhor perfil de

escolaridade do que os homens jovens ocupados (Tabela 3). Assim, naquele ano, as ocupadas com escolaridade média completa a superior incompleta representavam 61,6% da ocupação das jovens, enquanto aquelas com escolaridade fundamental incompleta detinham somente 9,4% da ocupação; entre os homens jovens, as participações na ocupação destas faixas de educação formal eram de 46,2% e 21,2%, respectivamente. As mudanças na distribuição da ocupação por faixas de escolaridade foram semelhantes para homens jovens e mulheres jovens, no sentido em que para ambos houve aumento da participação na ocupação dos indivíduos de nível mais elevado de educação formal. Para propósitos comparativos, entre a população adulta ocupada as mulheres também possuíam um melhor perfil de educação formal do que os homens, ainda que as diferenças sejam menos acentuadas do que aquelas observadas entre os jovens ocupados.

Assumindo-se que a educação formal seja um dos principais condicionantes da inserção ocupacional dos jovens, as mudanças acima descritas devem ser reconhecidas como positivas, pois favoráveis à melhora da chance de obtenção de uma ocupação pelos jovens na RMPA. Não obstante, é importante ponderar que o contexto destas mudanças foi de baixo dinamismo econômico, o que se traduziu em uma capacidade modesta de absorção de mão-de-obra pelo mercado de trabalho. Tal entendimento respalda-se nas evidências contidas no início desta subseção do trabalho, quando foi mostrado que houve uma redução da taxa de ocupação dos jovens na RMPA entre 1995 e 2005, na medida em que o crescimento da PEA juvenil foi superior ao da ocupação deste grupo populacional. Em outros termos, isto significa que ocorreu um agravamento do problema do desemprego entre os jovens, a despeito da melhora observada em seu nível de educação formal.[15]

Os jovens na RMPA permanecem, de modo geral, relativamente pouco tempo na ocupação (Tabela 4). Conforme se pode constatar, em 2005, 36,1% deles permaneciam até seis meses na ocupação, 21,8% de mais de seis meses até um ano, enquanto somente 21,5% ficavam mais do que dois anos na ocupação. Estes dados permitem afirmar, portanto, que os vínculos profissionais dos membros deste grupo populacional são bastante instáveis e de curta duração. As mudanças nesta característica da ocupação juvenil foram pequenas entre o início e o final do período, com redução em sua participação na ocupação dos indivíduos com até seis meses de permanência na ocupação e elevação daqueles com mais de um ano até dois anos, enquanto as demais faixas de permanência apresentaram relativa estabilidade em suas participações. Em termos comparativos, trata-se de uma característica da ocupação juvenil não só distinta como desfavorável à observada pelos adultos ocupados: entre estes últimos, em 2005, a parcela relativa que possuía mais de dois anos concentrava 61,7% da ocupação deste grupo populacional.

[15] Sobre o comportamento do desemprego juvenil na RMPA no período, ver Bastos (2007, seção 4).

Tabela 4
Distribuição dos ocupados, jovens e adultos, por tempo de permanência na ocupação e sexo, na Região Metropolitana de Porto Alegre - 1995 e 2005

(%)

Jovens ocupados	1995			2005		
Tempo de permanência	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Até 6 meses	37,6	41,1	39,0	34,1	38,9	36,1
Mais de 6 meses até 1 ano	21,7	22,0	21,8	21,0	22,9	21,8
Mais de 1ano até 2 anos	16,2	19,3	17,4	21,0	20,1	20,6
Mais de 2 anos	24,5	17,6	21,8	23,9	18,1	21,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Adultos ocupados	1995			2005		
Tempo de permanência	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Até 6 meses	16,9	17,6	17,2	16,1	15,9	16,0
Mais de 6 meses até 1 ano	10,6	13	11,6	9,5	10,0	9,7
Mais de 1 ano até 2 anos	11,5	12,8	12,0	12,0	13,3	12,6
Mais de 2 anos	61,0	56,6	59,2	62,4	60,8	61,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

De acordo com o que se pode perceber na Tabela 4, existem indicações de que as mulheres jovens possuem vínculos ocupacionais mais instáveis comparativamente aos homens jovens na RMPA. Isto se deve a que as jovens com tempo de permanência na ocupação de até seis meses, em 2005, representavam uma parcela relativa mais elevada (38,9%) do que a dos homens jovens (34,1%) da ocupação em cada um dos sexos, bem como porque entre os ocupados com mais de dois anos de duração da ocupação, havia uma menor proporção de mulheres jovens (18,1%) comparativamente a de homens jovens (23,9%). Quanto aos adultos ocupados, os dados das distribuições contidas na Tabela 4 revelam que a permanência na ocupação das mulheres não se apresenta tão desfavorável *vis-à-vis* aos homens.

Embora se reconheça que o regime de trabalho no Brasil se caracterize, dentre outros aspectos, pela elevada rotatividade no emprego (Baltar e Proni, 1996), os dados sobre permanência na ocupação na RMPA estão a mostrar a existência de desigualdades acentuadas entre as gerações a esse respeito, pois tudo indica que recai mais sobre os jovens o processo de adaptação do nível de ocupação às flutuações da atividade econômica. Como decorrência, a instabilidade do vínculo profissional, de fato, configura o que se poderia tomar como uma norma de inserção dos jovens no mercado de trabalho da RMPA.

3.2 Um exame dos fatores que condicionam o êxito de obtenção de uma ocupação pelos jovens

Esta subseção tem o propósito de abordar, de forma sucinta, os fatores que condicionam o êxito de obtenção de uma ocupação por parte da população jovem na RMPA. Para atingir-se esse objetivo, se considerou apropriado fazer uso da regressão logística,[16] a qual permite modelar a chance de um indivíduo estar ocupado em função de determinadas características demográficas e socioeconômicas. No caso que é objeto

[16] Para uma abordagem introdutória sobre a regressão logística, ver Stock e Watson (2004, p. 209-218).

de investigação, a variável dependente do modelo, por ser categórica, assume os valores 1 (em caso de o jovem estar ocupado) e 0 (em caso de o jovem não estar ocupado).[17]

Para o tratamento do tema que é objeto de análise, foram especificados três modelos de regressão logística: o primeiro utiliza como variáveis explicativas a **idade**, o **sexo** e a **escolaridade** do jovem; o segundo utiliza as variáveis explicativas presentes no Modelo 1 e adiciona a **renda do domicílio** em que o jovem reside; e o terceiro, que utiliza as variáveis explicativas contidas no Modelo 2 e adiciona a **escolaridade do chefe do domicílio** em que o jovem reside. Os modelos foram estimados para os anos de 1995 e 2005, tornando possível fazer comparações intertemporais do impacto das variáveis explicativas selecionadas sobre a chance de o jovem estar ocupado.

Os resultados da estimação dos modelos estão expostos na Tabela 5. Começando a sua apresentação pelo **Modelo 1**, constata-se que os coeficientes estimados das variáveis independentes são estatisticamente significativos e revelam efeitos positivos sobre a chance de um indivíduo jovem estar ocupado, tanto em 1995 quanto em 2005. O maior impacto é provocado pela variável sexo do jovem: neste sentido, estima-se que, tudo o mais constante, em 1995, a chance de um jovem de sexo masculino estar ocupado era 158,2% maior do que a de um jovem de sexo feminino.[18] Não obstante o efeito da variável sexo do jovem continuasse sendo o de maior magnitude em 2005, este se reduziu em relação a 1995: assim, naquele ano, tudo o mais constante, estima-se que a chance de um jovem de sexo masculino estar ocupado era 109,5% superior a de um jovem de sexo feminino. Esses resultados permitem aventar novamente a possibilidade de existência de discriminação no âmbito do mercado de trabalho da RMPA, pois não se esperaria uma desvantagem tão acentuada das jovens obterem um posto de trabalho.

No âmbito do **Modelo 1**, o efeito da idade também se mostrou positivo e estatisticamente significativo sobre a chance de o jovem estar ocupado na RMPA. Assim, no ano de 1995, mantendo tudo o mais constante, estima-se que o aumento de um ano na idade do jovem incremente em 22,9% a chance deste estar ocupado. Quando se compara este resultado com o obtido em 2005, constata-se que o impacto estimado do aumento de um ano na idade do jovem sobre a chance deste estar ocupado foi ampliado para 28,4%. Nesses termos, tomando-se a idade como uma *proxy* de experiência dos jovens no mercado de trabalho, esses resultados estão sugerindo que, de fato, tal variável condiciona claramente a possibilidade de êxito na obtenção de uma ocupação, bem como que a sua importância se acentuou com o tempo.

Ainda no que diz respeito ao **Modelo 1**, a escolaridade do jovem apresentou efeito positivo e estatisticamente significativo sobre a chance dos membros deste grupo populacional estarem ocupados, ainda que o seu impacto tenha sido de magnitude relativamente menor do que o das outras variáveis explicativas. Neste sentido, pode-se estimar que, em 1995, mantendo-se as demais características constantes, o aumento de um ano na escolaridade do jovem ampliava em 4,7% a chance deste estar ocupado. Em termos intertemporais, cabe assinalar, fazendo-se um exercício semelhante ao anterior, que esta variável teve o seu efeito estimado sobre a chance do jovem estar ocupado elevado para 11,5% em 2005. Dentro de certos limites, este último resultado pode estar indicando que, com o passar do tempo, a educação formal tem se tornado um ativo relativamente mais valorizado no âmbito do mercado de trabalho da RMPA.

[17] Neste caso, deve-se ter presente que o fato de o jovem não estar ocupado não significa que ele esteja desempregado, pois existe a possibilidade dele estar inativo.

[18] Este resultado é obtido da seguinte forma: $[(e^{0,948658})-1 \times 100] = 158,2\%$.

Tabela 5
Resultados da estimação da regressão logística - jovens ocupados, Região Metropolitana de Porto Alegre, 1995 e 2005

Variáveis explicativas	1995			2005		
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Constante	-4,784800	-4,863837	-4,911940	-6,397368	-6,449637	-6,399600
Idade do jovem	0,206439	0,210477	0,218699	0,250139	0,254633	0,255113
Sexo do jovem	0,948658	0,932736	0,930583	0,739543	0,724358	0,729969
Escolaridade do jovem	0,045836	0,029423	0,076900	0,109097	0,091638	0,131826
Renda domiciliar		0,000075	0,000124		0,000083	0,000129
Escolaridade do chefe de domicílio			-0,089102			-0,066662
Pseudo R^2	64,0	63,9	65,4	66,5	66,4	67,2
Amostra	9.156			12.132		

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.
NOTAS:
1. Jovens: indivíduos de 16 a 24 anos.
2. A variável dependente do modelo tem como categoria de referência a situação em que o jovem não está ocupado.
3. A variável sexo do jovem tem como categoria de referência o sexo feminino.
4. Todos os coeficientes estimados das variáveis explicativas são estatisticamente significativos ao nível de 0,1%.

Quanto aos resultados da estimação do **Modelo 2**, cabe recuperar que o seu propósito é o de investigar o impacto da renda do domicílio em que o jovem reside sobre a probabilidade deste estar ocupado. Esta variável evidencia um efeito positivo e estatisticamente significativo sobre a chance de o jovem estar ocupado, mas o seu impacto não é de grande tamanho. Assim, no ano de 1995, tudo o mais constante, estima-se que a chance de um jovem estar ocupado aumente em 3,8% caso ocorresse um incremento de R$ 500,00 na renda domiciliar. Embora este efeito sobre a chance de o jovem estar ocupado tenha se elevado em 2005, ele se manteve com uma magnitude relativamente pequena. Como interpretação tentativa dos resultados relativos a esta variável, pode-se sugerir as seguintes possibilidades: por um lado, os jovens inseridos em domicílios com maior nível de renda dispõem de uma melhor infra-estrutura econômica e material, o que lhes dá uma condição mais favorável de procurar com êxito uma ocupação; por outro lado, o nível de renda domiciliar mais elevado, em um contexto de alto desemprego, pode contribuir para que o jovem permaneça inativo e, provavelmente, voltado para a sua formação educacional. Estas duas possibilidades exerceriam, portanto, efeitos antagônicos sobre a chance do jovem estar ocupado, o que acabaria implicando um impacto relativamente pequeno da renda domiciliar sobre a probabilidade de o jovem estar ocupado.[19]

Quanto à regressão especificada no **Modelo 3**, esta incluiu a variável explicativa escolaridade do chefe de domicílio em que o jovem reside. Conforme se constata, o impacto desta variável é negativo e estatisticamente significativo sobre a chance de o jovem estar ocupado. Neste sentido, no ano de 1995, estima-se que, mantendo-se tudo o mais constante, o aumento de um ano na escolaridade do chefe de domicílio reduzia em 8,5% a chance de o jovem estar ocupado. O efeito negativo desta variável explicativa se manteve em 2005, ainda que a sua intensidade tenha se reduzido um pouco, para 6,4%. A interpretação que se considera mais plausível para este resultado é a de que o chefe de domicílio, sendo mais escolarizado, tenha a compreensão de que, diante de um mercado de trabalho com elevado desemprego e cada vez mais seletivo, faz sentido que o jovem permaneça inativo com o propósito de reunir melhores condições, em termos de formação educacional, para o seu posterior ingresso no mercado de trabalho.[20]

[19] No que se refere ao **Modelo 2**, assinale-se que uma medida de ajuste, representada pelo Pseudo R^2, manteve-se praticamente inalterada em comparação ao **Modelo 1**, em ambos os anos.
[20] A medida de ajuste Pseudo R^2 registra uma pequena elevação no **Modelo 3**, em ambos os anos, em relação ao obtido pelo **Modelo 2**.

4. Considerações finais

A partir de uma delimitação dos principais elementos e características da inserção dos jovens na ocupação, referenciada na literatura recente, este estudo procurou abordar este tema no âmbito da RMPA. Conforme foi evidenciado no trabalho, o crescimento do contingente de jovens ocupados na RMPA no período enfocado foi não só relativamente modesto como inferior ao observado pela população adulta ocupada. A dificuldade de absorção de mão-de-obra juvenil pôde ser identificada por uma redução da sua taxa de ocupação entre 1995 e 2005, ainda que este fenômeno não tenha ficado restrito a esse grupo populacional. A desagregação por sexo permitiu mostrar que o contingente de mulheres jovens ocupadas teve um desempenho relativamente melhor do que o de homens jovens ocupados no período. Todavia, as primeiras não só revelaram uma taxa de ocupação menor do que a dos últimos, como também esta evidenciou uma queda mais acentuada do que a verificada entre os indivíduos de sexo masculino, o que indica uma situação de maior adversidade entre as mulheres jovens no mercado de trabalho.

Em termos de estrutura ocupacional, foi mostrado que os jovens estão majoritariamente inseridos na condição de trabalhadores assalariados no mercado de trabalho da RMPA, bem como que a proporção destes se elevou no período. A esse respeito, o grau de proteção dos assalariados jovens, medido pela posse da carteira de trabalho assinada, apresentou redução acentuada, pois os sem registros legais passaram a representar aproximadamente 20,0% da ocupação juvenil em 2005. Este processo de perda de proteção do emprego juvenil atingiu mais intensamente as mulheres jovens, para as quais o emprego sem carteira superou, em termos relativos, aquele existente entre os homens jovens ao final do período. Outra modalidade de inserção na ocupação, o emprego doméstico, mostrou-se relevante somente para as mulheres jovens, ainda que a sua participação relativa na ocupação destas tenha se reduzido pela metade no período enfocado.

No que diz respeito à distribuição setorial da ocupação, os serviços detêm a maior proporção de jovens ocupados na RMPA, tendo inclusive ampliado a sua parcela relativa na ocupação juvenil ao final do período. No caso das mulheres jovens, os serviços passaram a representar mais da metade da ocupação desse segmento populacional em 2005. Outro movimento destacável foi a redução da participação relativa da indústria de transformação na ocupação juvenil, que atingiu exclusivamente as mulheres jovens ocupadas. Dado que este setor se caracteriza por gerar postos de trabalho de melhor qualidade, este processo pode ter contribuído para a perda da qualidade da ocupação entre os jovens da RMPA e, em particular, entre os indivíduos ocupados de sexo feminino.

De acordo com o que foi mostrado no corpo do trabalho, ocorreu uma mudança acentuada do nível de educação formal dos jovens ocupados na RMPA, no sentido do aumento da proporção daqueles com escolaridade relativamente mais elevada na ocupação deste grupo populacional. A par desta tendência, foi também evidenciado que as mulheres jovens ocupadas têm uma situação mais favorável em termos de educação formal em comparação aos homens jovens ocupados. Não obstante essas mudanças possam ser encaradas como positivas em termos de condições de inserção dos jovens no mercado de trabalho, cabe recuperar que 16,0% deles ainda tinham, em 2005, escolaridade fundamental incompleta, o que releva a persistência de uma situação de atraso, pois não se esperaria este nível de educação formal entre indivíduos de 16 a 24 anos.

Os vínculos de trabalho evidenciam-se muito instáveis entre os jovens da RMPA, pois aproximadamente 57,0% deles tinham tempo de permanência na ocupação

de até um ano em 2005, fenômeno que não se observa entre os adultos ocupados. Assim, a grande flexibilidade quantitativa deste grupo populacional parece ser uma característica distintiva da sua inserção no mercado de trabalho, indicando a possibilidade de que sobre eles incida com mais intensidade o processo de ajuste das flutuações da atividade econômica.

No estudo, foram estimados três modelos de regressão logística para analisar os fatores que condicionam a probabilidade de um jovem estar ocupado na RMPA. O primeiro desses modelos indicou que as variáveis sexo, idade e escolaridade têm impactos relevantes sobre a chance de um jovem estar ocupado. No que se refere especificamente ao sexo, cujo impacto foi o de maior magnitude, o resultado foi o de que os homens jovens possuem uma chance muito superior à das mulheres jovens de estarem ocupados. Esse resultado sugere a possibilidade de ocorrência de discriminação da força de trabalho feminina na RMPA, o que remeteria à necessidade de políticas de igualdade de oportunidades de inserção no mercado de trabalho. O segundo modelo estimado, que incluiu a variável explicativa renda domiciliar, mostrou que esta tem um impacto positivo, mas de pequena magnitude, na chance de o jovem estar ocupado. Como interpretação tentativa deste resultado, foi sugerido que este pequeno impacto da renda domiciliar possa se dever a que a sua elevação contribua para que o jovem se encontre, também, em uma situação de inatividade, dedicado à melhora de seu nível de educação formal, com o propósito de aprimorar as suas condições de inserção futura no mercado de trabalho. Finalmente, o terceiro modelo estimado, que incluiu a variável explicativa escolaridade do chefe de domicílio, teve como resultado que esta tem impacto negativo sobre a chance de o jovem estar ocupado. Neste caso, a interpretação proposta foi a de que a melhora do *background* do chefe do domicílio – aproximado pelo número de anos educação formal – faz com que este tenha a compreensão de que o jovem deva se dedicar integralmente aos estudos, com o propósito avançar em sua formação, mantendo-se, portanto, em uma situação de inatividade.

Bibliografia

BASTOS, R. O segmento juvenil do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: um estudo com ênfase na escolaridade. **Ensaios FEE**. Porto Alegre: FEE, v. 26, número especial, p. 271-298, 2005.

_____. A inserção dos jovens no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre: uma experiência marcada pela elevada incidência do desemprego. In: BASTOS, R. (Coord.) **Dimensões da precarização do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE, 2007.

BALTAR, P., PRONI, M. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: OLIVEIRA, C., MATTOSO, J. (Orgs.) **Crise e trabalho no Brasil**: modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996.

BLANCHFLOWER, D, FREEMAN, R. The declining economic status of young workers in OECD countries. In: BLANCHFLOWER, D, FREEMAN, R. (Eds.) **Youth employment in advanced countries**. Chicago: Chicago Press and NBER, 2000.

BRAUNS, H. et al. **Education and employment: patterns of labour market entry in France, the United Kingdom and West Germany**. Mannheim: Mannheim Centre for European Social Research, 1999. (Working paper n. 6)

CAMARANO, A. et al. Os jovens no mercado de trabalho. **Mercado de Trabalho**: conjuntura e análise. Rio de Janeiro: IPEA, v. 6, n. 17, p. 31-39, 2001.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **La juventud en Iberoamérica: tendencias y urgencias**. Santiago: CEPAL, 2004.

COUPPIÉ, T., MANSUY, M. L'insertion professionelle des debutants en Europe: des situations cotrastées. **Économie et Statistique**. Paris: INSEE, ns. 378-379, p. 147-165, 2004.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.

_____. **Juventude metropolitana: diversidades e desafios no mercado de trabalho metropolitano**. São Paulo: DIEESE, 2005. (Estudos e Pesquisas n° 11)

FOUNDER, Y. Repères sur l'emploi des jeunes dans six pays européens. **Revue de I'IRES.** Paris: IRES, n. 31, p. 23-58, 1999.

FOUNDER, Y., LEFRESNE, F. Les jeunes, vecteurs de la transformation structurelle des normes d'emploi en Europe? **Travail et Emploi**. Paris: Ministère de L'Emploi, n. 83, p. 115-135, 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil: o estado de uma nação**. Brasília: IPEA, 2006.

LEFRESNE, F. Place dês jeunes sur le marché du travail en France: une approche sectorielle. **Revue de I'IRES**. Paris: IRES, n. 31, p. 197-232, 1999.

LOPEZ, A. Les modes de stabilisation en emploi en debut de vie active. **Économie et Statistique**. Paris: INSEE, n. 378-379, p. 105-128, 2004.

MARCHAND, O. Gestion des âges et flexibilité du marché du travail. **Travail et Emploi**. Paris: Ministère de L'Emploi, n. 100, p. 59-67, 2004.

MONCEL, N. Les profils de gestion de la main-d'oeuvre au niveau des secteurs d'activité – conséquences pour l'emploi des jeunes. **Formation Emploi**. Marselha: CEREQ, n. 60, p. 67-79, 1998.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Emplear a los jóvenes: promover un crecimiento intensivo en empleo**. Genebra: OIT, 2000.

_____. **Tendencias mundiales del empleo juvenil**. Genebra: OIT, 2006.

POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

RYAN, P. The school-to-work transition: a cross-national perspective. **Journal of Economic Literature**. Nashville: AEA, v. XXXIX, n. 1, p. 34-92, 2001.

SABOIA, J. Venturas e desventuras do mercado de trabalho no Brasil. In: CASTRO, A. *et al*. (Orgs.) **Brasil em desenvolvimento** – instituições, políticas e sociedade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (Volume 2)

STOCK, J., WATSON, M. **Econometria**. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

TOKMAN, V. El trabajo de los jóvenes en el post-ajuste latinoamericano. **Boletin Cinterfor**. Montevideo: OIT/Cinterfor, n.139-140, p. 7-23, 1997.

UNITED NATIONS. **World youth report 2003**. Nova Iorque: UN, 2003.

VINCENS, J. L'insertion professionnelle des jeunes: quelques réflexion théoriques. **Fomation Emploi**. Marselha: CEREQ, n. 61, p. 59-72, 1998.

VINCENS, J. La inserción profesional de los jóvenes – en la búsqueda de una definición por convención. **Calificaciones & Empleo**. Marselha: CEREQ, n. 23, p. 1-11, 1999.

ANÁLISE DO EFEITO DE SOBREPOSIÇÃO AMOSTRAL NA ESTIMATIVA DE TAXAS DE DESOCUPAÇÃO

*Elizabeth Belo Hypólito**

*Eloane Gonçalves Ramos***

*Giuseppe de Abreu Antonaci****

RESUMO

Atualmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estuda a reformulação de seu modelo de produção de pesquisas domiciliares, propondo a criação do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD). Uma das bases do SIPD é a pesquisa domiciliar contínua que integra a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O objetivo do presente trabalho é subsidiar a escolha do esquema de rotação para a nova pesquisa, avaliando o impacto da sobreposição amostral na evolução e precisão das estimativas. Para tanto, analisou-se as diferenças anuais das Taxas de Desocupação obtidas pela PNAD, que possui uma amostra independente[1] de um ano para o outro e as obtidas pela PME, que possui 50% de sobreposição amostral[2] anual. Devido a grande dificuldade de comparar os resultados dessas duas pesquisas, mesmo quando seus conceitos de trabalho são compatibilizados, estudou-se subamostras da PME com e sem sobreposição. Os resultados obtidos indicam que a sobreposição amostral existente na PME não garante estimativas mais precisas que as obtidas de uma amostra independente. Concluiu-se, portanto, que a escolha do esquema de rotação não deve ser limitada a esquemas com sobreposição amostral anual.

Palavras-chave: diferenças anuais; sobreposição amostral; amostras independentes; desocupação.

*Mestre em Estatística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Tecnologista em Informação Geográfica e Estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
elizabeth.hypolito@ibge.gov.br

** Doutora em Engenharia Biomédica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora Assistente da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).
eloane@iff.fiocruz.br

*** Bacharel em Ciências Atuariais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
Tecnologista em Informação Geográfica e Estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
giuseppe.antonaci@ibge.gov.br

[1] Diz-se quando não há nenhuma unidade amostral que pertença a ambas as amostras.
[2] Diz-se quando duas amostras distintas têm unidades amostrais em comum

Introdução

Pesquisas por amostragem domiciliar são as principais fontes de informações demográficas, sociais e econômicas de um país. Atualmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) passa por um processo de reformulação de seu modelo de produção de pesquisas domiciliares, criando o Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD). A idéia inicial é criar uma pesquisa domiciliar contínua, que integra a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Este projeto garantirá a produção de indicadores sobre mercado de trabalho com abrangência nacional e periodicidade trimestral, e possibilitará entre outras coisas, a maior flexibilidade para inclusão de novos temas, o detalhamento de temas já investigados pelo IBGE e a divulgação de informações segundo nível geográfico mais detalhado.

Para implementar a pesquisa integrada PME/PNAD, o IBGE estudou diferentes esquemas de rotação da amostra. Dois deles, 1-2 (4) e 1-2 (5) destacaram-se por apresentarem menores variâncias na estimação das diferenças trimestrais. No esquema 1-2 (4), um domicílio é pesquisado uma vez no trimestre e permanece na pesquisa por quatro trimestres consecutivos, com 2 meses de intervalo entre as entrevistas. No esquema 1-2 (5), o processo é o mesmo, mas o domicílio permanece por 5 trimestres na amostra, garantindo uma sobreposição amostral de 20% ao ano.

O objetivo do presente trabalho é auxiliar nas decisões a respeito do esquema de rotação a ser utilizado, avaliando o impacto da sobreposição amostral na evolução e precisão da estimativa da Taxa de Desocupação, um dos mais importantes indicadores sociais conjunturais produzidos pelo IBGE.

Inicialmente, analisou-se amostras independentes provenientes da PNAD e amostras com 50% de sobreposição anual, advindas da PME. Para as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre[3], calcularam-se os indicadores de desocupação, as diferenças em pontos percentuais entre anos consecutivos e os respectivos desvios padrão e coeficientes de variação. O estudo foi realizado nas amostras originais e em amostras com compatibilizações conceituais para o mercado de trabalho. Os resultados são apresentados na Seção 1.

Sabe-se no entanto, que além das diferenças conceituais e amostrais, a PME e a PNAD apresentam outras diferenças como por exemplo o fluxo de questionário e o método de coleta de dados. Assim, não foi possível isolar e analisar devidamente o efeito da sobreposição nessas pesquisas.

Na Seção 2 todas as análises foram refeitas com subconjuntos dos dados da PME, que formaram amostras independentes e sobrepostas. A primeira composição para essas amostras não foi bem sucedida por apresentar vício de rotação, prejudicando novamente o estudo da sobreposição. No entanto, a comparação entre os dados completos da PME e duas subamostras independentes geradas sem influência de vício, permitiu concluir que a sobreposição amostral existente nesta pesquisa não proporciona estimativas mais precisas. E portanto, do ponto de vista estatístico, a falta de sobreposição não invalida o esquema de rotação 1-2 (4).

[3] As seis regiões metropolitanas citadas compõem a PME

1 Estudo do impacto da sobreposição nas Taxas de Desocupação da PME e da PNAD

A PNAD é uma pesquisa anual por amostragem probabilística, que desde 2004 possui abrangência nacional. São investigados permanentemente os temas habitação, rendimento e trabalho associados a aspectos demográficos e educacionais. Além destes, outros temas de interesse social ou econômico são investigados por meio de pesquisas suplementares, cuja periodicidade é variável. A população alvo da pesquisa é composta por domicílios e pelas pessoas residentes nestes domicílios. Possui um plano amostral estratificado e conglomerado com um, dois ou três estágios de seleção, dependendo do estrato. Não há sobreposição na amostra de domicílios para dois anos consecutivos.

A PME é uma pesquisa com periodicidade mensal que produz indicadores sobre a força de trabalho que permitam avaliar as flutuações e a tendência, a médio e a longo prazos, do mercado de trabalho. A pesquisa cobre as áreas urbanas das regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Possui uma amostra probabilística de domicílios, estratificada e conglomerada em dois estágios. Há sobreposição mensal de 75% dos domicílios e anual de 50%.

Para analisar se a sobreposição amostral existente na PME leva a indicadores mais estáveis que os fornecidos pela PNAD, utilizou-se os dados das PNADs de 2002, 2003, 2004 e 2005 e os dados das PMEs do mês de setembro destes mesmos anos. A escolha do mês está relacionada a data de referência da PNAD, que é fixada em setembro.

Para as seis regiões metropolitanas cobertas pela PME, calculou-se os indicadores de desocupação (D), as diferenças (Δ) em pontos percentuais entre anos consecutivos e os respectivos desvios padrão e coeficientes de variação (CV). Para testar a significância da variação dos estimadores utilizou-se intervalos de 95% de confiança. A metodologia usada para estimação do desvio padrão foi o método dos conglomerados primários combinado com linearização de Taylor. Para maiores detalhes, ver PESSOA e SILVA [2]. Os cálculos foram efetuados por uma adaptação para R [3] da rotina implementada em SAS [4] por LILA e FREITAS [1] e atualmente utilizada na PME. Os resultados são apresentados nas Tabelas 1, 2 e 3. O tamanho das amostras utilizadas é apresentado no anexo A.

Tabela 1: Indicadores de Desocupação (D) e Diferenças (Δ) entre os anos de 2002 e 2003, para a PNAD e a PME. Valores em pontos percentuais.

RM	PNAD						PME					
	2002		2003		2003-2002		2002		2003		2003-2002	
	D	CV	D	CV	D	DP	D	CV	D	CV	D	DP
Total	**13,2**	**1,6**	**14,2**	**1,7**	**0,98 ***	**0,28**	**11,5**	**2,0**	**12,9**	**1,9**	**1,47 ***	**0,30**
26	14,9	3,8	17,5	3,1	2,65 *	0,75	12,1	5,2	15,0	4,3	2,94 *	0,80
29	19,3	3,0	19,8	3,3	0,49	0,74	14,3	4,8	17,6	4,5	3,24 *	0,93
31	12,2	4,2	11,7	4,0	-0,48	0,60	10,7	4,1	10,8	4,1	0,11	0,58
33	12,2	3,4	13,6	3,5	1,40 *	0,61	9,7	4,2	9,7	4,3	0,03	0,57
35	13,5	3,0	14,6	3,1	1,14 *	0,51	12,8	3,4	14,8	3,1	1,97 *	0,57
43	9,9	3,3	10,0	3,5	0,09	0,46	8,3	4,6	10,1	4,5	1,84 *	0,55

Fonte: PNAD 2002 e 2003, PME de setembro de 2002 e setembro de 2003.
* Diferenças significativas

Tabela 2: Indicadores de Desocupação (D) e Diferenças (Δ) entre os anos de 2003 e 2004, para a PNAD e a PME. Valores em pontos percentuais.

RM	PNAD						PME					
	2003		2004		2004-2003		2003		2004		2004-2003	
	D	CV	D	CV	D	DP	D	CV	D	CV	D	DP
Total	**14,2**	**1,7**	**13,5**	**1,6**	**-0,71 ***	**0,29**	**12,9**	**1,9**	**10,9**	**1,9**	**-2,05 ***	**0,29**
26	17,5	3,1	17,8	3,3	0,27	0,72	15,0	4,3	12,4	5,2	-2,60 *	0,84
29	19,8	3,3	19,3	3,0	-0,44	0,76	17,6	4,5	15,6	4,2	-2,01 *	0,88
31	11,7	4,0	12,1	4,1	0,45	0,60	10,8	4,1	10,2	3,7	-0,67	0,56
33	13,6	3,5	11,9	3,5	-1,70 *	0,56	9,7	4,3	8,8	4,1	-0,89	0,49
35	14,6	3,1	14,0	3,0	-0,60	0,56	14,8	3,1	11,7	3,5	-3,06 *	0,55
43	10,0	3,5	8,9	3,6	-1,19 *	0,42	10,1	4,5	8,7	5,0	-1,48 *	0,57

Fonte: PNAD 2003 e 2004, PME de setembro de 2003 e setembro de 2004.
* Diferenças significativas

Tabela 3: Indicadores de Desocupação (D) e Diferenças (Δ) entre os anos de 2004 e 2005, para a PNAD e a PME. Valores em pontos percentuais.

RM	PNAD						PME					
	2004		2005		2005-2004		2004		2005		2005-2004	
	D	CV	D	CV	D	DP	D	CV	D	CV	D	DP
Total	**13,5**	**1,6**	**13,4**	**1,6**	**-0,16**	**0,28**	**10,9**	**1,9**	**9,6**	**2,1**	**-1,26 ***	**0,26**
26	17,8	3,3	18,3	2,8	0,55	0,70	12,4	5,2	15,0	4,3	2,55 *	0,77
29	19,3	3,0	17,5	3,3	-1,80 *	0,74	15,6	4,2	15,2	4,7	-0,33	0,88
31	12,1	4,1	12,3	3,8	0,17	0,61	10,2	3,7	8,1	4,3	-2,04 *	0,48
33	11,9	3,5	12,7	3,4	0,79	0,58	8,8	4,1	7,4	4,7	-1,36 *	0,43
35	14,0	3,0	13,4	2,9	-0,61	0,51	11,7	3,5	9,7	3,9	-2,04 *	0,51
43	8,9	3,6	8,7	4,2	-0,13	0,43	8,7	5,0	8,4	4,8	-0,26	0,54

Fonte: PNAD 2004 e 2005, PME de setembro de 2004 e setembro de 2005.
* Diferenças significativas

Nota-se que as Taxas de Desocupação produzidas pelas PNAD e PME são distintas, sendo as da PNAD quase sempre superiores às da PME. No entanto, observa-se que há tendência positiva na variação de 2002 para 2003 e uma tendência negativa de 2003 para 2004 e 2004 para 2005 que são detectadas por ambas as pesquisas. Além disso, as pesquisas possuem comportamentos semelhantes para as regiões metropolitanas, registrando, por exemplo, altas taxas em Salvador e mais baixas em Porto Alegre e no Rio de Janeiro.

A volatilidade dos indicadores e de suas variações anuais são semelhantes, não sendo possível identificar um indício de que a PME, por ter sobreposição amostral, forneça taxas com maior precisão que a PNAD. No entanto, verifica-se que a PME apresenta um maior número de variações significativas.

Sabe-se, no entanto, que as duas pesquisas em análise apresentam diferenças amostrais, conceituais, de questionário, etc. Visando amenizar a distância entre a PNAD e PME, identificou-se os conceitos divergentes entre ambas e elaborou-se uma compatibilização entre as referidas bases de dados. Foram realizadas as seguintes alterações:

1. PNAD
   1.1. A abrangência geográfica foi reduzida às áreas urbanas das seis Regiões Metropolitanas da PME (PE, BA, MG, RJ, SP e RS);
   1.2. As atividades realizadas na produção de bens e serviços para o próprio consumo ou na construção para próprio uso foram excluídas do conceito de ocupação. As pessoas que exerciam estas atividades foram consideradas desocupadas quando procuraram trabalho na semana de referência e como não economicamente ativas caso contrário.

2. PME
   2.1. A disponibilidade para assumir o trabalho no período de referência foi desconsiderada;
   2.2. período de referência para a procura de emprego passou a ser a semana e não mais o mês anterior à entrevista.

Foram, então, recalculadas as 1, 2 e 3 obtendo-se os valores apresentados nas Tabelas 4, 5 e 6.

Tabela 4: Indicadores de Desocupação (D) e Diferenças (Δ) entre os anos de 2002 e 2003, para a PNAD e a PME compatibilizadas. Valores em pontos percentuais.

RM	PNAD						PME					
	2002		2003		2003-2002		2002		2003		2003-2002	
	D	CV	D	CV	D	DP	D	CV	D	CV	D	DP
Total	**14,1**	**1,7**	**14,9**	**1,7**	**0,82 ***	**0,29**	**9,6**	**2,2**	**10,7**	**2,2**	**1,07 ***	**0,29**
26	15,6	3,7	18,3	3,1	2,76 *	0,78	10,3	5,4	11,5	5,4	1,26	0,75
29	20,1	3,0	20,2	3,3	0,09	0,75	12,8	5,3	15,2	5,0	2,39 *	0,92
31	14,8	4,1	14,2	3,8	-0,58	0,70	8,6	4,7	8,8	4,5	0,26	0,53
33	12,4	3,3	13,8	3,5	1,35 *	0,61	8,5	4,7	8,3	4,9	-0,17	0,55
35	13,8	3,1	14,7	3,1	0,96	0,51	10,6	3,8	12,2	3,6	1,59 *	0,55
43	12,6	3,1	12,2	3,2	-0,39	0,52	6,4	5,1	8,1	5,2	1,72 *	0,51

Fonte: PNAD 2002 e 2003, PME de setembro de 2002 e setembro de 2003.
* Diferenças significativas

Tabela 5: Indicadores de Desocupação (D) e Diferenças (Δ) entre os anos de 2003 e 2004, para a PNAD e a PME compatibilizadas. Valores em pontos percentuais.

RM	PNAD						PME					
	2003		2004		2004-2003		2003		2004		2004-2003	
	D	CV	D	CV	D	DP	D	CV	D	CV	D	DP
Total	**14,9**	**1,7**	**14,2**	**1,6**	**-0,68 ***	**0,31**	**10,7**	**2,2**	**8,8**	**2,2**	**-1,89 ***	**0,28**
26	18,3	3,1	18,5	3,2	0,15	0,75	11,5	5,4	8,9	6,1	-2,61 *	0,77
29	20,2	3,3	20,2	3,0	0,05	0,77	15,2	5,0	12,0	5,3	-3,20 *	0,88
31	14,2	3,8	15,3	3,4	1,16	0,61	8,8	4,5	8,2	4,2	-0,58	0,54
33	13,8	3,5	12,1	3,5	-1,72 *	0,57	8,3	4,9	7,6	4,7	-0,67	0,49
35	14,7	3,1	14,1	3,0	-0,66	0,58	12,2	3,6	9,6	3,9	-2,62 *	0,53
43	12,2	3,2	10,4	3,4	-1,82 *	0,48	8,1	5,2	6,5	5,9	-1,63 *	0,52

Fonte: PNAD 2003 e 2004, PME de setembro de 2003 e setembro de 2004.
* Diferenças significativas

Tabela 6: Indicadores de Desocupação (D) e Diferenças (Δ) entre os anos de 2004 e 2005, para a PNAD e a PME compatibilizadas. Valores em pontos percentuais.

RM	PNAD						PME					
	2004		2005		2005-2004		2004		2005		2005-2004	
	D	CV	D	CV	D	DP	D	CV	D	CV	D	DP
Total	**14,2**	**1,6**	**14,0**	**1,6**	**-0,24**	**0,29**	**8,8**	**2,2**	**8,3**	**2,3**	**-0,49 ***	**0,25**
26	18,5	3,2	19,1	2,7	0,61	0,72	8,9	6,1	13,0	4,9	4,04 *	0,71
29	20,2	3,0	18,1	3,3	-2,14 *	0,76	12,0	5,3	13,0	5,3	0,98	0,85
31	15,3	3,4	14,0	3,5	-1,32 *	0,63	8,2	4,2	6,6	4,9	-1,69 *	0,46
33	12,1	3,5	13,0	3,4	0,95	0,58	7,6	4,7	6,8	5,1	-0,89 *	0,43
35	14,1	3,0	13,6	2,9	-0,47	0,53	9,6	3,9	8,4	4,2	-1,17 *	0,46
43	10,4	3,4	10,3	3,8	-0,06	0,50	6,5	5,9	7,0	5,6	0,54	0,51

Fonte: PNAD 2004 e 2005, PME de setembro de 2004 e setembro de 2005.
* Diferenças significativas

Verifica-se que com a compatibilização conceitual, acentua-se a distância entre os indicadores de desocupação da PNAD e PME. Ainda assim, ambas as pesquisas captaram uma tendência de alta na taxa de desocupação de 2002 para 2003 e queda de 2003 para 2004 e de 2004 para 2005. Também os desvios padrão das diferenças anuais se mantiveram próximos, indicando que as estimativas obtidas nas pesquisas têm precisões semelhantes. No entanto, a PME permanece apresentando um maior número de diferenças significativas.

Para entender como as alterações realizadas nas bases de dados influenciam o indicador de desocupação, estudou-se o impacto no ano de 2005. Nas Tabelas 7, 8, 10 e 11 vê-se os totais de População Economicamente Ativa (PEA), População Ocupada (PO), População Desocupada (PD) e População Não Economicamente Ativa (PNEA), tanto para a PME quanto para a PNAD, antes e depois da compatibilização. A Tabela 9 apresenta a variação, em porcentagem, existente entre as Tabelas 7 e 8 e a Tabela 12 a variação entre 10 e 11. Dessa maneira pode-se verificar qual a magnitude da alteração em cada categoria.

Tabela 7: Totais da PNAD em 2005 sem alterações de compatibilização.

2005	PEA	PO	PD	PNEA
Total	**24.595.088**	**21.309.731**	**3.285.357**	**15.163.065**
26	1.712.372	1.398.423	313.949	1.298.265
29	1.833.723	1.511.959	321.764	951.917
31	2.629.949	2.306.311	323.638	1.460.433
33	5.716.852	4.991.407	725.445	4.275.383
35	10.533.817	9.122.267	1.411.550	5.934.564
43	2.168.375	1.979.364	189.011	1.242.503

Tabela 8: Totais da PNAD em 2005 com alterações de compatibilização.

2005	PEA	PO	PD	PNEA
Total	**23.916.957**	**20.580.157**	**3.336.800**	**14.831.609**
26	1.677.760	1.357.391	320.369	1.267.807
29	1.804.129	1.477.782	326.347	936.494
31	2.589.454	2.226.476	362.978	1.448.092
33	5.677.914	4.939.278	738.636	4.252.141
35	10.119.144	8.741.626	1.377.518	5.733.934
43	2.048.556	1.837.604	210.952	1.193.141

Tabela 9: Porcentagem de variação entre as bases de dados compatibilizada e não compatibilizada. Valores em pontos percentuais.

2005	PEA	PO	PD	PNEA
Total	**-2,8**	**-3,4**	**1,6**	**-2,2**
26	-2,0	-2,9	2,0	-2,3
29	-1,6	-2,3	1,4	-1,6
31	-1,5	-3,5	12,2	-0,8
33	-0,7	-1,0	1,8	-0,5
35	-3,9	-4,2	-2,4	-3,4
43	-5,5	-7,2	11,6	-4,0

Na PNAD, a compatibilização aumenta a PD e diminui a PEA e a PO. A diminuição da PO pode ser explicada por não se considerar mais como ocupação o trabalho para o próprio uso e para o próprio consumo. As pessoas que tinham somente essa ocupação e procuraram emprego na semana de referência passaram a ser consideradas desocupadas, explicando o aumento na PD. Já as que não procuraram trabalho passaram a ser não economicamente ativas, reduzindo a PEA. Por fim, como retiraram-se as observações da área rural metropolitana todos os valores tiveram um pequeno decréscimo.

Tabela 10: Totais da PME em 09 de 2005 sem alterações de compatibilização.

2005	PEA	PO	PD	PNEA
Total	**22.211.348**	**20.071.658**	**2.139.691**	**16.761.413**
26	1.511.134	1.285.219	225.915	1.464.374
29	1.676.828	1.421.218	255.610	1.153.196
31	2.318.809	2.130.632	188.178	1.738.302
33	5.433.298	5.029.096	404.203	4.542.107
35	9.390.294	8.482.571	907.723	6.458.645
43	1.880.985	1.722.921	158.063	1.404.789

Tabela 11: Totais da PME em 09 de 2005 com alterações de compatibilização.

2005	PEA	PO	PD	PNEA
Total	**21.895.212**	**20.071.658**	**1.823.554**	**17.077.550**
26	1.476.678	1.285.219	191.459	1.498.829
29	1.633.457	1.421.218	212.239	1.196.567
31	2.280.090	2.130.632	149.458	1.777.021
33	5.393.248	5.029.096	364.152	4.582.158
35	9.258.850	8.482.571	776.279	6.590.089
43	1.852.888	1.722.921	129.966	1.432.885

Tabela 12: Porcentagem de variação entre as bases de dados da PME de 09 de 2005 compatibilizada e não compatibilizada. Valores em pontos percentuais.

2005	PEA	PO	PD	PNEA
Total	**-1,4**	**0,0**	**-14,8**	**1,9**
26	-2,3	0,0	-15,3	2,4
29	-2,6	0,0	-17,0	3,8
31	-1,7	0,0	-20,6	2,2
33	-0,7	0,0	-9,9	0,9
35	-1,4	0,0	-14,5	2,0
43	-1,5	0,0	-17,8	2,0

A compatibilização na PME faz com que a PD e a PEA diminuam, tendo portanto um aumento na PNEA. Isso ocorre porque reduziu-se o período de referência para procurar emprego de um mês para uma semana fazendo com que cerca de 500 mil pessoas passem da PD à PNEA. Outra alteração, mas com efeito muito menor, é que não se considerou como PNEA aqueles que procuraram emprego mas não estavam disponíveis para assumi-lo. Este efeito aumenta a PD mas como ele é extremamente menor que o outro passa imperceptível pela compatibilização.

Em termos absolutos, as alterações na PEA e na PD são iguais. No entanto, em termos percentuais, as modificações são maiores na PD do que na PEA, reduzindo, portanto, a taxa de desocupação.

De forma geral, as alterações conceituais fazem com que a taxa de desocupação da PNAD aumente, se distanciando ainda mais da taxa PME. Sem uma análise mais cuidadosa desse resultado pode-se concluir que as modificações realizadas não tiveram o esperado efeito de aproximação dos resultados das pesquisas. Ressalta-se, porém, que as diferenças conceituais não são os únicos fatores que propiciam as divergências encontradas. Como exemplo, podemos citar:

Plano amostral Ao contrário da PNAD, a PME tem amostra desenhada para a área urbana das seis regiões metropolitanas e com sobreposição amostral ao longo do tempo.

Fluxo de questionário Embora ambas as pesquisas coletem informações sobre trabalho e rendimento, elas não possuem o mesmo conjunto de perguntas. Inclusive questões

que investigam as mesmas características podem ter formulações ou uma ordenação diferente, possibilitando interpretações desiguais.

Experiência dos entrevistadores A PNAD é realizada somente uma vez por ano e utiliza entrevistadores contratados temporariamente. Já a PME, realizada mensalmente, mantém a maioria de seus entrevistadores de um mês para o outro. Dessa maneira a equipe de campo da PME tem um maior conhecimento da pesquisa.

Distância entre a entrevista e a semana de referência Na PME, a semana de referência é sempre a semana anterior à entrevista. Na PNAD, as entrevistas são realizadas durante cerca de três meses (de outubro a meados de dezembro), mas a semana de referência é sempre a terceira semana de setembro. Devido a essa grande distância de tempo é razoável supor que os entrevistados não consigam se recordar com exatidão se buscaram trabalho ou mesmo se trabalharam nesse período.

Método de coleta de dados A PME coleta seus dados por meio de questionário eletrônico. Dessa maneira a primeira crítica dos dados é feita no momento da entrevista possibilitando ao entrevistador corrigi-los junto ao informante. O questionário em papel, ainda utilizado na PNAD, não dispõe desse benefício.

Como não se consegue decompor os efeitos dos diferentes fatores acima citados não é possível analisar somente o efeito da sobreposição. Para realizar a análise inicialmente proposta fez-se um outro estudo considerando somente dados da PME.

2 Estudo do impacto da sobreposição nas taxas de desocupação de amostras independentes e sobrepostas provenientes da PME

Nesta seção, analisou-se duas composições diferentes para as amostras independentes e sobrepostas, ambas provenientes das PMEs dos meses de março de 2002 a dezembro de 2006.

2.1 Composição 1

Para cada um dos 58 meses em estudo, a amostra da PME foi dividida em dois subconjuntos, cada um contendo metade da amostra da PME, ou seja, aproximadamente 20.000 domicílios. Considere, por exemplo, os anos de 2003 e 2004. Os domicílios que estavam nas quatro primeiras entrevistas em 2003 e nas quatro últimas em 2004 formaram a amostra sobreposta. Os domicílios que estavam nas quatro últimas entrevistas em 2003 e nas quatro primeiras em 2004 formaram a amostra independente. O Quadro 1 mostra os grupos de rotação[4] da PME para esses dois anos, destacando a composição anteriormente descrita.

[4] A amostra mensal da PME é subdividida em oito conjuntos de setores denominados grupos de rotação.

Quadro 1 Amostra Independente e Sobreposta na PME

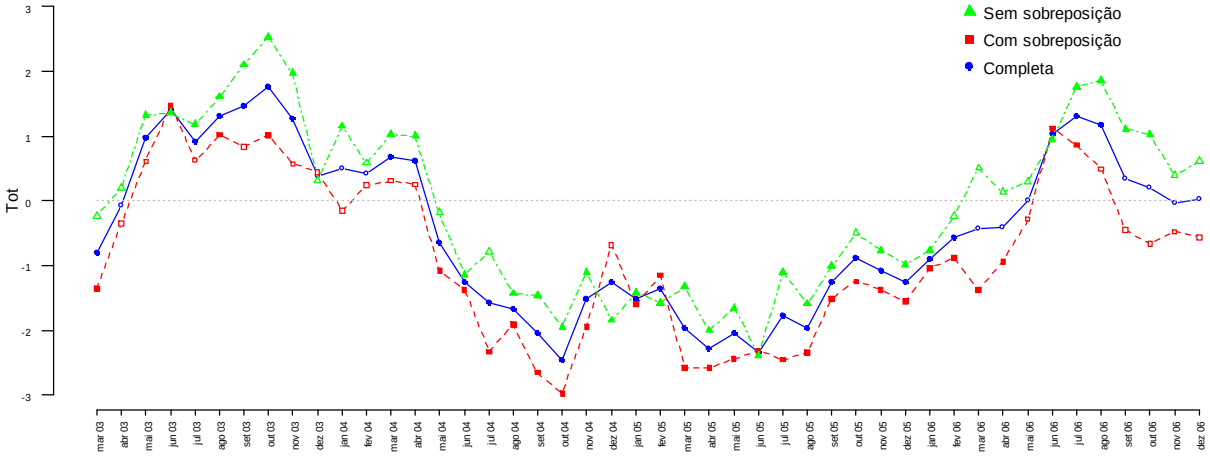
ANO	MÊS	PAINEL C								PAINEL D								PAINEL E								PAINEL F								PAINEL G							
		1	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3	4	5	6	7	8
2003	JAN	8	7	6	5									4	3	2	1																								
	FEV		8	7	6	5									4	3	2	1																						
	MAR			8	7	6	5									4	3	2	1																				
	ABR				8	7	6	5									4	3	2	1																			
	MAI					8	7	6	5									4	3	2	1																		
	JUN						8	7	6	5									4	3	2	1																	
	JUL							8	7	6	5									4	3	2	1																
	AGO								8	7	6	5									4	3	2	1															
	SET									8	7	6	5									4	3	2	1														
	OUT										8	7	6	5									4	3	2	1												
	NOV											8	7	6	5									4	3	2	1											
	DEZ												8	7	6	5									4	3	2	1										
2004	JAN													8	7	6	5																						
	FEV														8	7	6	5																					
	MAR															8	7	6	5																			
	ABR																8	7	6	5																		
	MAI																	8	7	6	5																	
	JUN																		8	7	6	5																
	JUL																			8	7	6	5															
	AGO																				8	7	6	5														
	SET																					8	7	6	5													
	OUT																						8	7	6	5												
	NOV																							8	7	6	5											
	DEZ																								8	7	6	5										

AMOSTRA INDEPENDENTE

AMOSTRA COM SOBREPOSIÇÃO

Para os dados completos e os dois subconjuntos da PME, foram calculadas as Taxas de Desocupação e as diferenças entre as taxas de anos consecutivos com significância estatística determinada a partir dos intervalos de confiança de 95%. O Gráfico 1 apresenta a série das diferenças anuais do indicador.

Gráfico 1 Diferenças anuais das Taxas de Desocupação: série completa, amostras sobrepostas e independentes



O rótulo *(mês a) 0X* aponta a diferença entre as taxas de desocupação do (*mês a)* de *200X* e (*mês a)* de (*200X-1)* e os pontos preenchidos indicam as diferenças estatisticamente significativas.

Pode-se verificar que, na maioria dos meses, a série das diferenças anuais para amostras sobrepostas apresenta valores mais baixos do que a série da PME, enquanto a série para amostras independentes apresenta comportamento oposto.

As causas mais prováveis para esta diferença são a sobreposição amostral ou o vício de rotação. Levantou-se esta última hipótese porque as séries foram construídas a partir da subtração de taxas de desocupação entre os domicílios recém adicionados à amostra e os prestes a serem retirados. Como não se pode mensurar o efeito da sobreposição amostral na série de diferenças analisou-se a contribuição do vício de rotação de modo a suprimi-lo.

2.1.1 Estudo do vício de rotação na composição amostral 1

Sejam dois anos consecutivos j e $j+1$. Seja $D(14)_{ij}$ a taxa de desocupação para os domicílios que estão entre a primeira e a quarta entrevista no e i-ésimo mês do j-ésimo ano e $D(58)_{ij}$ a taxa de desocupação para os domicílios que estão entre a quinta e a oitava entrevista desse mesmo mês e ano. Assim, as diferenças anuais nas amostras sobreposta e independente são dadas, respectivamente, por

$$D(58)_{i(j+1)} - D(14)_{ij} \quad (1)$$

$$D(14)_{i(j+1)} - D(58)_{ij}. \quad (2)$$

Suponha que, no i-ésimo mês, a taxa de desocupação para os domicílios que estão nas quatro primeiras entrevistas é superior a taxa de desocupação para aqueles que estão nas quatro últimas, ou seja,

$$D(14)_{ij} > D(58)_{ij} \quad (3)$$

$$D(14)_{i(j+1)} > D(58)_{i(j+1)}. \quad (4)$$

Considere a expressão (4). Subtraindo $D(14)_{ij}$ dos dois lados da desigualdade, tem-se

$$D(14)_{i(j+1)} - D(14)_{ij} > D(58)_{i(j+1)} - D(14)_{ij}. \quad (5)$$

Utilizando as inequações (3) e (5) é fácil verificar que

$$D(14)_{i(j+1)} - D(58)_{ij} > D(14)_{i(j+1)} - D(14)_{ij} > D(58)_{i(j+1)} - D(14)_{ij}, \quad (6)$$

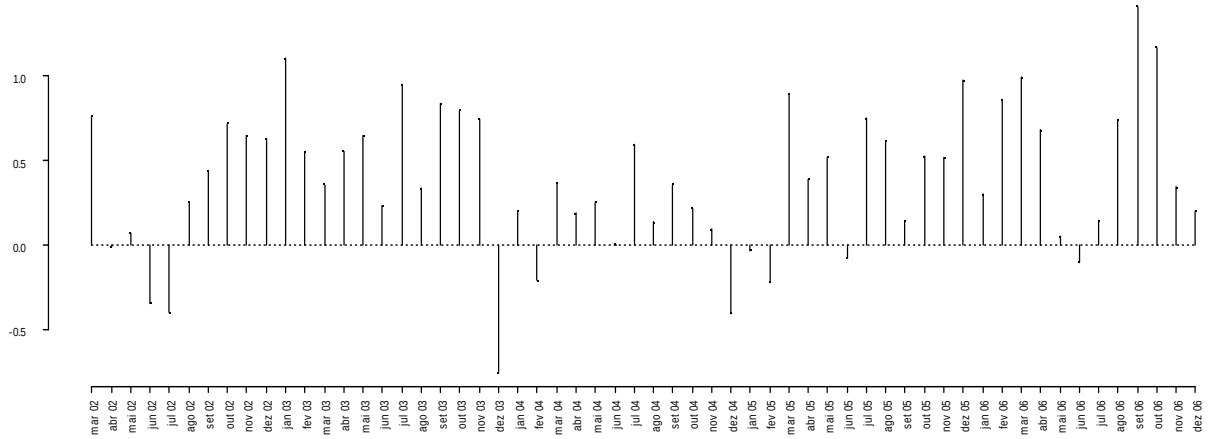
ou seja,

$$\underbrace{D(14)_{i(j+1)} - D(58)_{ij}}_{Expressão\ (1)} > \underbrace{D(58)_{i(j+1)} - D(14)_{ij}}_{Expressão\ (2)}, \quad (7)$$

o que mostra que a diferença anual da taxa de desocupação na amostra independente é maior que na amostra sobreposta.

O Gráfico 2 mostra a diferença entre as taxas de desocupação das entrevistas 1 a 4 e das entrevistas 5 a 8 para a PME. Nota-se que as hipóteses levantadas nas expressões (3) e (4) são verdadeiras para quase todo i $(i=1,...12)$ e j $(j=2002,...2006)$, o que indica a existência de um vício de rotação na amostra. Esse resultado valida a expressão (7) e justifica o comportamento das séries apresentadas no Gráfico 1.

Gráfico 2 Diferenças entre as Taxas de Desocupação das entrevistas 1-4 e 5-8



O rótulo *(mês a 0X)* indica a diferença entre as taxas de desocupação das entrevistas de 1 a 4 e das entrevistas de 5 a 8 no mês a do ano *200X*.

2.2 Composição 2

Para eliminar o efeito do vício de rotação amostral sobre evolução das séries, uma nova composição para as amostras sobrepostas e independentes foi utilizada. Verificou-se que é possível obter duas amostras independentes, sem vícios, com os dados da PME, conforme ilustrado no Quadro 2. No entanto, não é possível obter uma amostra com 100% de sobreposição nessas mesmas condições.

Quadro 2: Amostras Independentes na PME

ANO	MÊS	PAINEL C								PAINEL D								PAINEL E								PAINEL F								PAINEL G							
		1	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3	4	5	6	7	8	1	2	3	4	5	6	7	8
2003	JAN	8	7	6	5									4	3	2	1																										
	FEV		8	7	6	5									4	3	2	1																								
	MAR			8	7	6	5									4	3	2	1																							
	ABR				8	7	6	5									4	3	2	1																						
	MAI					8	7	6	5									4	3	2	1																					
	JUN						8	7	6	5									4	3	2	1																				
	JUL							8	7	6	5									4	3	2	1																			
	AGO								8	7	6	5									4	3	2	1																		
	SET									8	7	6	5									4	3	2	1																
	OUT										8	7	6	5									4	3	2	1															
	NOV											8	7	6	5									4	3	2	1														
	DEZ												8	7	6	5									4	3	2	1													
2004	JAN													8	7	6	5									4	3	2	1												
	FEV														8	7	6	5									4	3	2	1											
	MAR															8	7	6	5									4	3	2	1										
	ABR																8	7	6	5									4	3	2	1									
	MAI																	8	7	6	5									4	3	2	1								
	JUN																		8	7	6	5									4	3	2	1							
	JUL																			8	7	6	5									4	3	2	1						
	AGO																				8	7	6	5									4	3	2	1					
	SET																					8	7	6	5									4	3	2	1				
	OUT																						8	7	6	5									4	3	2	1			
	NOV																							8	7	6	5									4	3	2	1		
	DEZ																								8	7	6	5									4	3	2	1	

AMOSTRA INDEPENDENTE

AMOSTRA INDEPENDENTE

Para essas duas amostras, construiu-se as séries de Taxas de Desocupação, de coeficientes de variação e de diferenças anuais dessas taxas. Os resultados são ilustradas nos Gráficos 3, 4 e 5. Para efeito de comparação, utilizou-se a série da PME, que possui sobreposição de 50% de um ano para o próximo e não possui vício de rotação.

Gráfico 3 Taxas de Desocupação para amostras independentes e dados completos da PME

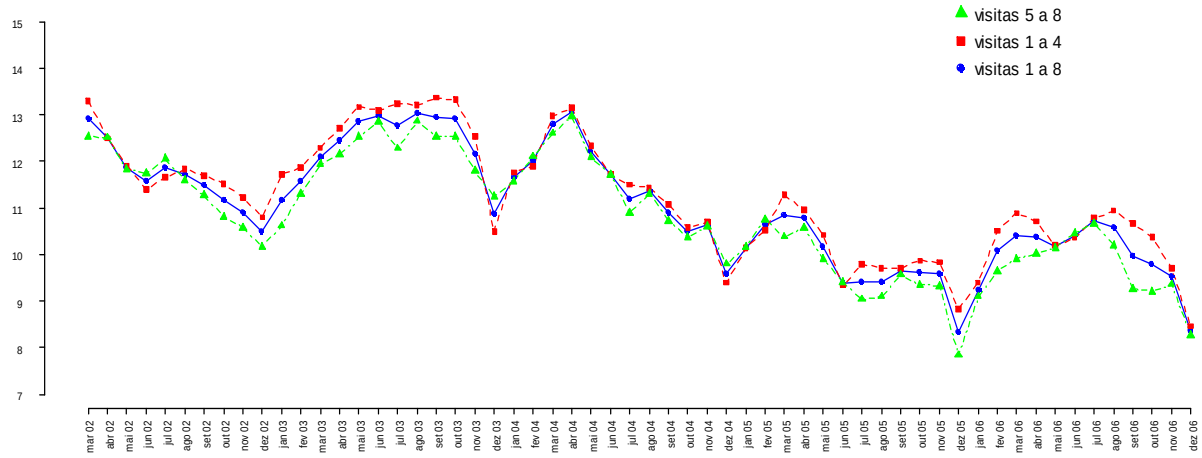
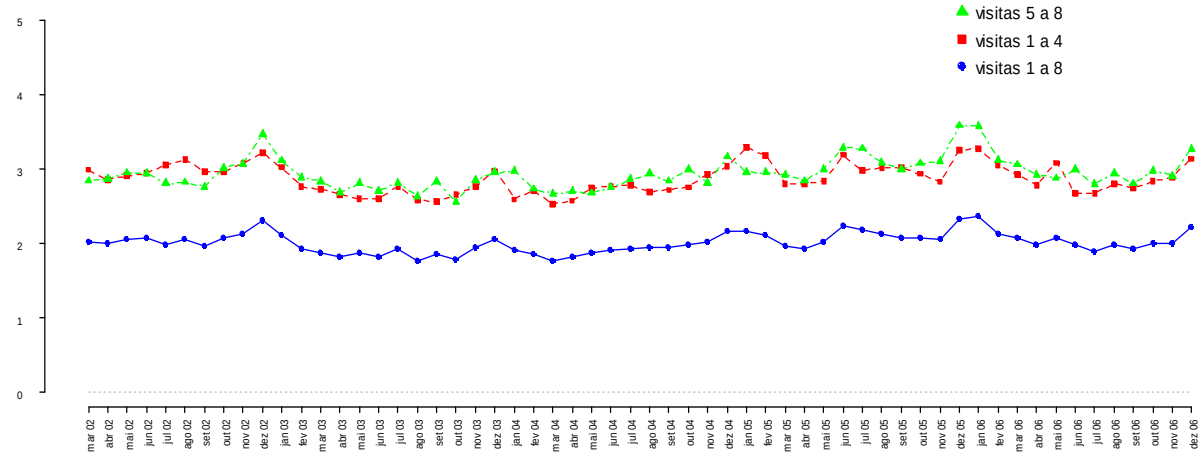
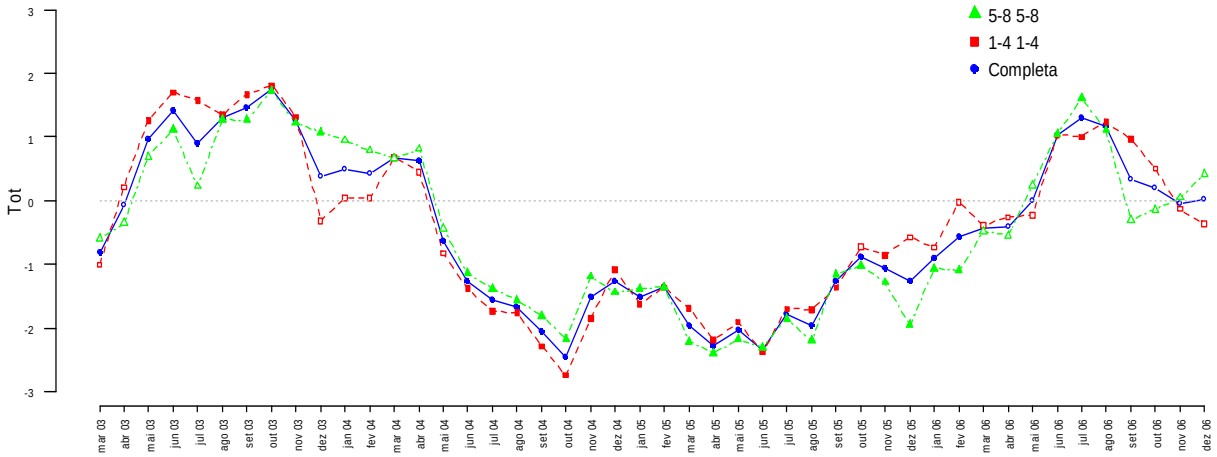


Gráfico 4 Coeficientes de Variação das estimativas das Taxas de Desocupação para amostras independentes e dados completos da PME



O Gráfico 3 ilustra a evolução das Taxas de Ocupação e o Gráfico 4 os coeficientes de variação dessas estimativas. Nota-se que os CVs para as duas séries independentes são aproximadamente 1,5 dos CVs da série que contém as visitas de 1 a 8. Esse resultado pode ser explicado pelo fato das séries independentes possuírem a metade do tamanho amostral da série completa da PME.

Gráfico 5 Diferenças anuais das Taxas de Desocupação para amostras independentes e dados completos da PME



O rótulo *(mês a) 0X* aponta a diferença entre as taxas de desocupação do (*mês a)* de *200X* e (*mês a)* de (*200X-1)* e os pontos preenchidos indicam as diferenças estatisticamente significativas.

O Gráfico 5 mostra que as diferenças produzidas pelas três séries estão bem próximas, especialmente quando são estatisticamente significativas. Os valores, em pontos percentuais, dessas diferenças e de seus desvios padrão são apresentados no anexo B.

Os resultados sugerem que a sobreposição amostral de 50% existente na PME não têm a influência esperada na estimação de diferenças anuais.

3 Conclusões

Neste trabalho, estudou-se 3 composições amostrais com o objetivo de identificar os efeitos da sobreposição amostral na Taxa de Desocupação.

O primeiro estudo foi realizado com dados da PNAD e PME. Embora não tenha sido possível analisar o efeito da sobreposição nessas amostras, esse estudo foi importante para entender as diferenças entre essas duas pesquisas e consequentemente entre seus resultados. Viu-se que as taxas produzidas pela PNAD são superiores às da PME, mesmo quando faz-se uma compatibilização do conceito de trabalho e abrangência geográfica. Ainda assim, as pesquisas conseguem captar a mesma tendência.

O segundo estudo comparou duas subamostras da PME. As séries de diferenças anuais das Taxas de Desocupação foram geradas pela subtração de taxas calculadas para os domicílios que se encontravam nas quatro primeiras entrevistas e taxas calculadas para os domicílios nas quatro últimas entrevistas. Como a desocupação em domicílios nas visitas de 1 a 4 tende a ser maior que em domicílios nas visitas de 5 a 8, os resultados foram influenciados por esse vício de rotação.

O terceiro e último estudo utilizou duas subamostras da PME, independentes e sem vício de rotação. As séries de diferenças anuais das Taxas de Desocupação dessas subamostras foram comparadas com a série dos dados completos da PME. Os valores obtidos são próximos, principalmente nos pontos estatisticamente significantes, o que mostra que

amostras independentes podem apresentar resultados semelhantes aos que hoje são obtidos pela PME, que possui 50% de sobreposição.

Dessa forma, concluiu-se que a sobreposição anual não deve ser vista como um fator decisivo na escolha do esquema de rotação da nova pesquisa do IBGE.

4 Referências Bibliográficas

[1] LILA, Maurício Franca e FREITAS, Marcos Paulo Soares de. **Estimação de intervalos de confiança para estimadores de diferenças temporais na Pesquisa Mensal de Emprego**. Diretoria de Pesquisas, IBGE. Rio de Janeiro, 2003. 20p. Trabalho não publicado.

[2] PESSOA, Djalma Galvão Carneiro e SILVA, Pedro Luís do Nascimento. **Análise de Dados Amostrais Complexos**. Associação Brasileira de Estatística (ABE). São Paulo, 1998. 170p.

[3] R Development Core Team. **R: A language and environment for statistical computing.** R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria, 2006. ISBN 3-900051-07-0, URL http://www.R-project.org.

[4] SAS Institute Inc. **SAS Enterprise Guide**. Cary, NC, USA. Versão 4.1, 2006.

Apêndices

A Tamanho das Amostras

Vê-se na tabela abaixo o tamanho das amostras utilizadas na seção 1. Como na PME somente foi alterado o conceito de desocupação, sem alterar a cobertura geográfica da pesquisa, a amostra permanece a mesma antes e depois da compatibilização.

PNAD	Não Compatibilizada				Compatibilizada			
	2005	2004	2003	2002	2005	2004	2003	2002
Total	**105.376**	**102.218**	**101.973**	**102.908**	**102.530**	**99.453**	**99.136**	**100.161**
26	17.386	16.725	16.709	16.146	16.994	16.267	16.306	15.763
29	16.083	15.355	15.497	15.432	15.802	15.084	15.195	15.133
31	12.649	12.224	12.124	12.485	12.488	12.091	11.962	12.341
33	18.437	17.608	16.741	17.924	18.310	17.509	16.647	17.814
35	21.688	21.300	21.974	22.186	20.791	20.488	21.099	21.245
43	19.133	19.006	18.928	18.735	18.145	18.014	17.927	17.865

PME	Não Compatibilizada				Compatibilizada			
	2005	2004	2003	2002	2005	2004	2003	2002
Total	**100.948**	**100.950**	**100.684**	**101.313**	**100.948**	**100.950**	**100.684**	**101.313**
26	14.294	14.117	14.353	14.048	14.294	14.117	14.353	14.048
29	12.715	13.215	12.738	12.696	12.715	13.215	12.738	12.696
31	19.023	18.862	18.595	19.415	19.023	18.862	18.595	19.415
33	17.962	18.398	17.856	18.073	17.962	18.398	17.856	18.073
35	22.068	21.881	22.357	22.106	22.068	21.881	22.357	22.106
43	14.886	14.477	14.785	14.975	14.886	14.477	14.785	14.975

B Diferenças anuais e desvios padrão para subamostras independentes da PME

	visitas 1 a 8		visitas 1 a 4		visitas 5 a 8	
	Diferença	DP	Diferença	DP	Diferença	DP
mar/03 - mar/02	0,805 *	0,305	1,004	0,533	0,595	0,507
abr/03 - abr/02	0,070	0,293	-0,213	0,499	0,357	0,494
mai/03 - mai/02	-0,974 *	0,303	-1,257 *	0,491	-0,683	0,502
jun/03 - jun/02	-1,411 *	0,294	-1,698 *	0,486	-1,123 *	0,498
jul/03 - jul/02	-0,908 *	0,304	-1,575 *	0,523	-0,227	0,496
ago/03 - ago/02	-1,314 *	0,300	-1,357 *	0,526	-1,273 *	0,477
set/03 - set/02	-1,467 *	0,302	-1,670 *	0,497	-1,268 *	0,480
out/03 - out/02	-1,763 *	0,297	-1,811 *	0,503	-1,730 *	0,462
nov/03 - nov/02	-1,265 *	0,304	-1,319 *	0,499	-1,219 *	0,470

	visitas 1 a 8		visitas 1 a 4		visitas 5 a 8	
	Diferença	DP	Diferença	DP	Diferença	DP
dez/03 - dez/02	-0,374	0,304	0,315	0,470	-1,070 *	0,492
jan/04 - jan/03	-0,500	0,296	-0,047	0,474	-0,948	0,486
fev/04 - fev/03	-0,417	0,285	-0,037	0,471	-0,792	0,470
mar/04 - mar/03	-0,678 *	0,288	-0,675	0,484	-0,667	0,493
abr/04 - abr/03	-0,627 *	0,286	-0,443	0,490	-0,814	0,490
mai/04 - mai/03	0,637 *	0,298	0,829	0,497	0,438	0,488
jun/04 - jun/03	1,260 *	0,290	1,374 *	0,477	1,143 *	0,484
jul/04 - jul/03	1,566 *	0,288	1,737 *	0,497	1,381 *	0,475
ago/04 - ago/03	1,665 *	0,286	1,767 *	0,472	1,566 *	0,482
set/04 - set/03	2,048 *	0,288	2,292 *	0,468	1,813 *	0,472
out/04 - out/03	2,451 *	0,271	2,748 *	0,465	2,169 *	0,458
nov/04 - nov/03	1,520 *	0,276	1,849 *	0,469	1,194 *	0,457
dez/04 - dez/03	1,266 *	0,276	1,092 *	0,425	1,444 *	0,461
jan/05 - jan/04	1,509 *	0,294	1,625 *	0,459	1,390 *	0,468
fev/05 - fev/04	1,359 *	0,289	1,366 *	0,476	1,358 *	0,466
mar/05 - mar/04	1,960 *	0,275	1,692 *	0,463	2,220 *	0,467
abr/05 - abr/04	2,290 *	0,278	2,190 *	0,467	2,394 *	0,468
mai/05 - mai/04	2,044 *	0,266	1,914 *	0,456	2,182 *	0,450
jun/05 - jun/04	2,348 *	0,266	2,386 *	0,446	2,308 *	0,461
jul/05 - jul/04	1,775 *	0,265	1,703 *	0,441	1,858 *	0,439
ago/05 - ago/04	1,965 *	0,268	1,724 *	0,436	2,205 *	0,440
set/05 - set/04	1,265 *	0,263	1,369 *	0,430	1,154 *	0,423
out/05 - out/04	0,876 *	0,258	0,720	0,419	1,026 *	0,427
nov/05 - nov/04	1,070 *	0,246	0,856 *	0,424	1,282 *	0,420
dez/05 - dez/04	1,262 *	0,251	0,577	0,413	1,957 *	0,427
jan/06 - jan/05	0,905 *	0,281	0,740	0,464	1,074 *	0,453
fev/06 - fev/05	0,560 *	0,282	0,024	0,473	1,099 *	0,445
mar/06 - mar/05	0,428	0,280	0,387	0,458	0,487	0,438
abr/06 - abr/05	0,407	0,259	0,259	0,433	0,552	0,430
mai/06 - mai/05	-0,003	0,261	0,229	0,429	-0,241	0,422
jun/06 - jun/05	-1,036 *	0,259	-1,023 *	0,410	-1,047 *	0,447
jul/06 - jul/05	-1,301 *	0,257	-1,003 *	0,416	-1,611 *	0,429
ago/06 - ago/05	-1,177 *	0,258	-1,234 *	0,429	-1,108 *	0,418
set/06 - set/05	-0,336	0,249	-0,961 *	0,424	0,309	0,393
out/06 - out/05	-0,194	0,262	-0,503	0,420	0,141	0,401
nov/06 - nov/05	0,041	0,239	0,129	0,403	-0,043	0,402
dez/06 - dez/05	-0,021	0,226	0,360	0,393	-0,415	0,398

AS INTERAÇÕES ENTRE A DIMENSÃO URBANO-REGIONAL E A ESTRUTURA DE OCUPAÇÕES NAS METRÓPOLES NORDESTINAS

*Hipólita Siqueira**

*Josiane Fachini Falvo***

RESUMO

A perda do dinamismo econômico nas últimas décadas resultou em destruturação generalizada do mercado de trabalho nacional, entretanto, podem-se observar algumas especificidades urbano-regionais, tendo em vista os elevados desequilíbrios entre as regiões brasileiras. Os trabalhadores das regiões metropolitanas do nordeste foram muito afetados por estas mudanças devido, primeiramente, à diversidade e à densidade das demandas nos grandes centros urbanos e pelo mercado de trabalho nordestino já ser bastante precarizado. Após o exame da rede de cidades que comandam as metrópoles nordestinas, observou-se a frágil rede urbana caracterizada por elevados graus de primazia metropolitana. Quanto à estrutura produtiva, apesar da implantação de importantes setores industriais, principalmente nas RMs de Salvador e Fortaleza, destacou-se o peso do conjunto dos setores de serviços que emprega cerca de 80% em Salvador e no Recife e 70% em Fortaleza. Nas áreas não-metropolitanas, prevalecem as Atividades Agrícolas que abrangem cerca de metade dos ocupados. A análise das ocupações por grupos de serviços mostrou a importância do grupo dos serviços distributivos que concentraram mais de 40% dos prestadores de serviços em 2005, em função, principalmente, do grande peso do Comércio e Reparação no mercado de trabalho da região.

Palavras-chave: estrutura ocupacional, mercado de trabalho regional, rede urbana.

---

* Doutoranda em Desenvolvimento Econômico no Instituto de Economia da UNICAMP e bolsista da FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de SP hipolita@eco.unicamp.br

** Doutoranda em Desenvolvimento Econômico no Instituto de Economia da UNICAMP josiane@eco.unicamp.br

Introdução

No Brasil, os impactos das transformações deflagradas pela ordem econômica neoliberal sobre o mercado de trabalho foram extremamente negativos. Sobretudo na década de 1990, houve grande aumento do desemprego por conta das políticas das empresas de redução de custos, das elevadas taxas de juro, da introdução de inovações tecnológicas e organizacionais etc. Associados ao aumento da informalidade e às práticas e políticas de flexibilização das relações e das condições de trabalho (aumento dos contratos de trabalho por tempo determinado, cooperativas de prestação de serviços, banco de horas, participação nos lucros e resultados etc) estas mudanças resultaram na precarização do mercado de trabalho em geral. Em termos setoriais, este movimento ocorreu, principalmente, devido à perda de dinamismo do emprego nas atividades agrícola e industrial e à expansão das ocupações no setor terciário. Desta forma, contribuindo para aumentar o peso do trabalho por conta própria e do emprego sem carteira de trabalho assinada no total dos ocupados. Além do trabalho em serviços domésticos, estas foram as oportunidades de emprego urbano nos anos 1990 (Proni; Henrique, 2003).

Os mercados metropolitanos de trabalho foram os mais afetados por estas mudanças, sendo, portanto, espaços extremamente relevantes para o estudo das transformações aqui destacadas. Possuem estruturas produtivas mais densas e diversificadas em relação aos demais tipos urbanos, tendo dinâmica econômica determinada por uma multiplicidade de fatores que vão desde as demandas derivadas do tamanho da população até economias de aglomeração e externalidades aí presentes. Consequentemente, conformam mercados de trabalho diferenciados, nos quais a própria estrutura do emprego reflete a heterogeneidade urbano-metropolitana. Ao mesmo tempo, riquezas novas e estoques de capitais obsoletos aí são gerados, o que possibilita a exploração destes recursos por classes socialmente distintas, atraindo fluxos migratórios de outras cidades/regiões de modo a agravar/recriar formas de desigualdade social.

No entanto, apesar da precarização do mercado de trabalho ter ocorrido de modo generalizado no país, podem ser observadas algumas especificidades urbano-regionais tendo em vista os elevados desequilíbrios (econômico, social etc) entre as regiões brasileiras. A Região Metropolitana de São Paulo, por apresentar a estrutura produtiva mais diversificada e complexa do país, indica os sinais mais fortes da interrupção da trajetória de estruturação do mercado de trabalho que vinha sendo percorrida no âmbito da implementação dos planos nacionais de desenvolvimento. Por outro lado, as áreas metropolitanas das regiões menos desenvolvidas, Norte e Nordeste acentuaram ainda mais a fragilidade de seus mercados de trabalho já bastante precarizados.

Além dos determinantes macroeconômicos mais gerais, que, por conta das grandes diferenças regionais brasileiras, impactam de modo distinto os mercados de trabalho, existe uma gama variada de elementos explicativos das dinâmicas urbano-regionais de emprego/ocupações que estão relacionadas ao modo como se explicitam espacialmente as questões estruturais não resolvidas pelo país, como, por exemplo, a questão fundiária. Combinada com os processos de modernização do campo, esta questão foi, de certa forma, amortecida durante os anos de crescimento econômico pelas migrações internas no sentido das regiões mais pobres para as mais ricas e pelos grandes projetos de investimento sob uma perspectiva de desconcentração das atividades econômicas, porém, extremamente seletivo em termos regionais e setoriais.

Na Região Nordeste, num contexto de integração do mercado nacional e de homogeneização das relações capitalistas de produção no território brasileiro, estes processos resultaram na constituição de uma frágil rede urbana caracterizada por

elevados graus de primazia de suas metrópoles. Nestes termos, o objetivo deste artigo é o de mostrar como a precariedade das ocupações geradas nos mercados metropolitanos do Nordeste também está relacionada às deficiências da rede de cidades constituída nos territórios que as metrópoles de Salvador, Fortaleza e Recife polarizam. Tem-se como principal referência o contraste entre estas áreas metropolitanas e o Interior das UFs às quais pertencem. Na próxima seção, faz-se inicialmente uma breve revisão teórica da literatura sobre as interações entre a dimensão urbano-regional e o mercado de trabalho. Na seção seguinte, é feita uma caracterização da rede urbana com base nos dados populacionais dos Censos Demográficos do IBGE. Posteriormente, são analisadas informações das PNADs (1982, 1995 e 2005) identificando as principais características das ocupações que são geradas nestas regiões, com atenção especial ao setor de serviços. Por fim, seguem as considerações finais do trabalho.

1. As interações entre a dimensão urbano-regional e a formação dos mercados de trabalho

Segundo Lojkine (1981), o papel da urbanização no capitalismo ocupa lugar tão importante quanto a mecanização do trabalho nas unidades produtivas. A cidade permite a socialização das condições necessárias à reprodução das forças capitalistas, quais sejam meios de produção e reprodução do capital e da força de trabalho e meios de consumo coletivos e de circulação. Sendo que a cooperação que se estende da aglomeração de trabalhadores e das operações técnicas no interior das unidades produtivas para a aglomeração de distintas fases do processo de produção no interior da sociedade é o elo de ligação entre o espaço urbano e os meios de socialização de consumo e circulação.

Este autor ressalta a tendência do capitalismo de reduzir o tempo de produção e de circulação do capital como elemento crucial na relação estabelecida entre aglomeração urbana e o processo de acumulação. Atenção especial é dada à concentração espacial dos meios de consumo coletivos (serviços de transporte, ensino, saúde, alimentação etc), cuja função social é "tornar possível o consumo", criando "modos de vida" e novas necessidades sociais. A cidade seria efeito direto da necessidade de "acelerar a velocidade de rotação" e de aumentar o período de valorização do capital. Assim, argumenta sobre a especificidade da cidade capitalista,

> (..) a aglomeração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades – em outras palavras a cidade – não é de modo algum um fenômeno autônomo sujeito a leis de desenvolvimento totalmente distintas das leis da acumulação capitalista: não se pode dissociá-la da tendência que o capital tem a aumentar a produtividade do trabalho pela socialização das condições gerais da produção – das quais a urbanização (...) é componente essencial (Lojkine, 1981:137).

Nesta mesma linha, e partindo da premissa de que a separação entre o campo e a cidade é a primeira divisão social do trabalho a ser considerada, Faria (1980) estabelece uma dupla perspectiva de análise para a relação entre esta divisão e o processo de urbanização capitalista: de um lado, a aglomeração urbana dos meios de produção e consumo e, de outro lado, a especialização de cidades e regiões em ramos e setores produtivos. A partir daí, o processo de urbanização, em termos demográficos, seria determinado pelas necessidades de (des)mobilizar e de (re)produzir a força de trabalho e, pela (des)concentração regional de atividades e funções, em termos da organização do espaço.

A constituição de uma área metropolitana implica numa amplificação dos processos de diversificação produtiva e de diferenciação social que estruturam o urbano em geral (Brandão, 2006). Apesar de, historicamente, a sociedade de classes preceder ao surgimento de uma cidade, este último se confunde com o próprio processo de

diferenciação social. A metrópole por ser *lócus* privilegiado de acumulação, no qual atuam interesses de diversas frações de capital, reúne as condições para o surgimento de classes socialmente distintas e a diferenciação no interior da estrutura social. A atuação do Estado em seus diferentes níveis de governo que compõem a instância metropolitana, via mecanismos de regulação de uso do solo, investimentos em obras e empresas públicas, serviços sociais e administrativos e outros, também é determinante na (re)organização espacial e na estratificação social. As possibilidades de trabalho, de captação de rendas e de acesso a serviços sociais que aí se constituem são fortes atrativos de populações de outras cidades/regiões/países para estas áreas. O que, por sua vez, tende a agravar/recriar formas de desigualdade social no interior destes espaços.

A complexidade dos espaços metropolitanos, segundo Santos (1990), ocorre pela ação de processos de modernização, involução e segmentação. Nos dois primeiros, o autor se refere ao fato de que a metrópole não significa apenas modernidade em oposição às atividades rurais, mas também concentração de grande número de pobres e de trabalhadores mal pagos e de alta rotatividade, especialmente em países subdesenvolvidos. Apesar disto, a metrópole está sempre alentando expectativas de encontrar alguma ocupação. Esta involução está, por sua vez, correlacionada à segmentação da economia urbana marcada pela presença simultânea de vários tipos de capital e de trabalho. A existência de atividades com diversos níveis de capitalização, organização e tecnologia cria diferentes oportunidades de trabalho e de captação de rendas, inclusive para os estratos que estão na base da estrutura social. Deste modo, Santos (1993) enfatiza a formação de estoques de capital obsoleto nas metrópoles e sua importância na atração de pobres recriando as condições para a utilização deste "velho econômico".

A competição que se estabelece entre as diversas frações de capital, entre capital e trabalho, bem como a pressão dos fluxos migratórios se desdobram numa dinâmica de competição pelo uso do espaço urbano. Porém, assim como todo urbano, a resistência às transformações também é um elemento revelador de sua complexidade, pois o ambiente construído é dotado de grande inércia. Historicamente, parte importante dos conflitos sociais é constituída pela disputa em torno da apropriação de espaços e da resistência frente a transformações socioespaciais.

No que se refere ao mercado de trabalho, estas disputas estruturam-se numa trama complexa que envolve movimentos migratórios, segmentação, distribuição de renda, estruturas produtiva e de consumo, padrões salariais, regulamentação jurídico-institucional, ação dos sindicatos e dos movimentos sociais etc. De modo geral, permeada pelos conflitos estabelecidos no âmbito da produção social do espaço e do processo histórico de separação entre o local de moradia e o local de trabalho. Alterações na economia urbana são produzidas pela introdução de novas condições e relações de trabalho, bem como por mudanças na composição da força de trabalho. Porém, é necessário lembrar que, em grande medida, estas mudanças são determinadas por um conjunto de fatores que vão além do mercado de trabalho e dos limites urbano-regionais, como por exemplo, as mudanças gerais nas economias nacional e internacional e o quadro jurídico-institucional nacional que rege a contratação e a dispensa da mão-de-obra.

De acordo com Scott (1988 e 1994), a própria relação de emprego, objeto de constante reconstrução por meio da ação política dos agentes nela envolvidos, tem desdobramentos na organização interna do mercado local de trabalho. Por outro lado, os mercados urbanos de trabalho estabelecem ligações entre os principais espaços das cidades: de produção, social e da circulação. Através do mercado de trabalho, estes

estão articulados num sistema único que conecta indivíduos e empregos e determina salários.

A dimensão espacial na análise do mercado de trabalho é também apresentada em Offe (1985). Segundo o autor esta é a "única variável" que possibilita ao trabalhador, individualmente, melhorar sua posição estratégica no mercado.

> Conseqüentemente, as reações adaptativas historicamente mais importantes da força de trabalho na ausência de assistência pública ocorreram na dimensão espacial, através dos movimentos como a emigração, a urbanização e as viagens diárias até o local de trabalho muito distante de casa. Mas é óbvio que, mesmo em processos de adaptação espaciais, que representam a única dimensão na qual o lado da oferta no mercado de trabalho pode empregar estratégias autônomas contra o lado da demanda, o trabalhador é obrigado a se sacrificar. Isto se torna claro não só na destruição de relações familiares e sociais locais, mas também nos riscos específicos do empobrecimento ou de marginalização (Offe, 1985: 31).

2. A rede de cidades comandada pelas metrópoles nordestinas

A rede urbana brasileira caracteriza-se por distintas dinâmicas regionais, tendo se consolidado, historicamente, durante o período da industrialização pesada. No entanto, a rede urbana por ser, ao mesmo tempo, reflexo e condição social, está sujeita a transformações constantes ensejando diferentes espaço-temporalidades no contexto do território nacional.

Segundo Egler (2007), a urbanização no Brasil apresenta um ritmo extremamente dinâmico, diferentemente, dos demais paises latino-americanos com distribuição urbana mais estabilizada e elevado índice de primazia urbana. A diferenciação do Brasil ocorre, em grande parte, por conta de dois processos articulados: concentração populacional nas metrópoles; e expansão e adensamento da estrutura urbana, tanto em áreas de povoamento consolidado como na fronteira de recursos naturais. Porém, este processo foi marcado pela ocorrência de intensos fluxos migratórios (rural-urbano; urbano-urbano), em decorrência das elevadas desigualdades econômicas intra e inter-regionais presentes no país.

Na Região Nordeste existe uma maior concentração das áreas urbanas no litoral, tendo suas áreas metropolitanas (Salvador, Recife e Fortaleza) passado por um processo de adensamento populacional significativo nas últimas décadas, apesar de se tratar de uma região reconhecidamente expulsora de população para o Sudeste do país. Segundo estudo do IPEA/IBGE/IE-Unicamp-Nesur (1999), a rede de cidades nordestinas ainda é caracterizada por frágil organização em termos de distribuição da população e da oferta de bens e serviços. Neste sentido, se diferenciam de outras regiões do Centro-Sul brasileiro que seguiram a tendência de crescimento das metrópoles acompanhada por expansão e adensamento da estrutura urbana. Tal fragilidade se expressa na concentração da população nas metrópoles/capitais e pela baixa capacidade dos núcleos inferiores na hierarquia da rede de cidades de reter população e minimizar a pressão dos fluxos migratórios sobre as áreas metropolitanas.

Nos últimos anos, apesar da institucionalização de regiões metropolitanas com base em outras capitais nordestinas, apenas Fortaleza, Recife e Salvador apresentam de fato características de aglomerações metropolitanas. Dada a concentração de infra-estrutura urbana, da oferta de serviços coletivos, sociais, de apoio à produção, e das oportunidades de trabalho e captação de renda, tais metrópoles também polarizam área de influência que extrapola os limites de suas UFs e apresentam grande primazia sobre os demais centros urbanos regionais.

Tal configuração tem como base elevada concentração da propriedade e a manutenção de condições de extrema pobreza nas zonas rurais. Segundo Araújo (2000), mesmo com o aumento do dinamismo e diversificação das atividades econômicas com a

atração de empreendimentos modernos para o campo e para algumas cidades nordestinas, "a questão fundiária permanece intocada". A questão da migração para outras regiões como "válvula de escape" de uma situação de extrema pobreza nas áreas rurais, por sua vez, foi agravada por conta do baixo crescimento econômico nacional nas duas últimas décadas. Com isso, os fluxos migratórios passaram a se intensificar não só no sentido das metrópoles da própria região, mas também de pequenas e médias cidades, aí gerando problemas característicos das grandes cidades como a favelização. Esta autora chama atenção para o fato de que a questão social nas zonas rurais, apesar destes processos continua sendo relativamente mais grave.

A esta configuração do campo e da rede de cidades se sobrepõe uma estrutura produtiva marcada pela concentração dos segmentos de maior valor agregado e de complexidade tecnológica nas três metrópoles. Impulsionados por incentivos fiscais e financeiros no âmbito dos grandes projetos que caracterizaram a industrialização brasileira, os empreendimentos que aí se instalaram alteraram o perfil da indústria nordestina, o que implicou na convivência de modernas estruturas industriais com tradicionais cultivos agrícolas.

Tendo como base estas características mais gerais da rede urbana nordestina, busca-se a seguir ressaltar as diferenças entre as redes de cidades lideradas por estas regiões metropolitanas no espaço interno das UFs correspondentes e sua contribuição para a precarização das estruturas ocupacionais.

Ceará

Nas décadas de 1970 e 1980, a taxa de crescimento da população do Ceará foi menor do que a média nacional (Tabela 1). Porém, a RM de Fortaleza cresceu a taxas superiores à nacional, à das demais cidades do Ceará, com destaque para os municípios metropolitanos de Caucaia, Fortaleza e Maranguape nos anos 1970 e para Caucaia e Pacatuba nos anos 1980. O crescimento superior da RM de Fortaleza em relação à UF exceto RM Fortaleza também se repetiu nos anos 1990. Neste período foram incorporados seis municípios à sua dinâmica populacional, refletindo a expansão de sua mancha urbana. Dois destes municípios, Horizonte e Eusébio, apresentaram taxas anuais bem superiores à taxa metropolitana.

O fato de a RM de Fortaleza ter crescido mais do que o interior cearense, ainda que num ritmo inferior ao da década de 1970, se destoa da tendência nacional mais recente onde é observado menor crescimento populacional das regiões metropolitanas em relação às demais regiões. Em todo o período analisado, o município da capital apresentou crescimento superior à região do interior, crescendo a uma taxa um pouco superior à metropolitana nos anos 1970 e um pouco inferior nas décadas seguintes. Demonstrando, assim, a manutenção da função desta RM e de seu município-pólo no que se refere à atração da população do interior cearense e nordestino em geral.

Tabela 1 - Taxa de crescimento anual, Brasil e Estado do Ceará (RM Fortaleza e UF exceto RM), 1980/70, 1991/80 e 2000/91

Regiões	1980/70	1991/80	2000/1991
Brasil	**2,5**	**1,9**	**1,6**
Estado do Ceará	**1,95**	**1,68**	**1,73**
RM Fortaleza	**4,23**	**3,43**	**2,44**
Aquiraz	3,33	0,24	3,01
Caucaia	5,57	5,19	4,74
Chorozinho	-	-	2,12
Eusébio	-	-	4,94
Fortaleza	4,30	2,76	2,15
Guaiúba	-	-	1,39
Horizonte	-	-	7,06
Itaitinga	-	-	-
Maracanaú	-	-	1,50
Maranguape	4,33	-2,14	2,32
Pacajus	3,49	-3,45	3,69
Pacatuba	2,81	3,26	-1,67
São Gonçalo do Amarante	1,63	1,55	2,20
Ceará exceto RM Fortaleza	**1,07**	**0,78**	**1,28**

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000.

Apesar de o Estado do Ceará ter apresentado, em 2000, 72% de sua população total em áreas urbanas, cerca de 60% da população total ainda residia em municípios com até 100 mil habitantes, os quais concentravam quase 100% da população rural e do total de municípios cearenses (Tabela 2). Por outro lado, apenas 1 município com população de mais de 1 milhão de habitantes (Fortaleza) concentra cerca de um terço da população total e de 40% da população urbana estadual. Se comparada aos anos 1980 e 1991 não ocorreram mudanças significativas no que se refere à redistribuição interna da população estadual.

Além da acentuada concentração da população na área metropolitana, a fragilidade da rede urbana cearense também pode ser indicada pela reduzida importância dos municípios com porte intermediário. Embora tenha aumentado a proporção da população total nos municípios com porte intermediário ao longo do período analisado, esta UF registrou em 2000 somente 4 municípios com população entre 100-250 mil habitantes (Crato, Juazeiro do Norte e Sobral no interior; e Maracanaú na RM Fortaleza); e 1 município da RM com população entre 250-500 mil habitantes (Caucaia - 250.479 habitantes), juntos estes têm participação relativa de 15% da população urbana do Ceará.

Tabela 2 – Ceará: Distribuição da população segundo tamanho dos Municípios, 1980, 1991 e 2000

Grupos de municípios, segundo número de habitantes	1980	1991	2000			
	% Pop total	% Pop total	Nº Municípios	% Pop total	% Pop Urb/Urb total	% Pop Rur/Rur total
Até 20 mil	13	19	98	17	11	32
20-50 mil	36	29	62	27	19	45
50-100 mil	19	14	18	16	14	20
100-250 mil	7	10	4	9	11	2
250-500 mil	-	-	1	3	4	1
500 mil-1 milhão	-	-	-	-	-	-
mais de 1 milhão	25	28	1	29	40	-
Total	100	100	184	100	100	100
% Pop Urbana/Pop Total				72		

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000.

Bahia

A taxa de crescimento populacional da Bahia foi semelhante à nacional nos anos 1970, sendo que a metrópole de Salvador chegou a representar quase o dobro da média nacional, com os municípios de Lauro de Freitas e Camaçari crescendo à taxa anual de mais de 10% (Tabela 3). Por outro lado, o crescimento da UF exceto RM Salvador foi bem inferior à média da RM. Nos anos 1980, a Bahia acompanha a redução do crescimento populacional nacional, porém sua taxa anual fica um pouco acima da nacional e repete o movimento anterior de crescimento da metrópole superior ao da região do interior baiano. Porém, houve uma redução drástica do crescimento de municípios metropolitanos que apresentaram taxas bastante elevadas nos anos anteriores como Camaçari e Lauro de Freitas.

Nos anos 1990, há uma redução do ritmo de crescimento da população baiana, porém, mantendo a tendência de crescimento superior da metrópole em relação ao interior baiano. Foram incorporados apenas dois municípios à dinâmica metropolitana, sendo que um deles, Dias d'Àvila, foi um dos municípios metropolitanos de maior taxa de crescimento anual. Camaçari voltou a crescer a taxas elevadas e Lauro de Freitas, embora com uma taxa ligeiramente inferior à da década anterior, manteve taxas elevadas representando mais do que o dobro da taxa de crescimento metropolitano.

Tabela 3 – Taxa de crescimento anual, Brasil e Estado da Bahia (RM Salvador e UF exceto RM), 1980/70, 1991/80 e 2000/91

Regiões	1980/70	1991/80	2000/1991
Brasil	**2,5**	**1,9**	**1,6**
Estado da Bahia	**2,35**	**2,09**	**1,08**
RM Salvador	**4,41**	**3,19**	**2,14**
Camaçari	10,36	2,23	4,00
Candeias	4,69	2,10	1,37
Dias d'Ávila	-	-	4,22
Itaparica	2,63	3,00	2,59
Lauro de Freitas	13,48	6,28	5,64
Madre de Deus	-	-	3,05
Salvador	4,08	2,98	1,83
São Francisco do Conde	-1,50	1,15	2,95
Simões Filho	7,06	4,74	2,93
Vera Cruz	1,37	4,42	3,34
Bahia exceto RM Salvador	**1,94**	**1,82**	**0,78**

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000.

Como contrapartida desta dinâmica de crescimento, a Bahia apresentou em 2000 um percentual de 67% de sua população em áreas urbanas, sendo que 60% da população total vivia em municípios com porte de até 100 mil habitantes (Tabela 4). Ao mesmo tempo, estes municípios, principalmente aqueles com até 50 mil habitantes, também foram responsáveis por cerca de 90% da população rural baiana.

Por outro lado, cerca de um terço da população urbana e 20% da população total desta UF concentrava-se apenas em 1 município (Salvador) com mais de 1 milhão de habitantes. Em relação aos anos 1980 e 1991, não ocorreram grandes mudanças nestes percentuais. Apesar de estes serem percentuais bem elevados, a primazia da RM Salvador em relação à rede de cidades da Bahia é inferior à do Ceará.

Também no que se refere às posições intermediárias, esta se diferencia um pouco do Ceará, pois em 2000 apresentava mais municípios com população entre 100-250 mil habitantes (Alagoinhas, Barreiras, Ilhéus, Itabuna, Jequié, Juazeiro e Teixeira de Freitas no interior; e Lauro de Freitas e Camaçari na RM), com 11% da população total e 14% da população urbana; e mais municípios com população entre 250-500 mil habitantes (Feira de Santana e Vitória da Conquista no interior baiano), com 6% da população total e 7% da população urbana da UF. Assim como no Ceará, não registrou nenhum município com porte de 500 mil-1milhão de habitantes. No entanto, o grande diferencial em relação ao Ceará e Pernambuco é que a maioria dos municípios de porte intermediário em sua rede urbana estão localizados no interior.

Tabela 4 – Bahia: Distribuição da população segundo tamanho dos Municípios, 1980, 1991 e 2000

Grupos de Municípios, segundo número de habitantes	1980	1991	2000			
	% Pop total	% Pop total	Nº Municípios	% Pop total	% Pop Urb/Urb total	% Pop Rur/Rur total
Até 20 mil	26	27	253	24	15	42
20-50 mil	35	29	124	27	22	39
50-100 mil	12	13	26	13	14	12
100-250 mil	9	10	9	11	14	4
250-500 mil	3	3	2	6	7	2
500 mil-1 milhão	-	-	-	-	-	-
mais de 1 milhão	16	17	1	19	28	0
Total	100	100	415	100	100	100
% Pop Urbana/Pop Total				67		

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000.

Pernambuco

Diferentemente do Ceará e da Bahia, as taxas anuais de crescimento da população de Pernambuco vem sendo inferiores às taxas nacionais desde os anos 1970 (Tabela 5). A população da RM de Recife, neste período, cresce a taxas anuais maiores do que a da UF exceto RM, mas, mesmo assim, foram taxas inferiores às nacionais.

Na década de 1990, assim como na Bahia, poucos municípios foram incorporados à área metropolitana e, dentre os 13 municípios que a compõe, apenas 4 cresceram abaixo da taxa metropolitana.

Tabela 5 – Taxa de crescimento anual, Brasil e Estado de Pernambuco (RM Recife e UF exceto RM), 1980/70, 1991/80 e 2000/91

Regiões	1980/70	1991/80	2000/1991
Brasil	**2,5**	**1,9**	**1,6**
Pernambuco	**1,76**	**1,36**	**1,18**
RM Recife	**2,71**	**1,60**	**1,49**
Araçoiaba	-	-	-
Cabo de Santo Agostinho	3,23	1,82	2,09
Camaragibe	-	-	2,91
Igarassu	2,89	0,79	0,34
Ipojuca	0,96	1,29	3,00
Itamaracá	1,49	3,15	3,53
Itapissuma	-	-	2,29
Jaboatão dos Guararapes	5,10	3,59	1,99
Moreno	1,14	1,04	2,58
Olinda	3,69	1,75	0,83
Paulista	8,99	2,24	2,42
Recife	1,27	0,69	1,02
São Lourenço da Mata	4,37	-4,60	0,57
Pernambuco exceto RM Recife	**1,20**	**1,20**	**0,96**

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1970, 1980, 1991 e 2000.

Em 2000 registrou maior percentual de sua população em áreas urbanas em comparação com Bahia e Ceará (Tabela 6). Cerca de 50% da população pernambucana estava concentrada nos municípios com porte de até 100 mil habitantes que também

foram responsáveis por 92% da população rural estadual. No lado oposto da hierarquia, 1 município (Recife) concentra 18% da população total e 23% da população urbana. Ainda que ligeiramente menores em relação às redes cearense e baiana, são percentuais bem elevados.

Pernambuco também se diferencia por apresentar maior proporção relativa de sua população nas posições intermediárias da sua rede de cidades. Em 2000, possuía 5 municípios do grupo de 100-250 mil habitantes (Cabo de Santo Agostinho e Camaragibe na RM e Garanhuns, Petrolina e Vitória de Santo Antão no interior); 3 no grupo de 250-500 mil (Caruaru no interior e Olinda e Paulista na RM); e 1 no grupo de 500 mil-1 milhão (Jaboatão dos Guararapes na RM). Estes concentravam, respectivamente, 9%, 11% e 7% da população total e 10%, 14% e 9% da população urbana. No entanto, com exceção de apenas 3 municípios, a maior parte deles faz parte da RM.

Tabela 6 – Pernambuco: Distribuição da população segundo tamanho dos Municípios, 1980, 1991 e 2000

Grupos de Municípios, segundo número de habitantes	1980	1991	2000			
	% Pop total	% Pop total	Nº Municípios	% Pop total	% Pop Urb/Urb total	% Pop Rur/Rur total
Até 20 mil	18	15	93	15	9	33
20-50 mil	26	24	61	22	17	42
50-100 mil	15	18	21	17	17	17
100-250 mil	11	13	5	9	10	6
250-500 mil	10	12	3	11	14	2
500 mil-1 milhão	-	-	1	7	9	1
mais de 1 milhão	20	18	1	18	23	-
Total	100	100	185	100	100	100
% Pop Urbana/Pop Total				76		

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1980, 1991 e 2000.

Apesar de algumas diferenças entre as redes de cidades das UFs das três metrópoles nordestinas, estas se diferenciam das redes urbanas mais consolidadas do país, sobretudo, tendo como referência a mais avançada, a do Estado de São Paulo. Embora, assim como observado para as UFs nordestinas aqui analisadas, haja uma concentração significativa da população nos municípios de maior porte (no caso paulista, com mais de 2 milhões de habitantes), o principal diferencial está nas posições intermediárias. Em 2000, havia 40 municípios com 100-250 mil habitantes, 14 com 250-500 mil habitantes e 7 com entre 500-2 milhões de habitantes na rede de cidades paulista, refletindo um crescimento e fortalecimento de centros urbanos com porte e infra-estrutura significativos no interior da UF, com destaque para a formação de mais duas áreas metropolitanas (Campinas e Baixada Santista), além da RM de São Paulo.

Em síntese, a análise da rede de cidades polarizada pelas 3 metrópoles nordestinas mostra baixa dispersão da urbanização no território de suas UFs. As cidades de porte intermediário que aí se formaram, embora dotadas de certa infra-estrutura econômica e de serviços urbanos, como no caso de Feira de Santana, Barreiras, Petrolina, Juazeiro, Sobral e Caruaru não se constituem como pólos urbanos regionais capazes de assegurar opções de emprego e renda frente às extremas condições de pobreza das zonas rurais. O que reforça ainda mais a função de "válvula de escape" das metrópoles. Neste sentido, representam o urbano mais forte e complexo que comanda uma rede de cidades bastante débil.

Na seção seguinte, observa-se como a não constituição de uma rede urbana mais robusta capaz de conter fluxos migratórios no sentido das metrópoles se reflete em algumas características ocupacionais nestes mercados regionais de trabalho.

3. O contraste Interior *vs* Metrópole na estrutura das ocupações

Inicialmente, em termos do mercado de trabalho, a primazia urbana das metrópoles nordestinas se reflete na concentração de grande parcela do PIB e da PEA de suas UFs. Os percentuais de concentração dos PIBs estaduais chegam à cerca de 65% nestas metrópoles[1]. As RMs Fortaleza e Recife concentram cerca de 43% da PEA de seus respectivos Estados. O percentual da RM Salvador, porém, é um pouco inferior, 30%, o que, em parte, pode ser explicado pelo fato de possuir um número maior de cidades de porte intermediário no Interior Baiano. O mesmo pode ser observado no que se refere à População Desocupada (PD). Neste caso, chama atenção o significativo aumento dos percentuais as metrópoles se comparadas ao Interior de suas UFs. Entre 1980-2000, o percentual da PD aumenta de 34% para 56% na RM de Fortaleza, de 47% para 55% na RM de Recife, e de 20% para 27% na RM de Salvador. O

Em relação às taxas de crescimento da PEA no período 1980-2000, o contraste Metrópole *vs* Interior pode ser observado nos dados da Tabela 7. Tanto na década de 1980 como na de 1990, estas taxas foram maiores nas RMs do que no Interior, a exceção foi a RM Recife que apresentou taxa de crescimento inferior à do interior nos anos 1990. De modo geral, o crescimento da PEA é marcado por elevadas taxas de crescimento da população desocupada das metrópoles nos dos períodos, enquanto que nas UFs exceto RM há um significativo aumento destas nos anos 1990.

No entanto, os dados de desemprego da PED (Seade/Dieese) mostram uma queda das taxas na RM Salvador e RM Recife[2] desde 2000. A taxa de desemprego total caiu de 27% em junho de 2000 para 20% em junho de 2007 na primeira e de 21,1% para 20,5% na segunda, durante mesmo período. Apesar da redução, bastante significativa no caso de Salvador, estas são as duas maiores taxas de desemprego das metrópoles cobertas pela pesquisa.

[1]Dados das Contas Nacionais do IBGE.

[2] A PED não é feita para a RM Fortaleza. Além das metrópoles de Salvador e Recife, a pesquisa é feita nas metrópoles de Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo e RIDE Brasília.

Tabela 7 - Taxa de crescimento da PEA, segundo RMs e UFs exceto RMs, 1991/80 e 2000/91

Regiões	Indicador	1991/80			2000/91		
		Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
	PEA	**4,52**	**1,69**	**4,60**	**4,52**	**-3,01**	**4,66**
	PO	3,75	1,65	3,81	2,52	-6,19	2,68
RM Salvador	PD	15,91	2,20	16,41	14,59	14,70	14,59
	PEA	**2,47**	**0,20**	**5,44**	**2,98**	**0,50**	**5,00**
	PO	2,16	0,04	5,01	1,80	-0,02	3,40
BA exceto RM	PD	8,54	4,16	12,53	13,38	7,82	15,79
	PEA	**2,78**	**-2,92**	**3,23**	**2,52**	**0,55**	**3,89**
	PO	2,06	-3,44	2,49	1,42	-7,95	1,77
RM Recife	PD	13,52	4,74	14,23	12,25	3,44	12,55
	PEA	**1,48**	**-1,13**	**4,29**	**3,13**	**-6,24**	**3,47**
	PO	1,19	-1,32	3,96	1,40	0,12	2,35
PE exceto RM	PD	8,73	5,22	11,10	13,93	7,81	16,15
	PEA	**4,23**	**-1,77**	**4,57**	**3,73**	**0,26**	**3,84**
	PO	3,89	-1,88	4,22	2,28	-0,62	2,38
RM Fortaleza	PD	12,57	3,64	12,84	16,55	15,67	16,57
	PEA	**1,58**	**-0,63**	**4,77**	**2,68**	**0,84**	**4,38**
	PO	1,49	-0,64	4,63	1,85	0,45	3,21
CE exceto RM	PD	4,40	-0,15	8,33	15,85	11,29	17,78

Fonte: Censo/IPEAData.

Na Tabela 8 tem-se a evolução da participação relativa dos trabalhadores ocupados por setor de atividade econômica nas RMs do Nordeste. Como era de se esperar, as atividades agrícolas agregam poucos trabalhadores nas metrópoles, tendo reduzido expressivamente entre 1982-2005.

A Indústria de Transformação perdeu participação em relação aos demais setores de atividade. Este movimento segue uma tendência mais geral das ocupações em áreas metropolitanas como reflexo da reestruturação produtiva. Mas também, é preciso considerar o quadro de baixo crescimento econômico nacional e suas repercussões sobre o emprego metropolitano. Tendo em vista o modo pelo qual estas metrópoles se inserem na divisão regional do trabalho brasileira, principalmente como fornecedora de bens intermediários e de consumo não-duráveis, também é preciso observar de modo mais desagregado o desempenho dos segmentos que compõem a indústria regional. Como pode ser observado nos dados da Tabela 8, ao contrário das demais, a participação do setor industrial nas ocupações na RM Fortaleza aumenta entre 1995-2005, o que pode estar refletindo a atração de investimentos dos setores de bens não-duráveis (têxtil e calçados) tendo como a base elevados incentivos/benefícios fiscais e financeiros por parte do governo estadual.

A Construção Civil perdeu participação nas metrópoles de Recife e Fortaleza. Em Salvador, o mercado imobiliário tem mantido o emprego de um montante crescente de indivíduos, permanecendo a participação relativa no conjunto da população ocupada.

O conjunto dos setores do terciário ampliou o potencial de absorção de trabalhadores em cerca de 9 pontos percentuais em todas as RMs nordestinas nas últimas décadas. Em 2005, em torno de 80% da população ocupada prestavam serviços nas metrópoles de Salvador e de Recife e de 70% na de Fortaleza.

Destaca-se o crescimento da população ocupada nos Serviços às Empresas no último decênio, o que pode ser visto como resultado da terceirização das atividades industriais.[3]

Os serviços de Comércio e Reparação, cujo peso relativo foi ampliado principalmente na década de 80, incorporaram mais de 20% dos indivíduos ocupados em todas as metrópoles estudadas em 2005.

Apesar de serem regiões que atraem grande quantidade de turistas, as atividades de Alimentação e Alojamento empregam relativamente baixo percentual (embora crescente) de indivíduos nas metrópoles, aproximadamente 6% em 2005.

Os serviços de Transporte, Armazenagem e Comunicação, assim como os Pessoais e Recreativos, mantiveram praticamente a mesma participação nas RMs de Salvador e Fortaleza. Em Recife este percentual pouco variou.

As atividades de Administração Pública e de Educação, Saúde e Sociais empregam majoritariamente funcionários públicos. Em 1982, estes setores tinham pesos relativos semelhantes em todas as RMs, aproximadamente 9% em Salvador, 8% em Recife e 7% em Fortaleza. Em 2005, o comportamento divergiu: grande queda da participação na Administração Pública (5,2% na RMS, 6,4% na RMR e 4,2% na RMF) e acréscimo nos serviços de Educação, Saúde e Sociais (9,6% na RMS, 11,1% na RMR e 9,5% na RMF).

O percentual de serviços domésticos ampliou em Salvador e reduziu nas demais metrópoles. Entretanto, o peso relativo destes trabalhadores, entre 9% e 10%, é superior ao de outros segmentos do terciário como alojamento e alimentação, transportes, comunicação e outros; e semelhante aos percentuais dos serviços de educação e saúde.

Por fim, a participação dos ocupados no setor Financeiro, que já era ínfima em 1982, regrediu ainda mais em 2005, próximo a 1% em todas as metrópoles. Importante frisar que a quantidade de ocupados nas atividades financeiras foi a única que diminuiu em termos absolutos no período analisado, resultado da introdução de inovações tecnológicas e organizacionais que reduziu significativamente os ocupados neste setor.

Tabela 8 – População ocupada segundo setor de atividade, RMs do NE, 1982, 1995, 2005 (em %)

Setor*	RMSalvador			RMRecife			RMFortaleza		
	1982	1995	2005	1982	1995	2005	1982	1995	2005
1. Atividades Agrícolas	1,9	3,0	2,2	5,2	4,4	2,8	5,0	3,6	4,6
2. Indústria de Transformação	14,7	10,6	9,5	16,0	12,2	11,3	23,8	18,9	19,3
3. Outras Atividades Industriais	2,8	1,0	0,6	1,6	0,9	0,5	1,6	0,7	0,4
4. Construção Civil	10,4	8,4	9,6	8,5	6,8	6,4	10,0	8,2	6,7
5. Comércio e Reparação	18,2	22,1	21,1	21,6	24,7	23,6	18,1	22,5	22,5
6. Alojamento e Alimentação	4,4	6,5	6,7	2,8	5,3	5,4	3,3	5,5	5,7
7. Transporte, Armaz. e Comunic.	5,9	5,4	6,1	6,0	6,2	5,3	4,3	4,3	4,2
8. Administração Pública	9,4	6,2	5,2	7,4	6,9	6,4	6,9	5,3	4,2
9. Educação, Saúde e Sociais	9,0	10,8	9,6	8,2	8,9	11,1	7,3	9,8	9,5
10. Serviços Domésticos	8,8	10,1	10,5	10,0	9,7	8,9	9,7	10,5	9,2
11. Financeiro	3,2	1,9	1,1	2,7	1,5	1,0	2,3	1,4	1,2
12. Serviços às Empresas	3,6	6,1	8,3	3,5	4,8	7,4	2,3	4,0	5,7
13. Pessoais e Recreativos	5,0	4,9	5,1	4,0	4,3	5,1	3,6	3,3	3,5
14. Outros Serviços	2,8	3,0	4,3	2,4	3,3	4,8	1,8	1,9	3,4
Total Terciário (5 ao 14)	**70,3**	**77,0**	**78,0**	**68,6**	**75,6**	**79,0**	**59,6**	**68,5**	**69,1**
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

[3] Neste setor somente foram selecionados os serviços que atendem exclusivamente empresas.

*Definição dos setores de atividades e compatibilização com as mudanças do IBGE realizados por Falvo (2005).

A distribuição das ocupações por setor de atividade econômica nas UFs exceto RM é muito distinta da verificada nas metrópoles. Sobressae-se, primeiramente, a superioridade do peso das atividades agrícolas, que em 2005 representou 50% dos ocupados na região do interior das três UFs, embora tenha caído gradativamente nas últimas décadas, como podemos constatar na Tabela 9. A massa pobre e informal de trabalhadores rurais nas regiões não metropolitanas das UFs depende da agricultura para a sobrevivência e do PSR – Programa de Assistência Social Rural, aposentadoria rural que não exige contribuição previdenciária. Em 2004, quase metade dos benefícios do PSR (47,2%) foi utilizado para reduzir a miséria de agricultores idosos no Nordeste.[4]

A Indústria de Transformação, assim como nas RMs, tem pouca capacidade de absorção de trabalhadores. O peso dos ocupados na indústria caiu acentuadamente de 1982 a 1995. Em 2005, este setor representou cerca de 6% dos ocupados no Interior da Bahia, 8% em Pernambuco e 13% no Ceará.

A Construção Civil emprega relativamente poucos trabalhadores no interior das UFs, entre 4% e 5% , e o peso ficou praticamente estável no último decênio.

Diferentemente das metrópoles, a Tabela 9 mostra que no interior dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará o conjunto dos setores de serviços emprega muito menos, respectivamente 38%, 38% e 34% em 2005, embora tenha ganhado importância nas últimas décadas. A atividade de serviços que se destaca é o de Comércio e Reparação, cuja proporção de ocupados cresceu moderadamente nas últimas décadas, alcançando percentuais próximos a 12% em 2005 em todas as localidades. Os serviços de Educação, Saúde e Sociais também evoluíram muito, empregando em 2005 cerca de 6,7% na Bahia e 6% em Pernambuco e no Ceará. O crescimento da importância dos serviços de comércio e sociais reflete, em boa parte, o maior escoamento de recursos para as regiões não metropolitanas do Nordeste via transferência direta de renda (Bolsa Família e BPC - Benefício de Prestação Continuada) e ampliação das aposentarias e pensões.

[4] Fonte: Dataprev – Empresa de tecnologia e Informações da Previdência Social (www.dataprev.gov.br, acesso em 2/7/07). Sobre aposentaria rural no Nordeste, ver Martins (2004).

Tabela 9 – População ocupada segundo setor de atividade, nas UFs (exceto RM) selecionadas do NE, 1982, 1995 e 2005 (em %)

Setor	Bahia exceto RM			Pernambuco exceto RM			Ceará exceto RM		
	1982	1995	2005	1982	1995	2005	1982	1995	2005
1. Atividades Agrícolas	62,0	56,2	49,6	52,8	49,5	49,2	57,8	57,7	49,0
2. Indústria de Transformação	6,6	5,6	6,3	12,7	9,3	8,0	16,7	9,0	12,8
3. Outras Atividades Industriais	1,1	1,1	1,1	0,6	0,4	0,3	0,4	0,3	0,3
4. Construção Civil	5,3	4,7	4,8	5,3	4,2	4,4	5,2	3,5	4,0
5. Comércio e Reparação	9,3	11,0	11,7	12,4	14,6	13,0	6,7	10,0	12,2
6. Alojamento e Alimentação	1,4	2,4	3,0	1,2	2,8	2,1	1,7	1,6	2,2
7. Transporte, Armaz. e Comunic.	2,0	2,0	3,1	2,8	3,0	3,2	1,4	1,4	2,2
8. Administração Pública	2,3	3,2	4,1	2,2	3,4	3,9	1,4	2,9	2,9
9. Educação, Saúde e Sociais	3,8	5,2	6,7	3,9	4,5	6,0	4,2	6,0	5,9
10. Serviços Domésticos	3,0	4,7	5,1	2,9	4,5	5,1	2,1	4,6	5,1
11. Financeiro	0,6	0,4	0,3	0,3	0,4	0,2	0,3	0,3	0,2
12. Serviços às Empresas	0,6	0,5	1,2	0,5	0,5	1,4	0,1	0,4	0,9
13. Pessoais e Recreativos	1,4	1,7	1,9	1,4	1,5	1,7	1,3	1,5	1,5
14.Outros Serviços	0,8	1,3	1,0	0,8	1,4	1,4	0,6	0,6	0,8
Total Terciário (5 ao 14)	**25,2**	**32,4**	**38,1**	**28,4**	**36,6**	**38,0**	**19,8**	**29,3**	**33,9**
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

O contraste entre o Interior e as Metrópoles no que se refere especificamente à distribuição das ocupações nas atividades do setor terciário, também reforça a primazia do urbano-metropolitano em relação à rede de cidades das três UFs.

Na Tabela 10 pode-se observar a distribuição dos ocupados segundo grupos de serviços, com base numa adaptação da clássica tipologia de Browning; Singelman (1975): *Serviços Produtivos* (serviços financeiros, jurídicos, de informática, engenharia, auditoria, consultoria, propaganda e publicidade, seguro e corretagem, agrícolas, recrutamento e seleção de mão-de-obra, limpeza e segurança etc); *Serviços Distributivos* (comunicação, transportes, comércio, reparação, armazenagem e outros); *Serviços Pessoais* (domésticos, higiene pessoal, lazer e outros); *Serviços Sociais* (administração pública, saúde, educação etc).

O grupo mais representativo de ocupações tanto nas áreas metropolitanas como no Interior é o de serviços distributivos, em grande parte por conta dos ocupados nas atividades de comércio.

O grupo serviços sociais é o segundo maior empregador, em sua maioria funcionários públicos. Estes são relativamente mais significativos no Interior do que nas Metrópoles.

Os serviços pessoais têm peso semelhante nas RMs de Recife e de Fortaleza e no interior das UFs, cerca de 18% de todos os prestadores de serviços. A exceção é a metrópole de Salvador, onde a participação é de 20%.

O grande diferencial entre Metrópoles e Interior ocorre no grupo de serviços produtivos, tendo em vista a existência de atividades produtivas mais complexas nas metrópoles, onde se concentram os pólos industriais. A única exceção, porém, foi no Ceará onde o percentual de ocupados neste grupo na RM Fortaleza não foi muito superior ao do Interior.

Tabela 10 – População ocupada segundo grupos de serviços, RMs e interior das UFs selecionadas do NE, 2005 (em %)

Grupos de serviços	Bahia		Pernambuco		Ceará	
	RMS	Interior	RMR	Interior	RMF	Interior
Serviços distributivos	43,0	44,7	43,7	48,3	46,7	45,2
Serviços de comércio*	26,8	29,4	30,0	34,2	32,4	33,3
Serviços pessoais	20,1	17,9	18,1	18,0	18,9	18,5
Serviços domésticos*	13,4	12,9	11,3	13,3	13,3	13,8
Serviços produtivos	16,7	8,9	14,0	6,8	13,8	11,2
Serviços sociais	20,2	28,5	24,2	26,8	20,6	25,1

Fonte: PNAD, microdados, IBGE. *Inclusos no Grupo de serviços imediatamente acima. Percentual em relação ao total de ocupados nos serviços.

Na Tabela 11 tem-se a estrutura ocupacional dos trabalhadores dos setores de serviços. Utilizou-se a metodologia desenvolvida por Quadros (2003) para definir os grupos ocupacionais: os *empregadores* são aqueles que possuem subordinados; os *profissionais* aqueles que têm ocupações/postos de trabalhos com status de classe média, embora seus rendimentos tenham regredido gradativamente no último decênio;[5] e os *trabalhadores* percebem, em sua maioria, as menores rendas do mercado de trabalho.

Não há muita diferença entre a estrutura ocupacional dos prestadores de serviços nas Metrópoles e no Interior das UFs. Os empregadores têm percentuais relativos muito baixos, inferiores a 4% em todas as localidades.

A maioria dos prestadores de serviços tem ocupações com status de profissionais. Os profissionais autônomos têm participação relativamente baixa, próximo de 10% no Ceará, 8% em Pernambuco e 6% na Bahia. O grupo dos profissionais assalariados é o mais volumoso, cujos percentuais relativos são maiores nas Metrópoles do que no Interior. Embora correspondam à maior fatia da população ocupada nos serviços, os empregos assalariados típicos de classe média estão sendo enxugados com a crise atual de reprodução ocupacional e os ajustes constantes no mercado de trabalho.

A concentração dos grupos ocupacionais de trabalhadores é maior nas regiões não metropolitanas (exceção dos domésticos). A participação dos trabalhadores autônomos varia entre 10% e 17% e os trabalhadores assalariados agregam cerca de 20% dos prestadores de serviços. Os serviços agrícolas representam um percentual muito pequeno e quase a totalidade tem ocupações com baixos rendimentos (Tabela 11).

Os trabalhadores domésticos são muito representativos entre os prestadores de serviços, com percentuais próximos a 13%, com exceção da RM Recife (11,3%). O grupo dos trabalhadores não remunerados, em sua maioria constituído por familiares dos proprietários de estabelecimentos comerciais, é mais volumoso no interior das UFs selecionadas.

[5] Ver Falvo (2007); Quadros (2003).

Tabela 11 – Estrutura ocupacional da população ocupada em setores de serviços – RMs e interior das UFs selecionadas do NE, 2005 (em %)

Regiões	Bahia		Pernambuco		Ceará	
Estrutura ocupacional*	**RMS**	**Interior**	**RMR**	**Interior**	**RMF**	**Interior**
Empregadores	3,9	3,1	4,0	3,6	3,6	3,7
Profissionais autônomos	6,4	6,8	8,8	8,1	10,8	9,1
Profissionais assalariados	38,2	32,9	39,5	30,0	35,5	27,7
Trabalhadores autônomos	14,3	15,8	13,2	16,8	11,3	14,9
Trabalhadores assalariados	20,7	21,0	20,3	22,6	21,4	18,7
Trabalhadores agrícolas	1,1	3,2	0,5	0,9	0,8	5,9
Trabalhadores domésticos	13,4	12,9	11,3	13,4	13,3	13,9
Trabalhadores não remunerados	1,9	4,3	2,3	4,6	3,3	6,0
Total	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.
*Utilizou-se a metodologia desenvolvida por Quadros (2003) para compor a estrutura ocupacional.

3. Considerações Finais

Neste trabalho buscou-se, de modo exploratório, analisar um dos aspectos explicativos da configuração das estruturas de ocupação nos mercados metropolitanos da Região Nordeste. Tendo como base referências teóricas que consideram que a urbanização ocupa lugar tão importante quanto a mecanização do trabalho nas unidades produtivas no capitalismo e que a dimensão espacial é a "única variável" que possibilita ao trabalhador, individualmente, melhorar sua posição estratégica no mercado de trabalho, foi feito um exame da rede de cidades comandada por estas metrópoles.

Os dados populacionais segundo tamanho dos municípios mostraram uma frágil rede urbana caracterizada por elevados graus de primazia metropolitana, apesar do crescimento populacional significativo nas últimas décadas. A base desta configuração está assentada numa concentração da propriedade e na manutenção de condições de extrema pobreza nas zonas rurais. Portanto, não se constituindo nestas regiões, cidades de porte intermediário capazes de minimizar as pressões exercidas sobre a infra-estrutura urbana e o mercado de trabalho das metrópoles.

Apesar da implantação de importantes setores industriais, principalmente nas RMs de Salvador e Fortaleza destacou-se o peso do conjunto dos setores de serviços que emprega cerca de 80% em Salvador e no Recife e 70% em Fortaleza. Nas áreas não-metropolitanas, prevalecem as Atividades Agrícolas que abrangem cerca de metade dos ocupados.

A análise das ocupações por grupos de serviços mostrou a importância do grupo dos serviços distributivos que concentraram mais de 40% dos prestadores de serviços em 2005, em função, principalmente, do grande peso do Comércio e Reparação no mercado de trabalho da região. Também no setor de serviços, a partir do contraste Metrópole *vs* Interior observou-se que a principal diferença está no maior percentual relativo das metrópoles nos segmentos dos profissionais assalariados.

4. Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Tânia. "Nordeste, Nordestes: Que Nordeste?" *In:* AFFONSO, R. e SILVA, P. (org.). Desigualdades Regionais e Desenvolvimento. São Paulo, SP: FUNDAP, Ed. UNESP, 1995.

_____. Ensaios sobre o Desenvolvimento Brasileiro: Heranças e Urgências. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2000.

BRANDÃO, Carlos. Espaço, Escala e Economia Metropolitanas: em busca de referenciais teóricos e analíticos In: IX Seminário internacional de la red iberoamericana de investigadores sobre globalizacion y territorio. Bahia Blanca, 16 a 19 de mayo de 2006.

BROWNING, H. L.; SINGELMAN, J. The emergence of a service society: demographic and sociological aspects of the sectorial transformation of the labor force in the USA. Springfield, Va: National Technical Information Service, 1975.

EGLER, Cláudio. Redes de Cidades e Sistemas Urbanos. In: Estudo da Dimensão Territorial do PPA. Brasília: CGEE, 2007 (mimeo).

FALVO, Josiane. "A Dimensão Sócio-Ocupacional do Mercado de Trabalho no Nordeste". *In*: Mercado de Trabalho na Região Nordeste. Fortaleza, CE: ABET, 2007 (no prelo).

_____. "A Evolução da Estrutura Sócio-ocupacional e Setorial das Regiões Metropolitanas de Salvador, Recife, Fortaleza e Belém entre 1981 e 2003". In: DIEESE/CESIT/CNPQ. Mercado de Trabalho e Modernização do Setor Terciário no Brasil. São Paulo, SP: 2005.

FARIA, Vilmar. Divisão do Trabalho, Especialização e Crescimento Urbano: o caso da macrometrópole paulista. *In:* II Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais do II Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Águas de São Pedro, 1980.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. (org.) O Setor Terciário de Pernambuco: Um Estudo Exploratório. Recife, PE: 2002.

_____. "Desigualdades Regionais e Federalismo." In AFFONSO, R. e SILVA, P. (org.). Desigualdades Regionais e Desenvolvimento. São Paulo, SP: FUNDAP, Ed. UNESP, 1995.

IPEA/IBGE/NESUR-UNICAMP. Redes Urbanas Regionais: Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil 4, Brasília: IPEA, 2001.

LOJKINE, Jean. O Estado Capitalista e a Questão Urbana. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

OFFE, Claus. O capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo, Brasiliense, 1985.

MARTINS, André. Estado e Força de Trabalho no Nordeste: Ocupação no Setor Público e Aposentadorias Rurais na década de 1990. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 2004 (Tese de doutorado).

SIQUEIRA, Hipólita. A Divisão Inter-Regional do Trabalho Brasileira nos Anos 90. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 2003 (Dissertação de Mestrado).

PRONI, Marcelo Weishaupt; HENRIQUE, Wilnês (Org.). Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90. São Paulo: Unesp, 2003.

QUADROS, Waldir. Aspectos da Crise Social Brasileira nos anos 80 e 90. Tese (Livre-docência). IE/UNICAMP, Campinas-SP: 2003.

SANTOS, Milton. A metrópole: modernização, involução e segmentação. In: VALLADARES, Licia; PRETECEILLE, Edmond. Reestruturação Urbana. São Paulo: Nobel, 1990.

_____. A urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Valdeci. A Indústria Incentivada no Nordeste: as Experiências das RMs de Salvador, Recife e Fortaleza. Recife, PE: UFPE,1994 (Dissertação de Mestrado).

SCOTT, Allen John. A economia metropolitana. In: BENKO, George; LIPIETZ, Alain (Org.) As regiões que ganham. Oeiras, Celta Editora, 1994.

_____. Metropolis: from the division of labor to urban form. University of California Press, Los Angeles, 1988.

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE DO JOVEM NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO ENTRE 1995 E 2005

*Thiago Figueiredo Fonseca Ribeiro**

RESUMO

Com a ampliação significativa das taxas de desemprego aberto verificadas durante a década de 90 e a gravidade com que o problema atingiu os jovens, evidenciou-se a necessidade de uma melhor compreensão do fenômeno para auxiliar no desenho das políticas públicas de combate ao desemprego e a exclusão social.

Esse artigo procura identificar a condição de atividade do jovem com idade entre 16 e 24 anos, entre 1995 e 2005, partindo-se da premissa que no período ocorreram mudanças na dinâmica macroeconômica que repercutiram favoravelmente no mercado de trabalho. Compara-se, num primeiro momento, o impacto das mudanças macroeconômicas na condição de atividade dos adultos vis-à-vis a condição de atividade dos jovens e, num segundo, busca-se construir um retrato da condição de atividade dos jovens por cortes de idade, renda, escolaridade, raça e região de moradia, utilizando-se para isso os micro-dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Verificou-se que embora as mudanças macroeconômicas tenham repercutido favoravelmente no mercado de trabalho, os jovens não foram beneficiados com a mesma intensidade que os adultos, e tiveram as taxas de desemprego ampliadas mesmo em períodos de retração das taxas para os adultos. Verificou-se também um significativo aumento das taxas de participação feminina (jovem e adulta), bem como um aumento das taxas de inatividade masculina (jovem e adulta). Além disso, ratificou-se o diagnóstico da relevância do papel desempenhado pela pobreza e a baixa escolaridade como determinantes da exclusão do jovem no acesso ao mercado de trabalho e no perverso ciclo intra e inter-geracional de exclusão, continuamente realimentado pela condição de pobreza.

Palavras-chave: mercado de trabalho; desemprego; jovens de 16 a 24 anos; condição de atividade.

---

* Mestrando em Economia Social e do Trabalho pelo Instituto de Economia – IE/Unicamp
thiagoffr@yahoo.com.br

Introdução

Desde o final da década de 1980 o Brasil vive uma crise econômica que, ao ampliar de forma significativa as taxas de desemprego aberto, expôs a fragilidade de uma estrutura social marcada pela desigualdade. As diferenças sociais nesse contexto ganham contornos de exclusão, e seu enfrentamento, prioridade na agenda das políticas sociais.

O desemprego estrutural é a síntese dessa exclusão, e a juventude um dos segmentos mais afetados por esse problema. Embora exista um amplo espectro de estudos voltados ao tema da juventude e mercado de trabalho, ainda há muito a ser pesquisado. Nesse sentido, esse artigo busca contribuir para um melhor diagnóstico da *condição de atividade* do jovem no período entre 1995 e 2005 e analisar mais profundamente a situação na qual se encontram no ano de 2005 (último ano com informações disponíveis), utilizando-se para isso os micro-dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

O período a ser tratado nesse artigo – que vai de 1995 a 2005 – busca captar as transformações relevantes ocorridas no mercado de trabalho em decorrência das mudanças das condições macroeconômicas mais gerais. Tendo como ano base o momento da estabilidade dos preços finalmente alcançada após o Plano Real, percorre o período no qual ocorrem a mudança do regime cambial (1999) e o aquecimento do comércio internacional após 2003.

O artigo está dividido em 4 partes, sendo a primeira (*Conjuntura econômica e mercado de trabalho*) um breve resumo das características das crises econômicas vividas pelo Brasil desde o final da década de 70, a segunda, intitulada de *Condição de Atividade entre 1995 e 2005,* trata do comportamento geral do mercado de trabalho entre 1995 e 2005, já comparando as diferentes condições de atividade verificadas entre os jovens e os adultos. A terceira parte – *Condição de atividade do jovem no mercado de trabalho em 2005* – busca captar as diferentes realidades da condição de atividade dos jovens, por cortes de idade, renda, escolaridade, raça e região de moradia. A última parte tece breves considerações gerais sobre as principais evidências encontradas no estudo.

I. Conjuntura econômica e mercado de trabalho

Há mais de 25 anos o Brasil atravessa uma crise econômica após outra. Embora se transforme em suas determinantes, a contínua crise é caracterizada pela baixa atividade econômica, pelas baixas taxas de investimento e, mais recentemente, pela destruição de empregos e pela insuficiente geração de postos de trabalho. Pode-se dizer que se vive atualmente uma crise que teve início ainda na virada dos 80 para os 90. Embora muitos otimistas acreditem que se vive novos tempos e que o crescimento sustentado é uma realidade que está muito próxima, a juventude, que representa o futuro da nação, jamais viveu um momento de tamanha incerteza e falta de perspectiva.

Apesar da década de 80 do século XX ser considerada a “década perdida” para o Brasil, do ponto de vista do mercado de trabalho em geral e da ocupação em específico, ela foi muito menos destrutiva do que a crise que se inaugura na década de 90.

A crise dos 80 teve como marca às baixas taxas de crescimento do produto e uma quase estagnação do PIB *per capita* com grande aceleração inflacionária. Os fortes constrangimentos externos à importação e a crescente necessidade de ampliação das exportações, em decorrência do endividamento externo do país e do peso crescente dessa dívida nas contas correntes, mesmo num ambiente inflacionário, acabaram de certa forma

protegendo o mercado de trabalho nacional de uma crise ainda maior. Esse isolamento externo relativo, ainda que tenha reduzido sobremaneira as taxas de investimento da economia e impedido que se debelasse o processo inflacionário, acabou protegendo o mercado de trabalho das mudanças na gestão e organização da produção, bem como os produtores internos e os produtos nacionais da concorrência internacional, possibilitando a manutenção do nível de ocupação[1], a despeito das baixas taxas de crescimento do PIB. (Henrique, 1998; Baltar, 2003)

Já a década de 90 teve como marcas, além da redemocratização efetiva do país com a volta das eleições presidenciais diretas, a manutenção das baixas taxas de crescimento, a contenção da inflação após o Plano Real (1994) e a abertura indiscriminada da economia à concorrência externa num processo de "modernização" forçada e sem planejamento. Entrou-se no processo de globalização pela porta dos fundos, de forma subordinada[2], sem uma estratégia pensada, o que causou grande impacto negativo na estrutura produtiva nacional e, por conseqüência, na dinâmica do mercado de trabalho. (Mattoso, 1995; Pochmann, 1999; Baltar, 2003).

Muito embora o Plano Real tenha logrado debelar a inflação que marcou toda a década de 80 e início da década de 90, seu custo foi extremamente alto para a indústria de transformação em específico, e para os trabalhadores em geral. Ao se manter o câmbio valorizado (âncora cambial) e as taxas de juros extremamente elevadas para atrair o capital dos investidores externos – novamente dispostos a valorizarem seus ativos nos agora denominados países emergentes – num contexto de liberalização dos fluxos financeiros e de abertura comercial, reverteu-se rapidamente o sinal da balança comercial, que de superavitária passa a fortemente deficitária em poucos anos. (Carneiro, 2002.)

Além de causar a destruição de mais de 1 milhão de postos de trabalho na indústria, a manutenção da taxa de cambio valorizada até 1999, – que barateava as importações e encarecia as exportações –, somada as altas taxas de juros praticadas que desestimulavam os investimentos produtivos, acabou por desarticular cadeias produtivas importantes (com fechamento de empresas nacionais) e acelerou os processos de reestruturação produtiva, com realocações de empresas no território nacional (guerra fiscal), ampliação das terceirizações, enxugamento de quadros, precarização dos vínculos empregatícios, e colocou em pauta (tanto pelo lado do empresariado como pelo ideologia dominante no governo e de parte da academia) a necessidade premente de flexibilização das relações de emprego[3] como solução ao desemprego crescente e à intensa concorrência internacional.

O resultado desse movimento foi à ampliação das taxas de desemprego aberto para níveis duas vezes superiores aos observados durante a década de 80, com destruição permanente de elos importantes de cadeias produtivas anteriormente consolidadas, ampliação do coeficiente importado de produtos nacionais e aumento da necessidade de importação de produtos finais acabados, bem como necessidade de importação de um amplo conjunto de bens de capital mais modernos. (Carneiro, 2002; Pochmann, 1999.)

Além disso, acelerou-se o processo de sucateamento do Estado com a destruição das finanças públicas em decorrência das altas taxas de juros pagas pelos títulos da dívida pública, o que, juntamente com a venda indiscriminada das empresas estatais em nome da eficiência privada, retirou parte substantiva da capacidade de investimento estatal e,

[1] Com piora na qualidade de parte dos postos de trabalho e rebaixamento de parcela importante dos salários.
[2] Para maiores informações, ver Carneiro, 2002.
[3] Para ampla discussão sobre a agenda liberalizante, ver Krein, 2007.

portanto, reduziu sua capacidade para induzir um novo ciclo de crescimento sustentado. (Baltar, 2003)

Após 1999, com a desvalorização do Real e a adoção do regime de câmbio flutuante, inicia-se um processo de recuperação de alguns ramos industriais de bens *tradables* que haviam sido fortemente prejudicados nos anos anteriores pelo câmbio fixo com taxas valorizadas. É certo que a o mercado internacional encontrava-se relativamente pouco dinâmico e que somente após 2003, com o aquecimento do comércio internacional e de um novo ciclo de valorização internacional de produtos presentes na pauta de exportação nacional, é que os efeitos mais favoráveis da mudança no regime cambial repercutiram para o conjunto da economia e no mercado de trabalho mais amplamente[4].

Se o mercado de trabalho foi relativamente preservado durante a crise da dívida (década de 80), sofre um terrível golpe na década de 90, ampliando transversalmente as taxas de desemprego em todas as regiões do país, não poupando trabalhadores das diversas classes sociais, de todos os segmentos da economia, de todas as faixas etárias, gêneros, raças e níveis de escolaridade, enfim, tornando-se um fenômeno de massa. (Pochmann, 2000.)

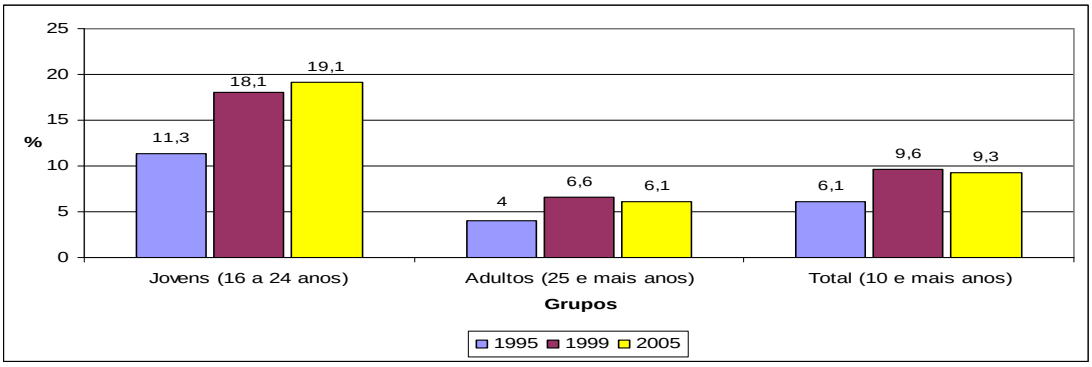
Entretanto, também é possível afirmar que alguns trabalhadores foram mais prejudicados que outros, e que a indústria de transformação foi mais afetada que os demais setores da economia. Sabe-se que os trabalhadores de baixa renda, baixa escolaridade, negros, mulheres, jovens (16 a 24 anos) e aqueles com mais de 40 anos foram mais severamente atingidos, principalmente quando são combinadas algumas das características mencionadas. Embora, como apontam Baltar; Krein e Moretto (2006), tenha se verificado uma inflexão da tendência mais geral do mercado de trabalho após 2003, um período em que se constata uma modificação da elasticidade do emprego/PIB, uma pequena queda da taxa de desemprego e uma tendência à ampliação mais que proporcional da formalização dos vínculos empregatícios, não se verificou, por outro lado, uma melhora na taxa de ocupação na mesma magnitude para o trabalhador jovem com idade entre 16 e 24 anos.

II. A Condição de atividade entre 1995 e 2005

Comparando-se a evolução das taxas de desemprego em dois períodos distintos; um primeiro período que compreende o intervalo entre anos de 1995 e 1999; e um segundo que vai de 1999 a 2005, verifica-se um comportamento distinto entre a evolução das taxas de desemprego total *vis-à-vis* às taxas de desemprego para os jovens.

[4] Para maiores informações sobre as mudanças ocorridas no mercado de trabalho após 2003 ver Baltar; Krein; Moretto, 2006.

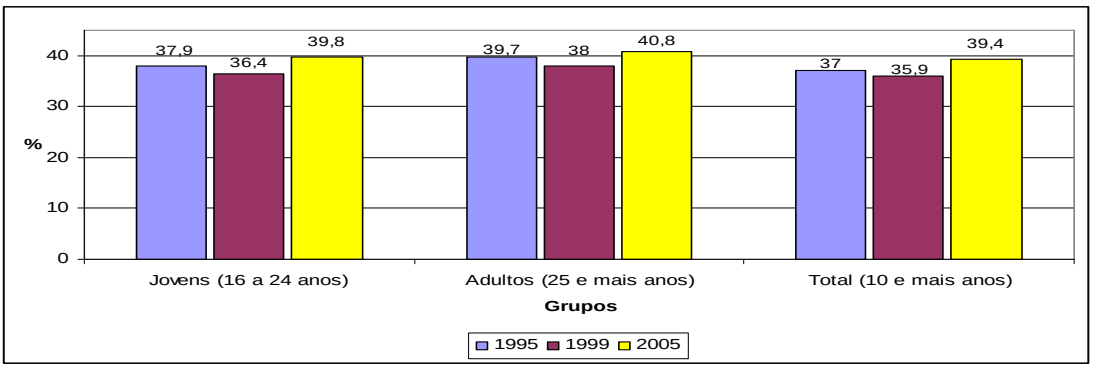
Gráfico 01 – Taxas de desemprego aberto por grupos etários. Brasil, 1995, 1999 e 2005.



Fonte: PNAD/IBGE, 1995, 1999 e 2005. (micro-dados – elaboração própria)

Se para o conjunto dos trabalhadores os períodos são bastante característicos – um período com ampliação substantiva das taxas de desemprego e outro de retração – com a taxa de desemprego passando de 6,1% (1995), para 9,6% em 1999, e outro em que a taxa de desemprego sofre uma queda de 0,6% a.a. até chegar a 9,3% em 2005. Para o caso dos jovens os períodos são menos claros, e se verifica um contínuo crescimento das taxas de desemprego, ainda que menos intenso no segundo período que no primeiro. No primeiro período, o crescimento médio anual das taxa de desemprego deu-se a 12,5% a.a., fazendo com que a taxa de desemprego saltasse de 11,3% em 1995 para 18,1% em 1999. No segundo período, entre 1999 e 2005, a taxa de desemprego não recua como no caso da taxa de desemprego adulto e do desemprego total, e se amplia, embora a taxas mais moderadas que no período anterior, até alcançar 19,1% em 2005 (0,9% a.a.).

Gráfico 02 – Participação do emprego formal (CLT, Estatutário e Militar) no total da ocupação, por grupos etários. Brasil, 1995, 1999 e 2005.

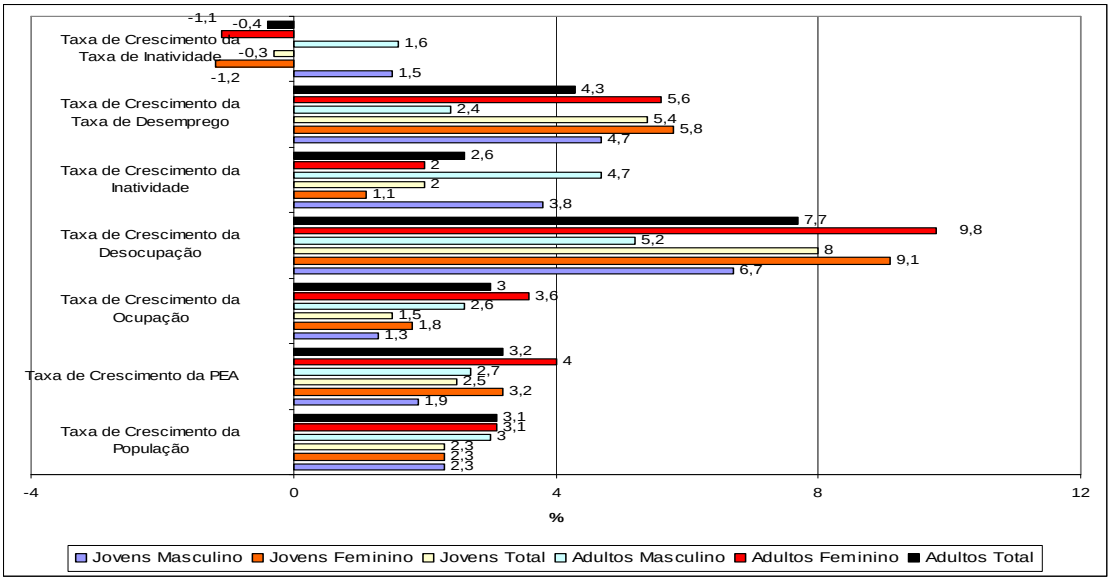


Fonte: PNAD/IBGE, 1995, 1999 e 2005. (micro-dados – elaboração própria)

No entanto, como ilustra o Gráfico 02, a ampliação da formalização dos vínculos de trabalho, que se deu em ritmo superior ao ritmo de crescimento do emprego total beneficiou o conjunto dos trabalhadores e, inclusive, foi mais intenso entre os jovens. Esses, que saíram de patamar inferior ao dos adultos em 1995 – 37,9% para os jovens, contra 39,7% para os adultos – chegaram a patamares muito próximos em 2005, com 39,8% das ocupações em empregos formais, contra 40,8% no caso dos adultos. É importante perceber que está se tratando de todas as ocupações captadas pela PNAD, inclusive conta-própria e

empregador, e que não se está comparando empregos com carteira e empregos sem carteira de trabalho.

Gráfico 03 – Taxas de crescimento médio anual (%).
Brasil, 1995 e 2005.



Fonte: PNAD/IBGE, 1995 e 2005. (micro-dados – elaboração própria)

Observando-se o Gráfico 03, percebe-se que as taxas de crescimento da ocupação de todos os grupos e gêneros foram inferiores às taxas de crescimento da PEA e, portanto, insuficientes para estancar a ampliação da desocupação e reduzir as taxas de desemprego. Verifica-se que a velocidade da criação de vagas para homens e mulheres, jovens ou adultos, foi bastante diferente, com predominância de vagas para as mulheres nos dois grupos. Entre os jovens, as vagas para as mulheres cresceram a 1,8% a.a., enquanto para os homens a taxa foi de 1,3% a.a. Já entre os adultos, mesmo a taxas maiores, com a ocupação feminina crescendo a 3,6% a.a. e a masculina a 2,6% a.a., mantém-se a mesma magnitude da diferença, com a ocupação feminina crescendo 40% mais rápido que a masculina[5].

Chama a atenção, que embora a ocupação feminina (jovem e adulta) tenha tido maior dinamismo entre os gêneros, a desocupação feminina cresceu mais rápido que a masculina, elevando a desocupação total. Esse movimento deveu-se ao rápido crescimento da PEA feminina, tanto jovem quanto adulta, com taxas muito superiores à masculina e mesmo superiores ao crescimento da própria população feminina. Fato que se relaciona às quedas observadas nas taxas de inatividade feminina (cerca de -1,2% a.a), bastante significativas, a ponto de mais que compensar o aumento na inatividade masculina (cerca de 1,5% a.a.), resultando em diminuição da taxa de inatividade total (-0,3% a.a.).

[5] Para maiores informações sobre a ocupação feminina ver Leone, 2006.

Tabela 01 – Taxas de participação.
Brasil, 1995 e 2005.

Participação Relativa	1995	2005	Variação (%)	Taxa de Cresc. Médio Anual (%)
PEA Jovem na PEA Total	23,2	22,8	-1,9	-0,2
PEA Jovem masculina na PEA Total Masculina	23,5	23,1	-1,6	-0,2
PEA Jovem feminina na PEA Total Feminima	22,9	22,4	-2,1	-0,2
PEA Jovem masculina na PEA Total	14,0	13,0	-6,7	-0,7
PEA Jovem feminina na PEA Total	9,2	9,7	5,3	0,5
Ocupação Jovem na Ocupação Total	21,9	20,3	-7,4	-0,8
Ocupação Jovem Masculina na Ocupação Masculina Total	22,4	21,1	-5,8	-0,6
Ocupação Jovem Feminina na Ocupação Feminina Total	21,2	19,2	-9,4	-1,0
Ocupação Jovem Masculina na Ocupação Total	13,5	12,2	-9,2	-1,0
Ocupação Jovem Feminina na Ocupação Total	8,5	8,1	-4,4	-0,4
Desemprego jovem no desemprego total	43,2	46,8	8,5	0,8
Desemprego jovem masculino no desemprego masculino total	42,3	48,8	15,4	1,4
Desemprego jovem feminino no desemprego feminino total	44,1	45,3	2,7	0,3
Desemprego jovem masculino no desemprego total	21,8	21,0	-3,7	-0,4
Desemprego jovem feminino no desemprego total	21,3	25,8	20,8	1,9
Inatividade jovem na inatividade total	17,2	17,1	-0,1	0,0
Inatividade jovem masculino na Inatividade masculina total	15,9	17,2	8,0	0,8
Inatividade jovem feminino na Inatividade feminina total	17,7	17,1	-3,4	-0,4
Inatividade jovem masculino na Inatividade total	4,9	5,9	19,8	1,8
Inatividade jovem feminino na Inatividade total	12,2	11,2	-8,2	-0,8

Fonte: IBGE/PNAD, 1995 e 2005. (micro-dados. Elaboração Própria)

Muito embora ocorra uma diminuição da participação relativa da PEA Jovem (16 a 24 anos) no Total da PEA (10 anos e mais), que sai de 23,2% em 1995 e chega em 2005 com 22,8%, no caso do desemprego, a participação do jovem é ampliada em 3,6 pontos percentuais, com os jovens perfazendo 46,8% do total dos desempregados em 2005 – enquanto participavam com 43,2% do total de desempregados em 1995. Isso implica num acréscimo mais que proporcional dos jovens no conjunto dos desempregados, mesmo com a participação relativa decrescente na PEA Total, e estável entre o Total dos Inativos (cerca de 17% para ambos os anos – 1995 e 2005).

Enquanto a PEA adulta (25 e mais anos) cresceu a taxas médias anuais de 3,2%, a PEA jovem (de 16 a 24 anos), cresceu a 2,3% a.a., e mesmo com esse desempenho que parece favorável aos jovens, esses responderam por quase metade (49,5%) do acréscimo de desempregados no período em tela. Enquanto a PEA Total foi ampliada em cerca de 22 milhões de trabalhadores no período de 1995 a 2005, a PEA jovem foi acrescida em apenas 6,5 milhões, o que representa cerca de 30% do aumento da PEA Total no período.

Grande parte do aumento da PEA Total deve-se à maior presença da mulher adulta no mercado de trabalho. Em 1995 as mulheres adultas perfaziam menos de 30% da PEA total (28,7%), já em 2005 elas representam 32,6% da PEA Total. Esse aumento relativo representa cerca de 10 milhões de mulheres adultas a mais entre esses anos no mercado de trabalho, enquanto 9,3 milhões de homens adultos entraram no mercado nesse mesmo período.

A maior presença feminina no mercado pode ser explicada por um conjunto de hipóteses ainda pouco estudadas, mas capazes de fornecer algumas pistas. Uma primeira hipótese pode ser encontrada na própria configuração das famílias, com maior tendência a situações de famílias monoparentais, com mulheres sem cônjuge e chefes de família. A segunda hipótese está baseada na constante queda observada no período para o conjunto das rendas do trabalho e na instabilidade das mesmas, o que levaria a mulher a buscar uma ocupação remunerada a fim de complementar a renda familiar em declínio e/ou instável. Uma outra

pode ser buscada em questões culturais mais amplas, na hipótese de que as mulheres estariam em busca de maior autonomia financeira e pessoal, e desse modo interessadas em construir uma carreira profissional, e mesmo quando se casam e constituem família, ao contrário do que ocorria no passado, permanecem no mercado de trabalho. Possivelmente se encontrará situações em que mais de uma hipótese seja válida simultaneamente.

Do ponto de vista do desemprego juvenil, os dados sugerem que a permanência das mulheres adultas no mercado repercutiu negativamente nas possibilidades de inserção das mulheres mais jovens. Para ter-se uma idéia das possíveis influencias negativas da maior permanência de mulheres adultas no mercado, a variação de mulheres jovens na PEA Feminina Total (acima de 16 anos) representou apenas 20% do total do aumento de cerca de 12 milhões de novas mulheres no mercado. Nesse mesmo período, por outro lado, para o total do desemprego feminino, as jovens contribuíram com 46% do saldo no período (1,3 milhões de um aumento de 2,9 milhões de mulheres desempregadas no período).

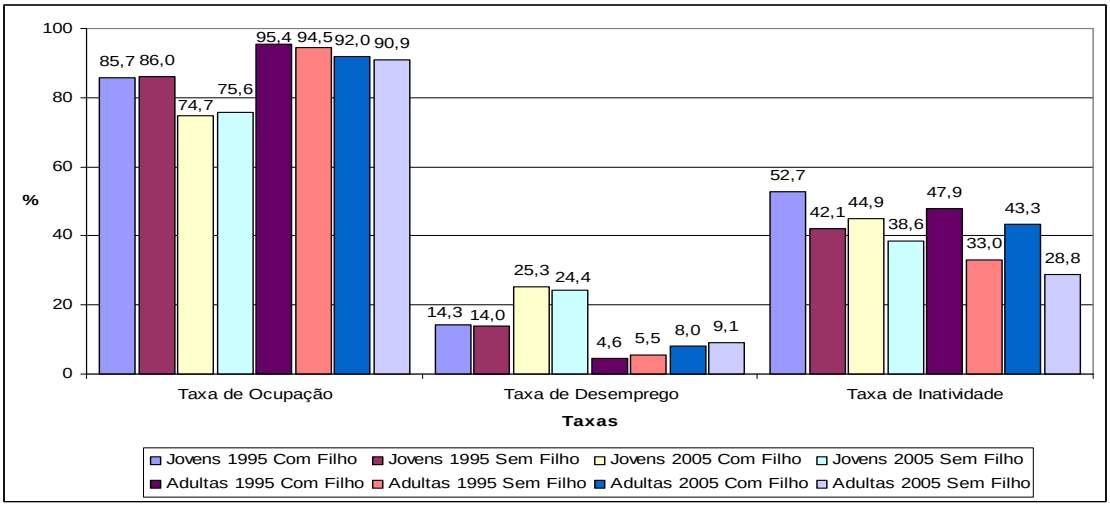
Nesse mesmo sentido, as mulheres jovens contribuíram com 60% da ampliação do saldo de jovens desempregados no período, ao preencherem apenas 12% das vagas abertas para o conjunto das mulheres. Enquanto a taxa de desemprego para jovens do sexo masculino sai de 9,5% em 1995 e chega a 15% em 2005, a taxa de desemprego para jovens do sexo feminino sai de 14,1% (1995) e alcança a taxa de 24,7% em 2005 (uma e cada quatro não conseguem emprego), fazendo com que a participação da mulher jovem no total do desemprego jovem salte de 49,4% (1995) para 54,1% em 2005.

Ao se observar o saldo da desocupação entre 1995 e 2005, ou a quantidade de novos desocupados que foram acrescidos ao conjunto de desocupados no período, verifica-se que metade deles são jovens, ou 5 em cada 10 novos desocupados têm entre 16 e 24 anos de idade. Nesse mesmo sentido, desses 5 novos desocupados jovens, 3 são do sexo feminino e 2 do sexo masculino. Na outra metade, constituída por adultos, as mulheres adultas se destacam, contribuindo com 70% do aumento do estoque de desocupados no período, ou 35% do estoque de desocupados totais. A população feminina como um todo representa 65,5% do total de novos desocupados entre 1995 e 2005.

Esse movimento está ligado entre outras coisas ao aumento da taxa de participação das mulheres jovens, que no mesmo sentido das mulheres adultas sobe de 54,5% (55,3% para as mulheres adultas) para 59,5% (59% para as mulheres adultas) para os anos de 1995 e 2005. As taxas de desemprego dos homens e mulheres adultas também são bastante discrepantes em qualquer idade, sendo que entre os adultos a diferença chega a 1,9 vezes em 2005 e para os jovens a diferença é de 1,6 vezes para o mesmo ano.

Percebe-se que, embora as taxas de inatividade das mulheres em comparação à dos homens seja sempre superior, há uma tendência contrária de que a taxa de inatividade masculina seja ampliada e a feminina recue entre 1995 e 2005.

Gráfico 04 – Mulheres jovens e adultas, com e sem filhos, taxas de ocupação, desemprego e inatividade (%). Brasil, 1995 e 2005.



Fonte: IBGE/PNAD, 1995 e 2005. (micro-dados. Elaboração Própria)

Entre 1995 e 2005 aumenta o percentual de mulheres, tanto jovens quanto adultas, que não têm filhos. Esse aumento percentual, apesar de não ser expressivo – permanecendo próximo dos 70% de mulheres jovens sem filhos e em torno dos 15% para as mulheres adultas sem filhos – representou um acréscimo de 4,7 milhões de mulheres sem filhos entre 1995 e 2005, com maior propensão a buscar o mercado de trabalho, como deixam claras as taxas significativamente menores de inatividade desses grupos.

Os dados referentes às mulheres jovens com filhos indicam uma maior tendência da mulher a inatividade e também uma maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, mais evidente em 2005. As mulheres jovens com filhos são mais propensas à inatividade (44,9% em 2005), com taxas maiores que as mulheres jovens sem filhos (38,6%), e nesses casos, até mesmo as taxas de desemprego, embora sejam altas para os dois grupos, são desfavoráveis às jovens mães – 25,3% contra 24,4%.

No caso das mulheres adultas, embora permaneça a tendência à maior inatividade para as mulheres com filhos (43,3% para mulheres com filhos e 28,8% para as mulheres sem filhos – 2005), as taxas de desemprego são um pouco menores para elas (8,0%) do que para as mulheres sem filhos – de 9,1% em 2005. Percebe-se que as mulheres jovens sem filhos, por representarem 70% das mulheres jovens são as que puxam as taxas de participação para cima no caso das mulheres jovens, e que as mulheres com filhos, tanto jovens quanto adultas, aumentaram sua participação no mercado significativamente entre 1995 e 2005.

A gravidez precoce de algumas jovens parece não somente afastá-las do mercado de trabalho como também dos estudos. No conjunto de jovens inativos em 2005, cerca de 9,7 milhões, as mulheres ocupavam lugar de destaque, perfazendo 65,5% do total de jovens inativos (6,3 milhões), o que já era esperado. O que surpreende em certo sentido é que entre os jovens inativos que não trabalham e não estudam, cerca de 4 milhões no país, as mulheres respondem por 76,5%, ou cerca 3 milhões de mulheres jovens que não trabalham e não estudam, e que dentre essas, cerca de 1,9 milhão (mais de 60%) são mães.

A questão que ainda fica sem pistas mais claras deve-se ao fenômeno do aumento da inatividade masculina. Duas possíveis hipóteses complementares podem ajudar a explicar

esse movimento. A primeira, direcionada ao segmento mais jovem da população, pode estar associado ao aumento da escolaridade da população em geral e dos homens jovens em específico. A segunda, mais difícil de ser comprovada por pesquisas como a PNAD, é a de que o aumento da inatividade adulta masculina pode ser resultado do longo período de crise do mercado de trabalho – que já está próxima da maioridade – ligada ao processo de desalento que pode ter se abatido sobre essa parcela dos homens.

De qualquer maneira, o baixo dinamismo na criação de vagas para homens no período pode ter tido grande influência na inatividade desse grupo, e que, possivelmente, em um contexto mais favorável poderá se reverter e retornar aos níveis históricos.

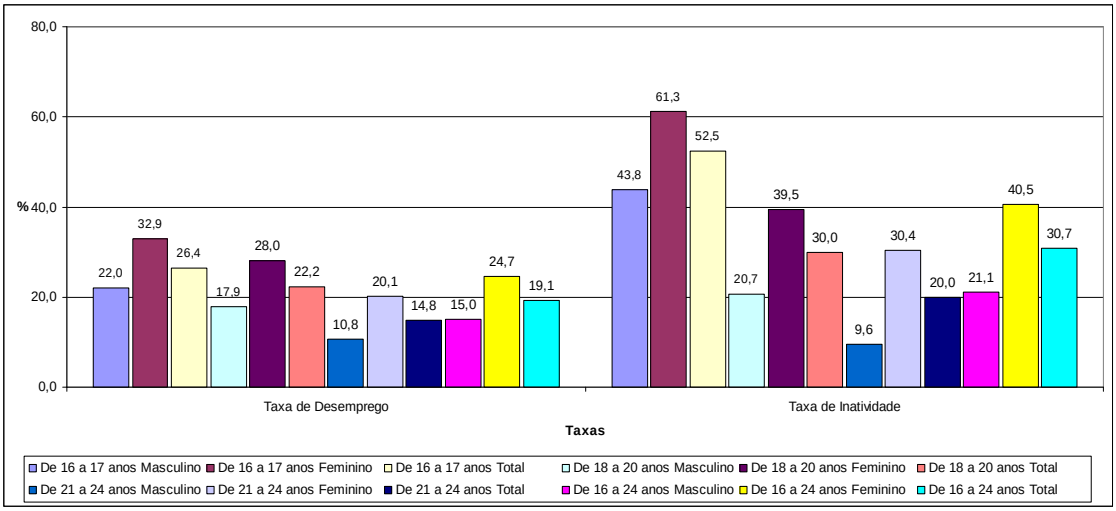
Em linhas gerais, verificou-se que há uma tendência de aumento da presença feminina no mercado de trabalho e que as taxas de participação feminina são ascendentes enquanto as masculinas são descendentes, tanto entre os jovens quanto entre os adultos. Verificou-se também uma inflexão na tendência das taxas de desemprego adulta, que embora ainda insuficientes são menos graves que entre os jovens, tendo em vista que se constatou não um recuo, mas um avanço na taxa de desemprego desse grupo entre 1999 e 2005.

III. Condição de atividade do jovem no mercado de trabalho em 2005

Verificou-se até aqui que as possibilidades de inserção dos jovens se restringiram mesmo em períodos em que se ampliaram para os adultos. A maior pressão das mulheres para a atividade econômica não parece ser conjuntural, mas sim uma tendência que deve se intensificar nos próximos anos, colocando a questão de gênero em maior evidência que nunca para os gestores públicos e todos aqueles de alguma forma estão ligados a questões do mundo do trabalho.

Cortes por idade, renda e raça também devem ser mais explorados nas análises para que seja possível formular políticas mais efetivas para um problema que parece só se ampliar. Nessa parte do artigo se fará um esforço nesse sentido e se analisará um conjunto de dados sobre a condição de atividade do jovem em extratos de renda, idade, escolaridade, raça, e um breve olhar para a questão regional, ainda sem que se façam os vários cruzamentos possíveis, ficando estes para um próximo estudo.

Gráfico 05 – Taxas de desemprego e inatividade para jovens, por faixa etária (%). Brasil, 2005.



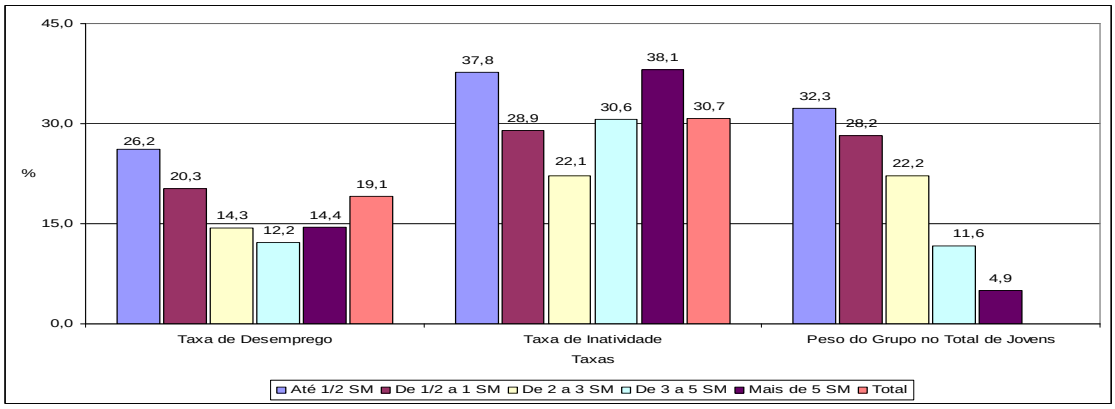
Fonte: IBGE/PNAD, 2005. (micro-dados. Elaboração própria)

O Gráfico 05, traz as taxas de desemprego e inatividade para três faixas etárias distintas, agrupando os jovens com idades entre 16 e 17 anos num primeiro grupo, jovens um pouco mais velhos, com idades entre 18 e 20 anos em outro e jovens maiores de idade no terceiro grupo (de 21 a 24 anos).

Os dados indicam que a idade do jovem facilita sua inserção no mercado de trabalho, apresentando taxas decrescentes de desemprego conforme se caminha para uma faixa etária mais avançada. A taxa de desemprego dos jovens com idade entre 16 e 17 anos (26,4%) é 1,8 vezes superior à dos jovens com idade entre 21 e 24 anos, de 14,8%.

Evidencia-se também que as mulheres tendem a permanecer na inatividade por um período mais prolongado, passando mais tempo dedicando-se exclusivamente aos estudos, e se lançam com mais força ao mercado após os 20 anos de idade. Mesmo com taxas de inatividade bastante superiores àquelas verificadas para os homens jovens, e com peso na população jovem muito próximo a deles, as mulheres jovens encontram grande dificuldade em conseguir um espaço no mercado de trabalho, como ilustram as taxas de desemprego largamente superiores às observadas para os jovens do sexo masculino, em qualquer faixa etária.

Gráfico 06 – Taxas de desemprego, inatividade e peso do grupo no total de jovens, por faixas de renda familiar média *per capita*. (%). Brasil, 2005.



Fonte: IBGE/PNAD, 2005. (micro-dados. Elaboração própria)

O Gráfico 06, organiza as informações agrupando os jovens por faixas de renda familiar média *per capita*. É importante perceber que a renda dos jovens compõe a renda familiar e que, portanto, há uma tendência de que o desemprego juvenil influencie na pobreza da família. Visto por esse prisma, é provável que as maiores taxas de desemprego se concentrem nas famílias mais pobres, sob a influencia da falta de renda do jovem desempregado, o que não enviesa a análise, pois esse parece ser um ciclo que se perpetua e que deve ser alvo das políticas públicas para que seja rompido.

O que se percebe também, é que nas famílias com rendas mais elevadas há uma maior propensão do jovem ao ingresso no mercado de trabalho e também uma maior facilidade de inserção, crescente conforme a renda se amplia. A exceção parece ser o grupo mais favorecido, oriundo de famílias com renda familiar média *per capita* de mais de 5 salários mínimos, na qual a taxa de inatividade é bastante alta (38,1%), assim como a taxa de desemprego de 14,4% que é superior à classe logo abaixo (de 3 a 5 salários mínimos), com 12,2%.

Os jovens oriundos de famílias com rendas mais baixas, na base da pirâmide da distribuição da renda nacional, sofrem com mais vigor os efeitos do baixo crescimento econômico e da geração insuficiente de postos de trabalho. São excluídos das possibilidades de inserção num mercado de trabalho pouco dinâmico e com grande concorrência. Além de disputar um espaço com adultos mais experientes, disputam com outros jovens com melhores oportunidades e com melhor formação educacional.

Atualmente a educação apresenta-se como a maior tragédia nacional, em especial a educação pública. Nossa escola encontra grandes dificuldades para formar o jovem, mesmo para ensiná-lo as competências básicas da língua portuguesa – não só a leitura e a escrita, como também a capacidade para ouvir e para falar nosso idioma. A escola diploma o jovem, que por não conhecer adequadamente sua língua, possui baixa capacidade cognitiva, e não aprendeu os conceitos básicos de matemática, nem desenvolveu adequadamente seu raciocínio lógico. O sistema educacional, ao formar analfabetos funcionais, retira do jovem as possibilidades de desenvolvimentos posteriores, excluindo-o do acesso ao conhecimento e, portanto, das já restritas possibilidades de inserção no mercado de trabalho e de uma possível ascensão social.

Afora a educação ineficiente e insuficiente, pode-se encontrar outras fontes importantes de geração de exclusão. As questões do local de moradia são extremamente relevantes, tendo em vista que a distância e as dificuldades de acesso aos centros urbanos muitas vezes isolam esses jovens em uma realidade muito diferente da realidade do mundo onde um dia deverá buscar trabalho. O contínuo afastamento da periferia das áreas centrais das grandes cidades criou mundos isolados com regras de sociabilidade próprias, muito distintas das regras e da disciplina exigida no mundo do trabalho. Além da distância física que é evidente, e restringe o acesso desse jovem ao lazer, a cultura e ao intercambio com outras pessoas, cria-se uma barreira invisível que dificulta tremendamente a adaptação desse jovem as regras e convenções do mundo do trabalho.

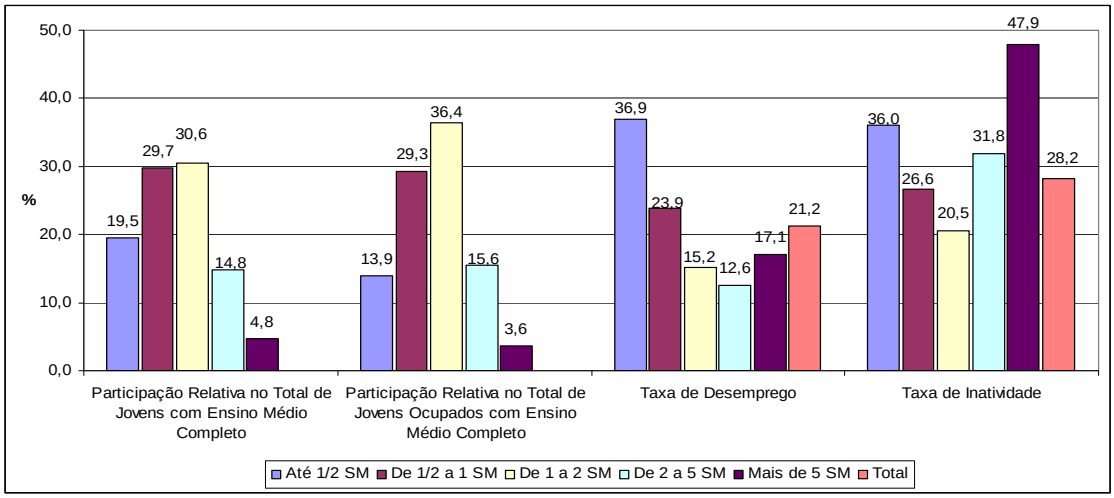
A juventude cria suas próprias regras, seu próprio vestuário, seu estilo e uma linguagem própria que dificulta e muitas vezes o impede de se comunicar no mundo do trabalho moderno, com forte presença de ocupação nos setores do comércio e dos serviços. O vestuário próprio, o estilo e a postura corporal que o ajudaram a se identificar e a ser identificado no seu mundo, acaba excluindo-o do acesso a uma gama importante de ocupações. As dificuldades com a língua portuguesa e o hábito de usar gírias para se comunicar acabam selando seu destino.

Além das questões da educação, das distâncias físicas e sociais, o jovem pobre ainda se encontra em desvantagem no sentido de que o mercado de trabalho atual, com poucas oportunidades de ocupação e com um imenso contingente de trabalhadores desocupados, favorece àqueles com redes sociais mais amplas, e formada por pessoas mais influentes.

A indicação, num contexto de baixo crescimento e de geração insuficiente de vagas de trabalho, passa a ser uma ferramenta relevante para a contratação de trabalhadores. As vagas abertas são escassas e a imensa quantidade de pessoas interessadas, com currículos muito parecidos, principalmente em vagas destinadas aos jovens em seu primeiro emprego, deixa os responsáveis pela contratação, por absurdo que pareça, com dificuldades para a escolha. Os processos de seleção acabam sendo bastante arbitrários e quando não o são, ficam bastante dispendiosos, tanto para o contratante (organização de processos seletivos elaborados) como para o candidato (custos de transporte e alimentação), com provas de conhecimentos básicos da língua portuguesa, de matemática, de raciocínio lógico e conhecimentos gerais, e contam com várias fases de dinâmicas de grupo e entrevistas. Em vista desses custos normalmente incorridos por grandes empresas, a indicação costuma predominar e favorece os melhor situados na distribuição de renda.

As políticas públicas são destinadas a esse jovem, oriundo de famílias com renda média *per capita* de até ½ salário mínimo, mas ao que indicam os resultados, não são efetivas, e se o forem, possivelmente correm o risco de somente trocar um jovem por outro, pouco melhor situado na distribuição de renda, pois as vagas criadas são insuficientes, como indicam os dados.

Gráfico 07 –Taxas de desemprego, inatividade e participação relativa de jovens com ensino médio completo em seu grupo de renda. Brasil, 2005.

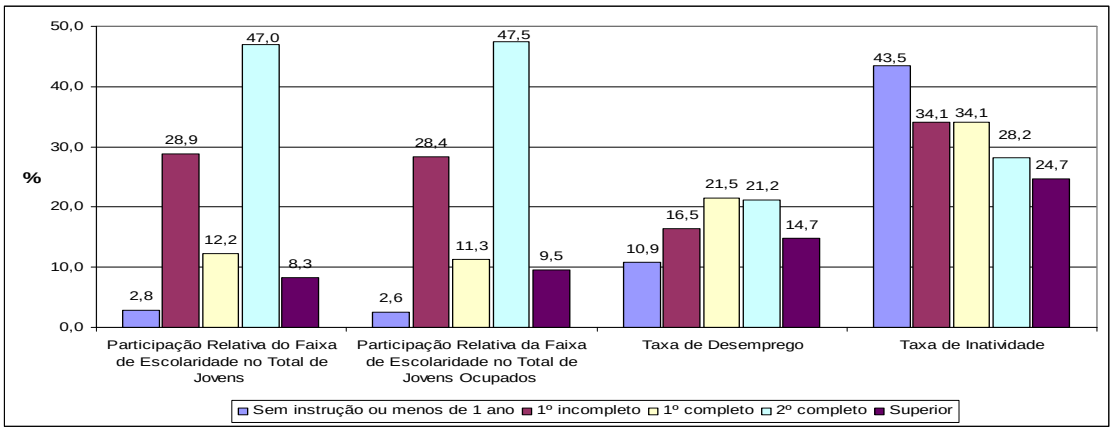


Fonte: PNAD/IBGE, 2005. (micro-dados – elaboração própria)

O Gráfico 07, com informações sobre jovens com ensino médio completo oriundos de famílias com diferentes rendas médias *per capita*, parece corroborar para a veracidade das questões até aqui levantadas. Mesmo contando com mesmo nível educacional, os jovens são afetados de modo bastante distinto pela dinâmica do mercado de trabalho. As dificuldades para os jovens mais pobres não são amenizadas e, pelo contrário, são ampliadas, ao que indica a taxa de desemprego que é 1,4 vezes superior à média para o grupo de renda – 26,4% para o conjunto dos jovens oriundos de famílias com renda média *per capita* de até ½ salário mínimo e 36,9% para os jovens dessa faixa de renda com ensino médio completo.

Mesmo com taxas de desemprego decrescentes conforme se avança nas rendas, os dados indicam que, aparentemente, os demais jovens também não são beneficiados pelo diploma do ensino médio. Em linhas gerais isso se deve a escassez de vagas, às ambições e ao aumento da escolaridade (ao menos burocrática) dos jovens. Sabe-se que a maioria das vagas ofertadas para jovens de 16 a 24 anos com melhor qualidade (emprego formal), exige ao menos o ensino médio incompleto (70,7% do total de jovens ocupados possuem ao menos ensino médio incompleto - RAIS/MTE, 2005), mas elas são pouco mais da metade das insuficientes vagas atualmente preenchidas (51,5%) pelos jovens com ensino médio completo, e que elas são também as mais disputadas. Ao buscar as vagas condizentes com sua formação, o jovem enfrenta concorrência desproporcional, o que acaba elevando a taxa de desemprego para esse grau de escolaridade, inclusive nos grupos de maior renda, cujas famílias podem sustentar o seu desemprego por mais tempo.

Gráfico 08 – Taxas de desemprego, inatividade e participação relativa de jovens, por faixa de escolaridade.
Brasil, 2005.

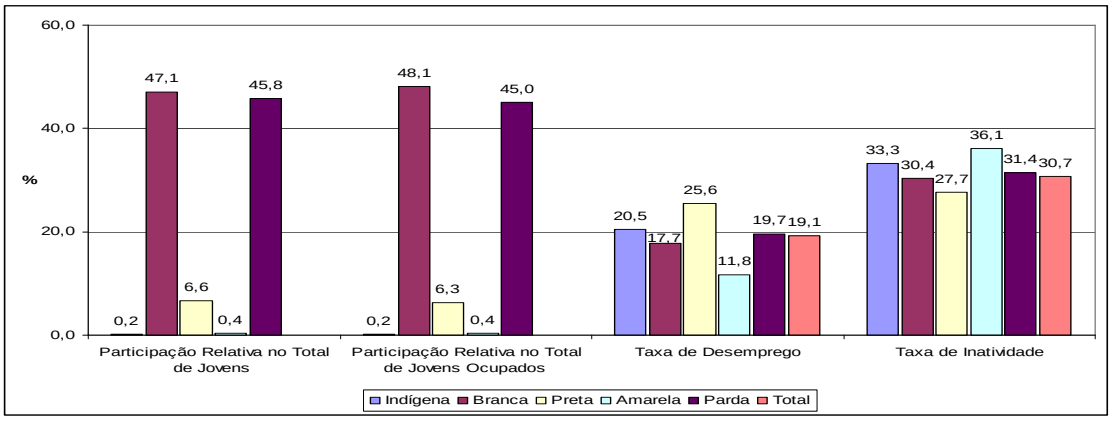


Fonte: PNAD/IBGE, 2005. (micro-dados – elaboração própria)

O Gráfico 08 mostra uma curva em que a taxa de desemprego atinge seu pico no grupo com o ensino fundamental completo (21,5%) e que decresce conforme se distancia, tanto para uma maior quanto para uma menor escolaridade. A menor taxa de desemprego é encontrada justamente no grupo de jovens com menor escolaridade (10,9%), mas com baixo peso na população 2,8% ou cerca de 900 mil jovens em todo o país, com apenas 500 mil economicamente ativos. No outro extremo, de jovens com ensino superior (completo e incompleto), verifica-se a segunda menor taxa de desemprego (14,7%), e chama a atenção que embora o grupo contribua com apenas 8,3% do total de jovens, 9,5% das vagas ocupadas por jovens no país naquele ano o foram por jovens com ensino superior.

De modo geral, verifica-se que as vagas ocupadas pelos jovens seguem o mesmo perfil da distribuição da oferta de mão-de-obra existente, deslocando-se para baixa entre as menores escolaridades e para cima nas escolaridades mais altas, indicando uma tendência à maior oferta de vagas para jovens com maior escolaridade, com 57% das vagas ocupadas por jovens com esse perfil, enquanto somente 55,3% dos jovens possuem o ensino médio ou o ensino superior.

Gráfico 09 –Taxas de desemprego, inatividade e participação de jovens, por raça.
Brasil, 2005.



Fonte: PNAD/IBGE, 2005. (micro-dados – elaboração própria)

O Gráfico 09 mostra com clareza que as diferenças de cor da pele influenciam as taxas de desemprego, mas não se deve buscar as causas para esse processo no mercado de trabalho em si, mas nas determinações históricas dos processos de exclusão, em especial no fim da escravidão e na formação do mercado de trabalho nacional que, mais de 100 anos após seu início, deixa marcas profundas em nossa sociedade.

A população negra e parda ainda sofre as conseqüências da falta de uma política para inclusão dos negros recém libertos no então também recém criado mercado de trabalho nacional[6]. A economia mais dinâmica, do Café Paulista optou pelo uso de imigrantes europeus e a mão-de-obra nacional permaneceu subutilizada, vivendo em condições de pobreza e subsistência. Quando o país começa a se urbanizar rapidamente e a desenvolver sua indústria não se preocupa com os trabalhadores, abundantes e redundantes, e a pobreza do campo se transfere para as cidades, recriando suas feições, que só fizeram se aprofundar nesses últimos 25 anos de crise. (Henrique, 1998; Baltar, 2006)

Quadro 01 – Brasil . Jovens e participação relativa, por raça e faixas de escolaridade e faixas de renda familiar média *per capita*, 2005.

Raça	Sem instrução ou menos de 1 ano	1º incompleto	1º completo	2º completo	Superior	Total
Indígena	0,5	0,2	0,1	0,2	0,1	***0,2***
Branca	30,3	32,3	43,3	53,3	74,9	***47,1***
Preta	7,9	7,8	7,0	6,3	3,1	***6,6***
Amarela	0,2	0,1	0,2	0,4	1,6	***0,4***
Parda	61,2	59,6	49,3	39,9	20,4	***45,8***
Total	***100,0***	***100,0***	***100,0***	***100,0***	***100,0***	***100,0***

Raça	Até 1/2 SM	De 1/2 a 1 SM	De 1 a 2 SM	De 2 a 5 SM	Mais de 5 SM	Total
Indígena	0,3	0,2	0,1	0,2	0,1	***0,2***
Branca	29,7	43,5	58,3	72,2	71,8	***47,1***
Preta	7,8	7,3	5,6	3,9	4,6	***6,6***
Amarela	0,1	0,2	0,4	1,0	2,2	***0,4***
Parda	62,1	48,8	35,7	22,7	21,3	***45,8***
Total	***100,0***	***100,0***	***100,0***	***100,0***	***100,0***	***100,0***

Raça	Sem instrução ou menos de 1 ano	1º incompleto	1º completo	2º completo	Superior	Total
Indígena	7,0	34,9	9,5	43,9	3,9	***100,0***
Branca	1,8	19,8	11,3	53,2	13,2	***100,0***
Preta	3,4	34,3	13,0	44,6	3,9	***100,0***
Amarela	1,2	8,0	7,4	49,4	33,0	***100,0***
Parda	3,8	37,6	13,2	40,9	3,7	***100,0***
Total	***2,8***	***28,9***	***12,2***	***47,0***	***8,3***	***100,0***

Raça	Até 1/2 SM	De 1/2 a 1 SM	De 1 a 2 SM	De 2 a 5 SM	Mais de 5 SM	Total
Indígena	45,1	30,3	11,2	9,8	2,5	***100,0***
Branca	20,4	26,0	27,5	17,8	7,6	***100,0***
Preta	38,4	31,3	18,9	6,8	3,4	***100,0***
Amarela	8,8	11,9	21,6	29,5	27,4	***100,0***
Parda	43,8	30,1	17,3	5,8	2,3	***100,0***
Total	***32,3***	***28,2***	***22,2***	***11,6***	***4,9***	***100,0***

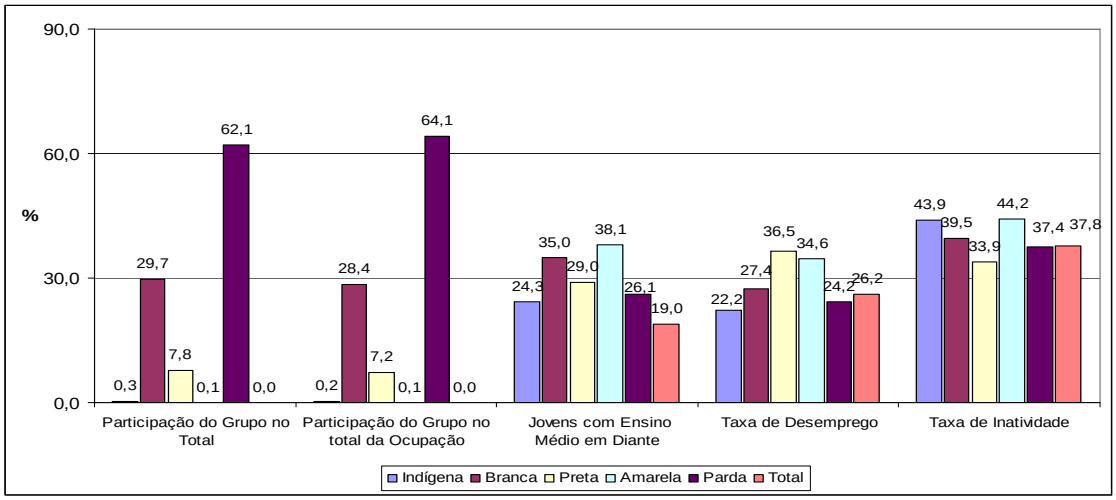
Fonte: PNAD/IBGE, 2005. (micro-dados – Elaboração própria)

Os dados mostram que a determinação das taxas de desemprego mais elevadas da população jovem indígena, negra e parda está ligada à pobreza das famílias, que influencia diretamente na baixa escolaridade dessa população, o que realimenta um ciclo de pobreza inter-geracional que se perpetua e, pelo que indicam os dados, continuará a se perpetuar.

Os jovens indígenas, pretos e pardos juntos respondem por 70% dos jovens oriundos de famílias com renda média *per capita* de até ½ salário mínimo, sendo que somente os jovens pardos respondem por 62% dos jovens desse grupo. O mesmo ocorre com a educação, com 70% dos jovens sem instrução e com menos de 1 ano de estudo pertencentes a esse grupo.

[6] Para uma discussão mais ampla sobre a formação do mercado de trabalho nacional ver Oliveira, 1998.

Gráfico 10 – Jovens oriundos de famílias com renda familiar média *per capita* de até ½ salário mínimo, por percentual de jovens com escolaridade elevada (ensino médio completo e ensino superior), taxas de desemprego, inatividade e participação relativa de jovens, por raça.
Brasil, 2005.

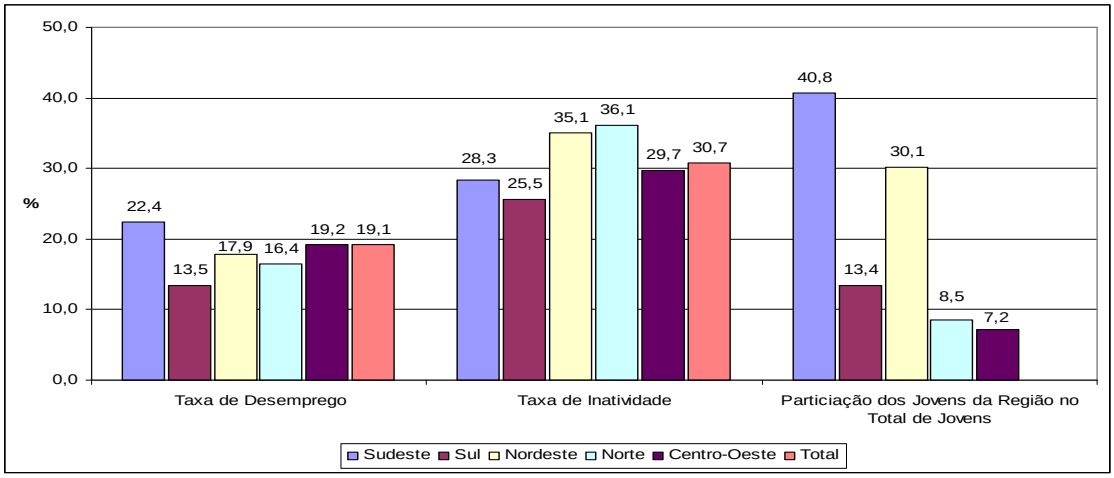


Fonte: PNAD/IBGE, 2005. (micro-dados – Elaboração própria)

Os dados relativos aos jovens oriundos de famílias com renda média *per capita* de até ½ salário mínimo mostram que mesmo dentro do grupo de renda a cor da pele influencia as taxas de desemprego e de participação. Os jovens indígenas e de pele preta são os que possuem a mais baixa escolaridade – somente 24,3% dos indígenas e 29% dos jovens de cor de pele preta possuem ao menos o ensino médio completo. Os jovens de pele preta continuam apresentando as taxas de desemprego mais elevadas, 36,5%. Percebe-se também que ocorre uma inversão do que até então se observava e que os jovens brancos pobres possuem taxas de desemprego superiores às dos jovens pardos pobres, 27,4% contra 24,2%, embora 35% dos jovens brancos tenham estudado até ao menos concluir o ensino médio, contra 26,1% dos pardos. Isso mostra que uma vez na pobreza, as probabilidades do jogo se alteram dramaticamente, e a cor da pele não tem grande influência na resolução do problema da inserção no mercado.

Taxas de crescimento do produto e da ocupação em níveis suficientes, somadas a elevação da escolaridade, – em um sistema de ensino com qualidade – uma política habitacional, uma política cultural, de esporte e lazer adequadas para a juventude podem ajudar, no longo prazo, a reverter esse quadro. Sem que se combata a raiz da exclusão, não se conseguirá alterar dramaticamente as diferenças nas taxas de desemprego atualmente observadas entre as raças.

Gráfico 11 – Jovens, por taxas de desemprego, inatividade e participação relativa de jovens da Grande Região na população jovem nacional. Brasil, 2005.



Fonte: PNAD/IBGE, 2005. (micro-dados – Elaboração própria)

A região sudeste, embora ainda seja a região mais dinâmica do país, foi também a região mais afetada pela crise dos anos 90[7]. Concentrando 40% do total de jovens do país também é responsável por uma taxa, que além de ser a mais alta dentre as regiões do país, é cerca de 17% superior à média nacional – 22,4% para o sudeste, contra 19,1% para o país.

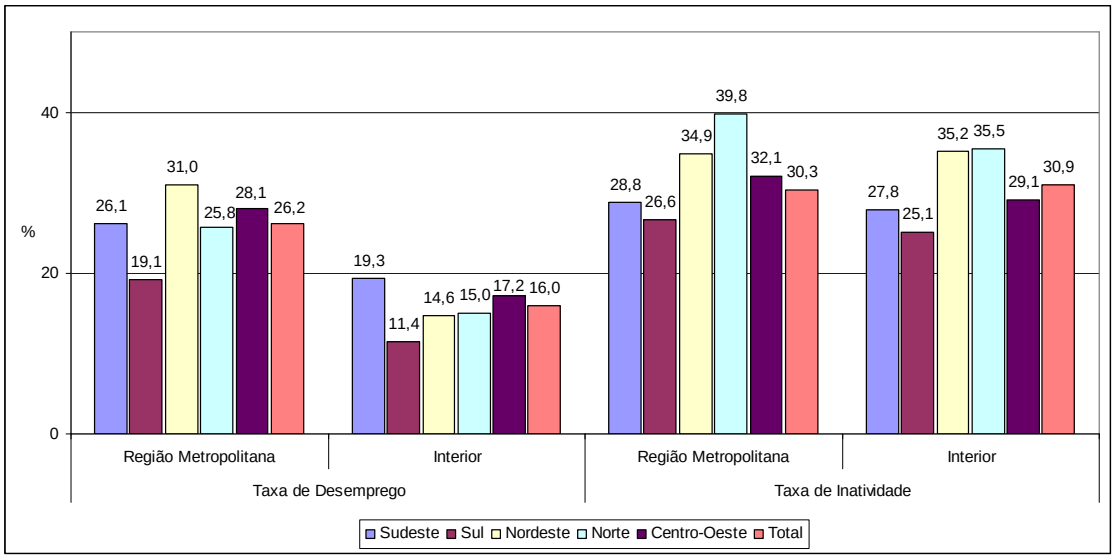
O sul, apesar de contar com 14,6% da população total, é lar de apenas 13,4% dos jovens do país e ostenta a menor taxa de desemprego juvenil, com 13,5% para o ano de 2005. Uma taxa 30% inferior a média nacional e cerca de 40% menor que a taxa mais alta, da região sudeste.

Verifica-se também uma maior tendência à inatividade juvenil em economias menos dinâmicas, que em ordem decrescente aparecem norte (36,1%), nordeste (35,1%), centro-oeste (29,7%), sudeste (28,3%) e sul (25,5%), sendo que o sul pode ter influencias culturais mais fortes que expliquem a maior taxa de participação.

Embora as taxas de desemprego do norte e do nordeste sejam inferiores à média nacional, as taxas de inatividade são bastante superiores, indicando que o mercado de trabalho, embora menos dinâmico, não é tão pressionado pelos jovens como os do sudeste, do sul e do centro-oeste. Verifica-se também que as regiões norte e nordeste são as regiões em que os jovens possuem maior tendência à baixa escolaridade, com cerca de apenas 40% dos jovens com escolaridade mais avançada (médio completo ou superior), contra mais de 60% do sul e sudeste, sendo que em todas as regiões do país a distribuição etária é muito próxima à média nacional, com 23%, 33% e 44% de participação relativa, para os jovens com idade entre 16 e 17 anos, 18 e 20 anos e 21 a 24 anos, respectivamente.

[7] A região Sudeste foi mais afetada por sua concentração industrial, que como visto anteriormente, foi o setor mais afetado na crise irrompida na década de 90.

Gráfico 12 – Jovens, por taxas de desemprego e inatividade nas regiões metropolitanas e interior das Grandes Regiões. Brasil, 2005.



Fonte: PNAD/IBGE, 2005. (micro-dados – Elaboração própria)

As 9 regiões metropolitanas e mais o Distrito Federal abrangidas pela PNAD (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre) não correspondem ao total das atuais regiões metropolitanas do país, de modo que parte significativa do que se denomina interior é atualmente considerada uma região metropolitana, o que de certo modo enviesa uma análise comparativa mais direta, mas ainda assim permite que se ilustrem os casos específicos das regiões metropolitanas cobertas pela amostra.

Verifica-se pelos dados apresentados que as taxas de inatividade das regiões metropolitanas são mais altas que as taxas do interior para as regiões individualmente, com exceção do nordeste, cujas taxas de inatividade são superiores para o interior. No geral, pode-se explicar uma maior taxa de inatividade pela significativa melhora no grau de escolaridade dos jovens metropolitanos *vis-à-vis* os jovens residentes no interior do país.

Por outro lado, as taxas de desemprego das regiões metropolitanas são em média 60% maiores que as taxas registradas no interior. A hipótese a ser ainda verificada é a de que embora sejam as economias mais dinâmicas, assim como no caso do sudeste, também foram as mais afetadas pela crise, e mesmo que ainda apresentem maior dinamismo que o interior e, portanto, apresentem as melhores oportunidades de ocupação, não foram capazes de restaurar as ocupações destruídas na década de 90 e não são dinâmicas o suficiente para estancar o crescente desemprego. Mas ainda assim continuam sendo mais atrativas aos olhos dos jovens, que optam por arriscar-se ao desemprego metropolitano a permanecer ou a se mudar para o interior dos estados.

Considerações Finais:

Embora a mudança no regime cambial e a desvalorização da moeda nacional somados ao aquecimento do comércio internacional tenham repercutido positivamente na ocupação adulta, o desemprego do jovem se ampliou mesmo quando se retraiu para os adultos, e as taxas de desemprego juvenil, já altas em 1995 (11,3%) saltaram para 19,1%, em 2005.

O aumento da taxa de participação feminina, diferente do aumento da inatividade masculina, parece ter um caráter estrutural e recoloca a já premente necessidade de um crescimento sustentado a taxas mais elevadas para que se garanta a geração necessária de postos de trabalho.

O desemprego feminino, em vista do crescimento acelerado das taxas de participação, se amplia e se distancia ainda mais das já elevadas taxas masculinas, alcançando a absurda taxa de 25% para as jovens e 14% para as adultas.

Do ponto de vista da condição de atividade do jovem em 2005, verificou-se que pela dimensão continental do país e pela existência de diversos mercados locais, deve-se considerar as especificidades encontradas ao se formular políticas para a juventude. Na mesma direção, verificou-se comportamentos bastante distintos na dinâmica da condição de atividade dos jovens, pelos mais variados cortes (renda, escolaridade, gênero, raça), chamando a atenção para a pobreza como determinante da exclusão ao acesso da ocupação, independente do corte utilizado.

Verificou-se também, que o desemprego está ligado ao baixo dinamismo econômico e à geração insuficiente de postos de trabalho, o que nos leva a uma sinuca. Sem crescimento suficiente, políticas que favoreçam o acesso do jovem ao mercado de trabalho podem excluir os adultos, e políticas voltadas ao jovem pobre, podem excluir ou um adulto ou mesmo outro jovem, fazendo com que o jogo seja sempre de soma zero.

Sem a geração efetiva de vagas, qualquer política voltada a esse segmento conseguirá no máximo alterar as condições de concorrência de um grupo em detrimento de outro (qualificação profissional), ou diminuir a pressão exercida no mercado de trabalho (transferência de renda para ampliação da escolaridade) pelos segmentos mais pobres, mas somente por um tempo determinado.

Políticas de empreendedorismo juvenil que atualmente ganham força no discurso governamental – por criarem empregadores e não empregos – encontram obstáculos da mesma natureza e ainda maiores que os enfrentados para a criação dos postos de trabalho. O pequeno empreendimento popular é mais afetado pela falta de dinamismo da economia e pela queda das rendas do trabalho do que a empresa capitalista. As altas taxas de juros praticadas mesmo pelos bancos populares, juntamente com a necessidade imediata de renda dos envolvidos no projeto e a impossibilidade de um período sem retorno financeiro do empreendimento, por si só, colocam grandes impedimentos ao sucesso, mesmo para projetos economicamente viáveis. Além disso, muito embora pareça óbvio, a maior complexidade na gestão de um negócio próprio é um grande obstáculo para jovens sem redes sociais influentes, sem experiência profissional acumulada e com dificuldades cognitivas herdadas da má formação escolar.

Todas essas políticas, dissociadas de uma estratégia mais ampla de desenvolvimento econômico, que possibilite se alterar o quadro em suas reais determinantes, não será sustentável, nem efetiva. Até agora o que se verifica é que os governos que vem e vão não se atentaram a isso, e somente se mostram preocupados com o jovem na perspectiva de

considerá-los um problema de saúde (álcool e drogas) e de segurança pública (criminalidade e prostituição).
A educação básica de qualidade pode significar a possibilidade ou não do jovem pobre se inserir no mercado de trabalho em caso de um crescimento suficiente. Ao que tudo indica, em se mantendo essa qualidade de ensino, mesmo em condições favoráveis, com alta geração de postos de trabalho – mantendo-se a predominância dos setores do comércio e serviços –, esses jovens não serão absorvidos pelo núcleo duro do capitalismo, restando a eles as mais variadas estratégias de sobrevivência na informalidade ou mesmo na criminalidade, exatamente o que buscam evitar os últimos governos.

Referências Bibliográficas:

BALTAR, P.E.A. – **Estrutura econômica e emprego urbano na década de 90.** In PRONI, M.W. e HENRIQUE, W. (org.) Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90. São Paulo: UNESP / Campinas: Unicamp, IE, 2003.
BALTAR, P.E.A. – **Formação, estruturação e crise no mercado de trabalho no Brasil.** In DEDECCA, C.S. & PRONI, M.W. (org) Políticas Públicas e Trabalho: textos para estudo dirigido. Campinas, SP: Unicamp, IE / Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego / Unitrabalho, 2006.
_____ – **O mercado de trabalho no Brasil dos anos 90.** Tese (Livre-Docência) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.
_____; KREIN, J.D.; MORETTO, A. – **O emprego formal nos anos recentes.** Campinas: Unicamp, IE. CESIT, no. 03, 2006.
CARNEIRO, R. – **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX.** São Paulo, UNESP / Unicamp, IE, 2002.
HENRIQUE, W. – **Crise econômica e ajuste social no Brasil.** In OLIVEIRA, M.A (org.) Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil. Campinas: Unicamp, IE, 1998.
KREIN, J.D. – **Tendências recentes das relações de trabalho no Brasil**. Tese (Doutoramento) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
LEONE, E.T. – **A mulher no atual mercado de trabalho**. Campinas: Unicamp, IE. CESIT, no. 03, 2006.
MATTOSO, J.A. – **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.
OLIVEIRA, C.A. – **A formação do mercado de trabalho no Brasil**. In: OLIVEIRA, M.A. (org.) Economia & Trabalho: textos básicos. Campinas, Unicamp, IE, 1998.
Organização Internacional do Trabalho. – **Desemprego Juvenil no Brasil: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais, 2ª. Ed** – Brasília: OIT, 2001.
POCHMANN, M. – **O trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

DEFICITS JUVENIS OU DEFICIT DE LUGARES?
O DESEMPREGO E A OCUPAÇÃO DOS JOVENS NOS MERCADO DE TRABALHO DAS METRÓPOLES DE NORDESTE E DO SUDESTE

*Ângela Borges**

RESUMO

O estudo analisa os padrões de incorporação dos jovens entre 18 e 29 anos nos mercados de trabalho metropolitanos do Nordeste e do Sudeste, com ênfase no grau de exposição destes trabalhadores ao desemprego e ao trabalho precário e levando em conta as dimensões de idade, gênero e escolaridade e renda domiciliar. Baseada em dados da PNAD, a análise problematiza algumas abordagens amplamente disseminadas sobre a relação juventude e trabalho no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: jovens; desemprego; mercado de trabalho; formas de inserção.

---

* Doutoranda em Ciências Sociais, Professora e Coordenadora do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania, Universidade Católica de Salvador, Salvador, Bahia
angelborges@uol.com.br

INTRODUÇÃO

Com uma taxa de desemprego quase três vezes maior do que a taxa da população adulta e representando 51% dos desempregados brasileiros, em 2005, os jovens constituem o segmento mais afetado pela reestruturação produtiva do final do século passado.

Este não é um fenômeno brasileiro, porquanto a incorporação das novas gerações que chegam ao mercado de trabalho e, particularmente, o acesso desses jovens a postos de trabalho socialmente protegidos e que oferecem oportunidade de crescimento profissional é um desafio hoje presente em todo o mundo.

Neste artigo são analisados os padrões de incorporação dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos do Nordeste (Fortaleza, Recife e Salvador) e do Sudeste (Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo), com ênfase no grau de exposição destes trabalhadores ao desemprego. Levando em conta as dimensões de idade, gênero e escolaridade e renda domiciliar *per capita*, a análise considera ainda a influência das especificidades regionais na determinação das dificuldades enfrentadas pelos jovens no mercado de trabalho. A base de dados utilizada é a PNAD/IBGE, para os anos de 1995 e 2005 e os dados das regiões metropolitanas selecionadas foram agregados por grande região.

São consideradas jovens as pessoas que têm entre 18 e 29 anos de idade. Trata-se, é verdade, de uma definição limitada que, intencionalmente, deixa de lado todo o debate teórico em torno do conceito de juventude, sua historicidade e o seu caráter multidimensional, incapaz de ser apreendido pelo simples enunciado de limites etários. A opção do recorte etário de 18 a 29 anos tem dois motivos. A exclusão dos adolescentes de 15 a 17 anos deveu-se às particularidades deste grupo que, com ampliação da escolaridade e com as restrições legais ao trabalho dos menores de 16 anos distancia-se dos grupos seguintes, apresentando níveis muito diferenciados de freqüência à escola, atividade, desemprego e de inatividade. Já a inclusão dos jovens adultos entre 25 e 29 anos de idade busca apreender melhor as mudanças nos padrões de inserção no mercado de trabalho, uma dimensão central na transição para a idade adulta e que parece estar contribuindo para o prolongamento desta transição ou para a re-configuração dos próprios status sociais de jovem e de adulto (CAMARANO, 2006).

O artigo contém esta introdução e quatro outras partes além das conclusões. Na primeira parte, são tecidas rápidas considerações sobre algumas questões subjacentes à discussão sobre os jovens e o trabalho nos dias atuais, como a transição demográfica, as transformações na família e as características da reestruturação produtiva. Na segunda, é traçado um breve perfil dos mercados de trabalho e da população jovem das metrópoles estudadas; na terceira parte são analisados indicadores da pressão juvenil sobre os mercados de trabalho metropolitanos e a capacidade de absorção destes mercados, observando as desigualdades relacionadas com idade sexo, e escolaridade dos jovens e com a renda domiciliar *per capita*. Na quarta parte são observados os padrões de incorporação da força de trabalho juvenil ao rol dos ocupados e ressaltadas as principais mudanças ocorridas no período analisado. Finalmente, nas conclusões, as evidências apresentadas são recuperadas para uma rápida discussão a respeito do debate sobre o desemprego juvenil.

ELEMENTOS PARA DISCUTIR A RELAÇÃO JOVEM X MERCADO DE TRABALHO

Na discussão acerca da integração dos jovens ao mundo do trabalho é fundamental a consideração prévia dos fatores determinantes na configuração deste processo nos dias atuais. Destacam-se, primeiramente, as condições de funcionamento da economia no período analisado. Como sabido, entre 1995 – 2005 a economia brasileira viveu sob o signo de uma rápida e profunda reestruturação produtiva iniciada nos primeiros anos da década de 90 e que visou, sob a égide do projeto neoliberal, integrar o Brasil ao capitalismo mundializado, numa posição subordinada e sem projeto soberano de País.

Para fins da análise aqui desenvolvida, importa ressaltar que essa reestruturação mudou o perfil da mão-de-obra demandada, destruiu ocupações, trouxe novas exigências de qualificação, tornou obsoletos modelos de trajetórias profissionais e mapas cognitivos e provocou o deslocamento das linhas de segmentação do mercado de trabalho, colocando desafios a todos os trabalhadores, mas particularmente, àqueles que estão ingressando, pela primeira vez, no mercado de trabalho. Dado o seu caráter subordinado e não planejado e o baixo crescimento da economia que engendrou, o impacto da reestruturação sobre o mercado de trabalho foi devastador: desemprego elevadíssimo, de longa duração e estruturado, intenso processo de precarização dos postos de trabalho e dos vínculos empregatícios e perdas salariais acentuadas e (quase) generalizadas.

Para os jovens, além do obstáculo colocado pelo baixo crescimento da economia, que freia a abertura de novos postos de trabalho, a reestruturação produtiva implicou na destruição de portas de entrada no mercado de trabalho tradicionais, em decorrência de mudanças tecnológicas, como no caso dos bancos para os mais escolarizados e da construção civil, para os menos qualificados, embora tenha propiciado também o surgimento de novos espaços para a incorporação da força de trabalho juvenil, como é o caso dos *call centers* e do serviço de *motoboys*.

Um outro elemento a considerar remete à relação idades/mercado de trabalho. A variável idade é um dos atributos relevantes na determinação das chances e da forma de acesso a um emprego ou ocupação, em decorrência da relação particular que os indivíduos mantêm com a atividade produtiva em cada fase da vida. Essa relação é informada pelos valores e normas que, numa dada sociedade e num determinado tempo histórico estabelecem, de forma mais ou menos rígida, os papéis a serem desempenhados por homens e mulheres em cada um dos ciclos da vida, os limites destes ciclos e os padrões de transição entre eles (CAMARANO, 2006).

Além disso, nas sociedades centradas na compra e venda de força de trabalho, a idade é importante na configuração das preferências dos empregadores, fundamentais para a segmentação dos trabalhadores entre a força de trabalho primária e a força de trabalho secundária, menos valorizada, mais facilmente exposta ao risco do desemprego e mais comumente integrada pelos jovens.

As variáveis demográficas são outro elemento que pesa na determinação de mudanças nas condições de acesso dos jovens a um posto de trabalho. Em estado já avançado da sua transição demográfica o Brasil vivenciou, no período analisado, a desaceleração do crescimento dos grupos etários entre 18 e 29 anos, porém o número de jovens ainda cresce em termos absolutos e vem se traduzindo em pressão sobre o mercado de trabalho. Simultaneamente, a elevação da

esperança de vida e o aumento da população em idade de trabalhar tendem a acentuar o conflito entre gerações no mercado de trabalho, colocando dificuldades à incorporação das mais novas.

Cabe ainda lembrar as mudanças na família e nas relações intra-familiares, processos complexos e ainda em curso, tais como a redução do tamanho das famílias, a perda de poder do chefe provedor do sexo masculino, o enfraquecimento das relações hierárquicas referidas ao patriarcalismo e o aumento do percentual de famílias chefiadas por mulheres. Neste contexto, também ocorreram mudanças na relação do jovem com a família, destacando-se uma maior autonomia em vários aspectos da sua vida, em especial a sexualidade, a escolha da profissão e a definição dos estilos de vida, simultaneamente ao adiamento da independência financeira, levando ao retardamento da saída à casa dos pais e, até mesmo, o retorno a ela, como estratégia de enfrentamento das adversidades do mercado de trabalho (Castro, prelo)

Esse conjunto de mudanças afeta a relação dos jovens com o trabalho, mas com marcadas diferenças em função da classe/renda da família, variável responsável pelas principais desigualdades entre os jovens as quais, associadas às diferenças e desigualdades de idade, de gênero, de escolaridade e de posição na família, de cor, dentre outros atributos, se traduzem em desigualdades na relação com o mercado de trabalho: maior ou menor pressão para entrada e permanência neste mercado, para completar/antecipar o trânsito escola-trabalho ou combina-los e chances desiguais de acesso a uma vaga no mercado de trabalho – emprego ou ocupação – e aos postos de trabalho mais valorizados (Castro, 2002).

Finalmente, para todos os segmentos de jovens independente, inclusive, da classe social, mudanças culturais que levam à valorização/imposição de um padrão de consumo associado à identidade juvenil repercutem sobre a relação dos jovens com o trabalho, particularmente no caso daqueles cujas famílias não dispõem de recursos para atender às novas demandas, reforçando a dimensão instrumental desta relação embora, como mostra Guimarães, o trabalho siga sendo relevante para os jovens também enquanto valor, como referência para construção da identidade e como direito (GUIMARÃES, 2005).

OS JOVENS E OS MERCADOS DE TRABALHO SELECIONADOS: UM BREVE PERFIL

Nas seis regiões metropolitanas selecionadas residiam, em 2005, cerca de 10,1 milhões de jovens entre 18 e 29 anos, 7,6 milhões dos quais nas três metrópoles do Sudeste (Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo) e o restante nas metrópoles nordestinas (Fortaleza, Recife e Salvador).

Os mercados de trabalho dessas duas regiões apresentam diferenças significativas em termos de tamanho, estrutura setorial, perfil ocupacional e níveis médios de desemprego. No Sudeste estão os dois maiores mercados de trabalho metropolitanos do país (São Paulo, com 10,5 milhões de pessoas economicamente ativas e Rio de Janeiro, com 5,7 milhões, em 2005) enquanto no Nordeste os mercados de trabalho metropolitanos têm dimensão bem menor (entre 1,6 e 1,8 milhões de trabalhadores na PEA).

Essas são características mais visíveis nas economias das regiões metropolitanas do Sudeste, as quais, embora diferentes entre si, concentram as atividades mais dinâmicas da economia brasileira e, principalmente a região metropolitana de São Paulo, a parte mais expressiva das estruturas de comando dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais. Concentram, consequentemente, a parcela mais significativa dos postos de trabalho protegidos e de melhor qualidade existentes no país, o que repercute nas estruturas sócio-ocupacionais dessas metrópoles, onde são proporcionalmente mais significativos os contingentes de famílias nas faixas intermediárias e alta de renda. Estes mercados de trabalho – em especial o de São Paulo - foram fortemente atingidos pela reestruturação produtiva dos anos 90, a qual eliminou milhões de empregos formais entre 1990 e 1999, particularmente na indústria de transformação, provocando a elevação das taxas de desemprego aberto e à expansão da ocupação precária.

Já metrópoles nordestinas, onde esses dois últimos fenômenos são estruturalmente marcantes, registraram, nos anos 90, a acentuação das suas características mais negativas: desemprego elevado e elevadíssimos índices de informalidade e precariedade dos postos de trabalho, embora existam diferenças importantes entre os três mercados de trabalho selecionados, decorrentes de diferenças no perfil das suas economias.

Representando cerca de 30% dos jovens brasileiros residentes nas áreas urbanas, os jovens dessas seis regiões metropolitanas registram taxas médias de desemprego superiores à média urbana (16,4%, em 2005) sendo esta diferença muito mais acentuada no caso das metrópoles nordestinas (24%) do que nas do Sudeste (18,8%). Em conseqüência, a participação dessas metrópoles no estoque de jovens urbanos desempregados é de 38,2%, superior, portanto, ao seu peso na população urbana jovem.

Os jovens residentes nas metrópoles selecionadas não formam um conjunto homogêneo, constituindo um segmento da população marcado por múltiplas desigualdades e diferenças que remetem à classe social, ao nível de renda das famílias, à escolaridade, à idade, ao sexo e à cor, dentre outras características.

Esta heterogeneidade do grupo etário entre 18 e 29 anos, de resto presente no conjunto da população, será destacada a seguir na análise dos indicadores do mercado de trabalho mas, antes disso, cabe traçar rápido perfil da população juvenil residente nas regiões metropolitanas selecionadas para este estudo. Ela soma, como visto, um total de 10 milhões de indivíduos e apresenta ligeira sobre-representação feminina (em 2005, as mulheres eram 51,7% dos jovens nas R.Ms do Nordeste e 50,8% no Sudeste). Esta predominância feminina é inferior à encontrada no conjunto da população das regiões selecionadas (cerca de 53%) e crescente com a idade.

No Nordeste, os jovens de 18 a 29 anos representavam cerca de 30% do total da população metropolitana e, no Sudeste, não ultrapassavam os 25%, o que é coerente com o estágio mais avançado da transição demográfica nesta última região e com o arrefecimento dos fluxos migratórios para a metrópole paulista. Quanto à distribuição dos jovens por faixa etária, as duas regiões apresentavam,

em 2005, uma estrutura semelhante: a maior parcela dos jovens encontrava-se na faixa etária de 20 a 24 anos (cerca de 43%), seguidos daqueles idades entre 25 a 29 anos (cerca de 39%) e dos que tinham 18 e 19 anos (17%). Ou seja, cerca de 40% da juventude analisada neste estudo é composta por jovens adultos em idades que, nas gerações passadas, com importantes diferenças de gênero, majoritariamente já tinham cumprido as transições mais relevantes para o ingresso na idade adulta: conclusão dos estudos, conquista da autonomia financeira através do trabalho remunerado, saída do domicílio de origem, casamento e constituição de nova família.

Outro aspecto a ser considerado na caracterização da população juvenil estudada é a escolaridade. Medida em anos de estudo, ela é um dos atributos determinantes das chances de acesso a um emprego e do perfil deste emprego e, também, um dos elementos que mais diferenciam a atual geração de jovens das gerações passadas, uma vez que ela é a mais escolarizada que o Brasil já teve. Observa-se, no entanto, que embora beneficiada pela expansão significativa dos sistemas público e privado de ensino a atual geração de jovens ainda apresenta elevados déficits de escolarização e, conseqüentemente, profundas desigualdades em termos de escolaridade.

Os jovens do Sudeste apresentam níveis médios de escolaridade muito superiores àqueles dos jovens residentes nas metrópoles do Nordeste: em 2005, tinham completado o ensino médio ou estavam cursando o Ensino Superior 51,8% dos jovens das metrópoles do Sudeste e 7,4% já tinham diploma de nível Superior, enquanto nas regiões metropolitanas no Nordeste esses percentuais eram de apenas 42% e 4,4%, respectivamente,

As desigualdades de escolaridade se reproduzem no interior de cada região. Nas áreas metropolitanas do Nordeste nada menos do que 30% dos jovens sequer tinha concluído os primeiros oito anos do Ciclo Básico, encontrando-se em absoluta desvantagem na disputa por uma vaga em mercados de trabalho que, cada vez mais, valorizam as credenciais do sistema educacional, utilizando-as como critério de seleção, mesmo para os postos de trabalho mais simples. Ou seja, a expressiva vantagem da atual geração de jovens sobre as gerações anteriores, advinda do maior acesso à educação, não é uniforme pois uma parte expressiva dela carrega elevados déficits de formação, estando destinados – com poucas exceções - a ocupar as piores posições do mercado de trabalho e/ou a cumprirem trajetórias marcadas por grandes dificuldades de acesso a qualquer posto de trabalho.

Finalmente, a freqüência à escola constitui outro traço a diferenciar os jovens. Em 2005, apenas 28,2% daqueles residentes nas regiões metropolitanas nordestinas e 25% dos residentes no Sudeste ainda estudavam. Esta proporção varia conforme o sexo – é levemente favorável às mulheres no Nordeste e aos homens no Sudeste – mas ela varia principalmente em função da idade. Assim, na Sudeste, em 2005, 49,2% dos jovens entre 18 e 19 anos ainda estudava (55,4% no Nordeste); no grupo de 20 a 24 anos estes percentuais caem para 27,4% no Sudeste e 29,1% no Nordeste e, finalmente, entre os que tinham entre 25 e os 29 anos ainda freqüentavam a escola apenas 15% dos jovens nordestinos e 13,2% dos residentes nas regiões metropolitanas do Sudeste.

Como é óbvio, aqueles que já deixaram o sistema educacional sem terem concluído, pelo menos, o Ensino Médio, carregarão por toda a vida esta desvantagem enfrentando, às vezes muito precocemente, os obstáculos colocados à conquista de um emprego ou ocupação[1] enquanto os que continuam estudando, ao obterem os títulos mais valorizados pelos empregadores estarão mais bem posicionados para disputar uma vaga no mercado de trabalho.

Considere-se, ainda, que a freqüência ou não à escola se constitui num importante elemento de diferenciação dos jovens na sua relação com o trabalho. Com efeito, num contexto em que, cada vez mais, a disponibilidade e dedicação em tempo integral ao trabalho é um elemento extremamente valorizado e cobrado pelas empresas, as condições da inserção no mercado de trabalho e as chances de carreira não serão as mesmas para os jovens que já deixaram a escola e para aqueles que continuam a freqüentá-la, pois a própria relação do jovem com o trabalho – sua disponibilidade e expectativas – irá variar em função do seu grau de envolvimento com a atividade de formação.

Estabelece-se, portanto, uma importante diferença entre os jovens que só trabalham e os que estudam e trabalham pois uma parte importante desses últimos[2], tende a manter uma relação instrumental com os empregos precários que ocupam, reagindo menos à sua baixa qualidade do que os jovens trabalhadores, para os quais é elevada a possibilidade e que esses empregos venham a ser a o seu destino final.

Todas essas diferenças entre homens e mulheres, jovens e jovens adultos, os mais e os menos escolarizados e entre os que estudam e os que não estudam são relevantes na determinação das chances dos indivíduos no mercado de trabalho mas, como dito, cada um desses segmentos de trabalhadores é entrecortado por outras clivagens[3], com destaque para as diferenças da posição na estrutura sócio-econômica.

Tomando a distribuição da renda domiciliar *per capita* como indicador indireto da distribuição dos jovens nessa estrutura, tem-se que, em 2005, 25% dos jovens das metrópoles do Nordeste e 13,6% daqueles do Sudeste, residiam em domicílios extremamente pobres, cuja renda *per capita* situava-se dentro do limite de elegibilidade dos programas assistenciais de transferência de renda (1/2 salário mínimo *per capita*). Além disso, quase 30% dos jovens do Nordeste e 25% dos do Sudeste encontravam-se em domicílios com renda apenas pouco superior (de ½ a 1 salário mínimo) ao patamar oficial de pobreza extrema. Portanto, no total, eram pobres ou muito pobres 38,4% dos jovens das metrópoles do Sudeste e, traduzindo a persistência e reprodução das acentuadas desigualdades regionais no país, nada menos que 64,7% dos jovens nordestinos entre 18 e 29 anos.

No outro extremo da distribuição de renda, residindo em domicílios com renda *per capita* superior a três salários mínimos, encontrava-se apenas 9,2% dos jovens nordestinos e 14% dos que moravam nas R.Ms. do Sudeste.

[1] O que tem levado uma parte – minoritária - desses jovens a retornar ao sistema educacional para completar ou ampliar a sua escolaridade.
[2] Os jovens que estudam e trabalham dividem-se claramente em dois grupos: o de estudantes trabalhadores e o dos trabalhadores que estudam, com acentuadas diferenças no que se refere à importância e ao investimento no trabalho de cada uma deles.
[3] Em função da classe, da cor, do estado conjugal, da posição na família, da origem, etc.

JOVENS E TRABALHO NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS DO NORDESTE E DO SUDESTE

A seguir, serão analisados os principais indicadores relativos à participação dos jovens de 18 a 29 anos nos mercados de trabalho metropolitanos selecionados e à capacidade destes mercados incorporarem este segmento de trabalhadores: as taxas de participação, de ocupação e de desemprego, calculadas em função da idade, do sexo, da escolaridade e do nível de renda domiciliar *per capita*, principais variáveis responsáveis pela segmentação do grupo etário em juventudes com perfis, expectativas, recursos e condições de acesso aos lugares existentes no mercado de trabalho extremamente diferenciados.

Adianta-se, porém, para o fato de que a análise que aqui se faz não pretende dar conta de toda a diversidade desse segmento da população. Para tanto, haveria que considerar outras variáveis importantes como a cor e a posição na família e, sobretudo, trabalhar com indicadores mais desagregados que permitissem visualizar a diversidade de perfis de jovens produzida pela combinação das suas características e atributos, o que não é possível com a base de dados utilizada, por limitações relacionadas com a representatividade da amostra.

AS TAXAS DE PARTICIPAÇÃO

Entre 1995 e 2005, o incremento relativo da população de 18 a 29 anos foi ligeiramente inferior ao crescimento da população total nas regiões do Nordeste e um pouco superior no Sudeste. Nas duas regiões, o ritmo de crescimento dos grupos de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos foi bem mais acentuado do que aquele do grupo de 18 e 19 anos, refletindo a passagem da onda jovem que, segundo as projeções dos demógrafos, se extinguirá por volta de 2015. Até lá, contingentes expressivos na faixa dos 20 anos continuarão a pressionar o mercado de trabalho, juntamente com os contingentes menos numerosos de jovens que alcançarão essas idades.

Nas duas regiões, as taxas de participação dos jovens cresceram para todos os grupos de idade, registrando um aumento de cerca de seis pontos percentuais na média do grupo de 18 a 29 anos, como mostram os dados do Quadro 1. Este incremento da participação juvenil no mercado de trabalho deveu-se, quase exclusivamente, à mudança na relação das mulheres jovens com o trabalho pois, enquanto as taxas masculinas registraram uma leve queda no Nordeste e um pequeno aumento no Sudeste, a taxa de participação feminina registrou um acréscimo de dez pontos percentuais nas duas regiões.

Quadro 1
TAXAS DE PARTICIPAÇÃO GRUPOS DE IDADE E SEXO, REGIÕES METROPOLITANAS DO NORDESTE E DO SUDESTE, 1995 - 2005

Região e Grupos de Idade	TAXA DE ATIVIDADE					
	1995			2005		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
R.M. NORDESTE						
18 e 19 anos	56,8	67,2	46,6	61,1	66,6	55,7
20 a 24 anos	71,8	86,1	59,6	77,4	85,2	70,1
25 a 29 anos	76,1	92,9	61,6	82,8	91,8	74,8
18 a 29 anos	70,7	85,0	58,1	76,8	84,5	69,6
30 ou +	66,0	83,2	52,0	67,4	81,4	56,3
R.M. SUDESTE						
18 e 19 anos	64,8	72,5	57,6	69,2	73,9	64,3
20 a 24 anos	77,8	90,1	65,8	82,9	90,1	75,9
25 a 29 anos	78,1	94,8	62,8	86,7	95,5	78,4
18 a 29 anos	75,6	88,9	63,2	82,1	89,4	75,0
30 ou +	73,9	90,4	59,0	65,0	79,0	53,5

FONTE: IBGE/PNAD

A pressão juvenil sobre o mercado de trabalho aparece mais claramente no incremento da População Economicamente Ativa – PEA: entre 1995 e 2005, nas seis metrópoles selecionadas, 2,1 milhões de jovens ingressaram no mercado de trabalho, sendo 3/4 deles no Sudeste. Ela resultou de um conjunto de fatores – já discutidos - de ordem demográfica (a onda jovem); econômica (desemprego ou queda na renda dos principais provedores do grupo doméstico, pressionando para a entrada dos filhos no mercado de trabalho); e sócio-culturais (mudanças na relação das mulheres com o trabalho na produção; aumento do percentual de mulheres jovens chefe de domicílio e a busca de autonomia financeira).

Fundamentalmente feminina, esta pressão resultou na incorporação de cerca de 1,2 milhão de mulheres jovens à População Economicamente Ativa contra apenas 931 mil homens, nas seis regiões metropolitanas estudadas, levando a uma acentuada redução das desigualdades de gênero no que se refere à participação no mercado de trabalho nas novas gerações.

Além do aumento das taxas femininas, observa-se também que na atual geração de jovens praticamente desapareceram as diferenças no padrão de atividade das mulheres e dos homens. Embora a distância entre as taxas masculinas e femininas ainda se mantenha expressiva, a curva de participação das jovens é idêntica à dos jovens, não se observando mais o declínio da taxa no período em que a maioria das mulheres está se casando e tendo filhos. Confirma-se, portanto, também nas regiões metropolitanas estudadas, um fenômeno amplamente diagnosticado: para a atual geração de mulheres jovens o casamento, a maternidade e a criação dos filhos já não se constituem em obstáculos à sua participação no mercado de trabalho.

O aumento da oferta de força de trabalho juvenil num contexto de baixo crescimento fez com que a taxa de ocupação[4] - uma medida aproximada da capacidade de incorporação deste grupo etário nos mercados de trabalho metropolitanos estudados[5] -, registrasse um recuo de 0,5 ponto percentual na média do Sudeste e uma queda um pouco mais acentuada no Nordeste (3%).

Quadro 2
TAXAS DE OCUPAÇÃO E DESOCUPAÇÃO POR GRUPOS DE IDADE E SEXO, REGIÕES METROPOLITANAS DO NORDESTE E DO SUDESTE, 1995 - 2005

Região e Grupos de Idade	TAXA DE OCUPAÇÃO			TAXA DE DESOCUPAÇÃO		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1995						
R.M. NORDESTE						
18 e 19 anos	44,5	53,3	35,9	21,7	20,6	23,1
20 a 24 anos	60,6	75,0	48,4	15,6	12,9	18,9
25 a 29 anos	68,7	85,6	54,2	9,7	7,9	12,0
18 a 29 anos	60,7	74,8	48,4	14,0	12,0	16,6
30 ou +	62,5	79,3	48,9	5,2	4,6	6,1
R.M. SUDESTE						
18 e 19 anos	52,6	60,2	45,5	18,8	17,0	21,0
20 a 24 anos	68,6	80,7	56,8	11,9	10,5	13,7
25 a 29 anos	72,1	88,8	56,9	7,6	6,3	9,4
18 a 29 anos	67,2	80,3	54,9	11,2	9,7	13,2
30 ou +	68,7	85,0	53,9	7,1	6,0	8,6
2005						
R.M. NORDESTE						
18 e 19 anos	37,1	44,1	30,2	39,4	33,8	45,9
20 a 24 anos	56,3	66,0	47,2	27,3	22,5	32,7
25 a 29 anos	68,1	79,8	57,5	17,8	13,1	23,1
18 a 29 anos	57,7	67,5	48,5	24,9	20,1	30,3
30 ou +	60,7	75,2	49,2	9,9	7,6	12,5
R.M. SUDESTE						
18 e 19 anos	46,4	52,7	39,9	32,9	28,7	38,0
20 a 24 anos	66,3	76,6	56,5	19,9	15,0	25,5
25 a 29 anos	75,7	87,2	64,8	12,7	8,7	17,4
18 a 29 anos	66,7	76,6	57,1	18,8	14,3	23,9
30 ou +	59,8	74,2	48,1	7,9	6,0	10,2

FONTE: IBGE/PNAD

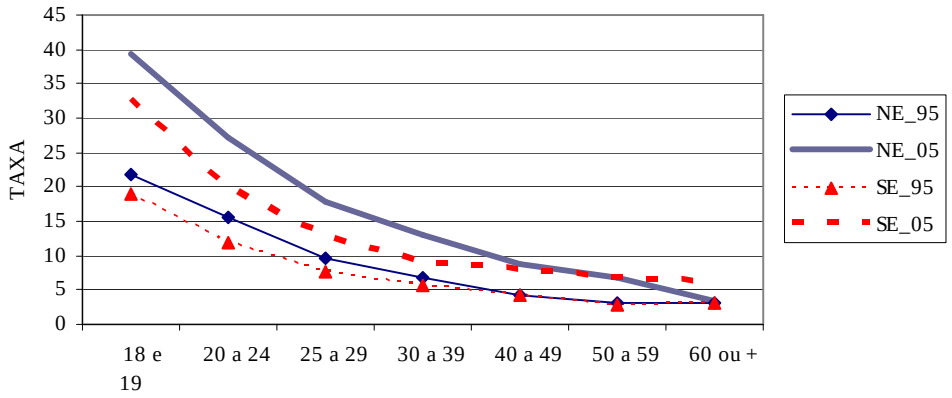
Essa retração da taxa de ocupação atingiu com mais intensidade homens e mulheres entre 18 e 24 anos. No grupo etário de 25 a 29 anos, a taxa masculina também caiu mas a taxa feminina subiu de 54,2% para 57,5% na média das regiões metropolitanas do Nordeste e de 56,9% para 64,8% no Sudeste, embora ainda se mantenha bem inferior à taxa masculina.

[4] Ocupados de 18 a 29 anos/População de 18 a 29 anos.
[5] Aproximada porque o conceito de ocupação adotado pela PNAD é excessivamente amplo, incluindo situações que, a rigor, pouco se diferenciam de uma situação de desemprego.

A queda na taxa de ocupação juvenil é reveladora das dificuldades enfrentadas pelos jovens e, em especial os jovens adultos do sexo masculino, para conseguir e manter um emprego ou mesmo um posto de trabalho "por conta própria" e tem como contrapartida a elevação acentuada das taxas de desemprego.

O Gráfico 1 mostra a mudança no patamar das taxas de desemprego nas duas regiões, afetando todos os grupos etários e ambos os sexos mas, sobretudo, os mais jovens, as mulheres e os nordestinos. A importância da variável idade na determinação das chances de ficar desempregado aparece claramente na comparação das taxas por faixa de idade: nas metrópoles das duas regiões, elas dão um mergulho de aproximadamente 20 pontos percentuais entre os 18 e 19 anos e a faixa de 25 a 29 anos, continuando a cair para níveis sensivelmente mais baixos a partir daí.

Gráfico 1
TAXA DE DESOCUPAÇÃO, REGIÕES METROPOLITANAS, NORDESTE E SUDESTE, 1995 - 2005



Fonte: IBGE/PNAD

Finalmente, cabe frisar que as taxas de desemprego das metrópoles nordestinas são sistematicamente bem mais elevadas do que as encontradas nas regiões metropolitanas do Sudeste, em todas as idades e para ambos os sexos, evidenciando que mesmo num contexto de dificuldades generalizadas para todos os jovens brasileiros, as desigualdades entre os jovens das duas regiões não apenas se manifestam como foram acentuadas nos dez anos considerados: a diferença entre as taxas médias de desemprego juvenil do Nordeste e do Sudeste cresceu de 25% para 32% no período, o que pode ser tomado como um indicador seguro da reprodução das históricas desigualdades regionais do país, das desvantagens previsíveis para as futuras gerações de nordestinos e da

persistência dos fatores de expulsão da população em idade de trabalhar dessa região.

A composição do incremento no número de jovens entre 1995 e 2005 dá a dimensão do agravamento das dificuldades que eles vêm enfrentando no mercado de trabalho. No Nordeste, em cada mil jovens entre 18 e 29 anos, 978 eram economicamente ativos, mas apenas 473 estavam ocupados, enquanto no Sudeste a redução do número de jovens inativos fez com que o contingente dos economicamente ativos superasse o incremento da população neste grupo etário (1102 em cada 1000). Apesar do maior dinamismo dos mercados de trabalho desta última região, em cada 1102 jovens que se incorporaram à PEA apenas 646 encontraram uma ocupação, ficado os 457 restantes desempregados. Em ambas as regiões, tanto o incremento da PEA, como o dos ocupados e dos desocupados foi majoritariamente feminino, evidenciando o impacto marcante das mudanças na relação das mulheres com o trabalho, na configuração da situação ocupacional da população jovem.

A INSERÇÃO JUVENIL SEGUNDO A ESCOLARIDADE

Tanto o nível de atividade dos jovens quanto as suas chances de encontrarem um emprego ou ocupação estão associados à sua escolaridade. Como foi mostrado, entre 1995 e 2005 ocorreu uma elevação acentuada do grau de escolaridade da população entre 18 e 29 anos, tanto nas regiões metropolitanas do Nordeste quanto nas do Sudeste, embora os níveis alcançados se mantenham bem mais elevados nesta última região.

A taxa de participação cresce com a elevação do número de anos de estudo, alcançando patamar superior a 85% entre os jovens que completaram um curso superior. Note-se, ainda, que nas duas regiões aumentou significativamente a distância entre as taxas de participação dos jovens menos e mais escolarizados - em 2005, esta diferença era de 65,6% nas metrópoles do Nordeste e de 81,4% no Sudeste. Este comportamento das taxas de participação juvenil por classes de anos de estudo indica a crescente dificuldade de inserção no mercado de trabalho dos jovens com baixa escolaridade, retratada também nas taxas de ocupação, as quais apresentam um comportamento semelhante. Essa taxa – relação jovens ocupados/total de jovens – mostra que nas classes de menor número de anos de estudo, entre 30% e 40% dos jovens estavam inativos ou desempregados em 2005 o que, considerando o reduzido contingente dos que ainda estudam a partir dos 20 anos, dá uma idéia aproximada das barreiras por eles enfrentadas nos mercados de trabalho metropolitanos. Esses obstáculos são mais acentuados para os jovens do Nordeste pois, independentemente da escolaridade alcançada, apresentam taxas de desemprego sistematicamente superiores às vigentes no Sudeste, para o mesmo grupo etário.

Apesar dessa importância da escolaridade para a obtenção de um emprego ou ocupação nos mercados de trabalho metropolitanos é impressionante, nas duas regiões, o salto nas taxas de desemprego daqueles jovens que lograram acumular maior número de anos de estudo, como é o caso daqueles com escolaridade equivalente ao ensino médio completo/superior incompleto, contingente que mais se expandiu, praticamente dobrando a sua participação percentual no período considerado. Assim, embora os jovens de 18 a 29 anos nesta faixa de escolaridade tenham elevado a sua participação no conjunto do grupo etário de 21,3% para 42% nas regiões metropolitanas do Nordeste e de 26,5% para 51,8% nas metrópoles do Sudeste, aumentaram também, no mesmo período, quase na mesma proporção, o seu peso no estoque de jovens desempregados (de 21% para 45% no Nordeste e de 23% para 49,5% no Sudeste).

Isso significa que o elevado investimento em educação do Estado e da sociedade brasileira e da resposta positiva dos jovens e das suas famílias não foi suficiente para ao menos, atenuar os efeitos mais negativos da reestruturação produtiva sobre as novas gerações de trabalhadores. Essas dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho pela geração de jovens que mais recebeu investimentos em educação e que mais vem empenhando esforços para obter os diplomas mais valorizados constituem-se, portanto, na principal evidência da falácia do discurso e da teoria do Capital Humano os quais, contraditoriamente, foram re-atualizados e fortalecidos no debate público sobre a crise do mercado de trabalho, em especial, sobre o fenômeno do desemprego de massa que passa a afetar aqueles que chegam ao mercado de trabalho a partir dos anos 90.

Quadro 3
TAXA DE DESOCUPAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS DE 18 A 29 ANOS DESOCUPADOS POR ANOS DE ESTUDO, REGIÕES METROPOLITANAS DO NORDESTE E DO SUDESTE, 1995 - 2005

Região e Anos de Estudo	TAXA DE DESOCUPAÇÃO		DISTRIBUIÇÃO DOS DESOCUPADOS	
	1995	2005	1995	2005
NORDESTE				
Sem Instrução / <1 ano	10,9	20,7	4,2	1,7
De 1 a 3 anos	10,9	20,6	9,7	4,1
De 4 a 7 anos	14,7	25,0	34,1	20,1
De 8 a 10 anos	17,0	29,5	24,0	26,3
De 11 a 14 anos	13,4	24,8	21,0	45,1
15 ou mais anos	25,3	10,2	5,5	2,1
TOTAL	14,7	24,9	100,0	100,0
SUDESTE				
Sem Instrução / <1 ano	11,7	15,1	2,3	0,8
De 1 a 3 anos	11,1	19,1	6,7	2,3
De 4 a 7 anos	12,5	21,2	34,1	15,1
De 8 a 10 anos	13,1	25,0	31,3	27,9
De 11 a 14 anos	9,3	17,3	23,0	49,5
15 ou mais anos	4,7	9,0	2,5	4,1
TOTAL	11,2	18,8	100,0	100,0

FONTE: IBGE/PNAD

O elevado desemprego dos jovens que concluíram o ensino médio – hoje o patamar mínimo de escolaridade exigido pela maior parte das empresas – e o crescimento das taxas de desemprego dos jovens universitários não decorrem evidentemente da abundância da oferta de trabalhadores com esses diplomas. Pelo contrário, como visto, mesmo na geração que alcançou os níveis de escolaridade mais elevados da história o Brasil, o número médio de anos de estudo ainda é muito baixo, sendo que em 2005, entre 40% (no Sudeste) e 55% (no Nordeste) dos jovens entre 18 e 29 ainda não tinham concluído o ensino médio.

Além disso, explicitando o impacto do modelo de desenvolvimento seguido pelo país a partir dos anos 90 sobre o mercado de trabalho e, logo, o papel central desse modelo na determinação das possibilidades de incorporação dos jovens ao mundo do trabalho é exatamente nos mercados de trabalho metropolitanos do Nordeste –onde, como dito, a escolaridade média da população é mais baixa -, que é maior a participação dos diplomados no estoque de desempregados. Em outras palavras, nas metrópoles das regiões menos desenvolvidas do país a elevação da escolaridade tem resultado em desempregados mais escolarizados e não em mais desenvolvimento, o que nega o diagnóstico dominante, que remete à baixa escolaridade dos jovens as dificuldades que eles têm encontrando no mercado de trabalho e evidencia a insuficiência das políticas formuladas a partir desse diagnóstico.

DIFERENCIAIS SEGUNDO A RENDA DOMICILIAR PER CAPITA

As desigualdades referidas à idade, ao sexo e à escolaridade são fundamentais na determinação das barreiras e das oportunidades dos jovens no mercado de trabalho. Essas desigualdades (e mais aquelas associadas à cor, à posição na família, dentre outros) recortam-se e entrelaçam-se na construção das trajetórias juvenis para e no mercado de trabalho e são, todas elas, fortemente influenciadas pela origem familiar, isto é, pela posição que o grupo doméstico de origem ocupa na estrutura socioeconômica as sociedades metropolitanas. Tomando como indicador indireto desta posição a renda domiciliar *per capita*[6], já se viu que o universo dos jovens de 18 a 29 anos residentes nas metrópoles selecionadas reproduz as abissais desigualdades de renda que marcam a estrutura social brasileira. Entre 1995 e 2005, nas regiões metropolitanas do Nordeste e do Sudeste aumentou a proporção de jovens vivendo em domicílios com menos de um salário mínimo (S.M.) de renda mensal *per capita* sendo esta proporção, como era de se esperar, muito mais elevada no NE do que no SE.

Esses jovens pobres (menos de um salário mínimo de renda domiciliar *per capita*) estão sub-representados no conjunto dos ocupados e sobre-representados entre os desempregados (Quadro 4), chegando a representar, em 2005, 75,4% dos desempregados das regiões metropolitanas do Nordeste e cerca de 56% nas regiões do Sudeste, percentuais bem superiores ao seu peso na PEA (respectivamente, 62,7% % no Nordeste e 35,6% % no Sudeste).

[6] Trata-se, evidentemente, de um indicador bastante incompleto pois a posição nesta estrutura, além da disponibilidade de recursos materiais, remete a várias outras dimensões - quase todas, em alguma medida, influenciadas pela renda – que desempenham papéis importantes no desenho dos destinos profissionais dos jovens como, por exemplo, a escolaridade e a ocupação dos pais e o local de moradia, um aspecto relevante para o acesso aos postos de trabalho mais valorizados nos mercado de trabalho metropolitanos e que pode se configurar como uma das muitas barreiras invisíveis com que os jovens se defrontam quando buscam emprego nas grandes metrópoles (TELLES, 2006)

Quadro 4
DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS DE 18 A 29 ANOS ATIVOS, OCUPADOS E DESOCUPADOS POR RENDA DOMICILIAR PER CAPITA, REGIÕES METROPOLITANAS DO NORDESTE E DO SUDESTE, 1995 - 2005

REGIIÃO E CLASSES DE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA	PIA	PEA	OCUPADO	DESOCUPADOS
NORDESTE - 1995				
Até 1/4 salário-mínimo	5,7	4,7	3,9	9,4
Até 1/2 salário-mínimo	23,2	20,7	18,4	34,7
Até 1 salário-mínimo	53,0	51,0	48,8	64,5
Mais de 3 salários - mínimos	13,3	13,7	14,8	
NORDESTE - 2005				
Até 1/4 salário-mínimo	12,0	10,4	7,3	20,0
Até 1/2 salário-mínimo	35,4	32,0	26,7	48,5
Até 1 salário-mínimo	64,7	62,7	58,5	75,4
Mais de 3 salários - mínimos	9,2	9,6	11,3	4,3
SUDESTE - 1995				
Até 1/4 salário-mínimo	1,0	0,7	0,6	1,8
Até 1/2 salário-mínimo	5,7	4,4	3,7	10,2
Até 1 salário-mínimo	22,0	19,0	16,9	34,9
Mais de 3 salários - mínimos	28,7	31,1	33,5	13,0
SUDESTE - 2005				
Até 1/4 salário-mínimo	2,7	2,3	1,3	6,4
Até 1/2 salário-mínimo	13,6	11,8	8,7	25,5
Até 1 salário-mínimo	38,4	35,6	30,9	55,9
Mais de 3 salários-mínimos	14,9	15,2	16,9	7,7

FONTE: IBGE/PNAD

Constata-se, portanto, que apesar do salto da taxa de desemprego dos jovens pertencentes a domicílios com níveis de renda mais elevados (três ou mais S.M.), revelador do caráter da reestruturação produtiva e do seu impacto sobre a capacidade de geração de postos de trabalho mais bem remunerados da economia brasileira,– são os jovens dos domicílios pobres que estão sendo atingidos em mais larga escala pelo desemprego. Assim, em 2005, enquanto entre os muito pobres (menos de 0,5 S.M. de renda domiciliar *per capita* mensal) as taxas de desemprego situavam-se entre 32,5% e 47,2% no Nordeste e entre 52,5% e 37,6% no Sudeste, entre os jovens pertencentes às classes de renda média e alta, a taxa de desemprego do grupo etário de 18 a 29 anos era de 11,1% nas R.Ms. Nordeste e de 9,5% nas do Sudeste.

Isto significa que a despeito de penalizar pela primeira vez segmentos até então mais protegidos, o mercado de trabalho brasileiro aprofundou um dos seus traços mais característicos, constituindo-se em um poderoso mecanismo de reprodução das desigualdades e da pobreza entre nas novas gerações.

Ao lado desses dados sobre o desemprego dos jovens pobres, outra informação da PNAD 2005, agora referida à classe de renda mensal familiar em SM, revela mais uma dimensão do mesmo problema: o elevado contingente de jovens entre 18 e 29 anos que não trabalham nem estudam. No caso dos rapazes, a gravidade

desta situação decorre da ausência de papéis alternativos que eles possam desempenhar na sociedade o que, juntamente com a situação mais freqüente de falta de recursos para acessar bens e serviços cujo consumo tornou-se parte integrante da identidade juvenil, os expõe diretamente a situações de risco.

Entre 1995 e 2005, o peso do contingente de rapazes alijados dos dois principais integradores – a escola e o trabalho – no conjunto da população masculina juvenil subiu de 14,5% para 19% no Nordeste e de 11,4% para 13,1% no Sudeste. No incremento da década, os percentuais de jovens que ficaram nessa situação são alarmantes: mais de 30% dos homens jovens do sexo masculino, no Nordeste e quase 20%, no Sudeste. Acrescente-se ainda que embora um pouco inferiores à média do conjunto dos jovens estes percentuais são também extremamente elevados – e certamente mais preocupantes – entre os jovens adultos entre 25 e 29 anos: 26,6% no Nordeste e 12,4% no Sudeste.

Entre as mulheres esse fenômeno é ainda mais forte do que entre os rapazes, mas sofreu uma retração entre 1995 e 2005, relacionada com o salto das taxas de participação e de ocupação das jovens, já mencionado. Ainda que menos dramático, por não portar os mesmos riscos implicados no caso dos homens, os elevados percentuais de mulheres jovens que não trabalhavam nem estudavam (em 2005, 35,4% no Nordeste e 30,6%, no Sudeste) são coerentes com movimentos mais amplos do capitalismo contemporâneo que vêm despejando sobre as mulheres, sobretudo as mais pobres, grande parte do ônus da crise do mercado de trabalho: elas apresentam taxas de desemprego mais elevadas e, como será mostrado mais à frente, também elevados índices de precarização do trabalho.

Essa persistência de elevados contingentes de mulheres jovens fora da escola e do trabalho, além de traduzir, em parte, este ônus, joga luz em outra dimensão da precarização das condições de vida das mulheres: a negação, para um contingente significativo delas, das condições para o exercício da cidadania, fortemente atreladas à presença nos espaços públicos - dentre os quais se destacam o mercado de trabalho e a escola - e o seu aprisionamento no espaço privado, onde se dedicam aos "afazeres domésticos" e/ou à criação dos filhos, papéis alternativos historicamente imputados às mulheres.

Observe-se, finalmente, que independente do sexo, a exclusão da escola e do trabalho é uma situação que afeta, sobretudo, as famílias mais pobres pois em 2005, 64,4% dos jovens do Nordeste que se encontravam nesta situação e 43% dos que residiam no Sudeste pertenciam a famílias com renda mensal inferior a dois salários mínimos.

O PERFIL OCUPACIONAL DOS JOVENS NOS MERCADOS DE TRABALHO METROPOLITANOS

A partir da década de 90, o elevado e persistente desemprego juvenil colocou num segundo plano as características da inserção juvenil no mercado de trabalho, isto é, de que modo, em que condições, os jovens "bens sucedidos" – isto é, que conseguem ocupar um lugar no mercado de trabalho -, trabalham e quais as características dos postos de trabalho que ocupam.

E, no entanto, talvez mais do que o desemprego juvenil, o trabalho dos jovens, as suas características e o seu significado para além das conseqüências para eles próprios colocam-se, hoje, como uma questão relevante para o conjunto da sociedade, porque é no desenho e nas formas em que vão se cristalizando o trabalho juvenil que são encontradas as pistas mais ricas sobre o futuro do mundo do trabalho gestado na reestruturação capitalista do final do século XX.

O que se discute, nem sempre ingenuamente, como um "problema" da juventude, ou das juventudes, não diz respeito apenas aos jovens enquanto grupo etário e enquanto integrantes de uma geração que chega à idade adulta no bojo da reestruturação da economia brasileira mas, também, às próximas gerações de trabalhadores, jovens e adultos. Ou seja, no inseguro, inconstante, flexível e precário trabalho dos jovens de hoje está configurada a sociedade brasileira de amanhã, cujo perfil vai se tornando mais claro à medida que as gerações dos seus pais e avós vão saindo de cena e encerrando com elas as conquistas e memórias de numerosas gerações de trabalhadores que construíram a economia urbano-industrial do país e, nesse processo, lograram construir um Estatuto do Trabalhador que se configurava como o embrião de um sistema de proteção social fundado no trabalho[7].

Por esta razão, a investigação mais detalhada das formas de inserção na ocupação das novas gerações é relevante, contribuindo também para o debate crítico da abordagem hegemônica sobre a questão da inserção do jovem no mercado de trabalho, a qual coloca o desemprego como o principal e único problema e, ao fazê-lo, procura legitimar todas as iniciativas que redundam na precarização do trabalho juvenil, colocada como condição necessária ou mal menor para o enfrentamento da "exclusão" dos jovens.

De fato, se no plano das políticas sociais a atual geração de jovens usufrui da universalização – tardia, incompleta e de baixa qualidade - de alguns direitos sociais básicos como o acesso aos serviços de educação e de saúde, no plano do trabalho e da proteção social a ele associada ocorre o contrário: para aqueles que entraram no mercado de trabalho a partir dos anos 90, os direitos do trabalho são experimentados de forma descontínua e minimalista ou tornaram-se quimeras, coisas do passado e muito facilmente, tratados e percebidos como privilégios, num contexto em que a desproteção e/ou a incerteza são a norma.

Antes de analisar os dados para as regiões metropolitanas selecionadas, é importante lembrar que historicamente, as portas de acesso ao trabalho dos jovens urbanos são em número reduzido: o trabalho em negócios familiares e, para a maioria, o trabalho assalariado sob várias formas: aprendiz, inicialmente sobretudo para os adolescentes menos escolarizados[8], o estágio, principalmente para os estudantes universitários e, mais recentemente, também para aqueles que cursam o nível médio[9], o emprego propriamente dito, com ou sem carteira de

[7] O Estatuto do Trabalhador está consubstanciado, no Brasil, fundamentalmente na CLT, no Estatuto do Funcionário Público, na Previdência Social e em todo o arcabouço institucional relacionados (Justiça do Trabalho, Delegacias e Procuradorias do Trabalho).

[8] Originalmente concebida pa ra os adolescentes e jovens entre 12 à 18 anos, este tipo de contrato foi flexibilizado com o alargamento da faixa etária, passando a incluir jovens adultos de até 24 anos (SILVA, M.C e BORGES, A, 2007).

[9] Outro instrumento legal flexibilizado nos anos 90 para ampliar o universo da força de trabalho juvenil que pode ser contratada a baixíssimo custo (POCHMANN, M. 2006; SILVA, M.C e BORGES, A, 2007)

trabalho assinada e, particularmente para as mulheres, o trabalho doméstico remunerado.

A opção do trabalho por "conta própria", tão destacada no discurso do empreendedorismo e linha de ação de algumas políticas públicas[10], é menos acessível aos jovens pois a sobrevivência neste tipo de atividade supõe a posse de recursos que a maioria dos jovens não dispõe, como experiência profissional e de vida, o domínio de um ofício, algum recurso financeiro, rede de relações e conhecimento do mercado (Borges, 2000).

Por essas razões, a crise e a reestruturação da economia nos anos 90 atingiram sobretudo os jovens: primeiro, interromperam drasticamente a geração de empregos e, depois, nos anos 2000, já na vigência plena do novo padrão de acumulação, a abertura de novas vagas é insuficiente para atender à demanda dos desempregados e dos que ingressam anualmente no mercado de trabalho e acompanha do rebaixamento salarial e da perda de qualidade dos postos de trabalho.

Esta importância do emprego como forma de trabalho juvenil contribui, portanto, para explicar porque, entre 1995 e 2005, apesar da crise do mercado de trabalho aumentou, ao invés de diminuir, a proporção de jovens ocupados que tinham um emprego. Nas metrópoles nordestinas, enquanto em 1995 em cada mil jovens ocupados entre 18 e 29 anos, 659 eram empregados, em 2005 este número aumentou para 710 e, quando computados os Trabalhadores Domésticos - uma forma de emprego ainda importante para as mulheres jovens, apesar de decrescente no período -, 802 em cada mil jovens ocupados estavam em um posto de trabalho assalariado. Finalmente, no incremento da ocupação juvenil, nada menos que 934 em cada mil jovens ocupados eram empregados nas regiões metropolitanas do NE.

Nas regiões metropolitanas do Sudeste, cujos mercados de trabalho são mais estruturados, esse peso do assalariamento na ocupação juvenil é ainda mais elevado - 776 em mil em 1995 e 853 se considerados os Trabalhadores Domésticos e, respectivamente, 813 e 869, em 2005. No incremento do período, os Empregados somaram 983 em cada mil jovens ocupados.

Sendo o emprego o principal canal de acesso dos jovens ao trabalho, como não poderia deixar de ser, eles também foram atingidos pelo processo de precarização dos vínculos deflagrado pelas transformações dos anos 90 e, depois, continuamente aprofundado. Todavia, apesar do expressivo aumento da proporção de jovens de 18 a 29 anos em empregos não registrados, em 2005, a maioria dos jovens empregados estava na categoria de "empregados com carteira assinada" ainda que, relativamente ao total de jovens ocupados, aqueles que tinham um emprego socialmente protegido – dentre os quais uma minoria que é funcionário público – representavam pouco mais de 58% no Sudeste e apenas cerca de 44% nas regiões metropolitanas do Nordeste.

[10] A exemplo do apoio ao Empreendedorismo Juvenil, no âmbito do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego – PNPE (PADILHA, A; BORGES, A., 2007).

Quadro 5
JOVENS E ADULTOS OCUPADOS, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E TIPO DE EMPREGO, REGIÃOS METROPOLITANAS DO NORDESTE DO SUDESTE, 1995 - 2005

Região, grupos de idade e sexo	Total	Posição na ocupação no trabalho principal					
		Empregados				TD*	OUTRAS POSIÇÕES **
		Total	Categoria de emprego				
			ECC*	FP*	OUTRA		
1995							
NORDESTE							
18 A 29 ANOS.....	1000	659	391	40	227	122	219
30 anos ou mais....	1000	538	316	118	105	79	383
SUDESTE.....							0
18 A 29 ANOS.....	1000	776	563	55	157	77	147
30 anos ou mais....	1000	589	418	93	79	81	329
2005							0
NORDESTE							0
18 A 29 ANOS.....	1000	710	414	25	271	92	198
30 anos ou mais....	1000	546	325	91	130	96	358
SUDESTE							0
18 a 29 anos	1000	813	553	32	228	56	131
30 anos ou mais	1000	581	383	78	121	100	319

FONTE: IBGE/PNAD

* ECC - Empregados Com Carteira Assinada; FP - Funcionário Público; TD - Trabalhadores Domésticos

** Outras Posições: Contra própria, Empregadores, Não remunerados e Trabalhadores na Subsistência

Nas duas regiões, no incremento da ocupação no período, em torno da metade dos jovens conseguiu um emprego com carteira mas, como ocorreu também uma redução no contingente na categoria de Funcionário Público, no computo final a maioria deles acabou por ocupar posições desprotegias. Isto apesar da recuperação do número empregos registrados a partir de 2003, o que mostra o caráter limitado desta recuperação, incapaz de alterar, significativamente os indicadores negativos do mercado de trabalho.

Para interpretar corretamente esse conjunto de dados sobre o perfil da ocupação juvenil, não se pode deixar de atentar para outro dado, pouco observado nas análises do trabalho juvenil. Trata-se da relação entre o peso dos trabalhadores de 18 a 29 anos nos principais agregados do mercado de trabalho e o seu peso na população em idade ativa, porque, mais até do que a taxa de desemprego juvenil, é esta comparação que permite dizer em que medida os jovens estão sendo efetivamente "excluídos" dos empregos e concluir algo a respeito da sua importância como força de trabalho para o capital.

Assim, nas duas regiões, os jovens estão sobre-representados nesses agregados, isto é o seu peso relativo na População Economicamente Ativa (PEA), nos Ocupados e nos Desocupados é sempre superior ao seu peso na população com 10 anos ou mais[11].

Em 2005, os jovens entre 18 e 29 anos representam cerca de 29% da população com 10 anos ou mais nas metrópoles nordestinas e em torno de 25% no agregado da região Sudeste mas, na PEA, eles correspondiam a cerca de 36% no NE e 33% no SE, traduzindo a pressão que exercem sobre o mercado de trabalho e a centralidade do trabalho para este grupo etário. Esta pressão, num contexto de baixo crescimento e de uma reestruturação produtiva com forte componente poupador de trabalho humano levou, como visto, ao aumento das taxas de desemprego juvenis e ao rejuvenescimento do contingente de desempregados, cuja maior parte já era formada por trabalhadores entre 18 e 29 anos. Assim, entre 1995 e 2005, nas regiões metropolitanas do Nordeste, a participação dos jovens no estoque de desempregados passou de 53,6% para 55,6% e, no Sudeste, de 46,1% para 47,8%.

Quadro 6
PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS E ADULTOS NA PIA, NOS OCUPADOS E NAS PRINCIPAIS POSIÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO, REGIÕES METROPOLITANAS DO NORDESTE DO SUDESTE, 1995 - 2005

Região e Grupos de Idade	PIA	OCUPADOS	Posição na ocupação no trabalho principal					
			Empregados				Trabalhadores domésticos	Outras posições
			Total	Categoria de emprego				
				Com carteira de trabalho assinada	Militares e funcionários públicos estatutários	Outros		
1995								
NORDESTE.....								
18 A 29 ANOS.....	28,9	34,0	39,6	41,5	16,7	47,4	41,1	22,4
30 anos ou mais.....	48,1	58,2	55,3	57,4	83,2	37,3	45,3	67,0
SUDESTE.....								
18 A 29 ANOS.....	24,7	31,5	37,4	38,7	23,0	41,2	29,8	17,5
30 anos ou mais.....	55,5	63,0	56,8	57,5	76,9	41,3	63,1	78,6
2005.....								
NORDESTE.....								
18 a 29 anos.....	28,9	32,8	39,0	39,5	12,3	47,7	31,5	21,0
30 anos ou mais...	53,3	63,6	58,3	60,1	87,7	44,5	64,1	73,8
SUDESTE.....								
18 a 29 anos.....	25,0	31,0	38,5	40,0	16,2	42,9	20,2	15,6
30 anos ou mais...	59,3	66,1	58,6	58,9	83,6	48,6	77,2	81,2

FONTE: IBGE/PNAD

* ECC – Empregados Com Carteira Assinada; FP - Funcionário Público; TD - Trabalhadores Domésticos

** Outras Posições: Contra própria, Empregadores, Não remunerados e Trabalhadores na Subsistência

[11] No Brasil, essa faixa etária corresponde à População em Idade Ativa,

Observe-se, no entanto, que se o desemprego assume cada vez mais feição juvenil, isto não quer dizer que os jovens estão "excluídos" do universo dos que conseguem trabalhar. Pelo contrário, apesar de um pouco menor, segue sendo expressiva e, mesmo, superior ao seu peso na população, a presença dos jovens no universo das pessoas ocupadas: eles representavam, tanto em 1995 como em 2005, mais de 30% dos ocupados nas metrópoles selecionadas, indicando a determinação destes trabalhadores - cuja ocupação, em parte dos casos, não passa de postos de trabalho criados por eles próprios na luta pela sobrevivência.

Nas metrópoles das duas regiões e nos dois anos considerados, os jovens de 18 a 29 anos estão igualmente sobre-representados tanto entre os Empregados como entre os Empregados com Carteira Assinada - categoria que pode ser tomada como *proxy* da força de trabalho do núcleo estruturado da economia[12], apesar de terem perdido participação no estoque dessas duas categorias de ocupados nas metrópoles do Nordeste. Assim, em 2005, os jovens entre 18 e 29 anos representavam 29% da população em idade ativa das R.Ms. do Nordeste e 25% nas metrópoles da região Sudeste mas correspondiam a nada menos que 39,5% dos Empregados com Carteira nos mercados metropolitanos do Nordeste e 40% no Sudeste.

É evidente, portanto, que a força de trabalho juvenil não está sendo "excluída" pelo mercado mas que, ao contrário, ela continua sendo recrutada pelas empresas, numa proporção maior até do que o seu peso na população em idade ativa, sobretudo para aquelas posições consideras secundárias – na maioria dos casos, precárias, mal remuneradas e sem perspectiva de carreira[13] - e que foram exatamente as que mais se expandiram após a reestruturação das empresas (Borges, 2003; DEDECCA, C. S., 2006).

Conclusões

O conjunto de indicadores analisados sobre a participação e as formas de inserção dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos evidencia a complexidade da relação jovem x trabalho no atual contexto. Uma complexidade que não pode ser apreendida da perspectiva que se restringe à dicotomia inclusão x exclusão, nem por abordagens centradas, exclusivamente, nas características dos próprios jovens, seja para

[12] Embora não deva ser esquecido que com o intenso processo de flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho e a conseqüente descaracterização do assalariamento, uma parte expressiva dessa força de trabalho está hoje classificada nas categorias dos Empregados sem Carteira Assinada e entre os Conta Própria.

[13] Em um estudo para a Salvador, Menezes e Carrera-Fernandez, mostram que os jovens encontram poucas opções no mercado de trabalho, com apenas 10 ocupações concentrando 68,8% da ocupação juvenil. São elas: trabalhadores domésticos, estagiários, vendedores, servente de pedreiro/trabalhador braçal, vendedor ambulante, copeiro/garçon/lanchonete; balconista, auxiliar de escritório, caixa/auxiliar de contabilidade e faxineiro (Menezes; Carrera-Fernandez, 2001).

ressaltar os seus déficits (de escolaridade, de socialização, de experiência, de iniciativa, de auto-estima, etc.), seja para eleger algum dos seus atributos como fonte das dificuldades e barreiras por eles encontradas na busca por um posto de trabalho e nas suas trajetórias ocupacionais.

Ainda que os aspectos tratados nessas abordagens sejam relevantes e não devam ser, portanto, ignorados, a compreensão da relação jovem/trabalho não pode ser alcançada fora de uma abordagem de cunho estrutural, que tome como parâmetro o caráter das transformações em curso no capitalismo, o papel e o lugar do trabalho na acumulação de capital, o perfil da força de trabalho necessária aos processos produtivos e as novas configurações assumidas pela relação capital x trabalho.

No caso brasileiro, implica considerar, portanto, como o novo modelo de acumulação inaugurado na década de 90 redefine as possibilidades e o padrão de desenvolvimento do país e os reflexos dessas transformações sobre a demanda de força de trabalho das empresas, sobre a estrutura ocupacional e, conseqüentemente, sobre as oportunidades de trabalho disponíveis para cada um dos diversos segmentos de jovens. Só assim será possível compreender que o elevadíssimo desemprego dos jovens não encontra sua origem nos déficits que eles portam, mas na incapacidade da economia brasileira para criar "lugares" (Castel, 1998) suficientes para reduzir as taxas de desemprego e, ainda, incorporar os numerosos contingentes de jovens que chegam todos os anos ao mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

BORGES, A. (2003). *Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social: a Região Metropolitana de Salvador na década de 90*. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Salvador, UFBA: 374.

BORGES, A. A inserção dos jovens baianos no mercado de trabalho nos anos 90. In: 10 ANOS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Salvador: UNICEF, MOC, 2001c. p. 55-69.

CAMARANO, A. A., Ed. (2006). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro, IPEA.

CASTEL, Rt. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: VOZES, 1998.

CASTRO, M.G. e outros. Juventude, gênero, família e sexualidade. Combinando tradição e modernidade in Borges, A; Castro, M.G. Família, gênero e gerações: desafios para as políticas sociais (prelo).

CASTRO, M.G. "O que dizem as pesquisas da UNESCO sobre juventudes no Brasil: leituras singulares." In Juventude, cultura e cidadania, Novaes,R.R. e outros (org), Comunicações do ISER, p.63-90, 2002.

DEDECCA, C. S. (2006). *O trabalho no Brasil do início do século XXI*. Campinas, IE/Unicamp: 187.

GUIMARÃES, N. A. (2005). Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil? *Retratos da juventude brasileira*. H. W. Abramo e P. P. M. Branco. São Paulo, Fundação Perseu Abramo: 149-174.

MENEZES, W; CARRERA-FERNANDEZ, J. A estrutura do mercado de trabalho e da inatividade juvenil da cidade de Salvador, Pesquisa e Debate, v.12, n.2 (20), p. 83-118, 2001.

POCHMANN, M. (2006). Terceirização e diversificação nos regimes de contratação de mão-de-obra no Brasil. Campinas, CESIT/IE/UNICAMP: 8.

SILVA, M.C e BORGES, A. Mudanças recentes na regulação do trabalho juvenil no Brasil, UCSAL, Núcleo de Estudos do Trabalho, Salvador, 2007, 9 p.

TELLES, Vera; CABANES, Robert (orgs.). Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006. 442 p.

PADILHA, A; BORGES, A. Juventude e mercado de trabalho no Brasil: considerações sobre a política federal de 2003 a 2007, UCSAL, Núcleo de Estudos do Trabalho, Salvador, 2007, 9 p.

DESOCUPAÇÃO JUVENIL E POBREZA NO BRASIL

*Rosana Ribeiro**

*Adir Aparecida Juliano***

RESUMO

Os jovens são duramente atingidos pela desocupação, bem como pela pobreza. Além do que em nosso país a taxa de desocupação dos jovens adolescentes costuma ser muito superior à dos jovens adultos. Cabe ressaltar também que a taxa de desocupação dos jovens pobres (40,2%) é maior que a taxa dos jovens não-pobres (17,2%). Os dados relativos à taxa de desemprego aberto, por sua vez, normalmente revelam uma redução, na passagem de faixas etárias menores para maiores. Ou seja, com o passar do tempo os jovens melhoram suas chances de inserção ocupacional. Contudo, a razão entre as taxas de desemprego de jovens pobres e não-pobres é mais elevada no caso dos jovens adultos (2,8). Constatamos então, para o caso dos jovens pobres, que a transição da adolescência para a fase de jovem adulto não promoveu melhora significativa na possibilidade de obtenção de emprego. É crucial a elaboração de políticas públicas que ajudem os jovens adultos pobres desocupados a superarem essas dificuldades. No presente, o Executivo Federal tem o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem que absorve pequena proporção desses jovens, no entanto a maioria dos jovens adultos pobres desocupados não conta com o apóio de políticas públicas. Sem dúvida, o crescimento econômico sustentado é uma condição necessária para geração de postos de trabalho que incorporem esses jovens, entretanto se esses jovens não reunirem os requisitos necessários para concorrerem aos bons postos de trabalho gerados, mais uma vez o destino dos jovens pobres adultos serão as ocupações pouco qualificadas.

Palavras-chave: desocupação; pobreza; jovens.

---

* Professora assistente do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. rosanaribeiro@prove.ufu.br

** professora auxiliar do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. rosanaribeiro@prove.ufu.br

INTRODUÇÂO

No presente, o desemprego é uma das principais preocupações de nações desenvolvidas e em vias de desenvolvimento. Ademais, no Brasil, em 2005, a proporção de pobres correspondeu a aproximadamente 31% (Rocha, 2007), enquanto o índice de Gini, calculado a partir da renda domiciliar *per capita*, atingiu 0,56 (IPEA/DATA, 2007). Enfim, em nosso país vigora uma elevada taxa de desemprego, grande contingente de pobres e concentração de renda extremada.

Os jovens[1] são duramente atingidos pelo desemprego, bem como pela pobreza. Os indicadores revelam que os jovens têm as maiores taxas de desemprego, além disso representavam 19,2% dos pobres, em 2005.

Vale ressaltar que o diferencial entre a taxa de desemprego aberto dos adultos e dos jovens se mantém ao longo dos anos em todos os países. Os jovens enfrentam maiores dificuldades de obtenção de emprego, pois têm menor nível de escolaridade e experiência laboral insuficiente, sobretudo os adolescentes.

Vários estudos já identificaram essas dificuldades entre os jovens brasileiros (Pchomann 2000; Quadros 2001). Entretanto, os jovens desocupados não formam um conjunto homogêneo. Ou seja, entre eles há diferenças no nível de escolaridade e em variáveis socioeconômicas que influenciam suas probabilidades de conseguirem emprego.

Neste estudo, os jovens desocupados foram segmentados em adolescentes e adultos, em seguida os dividimos em pobres e não pobres.

Cabe ressaltar que os jovens desocupados foram inicialmente segmentados em adolescentes e adultos, pois em nosso país a taxa de desocupação dos jovens adolescentes costuma ser muito superior à dos jovens adultos; em seguida, foram separados em pobres e não pobres. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase 1/3 dos jovens adultos desocupados pertenciam a famílias com renda per capita até o decil 1, no ano de 2005, e mais da metade deles àquelas com renda até o decil 4. Em suma, o desemprego juvenil é mais concentrado em famílias com menor renda, uma constatação que é corroborada quando se calcula o número de desocupados por grupos de famílias. Entre os pobres, observa-se a média de 7 jovens adultos desocupados para cada 100 famílias (e 8 entre aquelas do decil 1), ao passo que entre os não pobres essa média é de apenas 3: menos que a metade.

Nosso objetivo é caracterizar os jovens adultos desempregados, embora reconhecendo que as dificuldades de encontrarem ocupação por parte dos jovens adolescentes são acentuadas. Todavia, optamos pelos jovens adultos, pois se espera que as dificuldades de obtenção de emprego sejam reduzidas na medida em que se passa de uma etapa da vida a outra, mas os dados revelaram que os jovens adultos pobres permanecem com taxas de desemprego elevadas.

[1] Neste artigo adotamos as definições da Organização Internacional do Trabalho, para a qual os jovens são pessoas de 15 a 24 anos, sendo adolescentes os de 15 a 19 anos, enquanto os jovens adultos correspondem à faixa etária de 20 a 24 anos.

Consideramos que a caracterização dos jovens adultos desocupados pobres é extremamente relevante, pois pode auxiliar a elaboração de políticas públicas que promovam melhorias nas suas condições de busca de emprego.

O artigo contém quatro seções: a primeira compreende uma análise dos determinantes do desemprego juvenil. Nessa seção nos baseamos em vários indicadores do mercado de trabalho, obtidos por meio da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em vários anos, mas para os anos de 2004 e 2005 foram excluídas as informações referentes às pessoas que residem na zona rural da região Norte (exceto rurais do Estado de Tocantins), no intuito de compatibilizar nossa série[2].

Ademais, a partir de 1992, o conceito de trabalho adotado na PNAD abarca as pessoas: a) que exercem uma ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios na produção de bens e serviços; b) que exercem ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios no serviço doméstico; c) que exercem ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana; d) que exercem uma ocupação na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso durante pelo menos uma hora na semana.

Esse conceito de trabalho superdimensiona o número de ocupados, sobretudo na agricultura, pois em áreas rurais subdesenvolvidas predomina a subocupação. No intuito de evitar essa superestimação redefinimos o conceito de trabalho que inclui, em nosso artigo, as pessoas que exercem ocupação remunerada, mas também as pessoas que exercem uma ocupação sem remuneração acima de 15 horas semanais. No entanto, em nosso conceito de trabalho desconsideramos as pessoas que exercem um trabalho para autoconsumo ou na construção para fins próprios.

Tal redefinição torna mais adequada a categoria taxa de desemprego aberto para os residentes na zona rural, pois reduz a subocupação e o desemprego disfarçado.

Os indivíduos que executam um trabalho sem remuneração durante menos de 15 horas semanais sem procura de emprego são considerados inativos, enquanto as pessoas que exercem esse tipo de trabalho, mas procuram trabalho na semana de referência são consideradas desocupadas.

A segunda seção, por sua vez, compreende um estudo sobre o desemprego juvenil entre os pobres e não-pobres. Mais uma vez utilizamos a PNAD, porém, para o cômputo dos jovens pobres e não-pobres geramos um arquivo com as famílias, sendo que nossa definição de família não inclui pensionistas, empregados domésticos ou parentes de empregados domésticos[3].

A terceira seção contém uma caracterização dos jovens adultos desocupados pobres, a partir das seguintes variáveis: posição na família, local de residência e posição segundo a ocupação no período anterior ao desemprego. Por fim, nossas notas conclusivas.

[2] Somente em 2004 os residentes de toda a área rural do Norte do Brasil foram incluídos na amostra da PNAD, que até então pesquisava apenas os do Estado de Tocantins.

[3] Cabe observar que as taxas de desemprego aberto calculadas na primeira seção, em que trabalhamos com o arquivo de pessoas, diferem das taxas das demais seções, nas quais foi utilizado um arquivo com as famílias, portanto abarcando menor número de indivíduos.

DETERMINANTES DO DESEMPREGO JUVENIL

A partir dos anos 80 a economia brasileira vem alternando períodos de crescimento e desaceleração do PIB (Produto Interno Bruto). Todavia, nosso desempenho econômico piorou significativamente ao longo dos anos. A guisa de ilustração, na década de 80, a variação real anual média do PIB foi de 3,0. Entretanto, após os anos 90, verificamos uma deterioração desse indicador, a variação real anual média do PIB permaneceu em 2,1%, enquanto a taxa de desemprego aberto em 1992 foi de 7,3%, porém no ano de 2005 essa taxa correspondeu a 10,2% (IPEA DATA; PNAD vários anos).

A extraordinária elevação no indicador de desemprego se deve a um conjunto de fatores econômicos. Na década de 90, os marcos regulatórios de nossa economia foram alterados por meio da abertura comercial e da liberalização financeira. A reforma comercial intensificou a pressão competitiva sobre as empresas nacionais que realizaram ajustes produtivos através da adoção de inovações tecnológicas e organizacionais. O resultado dessas inovações foi o fechamento de vários postos de trabalho, sobretudo na indústria de transformação. Além do que a órbita financeira assumiu uma importância sem precedentes na estratégia de valorização da riqueza. Esse novo espaço de valorização da riqueza reduziu a atratividade dos investimentos produtivos que são importantes geradores de emprego. Ademais, nesse período conjugou-se desempenho macroeconômico medíocre, privatizações de empresas estatais, reestruturação industrial e valorização cambial (sobretudo, no período 1994 a 1999 e após 2002). Esses fatores combinados resultaram na elevação do desemprego aberto.

No ano de 1992 os jovens adolescentes tiveram uma taxa de desemprego aberto três vezes maior que a taxa de desemprego dos adultos, enquanto entre os jovens adultos essa relação era de 2,3. Transcorridos treze anos, o coeficiente entre essas duas taxas saltou para 4, no caso dos jovens adolescentes, e aumentou para 2,5, no caso dos jovens adultos. Ou seja, a partir dos anos 90 os dados de desemprego revelam maiores dificuldades de obtenção de emprego, sobretudo, para os jovens adolescentes. Todavia, a solução mais desejável para o desemprego dos mais jovens seria ajudá-los a permanecer na escola, enquanto o jovem adulto necessita de mecanismos que o ajudem a adquirir experiência no trabalho.

Em geral, a taxa de desemprego aberto dos jovens é duas vezes maior que o indicador dos adultos (Cacciamali, 2005). Esse diferencial das taxas de desemprego se deve ao baixo nível de escolaridade e a insuficiente experiência profissional dos jovens, principalmente dos adolescentes. Posto isto, a taxa de desemprego aberto dos jovens brasileiros, calculada nos anos 90, não revela nenhum cenário catastrófico particular para os jovens. No presente, as dificuldades de obtenção de emprego são enfrentadas por todos os membros da PEA (População Economicamente Ativa). A título de exemplo, em 1992 a taxa de desemprego aberto para as pessoas de 30 a 39 anos foi de 5,6%, entretanto em 2005 essa taxa alcançou 7,2%. Contudo, os jovens sempre tiveram uma taxa de desemprego maior que os adultos, sendo os mais penalizados nesse contexto de elevação brutal do desemprego.

A atual elevação da taxa de desemprego juvenil provocou, entre os estudiosos, um intenso debate acerca de seus determinantes. Alguns pesquisadores enfatizam o lado da demanda, enquanto outros o lado da oferta.

Em relação ao lado da oferta, um dos determinantes do desemprego juvenil apontado é o tamanho da coorte juvenil na PEA. No entanto, a taxa de participação dos jovens brasileiros, entre 1992 e 2005, teve uma redução de 65% para 63%. Cabe observar que, no caso do jovem adolescente, essa taxa teve uma queda ainda mais acentuada, no mesmo período, de 58% para 49%. A redução dos adolescentes no mercado de trabalho deve-se à expansão do

ensino básico e profissionalizante no país, que gerou possibilidades de inserção educacional para jovens que antes permaneciam excluídos do acesso à escola.

Outro argumento sobre a problemática do desemprego juvenil se concentra nos custos laborais dos jovens, que seriam muito elevados quando comparados com sua produtividade. O salário mínimo, em especial, estabeleceria um patamar de remuneração aos jovens acima de sua produtividade. No entanto, a hipótese de uma relação inversa entre salários e empregos vem sendo contestada, inclusive por estudiosos mais convencionais. Card e Krueger (1995) realizaram um estudo numa determinada cadeia de restaurantes de *fast-food* nos Estados Unidos, que empregam sobretudo jovens, no intuito de verificarem os impactos da elevação do salário mínimo no volume de postos de trabalhos. Os autores concluíram que essa elevação não gerou redução na demanda de trabalho nesses restaurantes. No caso brasileiro, a partir de 1995 o salário mínimo iniciou uma trajetória de recuperação de seu poder de compra, no entanto seu valor real permanece abaixo do valor atingido nos anos 50. Especificamente em 1955, o salário mínimo real médio correspondeu a R$ 434, entretanto não se registrou no referido ano nenhuma taxa explosiva de desemprego total ou juvenil. Por outro lado, no ano de 2005, esse salário alcançou R$ 304. Ou seja, esse valor é menor que salário real médio em 1955, porém, no ano de 2005, registramos um elevado índice para o desemprego juvenil, qual seja, 20,7%.

Ademais, vários autores (Flori: 2003) apontam que as taxas de rotatividade no emprego dos jovens são maiores que as taxas dos adultos, ou seja, eles deixam os empregos com maior facilidade. Isso explicaria o elevado valor da taxa de desemprego entre os jovens. No entanto, em 1986, a taxa média mensal de rotatividade[4] para os jovens foi de 6,7, enquanto em 1994, essa taxa foi de 5,4. Concluímos que a rotatividade entre os jovens teve uma redução nesse período, porém a taxa de desemprego juvenil se elevou. Se o argumento estivesse correto, o resultado deveria ser o oposto.

Outro argumento refere-se à qualificação[5], considerada insuficiente entre os jovens. No ano de 2005, focalizando a escolaridade, a maior proporção de pessoas que tinham entre 11 a 14 anos de estudos eram os jovens adultos (24%), mas esses jovens também tinham a segunda maior taxa de desemprego aberto (16,6%). Além disso, em vários países da Europa Oriental, o maior nível de escolaridade entre os jovens não reduziu a taxa de desemprego juvenil (Kolev; Saget: 2005).

Ainda do lado da oferta, muitos autores (Weller: 2004) apontam que a elevada taxa de desemprego juvenil deve-se ao maior número de jovens que entram para condição de desemprego em relação aos adultos, pois a busca do primeiro emprego incide, sobretudo, entre os jovens adolescentes. Assim, uma parte do desemprego juvenil se deve à incorporação de jovens que buscam pela primeira vez emprego. Em 2005, no Brasil, esses jovens representavam 47% dos jovens desocupados. Ou seja, no caso brasileiro os jovens em busca do primeiro emprego pressionam fortemente a taxa de desemprego juvenil, ao contrário do sugerido por Flori (2003).

No mais, o sistema de proteção ao desemprego também é apontado como responsável pelo elevado desemprego juvenil. Contudo, em nosso país, terá acesso ao Seguro-Desemprego somente a pessoa que se empregou com carteira assinada durante seis meses, pelo menos, nos trinta e seis meses que antecedem a data de dispensa. A título de ilustração, em 2005, somente 16% dos jovens desocupados haviam exercido ocupação no mercado formal de

[4] A taxa de rotatividade é obtida a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), utilizando-se a seguinte fórmula: taxa de rotatividade = mínimo (admissões, desligamentos)/estoque inicial.

[5] Neste artigo entendemos que a qualificação dos trabalhadores corresponde ao conhecimento formal, conhecimento específico, hábitos e atitudes.

trabalho, portanto, poucos jovens desempregados poderiam pleitear esse seguro. Assim, em nosso caso, o seguro desemprego não é um fator importante para o desemprego juvenil.

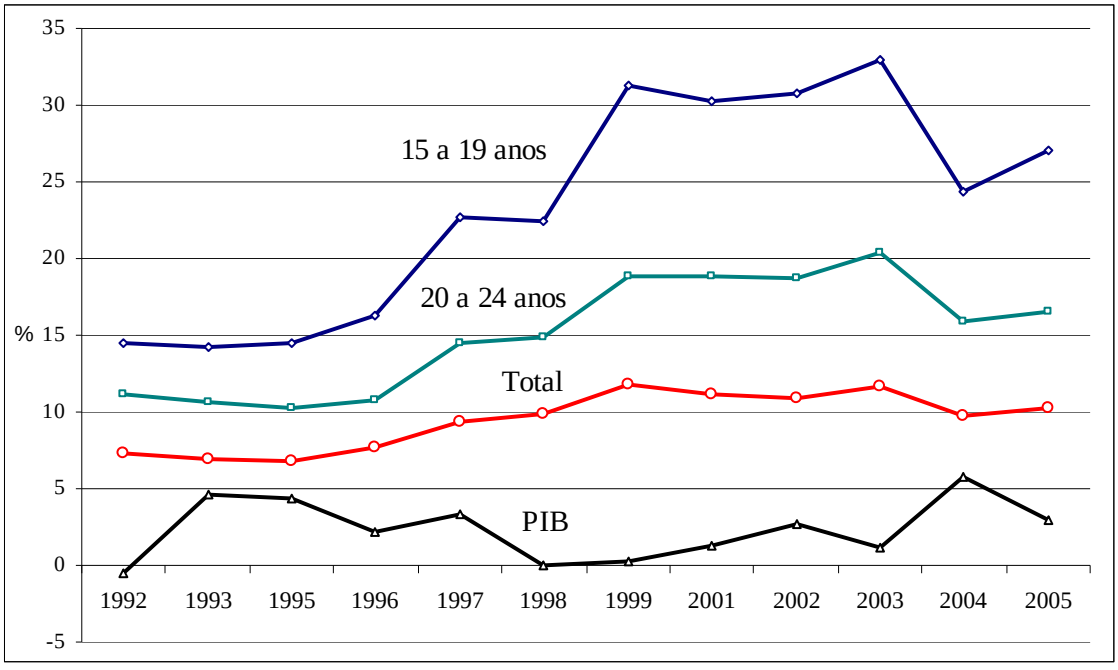
Outro argumento utilizado é o grau de regulamentação do mercado de trabalho. No Brasil, as relações de trabalho são regulamentadas por meio de uma legislação especifica (Consolidação das Leis Trabalhistas), além da legislação constitucional. Para alguns autores (Pastore:1997), nossa elevada taxa de desemprego aberto deve-se ao excesso de regulamentação. No entanto, o Governo de Fernando Henrique Cardoso promoveu uma desregulamentação das relações de trabalho no país, por meio da adoção do contrato temporário, do banco de horas, da flexibilização do trabalho aos domingos, além de outras medidas (Dari:2007). Contudo, no referido período, a taxa de desemprego global e juvenil atingiu níveis sem precedentes na série histórica do desemprego. Ademais, Kolev e Saget (2005), a partir de um estudo sobre os diversos graus de regulamentação do trabalho nos países da Europa Oriental, constataram que não há relação entre o grau de regulamentação do mercado de trabalho e o nível do desemprego juvenil.

Considerando o lado da demanda, a elevada taxa de desemprego aberto total é apontada como o principal fator responsável pelo aumento nas taxas de desemprego juvenil. Para Blanchflower e Freeman (1996), esse seria o principal fator explicativo do desemprego juvenil nos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

O GRÁFICO 1 revela que, no Brasil, a taxa de desemprego juvenil também segue a tendência dos movimentos da taxa de desemprego global.

GRÁFICO 1

TAXAS DE DESEMPREGO ABERTO SEGUNDO AS FAIXAS ETÁRIAS E VARIAÇÃO DO PIB NO BRASIL 1992 – 2005



Fonte: PNAD/IBGE. (Elaboração própria)

Além disso, em geral, os estudiosos associam a elevada taxa desemprego juvenil e global ao desempenho macroeconômico. Se observamos o GRÁFICO 1, também constataremos que essas taxas seguem a mesma tendência

verificada para a variação anual real do PIB. Ou seja, a demanda agregada tem impacto sobre o nível de desemprego, inclusive juvenil.

Outro argumento ressalta a maior sensibilidade do número de jovens ocupados às oscilações econômicas. Os jovens têm menor nível de escolaridade e experiência laboral insuficiente, sobretudo os jovens adolescentes. Posto isso, compreende-se porque esses jovens são os primeiros a serem demitidos nos períodos de recessão da economia e os últimos a serem contratados em empregos formais na retomada do crescimento econômico. No presente, essa maior sensibilidade dos jovens adolescentes aos ciclos econômicos seria um fator chave para entendermos suas maiores dificuldades no mercado de trabalho brasileiro.

O PIB brasileiro tem alternado curtos períodos de crescimento e desaceleração, desde os anos 80. Assim, no passado recente, não houve uma fase mais duradoura de crescimento econômico, como sugerem as diversas abordagens dos ciclos econômicos.

Entretanto, entre 1985 e 1989, os jovens correspondiam a 27% dos empregados no mercado formal[6], enquanto em 1990 essa proporção se contraiu para 25%. Porém, o percentual de jovens entre os ocupados formais seguiu em queda e atingiu 19% no ano de 2005 (RAIS/MTE). Os dados revelam que o desempenho macroeconômico medíocre se conjugou com o encolhimento da participação dos jovens nos empregos formais.

Ou seja, nossa elevada taxa de desemprego aberto penaliza todas as pessoas que participam da PEA, impondo forte concorrência por ocupações entre adultos experientes e jovens adolescentes. Nesse cenário, os espaços de trabalho desses jovens são reduzidos, sobretudo no mercado formal.

A partir de 1997 o rendimento médio real do trabalho apresentou tendência de redução contínua, até 2004, variando de R$ 822 para R$ 697, e recuperou-se parcialmente apenas em 2005, quando atingiu R$ 727 (Ramos: 2007). Essa redução dos rendimentos do trabalho acarreta diminuição na renda das famílias. Nesse contexto, podemos esperar que os baixos rendimentos das famílias exerçam pressão sobre os jovens, que partem em busca de trabalho para suprir suas próprias necessidades ou de suas famílias. Nesse período, verificamos uma elevação da taxa de participação dos jovens adultos na PEA, que saltou de 72% para 76%, entre 1996 e 2004.

Além disso, a insuficiência do sistema escolar, em termos de extensão (sobretudo no ensino médio brasileiro) ou em termos de qualidade, pode estimular os jovens a abandonarem a escola e procurarem trabalho, principalmente no caso dos oriundos de camadas de menor renda. Em 2005, 32% dos jovens adolescentes e 75% dos jovens adultos não freqüentavam a escola e 41% dos adolescentes tinham no máximo 7 anos de estudos, enquanto entre os jovens adultos esse percentual atingia apenas 29%. Assim, ainda temos no Brasil grande contingente de jovens com baixo nível de escolaridade[7].

De forma sintética, a elevada taxa de desemprego juvenil, em nosso país, resulta de uma insuficiência do crescimento econômico no passado recente, conjugada com a pobreza de muitas famílias e a precariedade de nosso

[6] O mercado formal de trabalho compreende os assalariados com carteira assinada, os funcionários públicos e os militares.

[7] Cacciamali (2005), em estudo comparativo, revela que a escolaridade média dos jovens brasileiros (7,9 anos) é inferior à dos jovens argentinos (10,4 anos) e à dos jovens mexicanos (9,8 anos).

sistema escolar, além de uma forte pressão dos jovens em busca do primeiro emprego sobre essa taxa.

Um ritmo de crescimento econômico elevado e sustentável é condição necessária para reduzir o desemprego juvenil; no entanto, é insuficiente para alterar a inserção ocupacional dos jovens de famílias pobres. Num cenário de geração de bons postos de trabalho, a inserção dos jovens pobres dependeria inclusive de seu acesso a um sistema escolar de qualidade, pois do contrário eles não reunirão as condições necessárias para concorrerem a esses postos. Concluímos que bons empregos devem-se conjugar com acesso universal a um sistema escolar de qualidade.

Outro fator importante para queda da taxa de desemprego juvenil, sobretudo no caso dos jovens adolescentes, é a redução da pobreza de suas famílias, que contribuiria para reduzir sua pressão sobre a oferta de trabalho. Em geral, a taxa de participação[8] dos pobres é menor que a taxa dos não-pobres, inclusive entre os jovens. A guisa de ilustração, em 2005, a taxa de participação dos jovens adolescentes pobres correspondeu a 44%, enquanto a taxa dos jovens adolescentes não-pobres foi de 50%. Enfim, os jovens pobres têm maior taxa de desocupação, porém menor taxa de participação, pois têm maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho que se constitui numa das causas da pobreza. Além disso, no mesmo ano, 56% desses jovens permaneciam na inatividade, enquanto entre os jovens não-pobres essa proporção atingiu 50%. Todavia, cabe ressaltar que no caso dos jovens adolescentes as ações mais adequadas são as que visam mantê-los na escola.

Nos anos recentes, mesmo quando houve crescimento econômico não foram gerados postos de trabalho pouco qualificados em volume suficiente para absorver grande proporção dos jovens desocupados com baixo nível escolar e insuficiente experiência laboral. Nesse contexto, os jovens enfrentam dificuldades de inserção, mesmo em empregos de baixa qualidade. Enfim, no presente, somente alguns jovens desocupados têm a possibilidade de obter emprego no mercado formal de trabalho, ainda que ocupações ruins. No caso de bons empregos, apenas um núcleo elitizado dos jovens desocupados concorre efetivamente.

DESEMPREGO JUVENIL E POBREZA

Vale ressaltar que os jovens desocupados enfrentam realidades distintas na busca pelo emprego. No intuito de apreendermos as particularidades dos diversos grupos de jovens, podemos dividi-los em jovens pobres e não-pobres.

A definição de pobreza e de uma linha de pobreza envolve amplo debate entre os pesquisadores da denominada área social. Rocha (2003) ressalta a importância da definição de uma linha de pobreza que não seja relativa, mas pautada no consumo observado das famílias. Essa linha permitiria diagnosticar a pobreza e estabelecer critérios de acesso a benefícios ou a programas sociais. A autora considera também necessária a construção de diversas linhas de pobres que captem os diferentes custos de consumo das famílias brasileiras.

Por outro lado, Aldaíza Sposati (2000) argumenta que uma definição de pobreza ancorada na abordagem do consumo seria bastante restritiva.

[8] Taxa de participação corresponde ao quociente entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa.

Segundo Sposati (2000), os estudos de pobreza devem-se orientar por uma definição multidimensional da pobreza, que inclua o acesso aos direitos sociais no cálculo dos indicadores.

Lavinas (s/d), por sua vez, considera contraproducente a definição de várias linhas de pobreza, pois dispersa esforços, além de enfraquecer novas institucionalidades no enfrentamento da questão. No dizer da autora,

> O desafio está justamente em operar mudanças na compreensão do que é pobreza, dos seus conteúdos, na eleição de práticas de mensuração velhas conhecidas e que acabam por consolidar números mágicos, cuja magnitude acaba sendo definida *ex-ante* em consonância com a ordem de grandeza do politicamente aceitável.

Para Lavinas (s/d), a experiência da União Européia na construção de indicadores sociais deve ser objeto de reflexão. Nesse caso, a opção foi a definição de uma linha de pobreza relativa, situada abaixo de 50% da renda mediana *per capita*.

Todavia, em nosso país, há uma proporção das pessoas pobres que enfrenta insegurança alimentar, sendo denominadas de indigentes[9], além da exclusão de vários direitos sociais, ao passo que nos países europeus a pobreza não está vinculada à insegurança alimentar. Ademais, o critério de acesso aos programas de assistência social do Governo Federal se baseia numa única linha de pobreza, que corresponde a uma proporção do salário mínimo, em vez de partir de estruturas de consumo diferentes. Essa opção governamental deve-se, em parte, aos prováveis impactos que linhas de pobreza diferenciadas causariam ao orçamento federal.

Vale observar que a linha oficial de pobreza, dado seu baixo valor monetário, na verdade contabiliza os indigentes. Em especial o programa Bolsa-Família, que permite a inclusão de jovens de 15 anos de idade, utiliza a linha oficial de pobreza. Entretanto, no intuito de realizar um levantamento mais realista dos jovens pobres, optamos pelas linhas de pobreza definidas por Sonia Rocha (2003). A divisão dos jovens em pobres e não pobres permite diagnosticar se os indicadores de desemprego são mais graves entre os pobres.

Em primeiro lugar, segundo a TAB. 1, observamos que a taxa de desocupação dos jovens pobres (40,2%) é maior que a taxa dos jovens não-pobres (17,2%). Em seguida, notamos que a taxa de desemprego dos jovens adolescentes é 1,7 a taxa dos jovens adultos.

[9] Segundo Rocha (2003:13): *... pobres são aqueles com renda se situando abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, incapazes, portanto, de atender ao conjunto de necessidades mínimas naquela sociedade. Indigentes, um subconjunto dos pobres, são aqueles cuja renda é inferior à necessidade para atender apenas às necessidades nutricionais.*

TABELA 1

TAXA DE DESEMPREGO ABERTO SEGUNDO JOVENS ADOLESCENTES E ADULTOS POBRES E NÃO POBRES 2005 (%)

Situação econômica	Jovens em faixas etárias	Taxa de desemprego aberto
Pobres	Jovens Adolescentes	44,4
	Jovens Adultos	36,7
	Subtotal	40,2
Não-Pobres	Jovens Adolescentes	25,1
	Jovens Adultos	12,9
	Subtotal	17,2
Total	Jovens Adolescentes	31,1
	Jovens Adultos	18,2

Fonte: PNAD/IBGE. (Elaboração própria)

No entanto, focalizando os jovens desocupados pobres, esse diferencial se reduz para 1,2, enquanto entre os jovens não-pobres essa razão alcança 1,9. Os dados relativos à taxa de desemprego aberto normalmente revelam uma redução, na passagem de faixas etárias menores para maiores. Ou seja, com o passar do tempo os jovens melhoram suas chances de inserção ocupacional.
Contudo, a taxa de desocupação dos jovens adolescentes e dos jovens adultos pobres revela que a passagem de uma etapa da vida para outra reduziu ligeiramente as dificuldades de obtenção de ocupação. Além disso, a razão entre as taxas de desemprego de jovens pobres e não-pobres é mais elevada no caso dos jovens adultos (2,8). Constatamos então, para o caso dos jovens pobres, que a transição da adolescência para a fase de jovem adulto não promoveu melhora significativa na possibilidade de obtenção de emprego. É crucial para a formulação de políticas públicas que sejam identificadas as razões dessas dificuldades entre os jovens adultos desocupados pobres.
No que tange ao nível de escolaridade, cabe observar que seria adequado que os jovens adolescentes tivessem no mínimo 8 anos de estudo, enquanto os jovens adultos deveriam ter pelo menos 11 anos de estudo. De acordo com a TAB. 2, os jovens adolescentes pobres desocupados que têm no máximo 7 anos de estudo correspondem a 54%, enquanto no caso dos não pobres desocupados essa proporção se reduz para 25%.

TABELA 2

DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS ADOLESCENTES E ADULTOS DESOCUPADOS POBRES E NÃO POBRES SEGUNDO ANOS DE ESCOLARIDADE 2005 (%)

Anos de estudo	Jovens adolescentes		Jovens adultos	
	Pobre	Não-Pobre	Pobre	Não-Pobre
Sem instrução e - de 1 ano	3	1	5	1
1 a 3 anos	7	2	9	2
4 a 7 anos	44	22	32	12
8 a 10 anos	40	53	27	21
11 a 14 anos	6	21	27	58
15 anos ou mais	0	0	0	5
Total	100	100	100	100

Fonte: PNAD, IBGE. (Elaboração própria)

Focalizando os jovens adultos pobres desocupados, cerca de 46% têm no máximo 7 anos de estudos, ao passo que entre os não pobres esse percentual corresponde a 15%. Ou seja, os jovens pobres têm menor nível de escolaridade. Contudo, o baixo nível escolar dos jovens adultos desempregados revela uma situação ainda mais dramática, pois essas pessoas já estão em faixas etárias mais elevadas, no entanto continuam com reduzida escolaridade.

Todavia, a elevada taxa de desemprego aberto dos jovens pobres não se deve exclusivamente ao baixo nível de escolaridade. Num cenário econômico com taxa de desemprego elevado e expansão da força de trabalho escolarizada, os empresários aumentam seus requisitos de escolaridade, no intuito de reduzir custos de recrutamento e seleção. Neste contexto, os jovens pobres pouco escolarizados são os mais penalizados. Assim, num contexto de crescimento econômico sustentado associado à geração de muitos postos de trabalho, inclusive pouco qualificados, as oportunidades de emprego existiriam também para os jovens com nível escolar relativamente reduzido. Porém, numa economia marcada por um crescimento econômico medíocre se reduzem significativamente as chances de obtenção de emprego desses jovens, sobretudo no mercado formal de trabalho.

A TAB . 3 revela que as menores taxas de desemprego aberto correspondem aos jovens pouco escolarizados e aos jovens mais escolarizados. Segundo as predições da teoria do capital humano, esse resultado é surpreendente, no mínimo. Entretanto, os jovens com baixo nível escolar são obrigados a aceitarem qualquer ocupação em função da fragilidade econômica de suas famílias, além do que nosso país tem um mercado informal de trabalho com inúmeras atividades de baixa produtividade que absorvem esses jovens.

TABELA 3
TAXA DE DESEMPREGO JUVENIL SEGUNDO ANOS DE ESTUDO 2005 (%)

Anos de estudo	Taxa de desemprego aberto
Sem instrução e menos de 1 ano	19
1 a 3 anos	17,2
4 a 7 anos	25,9
8 a 10 anos	28,1
11 a 14 anos	19,2
15 anos ou mais	12,7

Fonte: PNAD/IBGE

Os jovens com 8 a 10 anos de estudo, por sua vez, têm a maior taxa de desocupação, em virtude do insuficiente crescimento econômico conjugado à expansão da força de trabalho com maior nível de escolaridade. Conclui-se que esses jovens enfrentam maiores dificuldades de obtenção de emprego, pois sofrem a concorrência de jovens ou adultos com maior nível de escolaridade. Ademais, eles estão inseridos, provavelmente, em famílias que conseguem fornecer algum suporte econômico, o que lhes permite manter-se na condição de desocupados.

JOVENS ADULTOS DESOCUPADOS

Os dados revelam que os jovens desocupados adultos, sobretudo pobres, enfrentam enormes dificuldades de obtenção de uma ocupação. Conforme ressaltado anteriormente, o desempenho macroeconômico brasileiro é um dos principais fatores causais dessas dificuldades, portanto, a retomada sustentada do crescimento econômico é crucial para a geração significativa de postos de trabalho qualificados e pouco qualificados.

Entretanto, os jovens adultos desocupados pobres somente disputarão os bons empregos se reunirem os requisitos exigidos pelos empregadores, como, por exemplo, o nível de escolaridade adequado. Desse modo, esses jovens necessitam elevar seus níveis de escolaridade, e, se as oportunidades educacionais não lhes forem criadas, apenas os empregos ruins lhes serão destinados, num cenário de retomada do crescimento econômico. Ou seja, urge elaborar políticas públicas que possibilitem seu acesso ao ensino formal de qualidade.

Em 2005, o Governo Federal lançou o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – ProJovem, cujo público alvo são jovens de 18 a 24 anos, sem vínculos formais de trabalho e que terminaram a quarta série mas não concluíram a oitava série do ensino fundamental. O jovem que participa do programa recebe uma formação que inclui conteúdos do ensino fundamental, além de disciplinas de qualificação profissional e de ações comunitárias de interesse público. A cada aluno é repassado um auxílio mensal de R$ 100,00, desde que tenha 75% de freqüência nas aulas e cumpra com as atividades programadas. Trata-se, como se pode constatar, de um esforço para reinserir o jovem na escola.

Contudo, esse programa somente se destina aos jovens residentes em capitais das Unidades da Federação ou cidades de suas regiões metropolitanas com mais de 200 mil habitantes. Vale ressaltar, ainda, o tempo de dedicação dos jovens ao curso: um total de 32 horas semanais, durante 1 ano.

Esse é o único programa que permitiria a incorporação de uma proporção dos jovens adultos desocupados (20 a 24 anos) com baixo nível escolar, mas sua abrangência é territorialmente limitada. Os dados da TAB. 4, extraídos da PNAD 2005, revelam que a maior proporção dos jovens adultos desocupados pobres e não pobres (43%) residem em regiões metropolitanas, mas essa pesquisa considera somente 9 das regiões metropolitanas existentes no País, o que significa que não há correspondência entre as definições da PNAD e do Projovem. Ou seja, os dados fornecem apenas um indicador dos jovens desocupados residentes em algumas regiões metropolitanas e se a pesquisa incorporasse todas elas em sua definição, aquela proporção se elevaria. Quanto ao programa, deve-se observar que exclui um grande contingente de jovens residentes em áreas não metropolitanas.

TABELA 4

DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS ADULTOS DESOCUPADOS SEGUNDO ÁREA DE RESIDÊNCIA E SITUAÇÃO ECONÔMICA 2005 (%)

Área de residência	Situação econômica		
	Pobre	Não-Pobre	Total
Região Metropolitana	48	39	43
Municípios Auto-representativos	19	28	24
Municípios Não-auto-representativos	34	33	33
Total	100	100	100

Fonte: PNAD/IBGE, 2005. (Elaboração própria)

Outra limitação importante deve ser apontada no ProJovem. Na faixa de idade de 20 a 24 anos, são muitos os jovens que assumem novas responsabilidades, inclusive econômicas, seja na própria família de origem, seja por iniciarem novo grupo familiar. Também nesse aspecto os jovens adultos pobres em situação de desemprego se encontram em posição desvantajosa, como se depreende da TAB. 5.

Observe-se que, dentre o conjunto de jovens adultos desocupados, 58% estão na condição de filhos, e essa parcela cresce para 69% entre os não pobres; ao lado disso, 15% são a pessoa de referência da família, no total, e apenas 5% entre os não pobres. No caso dos jovens pobres a distribuição é bastante distinta: apenas 45% são filhos, enquanto a proporção dos colocados no papel de pessoa de referência, 28%, supera amplamente a do grupo complementar dessa faixa etária.

TABELA 5

DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS ADULTOS DESOCUPADOS SEGUNDO A CONDIÇÃO NA FAMÍLIA E A SITUAÇÃO ECONÔMICA 2005 (%)

Condição na família	Situação Econômica		
	Pobre	Não-Pobre	Total
Pessoa de referência	28	5	15
Cônjuge	22	16	19
Filho	45	69	58
Outro parente/Agregado	5	10	8
Total	100	100	100

Fonte: PNAD/IBGE, 2005. (Elaboração própria)

É bem verdade que, pelos critérios da PNAD/IBGE, a definição da condição de Pessoa de Referência não guarda relação com chefe de família "provedor material". Em algumas famílias o provedor não é indicado como chefe de família, porém se indica o filho jovem ou outro parente próximo. A título de ilustração, famílias cujo provedor é uma mulher podem indicar um jovem do gênero masculino como pessoa de referência. Entretanto, em geral o papel de chefe é assumido por quem é (ou foi) o principal (ou único) responsável pelo sustento da família. Posto isso, pode-se pensar que, para os jovens que são considerados pessoa de referência, e em especial nas famílias pobres, há maior necessidade de participação na renda familiar. No caso desses jovens, portanto, encontrar uma ocupação remunerada é uma necessidade mais premente que para os não pobres.

Os dados revelam, assim, que os jovens adultos pobres, sobretudo os chefes de família, mesmo residindo em áreas cobertas pelo ProJovem, teriam dificuldades em se inserir num programa que exige dedicação de 32 horas semanais e oferece um benefício de R$ 100.

As políticas públicas, como o Projovem, voltadas para elevação do nível de escolaridade dos jovens adultos são cruciais, pois essa variável exerce forte influência na trajetória profissional das pessoas. Dentre os jovens adultos desocupados que já trabalharam, nota-se que entre os pobres é muito superior a proporção dos que trabalharam no informal, comparativamente aos não pobres (TAB. 6). Esse diferencial se deve ao baixo crescimento do número de postos de trabalhos formais e à reestruturação produtiva, que excluíram do mercado de trabalho formal jovens com baixo nível de escolaridade, característica principal dos pobres.

TABELA 6

DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS ADULTOS DESOCUPADOS SEGUNDO A INSERÇÃO OCUPACIONAL ANTERIOR E A SITUAÇÃO ECONÔMICA 2005 (%)

		Pobre	Rico	Total
Já trabalhou	No informal	66	52	59
	No formal	34	48	41
	Subtotal	66	60	63
Nunca trabalhou		34	40	37
Total		100	100	100

Fonte: PNAD/IBGE, 2005. (Elaboração própria)

Além das conhecidas desvantagens desse tipo de inserção no mercado de trabalho, que não possibilita acesso aos direitos trabalhistas, trabalhar sem carteira assinada impede a comprovação de experiência no mercado formal, frequentemente necessária para cumprir as exigências mínimas requeridas pelos empregadores, sobretudo num período que reúne grande contingente de desocupados experientes.

Do total de jovens adultos desocupados, constata-se que exatamente 37% nunca trabalhou e está buscando seu primeiro emprego, sendo essa parcela um pouco menor entre os jovens pobres (34%).

Vale observar, também, que vários jovens adultos em busca do primeiro emprego têm baixo nível de escolaridade. No contexto atual de geração insuficiente de postos de trabalhos no mercado formal, esses jovens dificilmente conseguirão ocupar tais postos, mesmo os pouco qualificados.

Ou seja, os pobres, certamente pela necessidade de obterem renda para suas necessidades pessoais e/ou para contribuírem com a renda familiar, inserem-se no mercado de trabalho mais cedo[10] e são levados a aceitar as ocupação mais acessíveis, para sua insuficiente experiência laboral e baixa escolaridade. Enfim, o destino ocupacional desses jovens são as ocupações precárias, quais sejam, ocupações sem proteção social e baixa remuneração.

[10] De acordo com os dados da PNAD 2005 (tendo em conta que estão sendo abarcadas pessoas de famílias nucleares e de todas as faixas etárias que tiveram alguma ocupação nos 5 anos anteriores à data de referência da pesquisa), quase 67% dos pobres começaram a trabalhar antes dos 15 anos de idade. E é próxima de 88% a parcela dos que o fizeram antes de chegar aos 18 anos.

NOTAS CONCLUSIVAS

A partir dos anos 90, o diferencial entre a taxa de desemprego aberto juvenil e a taxa de desocupação dos adultos acentuou-se, sobretudo no caso dos jovens adolescentes. Focalizando esses jovens, o adequado em termos de políticas públicas são ações que os ajudem a permanecer na escola.

Por outro lado, considerando a heterogeneidade existente entre o grupo de jovens desocupados, verificamos que os jovens adultos desocupados pobres, que representam 22% desse total, enfrentam grandes dificuldades na busca pelo emprego. Em torno de 46% desses jovens têm no máximo 7 anos de estudo, 28% chefiam família, 48% residem em região metropolitana e 78% nunca trabalharam no formal.

Enfim, elevada proporção dos jovens adultos desocupados pobres têm baixo nível de escolaridade, enquanto outros, além do mais, nunca tiveram qualquer experiência no mercado formal de trabalho. Essas características dificultam a obtenção de um emprego formal. Assim, um dos grandes desafios é a elaboração de um programa que promova a elevação da escolaridade entre esses jovens, que necessitam compatibilizar escola de qualidade e trabalho.

No presente, somente reduzida proporção de jovens poderia incluir-se no ProJovem, que estabelece que o tempo semanal total de dedicação dos jovens ao curso é de 32 horas. Ou seja, essa quantidade de horas dificulta a inserção de jovem adulto que chefia família, além do que o auxílio mensal corresponde a R$ 100,00. Esse valor do benefício é reduzido para um jovem que busca sobreviver por meio do trabalho ou contribuir com a renda familiar. Ademais, o programa se destina aos jovens que residem nas capitais das unidades da federação do país ou em suas respectivas regiões metropolitanas, portanto, jovens residentes no interior estão excluídos.

Conclui-se que grande proporção de jovens adultos desocupados pobres que necessita melhorar suas condições de procura de trabalho não conta efetivamente com nenhum programa do executivo federal. Urge a elaboração de uma política pública dirigida a esse grupo, para romper o círculo vicioso de ocupações precárias e mal remuneradas. No dizer de Salm (2006:295):

> *...[é necessário] dar prioridade ao crescimento, à qualidade da educação recebida pelos pobres, à qualidade do emprego e à equidade do sistema tributário.*

REFERÊNCIAS

BLANCHFLOWER, D.G; FREEMAN, R.P. (1996). **Growing into work**. Employment Outlook, OCDE, Paris.

CACCIAMALI, M.C. (2005). **Mercado de trabajo juvenil**: Argentina, Brasil y México. Documentos de Estratégias de Empleo. Organização Internacional do Trabalho. 115 p.

CARD, D.; KRUEGER, A. (1995). **Myth and measurement: the new economics of the mininum wages.** Princenton: Princenton University Press.

IPEA/DATA. (2007). Download através de www.ipea.gov.br/ipeadata/coeficiente de gini. Acesso em 04/2007.

KREIN, J. D. (2007). **Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil:** 1990-2005. UNICAMP: Instituto de Economia. Tese de Doutorado. 315 p.

FLORI, P. M. Desemprego de jovens no Brasil. Encontro Nacional de Economia, XXI, 2003, Porto Seguro. **Anais XXI Encontro Nacional de Economia**. Porto Seguro: CD-Rom, 9 a 12 de dezembro 2003. 18 p.

KOLEV, A.; SAGET, C. (2005).Understanding youth labour market disadvantage: Evidence from south-east Europe. **International Labour Review**, 144, 2. 161-187 pp.

LAVINAS, L. (s/d). **A melhor linha de pobreza**. Download através de www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/lavinas_a_melhor_linha_de_pobreza.pdf. Acesso em 03/2007. 3 p.

PASTORE, J. (1997). **A agonia do emprego**. São Paulo: Editora LTR. 189 p.

PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA DE DOMÍCILIOS. (Vários anos). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: microdados.

POCHMANN, M. (2000) **A Batalha pelo Primeiro Emprego**: As Perspectivas e a Situação Atual do Jovem no Mercado de Trabalho. São Paulo: Publisher Brasil, v.1. 95p.

QUADROS, W. J.(2001). **O Desemprego Juvenil no Brasil dos Anos Noventa**. Cadernos do Cesit, Campinas, v. 31, p. 1-26.

RAMOS, L. (2007). O **desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro**: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais. Brasília: IPEA. Texto para discussão 1255. 43 p.

ROCHA, S. (2003). **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV. 244 p.

ROCHA, S. (2007). Pobreza cai na Grande São Paulo, diz estudo. Download através de http:// www.ites. org.br/article.php 3?id_ article=758. Acesso em 04/2007.

SALM, C. (2006). Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. In: Barros, R. P.; Foguel, M.N.; Ulyssea, G. **Desigualdade de Renda no Brasil**. Brasília: IPEA. 446 p.

SPOSATI, A. (2000). **Cidade, Território, Exclusão/Inclusão Social**. São Paulo: Simpósio GeoBrasileiro. Download através de http://www.dpi.inpe.br/gilberto/ social_exclusion /marcos.html. Acesso em 03/2007. 7 p.

WELLER, J. (2004). Problemas de Inserción laboral de los y las jóvenes en América Latina. In: **Anais do Congresso da Associação Latino Americana de População.** Caxambu: CD-Rom, 18 a 20 de setembro. 18 p.

DIMENSÃO SOCIAL DO TURISMO NO BRASIL

*Carolina Troncoso Baltar**

*Fernando Meloni de Oliveira***

*Paulo Sérgio Fracalanza****

RESUMO

O desenvolvimento das atividades de Turismo pode ser portador de benefícios ou de mazelas para as populações residentes nas áreas de intensa atração turística. Conseqüentemente, torna-se fundamental conhecer a realidade do Turismo no Brasil, em sua dimensão social. Este artigo tem por objetivo precípuo reunir, sistematizar e analisar dados de natureza quantitativa e qualitativa da estrutura e características das ocupações nas atividades de Turismo no Brasil no período recente. A partir da coleta, organização e tratamento de dados sobre o turismo, são apresentadas informações sobre o número de empregos gerados, perfil etário, grau de instrução, perfil ocupacional e remunerações dos trabalhadores ocupados no setor. De outra parte, procedeu-se a uma sistematização e análise de informações, sobretudo qualitativas, dos impactos e dos desafios da atividade no período recente, com destaque para o perfil dos postos de trabalho gerados no setor, as transformações provocadas no meio sócio-urbano dos grandes centros turísticos e as possibilidades de articulação das atividades turísticas com a preservação social e cultural de comunidades tradicionais.

Palavras-chave: turismo, dimensão social, emprego, grau de instrução da mão-de-obra, perfil ocupacional, remuneração do trabalho, indicadores qualitativos.

---

* Mestre em Economia pela Universidade Estadual de Campinas; Pesquisadora do NEIT – Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia da Unicamp; Curso de Verão sobre Economias Latino-Americanas da CEPAL, Santiago, Chile; Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências e Letras – departamento de Economia, da Unesp

** Mestrando em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp; Pesquisador do NEPP – Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da Unicamp; Especialista em Economia do Trabalho e Sindicalismo pelo Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) do Instituto de Economia da Unicamp; Bacharel em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas

*** Professor Doutor no Instituto de Economia (IE) da Unicamp; Professor Doutor e Coordenador do Curso de Ciências Econômicas das Faculdades de Campinas (FACAMP); Pesquisador do Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (NEIT) do IE/Unicamp; Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp; Doutorado Sanduíche no Bureau d´Économie Théorique et Appliquée da Universidade Louis Pasteur, Estrasburgo, França; Mestre em Economia pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo; Bacharel em Ciências Econômicas pelo Instituto de Economia da Unicamp; Bacharel em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp
fracalan@eco.unicamp.br fracalan@gmail.com.br

1. Introdução

O desenvolvimento das atividades de Turismo é potencialmente portador de benefícios para as populações residentes nas áreas de intensa atração turística. Estes benefícios podem ser resultado, em primeiro lugar, da criação de empregos diretos e indiretos e, conseqüentemente, da ampliação dos circuitos de renda. Em segundo lugar, os municípios situados nos pólos de atração turística podem ver crescer suas receitas, seja pelo aumento da arrecadação de tributos de competência municipal em virtude do crescimento da atividade econômica, seja pelo maior volume de recursos transferidos pelos outros entes federados ou mesmo pelos investimentos realizados pela iniciativa privada. As populações residentes nesses locais podem se beneficiar da ampliação e melhoria da oferta de serviços de infra-estrutura, tais como saneamento, energia elétrica, pavimentação, transporte e comunicação, ou mesmo com a ampliação da oferta de serviços de educação, saúde e segurança. Finalmente, há ainda que se considerar que o Turismo pode estimular as iniciativas de reconhecimento, preservação e divulgação dos patrimônios históricos, artísticos, culturais e ambientais com evidentes impactos positivos sobre a qualidade de vida dos residentes nestes espaços.

Todavia, ao lado destas benesses, as atividades de Turismo podem potencialmente agravar as condições de trabalho e de vida das populações estabelecidas nas áreas de grande potencial turístico. A esse respeito, são muitos os relatos de precárias condições de trabalho nas atividades de Turismo e do crescimento de algumas mazelas associadas ao aumento da criminalidade, prostituição (inclusive infantil) e desestruturação dos estilos de vida tradicionais dessas populações, observando-se em alguns casos até mesmo a segregação sócio-espacial dos antigos moradores.

Assim, torna-se fundamental conhecer a realidade do Turismo no Brasil, em sua dimensão social. Neste sentido, este artigo tem como objetivo precípuo reunir, sistematizar e analisar dados de natureza quantitativa e qualitativa da estrutura e características das ocupações nas atividades de Turismo no Brasil no período recente.

Além desta introdução, este artigo divide-se em cinco itens. O segundo item, a seguir, é dedicado à apresentação das fontes de dados utilizados e a uma caracterização geral das atividades de serviço e do setor de Turismo no Brasil. O terceiro item apresenta uma contextualização do setor do Turismo no Brasil comparando-o, em termos do número de ocupados nas diversas atividades econômicas, com as atividades de produção de bens e de serviços. No quarto item do artigo procede-se à coleta, organização e tratamento dos dados quantitativos sobre o número de empregos, perfil etário, grau de instrução, perfil ocupacional e remunerações dos trabalhadores ocupados no setor. O quinto item é dedicado à sistematização e análise de um conjunto de informações, sobretudo, qualitativas, dos impactos e dos desafios da atividade no período recente, dentre os quais podem ser destacados: o perfil dos postos de trabalho gerados no setor, as transformações provocadas no meio sócio-urbano dos grandes centros turístico e as possibilidades de articulação das atividades turísticas com a preservação social e cultural das comunidades tradicionais afetadas. Finalmente, um último e sexto item apresenta as considerações finais.

2. Fontes de dados e caracterização geral das atividades de serviço e do setor de Turismo no Brasil

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é a principal fonte de dados sobre a dimensão social do Turismo, sobretudo no que diz respeito à

coleta, organização e mensuração das informações sobre o nível de atividade e perfil ocupacional dos diferentes setores produtivos da economia brasileira.

A principal fonte de dados fornecida pelo IBGE, extensamente utilizada para a elaboração deste relatório, é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Esta pesquisa traz as informações das pessoas ocupadas nas diversas atividades econômicas de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliares (CNAE Domiciliar).

A delimitação do setor do Turismo tem como referência a CNAE, compatibilizada com a classificação da PNAD.[1] O ano de análise é 2004, uma vez que as mudanças na metodologia de coleta das informações da PNAD a partir de 2003 tornam difícil a comparação com os anos anteriores.

Para caracterizar e analisar os dados sobre o setor de Turismo em particular, e sobre o total de Serviços no Brasil tomou-se por base a classificação de Browning e Singermann (1978), com algumas modificações que permitiram ajustá-la à classificação de atividades do IBGE. Os Serviços foram divididos, então, em sete setores, a saber:

1. Turismo;
2. Serviços Sociais (incluindo a Administração Pública);
3. Serviços de Utilidade Pública (abrangendo a prestação de serviços de fornecimento de eletricidade, gás, água e esgoto);
4. Serviços Auxiliares à Atividade Econômica (abrangendo as atividades financeiras, imobiliária, de contabilidade, de engenharia, de arquitetura, de informática, entre outras);
5. Atividades Associativas, Recreativas e Pessoais;
6. Serviço Doméstico;
7. Comércio, Transporte, Armazenagem e Comunicação.

Dessa forma, procurou-se separar as atividades que representam um prolongamento da produção (Comércio, Transporte, Armazenagem e Comunicação), os serviços que fornecem apoio às atividades de produção (Serviços Auxiliares à Atividade Econômica), os Serviços de Utilidade Pública, os serviços que se destinam ao consumo coletivo (Serviços Sociais) ou pessoal (Serviços Pessoais), os serviços prestados em residências (Serviço Doméstico) e as atividades tipificadas como de Turismo.

3. Contextualização do Setor de Turismo no Brasil em 2004

Para contextualizar o setor do Turismo no Brasil, apresentamos inicialmente uma comparação deste setor com as demais atividades econômicas (produção de bens e de serviços)[2], em termos do número de ocupados.

Na tabela 1 é possível observar que dos 81 milhões de ocupados no Brasil no ano de 2004, excluindo as atividades de autoconsumo agrícola e autoconstrução, 42,2% estão nos setores de bens e 57,8% nos Serviços. Na produção de bens, 41,9% dos ocupados concentram-se nas atividades agrícolas, de pesca, pecuária e outras, e 58,1% encontram-se nas atividades não agrícolas (indústria de transformação, construção civil, extrativa mineral, entre outras). O setor de Serviços, como já mencionado, foi subdividido em sete setores. O peso de cada um desses setores na ocupação total dos Serviços é a seguinte: Turismo (12,4%); Serviços Sociais (24,8%); Serviços de

[1] As diversas atividades que fazem parte do setor de Turismo são apresentadas, de forma mais detalhada, no Anexo.

[2] As atividades de Serviços seguem a classificação de Browning e Singermann (1978), com algumas modificações que permitiram ajustá-la à classificação de atividades do IBGE.

Utilidade Pública (1,2%); Serviços Auxiliares à Atividade Econômica (12,2%); Atividades Associativas, Recreativas e Pessoais (5,0%); Serviço Doméstico (13,8%); e, por fim, Comércio, Transporte, Armazenagem e Comunicação (30,6%).

Tabela 1
Número de Ocupados no Brasil conforme Atividades Econômicas em 2004

	Ocupados	%	%
Total	81.109.477	100,0	
Produção de Bens	34.264.947	42,2	100,0
Agrícola	14.346.651		41,9
Não Agrícola	19.918.296		58,1
Serviços	46.844.530	57,8	100,0
Turismo	5.802.829		12,4
Serviços Sociais	11.613.192		24,8
Serviços de Utilidade Pública	553.987		1,2
Serviços Auxiliares à Atividade Econômica	5.707.698		12,2
Atividades Associativas, Recreativas e Pessoais	2.363.580		5,0
Serviço Domésticos	6.472.484		13,8
Comércio, Transporte, Armazenagem e Comunicação	14330760		30,6

Fonte: PNAD, 2004

Ao calcular a participação do setor de Turismo na ocupação total obtém-se a percentagem de 7,2%. Já o peso do Turismo nos Serviços é de 12,4%, valor muito semelhante ao dos Serviços Auxiliares à Atividade Econômica (12,2%) e ao do Serviço Doméstico (13,8%). Observa-se, também, que os setores que mais contribuem na ocupação total de Serviços são as atividades de Comércio, Transporte, Armazenagem e Comunicação e os Serviços Sociais. Estes dois setores respondem juntos por 55,4% da ocupação dos Serviços.

4. Análise do Setor de Turismo no Brasil em 2004

Neste item as informações contidas nas PNAD e referentes às atividades de Turismo são organizadas e interpretadas, com destaque para aspectos como idade e escolaridade dos ocupados e aspectos relativos à inserção dos ocupados no mercado de trabalho, como posição na ocupação, grau de formalização e rendimentos na ocupação principal.

4.1 Perfil Etário e de Escolaridade dos Ocupados no Turismo

O perfil etário dos ocupados no setor de Turismo mostra que a proporção de pessoas abaixo de 15 anos é relativamente pequena (1,5%), ainda que preocupante. A grande maioria dos ocupados concentra-se nas idades de 20 a 49 anos (73,0%). Este perfil também é semelhante quando se analisam as diferenças entre os sexos (Tabela 2).

Tabela 2

Distribuição dos Ocupados no Turismo conforme Idade e Sexo. Brasil - 2004

	Homem	Mulher	Total
10 a 14	1,60	1,20	1,50
15 a 19	8,00	7,80	7,90
20 a 29	26,60	27,50	26,90
30 a 39	23,30	25,10	24,00
40 a 49	21,70	22,80	22,10
50 a 59	12,40	11,40	12,10
60 ou mais	6,40	4,20	5,60
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: PNAD, 2004

Com respeito ao grau de instrução é digno de nota a pequena proporção de ocupados com curso superior completo, representando apenas 4,5% dos ocupados. A comparação por sexo revela que as mulheres ocupadas no setor de Turismo têm níveis de instrução mais elevados do que os homens, pois os ocupados com acesso ao curso superior (superior incompleto e completo) representam 37,2% das mulheres e 30,5% dos homens. Inversamente, encontra-se uma proporção maior de homens nos níveis inferiores de escolaridade[3].

Tabela 3

Distribuição dos Ocupados no Turismo conforme Grau de Instrução e Sexo. Brasil - 2004

	Homem	Mulher	Total
Analfabeto	5,1	5,4	5,2
Fundamental Incompleto	40,0	35,9	38,5
Médio Incompleto	24,2	21,2	23,1
Superior Incompleto	26,6	31,5	28,4
Superior Completo	3,9	5,7	4,5
Sem Declaração	0,3	0,3	0,3
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD, 2004

4.2 Perfil Ocupacional dos Trabalhadores no Turismo

A tabela a seguir, de número 4, apresenta a distribuição dos ocupados no setor de Turismo segundo o subsetor de atividade e o sexo.

[3] Conforme Beltrão e Alves (2004), nos últimos anos e no que se refere à educação superior, a proporção de mulheres de coortes mais jovens que concluem o curso superior é quase duas vezes a do sexo masculino.

Tabela 4

Distribuição dos Ocupados no Turismo conforme Setor de Atividade e Sexo. Brasil - 2004

	Homem	Mulher	Total
Alojamento	3,8	7,3	5,1
Alimentação	37,1	64,8	47,0
Transporte Terrestre	36,2	5,9	25,3
Transporte Aquaviário	1,3	0,1	0,9
Transporte Aéreo	1,1	1,1	1,1
Atividades Auxiliares ao Transporte	3,5	1,2	2,7
Agência de Viagens	1,3	1,9	1,5
Aluguel de Veículos	0,3	0,3	0,3
Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas	15,4	17,4	16,1
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD, 2004

Os principais subsetores de atividade do Turismo, em termos de pessoas ocupadas, são: Alimentação (47,0%); Transporte Terrestre (25,3%) e Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas (16,1%). Juntos, esses três subsetores respondem por 88,4% dos ocupados no setor de Turismo.

Levando em consideração o sexo, observa-se que os mesmos três subsetores respondem pela maioria dos ocupados, entretanto notam-se algumas diferenças importantes. No caso das mulheres, o subsetor de alimentação responde por 64,8% da ocupação feminina, e as atividades recreativas, culturais e desportivas, por 17,4%. O transporte terrestre tem um peso reduzido na ocupação de mulheres, com apenas 5,9%. No caso dos homens, os setores de alimentação e de transporte terrestre têm uma alta participação no total da ocupação masculina, com índices bastante semelhantes (37,1 e 36,2%, respectivamente), enquanto as atividades recreativas respondem por 15,4% da ocupação masculina.

A tabela 5 que se segue traz informações sobre os ocupados no setor de Turismo segundo a posição na ocupação e o sexo.

No setor de Turismo 59,6% dos ocupados são assalariados, sendo que destes, 37,3% são empregados com carteira e 22,3% sem carteira. Também já foi assinalado o expressivo percentual de trabalhadores por conta própria no setor de Turismo, que respondem por 29,8% do total de ocupados.

Desagregando estes dados por sexo, revela-se que o percentual de trabalhadores assalariados corresponde à situação de 58,8% dos homens e 60,9% das mulheres. Todavia, é digno de nota que no caso do emprego feminino há uma proporção menor de empregados com carteira (34,6% no caso das mulheres e 38,8% no caso dos homens) e maior de empregados sem carteira (26,3% no caso das mulheres e 20,0% no caso dos homens). Por outro lado, a ocupação por conta própria é menos freqüente no caso das mulheres, 24,4%, do que entre os homens, com 32,8% dos ocupados. Já os empregadores respondem por 5,5% das ocupações no Turismo, não havendo grandes diferenças nesta proporção entre homens e mulheres. Finalmente, convém destacar o alto peso (9,4%) de outras posições na ocupação no caso das mulheres.

Tabela 5

Distribuição dos Ocupados no Turismo conforme Posição na Ocupação e Sexo. Brasil - 2004 (%)

	Homem	Mulher	Total
Empregado com Carteira	38,8	34,6	37,3
Empregado sem Carteira	20,0	26,3	22,3
Conta Própria	32,8	24,4	29,8
Empregador	5,6	5,3	5,5
Outros	2,8	9,4	5,2
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD, 2004

A tabela 6 a seguir, apresenta a distribuição dos empregados no Turismo conforme a posse ou não de carteira de trabalho e segundo o sexo do ocupado. Assim, no que se refere ao emprego assalariado (empregado com e sem carteira), verifica-se que do total dos ocupados, sem separação por sexo, 62,2% têm um trabalho formalizado (com carteira assinada) e 34,3% estão na informalidade. Entretanto, essas proporções são bastante diferentes quando se observa a distribuição dos empregados segundo o sexo. Assim, entre as mulheres assalariadas, 56,2% têm um emprego com carteira assinada (formal) e 43,8% não possuem carteira assinada. No caso masculino, 65,7% do emprego assalariado é de trabalhadores com vínculos formais e 34,3% de trabalhadores informais.

Tabela 6

Distribuição dos Ocupados no Turismo conforme Posse ou Não de Carteira de Trabalho e Sexo. Brasil - 2004 (%)

	Homem	Mulher	Total
Formal	65,7	56,2	62,2
Informal	34,3	43,8	37,8
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD, 2004

A tabela 7 apresentada a seguir, justamente, traz a distribuição dos ocupados assalariados no setor de Turismo segundo o subsetor de atividade e segundo a posse ou não de carteira de trabalho. Nota-se que o transporte aéreo é o setor que apresenta o maior número de empregados assalariados com carteira assinada (92,4%). Alojamento, Transporte Terrestre, Atividades Auxiliares ao Transporte e Aluguel de veículos também apresentam uma alta formalidade, com 78,2%, 78,1%, 72,8% e 71,6%, respectivamente. O setor que apresenta a menor percentagem de empregados com carteira assinada é o referente às Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas, em que a informalidade atinge 52,4% dos ocupados.

Tabela 7

Distribuição dos Ocupados no Turismo conforme Setor de Atividade e Posse ou Não de Carteira de Trabalho (em %) - Brasil - 2004

	Formal	Informal	Total
Alojamento	78,2	21,8	100,0
Alimentação	53,1	46,9	100,0
Transporte Terrestre	78,1	21,9	100,0
Transporte Aquaviário	56,1	43,9	100,0
Transporte Aéreo	92,4	7,6	100,0
Atividades Auxiliares ao Transporte	72,8	27,2	100,0
Agência de Viagens	58,6	41,4	100,0
Aluguel de Veículos	71,6	28,4	100,0
Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas	47,6	52,4	100,0
Total	62,2	37,8	100,0

Fonte: PNAD, 2004

4.3 Rendimento dos Ocupados no Turismo

A tabela 8, abaixo, apresenta os ocupados no setor de Turismo conforme a faixa de rendimentos e o sexo. A distribuição dos rendimentos na ocupação principal revela que 53,2% dos ocupados no Turismo ganham entre 1 e 3 salários mínimos, 16,0% ganham menos de um salário mínimo e que 9,7% auferem mais de 5 salários mínimos. Essa distribuição é bastante diferente quando se comparam os ocupados por sexo. No caso das mulheres 54,6% ganham entre 1 e 3 salários mínimos, 20,4% recebem até 1 salário mínimo e apenas 6,5% recebem mais do que 5 salários mínimos. No caso dos homens, 52,4% recebem entre 1 e 3 salários mínimos, enquanto 13,6% recebem até 1 salário mínimo e 11,5% recebem mais do que 5 salários mínimos, o que traz a revelação que os rendimentos masculinos no Turismo são superiores aos femininos. Esta inferioridade de rendimentos femininos é, provavelmente, resultado em certa medida, da maior proporção de mulheres sem carteira assinada e da grande presença feminina no subsetor de alimentação, reconhecido por seus baixos salários.

Tabela 8

Distribuição dos Ocupados no Turismo conforme Faixas de Rendimento e Sexo - Brasil - 2004

	Homem	Mulher	Total
Sem rendimento	2,8	9,7	5,3
Até 1 sm	13,6	20,4	16,0
De 1 a 3 sm	52,4	54,6	53,2
De 3 a 5 sm	17,6	7,1	13,8
Mais de 5 sm	11,5	6,5	9,7
Sem declaração	2,1	1,7	2,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD, 2004

Abaixo, a tabela 9 apresenta os ocupados segundo o cruzamento de faixas de rendimentos e idade. A consideração da idade na análise dos rendimentos é importante, pois esta variável funciona como “proxy” da experiência profissional. De fato, analisando o rendimento das pessoas ocupadas no Turismo conforme idade, verifica-se que existe uma evidente correlação positiva entre idade e rendimentos. Assim, nas faixas etárias superiores, encontra-se uma maior proporção de ocupados em faixas salariais mais elevadas. Contudo, independentemente da idade, como já assinalado acima (vide tabela 7), a maior proporção de ocupados encontra-se na faixa de 1 a 3 salários mínimos. Pode-se observar que nas faixas de rendimento acima de 5 salários

mínimos, somente se verificam proporções significativas de ocupados nas faixas de idade de 30 a 39 (11,9%), 40 a 49 (13,7%), 50 a 59 anos (14,7%) e 60 anos ou mais (11,0%). Entre os muito jovens (10 a 14 anos), 48,8% não percebem remuneração. Já entre os jovens de 15 a 19 anos, 35,7% auferem rendimentos de até 1 salário mínimo.

Tabela 9

Distribuição dos Ocupados no Turismo conforme Rendimento e Idade (%) - Brasil - 2004

	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 ou mais	Total
Sem rendimento	48,8	16,7	3,5	3,3	3,5	3,9	5,2	5,3
Até 1 sm	44,1	35,7	15,3	11,2	12,0	14,0	25,4	16,0
De 1 a 3 sm	7,1	42,8	63,7	56,3	49,3	47,6	42,8	53,2
De 3 a 5 sm	0,0	2,4	10,5	15,3	19,7	18,0	11,0	13,8
Mais de 5 sm	0,0	1,2	5,1	11,9	13,7	14,7	11,0	9,7
Sem declaração	0,0	1,2	1,9	1,9	1,9	1,8	4,5	2,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD, 2004

A tabela 10, a seguir, traz um cruzamento das faixas de rendimentos com a escolaridade dos ocupados no setor de Turismo. Observa-se, como era de se esperar, que quanto maior o nível de instrução, maior o salário do trabalhador. Ao se computar os ocupados que recebem até três salários mínimos, observa-se que estes respondem por 92,2%, 83,0%, 77,5%, 65,6% e 21,3% dos ocupados, respectivamente, nos grupos de analfabetos, com ensino fundamental incompleto, médio incompleto, superior incompleto e superior completo. É digno de nota haver uma clara diferenciação nos rendimentos dos trabalhadores quando estes passam a ter o curso superior completo. Ainda que com este nível de instrução ainda haja proporções significativas de ocupados ganhando menos de três salários mínimos, metade dos ocupados no setor de Turismo com esta escolaridade auferem rendimentos acima de 5 salários.

Tabela 10

Distribuição dos Ocupados no Turismo conforme Rendimento e Escolaridade (%) - Brasil - 2004

	Analfabeto	Fundamental Incompleto	Médio Incompleto	Superior Incompleto	Superior Completo	Sem Declaração	Total
Sem rendimento	5,7	7,1	5,6	3,3	1,2	5,0	5,3
Até 1 sm	38,4	20,4	16,1	8,0	2,2	24,3	16,0
De 1 a 3 sm	48,1	55,5	55,8	54,3	17,9	63,5	53,2
De 3 a 5 sm	4,9	11,1	15,1	16,9	22,6	7,2	13,8
Mais de 5 sm	2,4	4,7	6,0	14,6	50,0	0,0	9,7
Sem declaração	0,6	1,3	1,4	2,9	6,3	0,0	2,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD, 2004

A tabela 11, abaixo, faz um cruzamento entre as faixas de rendimentos e os subsetores de atividade do setor de Turismo. O subsetor de alojamento têm 70,5% de seus ocupados ganhando entre 1 e 3 salários mínimos. O subsetor de alimentação é aquele que paga os piores salários, com 54,5% dos ocupados com rendimentos entre 1 e 3 salários mínimos, 21,5% com rendimento de até 1 salário mínimo e 9,5% sem rendimentos. No subsetor de transporte, 50,6% recebem entre 1 e 3 salários mínimos e 25% entre 3 e 5 salários mínimos. No caso das agências de viagens, 24,6% dos ocupados recebem entre 3 e 5 salários mínimos e 24,6% recebem mais de 5 salários. No subsetor de aluguel de veículos, 29,3% dos ocupados auferem rendimentos entre 3 e 5 e 26,5% mais do que 5 salários mínimos. Estes dois últimos subsetores remuneram

melhor do que os anteriores. O subsetor de atividades recreativas, culturais e desportivas apresenta uma diversidade de remunerações bastante ampla, acompanhando mais de perto a distribuição de remunerações do setor de Turismo como um todo.

Tabela 11
Distribuição dos Ocupados no Turismo conforme Rendimento e Setor de Atividade (%) - Brasil - 2004

	Alojamento	Alimentação	Transporte	Agência de Viagens	Aluguel de Veículos	Atividades Recr, Cult. e Desp.	Total
Sem rendimento	2,8	9,5	0,9	3,2	0,0	2,4	5,3
Até 1 sm	7,5	21,5	8,6	4,4	3,7	17,8	16,0
De 1 a 3 sm	70,5	54,5	50,6	39,0	38,0	50,2	53,2
De 3 a 5 sm	9,9	7,2	25,0	24,6	29,3	12,5	13,8
Mais de 5 sm	7,7	5,8	13,0	24,6	26,5	13,9	9,7
Sem declaração	1,5	1,5	1,9	4,3	2,5	3,2	2,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD, 2004

Na seqüência, a tabela 12 compara as faixas de rendimentos com a posição na ocupação. Nota-se que os empregados sem carteira e os conta própria são aqueles com as piores remunerações do setor de Turismo, ainda que entre os conta própria existam proporções significativas de ocupados ganhando de 3 a 5 salários mínimos (14,5%) e mais de 5 salários mínimos (12,0%). No caso dos empregados sem carteira, 90,9% dos ocupados ganham no máximo 3 salários mínimos, enquanto no grupo de ocupados por conta própria, 70,5% estão em idêntica situação. Os empregadores, como já se esperava, são os que recebem melhores remunerações, com 21,8% recebendo entre 3 e 5 salários mínimos e 45,8% recebendo acima de 5 salários. Por último, a grande maioria dos trabalhadores com carteira se encontra na faixa de 1 a 3 salários mínimos (70,1%) e na faixa de 3 a 5 salários (19,2%) .

Tabela 12
Distribuição dos Ocupados no Turismo conforme Rendimento e Posição na Ocupação (%) - Brasil - 2004

	Empregado com Carteira	Empregado sem Carteira	Conta Própria	Empregador	Outros	Total
Sem rendimento	0,0	0,3	0,9	0,7	100,0	5,3
Até 1 sm	0,9	36,4	24,9	3,2	0,0	16,0
De 1 a 3 sm	70,1	54,2	45,4	25,7	0,0	53,2
De 3 a 5 sm	19,2	5,0	14,5	21,8	0,0	13,8
Mais de 5 sm	8,4	2,4	12,0	45,8	0,0	9,7
Sem declaração	1,4	1,7	3,1	3,0	0,0	2,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD, 2004

5. Os Impactos Sociais do Turismo no Brasil

Complementando a análise do perfil de ocupações dentro do Turismo no país, neste item busca-se destacar alguns dos principais efeitos sociais do desenvolvimento desta atividade que, seguramente, são cruciais, tanto em relação à definição de políticas públicas para o segmento, quanto no que diz respeito à sua sustentabilidade no longo prazo. Embora o crescimento do Turismo apresente diversos impactos, procurou-se

aqui, apenas, ressaltar alguns dos aspectos mais críticos e problemáticos da rápida expansão da atividade no Brasil.

Desta forma, aborda-se a questão dos efeitos potenciais do Turismo na geração de empregos diretos e indiretos, o movimento de atração de trabalhadores para as localidades turísticas emergentes, algumas iniciativas e resultados dos esforços de qualificação profissional para os trabalhadores do setor, os impactos do Turismo na organização espacial e social dos territórios tradicionais afetados e, finalmente, as transformações sociais e na infra-estrutura urbana, de lazer, de comércio e de serviços no interior dos territórios que desenvolvem essas atividades.

5.1 Geração de Empregos Diretos e Indiretos

Apesar da constante divulgação de cifras muito otimistas sobre a capacidade de absorção de empregos no segmento turístico[4], percebe-se que até o momento, e não apenas no âmbito nacional, é bastante grande a dificuldade de instituições de pesquisa e órgãos ligados à atividade em obter informações precisas sobre este assunto, o que serve com um alerta para a necessidade de elaboração de dados mais consistentes e de prudência na discussão desta questão.

Inicialmente é preciso lembrar que o crescimento do Turismo no Brasil depende fortemente da expansão da economia interna, uma vez que o peso do turismo internacional, desde logo, é muito diminuto frente ao turismo doméstico (Fipe/Embratur, 2002). Portanto, o aumento da renda das famílias e a ampliação dos negócios internos são os reais propiciadores do crescimento do número de viagens e dos gastos no segmento. Além disso, por movimentar uma cadeia muito variada de bens e serviços, os impactos prováveis do Turismo sobre o nível de emprego também devem ser analisados no nível dos diferentes ramos de atividade, que possuem dinâmicas distintas, e não apenas como se tratasse de um setor de atividade homogêneo.

Feitas tais ressalvas, é possível indicar, de maneira aproximada, uma evolução favorável do número de ocupados no Turismo (31,8%, em números absolutos) em relação à evolução da População Economicamente Ativa – PEA (que cresceu apenas 18%), no período de 1999 a 2004, revelando um significativo potencial de absorção de ocupações na atividade, ainda que algumas dificuldades metodológicas subsistam nesta comparação (Tabela 13)[5].

Pelas informações trazidas, percebe-se que houve uma elevação da participação relativa do segmento turístico no total de ocupados do país de 6,1% para 6,9%, porém esta expansão ocorreu de forma muito diferenciada entre os diferentes ramos de atividade. Os ramos de hospedagem e alimentação cresceram em número, mas, apresentaram queda em sua participação relativa, e isso aconteceu em termos absolutos e relativos no caso das agências de viagens, demonstrando uma crise neste segmento. Já as atividades de transporte tiveram um crescimento significativo em relação ao total de ocupados, assim como, as atividades e serviços de lazer, mas, neste último caso, este aumento é bastante explicado pelas mudanças de metodologia de classificação das

[4] A este título são emblemáticas as alegações da Embratur de que existiriam no Brasil, em 1995, 5,8 milhões de postos de trabalho no segmento (FADE/Embratur, 1998), ou ainda, a afirmação mais recente de que a "(...) *hotelaria brasileira tem mais de 1,1 milhão de trabalhadores em 25.700 meios de hospedagem*" (Brasil, 2007).

[5] As dificuldades se relacionam tanto ao fato de que nem todos os ocupados nas atividades *características* do turismo produzirem bens e serviços consumidos exclusivamente por turistas, quanto em razão do nível de agregação dos dados, pois no interior dos ramos de atividade selecionados, por vezes estão contempladas atividades não características ao turismo (por exemplo, o caso dos ocupados em pensões e pensionatos de estudantes, dentro do ramo de alojamento).

ocupações entre os dois anos apontados. Vê-se, portanto, que a heterogeneidade das atividades turísticas é marcante quanto ao seu desempenho na geração de ocupações. [6]

Tabela 13
População Economicamente Ativa e Ocupados no Turismo, por Ramo de Atividade. 1999/2004.

Condição de Atividade	1999		2004		Cresc. (%)
	Total	(%)	Total	(%)	
Economicamente Ativos	79.315.287	100,0	92.860.128	100,0	17,1
Desocupados	7.639.068	9,6	8.263.834	8,9	8,2
Ocupados	71.676.219	90,4	84.596.294	91,1	18,0
Hotéis e Pousadas [a]	264.443	0,4*	294.083	0,3*	11,2
Bar e Restaurante [a]	2.335.736	3,3*	2.728.976	3,2*	16,8
Lazer e Entretenimento [a]	317.474	0,4*	934.369	1,1*	194,3
Agência Viagem e Empresas de Turismo [a]	114.543	0,2*	103.097	0,1*	(10,0)
Setor de Transporte [a]	1.369.962	1,9*	1.742.304	2,1*	27,2
Turismo	4.402.158	6,1*	5.802.829	6,9*	31,8

Fonte: PNAD, 1999 *apud* Carvalho (2002); PNAD, 2004.
Nota: **a)** Para o ano de 2004, com as alterações na Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE de 2002, os nomes dos ramos de atividade selecionados são, respectivamente, Alojamento (ao invés de hotéis e pousadas); Alimentação; Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas; Agência de Viagens e Aluguéis de Veículos; e Transportes e Atividades Auxiliares ao Transporte. * Participação relativa sobre o total de ocupados.

5.2 Atração de mão-de-obra de outras regiões

Um segundo efeito social importante advindo do crescimento do Turismo e relativamente pouco considerado, embora possua características muito semelhantes à de outros ciclos econômico, é o movimento de atração de trabalhadores para as localidades turísticas emergentes, particularmente na região Nordeste do país, onde este processo tem se dado com bastante intensidade nos últimos anos.

Frente ao prolongado período estagnação da economia brasileira, marcado por uma desocupação elevada e pela crise de diversos setores produtivos (sobretudo, o industrial), o crescimento do Turismo tem assim desempenhado um forte papel na atração de trabalhadores, seja daqueles mais qualificados, em busca de um melhor padrão de vida nas localidades turísticas (Coriolano, 2000), seja, principalmente, de um grande contingente de pessoas à procura de alternativas de trabalho e de melhoria das condições de vida, mesmo em ocupações bastante precárias (Silva e Fernandes, 2006).

Ilustrando este processo, podemos observar na tabela 14, a seguir, a evolução demográfica das cinco cidades turísticas com as maiores taxas de crescimento no período de 1991 a 2000, o que, sem dúvida, guarda estreita relação com a rápida

[6] Neste sentido, alguns poucos e importantes estudos sobre os impactos de ramos ou segmentos específicos do turismo também podem ser destacados, sempre que analisados com certa cautela. Casimiro Filho (2002), por exemplo, a partir de uma matriz de insumo-produto da economia brasileira em 1999, reforça a importância do turismo e aponta o subsetor de estabelecimentos hoteleiros como o líder do setor na geração de empregos, estimando a geração de 101 empregos diretos, e, de maneira mais moderada, 36 empregos indiretos, para cada um milhão de reais investidos na demanda final do ramo. Por outro lado, dentre as várias modalidades da atividade pode-se frisar a importância do turismo rural que, de acordo com a Associação Brasileira de Turismo Rural – Abratur, tem 97% de seus ocupados constituídos por moradores locais e 28% da força de trabalho composta de familiares, indicando um grande potencial na promoção do desenvolvimento local, com a fixação da população no campo e a manutenção da produção rural em pequenas e médias propriedades (Luchiari e Cerrano, 2002).

ampliação do Turismo nestes territórios e com a conseqüente atração de trabalhadores para estes locais.[7]

Tabela 14
População e Crescimento Demográfico de Municípios Turísticos Selecionados – Brasil, 1991/2000.

UF	Município	População		Taxa média geométrica de crescimento anual (%) 1991/2000
		1991	2000	
BA	Santa Cruz de Cabrália	6.535	23.888	15,65
BA	Porto Seguro	34.661	95.721	12,07
SP	Bertioga	11.471	30.039	11,4
GO	Rio Quente	837	2.097	10,85
SP	Ilha Comprida	2.756	6.704	10,48

Fonte: IBGE, 2001.
Nota: A seleção dessas cidades foi feita com base nos estudos da área e a partir do ranking de destinos turísticos brasileiros organizados pela Embratur (2003).

O poder de atração exercido pelo crescimento do Turismo, ou ainda, da retomada do dinamismo econômico, em regiões muito deprimidas, se coloca então como uma questão fundamental do ponto de vista do planejamento público e da sustentabilidade da atividade, pois, na maioria das vezes, a grande explosão demográfica (migratória) nos principais centros turísticos emergentes é acompanhada do agravamento dos problemas sociais, tais como, a degradação ambiental, a carência de moradias e de saneamento básico e a precarização das ocupações, devido, entre outros motivos, à falta de absorção adequada e em igual ritmo desses trabalhadores no mercado de trabalho local (Fontes e Lage, 2003; Cruz, 2001; Silva e Fernandes, 2006).

5.3 Qualificação de mão-de-obra local e/ou atraída de outras regiões

Um terceiro aspecto que acompanha a trajetória de desenvolvimento do Turismo no Brasil diz respeito à qualificação profissional dos trabalhadores do setor. Entre a maioria dos atores e analistas envolvidos na área existe um consenso de que esta qualificação atualmente é bastante baixa, a despeito do igual reconhecimento da importância deste aspecto para o bom desempenho da atividade.

Como vimos anteriormente, um ponto crucial sobre esta questão é o baixo nível de escolarização dos ocupados nas atividades turísticas, um problema profundo e que também se coloca para o mercado de trabalho e para a sociedade brasileira como um todo. Além deste, outros entraves encontrados para a melhoria dos níveis de capacitação dos trabalhadores em Turismo são: a falta de recursos e de interesse dos pequenos estabelecimentos do setor, que no ramo hoteleiro constituem-se como a grande maioria; o problema dos baixos salários oferecidos, em toda a cadeia; a questão da grande rotatividade de trabalhadores causada pela alta sazonalidade da atividade; e, por fim, a própria dificuldade de estabelecer cursos e treinamentos adequados às demandas do mercado (Hazin *et al*., 2000).

Por todas estas razões, é necessário se desprender de uma visão, de certo modo comum, de que o Turismo teria naturalmente "(...) *a capacidade de criar empregos de maior qualificação*" (Lanzana, 1999:18), para que efetivamente se propiciem avanços

[7] Note-se que, neste período, a taxa média geométrica de crescimento da população no país foi de 1,64% a.a. e para o Nordeste de 1,31% a.a.

quanto a esta questão. Por exemplo, parece interessante aprofundar as experiências positivas hoje existentes de cursos de qualificação atrelados à certificação profissional.

5.4 Condições de Trabalho

Além das baixas remunerações e da alta informalidade (esta, tanto pelo grande número de assalariados nessa condição quanto pelo enorme contingente existente de ocupados por conta-própria), o trabalho no setor de Turismo brasileiro tem como características a alta rotatividade das ocupações e jornadas laborais muito extensas. Muito embora estes sejam, na realidade, alguns dos traços históricos da organização do trabalho no Brasil, atingindo diversos ramos de atividade econômica, podemos indicar que o desenvolvimento do Turismo em determinados locais vem contribuindo de forma especial para a intensificação desses problemas, ou mesmo, tem colocando em evidência novas questões.

A sazonalidade do turismo é uma das mais presentes quando nos referimos às condições de trabalho no segmento, porque implica em uma intensificação das atividades de trabalho e das jornadas na alta temporada (Hazin, *et al*., 2000) e, por outro lado, na forte queda dos rendimentos, das empresas e dos ocupados por conta-própria, com a cessão do fluxo de turistas durante a baixa estação, resultando, na maior parte das vezes, na drástica redução do número de empregos.

Há ainda, dois outros aspectos importantes dentro deste assunto que também aparecem relacionados ao crescimento do Turismo. Em primeiro lugar, vale a pena apontar que o trabalho infantil (crianças de 10 a 14 anos), embora pequeno em comparação com o total dos ocupados, continua sendo uma triste realidade no setor, em especial, no ramo de alimentação, no qual quase 66 mil crianças estavam ocupadas, e no ramo de atividades recreativas, culturais e desportivas, onde esse número atinge o patamar de 7.390 pessoas, em 2004, segundo a PNAD.

Em segundo lugar, a exploração sexual é outro dado negativo marcante das condições de ocupação no setor de turismo que deve ser encarado. Mesmo reconhecendo que as determinantes desse problema ultrapassam a atividade, isto é, embora não seja correto afirmar que o Turismo seja o responsável pelo surgimento da exploração sexual nos grandes pontos de atração de visitantes, é preciso admitir que esta atividade tem contribuído (e bastante em alguns lugares) para o agravamento dessa situação. [8]

5.5 Alterações em atividades tradicionais nas regiões de potencial turístico

Um quinto e importante impacto do Turismo é aquele que se apresenta sobre a organização espacial e social dos territórios tradicionais — embora isto, freqüentemente, receba pouca atenção do poder público. Neste sentido, as experiências descritas em diversos estudos indicam que o desenvolvimento do Turismo resulta, grosso modo, em dois cenários bastante distintos quanto à preservação das comunidades tradicionais e suas atividades características.

Um primeiro grupo de experiências é formado pelos casos positivos de desenvolvimento turístico local, no qual as atividades tradicionais são preservadas ou integradas, de maneira mais ou menos harmônica, aos novos impulsos do Turismo. Trata-se, efetivamente, de um grupo bastante reduzido de situações que podem ser vinculadas a formas de estruturação da atividade turística alternativas ao turismo de

[8] Alfonso (2006), por exemplo, aponta-nos que houve, durante muitos anos, uma estratégia de marketing turístico no exterior de explícita vinculação do destino "Brasil" à beleza e à sensualidade de suas mulheres, em alguma medida incentivando o crescimento do turismo sexual.

massas, tais como o ecoturismo, ademais, sinalizando um bom campo de possibilidades para a promoção do desenvolvimento local, desde que haja uma efetiva inclusão e participação da comunidade local (Silva, 2003; Rocha, Lima e Coriolano, 2003).

Já o segundo grupo, infelizmente incorporando a maioria dos casos, é o das experiências onde há a sobreposição da ocupação turística dos territórios em detrimento de suas formas de ocupação tradicional, com a resultante desorganização social dessas atividades, e mesmo, das comunidades anfitriãs.

De maneira geral, também aí é possível identificar dois tipos de situações em que esse último processo ocorre, uma delas associada a uma lógica de valorização turística elitista e ligada ao circuito turístico internacional, em que há, embora residualmente, uma inserção social da comunidade nas novas atividades, e a outra, em que a população residente vê-se muito apartada de seu território original, algumas vezes, paradoxalmente, por causa de iniciativas preservacionistas, mas, socialmente excludentes, de conservação das áreas naturais (Cruz, 2001; Coriolano, 2000; Luchiari e Cerrano, 2002).

5.6 Alterações nas condições de vida nas regiões de potencial turístico

Por fim, podemos apontar como um último efeito social da expansão do Turismo no país as alterações nas condições de vida das regiões de potencial turístico, referindo-se, de maneira mais geral, às inúmeras transformações sociais e na infra-estrutura urbana, de lazer, de comércio e de serviços no interior dos territórios que começam a desenvolver intensamente esta atividade.

O ponto crucial no que toca às mudanças advindas com o crescimento do Turismo é o fato de que estas, em boa parte dos casos, estão dissociadas da presença de um planejamento adequado, que possa, por um lado, prevenir os impactos sociais e ambientais negativos causados pelo desenvolvimento da atividade e, por outro, modificar um dado modelo excludente de Turismo que tem prevalecido nos projetos implementados ao longo dos últimos anos (Cruz, 2001).

De maneira clara, seja nas regiões onde houve um processo de urbanização turística (por exemplo, Porto Seguro) quanto nas localidades em que o Turismo apenas incrementa o desenvolvimento dos equipamentos urbanos (como ocorrido na maioria dos casos), é possível perceber melhorias na oferta dos equipamentos sociais e de lazer à população, ou mesmo, a redução de seus custos (Lage e Milone, 1998). Mas, na maioria das vezes, essa oferta de serviços e infra-estrutura não está acessível à população local ou chega com atraso e de maneira insuficiente para fazer face aos problemas sociais que também podem ser agravados com a atividade, em especial, no que diz respeito aos transportes, água, luz e saneamento básico. A especulação imobiliária e a expulsão dos moradores tradicionais de áreas valorizadas pelo Turismo é outro aspecto bastante freqüente neste processo, ressaltando, portanto, a importância de uma intervenção pública mais ativa no planejamento e na ordenação da atividade.

6. Considerações Finais

A análise empreendida a partir dos dados de natureza quantitativa e qualitativa sobre a dimensão social do Turismo no Brasil revela, infelizmente, uma realidade bastante sombria. A despeito dos discursos de autoridades públicas e do setor privado que acenam para o enorme potencial das atividades turísticas para a geração de mais e melhores empregos, o que se descortina é um panorama que não convida a comemorações.

É verdade que as atividades turísticas potencialmente são portadoras de benefícios para as populações residentes nas áreas de intenso afluxo de visitantes. Também é verdade que o desenvolvimento das atividades turísticas, com a atração de visitantes estrangeiros, pode representar fonte importante de ingressos de divisas no País. Finalmente, ninguém discordaria que para o pleno florescimento do Turismo no Brasil e para o incremento de sua competitividade, desempenha papel de fundamental importância à qualidade dos recursos humanos engajados nessas atividades. Ora, em todos os serviços turísticos, o prazer e a fruição do turista depende, em extensa medida, de uma relação duradoura com os prestadores destes serviços. Portanto, idealmente, tanto mais competitivo será o setor de turismo quanto mais instruídos, qualificados, bem remunerados e estáveis forem seus trabalhadores.

Todavia, os dados analisados apontam uma situação muito diversa. Há um expressivo contingente de trabalhadores no setor de Turismo que apresentam baixos níveis de instrução, são mal remunerados, não são qualificados para as atividades que desempenham, encontram-se na informalidade ou apresentam ocupações caracterizadas por maior precariedade na estrutura de ocupações. Ademais, como foi visto, o trabalho no setor de Turismo brasileiro tem como características a alta rotatividade das ocupações e jornadas laborais muito extensas.

Finalmente, é mister avaliar outros impactos do crescimento das atividades de turismo. Em primeiro lugar, o crescimento do turismo parece, na maioria dos relatos, ter contribuído para o agravamento dos problemas sociais advindos da migração expressiva e da falta de absorção adequada, em igual ritmo, dos trabalhadores migrantes no mercado de trabalho local. Em segundo lugar, muitos autores concordam que os impactos provocados pelo Turismo, sem o acompanhamento de adequado planejamento e estudos de sustentabilidade, têm levado à descaracterização das comunidades afetadas e ao declínio de atividades tradicionais, seja pela rápida incorporação dos antigos habitantes desses territórios a um novo sistema de práticas e relações sociais, seja pela restrição da utilização dos espaços que permitiam a manutenção de tais práticas. Finalmente, são contundentes os relatos de transformações sociais e na infra-estrutura urbana, de comércio e de serviços, advindas com o crescimento do Turismo, com destaque para os fenômenos de rápida especulação imobiliária e a expulsão dos moradores tradicionais de áreas valorizadas pelo Turismo.

Portanto, o florescimento do Turismo no Brasil e de seu enorme potencial de criação de empregos e oportunidades parece depender do esforço de mais pesquisas que iluminem e permitam identificar seus problemas mais urgentes e suas limitações mais profundas e que possam servir para a concepção, desenvolvimento e implementação de um amplo conjunto de medidas de políticas públicas para amparar o desenvolvimento sustentável deste setor.

7. Bibliografia

ALFONSO, L. P. *EMBRATUR: formadora de imagens da nação brasileira*. Campinas: UNICAMP/IFCH, 2006. Dissertação de Mestrado.

BRASIL, S. A. “A Hora e a Vez de Gerar Emprego”. *Host*. São Paulo: Jobson Brasil, nº 16, out./nov., 2006. Disponível em: <www.revistahost.com.br>. Acesso em: 15/02/2007.

BROWNING, H. C. & SINGERMANN, J. “The transformation of the US labor force: the interaction of industry and occupation”. *Politics and Society*, v.8, n.3-4, 1978, p.481-509.

CASIMIRO FILHO, F. *Contribuições do Turismo à Economia Brasileira*. Piracicaba: ESALQ/USP, 2002. Tese de Doutorado.

CORIOLANO, L. N. M. T. "Turismo: De Migrações Temporárias à Fixação no Território". *Turismo: Tendências e Debates*. Salvador, nº 3, 2000.

CRUZ, R. C. *Política de Turismo e Território*. São Paulo: Contexto, 2001.

EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo). *Conta Satélite do Turismo – CST. Brasil, 1999*. Brasília: EMBRATUR, 2002.

_____. *Evolução do Turismo no Brasil: 1992 a 2001*. Disponível em: <www.embratur.gov.br>. Acesso em: 30/08/2003.

FADE (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco)/EMBRATUR. "Estudo Econômico-Financeiro dos Meios de Hospedagem e Parques Temáticos no Brasil". In: EMBRATUR. *Estudos do Turismo Brasileiro*. Brasília: Embratur, 1998.

FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas)/EMBRATUR. *Meios de Hospedagem: Estrutura de Consumo e Impactos na Economia*. São Paulo: FIPE/EMBRATUR, 2006. Relatório de Pesquisa.

_____. *Estudo do Mercado Interno de Turismo 2001*. Brasília: EMBRATUR, 2002.

FONTES, E. O. & LAGES, C. S. "Apropriação do Espaço pelo Turismo em Sauípe e seu Impacto no Desenvolvimento Local". In: CORIOLANO, L. N. M. T. & LIMA, L. C. (Org.). *Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental*. Fortaleza: EDUECE, 2003.

HAZIN, A. L., OLIVEIRA, C. F. G. & MEDEIROS, R. *Turismo e mão-de-obra: entre o real e o ideal*. Recife: FUNDAJ/UNICAP, 2000.

LAGE, B. H. G. & MILONE, P. C. "Impactos Socioeconômicos do Turismo". *Revista de Administração*. São Paulo: USP, v. 33, nº 4, 1998.

LANZANA, A. "Globalização, Emprego e Turismo". *Informações Fipe*. São Paulo, nº 252, 1999.

LUCHIARI, M. T. D. P. & SERRANO, C. "Tourism and Environment in Brazil". In: (Eds.) HOGAN, D. J., BERQUO, E., COSTA, H. S. M. *Population and Environment in Brazil: Rio+10*. Campinas: CNPD/ABEP/NEPO, 2002.

ROCHA, A. M., LIMA, L. C. & CORIOLANO, L. N. M. T. "A Luta pelo Direito à Terra, à Cultura e ao Turismo: O Caso de Batoque-Aquiraz-CE". In: CORIOLANO, L. N. M. T. & LIMA, L. C. (Orgs.). *Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental*. Fortaleza: EDUECE, 2003.

SILVA, J. H. G. *A Atividade Turística como Propulsora do Desenvolvimento Local. Um estudo de caso na Prainha do Canto Verde, Beribe, CE*. Campinas: UNICAMP/IE, 2003. Monografia de Graduação.

SILVA, M. S. & FERNANDES, F. M. "Turismo, Desenvolvimento Local e Pobreza no Município de Porto Seguro – BA". *Revista Espaço Acadêmico*. Maringá, nº 51, 2005. Disponível em: <www.espaçoacademico.com.br>. Acesso em: 05/07/2006.

WTO (World Tourism Organization). "TSA in Depth: Analyzing Tourism as an Economic Activity". Madri: WTO, 2003. Disponível em: <www.world-tourism.org>. Acesso em: 15/07/2003.

8. Anexo

Tabela 1 – Atividades do Segmento de Turismo

Cód. CNAE	Descrição	Cód. PNAD	Descrição
55.13-1	Estabelecimentos hoteleiros	55010	Alojamento
55.19-0	Outros tipos de alojamento		
55.21-2	Restaurantes e estabelecimentos de bebidas, com serviço completo	55020	Ambulantes de Alimentação
55.22-0	Lanchonetes e similares	55030	Outros serviços de alimentação – exceto ambulantes
55.23-9	Cantinas (serviços de alimentação privativos)		
55.24-7	Fornecimento de comida preparada		
55.29-8	Outros serviços de alimentação		
60.10-0	Transporte ferroviário interurbano	60010	Transporte ferroviário
60.24-0	Transporte rodoviário de passageiros, regular, não urbano	60040	Transporte rodoviário de passageiros
60.25-9	Transporte rodoviário de passageiros, não regular		
60.29-1	Transporte regular em bondes, funiculares, teleféricos ou trens próprios para exploração de pontos turísticos	60091	Transporte de bondes, funiculares, teleféricos ou trens próprios para exploração de
61.11-5	Transporte marítimo de cabotagem	61000	Transporte Aquaviário
61.12-3	Transporte marítimo de longo curso		
61.21-2	Transporte por navegação interior de passageiros		
62.10-3	Transporte aéreo, regular	62000	Transporte aéreo
62.20-0	Transporte aéreo, não regular		
63.21-5	Atividades auxiliares dos transportes terrestres	63021	Atividades auxiliares aos transportes
63.22-3	Atividades auxiliares dos transportes aquaviários		
63.23-1	Atividades auxiliares dos transportes aéreos		
63.30-4	Atividades de agências de viagens e organizadores de viagem	63030	Agências de viagens e organizadores de viagens
71.10-2	Aluguel de automóveis	71010	Aluguel de veículos
71.21-8	Aluguel de outros meios de transporte terrestre		
71.22-6	Aluguel de embarcações		
71.23-4	Aluguel de aeronaves		
92.31-2	Atividades de teatro, música e outras atividades artísticas e literárias	92015	Outras atividades artísticas e de espetáculos
92.32-0	Gestão de salas de espetáculos		
92.39-8	Outras atividades de espetáculos, não especificadas anteriormente		
92.51-7	Atividades de bibliotecas e arquivos	92030	Bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais
92.52-5	Atividades de museus e de conservação do patrimônio histórico		
92.53-3	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais e reservas ecológicas		
92.61-4	Atividades desportivas	92040	Atividades desportivas e outras relacionadas ao lazer
92.62-2	Outras atividades relacionadas ao lazer		

Fonte: IBGE

Setores de Atividade dos Serviços	
Serviços	Setores de Atividade
Turismo	Alojamento; Ambulantes de Alimentação; Outros Serviços de Alimentação; Transporte Ferroviário; Transporte Rodoviário de Passageiros; Transporte em bondes, funiculares, teleféricos ou trens próprios para exploração de; Transporte Aquaviário; Transporte Aéreo; Atividades Auxiliares aos Transportes; Agências de Viagens e Organizadores de Viagens; Aluguel de Veículos; Outras Atividades artísticas e de Espetáculos; Bibliotecas, arquivos, museus e outras atividades culturais; Atividades Desportivas e outras relacionadas ao lazer.
Serviço social	Administração do Estado e da política Econômica e Social – Federal; Administração do Estado e da Política Econômica e Social – Estadual; Administração do Estado e da Política Econômica e Social – Municipal; Forças Armadas; Outros Serviços Coletivos Prestados pela Administração Pública – Federal; Outros Serviços Coletivos Prestados pela Administração Pública – Estadual; Outros Serviços Coletivos Prestados pela Administração Pública – municipal; Seguridade Social; Educação Regular, supletiva e especial pública; Educação Regular, supletiva e especial particular; Outras Atividades de Ensino; Saúde Pública; Saúde Particular; Outras Atividades de Saúde; Serviços Veterinários; Serviços Sociais.
Serviço de Utilidade Pública	Produção e Distribuição de Energia Elétrica; Produção e Distribuição de Gás através de tubulações; Captação, tratamento e distribuição de água; Limpeza Urbana e Esgoto e Atividades Conexas.
Serviços Auxiliares à Atividade Econômica	Intermediação Financeira; Serviços e Previdência Privada; Atividades Auxiliares da Intermediação Financeira; Atividades Auxiliares dos Seguros e da Previdência Privada; Atividades Imobiliárias – exceto condomínios prediais; Condomínios Prediais; Aluguel de Máquinas e Equipamentos; Aluguel de Objetos Pessoais e Domésticos; Atividades de Informática; Manutenção e Reparação de Máquinas de Escritório e de Informática; Pesquisa e Desenvolvimento; Atividades jurídicas, de contabilidade, e de pesquisas de mercado e de opinião pública; Atividades de Assessoria em Gestão Empresarial; Serviços de Arquitetura e Engenharia e de assessoramento técnico especializado; Ensaios de Materiais e de Produtos, análise de qualidade; Publicidade; Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra; Investigação, vigilância e segurança; Atividades de Imunização, higienização e de limpeza em prédios e em domicílios; Outros Serviços Prestados às Empresas; Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais.
Atividades Associativas, Recreativas e Pessoais	Atividades de Organizações Sindicais; Atividades de Organizações empresariais, patronais e profissionais; Atividades de Organizações Religiosas e Filosóficas; Outras Atividades Associativas; Produção de Filmes Cinematográficos e de Fitas de Vídeo; Distribuição e Projeção de filmes e de Vídeos; Atividades de Rádio; Atividades de Televisão; Atividades de Agências de Notícias; Lavanderias e Tinturarias; Cabeleireiros e outros tratamentos de beleza; Atividades funerárias; Atividades de manutenção do Físico Corporal; Outras Atividades de Serviços Pessoais.
Serviço Doméstico	Serviços Domésticos
Comércio, Transporte, Armazenagem e Comunicação	Comércio de Veículos Automotores; Serviços de Reparação e Manutenção de Veículos Automotores; Comércio de Peças e Acessórios para Veículos Automotores; Comércio, manutenção e reparação de motocicletas; Posto de Combustíveis; Representantes Comerciais e agentes de comércio; Comércio de Produtos Agropecuários; Comércio de Produtos Alimentícios, bebidas e fumo; Comércio de fios têxteis, tecidos, artefatos de tecidos e

	armarinho; Comércio de artigos de vestuário, complementos e calçados; Comércio de Madeira, material de construção, ferragens e ferramentas; Comércio de eletrodomésticos, móveis e outros artigos de residência; Comércio de livros, jornais, revistas e papelaria; Comércio de Produtos Farmacêuticos, médicos, ortopédicos, odontológicos; Comércio de Máquinas, aparelhos e equipamentos – exceto eletrodomésticos; Comércio de Combustíveis – exceto posto de combustíveis; Comércio de Resíduos e Sucatas; Comércio de produtos extrativos de Origem Mineral; Comércio de Mercadorias em Geral – inclusive mercadorias usadas; Supermercado e Hipermercado; Lojas de Departamento e outros comércios não especializados; Comércio Varejista de Artigos em Geral por Catálogo, televisão, internet e outros meios; Comércio Varejista Realizado em Postos Móveis, instalados em vias públicas; Outros tipos de Comércio Varejista, não realizado em lojas; Reparação e Manutenção de Eletrodomésticos; Reparação de Calçados; Reparação de Objetos Pessoais e Domésticos – exceto de eletrodomésticos e calçados; Transporte Metroviário; Transporte Rodoviário de Cargas – exceto de mudanças; Transporte Rodoviário de mudanças; Transporte Dutoviário; Carga e Descarga, armazenamento e depósitos; Organização do Transporte de Cargas; Atividades de Correio; Telecomunicações.

DURAÇÃO DO DESEMPREGO E SUA INFLUÊNCIA SOBRE O SALÁRIO DO TRABALHADOR

Paulo Aguiar do Monte[*1]

Ignácio Tavares de Araújo Júnior[**]

Márcia de Lima Pereira[***]

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a influência do tempo de desemprego na reinserção ocupacional, mais especificamente no salário auferido pelo trabalhador que conseguiu transitar da situação de desempregado para a de ocupado no segmento formal da economia. Tendo como amostra os microdados da Pesquisa Mensal de Emprego – 2000 e 2001 - e utilizando a técnica de regressões quantílicas, o trabalho fornece evidências sobre a influência da permanência no estado de desemprego sobre o salário recebido. Os resultados indicaram chances heterogêneas de permanência no estado de desemprego; quase sempre em favor dos indivíduos menos qualificados. Ademais, observou-se que o tempo de permanência do desemprego repercute negativamente no salário obtido quando da sua reinserção ocupacional, chegando a reduzir em, aproximadamente, 10% o salário dos mais qualificados.

Palavras-chave: duração do desemprego; reinserção ocupacional; salário de reserva.

* Professor Adjunto do Departamento de Economia (UFPB). Doutorado pelo PIMES/UFPE, 2005. MSc. em Economia, PIMES/UFPE, 2000. Economista, UFPE, 1997.
pauloaguiardomonte@gmail.com

** Professor Adjunto do Departamento de Economia (UFPB). Doutorado pelo PIMES/UFPE, 2005.
igtavares@hotmail.com

*** Mestranda em Economia (UFPB). Economista, UFCG, 2005.
E-mail: marcialpbr@yahoo.com.br

ABSTRACT

This paper has for objective to analyze the influence of the time of unemployment in the occupational reinsertion, more specifically in the wage gained for the worker who obtained to transit of the situation of unemployed for the one of busy. Having as it shows the microdata of the Monthly Research of Job - 2000 and 2001 - and using the technique of quantílicas regressions, the work supplies evidences on the influence of the permanence in the unemployment state on the received wage. The results had indicated heterogeneous possibilities of permanence in the unemployment state; almost always for the individuals less qualified. Also, was observed that the time of permanence of the unemployment rees-echo negative in the gotten wage when of its occupational insertion.

Key words: unemployment duration, occupational insert, reserv wage.

Código JEL: J20, J30, J64.

1. Introdução

Durante os últimos anos o Brasil tem convivido com taxas elevadíssimas de desemprego que chegaram a níveis poucas vezes alcançados em sua história. Sabe-se que diversos fatores contribuíram para este cenário, dentre os quais, o pífio crescimento econômico observado nos trinta anos (em termos médios, menos de 3,0% ao ano) pode ser considerado um dos mais importantes, senão o maior deles.

Não obstante a elevação das taxas médias de desemprego, também se verificou o aumento da sua duração, particularmente a partir dos anos noventa, fato este que deteriora, ainda mais, a situação do trabalhador brasileiro e que tem reflexo direto na sua inserção ocupacional. Ademais, é necessário ressaltar que a duração do desemprego varia entre os diferentes grupos da força de trabalho, sendo, portanto mais grave para determinadas classes populacionais. Estudos anteriores mostram que para os indivíduos menos escolarizados, a permanência no estado de desemprego é menor em relação aos mais escolarizados. Fato similar ocorre para os chefes-de-família em relação aos cônjuges. De acordo com a teoria neoclássica da oferta de mão-de-obra, em ambos os casos, o fator salário de reserva deve estar prevalecendo.

A literatura econômica não estabelece, a priori, o sinal da relação entre taxa de desemprego e duração do desemprego. Assim, se um determinado segmento da população apresentar uma elevada taxa de desemprego, este indicador não está necessariamente condicionado a uma menor probabilidade de inserção ocupacional, pois, sua elevada taxa de desemprego poderá estar associada a um menor tempo de procura de emprego. Logo, a relação entre taxa de desemprego e duração do desemprego não é tão direta quanto se possa parecer.

Neste estudo, parte-se da premissa que o tempo de permanência no desemprego afeta o salário futuro do trabalhador, dado que um maior período no estado de desemprego pode refletir em custos adicionais, tanto para o demandante quanto para o ofertante de mão-de-obra. Assim, para o demandante, o maior tempo que o indivíduo passar desempregado poderá ser visto como uma sinalização negativa de sua produtividade, pois a ausência na ocupação de determinada atividade por um longo período refletirá em um trabalhador inapto, no momento, para a execução de uma atividade específica, sendo necessário um custo adicional de treinamento (que as empresas podem não estar dispostas a fazer) para reinserí-lo numa ocupação. Para o ofertante, o maior tempo que ficar desempregado irá acarretar em maiores custos de procura, do ponto de vista financeiro e psicológico. É verdade, também, que a permanência no estado de desemprego pode ser uma opção do trabalhador em busca de melhores empregos, visto que as oportunidades que surgem podem não ser consideradas atrativas, condizentes com as suas expectativas profissionais e pessoais.

Neste contexto, discutir as variáveis que afetam o salário do trabalhador recém-ocupado, dentre as quais merece destaque a influência do tempo que o trabalhador permaneceu procurando emprego, constitui-se o principal objetivo deste artigo. Para tal, serão aplicadas regressões quantílicas sobre os microdados da Pesquisa Mensal de Emprego (2000 e 2001), de seis regiões metropolitanas do Brasil (RMR, RMSA, RMBH, RMRJ, RMSP e RMPA) por acreditar o salário auferido pelo trabalhador não segue uma tendência linear conforme o tempo de duração do desemprego.

Afora esta introdução, o artigo é composto de mais seis seções. A seção dois é dedicada à abordagem teórica dos principais fundamentos da oferta de trabalho e da determinação salarial. A terceira seção reporta-se as considerações de ordem metodológica (procedimentos econométricos para estimar a influência da duração do desemprego sobre o salário do trabalhador e os relativos à seleção da amostra). Nas

seções 4 e 5 são analisados os resultados empíricos das análises descritiva e econométrica. Por fim, a última seção contempla as considerações finais.

2. Aportes teóricos da oferta de trabalho e da determinação salarial

O modelo neoclássico da oferta de trabalho, em sua concepção original, é basicamente restrito ao uso de variáveis que afetam a escolha entre trabalho (*h*) e lazer (*l*). A análise parte da premissa de que a busca pelo emprego constitui, em última instância, uma decisão do indivíduo sobre como alocar seu tempo entre trabalho e lazer, tendo por base uma função utilidade individual (*U*) dependente de uma cesta de consumo (x) e da quantidade de tempo dedicada ao lazer.

Ao disponibilizar parte do seu tempo diário ao trabalho, o indivíduo recebe uma renda proveniente do seu esforço (salário *(w*), definido pelo produto entre a taxa de salário e o número de horas trabalhadas (*wh*)) da qual o mesmo se utiliza para adquirir sua cesta de consumo[2]. Assim, o indivíduo se defronta com o problema de maximização de utilidade sujeita a sua restrição orçamentária, que pode ser descrito da seguinte forma:

$$\text{Max } U = U(x,l) \quad (1)$$
$$\text{s.a. } p.x \leq y + w.h$$

De acordo com as hipóteses do modelo, tanto o preço da cesta de consumo (p) quanto o preço de seu trabalho (w) são consideradas variáveis exógenas, logo, o indivíduo não tem poder de determiná-los. Sendo assim, resta-lhe fazer uma escolha entre horas de lazer e horas de trabalho, dado que o consumo (x) é determinado pelas horas de trabalho (h) vezes o salário (w) – exógeno.

Mais recentemente, Pencavel (1986) fez uma apreciação do modelo neoclássico da oferta de trabalho, considerando que a função utilidade individual dependente não apenas da quantidade de horas de lazer ou de trabalho, por período, mas também de outras variáveis, como os atributos pessoais do indivíduo (A) e determinadas características não-observáveis (ε). Assim, descreveu a seguinte função utilidade:

$$U = U(x,h;A,\varepsilon) \quad (2)$$

Portanto, cabe ao indivíduo determinar a quantidade de bens que deseja adquirir (x>0) e o número de horas de trabalho (h>0) que maximize sua utilidade, sujeito à restrição orçamentária acima especificada (1). Maximizando a função utilidade (2), tem-se como condição de primeira ordem:

$$\frac{w}{p} = -m(x,h:A,\varepsilon) = -\frac{\partial U/\partial h}{\partial U/\partial x} \quad (3)$$

[2] A cesta de consumo é auferida pela renda do trabalho ou do não-trabalho (y). Borjas (1996) afirma que a transferência de recursos do Estado para o indivíduo consiste numa espécie de renda do não-trabalho que altera a restrição orçamentária do indivíduo, fazendo com que o indivíduo prefira menos emprego e mais lazer.

Este resultado mostra que o salário real (w/p) pode ser interpretado como o preço (custo) que o indivíduo ou a família paga pelo lazer. Assim, o indivíduo maximiza sua utilidade, escolhendo uma quantidade de bens e horas de trabalho de forma que o sinal negativo da taxa marginal de substituição de horas de trabalho por bens (m) seja igual ao salário real (w/p). As funções de demanda por bens e oferta de trabalho derivadas por meio da resolução das equações (1) e (2) são:

$$x = x(p, w, y; A, \varepsilon)$$
$$h = h(p, w, y; A, \varepsilon) \quad se \quad h > 0 \qquad (4)$$

Esta mesma solução pode ser obtida com o uso do conceito de Salário de Reserva (w*). Define-se, neste artigo, salário de reserva como sendo o salário a partir do qual o trabalhador aceita trabalhar. Segundo a teoria neoclássica da oferta de mão-de-obra, qualquer variável que seja capaz de elevar o salário de reserva do indivíduo fará com que o mesmo passe há disponibilizar menos horas ao trabalho, e, com isso mais horas ao lazer[3]. As equações 4 e 5 mostram que se o salário de mercado excede o salário de reserva, o indivíduo decide participar (ativamente) do mercado de trabalho e ofertar um número positivo de horas de trabalho; caso contrário todo o seu tempo será dedicado ao lazer.

$$\text{se} \quad w > w^*, \quad h = h(p, w, y; A, \varepsilon) > 0 \qquad (5)$$

$$\text{se} \quad w < w^*, \quad h = 0 \qquad (6)$$

Dado que haverá um nível de salário abaixo do qual o indivíduo não participará do mercado de trabalho em virtude do salário de reserva, é factível supor que, quanto maior for o valor que o indivíduo atribui ao lazer ou o montante das rendas do não-trabalho recebidas ou a sua capacidade produtiva, maior será o seu salário de reserva. A discussão sobre as variáveis que interferem no salário de reserva é bastante complexa, ultrapassando os limites das discussões acadêmicas ou teóricas e serve de balizamento para a formulação de Políticas Públicas. [4]

A partir dos anos sessenta, um novo arcabouço teórico foi desenvolvido, apoiado no modelo neoclássico da oferta de trabalho, com a incorporação de variáveis relacionadas à informação. Esse novo modelo, chamado na literatura de *job search*, tornou-se uma ferramenta importante para compreender o funcionamento do mercado de trabalho. As teorias que enfatizavam a questão da procura por emprego ganharam

[3] Borjas (1996) cita como determinantes do salário de reserva a própria escolha do indivíduo e as rendas oriundas de outras fontes que não o trabalho.

[4] Tanto no contexto nacional quanto internacional existem vários estudos sobre a eficiência econômica das Políticas Públicas no mercado de trabalho, dentre as quais os Programas de Reposição de Renda (onde se insere o Seguro-Desemprego) e os Programas Manutenção de Renda (onde se inserem os Programas de Renda Mínima). No Brasil, Menezes Filho e Picchetti (2000) e Zylberstajn e Neto (2000), e no contexto internacional, Mortensen (1986), Eriksson, Lilja e Torp (2002) e Van Den Berg (1999), abordam esta questão.

mais difusão nas análises do desemprego, embora se saiba que o fenômeno do desemprego está relacionado diretamente à oferta de trabalho e a inserção ocupacional. [5]

De uma forma geral, as teorias da procura por emprego (*job search*) consideram que o indivíduo que está à procura de um emprego não conhece todas as oportunidades de emprego disponíveis e suas respectivas remunerações, o que demanda custos gerados pelo esforço da procura (quanto maior for à duração do desemprego, maior será seu custo financeiro e de oportunidade) até encontrar uma ocupação. Ao encontrar uma oportunidade de emprego o indivíduo passa pelo dilema entre aceitar a oferta de emprego ou continuar procurando outra oportunidade de emprego que seja compatível com o que ele espera, ou seja, com o seu nível de qualificação e seu salário reserva. Para isso, o indivíduo leva em consideração os benefícios de prolongar sua procura pelo emprego (melhor proposta, possibilidade de se qualificar mais) e os custos da procura por emprego (financeiro - transporte, compra de jornais - e o de oportunidade - deixando de ganhar algum dinheiro em outro emprego para continuar procurando um melhor emprego). Assim, as teorias da procura por emprego afirmam que a duração do desemprego interfere na decisão do indivíduo de procurar um emprego e no esforço de sua procura, afetando assim a oferta de trabalho.

As conseqüências da duração do desemprego sobre o salário do trabalhador ainda são pouco discutidas na literatura nacional. No entanto, merecem destaque os trabalhos de Menezes e Malbouisson (2001), Menezes Filho e Pichetti (2002), Zylberstajn e Neto (2000) e Oliveira e Carvalho (2006). Os três primeiros, de modo comum, focalizam seus estudos nos determinantes da duração do desemprego, voltando-se, sobretudo para analisar a influência das características pessoais dos indivíduos no tempo de permanência no desemprego. O trabalho de Oliveira e Carvalho (2006) distingue-se dos demais por, além de retratar a intensidade da duração do desemprego, relacionar este fenômeno ao salário de reserva dos trabalhadores. Os principais resultados alcançados foram: maior duração do desemprego afeta negativamente o salário de reserva; mulheres tendem a permanecer mais tempo desempregadas; maior nível educacional não se constitui fator decisivo para saída do desemprego.

Quando se trata de estudos empíricos que acompanham os indivíduos desde o momento em que estes ingressaram no desemprego até o momento que são (re)inseridos em alguma atividade, ou seja, a duração completa do desemprego, bem como o salário que estes passam a receber no mercado de trabalho, a literatura nacional mostra-se relativamente carente, fazendo-se necessário recorrer a estudos internacionais. Nestes termos, Knight e Li (2000) abordam esta questão partindo da suposição de existência de uma relação negativa entre tempo de duração efetiva do desemprego e os salários recebidos no reemprego. Os autores partiram de quatro hipóteses, a saber: 1. Com o passar do tempo o salário de reserva pode cair como reflexo da redução no grau de apoio de família, amigos ou benefício de desemprego; 2. Possibilidade de queda do capital humano por obsolescência ou falta de uso, tendendo a diminuir o salário como resposta a uma elevação de desemprego; 3. O mercado de trabalho, para o desempregado, pode ficar excessivamente mais rígido à medida que o tempo passa, reduzindo o salário de reserva. 4. Dado que os empregadores estão sempre em busca do trabalhador mais produtivo, acredita-se que, com a duração do desemprego, os que

[5] Uma hipótese assumida na teoria job search fundamenta-se no fato de que os indivíduos que buscam emprego maximizam seu bem-estar com o valor presente da expectativa futura de renda líquida. A renda líquida futura é dada pela subtração da renda do não-trabalho (obtida em trabalhos anteriores e pelos benefícios recebidos do desemprego) pelos custos de procura por trabalho (dado que os trabalhadores ao realizarem esforço de procura por emprego incorrem em custos financeiros/psicológicos). Assim, individuo espera obter no futuro uma renda líquida menor do que a renda líquida no presente.

permaneceram desempregados possuem uma qualidade inferior, sendo obrigados a baixar os salários de reserva caso queiram um novo emprego. Outro trabalho que aborda a relação entre tempo de permanência no desemprego e salário de reemprego é de autoria de Gregory e Jukes (2001), os quais verificaram o efeito da incidência e da duração de desemprego nos salários dos homens britânicos, no período de 1984-1994, onde observaram que à medida que o tempo de permanência do indivíduo aumentava, declinava seu salário de reinserção.

Enfim, percebe-se que existe uma carência na literatura nacional de associar a teoria à realidade do mercado de trabalho brasileiro no que se refere às conseqüências geradas pelo tempo de desemprego.

3. Considerações metodológicas e base de dados

Neste artigo, a discussão empírica é conduzida visando conhecer a influência da duração do desemprego no salário do trabalhador admito por reemprego. Tal relação pode ser captada estimando-se a equação (7), através do método dos mínimos quadrados ordinários,

$$w = X\beta + D\phi + \mu \qquad (7)$$

Onde, *w* indica o salário por hora de indivíduos que ficaram desempregados por algum período de tempo e que conseguiram um emprego em seguida e *X* é um vetor com as características desses indivíduos, incluindo idade, gênero, condição na família, nível de escolaridade e região onde reside.

A variável *idade* é representada por variáveis dummies para quatro faixas etárias, a saber: I_1 (21 a 24 anos), I_2 (de 25 a 30 anos), I_3 (de 31 a 40 anos) e I_4 (de 41 a 65 anos), sendo o grupo com idade entre 16 e 20 anos utilizado como base. O *gênero* é captado através de uma dummy cujo valor é 1 (um) se o indivíduo é do gênero masculino e 0 (zero) se o indivíduo é do gênero feminino. A *condição na família* é levada em conta adotando-se a seguinte taxonomia: C_1 (chefe de família), C_2 (filho) e C_3 (outros - categoria que inclui outro parente, agregado, pensionista, empregado doméstico e parente do empregado doméstico), sendo a categoria cônjuge usada como referência. O nível de *escolaridade* apresenta as seguintes variáveis indicadoras: E_1 (analfabeto), E_2 (elementar), E_3 (primeiro grau) e E_4 (segundo grau), com a categoria escolaridade superior sendo usada como base[6]. Por fim, levou-se em conta também a *região metropolitana* onde o indivíduo reside, especificando dummies para as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Porto Alegre. A Região Metropolitana de São Paulo foi considerada como base para interpretação dos resultados. A variável *desemprego* corresponde à duração completa do tempo de permanência no estado de desemprego, ou seja, representa o período no qual o indivíduo ficou desempregado até reingressar no mercado de trabalho. O termo μ é uma perturbação estocástica. [7]

[6] Salienta-se que uma determinada classe de escolaridade não significa um nível pleno desta escolaridade, pois alguns indivíduos não concluiram os respectivos cursos de primeiro grau, segundo grau e superior.

[7] No Brasil, a duração média do desemprego estimada pelo IBGE refere-se à duração interrompida das ocorrências de desemprego – a qual pode se dar via saída da força de trabalho ou obtenção do emprego. A informação coletada, portanto, diz respeito à duração do desemprego em curso, já que, no momento em que é registrada, a ocorrência do desemprego ainda não chegou necessariamente ao seu fim.

As evidências encontradas a partir da estimação das equações acima não esclarecem se a duração do desemprego possui efeitos diferenciados entre pessoas situadas em diferentes quantis da distribuição condicional de renda, supostamente pessoas com diferentes patamares de produtividade ou habilidades produtivas ou, até mesmo, diferentes salários de reserva. Tal dimensão da relação entre salário e duração do desemprego não é revelada utilizando-se o método dos mínimos quadrados ordinários (OLS), uma vez que, os parâmetros são estimados apenas na média da distribuição condicional de renda. Empregando-se a técnica de regressões quantílicas é possível investigar a influência da duração do desemprego sobre o salário de pessoas com diferentes padrões de renda ou em diferentes quantis da distribuição condicional de renda, no caso, salário. [8]

Basicamente, as regressões quantílicas respondem a seguinte pergunta: quais seriam as estimativas dos parâmetros de uma equação em um determinado quantil θ da distribuição condicional da variável dependente? A resposta que as regressões quantílicas fornecem é um vetor de estimativas dos parâmetros da equação para cada quantil da distribuição condicional da variável dependente.

Neste trabalho, através das regressões quantílicas, será verificado, principalmente, se os efeitos da duração do desemprego possuem implicações diferentes sobre os salários, conforme caminhemos pelos quantis da distribuição condicional da renda (salário). Através desta técnica de estimação serão obtidos vetores com estimativas dos parâmetros nos quantis θ = {0.2, 0.4, 0.5, 0.6 e 0.8}, da distribuição condicional de renda. Existe aqui uma expectativa de que um maior tempo de permanência no desemprego reflita em perda de rendimento futuro do trabalhador.

Para este objetivo, serão feitas duas estimações – uma para o Brasil metropolitano e outra restrita apenas aos trabalhadores com nível superior - a partir da seguinte equação:

$$Q_\theta(w \mid X) = X\beta_\theta + D\phi_\theta + \mu \qquad (8)$$

Onde, β_θ e ϕ_θ representam os vetores de parâmetros estimados para cada um dos quantis: θ ={0.2, 0.4, 0.5, 0.6 e 0.8}, da distribuição condicional dos rendimentos. Os resultados da estimação da equação estão reportados nas Tabelas 6 e 7.

Base de Dados

A base de dados foi construída a partir das informações primárias contidas nos arquivos da Pesquisa Mensal de Emprego de 2000 e 2001 para as seis regiões metropolitanas cobertas pela Pesquisa (Região Metropolitana de Recife - RMR, Região Metropolitana de Salvador - RMSA, Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH, Região Metropolitana do Rio de Janeiro – RMRJ, Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, e Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA).

Dada à periodicidade mensal da Pesquisa (a PME segue um esquema de rotação de painéis, onde cada indivíduo é entrevistado por 4 meses consecutivos, excluído da amostra por 8 meses e novamente reinserido por mais 4 meses seguidos, quando é definitivamente retirado da amostra) foi possível selecionar a base de dados para o

[8] Para maiores detalhes sobre as regressões quantílicas, ver Buchinsky (1998).

estudo. A amostra do estudo foi composta de indivíduos que estavam desempregados no primeiro mês da entrevista e que nos três meses seguintes (segunda entrevista, terceira entrevista ou quarta entrevista) conseguiram obter um novo emprego – no segmento formal. Embora a análise seja restrita ao ano de 2000, para a formação dos grupos foi necessário coletar informações dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2001[9]. Portanto, foram considerados àqueles que responderam os quatro meses consecutivos da pesquisa e que conseguiram sua reinserção ocupacional via segmento formal da economia em algum dos meses citados (segundo, terceiro, quarto), conforme Quadro 1 abaixo. [10]

QUADRO 1 – Formação da amostra

Grupos	**Mês da Pesquisa**			
1º	Janeiro/2000	Fevereiro/2000	Março/2000	Abril/2000
2º	Fevereiro/2000	Março/2000	Abril/2000	Maio/2000
3º	Março/2000	Abril/2000	Maio/2000	Junho/2000
4º	Abril/2000	Maio/2000	Junho/2000	Julho/2000
5º	Maio/2000	Junho/2000	Julho/2000	Agosto/2000
6º	Junho/2000	Julho/2000	Agosto/2000	Setembro/2000
7º	Julho/2000	Agosto/2000	Setembro/2000	Outubro/2000
8º	Agosto/2000	Setembro/2000	Outubro/2000	Novembro/2000
9º	Setembro/2000	Outubro/2000	Novembro/200	Dezembro/2000
10º	Outubro/2000	Novembro/2000	Dezembro/2000	Janeiro/2001
11º	Novembro/2000	Dezembro/2000	Janeiro/2001	Fevereiro/2001
12º	Dezembro/2000	Janeiro/2001	Fevereiro/2001	Março/2001

Fonte: Elaboração própria.

Somente através deste procedimento será possível obter o salário por hora, nominal, do trabalhador recém-empregado e analisar as variáveis que interferiram em sua determinação, dentre as quais o tempo de permanência no estado de desemprego.

4. Análise descritiva: A transição do desemprego para o emprego

Através da amostra selecionada é possível se fazer uma conceituação básica das características dos trabalhadores sob análise: indivíduos desempregados que transitaram para a situação de ocupados. É importante destacar que, neste artigo, a informação sobre o tempo de duração do desemprego reporta-se à *duração completa do estado de desemprego para o estado de ocupado*, dado que se tem conhecimento do período total que o trabalhador ficou desempregado até conseguir sua *reinserção ocupacional*.

A base de dados do estudo é composta por 2.190 trabalhadores ocupados (66,1% homens e 33,9% mulheres) no Brasil metropolitano. Foram excluídos da análise os trabalhadores que não informaram a remuneração recebida no novo emprego e os que não tiveram ocupação anterior. A distribuição da amostra de trabalhadores, por região

[9] Com a alteração na metodologia da PME a partir de 2003 fica impossibilitada a obtenção da informação do tempo efetivo – duração completa - que o trabalhador ficou desempregado, razão pela qual se selecionou o banco de 2000/2001.

[10] Foram excluídos da amostra os trabalhadores que conseguiram sua inserção via segmento informal da economia e os trabalhadores que não tiveram emprego anterior, por considerarmos que, para estes, a intensidade das variáveis que afetam o seu salário de reserva são diferenciadas em relação àqueles que buscam o reemprego.

metropolitana, apresentou os seguintes resultados: RMR (266), RMSA (414), RMBH (440), RMRJ (259), RMSP (463) e RMPA (348).

Inicialmente, com base na Tabela 1, pode-se observar que a duração média completa do desemprego varia, no Brasil, conforme a região metropolitana analisada. É possível perceber que existe um diferencial significativo entre elas, variando de 4,7 meses, na RMBH, a 7,7 meses na RMRJ. Este resultado destaca que não existe uma relação direta, a priori, entre taxa de desemprego e duração do desemprego visto que, na última década, a Região Metropolitana Recife (RMR) sempre se situou entre as que apresentavam as maiores taxas de desemprego enquanto a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) se caracterizou por deter os menores índices de desemprego no País, e, na questão da duração completa do desemprego, as duas regiões, aparentemente antagônicas no que respeita à dinâmica do mercado de trabalho, apresentaram os maiores períodos completos de desemprego.

TABELA 1 – Região metropolitana do Brasil. Duração média do desemprego (em meses) e desvio-padrão. 2000 e 2001.

REGIÃO	DURAÇÃO DO DESEMPREGO	
	MÉDIA (meses)	DESVIO-PADRÃO
RMR	7,51	5,51
RMSA	6,34	6,32
RMBH	4,70	4,00
RMRJ	7,70	7,20
RMSP	6,74	5,99
RMPA	7,17	6,24
BRASIL	*6,54*	*5,94*

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (2000 e 2001).

A informação do tempo médio de desemprego serve como primeiro diagnóstico para uma análise mais detalhada acerca da busca pelo emprego, pois, como se sabe, a duração do desemprego não é uniforme, ela varia conforme os diferentes segmentos da população economicamente ativa. Neste sentido, é de se esperar que os indivíduos menos exigentes em relação a uma futura ocupação (ou que necessitem, de forma extremamente urgente, de um emprego) permaneçam um tempo menor na situação de desempregado. Neste contexto, a Tabela 2, abaixo, contém as informações relativas aos indivíduos, de acordo com seus atributos, que transitaram da condição de desempregado para a de empregado, mais especificamente sobre o tempo completo de duração e a probabilidade de permanência no desemprego antes e após os seis primeiros meses. Esta Tabela tem o objetivo de complementar à informação anterior, ao mostrar que, para cada segmento da população representado pelos seus atributos, existe um comportamento singular em relação à permanência no desemprego. Nesta, percebe-se que os homens, os jovens com idade até 20 anos e os trabalhadores com baixa escolaridade (até 1º grau) são os que demoram, na média, um tempo inferior para conseguir a reinserção ocupacional.

Ainda na Tabela 2, a última coluna descreve os valores da probabilidade de permanência por, no máximo, 6 meses no desemprego. Esta indica que as menores chances de conseguir uma reinserção (neste intervalo) pertencem aos trabalhadores com nível superior de escolaridade (54,4%), cônjuge (54,4%) e as mulheres (59,3%). Possivelmente, três fatores distintos sejam as causas deste cenário: 1. Em relação aos trabalhadores com escolaridade superior, acredita-se que o nível de exigência em

relação ao tipo de ocupação e ao salário que irá receber seja maior, elevando desta forma o seu salário de reserva, dificultando, assim, sua imediata contratação. Este resultado está de acordo com as discussões feitas anteriormente e pode ser explicado à luz das teorias da procura por emprego que ajudam a elucidar o comportamento dos indivíduos neste tipo de situação. Segundo estas teorias, um nível de educação superior está associado a rendimentos esperados maiores, o que pode significar um maior salário de reserva em termos relativos para os indivíduos mais educados, implicando, assim, em um tempo de procura por emprego maior. De acordo com Malbouisson e Menezes (2001), a probabilidade de saída do desemprego para a condição de empregado é uma função decrescente da quantidade de educação dos indivíduos. Os autores observaram que àqueles desempregados com nível de escolaridade médio completo ou mais apresentam duração média superior às das demais categorias.

2. Com respeito ao cônjuge, o fato do chefe de família ser tradicionalmente o responsável pelo sustento do lar pode reduzir a intensidade da busca pelo trabalho, aumentando o seu período de desemprego.

3. Por fim, em relação às mulheres, fatores como a discriminação e a escolaridade destas mulheres, que, de maneira geral é superior a dos homens, podem estar influenciando este percentual inferior. Some-se, ainda, o fato de que a dupla jornada de trabalho exercida pelas mulheres – afazeres domésticos e trabalho mercantil – tende a elevar seu salário de reserva.

TABELA 2 - Brasil metropolitano. Duração do desemprego, em meses, desvio-padrão e probabilidade de permanência igual ou inferior a 6 meses. 2000 e 2001.

VARIÁVEIS	DESEMPREGO		
	Duração média	Desvio-padrão	Prob. ≤ 6 meses
Homem	6,33	6,05	66,62 %
Mulher	6,95	5,71	59,35%
De 16 a 20 anos	5,55	4,68	72,41%
De 21 a 24 anos	6,83	5,59	61,52%
De 25 a 30 anos	6,52	5,83	62,09%
De 31 a 40 anos	6,62	6,15	65,06%
Mais de 40 anos	6,97	6,88	61,22%
Chefe	6,26	5,94	66,45%
Cônjuge	7,09	5,81	54,54%
Filho	6,65	6,02	64,51%
Outros	6,79	5,70	63,81%
Analfabeto	5,85	7,02	69,56%
Elementar	6,73	7,19	64,42%
Primeiro Grau	6,20	5,76	66,54%
Segundo Grau	6,91	5,72	61,74%
Superior	7,30	5,66	54,40%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (2000 e 2001).

Embora se saiba que existem os chamados benefícios do desemprego[11], é fato comum na literatura especializada que o período de tempo que o trabalhador

[11] Dentre os benefícios do desemprego estão, principalmente, aqueles associados às Políticas Passivas de Emprego, na qual se insere o seguro-desemprego como principal expoente dos chamados Programas de Reposição de Renda.

permanecer desempregado pode trazer prejuízos para a sua reinserção no mercado de trabalho, tanto no curto prazo, devido à falta da renda proveniente do seu esforço (salário) do qual se utiliza para adquirir sua cesta de consumo, como no médio e longo prazo, por meio do recebimento de um salário inferior ao esperado. Isto pode ocorrer em função dos custos gerados pelo desemprego, como a possível perda de capital humano - vista pelo empregador como um atributo importante na hora de contratar uma mão-de-obra - e diminuição do seu salário de reserva devido ao desgaste financeiro e psicológico gerado pela procura do emprego. Assim, no contexto deste artigo, uma variável importante a ser utilizada na determinação salarial é o tempo de permanência no desemprego – duração do desemprego.

Para demonstrar a influência do período que o trabalhador passou desempregado no seu salário (salário/hora) foi criada a Tabela 4. Nesta, novamente se separou o tempo completo no estado de desemprego em dois subperíodos: menor ou igual a 6 meses de duração e maior que 6 meses. Algumas conclusões importantes podem ser enumeradas:

1. Avaliando apenas o rendimento em termos de salário/hora (R$), percebe-se que os homens auferem um salário superior ao das mulheres, o mesmo ocorrendo com os trabalhadores de 41 a 65 anos em relação às demais faixas de idade, assim como os que possuem escolaridade superior (terceiro grau), comparativamente àqueles indivíduos de escolaridade inferior.
2. Verifica-se um diferencial de salário/hora bastante acentuando, onde os trabalhadores ocupados na RMSP chegam a ter um rendimento 100% superior ao auferido pelos trabalhadores ocupados no Nordeste (representado, aqui, pela RMSA e RMR).
3. Os grupos que apresentaram, na média, os menores períodos de desemprego foram: analfabetos e indivíduos de 16 a 20 anos. Pode-se atribuir aos dois grupos o fato de possuírem baixos salários de reserva, decorrentes, para o primeiro caso, do baixo capital humano investido (medido em educação formal) e, para o segundo, dos elevados índices de desemprego desta classe.
4. De uma forma geral, os trabalhadores que atravessaram mais de 6 meses no estado de desemprego receberam, quando empregados, um salário inferior àqueles que permaneceram um menor período desempregado.
5. Por fim, os grupos que tiveram, na média, os maiores períodos de desemprego foram os formados pelos indivíduos com escolaridade superior (fato possivelmente relacionado aos investimentos feitos em capital humano que os tornaram mais seletivos na escolha ocupacional) e os cônjuges (que, por não serem diretamente os responsáveis pelo sustento familiar, a necessidade da busca pelo emprego ocorre de forma menos intensa).

TABELA 3 - Brasil metropolitano – Salário/hora por tempo de duração do desemprego. 2000 e 2001

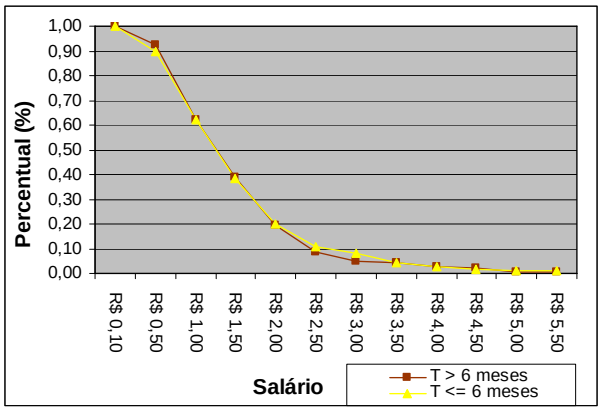
VARIÁVEIS	SALÁRIO/HORA	
	Tempo de desemprego (≤ 6 meses)	Tempo de desemprego (> 6 meses)
Homem	2,044	1,810
Mulher	1,913	1,761
De 16 a 20 anos	1,302	1,509
De 21 a 24 anos	1,753	1,691
De 25 a 30 anos	2,132	1,878
De 31 a 40 anos	2,094	1,849
Mais de 40 anos	2,647	1,893
Chefe	2,159	1,976
Cônjuge	2,250	1,889
Filho	1,749	1,589
Outros	2,066	1,602
Analfabeto	1,245	1,394
Elementar	1,731	1,655
Primeiro Grau	1,550	1,495
Segundo Grau	2,215	1,879
Superior	6,900	3,532
RMR	1,258	1,481
RMSA	1,574	1,442
RMMG	1,980	1,864
RMRJ	2,005	1,839
RMSP	2,843	2,141
RMPA	1,916	1,900

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (2000 e 2001).

Como dito anteriormente, foi possível constatar (através da Tabela 3) que o grupo formado pelos trabalhadores com escolaridade superior apresentou o maior salário/hora – nos dois períodos de tempo analisados. Todavia, é importante ressaltar que este grupo foi responsável também pela maior redução do salário/hora entre o tempo de desemprego menor ou igual a seis meses e maior que seis meses (de R$ 6,9 por hora para R$ 3,53 por hora). Esta constatação parece referendar a hipótese de perda de capital produtivo ao longo do período de desemprego e, mostra ainda, que este prejuízo é maior para os trabalhadores que possuem maior capital humano. Nos demais estratos de escolaridade a perda salarial não foi tão significativa quanto nesta.

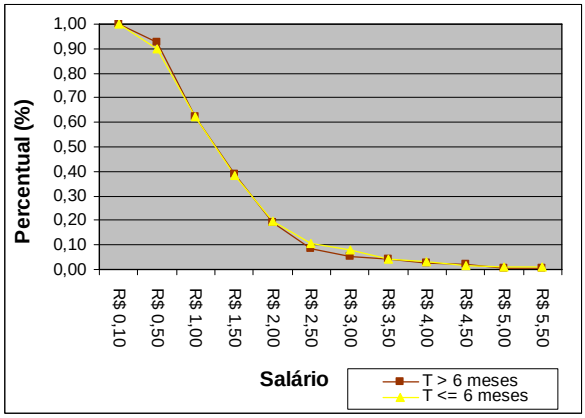
Nestes termos, foram elaborados Gráficos por meio da estimação da probabilidade dos ocupados, conforme o nível de escolaridade, auferirem rendimentos acima de R$ Y no trabalho principal, sendo Y uma variável de renda (salário/hora) com valores múltiplos de R$ 0,50 por hora. Assim, para cada Y, teremos uma probabilidade P para cada ocupado, sendo a diferença entre os ‘P’s’ a medida redução salarial causada pelo tempo de permanência no desemprego (t<= 6 meses e t > 6 meses).

GRÁFICO 1 – Percentual de trabalhadores com escolaridade elementar, segundo salário/hora. 2000.



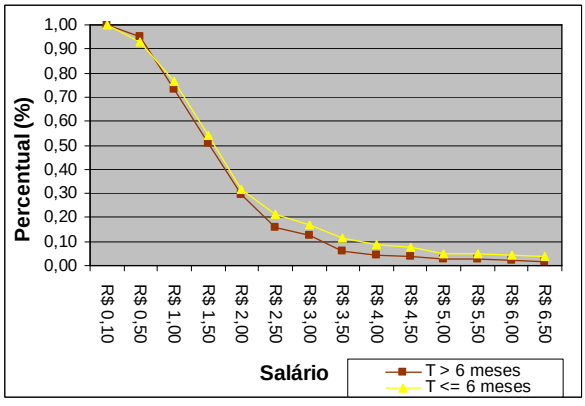
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (2000 e 2001).

GRÁFICO 2 – Percentual de trabalhadores com escolaridade 1º grau, segundo salário/hora. 2000.



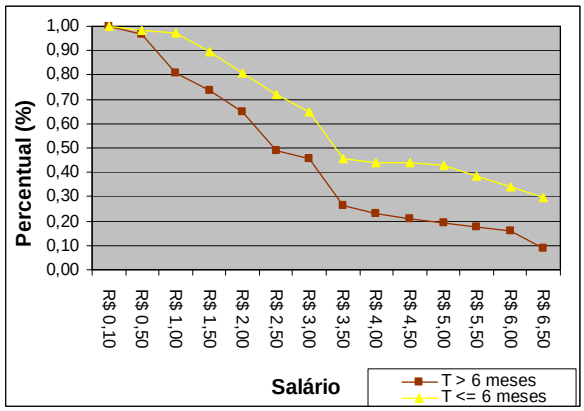
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (2000 e 2001).

GRÁFICO 3 – Percentual de trabalhadores com escolaridade 2º grau, segundo salário/hora. 2000.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (2000 e 2001).

GRÁFICO 4 – Percentual de trabalhadores com escolaridade 3º grau ou superior, segundo salário/hora. 2000.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (2000 e 2001).

Através dos Gráficos (1 ao 4) constata-se que, para os trabalhadores com nível de escolaridade elementar ou primeiro grau, o tempo de permanência no desemprego superior ou inferior a 6 meses tem baixo impacto na probabilidade de conseguir um determinado salário. Já para os trabalhadores com 2º grau é possível perceber que, principalmente para faixas de salário/hora mais elevadas, ocorre uma pequena diferenciação entre as probabilidades de conseguir um salário/hora mais elevado, favorável àqueles que permaneceram menos tempo no desemprego (veja que as curvas se distanciam). No entanto, com relação aos trabalhadores com 3º grau ou nível superior de escolaridade, esta diferenciação é bem visível haja vista a distância entre as duas curvas de probabilidades. Neste caso, em todas as faixas de salário/hora a probabilidade de obter uma renda é superior para os que permaneceram desempregados por um período inferior ou igual a 6 meses.

Por fim, uma informação descritiva adicional referente à influência do tempo de duração do desemprego sobre o salário do trabalhador recém-ocupado pode ser comprovada através do teste de igualdade de médias. O teste tem por objetivo inferior se o trabalhador que ficou um determinado período (por exemplo, 6 meses ou menos) desempregado tem uma remuneração superior/inferior em relação àquele que permaneceu mais tempo procurando emprego. Os resultados estão contidos na Tabela 4 que descreve o valor médio do salário/hora, o desvio-padrão e a estatística-t (com o respectivo nível de significância). Os valores expressos confirmam, para todas as faixas de duração estudadas (maior ou igual a 6, 9 e 12 meses) a hipótese da existência de diferenciais salariais, indicando que o fator tempo exerce uma influência negativa sobre o rendimento auferido no novo trabalho – haja vista que o salário/hora dos trabalhadores que foram admitidos mais rapidamente é superior ao dos que permaneceram por mais tempo desempregado.

TABELA 4 – Brasil Metropolitano. Teste da igualdade de médias para o salário/hora, por tempo de duração do desemprego. 2000 e 2001.

DESEMPREGO		SALÁRIO / HORA		TESTE DE IGUALDADE DE MÉDIAS T-TEST (SIGN.)
		MÉDIA	DESV. PADRÃO	
Duração	≤ 6 meses	2,0034	2,75651	
	> 6 meses	1,7913	1,54789	2,307 (0,021)
Duração	≤ 9 meses	1,9678	2,58738	
	> 9 meses	1,7791	1,49176	2,030 (0,0425)
Duração	≤ 12 meses	1,9623	2,53119	
	> 12 meses	1,7345	1,42719	2,336 (0,0197)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (2000 e 2001).

5. Análise econométrica: resultados empíricos

Nesta seção são apresentados os resultados das estimações pelo método das regressões quantílicas. A variável dependente do modelo corresponde ao logaritmo do salário/hora (log do rendimento da atividade principal/horas mensais trabalhadas), utilizado numa equação minceriana ampliada com *dummies* de controle para características pessoais (faixa etária, nível de escolaridade, gênero, condição na família) e características regionais (seis regiões metropolitanas do País), além de uma variável contínua referente à duração, em meses, do período em que o trabalhador passou desempregado até conseguir o reemprego.

Neste estudo, a apreciação está centrada nos resultados estimados para o vetor de coeficientes, em particular, para o coeficiente que exprime a influência da duração do desemprego na determinação do salário. À luz das evidências sobre os determinantes do rendimento do trabalhador, a expectativa é de existência de um diferencial a favor dos homens, dos indivíduos com idade mais elevada, dos mais escolarizados, dos residentes nas regiões metropolitanas mais desenvolvidas e dos que permaneceram menos tempo no desemprego.

A Tabela 6 descreve os coeficientes estimados da regressão quantílica e do método dos mínimos quadrados ordinários (OLS). Iniciando pela estimação OLS, observa-se que os resultados estão em consonância com as hipóteses estabelecidas anteriormente, quais sejam: homens tem maior remuneração em relação às mulheres, quanto mais idade tiver o trabalhador maior tende a ser o seu salário (possivelmente refletindo o acúmulo de capital humano e da experiência), níveis elevados de escolaridade estão relacionados a maiores salários, os chefes-de-família têm maior rendimento em relação às demais classes da condição familiar e os trabalhadores da RMSP (mais desenvolvida economicamente) percebem maiores salários comparativamente a todas as outras Regiões.

Por sua vez, os resultados dos coeficientes estimados pelo método de regressões quantílicas nos permite uma análise mais detalhada. Em quase todos os quantis, prevaleceram os resultados constatados no modelo OLS. No entanto, chama-se atenção a dois fatos:

1. O valor estimado da variável escolaridade superior, além de significativo, foi o de maior valor absoluto quando comparado aos demais, *principalmente nos quantis mais elevados de salário/hora*. Este resultado complementa a informação descrita na Tabela 2, onde os trabalhadores com nível de escolaridade superior apresentaram o maior tempo médio de duração no desemprego. A razão deste maior tempo de duração e sua associação ao maior salário recebido está no maior salário de reserva fruto do maior capital humano deste segmento populacional.
2. Comparativamente a RMSP, em todas as demais regiões, para todos os quantis de salário, o trabalhador recebe um salário inferior. As maiores disparidades foram encontradas nas Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador; fato que comprova a análise anterior – Seção 4.

3. *O coeficiente estimado para a variável duração do desemprego, nos quantis 0.6 e 0.8, mostrou-se expressivo* – embora na estimação OLS tenha apresentado insignificância estatística. Seu sinal negativo indica que a permanência no desemprego gera redução do salário recebido. Portanto, para os trabalhadores situados nos maiores quantis de salário/hora, caso tivessem permanecido menos tempo desempregado, possivelmente teriam alcançado uma melhor remuneração visto que o período em que permaneceu procurando emprego influenciou negativamente seu salário atual. Possivelmente, estes trabalhadores (inseridos nos maiores quantis de salário) são os mais escolarizados.

TABELA 6 – Brasil Metropolitano. Coeficientes estimados da Regressão Quantílica e OLS. 2000.

VARIÁVEIS		QUANTIS					OLS
		Q(0.2)	Q(0.4)	Q(0.5)	Q(0.6)	Q(0.8)	
Gênero	Homem	*0,2318**	*0,1932**	*0,1808**	*0,1733**	*0,2061**	*0,2059**
Faixa Etária	21 a 24 anos	*0,1650**	0,0740	0,1577*	0,1289*	0,1163*	*0,1345**
	25 a 30 anos	*0,2310**	*0,2121**	*0,2082**	*0,2197**	*0,2512**	*0,2373**
	31 a 40 anos	*0,1737**	*0,2132**	*0,5015**	*0,2560**	*0,2338**	*0,2419**
	41 a 65 anos	*0,1303**	*0,2054**	*1,0928**	*0,2851**	*0,4079**	*0,3056**
Condição na Família	Cônjuge	0,1029	0,0832	0,1308	0,0146	0,0071	0,0523
	Filho	*-0,2138**	*-0,1100**	*0,2446**	*-0,1677**	*-0,1858**	*-0,1901**
	Outros	-0,0841	-0,1063	*0,2496**	*-0,1500**	*-0,1915**	*-0,1315**
Escolaridade	Elementar	0,3153	0,4714	-0,1461	*0,6366**	*0,2768**	*0,1643**
	1º grau	0,0922	0,14258	*0,0249**	*0,2767**	*0,3456**	*0,2157**
	2º grau	*0,0560**	*0,1743**	*-0,1444**	*0,3129**	*0,7085**	*0,5482**
	Superior	*0,8630**	*1,0663**	*0,2952**	*1,3081**	*1,6015**	*1,2532**
Região Metropolitana	RMR	*-0,6648**	*-0,5664**	*-0,6069**	*-0,5566**	*-0,4810**	*-0,5937**
	RMSA	*-0,4783**	*-0,4622**	*-0,4950**	*-0,4769**	*-0,4494**	*-0,4531**
	RMMG	*-0,2475**	*-0,2362**	*-0,2553**	*-0,2312**	-0,2584	*-0,2289**
	RMRJ	*-0,1437**	*-0,1287**	*-0,2034**	*-0,2139**	-0,2108	*-0,1913**
	RMPA	*-0,1044**	-0,0847	*-0,1366**	*-0,1632**	-0,1406	*-0,1436**
Desemprego	Meses	-0,0015	-0,0029	-0,0019	*-0,0045**	*-0,0054**	-0,0024

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (2000 e 2001). * Indica significância no nível de 0,10.

Dada a relação direta existente entre escolaridade e permanência no desemprego (Tabela 2), e os elevados coeficientes estimados para esta variável (Tabela 6), estimou-se uma regressão quantílica restrita aos trabalhadores com nível de escolaridade superior. Os coeficientes estimados estão descritos abaixo (Tabela 7), tendo como objetivo analisar, para o segmento específico da população cujo salário de reserva é mais elevado, a influência da duração do desemprego no salário.

TABELA 7 – Brasil Metropolitano. Coeficientes estimados da Regressão Quantílica e OLS para trabalhadores com nível de escolaridade superior. 2000 e 2001.

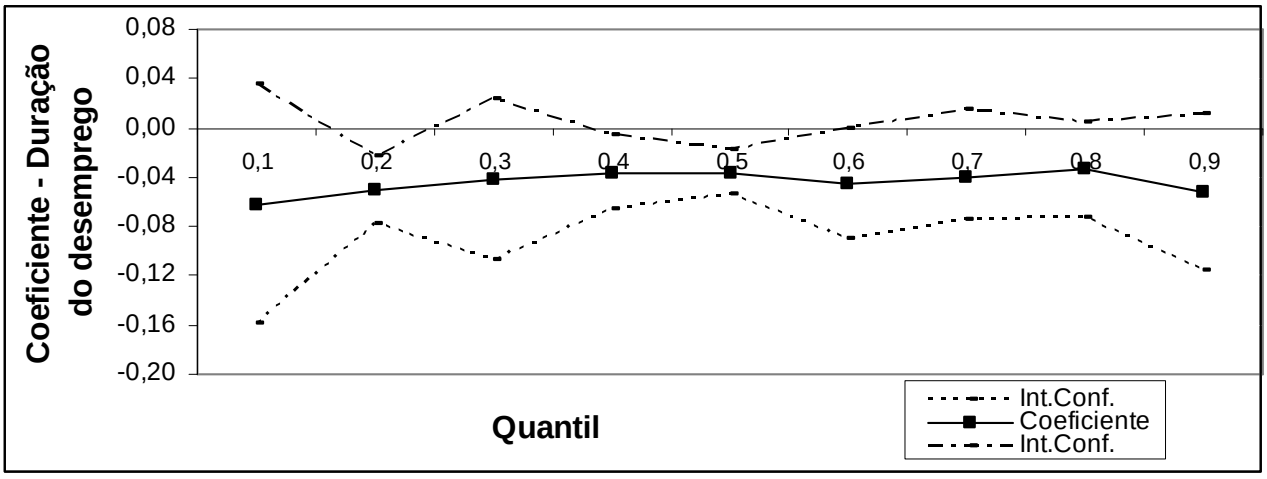
VARIÁVEIS		QUANTIS					OLS
		Q(0.2)	Q(0.4)	Q(0.5)	Q(0.6)	Q(0.8)	
Gênero	Homem	0,0320	0,2288	*0,2392**	0,302	0,3177	0,2183
Faixa Etária	21 a 24 anos	0,4392	0,0225	0,0286	0,3712	1,0616	0,4729
	25 a 30 anos	*0,8421**	0,4892	*0,4946**	0,5061	0,5952	*0,6048**
	31 a 40 anos	*0,7511**	0,3038	0,3283	0,4026	0,5515	*0,5395**
	41 a 65 anos	*1,0893**	*0,8169**	*0,8959**	*0,9811**	*1,2139**	*0,9665**
Condição na Familiar	Cônjuge	0,4098	0,1856	0,0323	0,0788	0,3661	*0,1419**
	Filho	*0,3976**	0,2138	0,1460	-0,013	-0,1579	*0,0642**
	Outros	0,1972	0,0661	0,0173	-0,2496	-0,4824	*0,0901**
Região Metropolitana	RMR	*-0,8262**	*-1,0155**	*-0,6244**	*-0,6282**	*-0,7288**	*-0,7049**
	RMSA	-0,0334	-0,1580	-0,1622	-0,1358	-0,3491	-0,2177
	RMMG	*-0,5785**	0,0762	-0,0204	-0,1228	-0,3453	-0,2180
	RMRJ	*-0,5276**	*-0,6224**	*-0,6406**	-0,5864	-0,4538	*-0,5138**
	RMPA	*-0,4392**	*-0,4062**	*-0,4743**	-0,4599	-0,2832	*-0,3506**
Desemprego	Meses	*-0,0505**	*-0,0362**	*-0,0365**	*-0,0453**	*-0,0338**	*-0,0398**

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (2000 e 2001). O valor apresentado é o coeficiente. * Indica significância no nível de 0,10.

Devido à redução da amostra, a estimação ficou prejudicada, com um elevado número de variáveis que não apresentaram significância estatística. No entanto, duas importantes considerações devem ser feitas:

1. O coeficiente da variável duração do desemprego se mostrou significativa em todas as regressões estimadas. Ademais, é importante destacar, para este grupo de trabalhadores (nível de escolaridade superior), que os coeficientes estimados, seja na equação estimada por mínimos quadrados ordinários seja nas regressões quantílicas, apresentaram valores próximos entre si, sinalizando que a redução salarial ocorre de forma homogênea ao longo do período. O sinal negativo e a intensidade do coeficiente indicam que, caso o trabalhador consiga reduzir o tempo da busca pelo emprego em 1 (hum) mês apenas, ele teria um acréscimo de, aproximadamente, 1,40% (exp(0,0398)) no salário que receberá. Considerando que o tempo médio de desemprego para esta categoria (trabalhadores com nível superior) é de 7,3 meses, pode-se afirmar que o período em que o trabalhador ficou desempregado foi responsável por uma redução salarial da ordem de 10,2%. Tendo por base as premissas básicas da teoria da oferta de mão-de-obra que confere ao trabalhador a escolha de permanecer desempregado - baseado em seu salário de reserva e nos fatores que o influenciam – os resultados acima mostram que se o trabalhador elevar consideravelmente o seu salário de reserva, no médio e longo prazo poderá ter conseqüências negativas, como a redução do seu salário. Através do Gráfico 5 é possível verificar que, em todos os quantis, o impacto do tempo de duração do desemprego no salário do trabalhador é negativo.

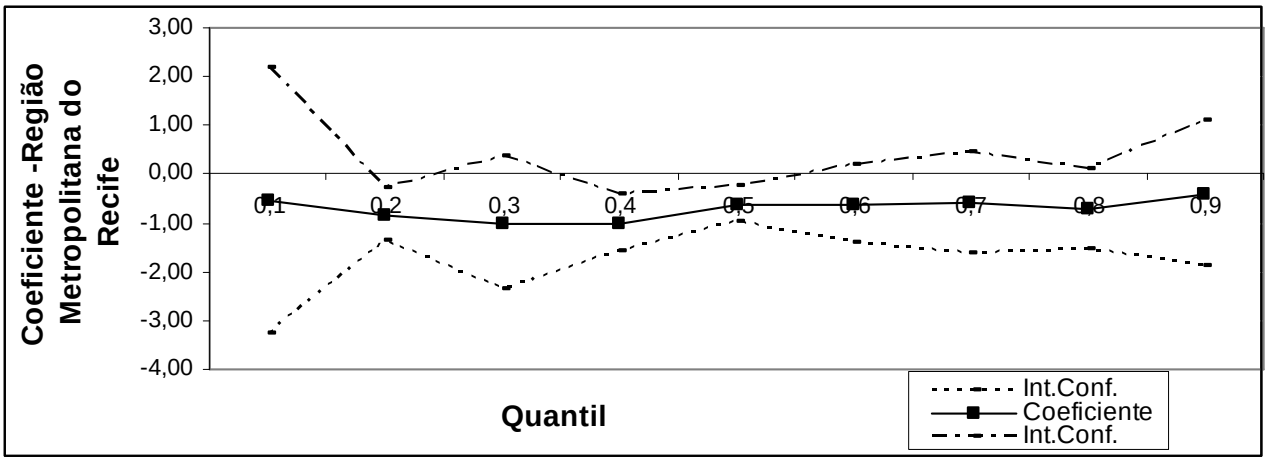
GRÁFICO 5 – Coeficientes estimados da duração do desemprego do trabalhador com escolaridade superior, por quantil (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (2000 e 2001).

2. Um segundo aspecto refere-se à forte disparidade regional existente entre a Região Metropolitana de Recife e a Região Metropolitana de São Paulo (categoria base), onde os trabalhadores ocupados na RMR recebem, na média, um salário 15,4% inferior ao que recebe um trabalhador na RMSP e, que esta disparidade chega a aumentar quando se analisam por quantil de salário/hora. Através do Gráfico 6 é possível observar que, em todos os quantis, o coeficiente estimado para a RMR apresenta sinal negativo, reflexo do diferencial salarial existente entre as regiões, favorável à RMSP.

Gráfico 6 – Coeficientes estimados da Região Metropolitana do Recife, por quantil (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (2000 e 2001).

Uma última constatação adicional reporta-se a não observação de diferenciais salariais conforme o gênero do trabalhador (seja na regressão OLS, seja na regressão por quantil), sugerindo que, para os trabalhadores mais qualificados, o fenômeno da discriminação perde força dado que, neste contexto, a qualificação profissional tende a superar uma possível discriminação. Este diagnóstico, possivelmente, é fruto do nível de escolaridade, em geral superior, apresentado pelas mulheres.

Concluindo, é importante ressaltar que muitos trabalhadores, quando desempregados, são amparados por programas de assistência financeira do Governo – como é o caso do seguro-desemprego. No entanto, se por um lado estes programas podem contribuir para elevar a eficiência na alocação de recursos na medida em que possibilita ao desempregado encontrar um posto de

trabalho condizente com sua qualificação, por outro lado tendem a elevar o seu salário de reserva, tornando-os mais seletivos na hora de ocupar as vagas disponíveis, expandindo assim o tempo médio de desemprego e reduzindo as chances de ter um maior salário no futuro. Os resultados alcançados através do método de regressão quantílica corroboram o diagnóstico anterior, dado que a variável contínua duração do desemprego apresenta-se significativa em todos os quantis de salário estimados, apontando para o impacto negativo do tempo de permanência na condição de desempregado sobre o salário do trabalhador.

6. Considerações Finais

Este trabalho procurou discutir um aspecto pouco aprofundado nas discussões empíricas no Brasil, ao fornecer novas evidências sobre os custos gerados pelo tempo de permanência no desemprego, mais especificamente, sobre os efeitos que o período da procura pelo emprego acarreta no salário do trabalhador.

Os resultados obtidos corroboram as evidências usualmente apontadas pela literatura especializada sobre as conseqüências salariais da duração do desemprego, indicando que este fenômeno atinge de forma diferenciada os diversos segmentos da população. Logo, os efeitos causados pelo maior tempo despendido na busca de uma ocupação também são distintos.

Através das análises descritivas e estimações feitas (mínimos quadrados ordinários e regressões quantílicas) foi possível identificar importantes observações, das quais desejamos ressaltar pelo menos três.

A *primeira* delas reporta-se a característica comum observada entre os homens, os trabalhadores com nível de escolaridade superior e aqueles com faixa etária mais elevada, que apresentaram os maiores períodos de duração completa do desemprego. Este maior período que passam na busca de uma ocupação é reflexo do maior salário de reserva que possuem, tanto que tais grupos apresentaram as melhores remunerações (em termos de salário-hora).

A *segunda* constatação refere-se ao sinal e a intensidade do coeficiente estimado através das regressões da variável duração do desemprego. O sinal negativo estimado indica que, caso o trabalhador conseguisse reduzir o tempo da busca pelo emprego, o mesmo teria um acréscimo significativo no seu salário. Neste estudo, observou-se cada mês que o trabalhador permanece no estado de desemprego acarreta uma redução de, aproximadamente, 1,0% no salário. Logo, considerando que existem categorias de trabalhadores que, por diversos motivos sociais e econômicos, permanecem mais tempo na procura do emprego, maior será o efeito redutor no salário causado para estes grupos. Como exemplo, um trabalhador, com nível superior de escolaridade, tem uma redução média de 10,0% no salário.

A *terceira* evidência diz respeito ao grupo de trabalhadores com nível de escolaridade superior. Estes, embora tenham o maior rendimento (salário/hora), são os mais prejudicados em termos de perda salarial provocado pelo período que esteve a procura de um emprego. Ademais, os coeficientes estimados, tanto na equação estimada por mínimos quadrados ordinários quanto nas regressões quantílicas, apresentaram valores negativos, de forte intensidade e próximos, indicando que a redução salarial ocorre de forma homogênea ao longo do período.

Isto posto, percebeu-se que se, por um lado, a busca seletiva pelo emprego, demonstrada no maior tempo médio de desemprego de determinados grupos, pode contribuir para uma melhor inserção ocupacional, por outro lado, ela pode ser fator negativo na determinação do salário. Sabe-se que, uma parcela significativa dos trabalhadores desempregados possui uma renda do não-trabalho (seja através de um auxílio financeiro do Governo, seja por meio de uma pensão ou ajuda familiar) que, ao mesmo tempo em que retarda o ingresso ocupacional do trabalhador, possibilitando ao mesmo uma melhor escolha ótima, por outro lado acaba expandindo o seu tempo de desemprego (fora da ocupação), que, como visto neste trabalho, tem um efeito redutor no salário.

Não se pretende com isso negar a importância das Políticas de Emprego visto que elas são fundamentais para oferecer melhores condições aos trabalhadores, estejam eles ocupados ou em busca do emprego (desempregados). No entanto, é importante destacar que qualquer que seja a estratégia, em termos de política adotada pelo Governo no mercado de trabalho, deve-se sempre ser levado em consideração a necessidade imperiosa de reduzir o tempo de desemprego através da ampliação das chances de inserção ocupacional, pois, qualquer outra solução implementada tenderá a ter um caráter paliativo que, no longo prazo, poderá gerar prejuízos ao trabalhador.

Por fim, acredita-se que apenas com crescimento econômico sustentado, por um período relativamente longo, e políticas de intermediação de mão-de-obra, mais eficientes e que sejam capazes de agilizar o processo de obtenção do emprego, será possível suprir a falta de vagas no mercado de trabalho e reduzir os custos gerados pelo período de desempregado.

REFERÊNCIAS

BIVAR, Wasmália Socorro Barata. *Aspectos da estrutura do desemprego no Brasil: composição por sexo e duração.* BNDES. Rio de Janeiro. 1993.

ERIKSSON, Tor, LILJA, Reija, e TORP, Hege. *Determinants of Job Search Intensity – some evidence from the nordic coutries. Institute for Social Research*. Oslo. 2002. Disponível em <http://www.labour.fi/tutkimusjulk/tyopaperit/sel185.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2007.

GREGORY, M., & JUKES, R.. *Unemployment and subsequent earnings: Estimating scarring among British men 1984–94*. Economic Journal, 111(475), F607−F625. 2001.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Mensal de Emprego*. Rio de Janeiro. 2000 e 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Mensal de Emprego: Notas Metodológicas. Rio de Janeiro. 1999.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Banco de Dados Agregados*. Rio de Janeiro. 2005. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 2 de fevereiro de 2005.

KERTI, Beatriz Maria, WATANABE Margareth Izumi, BRANDÃO, Sandra Márcia Chagas. *Escolaridade e Inserção Ocupacional*. Anais do IV Encontro Nacional de Estudos do Trabalho - ABET. 1997.

KNIGTH, J. & LI, S. Unemployment duration and earnings of re-employed workers in urban China. China Economic Review. 17 103–119. 2006.

MENEZES, Wilson F. e MALBOUISSON, C. *Duração do desemprego na região metropolitana de Salvador: mensuração e análise*. Anais do XXXII Encontro Nacional da ANPEC. 2001. Disponível em: < http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/A04A101.pdf> acesso em 05 de março de 2007.

MENEZES FILHO, Naércio Aquino e PICHETTI, Paulo. *Os Determinantes da Duração do Desemprego no Brasil Metropolitano: 1984-1998*. Relatório FIPE. 2002. Disponível em < http://www.mtb.gov.br/observatorio/778_tema_41.pdf > acesso em 15 de março de 2007.

MALBOUISSON, Cláudia e MENEZES, Wilson F. *Duração do desemprego na Região Metropolitana de Salvador: Mensuração e Análise*. Encontro Nacional de Economia - ANPEC. João Pessoa - PB. 2001. Disponível em <http://www.anpec.org.br/encontro2001/textos.htm>. Acesso em 27 de dezembro de 2001.

MENEZES FILHO, Naércio Aquino e PICHETTI, Paulo. *Determinantes da duração do desemprego em São Paulo*. Anais do XXVIII Encontro Nacional de Economia - ANPEC. 2000.

MORTENSEN, Dale T. *Job Search, the Duration of Unemployement and the Phillips Curve*. American Economic Review, Vol. 60. 1970.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. *Desemprego juvenil no Brasil: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais*. 2ª ed.. Brasilia. 2001.

OLIVEIRA, V. H. e CARVALHO, J. R. *Salário de Reserva e Duração o Desemprego no Brasil: Uma análise com dados da Pesquisa de Padrão de Vida do IBGE*. Anais da ANPEC. 2006. Disponível em: < http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A036.pdf > acesso em: 05 de março de 2007.

VAN DEN BERG, Gerald J.. *Empirical Inference with Equilibrium Search Models of the Labour Market.* Economic Journal 109. Pág 283-306. 1999.

ZYLBERSTAJN, Helio e NETO, Giacomo Balbinotto. *Uso Repetido do Seguro-Desemprego: Teorias e Evidências*. Encontro Regional de Economia - ANPEC Sul. 2000. Disponível em <http://www.ufrgs.br/ppge/anpecsul2000/textospdf/artigo81.pdf>. Acesso em 15 de dezembro de 2000.

EMPREGO INDUSTRIAL FEMININO NO CEARÁ NA DÉCADA DE 1990

*Christiane Luci Bezerra Alves**
*Isabela da Silva Valois***
*Silvana Nunes de Queiroz****

RESUMO

A participação da mulher no mercado de trabalho se intensificou a partir da década de 1970, num contexto de expansão econômica e acelerado processo de urbanização brasileiro. Mesmo no contexto de crise dos anos 1980, a escalada do trabalho feminino não foi interrompida. No entanto, a rápida abertura comercial expôs a indústria nacional à concorrência internacional nos anos 1990, configurando um violento processo de ajustamento, reduzindo o número de trabalhadores na indústria brasileira, com reflexos na ocupação feminina. Nesse cenário, o Ceará apresenta uma inflexão na condução de sua política econômica, a partir de 1987, o que se reflete positivamente na dinâmica econômica e na performance do emprego formal estadual de 1990 a 2000. Dada a maneira ágil como o Ceará reage ao cenário de crise e dada a tendência diferenciada apresentada pelo seu mercado de trabalho, é que se verifica a necessidade de um estudo que tenha por objetivo identificar os caminhos do emprego industrial feminino no contexto das transformações das economias brasileira e cearense. O mercado de trabalho é considerado aqui a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Palavras-chave: mercado de trabalho; indústria; emprego feminino.

---

* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA. chrisluci@bol.com.br
** Graduada em Economia pela Universidade Regional do Cariri – URCA. isabelavalois@ig.com.br
*** Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Professora Assistente do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA. silvanaqueirozce@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

A luta da mulher em busca de uma colocação no mercado de trabalho não é nova. Se a questão for mais detidamente analisada, na própria história, o peso da tradição e a cultura machista das sociedades impuseram à categoria feminina uma posição secundária, onde grande parte do trabalho realizado por elas não é sequer considerado uma atividade econômica, como no caso do trabalho doméstico, que não é remunerado.

Porém, o século XX foi marcado por fortes mudanças de paradigmas, tanto no âmbito socioeconômico, como no campo das profissões. Nos países ocidentais, registrou-se o ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho, caracterizado pelo avanço da escolaridade feminina, sobretudo no nível superior de ensino, refletindo na ampliação do leque de profissões em que estas começaram a se fazer presentes. As mulheres conquistaram, com dificuldades, sua parcela no mercado formal de trabalho ao longo da história; mesmo assim, ainda enfrentam barreiras significativas quanto à ascensão profissional e ganham sistematicamente menos que os homens, até quando ocupam cargos equivalentes, têm mais anos de estudos e enfrentam a mesma jornada de trabalho.

No Brasil, a partir dos anos de 1970 fica evidente a ampliação da participação feminina no mercado de trabalho. O crescimento significativo do Produto Interno Bruto - PIB durante o ‘‘Milagre Econômico Brasileiro’’ (1968-73) aumentou consideravelmente a oferta de empregos industriais, facilitando o ingresso da mulher no mercado de trabalho. Essa tendência permanece durante toda a década de 1970, quando são mantidos fortes investimentos no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e se consolida uma nova etapa do Processo de Substituição de Importações - PSI.

Na década de 1980, quando o Brasil teve que enfrentar a maior recessão de sua história, o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho desacelerou, mas não parou. A crise de 1981-1983, intimamente associada à situação das contas externas do país e ao segundo choque do petróleo (1979), provocou uma reversão na tendência de crescimento anterior. O cenário de choques externos expôs a vulnerabilidade da economia brasileira (quadro de inflação, crescimento da dívida externa, elevadas taxas de juros, desestruturação do setor público), gerando necessidade de ajustes que desaceleraram o crescimento econômico do país, refletindo-se no mercado de trabalho, notadamente nos empregos industriais.

Nos anos 1990, quando a abertura comercial e financeira estimulou a entrada de produtos importados e de capital estrangeiro, as condições de concorrência do mercado interno sofreram alterações. As empresas nacionais foram obrigadas a implementar “estratégias de sobrevivência”, através de novas técnicas de gerenciamento da produção e da força de trabalho, baseadas fundamentalmente na redução dos custos, estimuladas pela substituição da mão-de-obra por máquinas e equipamentos. Observa-se, portanto, um processo de ajuste às condições impostas pela concorrência internacional, marcado pela reestruturação produtiva, a qual associada aos baixos investimentos e à terceirização da economia, provocou reflexos no mercado de trabalho, causando desemprego da força de trabalho feminina.

Ressalta-se que essa maior integração da mulher ao mercado de trabalho não é acompanhada de reduções significativas das desigualdades entre os gêneros e que ocorre em parte “através da geração de novas ocupações com baixa qualidade do posto de trabalho, com precarização das relações de trabalho e queda nos rendimentos dos trabalhadores” (MELO, 2002, p.34).

É importante enfatizar que as mudanças ocorridas atingiram a economia de forma diferenciada, e seus efeitos, portanto, manifestaram-se diferenciadamente em níveis setoriais, regionais, estaduais etc, na medida em que se observa, na economia nacional, uma forte heterogeneidade entre os Estados da federação, os quais apresentam grandes assimetrias em seus níveis de desenvolvimento e de integração às economias nacional e internacional.

Em meio ao cenário de alterações estruturais na economia brasileira e justamente no período marcado pela crise fiscal do Brasil (caracterizada pela perda do crédito e aumento do déficit público, altas taxas internas de juros e taxas de crescimento relativamente baixas), o Ceará se destaca no cenário de estagnação nacional, com uma política fiscal pioneira, e políticas de incentivo à industrialização. São observadas significativas alterações na dinâmica econômica do Estado nos anos 1990, que são resultado do novo modelo de gestão implementado, tais como: crescimento do PIB estadual superior ao crescimento do PIB do Brasil, com destaque para a expressiva elevação do PIB industrial; aumento da participação do PIB estadual nos PIB nacional e regional; significativo ganho da participação da indústria na geração de emprego ao longo da década, em função da elevação no aumento do número de estabelecimentos industriais implantados no período.

Ressalta-se que a indústria foi um setor fortemente atingido pelas transformações estruturais da economia brasileira. Particularmente no Ceará, esse setor aumenta consideravelmente sua participação na formação do PIB estadual. Assim, enquanto verifica-se, em nível nacional, uma forte redução no emprego industrial, tendência mantida pelo Nordeste brasileiro, o Ceará apresentou, nos anos 1990, considerável crescimento do emprego industrial, criando 49.580 novos postos de trabalho na indústria (VALOIS; ALVES, 2006). Desta forma, trabalhar-se-á, como objeto de análise, o setor industrial, particularmente as indústrias de transformação e extrativa mineral, as quais contribuem com a grande maioria dos empregos gerados nesse setor, considerado aqui a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, que se constitui em um registro administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o qual fornece informações sobre o emprego formal em 31.12 de cada ano[1].

Diante do exposto, dada a maneira ágil como Estado do Ceará reagiu ao cenário de crise nacional e dada a tendência diferenciada apresentada pelo seu mercado de trabalho, entende-se ser de fundamental importância a investigação de como a força de trabalho feminina cearense se comporta dentro da dinâmica do emprego estadual. Considerando que existem lacunas em relação a estudos que contemplem o comportamento dos gêneros em nível estadual, é que se evidencia a relevância de uma análise das relações de gênero no seu mercado de trabalho, tentando identificar os caminhos do emprego feminino no cenário de transformações das economias nacional e cearense.

[1] Mesmo considerando as limitações desta base de dados, já que a mesma é formada por informações prestadas pelas empresas, sendo, portanto, passíveis de erros, além de se restringir ao mercado formal de trabalho, dado o volume de informações apresentadas pela base é possível captar vários elementos da dinâmica do emprego no Estado.

2 AS MUDANÇAS NO PARADIGMA DE GESTÃO PÚBLICA DO CEARÁ

Em nível nacional, nos anos 1980 evidencia-se um quadro de profundo desequilíbrio macroeconômico. Na primeira metade da década, a economia sente os efeitos do esgotamento do processo de substituição das importações e dos choques externos, que promovem profundos desequilíbrios no balanço de pagamentos. A política ortodoxa implementada, associada à necessidade de ajuste das contas externas brasileiras, entre outras conseqüências, mergulha o país em profunda recessão. Somam-se, a esse cenário, um alto grau de endividamento externo, acompanhado de um processo de estatização da dívida; completa desestruturação do setor público, sendo deteriorada a capacidade de financiamento do Estado e um quadro de inflação explosiva.

Em meio a esse quadro, na medida em que o Estado perde a capacidade interventora de períodos anteriores, o modo de regulação tende a ser fortemente redefinido.

No Ceará, uma estratégia de superação da crise começa a ser pensada por novos atores. Tal estratégia mostra-se mais alinhada às transformações ocorridas em nível mundial, ditadas pelos processos de reorganização da economia mundial, de globalização e mudanças no padrão tecnológico industrial, além dos movimentos de reestruturação produtiva. A concepção emergente pensa o Estado do Ceará integrado a essa nova ordem, o que deveria impor profundas mudanças no modo de executar e de gerir políticas econômicas. Os coronéis, responsáveis pelo atraso econômico e social, tinham que deixar de existir no cenário político do Estado.

Desse modo, velhas alianças foram quebradas e o mapa das forças políticas estaduais teve que ser redesenhado.

> O descrédito com a política institucional no Ceará atinge seu apogeu durante os anos 80, quando as relações oligárquicas expressam uma dificuldade de se adaptarem aos ventos da abertura, das diretas-já, da proliferação de movimentos sindicais e sociais. As novas demandas vão exigir uma maior dinamicidade da máquina administrativa, uma transparência das ações estatais e um trato direto com o conjunto de enfrentamentos que se evidenciam no cenário político local. A política rasga seus velhos símbolos e exige mudanças (DIÓGENES, p.116, 2002).

Durante o período da ditadura militar, o governo do Ceará esteve marcado pela alternância do poder nas mãos de três coronéis: Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals. Essa situação sustentava-se numa estrutura que mantinha a divisão de poder a partir de três bases políticas diferentes e que passaram a gerar progressivamente forte tensão no ambiente político do Estado. A estrutura administrativa fora constantemente montada para atender aos interesses imediatos dos coronéis e de suas alianças (BONFIM, 2002).

Esse modelo de administração acabou por provocar crises políticas, somadas a atraso econômico e falência do Estado, que culminou com a ascensão de Gonzaga Mota ao governo (1983-1987). Porém, a nova administração encontrava-se ainda fortemente vinculada às antigas práticas de patrimonialismo, apadrinhamento e clientelismo. A ruptura no paradigma de administração pública só aconteceria quando as idéias do Centro Industrial do Ceará (CIC) começaram a ganhar conotação política.

No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, o modelo de desenvolvimento brasileiro, baseado na substituição de importações, entra em nova etapa que consolida a

participação dos setores privado nacional e estrangeiro na matriz industrial. O CIC é produto dessa nova fase de desenvolvimento que atingiu também o Nordeste. Data, ainda, deste período a inauguração do Fundo Industrial do Nordeste (FINOR), em 1974, que guiado pelos princípios de concorrência e competitividade, rompe com o desenvolvimentismo tradicional, fundamentado na geração de empregos através de investimentos na indústria pesada e capital intensiva, passando a priorizar a indústria tradicional de médio porte, moderna e competitiva.

Abriu-se, com isso, a possibilidade de fortalecer a indústria tradicional, de incentivar o avanço tecnológico da indústria têxtil, através de uma organização competitiva e da adoção de técnicas gerenciais modernizadoras. Esse perfil industrial foi encampado pelo grupo de "jovens empresários" cearenses do CIC, que passa a apresentar à sociedade um projeto de transformação e modernização, libertando a mesma da dominação oligárquica, apresentando uma proposta de uso racional da máquina administrativa.

A política oligárquica do Ceará começou então, a sofrer oposição dentro do setor empresarial concentrado no CIC. O grupo de jovens empresários, de linhagem cearense e interesses convergidos para o Ceará, apresentou, como evidenciado, um projeto modernizador que 'quebraria' a mercantilização feudalista dos aparelhos do Estado e apadrinhamentos políticos que hierarquizavam os cargos importantes das secretarias do Estado. Promoveria o desenvolvimento econômico do Ceará, reduzindo as desigualdades sociais, através do compromisso com o eleitor e a moralização política (BONFIM, 2002). Isso ocorreu na época em que esses empresários recebiam o CIC das mãos da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), o que daria espaço para por em prática essas novas idéias.

Ao incorporar um caráter fortemente político, o CIC favoreceu a eleição do empresário Tasso Jereissati, escolhido como sendo a melhor figura para incorporar o espírito renovador dos jovens empresários.

O princípio básico da nova administração seria de que o aumento dos investimentos na área social e uma profunda reforma administrativa fariam com que o Estado se tornasse mais ágil, flexível e eficiente. Portanto, na sua gestão começaram a ser postas em prática as primeiras medidas de saneamento da máquina estatal, com uma rigorosa contenção dos gastos públicos e uma inflexível política de enxugamento do quadro de pessoal. O número de funcionários das Secretarias do Estado foi reduzido e algumas secretarias, vinculadas à barganha política, foram extintas.

A principal meta da nova equipe econômica foi, portanto, a realização do ajuste fiscal que produziria um orçamento equilibrado e poupanças públicas capazes de retomar o investimento público estatal. Assim, com a incorporação dos novos princípios e com a inflexão na implementação da política econômica, o processo de reestruturação produtiva chegou ao Ceará antes da maioria dos Estados do país.

A era dos "governos de mudanças", estava iniciada com Tasso Jereissati (1987-1990), passando por Ciro Gomes (1991-1994) e novamente Tasso (1995-1998) e (1999-2002); optando ambos por um modelo de gestão compartilhada, uma administração mais ativa, cooperativa e com metas rigorosas para o ajuste fiscal.

De 1991 a 1996, verificou-se um adequado controle das contas públicas do Ceará, caracterizando uma situação incomum em relação aos demais Estados do Brasil. Isso ocorreu porque "(...) o Ceará iniciou o seu ajuste fiscal bem antes que as condições objetivas de aprofundamento da crise fiscal brasileira impusessem graus de dificuldade

crescentes no desempenho das atividades inerentes ao setor público" (ALMEIDA; SILVA, 1998).

O providencial ajuste das contas públicas do Estado incluiu também a reestruturação administrativa e a implementação de um rígido controle financeiro.

Atrelado ao ajuste fiscal, ou ao êxito dele, o governo Jereissati apresentou um Programa de Atração de Investimentos, baseado nas perspectivas de crescimento, estabilidade administrativa, novas condições de credibilidade do Estado e eficiência da gerência das finanças públicas (ALMEIDA; SILVA,1998). Esse programa consistia basicamente numa política de incentivos fiscais, combinados com investimentos em infra-estrutura[2]. O programa de incentivo fiscal através da redução da carga tributária foi intensificado à medida que as empresas se desconcentravam de Fortaleza para o interior. A idéia era que através da ampliação dos negócios privados, houvesse uma interiorização industrial, capaz de modificar a distribuição espacial da indústria cearense, dinamizar a economia e promover o desenvolvimento do interior do Estado.

Na verdade, a industrialização no Brasil foi tradicionalmente concentrada nos centros urbanos. Com essa concessão ampliada às empresas, a intenção era que elas se sentissem motivadas a instalar suas plantas no interior do Ceará; porém, como evidenciado posteriormente, o Estado do Ceará seguiu a mesma tendência dos outros Estados do país, concentrando seu desenvolvimento industrial na capital ou região metropolitana.

Como resultado do novo modelo implementado, o Ceará apresenta significativas mudanças na sua dinâmica econômica. As taxas de crescimento do PIB se mostram superiores às taxas nacionais. Como reflexo, aumenta a participação do PIB cearense no PIB nacional, passando de 1,62% em 1990, para 1,88% em 2000, tendo atingido 2,06% em 1998. Verifica-se, ainda, um crescimento substancial da participação da indústria na formação do PIB estadual, a qual aumenta de 25,64%, em 1990 para 47,80%, no ano 2000 (VALOIS; ALVES, 2006).

3 A DINÂMICA DO EMPREGO NA INDÚSTRIA CEARENSE NA DÉCADA DE 1990

Na década de 1990, apesar das reconfigurações econômicas e institucionais pelas quais passou o Estado do Ceará, verifica-se que houve um comportamento diferenciado na evolução do mercado de trabalho industrial.

Na tabela 1, pode-se ver que o ramo de atividade que possui maior representatividade no desempenho do emprego formal cearense é o setor de serviços. Embora sua participação tenha caído levemente durante a década de 1990 (0,14%), o mesmo se mantém no ano 2000 como o ramo com maior contribuição na geração do emprego formal. O setor agropecuário apresentou queda de 0,74% em sua participação no emprego do Ceará.

[2] Destacam-se, aqui, investimentos como: a conclusão do Açude Castanhão, que beneficiaria a economia rural através da agricultura irrigada e agroindústria; a construção do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, que incluiria a implantação de uma siderúrgica e de um pólo metalmecânico; e a construção do Metrofor.

TABELA 1 - Ceará - Desempenho do Emprego Formal Segundo o Ramo de Atividade - 1990/2000

Ramo de atividade	1990	%	2000	%
Indústria	104.455	19,42	152.789	22,11
Construção civil	20.598	3,83	27.746	4,01
Comércio	62.478	11,61	93.253	13,49
Serviços	317.406	59,01	406.868	58,87
Agrop. extr veg., caça e pesca	12.091	2,25	10.434	1,51
Outros/ignorado	20.882	3,88	3	0
Total	537.910	100	691.093	100

Fonte: RAIS

Já a indústria, a construção civil e o comércio apresentaram aumento de participação de 2,69%, 0,48% e 1,88%, respectivamente. O setor industrial aparece, portanto, como o setor onde foi mais significativo o ganho de participação na geração de emprego no Estado.

De acordo com os dados da RAIS, houve um crescimento efetivo no número de estabelecimentos industriais no Ceará na década de 1990, como mostra a tabela 2. Em 1990, o Estado contava com 3.146 estabelecimentos industriais e em 2000, já contava com 5.986. Isso representa um crescimento de 90,27% no período, valor significativamente maior do que a taxa apresentada na economia brasileira, correspondente a 27,10%.

TABELA 2 - Ceará e Brasil - Estabelecimentos, empregos, remuneração média, tamanho do estabelecimento na indústria – 1990/2000

Especificação	CE		BR	
	1990	2000	1990	2000
Nº de Estabelecimentos	3.146	5.986	196.198	249.385
Nº de empregos	96.737	146.317	5.595.311	4.994.969
Remuneração Média	2,3	2,2	4,3	4,8
Tamanho Médio do Estab.	31	24	29	20

Fonte: RAIS (Obs.: Remuneração média em salários mínimos e Tamanho médio em número de empregados por estabelecimento)

A análise do setor industrial revela crescimento do emprego formal cearense ao longo dos anos 1990, diferentemente do que se observa na economia nacional, representado pela criação de 49.580 postos de trabalho, através do aumento do contingente de trabalhadores formais de 96.737 em 1990, para 146.317 em 2000 (Tabela 2).

Essa performance favorável também se reflete na participação do emprego do Ceará no total do emprego industrial do Brasil. Em 1990, o Estado detinha 1,73% do emprego industrial brasileiro. Em 2000, essa participação aumenta consideravelmente para 2,85% do total nacional.

Como referido anteriormente, o Ceará se destaca no cenário de "estagnação" e desequilíbrios macroeconômicos, com uma política fiscal pioneira e com as referidas políticas de incentivo à industrialização. Desse modo, apresenta considerável crescimento no emprego formal, com uma taxa de crescimento correspondente a 4,2% a.a. no período analisado, contra uma performance negativa do Brasil (-1,1% aa). Essa dinâmica do

emprego no Ceará ganha destaque principalmente numa época em que a competitividade entre os mercados produtivos obrigam os setores de produção a adquirirem tecnologias quase sempre poupadoras de mão-de-obra e destaca-se, como observado, porque superou os números obtidos pelo Nordeste e pelo Brasil, num contexto em que a economia nacional teve que demitir seguidamente funcionários industriais.

No entanto, os estabelecimentos atraídos pelas políticas fiscais implementadas no Ceará ficaram concentrados fundamentalmente na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), contrariando, por exemplo, os objetivos do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Governo Estadual para o período 1995-1998, o qual previa, além do aumento do nível de emprego, o reordenamento do espaço produtivo do Ceará, através de uma política de interiorização das atividades econômicas.

A RMF concentrou, durante a década de 1990, mais de 60% dos estabelecimentos industriais, com destaque para a forte concentração industrial no município de Fortaleza. Essa concentração se mantém praticamente ao longo de toda a década de 1990, apesar de sua redução entre os anos de 1998 e 1999, devido ao deslocamento de empresas para outros pólos do Ceará, como Sobral, na zona norte e Juazeiro do Norte, no sul do Estado. A tendência de concentração dos estabelecimentos industriais em Fortaleza e na Região Metropolitana também é refletida na concentração do emprego nessas áreas. Somente o município de Fortaleza detém em torno de 45% do total do emprego industrial do Estado em 2000, número que chega a 70% se considerados os municípios da Região Metropolitana (VALOIS; ALVES, 2006).

Portando, nesse contexto é importante enfatizar que:

> O processo de abertura econômica incide, no início, sobre as regiões maiores e/ou mais próximas de Fortaleza, vindo a se disseminar a partir daí. O impacto da abertura é maior em Fortaleza, nos municípios da RMF e nos principais pólos das áreas selecionadas. Só com o tempo é que o impacto irá disseminar-se para os municípios mais distantes e de menor expressão socioeconômica (ROSA; ALVES; p.17, 2001).

Quando considerado o nível de escolaridade, constata-se, entre 1990 e 2000, a elevação do número médio de anos de estudo, o qual apresenta uma tendência quase ininterrupta de crescimento durante a década, passando de 5,6 anos de estudo em 1990 para 7,1 anos em 2000 (VALOIS; ALVES, 2006). Porém, os números não são tão favoráveis se considerada a remuneração média na indústria. Verifica-se relativa estabilidade nesta variável entre os anos de 1990 e 1998. Destaque para o ganho observado entre 1993 e 1998, fruto da estabilidade proporcionada pelo Plano Real (1993/94). Porém, constata-se saturação nesse movimento de alta e evidencia-se uma queda no rendimento médio entre os anos de 1998 e 2000, terminado-se a década com uma remuneração média de 2,2 salários mínimos (valor inferior aos 2,3 SM apresentados em 1990). Esse comportamento contraria, por sua vez, a tendência apresentada pela economia brasileira, que revela um crescimento na remuneração média de 4,3 SM para 4,8 SM (VALOIS; ALVES, 2006).

Quanto ao tamanho dos estabelecimentos, observou-se, segundo dados da RAIS, a redução do tamanho médio dos estabelecimentos no Estado do Ceará, de 31 trabalhadores por estabelecimento, em 1990, para 24 trabalhadores no ano de 2000, seguindo a tendência nacional. Este fator pode ser associado ao processo de reestruturação produtiva implementado, de forma geral, na economia brasileira, principalmente nos anos 1990 e considerado um dos fundamentos do novo modelo de desenvolvimento estadual, o qual

envolvera os novos princípios de gestão e organização da produção e do trabalho, com significativos reflexos no enxugamento do emprego em nível das unidades produtivas (processo de *downsizing*).

Quanto a evidências de precarização nas relações de trabalho (Tabela 3), detectou-se elevada rotatividade da mão-de-obra industrial cearense. A análise dos dados mostra que o percentual de trabalhadores com menos de dois anos de serviço cai de 52,2% em 1990 para 36,7% em 2000. Porém, a rotatividade na indústria cearense permanece em níveis consideravelmente elevados, superando até mesmo o já elevado nível nacional de rotatividade.

TABELA 3 - Ceará e Brasil - Total de empregados por tempo de serviço nos estabelecimentos industriais - 1990 – 2000

Anos de serviço	Ceará				Brasil			
	1990	%	2000	%	1990	%	2000	%
Menos de 2	50.491	52.20	53.684	36.69	101.751.33	43.86	1.691.446	33.86
2 a 3	12.523	12.95	46.967	32.09	2.361.310	10.18	1.328.103	26.58
3 a 5	16.709	17.27	20.889	14.28	3.203.681	13.81	707.307	14.16
5 ou mais	16.902	17.47	24.694	16.87	7.402.280	31.91	1.267.471	25.37
Ignorado	112	0.12	83	0.05	56.252	0.24	642	0.01
Total de empregados	96.737	100	146.317	100	23.198.656	1000	4.994.969	100

Fonte: RAIS

Verificam-se ainda, no Ceará, níveis de salários extremamente precários, chegando-se ao ano 2000, com cerca de 70% dos trabalhadores industriais inseridos em faixa de remuneração entre 1 e 2 SM. Observar, ainda, a queda substancial no número de trabalhadores que recebiam acima de 5 SM no Ceará, passando de 16,05% em 1990 para apenas 6,57% em 2000 (VALOIS; ALVES, 2006).

2 EMPREGO FEMININO NA INDÚSTRIA CEARENSE DA DÉCADA DE 1990

2.1 Mulheres na indústria: onde estão e qual o perfil das trabalhadoras industriais

A intensa abertura econômica, os baixos níveis de investimento e o processo de ajuste e reestruturação produtiva observados na economia brasileira, tiveram reflexos nos níveis de emprego da indústria nacional, prejudicando, conseqüentemente, a incorporação da mulher no mercado de trabalho nos anos 1990.

Acompanhando a nova dinâmica econômica estadual, com o crescimento do produto e dos postos de trabalho industriais, observa-se que a mão-de-obra feminina apresentou, ao longo da década de noventa, um crescimento de 22.401 novos postos de trabalho (Tabela 4).

TABELA 4 - Ceará e Brasil
Taxa de Crescimento do Emprego Industrial Feminino
1990/2000

Anos	Ceará	Brasil
1990	37.805	1.544.401
2000	60.206	1.428.338
Tx. Cresc.	4,76	-0,78

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS.

Essa quantidade de novos empregos representa uma taxa de crescimento de 4,76% a.a. para o Ceará, superior à taxa de crescimento do emprego industrial feminino nacional, que fica em torno de 0,78% a.a. negativos, com extinção de 116.063 postos de trabalho (Tabela 4).

Na análise do desempenho do emprego segundo o ramo de atividade (Tabela 5), evidencia-se a grande concentração do emprego formal no setor de serviços cearense, tanto para homens quanto para mulheres, repetindo o desempenho da economia nacional. No caso feminino, a distribuição do emprego entre os ramos mostra-se mais desigual, com serviços concentrando em torno de 70% da mão-de-obra estadual, tanto em 1990 quanto em 2000 (enquanto que para homens concentra em torno de 50% nos dois anos em análise).

TABELA 5 – Ceará - Distribuição do pessoal ocupado por sexo segundo o ramo de atividade – 1990/2000

Ramo de atividade	1990				2000			
	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%
Industria	66.650	22,98	37.805	15,25	92.583	24,75	60.206	18,99
Construcao civil	19.519	6,73	1.079	0,44	26.184	7,00	1.562	0,49
Comercio	40.774	14,06	21.704	8,76	58.874	15,74	34.379	10,84
Serviços	142.604	49,17	174.802	70,52	187.392	50,10	219.476	69,22
Agropecuaria, extr vegetal, caca e pesca	10.749	3,71	1.342	0,54	8.970	2,40	1.464	0,46
Outros/ignorado	9.745	3,36	11.137	4,49	0	0,00	3	0,0009
Total	290.041	100	247.869	100	374.003	100,00	317.090	100,00

Fonte: RAIS

Verifica-se que ao longo da década, enquanto no Brasil diminui o número de mulheres na indústria (ver Tabela 4), no Ceará há uma maior incorporação da mulher nesse setor, que atinge 18,99% do contingente das trabalhadoras industriais em 2000. Apesar de também crescer o número de trabalhadores masculinos na indústria, com uma média anual de 3,34%, o crescimento da força de trabalho feminino mostra-se superior, atingindo 4,75% a.a. entre 1990 e 2000.

Dado que o foco de nossa análise é o setor industrial, é preciso verificar em que setor da indústria a mão-de-obra feminina se concentra. Na tabela 6, é possível observar a evolução da participação feminina pelo diversos setores industriais.

TABELA 6 – Ceará - Distribuição do pessoal ocupado segundo sexo por setor da indústria – 1990/2000

Setores	1990		2000	
	Homem (%)	Mulher (%)	Homem (%)	Mulher(%)
Extrativa mineral	92,53	7,47	94,18	5,82
Indústria de produtos minerais não metálicos	91,47	8,53	94,03	5,97
Indústria metalúrgica	89,99	10,01	89,39	10,61
Indústria mecânica	91,52	8,48	87,31	12,69
Indústria do material elétrico e de comunicações	74,09	25,91	74,41	25,59
Indústria do material de transporte	92,48	7,52	88,77	11,23
Indústria da madeira e do mobiliário	91,97	8,03	88,8	11,2
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	78,95	21,05	76,45	23,55
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	66,09	33,91	74,42	25,58
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perf.	68,31	31,69	76,94	23,06
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	46,19	53,81	41,29	58,71
Indústria de calçados	65,57	34,43	47,71	52,29
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	56,48	43,52	65,19	34,81
Total	62,08	37,92	59,38	40,62

Fonte: RAIS

A maior parcela das mulheres no total de trabalhadores, em 1990, concentrava-se nos setores de atividade que exigiam maior criatividade e manuseio, como a indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos (53,81%) – tradicionalmente, grande *locus* do trabalho feminino. Assim, nesse setor, o contingente da força de trabalho feminina supera a masculina. Destacam-se, ainda, com ocupação de um grande número de trabalhadoras as indústrias de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico (43,52%), calçados (34,43%), indústria da borracha e similares (33,91%) e indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários e perfumaria (31,69%).

Os menores percentuais de participação feminina estão nos ramos de atividade que exigem, em geral, maior força física, como a indústria extrativa mineral (7,47%), indústria de produtos minerais não metálicos (8,53%), indústria mecânica (8,48%), indústria de material de transporte (7,52%) e indústria de madeira e do mobiliário (8,03%), onde o número de trabalhadores masculinos ultrapassa 90% do total da mão-de-obra da indústria.

No final da década, a distribuição da mão-de-obra feminina não se altera muito, estando basicamente concentrada nos setores considerados tradicionais. O maior percentual de mulheres ainda é apresentado pela indústria têxtil (assim como para os homens), que criou 9.628 novos postos de trabalho para a mão-de-obra feminina (Tabela 7). Isso ocorre a despeito do que se verifica em nível nacional, onde se observa um processo de "retração nas indústrias tradicionais femininas (têxtil/vestuário), expressando a dramática reestruturação e falência das têxteis nacionais ao longo do período" (MELO, 2002, p.37), sofrendo reflexos da abertura comercial e sobrevalorização cambial do Plano Real, que destruíram milhares de postos de trabalho nesse setor.

Apenas nos setores minerais não metálicos, material elétrico, borracha e similares, química e produtos farmacêuticos, e indústria de produtos alimentícios, houve retração na mão de obra feminina, como mostram as taxas de variação negativa para estes setores. O grande destaque fica por conta da indústria de calçados, que em 1990 empregava apenas 525 trabalhadoras e passa a empregar 14.269 em 2000. O setor calçadista, portanto, se destaca como ramo que acolhe mais intensamente a trabalhadora industrial, dado o salto de absorção de apenas 1,43% em 1990 para 24,01% em 2000, enfatizando a maciça

transferência da indústria de calçados para o Ceará, através do incrível aumento do número de empregos neste setor (Tabela 7).

TABELA 7 – Ceará - Distribuição do pessoal ocupado por sexo segundo setor da indústria – 1990/2000

Setor da indústria	1990				2000				Tx. Variaçao (1990/2000)	
	Homem	%	Mulher	%	Homem	%	Mulher	%	Homem	Mulher
Extrativa mineral	1.735	2,89	140	0,38	2.556	2,94	158	0,27	47,32	12,86
Ind. de produtos minerais nao metálicos	5.759	9,59	537	1,46	6.757	7,78	429	0,72	17,33	-20,11
Ind. metalúrgica	4.884	8,13	543	1,48	4.918	5,66	584	0,98	0,70	7,55
Ind. mecânica	1.435	2,39	133	0,36	2.064	2,38	300	0,50	43,83	125,56
Ind. do material elétr. E de comunicaçoes	1.021	1,70	357	0,97	983	1,13	338	0,57	-3,72	-5,32
Ind. do material de transporte	689	1,15	56	0,15	1.075	1,24	136	0,23	56,02	142,86
Ind. da madeira e do mobiliário	3.091	5,15	270	0,74	4.400	5,06	555	0,93	42,35	105,56
Ind. do papel, papelao, edit. gráfica	2.933	4,88	782	2,13	3.315	3,82	1.021	1,72	13,02	30,56
Ind. da borr., fumo, couros, peles, ind. div.	3.264	5,44	1.675	4,57	2.898	3,34	996	1,68	-11,21	-40,54
Ind. química de prod. Farmac., veter., perf.	3.571	5,95	1.657	4,52	4.741	5,46	1.421	2,39	32,76	-14,24
Ind. têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	16.169	26,93	18.839	51,35	20.018	23,04	28.467	47,90	23,80	51,11
Ind. de calçados	1.000	1,67	525	1,43	13.018	14,98	14.269	24,01	1201,80	2617,90
Ind. de prod. Alim., bebidas e álcool etílico	14.500	24,15	11.172	30,45	20.143	23,18	10.757	18,10	38,92	-3,71
Total	60.051	100	36.686	100	86.886	100	59.431	100	44,69	62,00

Fonte: RAIS

A Tabela 7 mostra, ainda, que setores tradicionalmente masculinos como a indústria mecânica, a de madeira e a de material de transporte também apresentaram números favoráveis em relação ao ganho de participação da mulher no mercado de trabalho, comprovando o fato de que a automação industrial facilitou o acesso feminino a setores antes predominantemente masculinos.

Outro atributo do emprego industrial feminino a ser analisado é a faixa etária (Tabela 8). O envelhecimento da mão-de-obra feminina empregada é um fenômeno que se tornou tendência em nível internacional e também nacional, segundo recentes estudos sobre os gêneros no mercado de trabalho.

Tabela 8 – Ceará - Faixa etária por sexo na indústria – 1990/2000

Faixa etária	1990				2000			
	Homens	%	Mulheres		Homens		Mulheres	
10 a 14 anos	42	0,07	23	0,06	5	0,01	3	0,01
15 a 17 anos	649	1,08	581	1,58	668	0,77	439	0,74
18 a 24 anos	15.830	26,36	11.017	30,03	25.330	29,15	16.378	27,56
25 a 29 anos	13.818	23,01	9.285	25,31	18.351	21,12	13.252	22,30
30 a 39 anos	16.684	27,78	10.443	28,47	26.334	30,31	20.277	34,12
40 a 49 anos	8.198	13,65	3.975	10,84	11.190	12,88	7.601	12,79
50 a 64 anos	4.052	6,75	1.044	2,85	4.756	5,47	1.455	2,45
65 anos ou mais	263	0,44	23	0,06	241	0,28	24	0,04
Ignorado	515	0,86	295	0,80	11	0,01	2	0,00
Total	60.051	100,00	36.686	100,00	86.886	100,00	59.431	100,00

Fonte: RAIS

O Ceará repete os números apresentados pelo Brasil em relação à idade das trabalhadoras industriais. Observa-se que houve envelhecimento da mão-de-obra feminina, passando a concentração das mulheres da faixa de 18 a 24 anos, a qual detinha 30,03% em 1990, para a faixa de 30 a 39 anos, com 34,12% em 2000. Também houve crescimento significativo na faixa dos 40 aos 49 anos, que apresentava 3975 trabalhadoras em 1990, passando a apresentar 7601 no ano 2000.

Tanto para o Ceará, quanto para Brasil, houve queda ao longo da década, nas duas primeiras faixas de idade, onde a população mais jovem está inserida (menos de 18 anos). O envelhecimento da mulher na indústria é, provavelmente, resultado do aumento do nível de escolaridade feminino, do acesso a informações e métodos anticonceptivos, e do adiamento da maternidade. Por outro lado, a redução nas faixas de menor idade pode significar a ausência/insuficiência de políticas públicas de incentivo ao primeiro emprego, dificultando a entrada da mulher jovem no mercado de trabalho, que não tem como comprovar experiência profissional (BRUSCHINI; LOMBARDI, 1998) e ainda, o aumento do número de matrículas e do tempo de permanência na escola.

Já é consenso, na literatura nacional, que o número de anos de estudo é maior entre as mulheres do que entre os homens[3]. A Tabela 9 e o Gráfico 1 (em anexo) confirmam esta afirmação, com o Ceará repetindo a tendência nacional.

Entre 1990 e 1995, há uma certa oscilação, mas a partir de 1996 cresce ininterruptamente o número de estudos para homens e mulheres. As mulheres têm mais tempo de estudo e em todos os anos da década de 1990, superam o gênero masculino. Observa-se que em 1993 há um pico de 7,95 anos médios de estudo para as trabalhadoras industriais cearenses, que chegam nos últimos anos da década com uma média superior aos setes anos de estudo.

Tabela 9 – Ceará – Escolaridade média por sexo na indústria 1990-2000

Anos	Homens	Mulheres
1990	5,51	5,84
1991	5,67	6,19
1992	5,75	6,02
1993	6,42	7,95
1994	6,04	6,34
1995	5,95	6,47
1996	5,90	6,12
1997	6,22	6,57
1998	6,54	7,10
1999	6,72	7,40
2000	6,86	7,58

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS

Desagregando a análise para faixas de níveis de escolaridade, a Tabela 10 mostra que, no Ceará, em 1990, os maiores percentuais de mulheres trabalhadoras da indústria concentravam-se em faixas salariais que iam desde a 4º série incompleta até a 8º série completa. Entre 1990 e 2000, acompanhando a tendência nacional, há ganho de anos de estudo, favorecendo o aumento do percentual de mulheres em faixas mais elevadas de escolaridade (desde a 8º série incompleta até o superior completo). Observando as taxas de variação, identifica-se uma variação negativa para faixas de escolaridade mais baixas (Analfabeto à 4^0 série completa). Isto indica que vem reduzindo o número de mulheres pouco instruídas, principalmente em relação aos homens, que apresentam variações negativas menores, além de variação positiva na faixa de analfabetos. É também neste Estado que ocorre a maior variação positiva de mulheres que possuem o nível superior

[3] O número de anos médios de estudo é calculado através de média ponderada que considera o ponto médio em anos de estudo para cada faixa de escolaridade e seu peso relativo na estrutura de emprego.

completo, superando até o nível nacional[4], apesar do número de trabalhadoras nessa faixa escolaridade ainda ser pouco representativo.

Tabela 10 – Ceará – Faixa de escolaridade por sexo na indústria – 1990/2000

Faixa de escolaridade	1990				2000				Tx. Variaçao (%)	
	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%	Homens	Mulheres
Analfabeto	2.701	4,50	891	2,43		3,24	554	0,93	4,07	-37,82
4ª série incom.	15.198	25,31	8.704	23,73	11.137	12,82	3.705	6,23	-26,72	-57,43
4ª série com.	10.803	17,99	5.652	15,41	9.507	10,94	4.831	8,13	-12,00	-14,53
8ª série incom.	11.973	19,94	8.699	23,71	21.074	24,25	16.443	27,67	76,01	89,02
8ª série com.	7.764	12,93	4.887	13,32	18.204	20,95	14.558	24,50	134,47	197,89
2º grau incom.	3.547	5,91	2.574	7,02	8.190	9,43	7.111	11,97	130,90	176,26
2º grau comp.	5.447	9,07	3.951	10,77	13.254	15,25	10.604	17,84	143,33	168,39
Superior incom.	731	1,22	343	0,93	1.008	1,16	592	1,00	37,89	72,59
Superior com.	1.252	2,08	658	1,79	1.701	1,96	1.033	1,74	35,86	56,99
Ignorado	635	1,06	327	0,89	0	0,00	0	0,00	-100,00	-100,00
Total	60.051	100,00	36.686	100,00	86.886	100,00	59.431	100,00	44,69	62,00

Fonte: RAIS

Estes números são reflexos provavelmente da queda da taxa de fecundidade e da evolução dos valores sociais femininos que permite que as trabalhadoras percebam que mulheres mais instruídas e com menor número de filhos (ou que retardam a decisão de constituir família) têm mais chance de competição com os homens no mercado de trabalho (BRUSCHINI; LOMBARDI, 1998). Outra possível explicação para a elevação da escolaridade feminina está na criação de políticas de incentivo à educação, que interiorizaram o ensino superior estadual e federal, além de centros de ensino tecnológico e profissionalizante.

2.2 Padrões de qualidade no emprego industrial feminino

Dentro de uma análise mais qualitativa do emprego industrial, a Tabela 11 revela a situação precária da mulher na indústria cearense, a partir da análise do tempo de serviço na indústria.

Tabela 11 – Ceará – Tempo de serviço por sexo na indústria – 1990/2000

Tempo de serviço	1990		2000	
	Homens (%)	Mulheres (%)	Homens (%)	Mulheres (%)
Menos de 2	53,73	49,68	53,91	58,68
2 a 3	12,17	14,21	12,81	13,13
3 a 5	16,10	19,19	14,34	14,19
5 ou mais	17,86	16,83	18,,88	13,95
Ignorado	0,13	0,09	0,06	0,05
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte:RAIS

Um dos indicadores que tem caracterizado a tendência de precarização das relações de trabalho no Brasil é a elevada rotatividade da mão-de-obra. O argumento utilizado é que a alta rotatividade diminui, por exemplo, os investimentos em treinamento da mão-de-obra, o que pode prejudicar a produtividade, além disso, incentiva a informalização da economia (GONZAGA, 1998). Esse alto nível de rotatividade é explicado, segundo Baltar (1996),

[4] Para dados relativos à indústria nacional, referidos neste trabalho, ver Valois e Alves (2007).

pela facilidade que as empresas têm de admitir e demitir mão-de-obra (adequando o número de empregados ao ritmo de produção e das vendas – contratações sazonais), o que influencia na qualidade do emprego no Brasil.

Acompanhando a tendência nacional, observa-se no Ceará, a ampla concentração de homens e mulheres na faixa que caracteriza menos de dois anos de tempo de serviço, caracterizando a elevada rotatividade na indústria cearense. Ao longo da década de 1990, aumenta ainda mais a rotatividade entre as mulheres, onde se verifica um percentual de 58,68% de trabalhadoras com menos de dois anos de permanência no emprego em 2000 (enquanto os homens mantém essa participação relativamente estável). Observa-se, ainda, a diminuição da concentração de mulheres em faixas de serviço mais estáveis, como cinco anos ou mais de serviço, seguindo a tendência nacional (ver Tabela 3).

A análise da remuneração da indústria cearense vem confirmar os estudos já existentes, onde se evidencia que a remuneração da mão-de-obra feminina é inferior à masculina (Tabela 12 e Gráfico 2 em anexo).

Isso está presente em todos os anos da década de 1990, na qual a remuneração média das trabalhadoras não chega a alcançar dois salários mínimos (com exceção de 1993 e 1995). Nesse variável, portanto, as mulheres enfrentam forte segregação em relação ao sexo masculino.

Faz-se necessário chamar atenção que a grande maioria da mão-de-obra industrial cearense recebe níveis salariais extremamente precários, conforme enfatizado anteriormente. Porém, a situação das mulheres é ainda pior que a dos homens, já que se constata, em 1990, 58,38% de trabalhadores industriais recebendo entre 1 e 2 salários mínimos (contra 44,48% de homens). As péssimas condições salariais se agravam ainda mais nos anos 1990, quando esse percentual atinge 69,09% no ano 2000. Enfatiza-se que esses percentuais são significativamente maiores que os apresentados pela indústria brasileira. Na faixa de maior remuneração, apenas 3,38% das trabalhadoras recebiam acima de cinco salários mínimos (SM) em 1990, percentual que se mostra ligeiramente pior em 2000, passando a representar 3,28% (Tabela 13).

Tabela 12 – Ceará- Remuneração média por sexo na indústria 1990-2000 (em salários mínimos)

Anos	Homens	Mulheres
1990	2,67	1,57
1991	2,86	1,75
1992	2,86	1,73
1993	4,11	2,88
1994	3,18	1,98
1995	2,96	1,75
1996	4,60	2,69
1997	2,99	1,73
1998	2,91	1,83
1999	2,71	1,72
2000	2,60	1,64

Fonte: RAIS

Tabela 13- Ceará – Faixa salarial por sexo na indústria – 1990/2000

Faixa salarial	1990				2000			
	Homens	%	Mulheres	%	Homens	%	Mulheres	%
Até 1	7275	12,11	5811	15,84	10127	11,66	6820	11,48
Entre 1 e 2	26949	44,88	21417	58,38	46937	54,02	41058	69,09
Entre 2 e 3	10345	17,23	4658	12,70	12315	14,17	4273	7,19
Entre 3 e 5	7131	11,87	1423	3,88	7297	8,40	3801	6,40
Acima de 5	6098	10,15	1239	3,38	8369	9,63	1.949	3,28
Ignorado	2.253	3,75	2.138	5,83	1.841	2,12	1.530	2,57
Total	60.051	100,00	36.686	100,00	86.886	100,00	59.431	100,00

Fonte: RAIS

Os Gráficos 3 e 4 fazem a associação entre remuneração e escolaridade para os gêneros masculino e feminino. Os dados mostram que a maioria das mulheres sem instrução até ensino fundamental incompleto (53,3%) e com fundamental completo até o ensino médio incompleto (42,4%) recebiam entre 1 e 2 SM em 1990. A precária situação da mão-de-obra feminina em relação à salários piora quando se comparam os dados de 1990 e 2000. Observa-se que aumenta a quantidade de mulheres em todas as faixas de escolaridade recebendo entre 1 e 2 SM, percentuais que se mostram superiores à concentração de trabalhadores masculinos nessa faixa salarial.

Em 2000, 64,5% das trabalhadoras com nível superior completo recebiam acima de 5 SM, enquanto 83,5% dos homens eram remunerados na mesma faixa salarial. Portanto, embora as mulheres se mostrem mais instruídas, essa vantagem comparativa não tem se revertido na diminuição das desigualdades de rendimentos entre os sexos.

Ikeda (2000, p.104) chama atenção que muitas vezes a diferença entre os rendimentos de homens e mulheres tem a justificativa de que estas se concentram "no mercado informal, especialmente em serviços domésticos, cujo trabalho é tipicamente precário". Porém, o que se observou é que essa "segregação por gênero" está presente mesmo no mercado formal de trabalho, como ficou evidenciado na indústria cearense.

Com isso, pode-se dizer que fazer com que o trabalho feminino seja financeiramente reconhecido é um dos grandes desafios a ser enfrentado pelas mulheres, seja em nível nacional ou no Ceará, já que elas passam mais tempo na escola e estão intelectualmente melhor preparadas que os homens, e a tecnologia tem cada vez mais contribuído para que a força física não seja um empecilho para a entrada e ascensão das mulheres no mercado de trabalho industrial.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ceará passa, a partir de 1987, por sensíveis mudanças no modo de regulação do Estado que se refletem em uma nova dinâmica econômica, na qual se destaca o setor industrial em termos de crescimento e geração de emprego.

Considerando uma análise por gênero, enquanto na década de 1990, na economia brasileira, o processo de ajuste imposto ao setor industrial se reflete na diminuição dos postos de trabalho feminino, no Ceará há um crescimento de emprego industrial para a mão-de-obra feminina, que cresce inclusive a taxas superiores às masculinas.

As mulheres cearenses ainda estão concentradas onde é tradicional a participação da mão-de-obra feminina (indústria têxtil, produtos alimentícios, calçados, entre outras); o grande destaque fica por conta do setor calçadista, que apresenta uma performance extraordinária na criação de postos de trabalho e onde é significativa a elevação da participação feminina. Porém, as trabalhadoras industriais começam a ser mais nitidamente acolhidas em redutos tradicionalmente masculinos, como a indústria mecânica e de material de transporte, possibilitado pela maior automação nesses setores industriais.

Os fenômenos do envelhecimento da força de trabalho feminina e do aumento da escolaridade desse segmento, em que as mulheres apresentam mais anos de estudo do que os homens, observados em nível nacional, também se repetem na indústria cearense. Porém, acompanhando a tendência nacional, as disparidades entre os gêneros revelaram-se enormes quando se comparam os salários; observou-se que a representatividade feminina está maciçamente concentrada nas faixas salariais mais baixas. Além disso, a remuneração média das mulheres é inferior a dos homens em todos os anos da série analisada.

Desta forma, apesar das fortes dificuldades para o ingresso no mercado de trabalho, quando a mulher tem que enfrentar "dupla jornada de trabalho" e "a conciliação das esferas familiar e produtiva" (IKEDA, 2000), observa-se que a significativa incorporação da mulher no mercado de trabalho cearense, não é acompanhada da diminuição das desigualdades salariais entre os gêneros.

Logo, pode-se dizer que na indústria cearense, o maior desafio para as mulheres ainda é igualar as remunerações com o gênero masculino. As mulheres ainda enfrentam barreiras significativas quanto à ascensão profissional e ganham sistematicamente menos do que os homens, até quando ocupam cargos equivalentes, têm mais anos de estudo e enfrentam a mesma jornada de trabalho. Portanto, para que haja maior equidade entre homens e mulheres, é preciso que se implantem políticas públicas específicas que possam reduzir, ou até mesmo eliminar a discriminação entre os gêneros, visando garantir a valorização da mão-de-obra feminina.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Manoel Bosco de; SILVA, Almir Bittencourt da. **Estado do Ceará:** uma análise do desempenho econômico-financeiro recente 1990-1996. Fortaleza: CAEN, 1998 (Texto para Discussão nº 176)

BONFIM, Washington Luís de S. De Távora a Jereissati: duas décadas de poder político no Ceará. In: ARRUDA, José Maria; PARENTE, Josênio (Org). **A era Jereissati:** Modernidade e Mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

BALTAR, Paulo Eduardo de A. Estagnação da economia, abertura e crise do emprego urbano no Brasil. **Economia e Sociedade**, nº 6, jun/1996, Campinas: IE/UNICAMP. 1996.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da décadas de noventa. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 10, 1996. Caxambu, MG, **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1996.

DIÓGENES, Glória. Ciro Gomes: percursos de uma imagem. In: ARRUDA, José Maria; PARENTE, Josênio (Org). **A era Jereissati:** Modernidade e Mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

GONZAGA, Gustavo. Rotatividade e qualidade do emprego no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol.18, nº 1(69), janeiro-março/1998.

IKEDA, Marcelo. **"Segregação por gênero" no mercado de trabalho formal**. In: Revista do BNDES, vol.7, n.13, junho/2000, Rio de Janeiro: BNDES, 2000.

MELO, Hildete. **O trabalho industrial feminino.** Rio de Janeiro: IPEA. 2002 (Texto para discussão n^0 764).

ROSA, Antônio Lisboa Teles da; ALVES, Francisco Ferreira. **Efeitos da globalização sobre a economia cearense**. Fortaleza: Edições IPLANCE, 2001.

VALOIS, Isabela da Silva; ALVES, Christiane Luci B. **O mercado de trabalho cearense no ambiente de abertura comercial dos anos 1990.** Relatório técnico-científico do Projeto de Iniciação Científica URCA/CNPq. Crato: URCA, 2006.

VALOIS, Isabela da Silva ALVES, Christiane Luci B. **O mercado de trabalho feminino na indústria cearense dos anos 1990.** Crato: URCA, 2007 (Texto Didático nº 01).

6 ANEXOS

GRAFICO 1

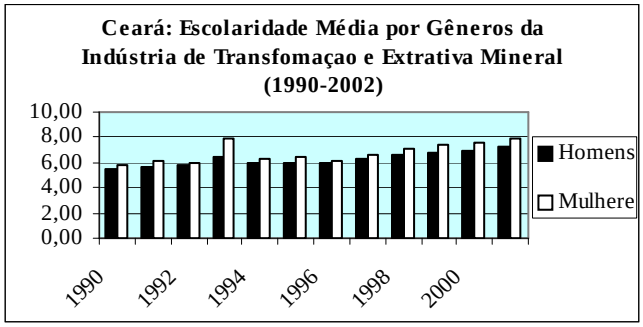


GRAFICO 2

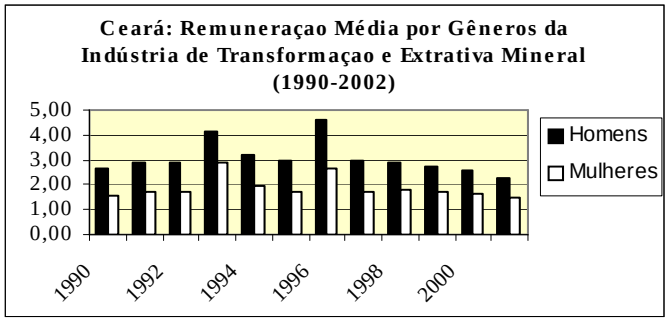


GRAFICO 3

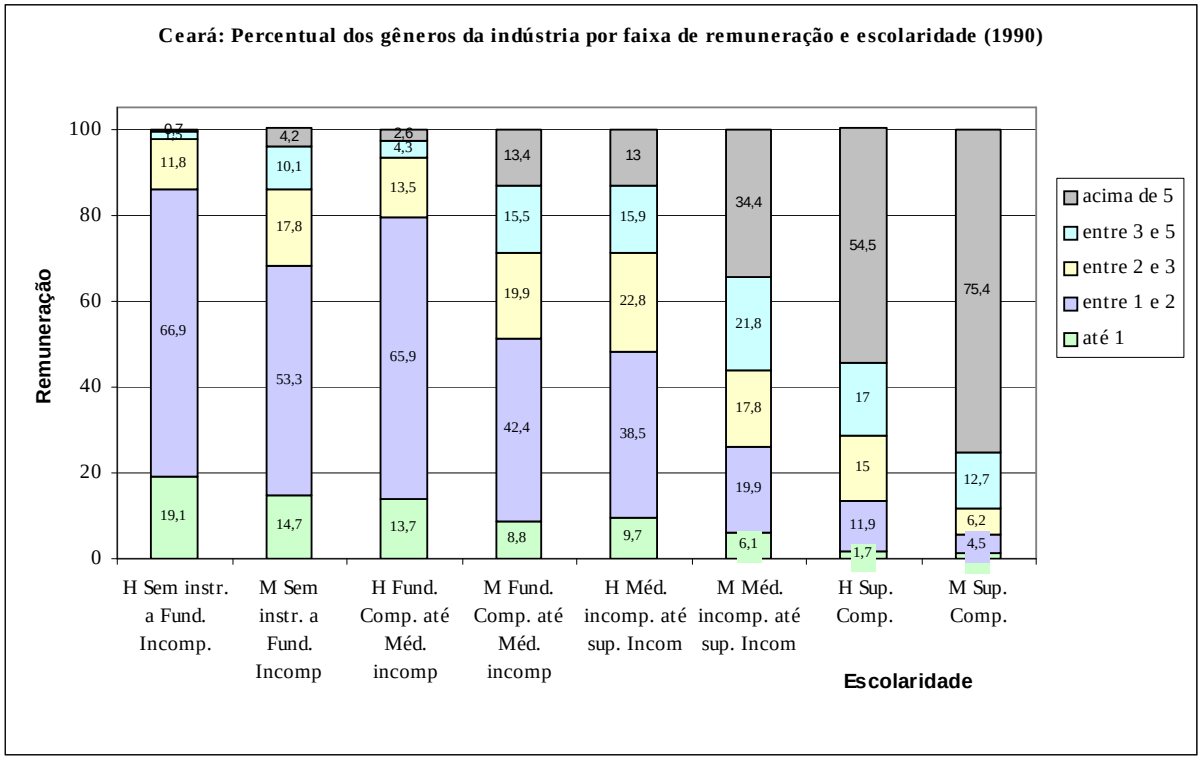
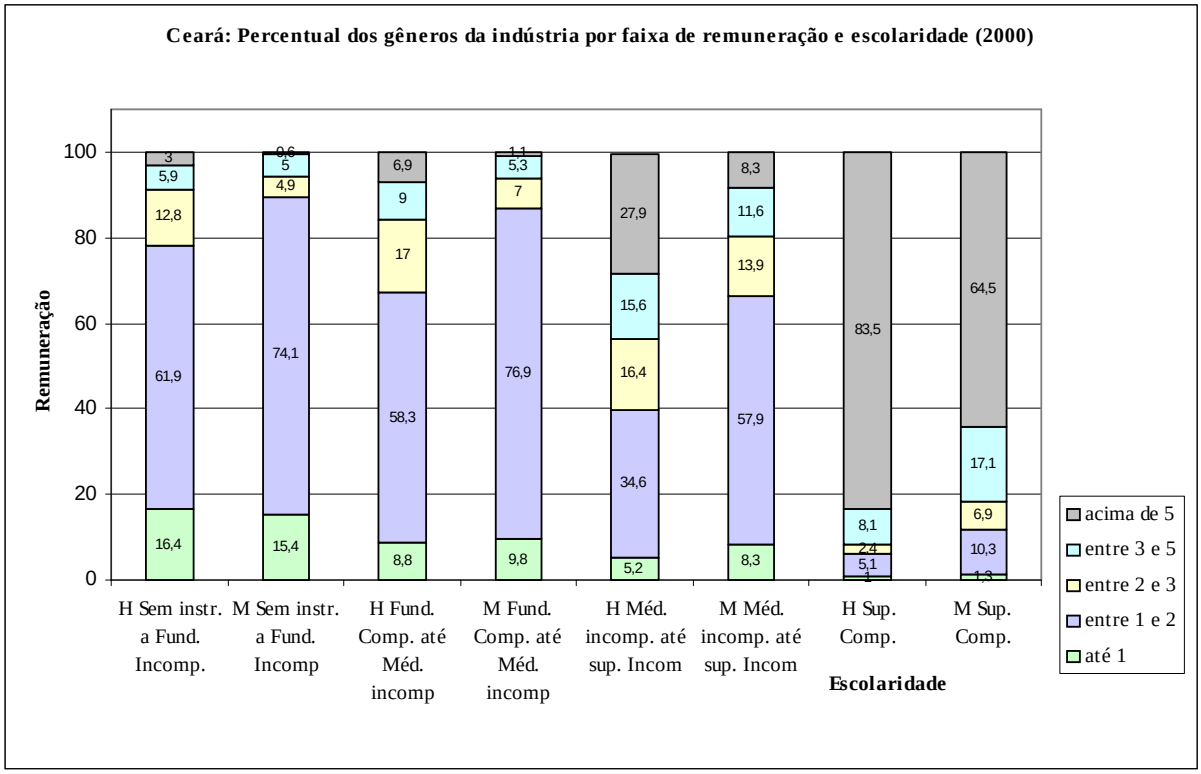


GRAFICO 4


Ceará: Percentual dos gêneros da indústria por faixa de remuneração e escolaridade (2000)
Remuneração
100
80
60
40
20
0
3
5,9
12,8
61,9
16,4
0,6
5
4,9
74,1
15,4
6,9
9
17
58,3
8,8
1,1
5,3
7
76,9
9,8
27,9
15,6
16,4
34,6
5,2
8,3
11,6
13,9
57,9
8,3
83,5
8,1
2,4
5,1
1
64,5
17,1
6,9
10,3
1,3
H Sem instr. a Fund. Incomp.
M Sem instr. a Fund. Incomp
H Fund. Comp. até Méd. incomp
M Fund. Comp. até Méd. incomp
H Méd. incomp. até sup. Incom
M Méd. incomp. até sup. Incom
H Sup. Comp.
M Sup. Comp.
Escolaridade
acima de 5
entre 3 e 5
entre 2 e 3
entre 1 e 2
até 1

EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO BRASIL 1985-2004 IMPACTO DAS IMPORTAÇOES NA OCUPAÇÃO NA DÉCADA DE 90

*Rogerio Nagamini Costanzi**

*Helio Vinicius Moreira Ribeiro***

RESUMO

O presente artigo buscou analisar a evolução do emprego formal na indústria de transformação no período de 1985 a 2004, assim como o impacto do aumento das importações na ocupação do setor no período de 1990 a 1998. O artigo foi organizado da seguinte forma: a) na primeira parte foi feita uma breve análise de alguns trabalhos sobre o tema, assim como a descrição do emprego na indústria como um todo e outros aspectos como distribuição espacial e o comportamento das ocupações; b) análise da ocupação na indústria de transformação a partir dos dados das Contas Nacionais para o período de 1990 a 1998, com a estimativa do impacto do aumento do coeficiente de importações.

ABSTRACT

The present article searched to analyze the evolution of the employment in the manufacturing industry in the period of 1985 the 2004 and the impact of imports in the occupation in the 90s. The article was organized of the following form: a) in the first part will present a brief review of some works on the subject, as well as the description of the evolution of the employment in the industry as a whole and other aspects as space distribution and the behavior of the occupations; b) analysis of the occupation in the industry of transformation from the National Account for the period of 1990 the 1998, with the estimate of the impact of the increase of the importation coefficient.

---

*Mestre em Economia IPE/USP, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, ex Assessor Especial do Ministro do Trabalho e Emprego
rogerio.costanzi@uol.com.br

**Graduando em Estatística pela UNB
helio.ribeiro@mte.gov.br

1 – INTRODUÇÃO

A retração do emprego industrial na década de 90, quando a indústria deixou de ser uma importante fonte *geradora* de emprego de qualidade como foi ao longo do processo de substituição de importações, foi comumente interpretada, à época, como uma tendência definitiva, resultante de um processo contínuo de acirramento da competição global, em que o crescimento do produto estaria fadado a gerar cada vez menos emprego. A partir da inversão de rota do emprego industrial que se iniciou depois da desvalorização do câmbio de 1999, portanto, várias teorias caíram por terra. Contudo, há atualmente temores de que a valorização da taxa de câmbio real – que se situa em um patamar equivalente, em termos reais, àquele vigente no início do Plano Real, em 1994 – possa voltar a trazer prejuízos para a ocupação no setor fabril[1].

No sentido de compreender melhor todas as transformações por que vem passando o emprego no setor industrial, o objetivo do presente artigo é analisar a evolução do emprego formal na indústria de transformação de 1985 até 2004, utilizando os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. A primeira parte é composta da análise de alguns trabalhos sobre o tema e da descrição da evolução recente do emprego na indústria de transformação, analisando a tendência, a distribuição espacial e por porte de estabelecimento, assim como das mudanças ocupacionais. A partir dos dados das Contas Nacionais é feita uma estimativa do impacto do aumento dos coeficientes de importação na ocupação na indústria de transformação no período de 1990 a 1998.

2.1 BREVE ANÁLISE DE TRABALHOS SOBRE EMPREGO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

As análises sobre ocupação na indústria têm se desenvolvido, recentemente, em torno da dicotomia já mencionada entre o comportamento verificado na década de 90 e aquele observado de 1999 em diante. Em geral, os trabalhos buscam explicar como mudanças no câmbio e na balança comercial de bens e serviços afetaram as várias condicionantes do mercado de trabalho.

Gonzaga e Corseuil (2001), utilizando os dados da Pesquisa Industrial Mensal - PIM do IBGE para o período de janeiro de 1985 a agosto de 1999, estimaram os uma equação de demanda por trabalho com ajustamento parcial do emprego na indústria tendo como variáveis explicativas o produto e o custo salarial real médio, assim como uma variável de tendência. Por ajustamento parcial deve se entender que os autores consideraram também os custos de relacionados à movimentação (contratação e dispensa), o que faz, muitas vezes, com que o ajustamento do emprego se dê de forma mais lenta. Os autores chamam a atenção para o fato de que, de acordo com os dados da PIM, enquanto a produção industrial cresceu, em média, 1,25% ao ano entre 1990 e 1999, o emprego industrial caiu 5,8% ao ano, em média, no mesmo período. As estimativas da elasticidade produto do emprego no curto prazo se situam entre 0,025 e 0,037 e a elasticidade custo salarial do emprego no curto

[1] Se considerarmos a variação real do câmbio no período, deflacionada pelo IPA-OG (FGV)

prazo se situam entre zero e – 0,026. No longo prazo, os resultados foram mais dispersos, dependendo da especificação utilizada.

Ribeiro *et alii* (2004) apresentam algumas medidas de fluxo de emprego e de trabalhadores. Em seguida, usando os dados da RAIS, calculam esses fluxos na indústria de transformação e estimam o impacto de variáveis como *penetração de importações*, *participação das exportações*, *tarifas* e *taxa de câmbio setorial* sobre as diversas medidas de fluxo de emprego e trabalhadores.

As medidas de fluxo de emprego apresentadas são: (*i*) criação de emprego, (*ii*) destruição de emprego, (*iii*) rotatividade do trabalho[2], (*iv*) criação líquida de emprego[3] e (*v*) excesso de realocação de trabalho[4]. As medidas de fluxo de trabalhadores são: (*i*) admissões, (*ii*) demissões e (*iii*) rotatividade do trabalhador[5].

O trabalho usa dois modelos econométricos para analisar as mudanças no fluxo de emprego e no fluxo de trabalhadores. O primeiro é um modelo de diferença-em-diferenças e o segundo é um modelo estrutural baseado em Klein *et al.* (2000)[6]. Ambos modelos apresentam qualitativamente os mesmos resultados.

De acordo com os resultados obtidos a partir do modelo de diferença-em-diferenças, a forte desvalorização do Real ocorrida em 1999 teve um significativo efeito sobre a criação de trabalhos e sobre o crescimento líquido do trabalho. Além disso, essa mesma essa desvalorização reduziu as demissões.

De acordo com os resultados obtidos a partir do modelo estrutural, taxas maiores de abertura comercial diminuem o crescimento líquido do trabalho por meio de um aumento na destruição de trabalho e uma desvalorização da moeda aumenta o crescimento líquido do trabalho por meio de um incremento na criação de empregos. Além disso, a penetração de importações apresenta um efeito significativo de aumento nas demissões.

Chamon (1998) estimou que houve importante ganhos de produtividade do trabalho na indústria na década de 90 que permitiram estabilidade da produção com redução do emprego. Embora reconheça que sua análise não foi conclusiva sobre as causas desse processo, há suspeitas que a adoção de tecnologias mais intensivas em capital e substituição de insumos domésticos por importados ajudem a explicar tal resultado.

Sabóia (2001) analisou o processo de descentralização industrial ocorrido ao longo da década de noventa. A análise mostrou que, ao mesmo tempo em que a indústria se modernizava com aumento da produtividade, havia pouco crescimento econômico no país, acarretando forte redução do emprego, especialmente na região Sudeste, onde a indústria é mais desenvolvida. Os diferenciais salariais, a guerra fiscal, a implantação do Mercosul e o próprio nível de infra-estrutura e desenvolvimento local serviram de atrativo para que

[2] A rotatividade do trabalho é medida como a soma da criação de emprego e da destruição de empregos.
[3] A criação líquida de empregos corresponde à criação de emprego subtraída da destruição de emprego. Esse valor pode ser obtido também pela subtração das demissões do total de admissões.
[4] O *excesso de realocação de trabalho* é a rotatividade do trabalho após subtrair-se o valor absoluto da criação líquida de empregos. Essa medida serve para medir a "turbulência" no mercado de trabalho.
[5] A rotatividade do trabalhador é o total de admissões e demissões somados.
[6] Klein, M.; Schuh, S & Triest, R. Job Creation, Job Destruction, and the Real Exchange Rate, **NBER Working Paper**, # 7466, 2000.

o emprego se deslocasse para a região Sul, em especial para o Paraná, não apenas em setores industriais modernos, mas também nos tradicionais. O deslocamento do emprego beneficiou ainda a região Nordeste em setores tradicionais, com ênfase no estado do Ceará, onde a guerra fiscal foi muito acirrada, resultando na instalação e deslocamento de empresas em busca de menores salários e maiores benefícios fiscais. Finalmente, também a região Centro-Oeste recebeu parcela do emprego, em segmentos tradicionais e de baixo nível de desenvolvimento que se implantaram após o deslocamento da fronteira agrícola, beneficiados pelo aumento da oferta de matérias-primas e pelos baixos salários.

2.2- ANÁLISE DESCRITIVA DA EVOLUÇÃO DO EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

Os dados agregados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (MTE) mostram que houve crescimento pouco expressivo do emprego formal na indústria de transformação entre dezembro de 1985 a dezembro de 2004. No acumulado desse período foram gerados apenas 713 mil empregos formais no referido setor, ou 13,7% em 20 anos, equivalentes a um crescimento médio de 0,7% ao ano. Este crescimento médio anual, entretanto, deve ser tomado como um dado meramente ilustrativo, porque a trajetória do emprego na indústria de transformação no período não foi, de forma alguma, linear. Na realidade, o estoque de emprego formal na indústria de transformação em 2002 era praticamente o mesmo que em 1985: a trajetória do emprego nesse interregno mostra um grande vale, com forte queda, quase ininterrupta, de 1989 a 1998, e ascensão daí em diante. Nos anos de 2003 e 2004 foram gerados mais empregos na indústria de transformação (+717 mil) do que no período que vai de dez/1985 a dez/2002 (-4 mil).

TABELA 2

1 ESTOQUE DE EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO FORMAL NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO RAIS BRASIL,1985-2004

ANO	Estoque de Empregos Formais em 31.12	Variação Absoluta Anual	Variação Absoluta Acumulada desde 1985	Variação Relativa Anual em %	Variação em relação a 1985 em %	Variação Média Anual em relação a 1985 em %	Participação no Estoque Total de Emprego Formal
1985	5.213.804	---	---	---	---	---	25,4 %
1986	5.998.106	784.302	784.302	+ 15,0 %	+ 15,0 %	+ 15,0 %	27,1 %
1987	5.837.800	-160.306	623.996	-2,7 %	+ 12,0 %	+ 5,8 %	25,8 %
1988	5.870.602	32.802	656.798	+ 0,6 %	+ 12,6 %	+ 4,0 %	24,8 %
1989	6.151.654	281.052	937.850	+ 4,8 %	+ 18,0 %	+ 4,2 %	25,1 %
1990	5.464.436	-687.218	250.632	- 11,2 %	+ 4,8 %	+ 0,9 %	23,6 %
1991	5.106.018	-358.418	-107.786	- 6,6 %	- 2,1 %	- 0,3 %	22,2 %
1992	4.713.262	-392.756	-500.542	- 7,7 %	- 9,6 %	- 1,4 %	21,2 %
1993	4.771.353	58.091	-442.451	+ 1,2 %	- 8,5 %	- 1,1 %	20,6 %
1994	5.056.583	285.230	-157.221	+ 6,0 %	- 3,0 %	- 0,3 %	21,4 %
1995	4.897.517	-159.066	-316.287	- 3,1 %	- 6,1 %	- 0,6 %	20,6 %
1996	4.797.385	-100.132	-416.419	- 2,0 %	- 8,0 %	- 0,8 %	20,1 %
1997	4.703.756	-93.629	-510.048	- 2,0 %	- 9,8 %	- 0,9 %	19,5 %
1998	4.430.929	-272.827	-782.875	- 5,8 %	- 15,0 %	- 1,2 %	18,1 %
1999	4.603.893	172.964	-609.911	+ 3,9 %	- 11,7 %	- 0,9 %	18,4 %

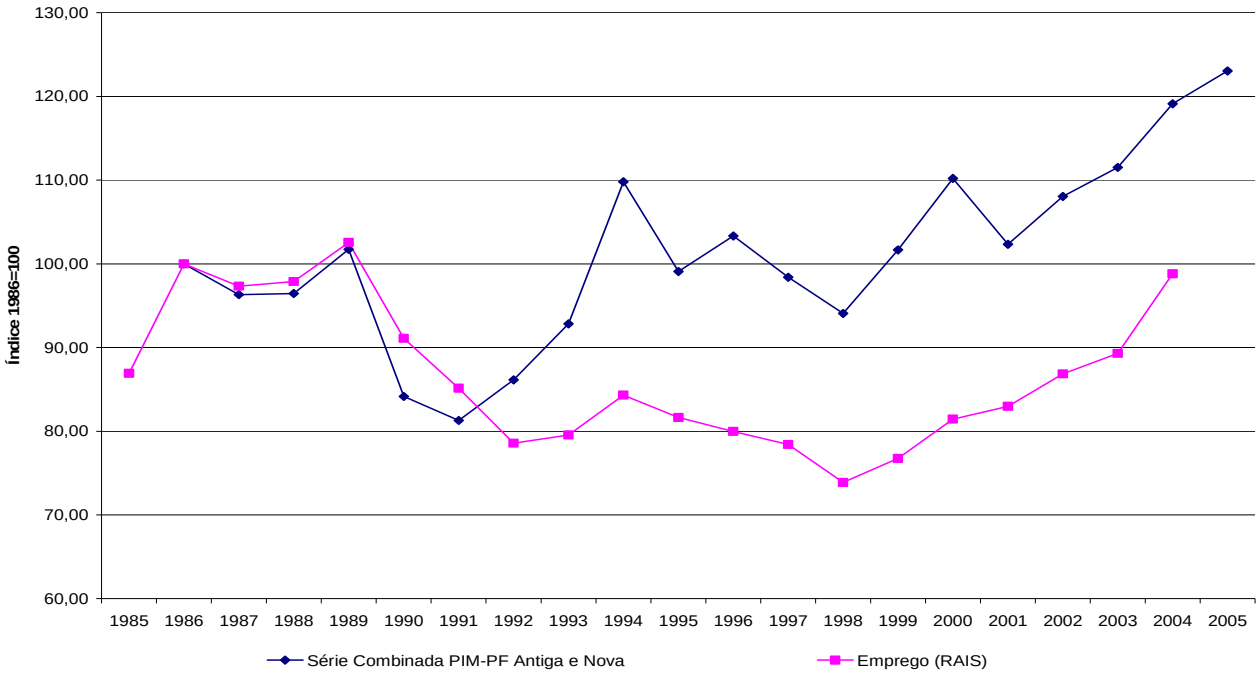
ANO	Estoque de Empregos Formais em 31.12	Variação Absoluta Anual	Variação Absoluta Acumulada desde 1985	Variação Relativa Anual em %	Variação em relação a 1985 em %	Variação Média Anual em relação a 1985 em %	Participação no Estoque Total de Emprego Formal
2000	4.885.361	281.468	-328.443	+ 6,1 %	- 6,3 %	- 0,4 %	18,6 %
2001	4.976.462	91.101	-237.342	+ 1,9 %	- 4,6 %	- 0,3 %	18,3 %
2002	5.209.774	233.312	-4.030	+ 4,7 %	- 0,1 %	0,0 %	18,2 %
2003	5.356.159	146.385	142.355	+ 2,8 %	+ 2,7 %	+ 0,1 %	18,1 %
2004	5.926.857	570.698	713.053	+ 10,7 %	+ 13,7%	+ 0,7 %	18,9 %

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego

O comportamento do emprego na indústria de transformação nos anos 90 aparentemente decorre (i) da ausência, ao longo de toda a década de 90, de um processo *sustentado* de crescimento do produto da indústria de transformação, bem como (ii) de uma aparente reestruturação do seu processo produtivo – ou mesmo da estrutura da própria indústria de transformação como um todo -, que se refletiu em um forte crescimento da produtividade do trabalho no período. Com efeito, o nível do produto da indústria de transformação oscila fortemente, de 1986 até 2001, praticamente em torno de um mesmo patamar inicial; por outro lado, somente entre 2001 e 2004 ele cresce 20,2%. Já o estoque de empregados da indústria de transformação se situa, em 2004, praticamente no mesmo patamar de 1986, apesar de o produto ter crescido praticamente 20% no mesmo período.

GRÁFICO 2.1

EVOLUÇÃO PROPORCIONAL DO DESEMPREGO E DA PRODUÇÃO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO ENTRE 1985 E 2004 (ÍNDICE BASE 1986=100)



Fonte: PIM-PF (IBGE) e RAIS (MTE); elaboração própria

Sobre os motivos que levaram a indústria brasileira ao processo de reestruturação que elevou a produtividade média da mão-de-obra industrial nos anos 90, um grande conjunto de autores (Gonzaga, 1996; Amadeo e Soares, 1996; Bonelli, 1996, e outros) apontam no sentido de mudanças

tecnológicas de processo e/ou na organização da produção, de caráter microeconômico, que teriam decorrido de novos critérios de racionalidade advindos do novo padrão de competitividade introduzido pelo (i) processo de redução das tarifas de importação e pela (ii) sobrevalorização da taxa de câmbio entre 1994 e 1999. Dados da balança comercial brasileira mostram uma explosão da importação de bens de capital, provavelmente direcionados à substituição de equipamentos velhos e/ou defasados. Essa corrida por bens de capital importados foi estimulada por um lado pelo novo padrão concorrencial introduzido pelas mudanças no câmbio e na estrutura das tarifas de importação e, por outro lado, possibilitada pela alteração dos preços relativos dos fatores de produção e pela redução dos preços absolutos dos equipamentos importados decorrente destas mesmas mudanças.

Dessa forma, o emprego só volta a crescer a partir de 1999, com a mudança na política cambial e conseqüente desvalorização do câmbio, que volta a alterar os preços relativos de bens de capital e o nível de concorrência externa a que estava submetida a indústria brasileira, que passou a crescer 3,2%a.a. em média no período de 1999 a 2004. Além disso, outros fatores como o bom desempenho recente da economia mundial, incentivos tributários como, por exemplo, a Lei Kandir, e o incremento do crédito, contribuíram sobremaneira para este resultado o desempenho exportador da indústria de transformação a partir da desvalorização cambial. As exportações de manufaturados cresceram de US$ 27,3 bilhões em 1999 para US$ 65,1 bilhões em 2004 (+ 138% ou + 15,6%a.a.)

De acordo com dados da Pesquisa Industrial Anual, o coeficiente de exportação, entendido como a participação das vendas externas no faturamento total, se elevou de 10,8% em 1996 para 20,4% em 2004. Esse aumento da importância relativa das exportações no faturamento da indústria tem pelo menos duas conseqüências importantes para o mundo do trabalho: em primeiro lugar, na medida em que a indústria passa a ter mais empregos dependentes de demanda externa, alterações na política cambial, ou mesmo oscilações no cenário internacional tendem a ter impacto muito mais imediato e inexorável sobre o emprego do que ocorria na década de 90. Por outro lado, o aumento nas exportações industriais tende a aumentar a concentração da produção e do emprego em grandes empresas, as quais, em geral, contratam de maneira formal.

No período de 1999 a 2004, a relação variação do emprego / variação do produto melhorou e se elevou para 1,9 depois de permanecer negativa nos anos de 1991 a 1999. Contudo, no período de 1985 a 2004, o incremento do emprego no setor fabril se deu em ritmo inferior à média dos setores (0,7%a.a. contra 2,3%a.a.) e a participação da indústria de transformação no emprego formal total caiu de 25,4% em 1985 para 18,9% em 2004, tendo chegado a 18,1% nos anos de 2003 e 1998.

Pode-se claramente distinguir 5 fases na evolução do emprego no período de 1985 a 2004: a) 1985 a 1989 – prevaleceu tendência de crescimento do emprego formal em especial pelo forte incremento da demanda agregada no ano de 1986 por conta do Plano Cruzado e a recuperação nos anos de 1988 e 1989, sendo que neste último ano o estoque de emprego atingiu o seu pico no período (6,2 milhões) que só voltou a ser atingido em 2004. Foram gerados, no acumulado desse período, 938 mil empregos; b) 1990 a 1992 – forte retração do emprego no ambiente recessivo a que foi submetida a economia em função do Plano Collor e também pelo início dos ajustes ao processo de abertura comercial (foram destruídos 1,4 milhão de empregos); c) 1993-1994 – crescimento do emprego em função da recuperação da economia, em especial no segundo semestre de 1994 por conta do início do Plano Real, e do aumento das exportações (foram gerados 343 mil empregos); d) 1995-1998 – retração em função do baixo crescimento do produto industrial acumulado e da valorização da taxa de câmbio real, que parece ter promovido uma nova série de ajustes a abertura comercial (foram destruídos 626 mil empregos); e) 1999

a 2004 – neste período se nota uma melhora que parece ter sido influenciada, entre outros fatores, pela desvalorização da taxa de câmbio real, que possibilitou forte aumento das exportações e menor competitividade das importações (foram gerados 1,5 milhão de empregos).

Do ponto de vista da análise de subsetores da indústria de transformação, podemos notar, conforme a tabela 2.2, que o comportamento foi bastante heterogêneo, de modo que os ramos mais intensivos em mão-de-obra e com menor complexidade tecnológica (calçados, têxtil, alimentos e bebidas, madeira e mobiliário) tiveram um desempenho melhor que aqueles cuja produção é mais intensiva em capital e mais complexa do ponto de vista tecnológico (metalúrgica, material de transporte, mecânica e material elétrico e de comunicações), embora existam exceções a este padrão geral.

TABELA 2.2

EVOLUÇÃO EMPREGO FORMAL POR SUBSETOR NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO RAIS BRASIL 1985-2004

SUBSETOR DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	Estoque em 1985	Estoque em 2004	Var. absoluta	Var. relativa em %	Participação em 1985 em %	Part. em 2004 em %
Minerais não metálicos	307.730	293.209	-14.521	-4,7	5,9	4,9
Metalúrgica	592.593	588.738	-3.855	-0,7	11,4	9,9
Mecânica	356.876	350.640	-6.236	-1,7	6,8	5,9
Material elétrico e de comunicações	299.616	210.559	-89.057	-29,7	5,7	3,6
Material de transporte	388.155	385.305	-2.850	-0,7	7,4	6,5
Madeira e do mobiliário	358.034	450.011	91.977	25,7	6,9	7,6
Papel, papelão, editorial e gráfica	289.668	324.878	35.210	12,2	5,6	5,5
Borracha, fumo, couros, peles e diversas	343.878	275.326	-68.552	-19,9	6,6	4,6
Química	480.527	610.457	129.930	27,0	9,2	10,3
Têxtil e vestuário	744.208	796.482	52.274	7,0	14,3	13,4
Calçados	242.533	312.579	70.046	28,9	4,7	5,3
Alimentos e bebidas	809.986	1.328.673	518.687	64,0	15,5	22,4
Total	5.213.804	5.926.857	713.053	13,7	100,0	100,0

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego

Este melhor desempenho do emprego dos setores intensivos em mão-de-obra não pode ser creditado ao comportamento da produção, a julgar pelos dados da produção industrial mensal física do IBGE que indicou, para o período de 1991 a 2004, maior crescimento da produção dos setores intensivos em capital vis-à-vis os setores intensivos em mão-de-obra: calçados, têxtil, vestuário e bebidas tiveram fraco desempenho e mesmo alimentos, madeira e mobiliário que tiveram performance bem melhor, ainda tiveram desempenho inferior a material de transporte (inclusive indústria automobilística), máquinas e equipamentos, celulose e papel, metalurgia básica, perfumaria, sabões e outros produtos de limpeza, material e equipamento de comunicações. Ou seja, aparentemente o que houve foi uma substituição mais intensa de trabalho por capital nos setores mais complexos do ponto de vista tecnológico vis-à-vis setores tradicionais e intensivos em mão-de-obra, a despeito destes últimos também terem investido em bens de capital.

As indústrias de material elétrico e de comunicação e as indústrias de borracha, fumo, couro, peles, similares e indústrias diversas foram as que mais perderam empregos tanto em termos de estoque quanto em termos

percentuais no período de 1985 a 2004 – experimentado uma redução de, respectivamente, 89.057 (-29,7%) e 68.552 (-19,9%) postos de trabalho formais. Também experimentaram redução do estoque de emprego formais no período de 1985 a 2004 os subsetores de produtos minerais não metálicos (-4,7%), mecânica (-1,7%), metalúrgica (-0,7%) e material de transporte (-0,7%).

A indústria de produtos alimentícios e bebidas foi a que teve melhor desempenho, em termos absolutos e relativos, na criação de postos de trabalho, aumentado o emprego em 518.687 novos postos (73% do total) e verificando, portanto, um aumento de 64% para o período de dezembro de 1985 a dezembro de 2004. A participação do referido setor no emprego total da indústria de transformação cresceu de 15,5% em 1985 para 22,4% em 2004. Este bom desempenho da indústria de alimentos está ligada ao incremento do *agrobusiness* no Brasil.

Outros setores que se destacaram na geração de empregos formais foram indústria química (130 mil ou + 27%), madeira e mobiliário (92 mil ou 25,7%), calçados (70 mil ou 28,9%), que cresceram acima da média da indústria de transformação como um todo. Os demais setores tiveram queda de importância relativa no emprego formal total da indústria de transformação.

Os setores alimentos e bebidas, têxtil e vestuário, química e metalúrgica foram os de maior importância no estoque total em 2004 e responderam por 56% do emprego total na indústria de transformação no referido ano, embora dois deles com queda de participação no período de 1985 a 2004 (têxtil e metalúrgica).

Como esperado, vários dos setores analisados foram afetados de forma mais significativa durante a década de 90 pelo processo de abertura comercial e valorização da taxa de câmbio real que ocorreu no período de 1994 a 1998 logo após o Plano Real, e, de modo geral, vários subsetores também melhoram sua performance a partir de 1999 com a crise cambial que promoveu expressiva desvalorização na moeda nacional. Entretanto, a sensibilidade da resposta às flutuações cambiais e também a variação da produção foi muito distinta entre os diferentes subsetores que compõem a indústria de transformação. Chama atenção que no período de dez/2002 a dez/2004 todos os subsetores tiveram geração de empregos formais, que denota que a retração de alguns subsetores no período de 1985 a 2002 foi ainda mais severa. Considerando o período de 1985 a 2002, a retração era de 80 mil empregos formais na indústria metalúrgica, de 117 mil postos de trabalhos formais no subsetor de material elétrico e de comunicações, de cerca de 72 no material de transporte, de 104 mil na indústria de borracha, fumo, couros, peles e diversas e de 11 mil na indústria têxtil e do vestuário.

Do ponto de vista da análise da distribuição geográfica do emprego na indústria de transformação, nota-se que a região Sudeste, no acumulado do período 1985-2004, foi a única que experimentou decréscimo no emprego. O estoque de empregos formais recuou em -345.570 e em termos percentuais foi igual a -10%. Nas demais regiões, no entanto, foi registrado aumento do estoque de emprego formal. Entre essas regiões destaca-se a região Centro-Oeste e a região Nordeste, que tiveram um aumento acumulado de 211,2% e 90,8%, respectivamente. As Regiões Sul e Nordeste também tiveram incremento do estoque de emprego formal no período de, respectivamente, 54,8% e 39,8%.

Como resultado a participação da Região Sudeste no estoque total de emprego formal da indústria de transformação caiu de 66,4% em 1985 para 52,6% em

2004, denotando um forte processo de relocalização industrial, com expressiva diminuição da concentração do emprego industrial na referida região. De qualquer forma, a região Sudeste ainda representava, em 2004, mais da metade do total de empregos formais da indústria de transformação no Brasil. Todas as demais regiões tiveram aumento da participação no estoque de emprego formal no período de 1985 a 2004. As Regiões Sul e Sudeste respondiam em 2004 por cerca de ¾ do emprego formal da indústria da transformação e, incluindo a Região Nordeste, este percentual se eleva para mais de 90%. Em termos absolutos, a maior geração de empregos formais ocorreu para as Regiões Sul (560 mil) e Nordeste (208 mil).

TABELA 2.3

EVOLUÇÃO EMPREGO FORMAL POR REGIÃO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
RAIS BRASIL 1985-2004

REGIÃO	Estoque em 12/1985	Estoque em 12/2004	Variação Absoluta 1985-2004	Var. em %	Participação no Estoque Total em 1985 em %	Participação no Estoque Total em 2004 em %
Região Norte	113.838	217.179	103.341	90,8	2,2	3,7
Região Nordeste	525.255	734.227	208.972	39,8	10,1	12,4
Região Sudeste	3.463.047	3.117.477	-345.570	-10,0	66,4	52,6
Região Sul	1.024.177	1.585.073	560.896	54,8	19,6	26,7
Região Centro-Oeste	87.487	272.901	185.414	211,9	1,7	4,6
Total	5.213.804	5.926.857	713.053	13,7	100,0	100,0

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego

No âmbito do referido processo de relocalização industrial, entretanto, nota-se que vários setores que concentravam suas atividades no Sudeste ou no eixo Sul-Sudeste realizaram investimento em outras regiões. A indústria de calçados, que era fortemente concentrada na Região do Vale dos Sinos no Rio Grande do Sul e na região de Franca, fez diversos investimentos, inclusive deslocamento de plantas, em cidades do interior dos Estados do Ceará, Bahia e na região metropolitana da Paraíba. A indústria de calçados do Nordeste, que respondia por 2,7% do emprego total do setor no Brasil em 31/12/1985, teve sua participação elevada para 24,9% no final de 2004. Neste período, enquanto foram gerados 71 mil empregos formais na indústria de calçados do Nordeste, nas demais regiões houve recuo de 1,3 mil no mesmo período.

Também houve investimentos da indústria têxtil e de vestuário no Nordeste, embora o interior de São Paulo e de Santa Catarina ainda continuem a ser importantes pólos de produtivos no referido setor.

A indústria automobilística, que era concentrada na Região Sudeste, em especial na região metropolitana de São Paulo, realizou investimentos nas regiões Nordeste (Bahia) e Sul (Gravataí - Rio Grande do Sul e São José dos Pinhais - Paraná). Também houve investimentos da indústria de material elétrico e de comunicações no distrito industrial de Manaus, que no período recente explica o fato que, pelos dados do CAGED, o estado do Amazonas estava entre aqueles com maior crescimento do emprego com carteira de

trabalho assinada, tendo em vista que uma das características marcantes do atual ciclo de crescimento é a expansão de crédito e o aumento do consumo doméstico de bens duráveis. Ademais, o ano de 2006 foi marcado por crescimento da demanda para esse setor em função da Copa do Mundo.

De um modo geral, estas alterações na distribuição espacial da indústria de transformação foram motivadas, entre outros fatores, por busca de menores salários e incentivos fiscais no âmbito do processo de reestruturação industrial que viveu a indústria na década de 90. O referido processo de reestruturação foi motivado pela abertura comercial e as mudanças econômicas como a estabilização de preços. Cabe, contudo, do ponto de vista das políticas públicas de desenvolvimento regional, questionar a sustentabilidade destes deslocamentos em setores de alta mobilidade como calçados ou a relação custo/beneficio do ponto de vista de geração de emprego de incentivos intensivos em capital como a indústria automobilística. Em especial, a chamada *'guerra fiscal'* acaba criando uma competição potencialmente danosa às finanças públicas, podendo levar a um jogo de soma zero entre as diferentes regiões e unidades da federação do país. Também contribuiu para este resultado o bom desempenho da indústria de alimentos cuja localização é menos concentrada na região Sudeste e mais próxima a produção agrícola e as novas fronteiras de produção como, por exemplo, o centro-oeste. Neste setor também houve deslocamento de plantas industriais da região Sudeste para o Centro-Oeste.

O processo de relocalização industrial não apenas resultou em uma menor importância relativa da região Sudeste mas em especial um deslocamento do emprego na indústria de transformação das regiões metropolitanas para as regiões não metropolitanas. Como pode ser visto pela tabela 4, enquanto o emprego na indústria de transformação teve queda de 23,8% nas regiões metropolitanas, no período de dezembro de 1985 a dezembro de 2004, no mesmo período, os postos de trabalho formais neste mesmo setor cresceram 54,1% nas regiões não metropolitanas. Em termos absolutos, enquanto nas regiões metropolitanas foram destruídos cerca de 643 mil empregos formais na indústria de transformação no período de dezembro de 1985 a dezembro de 2004, no mesmo período e no mesmo setor, foram gerados cerca de 1,4 milhão de postos de trabalho formais nas regiões não metropolitanas. Como resultado deste desempenho tão diferenciado, a participação das regiões não metropolitanas no emprego da indústria de transformação cresceu de 48,1% em 1985 para 65,2% em 2004, enquanto a das regiões metropolitanas caiu, no mesmo período, de 51,9% para 34,8%.

Este processo de relocalização industrial das regiões metropolitanas para as não metropolitanas está ligado à busca de menores custos com mão-de-obra, incentivos fiscais, existência de regiões não metropolitanas com oferta de trabalhadores qualificados e boa infra-estrutura, assim como pelo desenvolvimento da agroindústria cuja localização tende a ser fora das regiões metropolitanas. Também podem ter colaborado neste processo as deseconomias de escala das regiões metropolitanas.

TABELA 2.4

EVOLUÇÃO EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO RAIS BRASIL 1985-2004 NAS REGIÕES METROPOLITANAS

ITEM	EMPREGO INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO – RAIS	
	Regiões Metropolitanas*	**Regiões não metropolitanas**
Estoque em 12/1985	2.703.575	2.508.279
Estoquem em 12/2004	2.060.733	3.866.124
Variação Absoluta	-642.842	1.357.845
Variação Relativa em %	-23,8	54,1
Participação no total em 1985 em %	51,9	48,1
Participação no total em 2004 em %	34,8	65,2

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego. Foram consideradas as regiões metropolitanas de Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém.

Observando a desagregação do emprego formal por porte de estabelecimento nota-se que cresceu a importância relativa dos estabelecimentos de pequeno porte no emprego total do setor em detrimento dos estabelecimentos de maior porte. Os estabelecimentos com até 249 empregados aumentaram sua participação no estoque total de empregos formais de 45,2% em 1985 para 59,5% em 2004, enquanto os estabelecimentos com 1.000 ou mais vínculos ativos diminuíram sua participação de 25,3% para 17,5% no mesmo período. Como pode ser visto pela tabela 2.5, enquanto os estabelecimentos com até 249 empregados tiveram crescimento tanto do número de estabelecimentos quanto do estoque de empregados formais no período de 1985 a 2004, enquanto no mesmo período se nota forte redução tanto do número de estabelecimentos quanto do estoque de postos de trabalho formais das unidades com mais de 250 vínculos ativos.

A diminuição da importância relativa dos empreendimentos de maior porte comparativamente aqueles de menor porte poderia ter várias explicações, entre elas, a própria maior base de comparação, mas chama atenção a retração do emprego formal nas unidades de maior porte que poderia ser resultado da terceirização e/ou aparentemente do fechamento de plantas industriais de maior porte (queda de -10,4%). Nas unidades com 250 ou mais empregados, o número médio de postos de trabalho formais caiu de 722 em 1985 para 677 em 2004 (-6,1%). Contudo, naqueles estabelecimentos com 1.000 ou mais empregados o número médio de funcionários formais cresceu de 2.064 em 1985 para 2.078 em 2004, colocando em dúvida o impacto da terceirização nos estabelecimentos de maior porte. O aumento da importância relativa dos estabelecimentos de menor porte, com menos de 250 empregados, é resultado do crescimento expressivo do número de empreendimentos tendo em vista que houve queda do número médio de funcionários entre 1985 e 2004[7].

[7] Cabe destacar o expressivo incremento dos estabelecimentos com nenhum vínculo ativo no período de 1985 a 2004 (2.937,2%). Embora seja difícil em um primeiro momento explicar este aumento extraordinário, vários fatores podem estar pesando neste resultado: a) crescimento dos estabelecimentos não ativos que, contudo, não foram fechados formalmente, dada a dificuldade de fechar empresas no Brasil; b) o incremento pode ser resultados da contratação de trabalhadores com carteira como empresas jurídicas, em uma pseudo terceirização visando a redução da carga tributária, mas neste caso a tendência natural é que os estabelecimentos abertos seriam no setor de serviços e não na própria indústria. De qualquer forma é importante notar que a prática cada vez mais comum das firmas de transformar funcionários de altos salários de empregados com carteira em firmas jurídicas contratadas para prestação de serviços pode estar distorcendo as estatísticas sobre emprego formal.

TABELA 2.5

EVOLUÇÃO EMPREGO FORMAL NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO RAIS BRASIL 1985-2004 POR PORTE DE ESTABELECIMENTO

Porte do Estabelecimento - número de empregados	Estabelecimentos		Empregos		Variação do número de Estabelecimentos	Variação do Emprego Formal
	1985	2.004	1985	2.004		
Nenhum vínculo ativo	9.894	300.504	0	0	2.937,2	
Até 4	53.539	111.338	116.616	239.576	108,0	105,4
De 5 a 9	26.004	51.829	173.127	345.186	99,3	99,4
De 10 a 19	19.921	39.132	271.974	534.575	96,4	96,6
De 20 a 49	16.327	26.991	504.042	820.248	65,3	62,7
De 50 a 99	6.697	9.980	469.956	693.117	49,0	47,5
De 100 a 249	5.209	5.754	820.540	891.816	10,5	8,7
De 250 a 499	2.232	2.140	783.629	741.824	-4,1	-5,3
De 500 a 999	1.085	906	753.260	625.800	-16,5	-16,9
1000 ou mais	640	498	1.320.660	1.034.715	-22,2	-21,7
Total	141.548	549.072	5.213.804	5.926.857	287,9	13,7

Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego

Outra importante análise, inclusive para tentar examinar o papel da terceirização e do desenvolvimento tecnológico sobre os empregos na indústria de transformação, é a analise ocupacional. Neste caso foi tomado o período de 1985 a 2002, tendo em vista a mudança da Classificação Brasileira de Ocupações em 2003, sendo, portanto, um período estagnação do estoque de empregos no setor, com redução de quatro mil vagas, o que praticamente manteve, em 2002, o número de empregados de 1985. Em primeiro lugar se nota uma variação muito expressiva do quadro ocupacional na indústria de transformação com várias ocupações mostrando grande crescimento enquanto outras mostraram expressiva redução.

A análise das principais ocupações reforça a importância na criação de postos de trabalho no período de 1985 a 2002 das indústrias intensivas em mão-de-obra como a têxtil e de vestuário (costureiros e trabalhadores de costura), de alimentos ou agroindústria (trabalhadores na industrialização e conservação de alimentos, magarefes/abatedor e trabalhadores da cultura de cana de açúcar que melhorou seu grau de formalidade), calçados (trabalhadores de calçados) e madeira (trabalhadores de tratamento de madeira).

Chama atenção o crescimento da ocupação de serviços de conservação e limpeza de edifícios na indústria de transformação, a qual poderia se esperar, em função da terceirização, redução do estoque de empregados formais. Também em função do *downsizing* nas empresas e uma possível reestruturação dos níveis hierárquicos poderia se esperar redução dos gerentes, mas se registrou aumento dos gerentes de produção e também outros gerentes (administrativo, recursos humanos, comercial e de vendas) embora, em parte, este aumento pode decorrer do incremento do número de estabelecimentos. Também outras ocupações administrativas como agente/auxiliar administrativo, supervisor e promotor de vendas, recepcionista, operador de computador, digitador, operador de *telemarketing*, analista de sistemas e outros. Portanto, a grosso modo parecem ter crescido as ocupações ligadas a produção nos setores intensivos em mão-de-obra (calçados, têxtil, alimentos e madeira) e no setor químico e também fora da

linha de produção no setor de vendas. Entretanto, como será visto a seguir também foram destruídas várias ocupações não ligadas à produção.

O aumento da importância relativa dos estabelecimentos de pequeno porte pode ter influenciado no aumento da informalidade observado no período de 1985 a 2004 de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD considerando apenas os empregados: a participação dos empregados sem carteira cresceu de 16,9% em 1985 para 21,92% em 2004.

TABELA 2.6

PRINCIPAIS OCUPAÇÕES GERADAS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO RAIS 1985-2002 BRASIL RAIS

CBO (3 Dígitos)	RAIS 1985	RAIS 2002	Variação Absoluta	Variação Relativa
795 - Costureiros (confecção em serie)	199.443	257.001	57.558	28,86%
969 - Operadores máquinas fixas e equipam similares não classifica...	49.919	107.076	57.157	114,50%
773 - Magarefes e trabalhadores assemelhados	31.17	81.99	50.82	163,04%
552 - Trab serv. De conserv, limpeza de edifícios, logradouros públicos	47.037	94.499	47.462	100,90%
835 - Operadores de máquinas-ferramentas (produção em serie)	92.585	127.776	35.191	38,01%
903 - Trabalhadores de fabricação de produtos de plástico	97.246	126.106	28.86	29,68%
774 - Trabalhadores de industrialização e conservação de alimentos	58.419	85.293	26.874	46,00%
802 - Trabalhadores de calçados	194.436	220.019	25.583	13,16%
799 - Trab de costura, estofadores e trab. Assem. n clas sob outros...	36.899	58.543	21.644	58,66%
399 - Trab serv administrativos trab. Assemelh n/classificados s/o...	43.562	61.818	18.256	41,91%
959 - Trab constr. civil trab. assem. não classificados sob outro...	8.793	26.078	17.285	196,58%
731 - Trabalhadores de trabamento de madeira	11.013	26.696	15.683	142,40%
421 – Supervisores de vendas e trabalhadores assemelhados	26.507	41.983	15.476	58,38%
749 - Oper inst. processamento químicos trab. assem. n/clas s/outra	27.573	40.322	12.749	46,24%
892 - Ceramistas e trabalhadores assemelhados	55.932	68.154	12.222	21,85%
242 - Gerente de produção e de pesquisa e desenvolvimento	18.919	30.106	11.187	59,13%
Total	999.453	1.453.460	454.007	45,4%

Fonte: RAIS - Elaboração MTE

Como foi dito anteriormente, o período em análise apresentou redução do número de empregos, apesar do crescimento em algumas ocupações. A tabela das principais ocupações eliminadas mostra que efetivamente o desenvolvimento tecnológico e a modernização do parque industrial, com utilização de máquinas mais modernas e mais intensivas em capital, parece ter propiciado a destruição de ocupações específicas inclusive em setores intensivos em mão-de-obra, como o setor têxtil (tecelão, preparação de tecelagem, preparação de fibras), calçados (sapateiros) e bebidas (trabalhadores da fabricação de cerveja, vinhos e outras bebidas), sendo que neste último caso pode ter pesado o processo de concentração observado no setor que pode ter gerados ganhos de escala. Tal fato indica que o incremento do emprego nestes setores intensivos em mão-de-obra não se deu desacompanhada de um processo de modernização tecnológica, que portanto, não ficou restrita a segmentos industriais tradicionalmente intensivos em capital.

Claro, também, que houve redução de ocupações ligadas à produção, aparentemente pelo desenvolvimento tecnológico, em setores não tradicionais ou intensivos em capital como por exemplo: ajustadores mecânicos; desenhistas técnicos; engenheiros; técnicos de um modo geral; torneiros,

fresadores e retificadores; trabalhadores braçais não classificados sobre outras epigrafes; trabalhadores de elétricos e eletrônicos não classificados sobre outras epígrafes; torneiro mecânico; preparador de torno e trabalhadores da indústria naval. Tais resultados, embora de difícil compreensão para os leigos no processo produtivo industrial, dá indícios de que o desenvolvimento tecnológico e a modernização do parque industrial resultaram em destruição de ocupações tanto no setor intensivo em mão-de-obra quanto no intensivo em capital.

Na área administrativa ou não ligada a produção se nota que as principais ocupações destruídas foram de diretores, chefias de nível intermediário e aquelas ligadas a área de contabilidade (auxiliar/técnico de contabilidade). Nos dois primeiros casos, se mostra que a reestruturação organizacional das empresas industriais levou a redução dos diretores e níveis intermediários de chefia abaixo da gerência e, tendo em vista que o número de gerentes cresceu, há indícios que houve uma possível substituição de diretores por gerentes que também passaram a acumular atribuições de chefias intermediárias. Cabe destacar a expressiva redução do pessoal administrativo ligado à contabilidade que pode ter sido causada tanto pelo desenvolvimento tecnológico (computadores e desenvolvimento de software) que reduziram de forma expressiva a necessidade de pessoal nestas tarefas como a possibilidade de terceirização destes serviços em algumas empresas. Por sinal, um setor em que há indícios que a terceirização destruiu ocupações é aquele referente a seguranças e vigias, onde houve expressiva redução do estoque de empregados.

Quando se considera a divisão entre ocupações ligadas diretamente a produção e aquelas não diretamente ou indiretamente ligadas a produção nota-se que as primeiras registraram crescimento enquanto as últimas mostraram retração. Tal fato é um indicio que a reestruturação organizacional na indústria, que inclui a terceirização, possa ter sido mais importante para explicar o fraco desempenho do emprego industrial do que o desenvolvimento tecnológico na linha de produção, embora este último tenha sido responsável pela destruição de ocupações. Até porque o aumento da produtividade na linha de produção, se por um lado pode destruir ocupações, por outro lado, pode gerar empregos indiretamente pelo aumento da competitividade e pela redução de custos. Contudo, como colocado anteriormente, o desenvolvimento tecnológico deve ter pesado, também, na redução de ocupações não diretamente ligadas à produção como, por exemplo, o desenvolvimento de computadores deve ter destruídas ocupações ligadas à contabilidade.

A redução expressiva de ocupações não ligadas à produção (- 193 mil)[8] também é uma importante pista sobre o pouco usual relacionamento entre a produção e o emprego na indústria de transformação na década de 90, quando houve, simultaneamente, redução do total de ocupados com estabilidade ou mesmo incremento da fabricação de bens do setor fabril. Claramente, uma explicação para este aparente dilema, além do tradicional argumento do aumento da produtividade, é que parte expressiva da redução ocorreu em ocupações não diretamente ligadas a produção, o que torna mais fácil entender como o emprego recuou e a produção cresceu.

[8] A agregação utilizada mostrou que houve a destruição de 193.577l ocupações não diretamente ligadas à produção no período de 1985 a 2002, enquanto foi registrada a criação de 254.860 ocupações ligadas diretamente à produção. O somatório não totaliza a variação total no período pois para algumas ocupações não foi possível determinar se eram diretamente ou indiretamente ligadas à produção.

TABELA 2.7

PRINCIPAIS OCUPAÇÕES DESTRUÍDAS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO RAIS 1985-2002 BRASIL RAIS

CBO (3 Dígitos)	RAIS 1985	RAIS 2002	Variação Absoluta	Variação Relativa
701 – Mestres (empresa manufatureiras e de construção civil)	78.927	44.162	(34.765)	-44,05%
833 - Torneiros, frisadores, retificadores e trab. Assem.	98.191	69.992	(28.199)	-28,72%
752 – Fiandeiras e trabalhadores assemelhados	59.117	31.873	(27.244)	-46,08%
331 – Auxiliares de contabilidade,caixas e trabalhadores assemelhado	40.820	24.966	(15.854)	-38,84%
951 - Pedreiros e estucadores	28.098	13.121	(14.977)	-53,30%
859 – Elétricos eletrônicos trab. assem. não classificados sob outro...	29.120	14.261	(14.859)	-51,03%
754 – Tecelões	32.261	17.558	(14.703)	-45,58%
753 - Trabalhadores de preparação de tecelagem	29.514	15.010	(14.504)	-49,14%
301 – Chefes intermediários administrativo	41.042	27.315	(13.727)	-33,45%
840 - Ajustadores mecânicos	26.891	14.705	(12.186)	-45,32%
751 - Trabalhadores de preparação de fibras	25.859	13.694	(12.165)	-47,04%
772 - Trabalhadores de fabricação e refinação de açúcar	26.567	14.895	(11.672)	-43,93%
954 – Carpinteiros	19.223	7.615	(11.608)	-60,39%
756 - Trab. De acabamento, tingimento e estamparia prod têxteis	52.246	41.659	(10.587)	-20,26%
038 - Desenhistas técnicos	25.346	16.356	(8.990)	-35,47%
599 - Trab serv de turismo e embelez prot seg e trab. Assem. não clas.	14.062	6.701	(7.361)	-52,35%
704 - Contramestres de indústria têxtil	13.148	6.012	(7.136)	-54,27%
801 - Sapateiros	11.188	4.365	(6.823)	-60,98%
778 - Trabalhadores de fabricação de cerveja,vinhos e outras bebidas	20.058	13.660	(6.398)	-31,90%
	709.971	419.790	(290.181)	-40,87%

Fonte: RAIS - Elaboração MTE

3- ANÁLISE DO IMPACTO DAS IMPORTAÇÕES SOBRE A OCUPAÇÃO NA INDÚSTRIA NA DÉCADA DE 90 A PARTIR DOS DADOS DAS CONTAS NACIONAIS

Como colocado anteriormente, a década de 90 foi marcada por profundas transformações na economia brasileira: a abertura comercial e a estabilização de preços calcada em uma política de âncora cambial, que resultou em forte valorização da taxa de câmbio real. Essas mudanças forçaram um processo de reestruturação da indústria de transformação doméstica que, certamente, foi o setor mais afetado pela liberalização comercial. Esta reestruturação, infelizmente, foi sinônimo de redução de pessoal ocupado na indústria de transformação, na década de 90, em virtude da busca de redução de custos e ganhos de competitividade, muitas vezes obtidos por meio de enxugamento de mão-de-obra e/ou substituição de trabalho por capital. Também pesou, em alguns segmentos, a reestruturação decorrente do processo de privatização.

A combinação de abertura comercial e valorização real da moeda nacional acabaram por resultar em um forte incremento das importações no período de 1990 a 1998, quando as mesmas saltaram de US$ 20,7 bilhões para US$ 57,7 bilhões, ou seja, quase triplicaram. A relação importações / PIB cresceu de 4,4% para 7,3% do PIB neste mesmo período. Portanto, a liberalização comercial afetou o emprego na indústria de transformação de duas formas: a) diretamente pelo aumento das importações; b) indiretamente pela pressão por adoção de técnicas poupadoras de mão-de-obra, por ganhos de produtividade

e pelo barateamento de bens de capital que exigiam menor volume de trabalhadores;

Podemos sintetizar dizendo que há dois fatores reduzindo o emprego (aumento das importações e da produtividade em um cenário de estagnação econômica) e dois fatores favorecendo o mesmo (crescimento das exportações e da demanda doméstica). Contudo, dado o baixo crescimento econômico na década de 90, fortemente marcada pela busca da estabilidade de preços a taxas de juros reais elevadas e uma política de *stop and go*, prevaleceram os fatores que reduziram o emprego.

Sem dúvida nenhuma o período mais crítico para a ocupação na indústria de transformação é o período que vai de 1990 a 1998, pois se somam a abertura comercial, a recessão interna no começo da década de 90 e a valorização cambial no período de 1994 a 1998. A partir de 1999 se nota uma melhora do quadro da ocupação no setor fabril, em parte, pela alteração da política cambial e pelo melhor desempenho da produção industrial a partir de então.

O presente trabalho busca analisar o impacto do crescimento das importações no pessoal ocupado na indústria de transformação para o período de 1990 a 1998 por meio da análise dos dados das contas nacionais. Embora se reconheça que os ganhos de produtividade também tenham sido importantes para explicar a redução do emprego no setor fabril neste período, o mesmo é um efeito indireto da abertura comercial, sendo não trivial quantificar o impacto cuja causalidade tenha sido exclusivamente a redução das tarifas e barreiras não tarifárias. Além disso, na realidade, parece natural que as firmas busquem ao longo do tempo incrementos da produtividade de forma a ganhar competitividade.

Dado o objetivo de quantificar o impacto do crescimento das importações sobre o pessoal ocupado na indústria de transformação, a tabela 3.1 mostra a relação oferta total a preços básicos (sem impostos) / total de importações por segmento da indústria de transformação para os anos de 1990 a 1998.Também é calculado qual seria o aumento da produção industrial em 1998 caso a penetração das importações se mantivesse a mesma que era em 1990. Claro, que se trata de um exercício de estática comparativa, tendo em vista que parte das importações podem ter contribuído para aumento da produtividade e, consequentemente, em uma perspectiva dinâmica, em incremento da produção, assim como, se trabalha com a demanda e a oferta total apreços básicos de 1998 como dados exógenos, alterando apenas a composição da oferta entre produção doméstica e importações.

TABELA 3.1

COEFICIENTE DE IMPORTAÇÃO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BRASIL 1990 – 1998

Continua

SEGMENTO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	Importação / Oferta Total em 1990 em % (a)	Importação / Oferta Total em 1998 em % (b)	Variação (b) – (a)	Aumento da produção em 1998 caso coeficiente de importação em 1998 fosse igual de 1990 em %
PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS	1,3	2,9	1,6	1,7
PRODUTOS SIDERÚRGICOS BÁSICOS	1,0	1,7	0,6	0,7
LAMINADOS DE AÇO	2,8	6,6	3,7	4,0
PRODUTOS METALÚRGICOS NÃO FERROSOS	4,7	10,4	5,6	6,3
OUTROS PRODUTOS METALÚRGICOS	1,3	5,6	4,3	4,5
FABRICAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	14,0	26,2	12,2	16,6
TRATORES E MÁQUINAS TERRAPLANAGEM	1,4	12,3	10,9	12,4
MATERIAL ELÉTRICO	8,9	21,2	12,3	15,6
EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS	18,5	37,6	19,2	30,7
AUTOMÓVEIS, CAMINHÕES E ÔNIBUS	0,5	17,7	17,2	20,9
OUTROS VEÍCULOS E PEÇAS	9,0	22,8	13,8	17,9
MADEIRA E MOBILIÁRIO	0,4	2,6	2,2	2,3
PAPEL, CELULOSE, PAPELÃO E ARTEFATOS	2,5	5,9	3,4	3,6
PRODUTOS DERIVADOS DA BORRACHA	4,9	12,1	7,2	8,2
ELEMENTOS QUÍMICOS NÃO PETROQUÍMICOS	23,9	27,9	4,0	5,5
ÁLCOOL DE CANA E DE CEREAIS	4,6	0,1	-4,6	-4,6
GASOLINA PURA	0,0	0,1	0,1	0,1
ÓLEOS COMBUSTÍVEIS	3,1	11,8	8,7	9,9
OUTROS PRODUTOS DO REFINO	9,0	18,6	9,5	11,7
PRODUTOS PETROQUÍMICOS BÁSICOS	5,6	10,8	5,2	5,8
RESINAS	5,6	17,0	11,4	13,7
GASOALCOOL	0,0	0,0	0,0	0,0
ADUBOS	7,9	15,0	7,2	8,4
TINTAS	5,3	8,7	3,4	3,7
OUTROS PRODUTOS QUÍMICOS	4,5	12,4	7,9	9,0
PRODUTOS FARMACÊUTICOS E DE PERFUMARIA	7,1	14,9	7,8	9,2
ARTIGOS DE PLÁSTICO	2,2	7,9	5,7	6,2
FIOS TÊXTEIS NATURAIS	4,3	13,4	9,1	10,5
TECIDOS NATURAIS	1,1	1,7	0,7	0,7
FIOS TÊXTEIS ARTIFICIAIS	5,5	26,8	21,3	29,0
TECIDOS ARTIFICIAIS	1,7	11,7	10,0	11,3
OUTROS PRODUTOS TÊXTEIS	1,1	6,5	5,3	5,7
ARTIGOS DO VESTUÁRIO	0,5	3,5	2,9	3,0
PRODUTOS DE COURO E CALÇADOS	3,5	5,9	2,4	2,5
PRODUTOS DO CAFÉ	0,0	0,0	0,0	0,0
ARROZ BENEFICIADO	8,1	13,8	5,6	6,5
FARINHA DE TRIGO	0,0	3,0	3,0	3,0

SEGMENTO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	Importação / Oferta Total em 1990 em % (a)	Importação / Oferta Total em 1998 em % (b)	Variação (b) – (a)	Aumento da produção em 1998 caso coeficiente de importação em 1998 fosse igual de 1990 em %
OUTROS PRODUTOS VEGETAIS BENEFICIADOS	1,8	3,2	1,3	1,4
CARNE BOVINA	3,3	1,8	-1,6	-1,6
CARNE DE AVES ABATIDAS	0,0	0,0	0,0	0,0
LEITE BENEFICIADO	3,0	7,3	4,3	4,7
OUTROS LATICÍNIOS	2,9	3,0	0,0	0,0
AÇÚCAR	0,0	0,0	0,0	0,0
ÓLEOS VEGETAIS EM BRUTO	0,5	3,3	2,8	2,9
ÓLEOS VEGETAIS REFINADOS	1,9	3,3	1,4	1,4
OUTROS PRODUTOS ALIMENTARES INCLUSIVE RAÇÕES	1,6	4,4	2,8	2,9
BEBIDAS	4,2	4,4	0,2	0,2
PRODUTOS DIVERSOS	6,8	20,3	13,5	17,0
TOTAL	4,8	10,8	6,0	6,8

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das Contas Nacionais

Como pode ser visto pela tabela 3.1, a análise dos setores com maior coeficiente de importação e/ou aqueles que tiveram o maior incremento da penetração das importações foram segmentos como fios têxteis artificiais, equipamentos eletrônicos, material elétrico, automóveis, caminhões e ônibus, outros veículos e peças, fabricação e manutenção de máquinas e equipamentos, tratores e máquinas, resinas, tecidos artificiais e produtos diversos. Obviamente, estes também foram os setores cuja produção e emprego foram mais afetados pelas importações neste período. Houve aumento da penetração das importações em praticamente todos os segmentos no período de 1990 a 1998, exceto, abate de carnes bovinas. Na média da indústria de transformação como um todo (ponderada pela produção), a relação importações / oferta total a preços básicos cresceu de 4,8% em 1990 para 10,8% em 1998.

A partir deste impacto na produção pode-se estimar qual teria sido o emprego em 1998, caso o coeficiente de importação tivesse permanecido no mesmo patamar que em 1990. Para tanto, iremos supor que o incremento no emprego em 1998 seria diretamente proporcional ao suposto incremento da produção mostrado na tabela 3.1 e, portanto, supondo a produtividade do trabalho prevalecente em 1998. Desta forma, se busca uma estimativa apenas do impacto das importações no emprego, sem considerar os efeitos decorrentes do aumento da produtividade do trabalho.

A tabela 3.2 mostra a estimativa de qual teria sido o emprego caso em 1998 tivesse prevalecido o mesmo coeficiente de importações que em 1990 e o aumento que efetivamente ocorreu tivesse sido atendido pela produção e emprego domésticos.

TABELA 3.2

ESTIMATIVA DO IMPACTO DIRETO DO AUMENTO DO COEFICIENTE DE IMPORTAÇÕES NO PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO BRASIL 1990-1998

Continua

SEGMENTO	Pessoal Ocupado em 1990 (a)	Pessoal Ocupado em 1998 (b)	Estimativa de pessoal ocupado em 1998 caso coeficiente de importação fosse igual 1990 (c)	Variação efetiva (b) – (a)	Variação efetiva em %	Variação estimada decorrente do aumento do coeficiente de importações (b) – (c)
Minerais não metálicos	545.700	413.700	420.527	-132.000	-24,2	-6.827
Siderurgia	136.400	73.600	75.057	-62.800	-46,0	-1.457
Metalurgicos não ferrosos	71.800	55.200	58.679	-16.600	-23,1	-3.479
Outros metalúrgicos	707.700	662.700	692.772	-45.000	-6,4	-30.072
Máquinas e tratores	520.000	388.200	451.157	-131.800	-25,3	-62.957
Material elétrico	203.600	132.300	152.932	-71.300	-35,0	-20.632
Equipamentos eletrônicos	163.000	98.400	128.610	-64.600	-39,6	-30.210
Automoveis, caminhões e ônibus	108.400	67.500	81.602	-40.900	-37,7	-14.102
Outros veículos e peças	290.600	193.100	227.749	-97.500	-33,6	-34.649
Madeira e mobiliário	879.000	788.600	806.536	-90.400	-10,3	-17.936
Papel e gráfica	458.200	410.400	425.315	-47.800	-10,4	-14.915
Industria da borracha	82.600	48.300	52.237	-34.300	-41,5	-3.937
Elementos químicos	91.400	59.700	62.979	-31.700	-34,7	-3.279
Químicos diversos	197.800	161.100	167.491	-36.700	-18,6	-6.391
Farmaceutica e perfumaria	118.700	128.400	140.241	9.700	8,2	-11.841
Artigos de plástico	192.400	185.100	196.600	-7.300	-3,8	-11.500
Industria têxtil	408.000	231.000	249.537	-177.000	-43,4	-18.537
Artigos de vestuário	1.679.000	1.409.700	1.452.530	-269.300	-16,0	-42.830

SEGMENTO	Pessoal Ocupado em 1990 (a)	Pessoal Ocupado em 1998 (b)	Estimativa de pessoal ocupado em 1998 caso coeficiente de importação fosse igual 1990 (c)	Variação efetiva (b) – (a)	Variação efetiva em %	Variação estimada decorrente do aumento do coeficiente de importações (b) – (c)
Fabricação de calçados	433.700	334.500	343.022	-99.200	-22,9	-8.522
Indústria do café	71.000	71.600	71.609	600	0,8	-9
Beneficiamento de produtos vegetais	324.100	322.500	329.567	-1.600	-0,5	-7.067
Abate de animais	223.700	236.500	233.859	12.800	5,7	2.641
Industria de laticinios	59.500	58.200	59.574	-1.300	-2,2	-1.374
Industria do açúcar	81.100	76.200	76.215	-4.900	-6,0	-15
Fabricação de óleos vegetais	52.500	35.500	36.262	-17.000	-32,4	-762
Outros produtos alimentares	636.400	667.800	681.103	31.400	4,9	-13.303
Indústrias diversas	265.600	270.600	316.536	5.000	1,9	-45.936
TOTAL	9.089.500	7.629.500	8.042.129	-1.460.000	-16,1	-412.629

Fonte: Elaboração própria a partir das contas nacionais

Como pode ser visto na tabela 3.2, houve na indústria de transformação como um todo a redução efetiva do pessoal ocupado de 9,089 milhões em 1990 para 7,629 milhões em 1998, o que equivale a uma queda de 16%. Em termos absolutos, foram destruídos cerca de 1,460 milhões de ocupações[9]. Este resultado decorreu tanto do efeito direto do aumento do coeficiente das importações quanto do aumento da relação produto/emprego resultante da substituição de trabalho por capital e adoção de técnicas mais intensivas em capital no âmbito da reestruturação produtiva da indústria de transformação. A tabela 3.2 mostra também a estimativa que das 1,460 milhões de ocupações destruídas na indústria de transformação no período de 1990 a 1998 cerca de 413 mil podem ser atribuídas diretamente ao aumento dos coeficientes de importação.

[9] Formais e informais.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo mostrou que o emprego formal na indústria de transformação, como mostrado pelos dados da RAIS, apresentou baixo ritmo de crescimento no período de 1985 a 2004, sendo que o estoque de emprego formal em 2004 ainda era inferior ao valor observado em 1989. A principal explicação para este resultado decorre da retração do emprego no setor fabril na década de 90, mais especificamente, no período que vai de 1990 até o final de 1998. A literatura tradicionalmente associa este comportamento ao ajuste do setor secundário ao processo de abertura comercial e a valorização da taxa de câmbio real na segunda metade da referida década. Frente a estes desafios, a indústria teria buscado aumento da produtividade por meio de investimentos em tecnologia que substituiu mão-de-obra por capital, assim como, cresceu a importância de bens intermediários importados. Tais medidas explicariam o quadro de crescimento/estabilidade da produção com redução dos postos de trabalho formais.

O presente trabalho mostrou também que pesou o baixo ritmo de crescimento da produção industrial ao longo da década de 90. A análise ocupacional indicou que efetivamente o desenvolvimento tecnológico destruiu ocupações diretamente ligadas à produção tanto em setores intensivos em mão-de-obra (por exemplo, tecelão na indústria têxtil) como naqueles intensivos em capital.

A análise ocupacional mostrou, também, que, embora tenha havido incremento das ligadas a área de vendas e gerentes de um modo geral, as ocupações não diretamente ligadas á produção como um todo tiveram forte redução no período de 1985 a 2002, como por exemplo, diretores e chefias intermediárias e o pessoal ligado a contabilidade, sendo que neste último caso deve ter pesado o desenvolvimento tecnológico, mais precisamente os ganhos de produtividade advindos do computador. A redução de diretores e chefiais intermediárias é um indicio que a reestruturação organizacional das firmas industriais se deu, provavelmente, com aumento de atribuições dos gerentes que passaram a incorporar funções de diretores e/ou chefias intermediárias, sendo que estas últimas podem, na realidade, ter sido direcionadas a trabalhadores ainda mais abaixo na hierarquia.

De qualquer forma, chama-se atenção que a redução das ocupações não diretamente ligadas à produção dá indícios que a reestruturação organizacional tenha tido um peso grande na redução do emprego na década de 90 e ajuda a explicar o dilema de manutenção ou incremento da produção com redução do pessoal ocupado. A terceirização parece ter tido papel limitado pois, embora houve redução das ocupações ligadas a segurança e vigilância, houve, de forma inesperada, aumento das ocupações ligadas aos serviços de limpeza.

A análise do emprego na indústria de transformação por subsetores, pelos dados da RAIS, para o período de 1985 a 2004, mostrou, de um modo geral, que os segmentos intensivos em mão-de-obra tiveram aumento do emprego superior ao daqueles intensivos em capital, indicando que a substituição de trabalho por capital, que aparentemente ocorreu em ambos segmentos, foi feita de forma mais intensa nos últimos. Em termos percentuais, os subsetores que tiveram crescimento do emprego acima da média foram: alimentos e bebidas, química, calçados e madeira e mobiliário. Em termos absolutos, os maiores crescimento foram: alimentos e bebidas, química, madeira e mobiliário, calçados e têxtil/vestuário. O grande destaque foi, sem dúvida nenhuma, o segmento de alimentos e bebidas, que teve a maior taxa de

crescimento e respondeu por 518 mil dos 713 empregos criados pela indústria de transformação no período de 1985 a 2004 (cerca de ¾ do total), tendo sua participação no total crescido de 15,5% do total em 1985 para 22,4% em 2004. tal resultado está ligado ao forte avanço do *agrobussines* no Brasil neste período e também influenciou no processo de relocalização industrial em direção aos centros produtores da agropecuária como, por exemplo, a nova fronteira agrícola no centro-oeste.

Por sinal, um dos aspectos relevantes do emprego na indústria de transformação neste período que vai de 1985 a 2004 foi a referida relocalização industrial com a diminuição da concentração industrial na região sudeste e deslocamento das regiões metropolitanas para as não metropolitanas. Cabe destacar o expressivo deslocamento da indústria de calçados do Sul e Sudeste para o Nordeste (Ceará, Bahia e Paraíba). As explicações para esta relocalização industrial estão ligadas à busca de menores salários, incentivos fiscais no âmbito da chamada "guerra fiscal", melhora da oferta de mão-de-obra qualificada em regiões não metropolitanas e as deseconomias de escala nas regiões metropolitanas.

Na análise dos fatores que explicam o desempenho do emprego na indústria de transformação é importante chamar atenção para a própria produção industrial, que tece fraco desempenho ao longo da década de 90 e melhorou seu desempenho a partir de 2000.

O fato que o emprego teve fraco desempenho durante a valorização cambial da década de 90 e passou a ter desempenho melhor a partir da mudança da política cambial e da desvalorização em 1999 levanta a suspeita que o câmbio tenha tido um papel relevante para explicar o desempenho do emprego formal na indústria de transformação, assim como, cria o receio que o atual processo de valorização cambial possa comprometer, mesmo que parcialmente, o bom desempenho que vem ocorrendo desde 1999. O fato de que o coeficiente de exportação, entendido como a participação das exportações no faturamento total da indústria, tenha crescido de 10,8% em 1996 para 20,4% em 2004 mostra que atualmente alterações no câmbio tendem a afetar mais a produção e o emprego industrial com um impacto maior que no passado. Contudo, o dado de que quase 80% do faturamento da indústria ainda seria diretamente ligado ao consumo doméstico mostra a necessidade de relativizar o peso das exportações e leva a acreditar que o crescimento do mercado doméstico tende a ter um papel mais relevante que o câmbio. De qualquer forma, o crescimento das exportações de manufaturados parece ter sido relevante e, inclusive, uma das explicações do melhor desempenho do emprego formal no país é o incremento das exportações que, em geral, são muito concentradas em grandes empresas, as quais, tendem a contratar de maneira formal seus empregados.

A análise da ocupação na indústria de transformação também mostrou que a combinação de uma política de cunho liberal calcada em elevados juros reais e taxa de câmbio real valorizada levou a expressiva destruição de ocupações na indústria de transformação de acordo com dados das Contas Nacionais no período de 1990 a 1998: foram destruídas cerca de 1,460 milhões de ocupações (queda de 16,1). A estimativa indica que cerca de 413 mil dessas ocupações foram destruídas pelo aumento dos coeficientes de importação.

Portanto, os dados apresentados, deixam claro que é necessário cuidado na condução da política econômica, em especial a monetária e a cambial, por seus potenciais prejuízos ao mercado de trabalho. Ademais, os dados

apresentados também mostram a importância de cautela na atual conjuntura das negociações comerciais internacionais onde os países desenvolvidos pressionam por retomada das negociações de Doha. Os liberais tendem a superestimar os benefícios da liberalização comercial, concomitantemente com a subestimativa ou mesmo desconsideração dos prejuízos trazidos por tal processo sobre o emprego que se pode depreender de nossa experiência passada.

REFERÊNCIAS

AMADEO, E.; SOARES, R. R. **Abertura, Produtividade e Organização Industrial**. CIET/SENAI. Mimeo, 1996.

ARBACHE, Jorge Saba e CORSEUIL, Carlos Henrique. **Liberalização comercial e estruturas de emprego e salário.** Rev. Bras. Econ., Oct./Dec. 2004, vol.58, no.4, p.485-505. ISSN 0034-7140.

BONELLI, R. **Produtividade Industrial nos Anos 90: Controvérsias e Quase-Fatos**. In Economia Brasileira em Perspectiva - 1996. Vol2. Cap 27.

CHAMON, Marcos. **Rising wages and declining employment: The Brazilian manufacturing sector in the 90s**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998 (Texto para Discussão, n. 552).

GONZAGA, Gustavo e CORSEUIL, Carlos Henrique. **Emprego Industrial no Brasil: Uma Análise de Curto e Longo Prazos**. Revista Brasileira de Economia – RBE Outubro/Dezembro de 2001 páginas de 467 a 491. FGV/Rio de Janeiro.

IBGE. Contas Nacionais 1990 a 2003.

IBGE. Pesquisa Industrial Anual 2004.

KUME, H.; PIANI, G. E SOUZA, C. F. B. **A política brasileira de importação no período 1987-1998: Descrição e avaliação.** In: C. H. Corseuil e H. Kume (Eds), **A abertura comercial brasileira nos anos 1990: Impactos sobre emprego e salário**, Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho e Emprego e IPEA, 2003.

Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais 1985 a 2004.**

RIBEIRO, E. P. *et al.* Trade Liberalization, the Exchange Rate and Job and Worker Flows in Brazil. **Encontro da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia**, 2004.

SABÓIA, João. **Descentralização Industrial no Brasil na Década de 90: Um Processo Dinâmico e Diferenciado Regionalmente.** Encontro Nacional da ANPEC 2001.

SALM, C., SABÓIA, J., CARVALHO, P. G. M. **Produtividade na indústria brasileira: questões metodológicas e novas evidências empíricas.** Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 27, p. 377-396, 1997.

EXACERBAÇÃO DA CRISE DO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR E ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO FAMILIARES

*Laumar Neves de Souza**

*Iracema Brandão Guimarães***

*Leormínio Moreira Bispo Filho****

RESUMO

O objetivo deste artigo é compreender como as mulheres residentes na Região Metropolitana de Salvador (RMS) responderam ao fenomenal aumento da precarização do mercado de trabalho local, ocorrido entre os anos de 1997 e 2003. A tese que se defende aqui é a de que as mudanças ocorridas na economia brasileira, e em particular na economia baiana, na passagem dos anos 1990 para os 2000, impactaram de modo desigual não apenas o modo e as características da inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho da RMS — situação essa que implicou numa redução das assimetrias estruturais entre gêneros, previamente existentes —, mas trouxeram diferenciações de inserção nesse mercado importantes também entre as mulheres metropolitanas. Sustenta-se, adicionalmente, a idéia de que muito provavelmente foram as mulheres na condição de filhas aquelas que mais se lançaram às fronteiras do mercado de trabalho metropolitano, uma vez que era, precisamente, esse grupo de mulheres o que menos pressionava o referido mercado de trabalho no exato momento em que o mencionado processo precarização deixa, por assim dizer, de ser considerado grave e começa a assumir um caráter absolutamente alarmante.

Palavras-chave: trabalho feminino; divisão sexual do trabalho; estratégias familiares; mercado de trabalho e precarização.

---

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). laumar@sei.ba.gov.br

** Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA e Pesquisadora do Centro de Recursos Humanos/UFBA e do CNPQ. Iracema@ufba.br

*** Mestre em Economia pelo CME-UFBA. Técnico da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador. leorminio@hotmail.com

ABSTRACT

This article' objective is to understand how women who are resident in the Salvador Metropolitan Region (SMR) responded to the phenomenal increase in precarization of the local labor market, which occurred between 1997 and 2003. The thesis defended here is that the changes, which took place in the Brazilian economy, particularly in Bahia, when passing from the 1990s to 2000s, not only impacted the way and characteristics for inserting men and women in the SMR labor market in an unequal way (this situation involved a reduction in previously existing structural asymmetries between genders) but also brought important differentiations for insertion among metropolitan women in this market. Additionally, the idea that, very probably, it was women in their capacity as daughters who most threw themselves into the metropolitan labor market frontiers is sustained, as it was exactly this group, which less pressured the labor market at the exact moment in which the mentioned precarization process stopped being considered serious and started to take on an absolutely alarming character.

Key words: female labor, sexual division of labor, family strategies, labor market and precarization.

INTRODUÇÃO

Quando se historia as diferentes conotações e/ou significados atribuídos ao conceito de estratégias familiares no contexto dos estudos de população desenvolvidos na América Latina, constata-se que existe uma linha de investigação que tem privilegiado, de maneira especial, a análise de um aspecto vital nas estratégias familiares que é a participação e/ou inserção no mercado de trabalho dos diferentes membros da família.

Uma parte importante dessa linha de investigação é composta pelos estudos que se originaram a partir da necessidade de se conhecer de que modo a crise econômica e social que se abateu sobre os países dessa região, no alvorecer dos anos 1980, implicava em alterações nas estratégias familiares — notadamente as levadas a cabo pelas famílias que compunham os estratos sociais de menor poder aquisitivo[1].

No princípio dos anos 1990, bem como nos anos que se seguem, o interesse por esses estudos ganha novo fôlego em função de um processo de reestruturação econômica que agrava ainda mais as condições de funcionamento do mercado de trabalho, na medida em que provoca, entre outras coisas, uma elevação dos níveis de desemprego e uma diminuição generalizada dos rendimentos dos trabalhadores.

Efetivamente, as condições que imperaram na sociedade brasileira nesses dois períodos — redução das atividades econômicas, desemprego, inflação[2] e inexistência de políticas sociais compensatórias — provocaram a deterioração das condições de vida para extensas parcelas das famílias brasileiras, situação essa que trouxe, por conseguinte, severas restrições quanto às suas possibilidades de reprodução (MONTALI, 1990).

Tomando esses argumentos como pano de fundo, tem-se que o objetivo deste artigo é compreender como as mulheres residentes na Região Metropolitana de Salvador (RMS) responderam ao fenomenal aumento da precarização do mercado de trabalho local, ocorrido entre os anos de 1997 e 2003, e que se materializou, sobretudo, na elevação da taxa de desemprego de um patamar já extremamente desconfortável, para outro absolutamente insuportável.

Indiscutivelmente, a principal questão lançada por este artigo é procurar desvendar de que modo as transformações recentes na estrutura produtiva da economia da RMS, bem como do seu mercado de trabalho, se expressaram nas estratégias de inserção das mulheres metropolitanas no referido mercado.

Na realidade, espera-se identificar os principais traços da participação feminina no mercado de trabalho metropolitano no momento em que ocorreu, por assim dizer, o ápice da precarização desse mercado, ou seja, em 2003, e compará-los com aqueles que foram observados em 1997, período em que já se detectava um quadro bastante preocupante de deterioração das suas condições de funcionamento.

Vale notar que todas essas informações sempre são levantadas com a perspectiva de privilegiar a posição assumida pelas mulheres nas suas famílias, sem, contudo, estabelecer conexões mais aprofundadas tanto com a questão das diferentes fases de vida em que cada uma delas se encontra, quanto aos arranjos familiares aos quais pertencem.

---

[1] Tal foi a gama de trabalhos que procuravam esclarecer essa questão, que Telles (1988), há quase vinte anos, ao analisar especificamente a situação nacional, chamava atenção que perguntar como vivem os trabalhadores poderia, àquela altura, parecer redundante frente a tudo o que já se tinha escrito e discutido sobre as condições de vida e trabalho que vigoravam na sociedade brasileira. Segundo o argumento dessa estudiosa, eram inúmeras as pesquisas que apontavam para os vários expedientes mobilizados pelas classes trabalhadoras para fazer frente aos salários insuficientes, à rotatividade e instabilidade ocupacional, ao desamparo em que se encontravam os desempregados, à precariedade da assistência social, etc.

[2] Depois da implantação do Plano Real, o fenômeno inflacionário passou a estar sob controle, deixando, portanto, de acarretar sérios ônus para a vida das famílias brasileiras.

A tese que se defende aqui é a de que as mudanças ocorridas na economia brasileira, e em particular na economia baiana, na passagem dos anos 1990 para os 2000, impactaram de modo desigual não apenas o modo e as características da inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho da RMS — situação essa que implicou numa redução das assimetrias estruturais entre gêneros, previamente existentes —, mas trouxeram diferenciações de inserção nesse mercado importantes também entre as mulheres metropolitanas, as quais foram decisivamente determinadas pelas suas respectivas situações familiares e de idade.

Ao assumir essa perspectiva, busca-se comprovar que a tendência de expansão da participação das mulheres no mercado de trabalho metropolitano — fenômeno esse que, conforme já indicado, vem sendo observado há longa data — não é resultado de um movimento harmônico em termos de intensidade, ou seja, é decorrente dos variados níveis de pressão que elas exercem sobre esse mercado, situação essa que é, inequivocamente, afetada tanto pelas injunções do mercado de trabalho, quanto pelas suas diferentes situações familiares.

Tomando esse argumento como suposto, sustenta-se, adicionalmente, a idéia de que muito provavelmente foram as mulheres na condição de filhas aquelas que mais se lançaram às fronteiras do mercado de trabalho metropolitano, uma vez que era, precisamente, esse grupo de mulheres que menos pressionava o referido mercado de trabalho no exato momento em que o mencionado processo de precarização deixa, por assim dizer, de ser considerado grave e começa a assumir um caráter absolutamente alarmante. Nessa medida, advoga-se também o ponto de vista de que a crise do mercado de trabalho da RMS assumiu uma magnitude tão descomunal que forçou as famílias metropolitanas a se "libertarem", talvez, de forma definitiva, de determinados valores que lhes eram caros e que guardavam uma estreita correlação com todo o processo de construção da imagem social da família na sociedade brasileira, situação essa que, por certo, também, acabou trazendo intensos reflexos em termos das estratégias de vinculação de seus integrantes ao mercado de trabalho.

Dentro desse esquema de correção de rumo, espera-se que um dos eventos mais importantes tenha sido o "estilhaçamento" da "redoma" que, reforçada por valores culturais e sociais já em processo de mutação, "protegia" as mulheres que ocupavam, nas suas famílias, a posição de filhas das vicissitudes do mercado de trabalho, não as obrigando a ter uma participação mais efetiva como força de trabalho atuante e, portanto, lhes facultando uma condição de menor responsabilidade para com a manutenção material do grupo familiar. Caso isso venha se confirmar, de fato, os indivíduos dos dois sexos, nas condições de filhos e filhas, passariam a ter níveis de participação no conjunto da força de trabalho mais próximos, situação essa que os colocaria, conseqüentemente, numa condição de maior similaridade no que tange ao comprometimento em tentar satisfazer as necessidades de manutenção do grupo familiar.

Sublinhados esses pontos, cabe informar que o presente estudo se baliza nas informações produzidas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) para os anos de 1997 e 2003, o que só foi possível graças ao fato do volume de informações levantadas nesses dois momentos permitir a realização de um amplo leque de investigações sobre diversos aspectos do mercado de trabalho regional, especialmente sobre seus componentes estruturais.

Além desta introdução, o trabalho encontra-se dividido em mais quatro partes. Inicialmente, busca-se mostrar como o panorama de crise instalada no contexto nacional afetou a família brasileira. Em seguida, procede-se uma apresentação geral do mercado de trabalho da RMS. Assim, comparando o ano de 1997 a 2003, aborda-se como os

integrantes das famílias da RMS reagiram ao contexto de recrudescimento da crise instalada em 2003. Por fim, algumas considerações finais são emitidas.

UM DURO GOLPE PARA A FAMÍLIA BRASILEIRA

A crise econômica instalada na economia nacional logo no início dos anos 1980, aliada às transformações que se processaram na estrutura produtiva na década de 1990, operou no sentido de trazer à tona uma redefinição da relação família-trabalho, na medida em que implicaram, ao mesmo tempo, a diminuição da expansão das oportunidades de trabalho — o que contribuiu para a elevação do desemprego — e a precarização das relações de trabalho, materializada, principalmente, na eliminação dos postos de trabalho de melhor qualidade, no aumento da informalidade e na contração dos rendimentos do trabalho.

Essa redefinição da relação família-trabalho, de modo mais preciso, passou a ter lugar a partir do momento em que o principal mantenedor da família — papel esse tradicionalmente atribuído à figura do pai — se viu impossibilitado de continuar honrando os compromissos financeiros relacionados à manutenção da sua família. Em função disso, surge na família a necessidade de que outros membros (cônjuges, filhos e parentes) passassem a compartilhar responsabilidades quanto à obtenção de recursos financeiros e/ou materiais de modo a garantir a sua reprodução, situação essa que expressa o surgimento de rearranjos inovadores na relação família-trabalho que até então predominava, ao mesmo tempo em que indica mudanças na divisão sexual do trabalho na esfera familiar.

A ocorrência desse fenômeno, nas suas diferentes configurações, vem sendo acompanhada por vários estudiosos. Todavia, é Montali quem o tem analisado de forma mais sistemática e exaustiva nos últimos tempos. Segundo a cronologia indicada por essa pesquisadora, observa-se, de fato, nos anos 1980, uma tendência de redução do peso do chefe entre os ocupados da família e de ampliação da importância dos demais componentes da família.

Já na década seguinte detecta-se, em decorrência, certamente, dos efeitos da reestruturação produtiva e da mudança no padrão de absorção da força de trabalho, a configuração de um novo padrão familiar de inserção no mercado de trabalho. Em verdade, nesse momento, passou-se a verificar o escasseamento dos postos de trabalho ocupados predominantemente pelo público masculino, situação que promoveu crescente desemprego daqueles que eram os principais mantenedores das famílias (chefes masculinos e filhos, bem como filhas maiores de 18 anos) e maiores dificuldades de acesso dos jovens no mercado de trabalho, sobretudo a partir de 1992, o que elevou a sua taxa de desemprego.

Essas duas situações podem ser identificadas nas estatísticas levantadas por essa autora. Conforme o seu relato,

> [...] se no início da crise da década de 80 os chefes de família representavam cerca de 45% dos ocupados da família na Região Metropolitana de São Paulo e os filhos 32%, com a agudização da mesma, em 1983, sua participação cai e eleva-se a dos filhos para 36,4%... No entanto, nos anos 90 altera-se essa tendência. Nota-se o estabelecimento de um padrão, onde a participação dos chefes de família (masculinos e femininos) se mantém em torno de pouco menos que a metade dos ocupados da família e no qual cai, progressivamente, a participação dos filhos, mais especialmente a partir de 1992 e cresce progressivamente, desde 1985, a participação da cônjuge entre os ocupados da família.

Dessa maneira, observa-se a partir de 1992 até 2000, um padrão de inserção dos membros da família em que a participação do chefe (masculinos e femininos) fica ao redor de 48% dos ocupados, a participação da cônjuge cresce de 18% para 20% dos

ocupados e a dos filhos cai de 26%, para oscilar entre 24% e 25% e, outros parentes e não-parentes, oscilam ao redor dos 6% dos ocupados. Padrão bastante distinto da composição dos ocupados da família de 1981, quando o chefe representava 45,3% dos ocupados, a cônjuge 13,5% e os filhos 31,8% (MONTALI, 2004, p. 7-8).

Em função das mudanças que foram surgindo, passou a ser extremamente complicada a manutenção daquela situação em que a totalidade dos gastos familiares era coberta, exclusivamente, por um único provedor. Não por acaso, tornou-se inexoravelmente mais fluida a clara distinção de papéis existentes no interior da família, entre aqueles que são designados provedores e os que são considerados consumidores.

Esse foi, inequivocamente, um golpe muito duro disparado diretamente nas bases da família brasileira, na medida em que suscitou o aparecimento de uma nova configuração de poder entre marido e mulher, país e filhos, "ferindo", definitivamente, a "ferro e fogo", os ditames da tradição[3].

O MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO NA PASSAGEM DOS ANOS 1990 PARA OS 2000

Todas as considerações encaminhadas a seguir em relação ao comportamento do mercado de trabalho metropolitano tomam como suposto a idéia de que o seu tamanho e as suas características espelham as circunstâncias diretamente relacionadas às magnitudes de sua população, da sua economia e do seu mercado e, ainda, dos lugares que essa região ocupa na economia nacional e na global, na hierarquia de cidades e nos fluxos de bens, serviços e de força de trabalho (Borges, 2003b). É só a partir do momento que essas idéias estão muito claramente definidas que se pode fornecer o retrato desse mercado de trabalho na passagem dos anos 1990 para os 2000.

Feita essa ponderação, cabe assinalar, de imediato, que dentre todas as regiões metropolitanas do país, a RMS se distingue das demais em dois aspectos extremamente negativos, quais sejam, possuir a mais alta taxa de desemprego e congregar um considerável leque de trabalhadores claramente inseridos no âmbito da informalidade. Um conjunto de razões que justificam essa realidade pode ser encontrado nos elementos que conformam a dinâmica da economia local, mais precisamente nos fatores que condicionam sua demanda e oferta de força de trabalho.

Com efeito, a economia da RMS há muito se mostra incapaz de responder aos sinais emitidos pela oferta, no sentido de garantir baixas taxas de desemprego. Prova disso é que mesmo no auge do processo de desenvolvimento das forças produtivas da economia metropolitana, nos anos 1970 e 1980 (período no qual ocorreram expressivos investimentos tanto públicos quanto privados), não se conseguiu reduzir os excedentes de força de trabalho. Mesmo nesse período, mantém-se mais ou menos constante a proporção da PEA em atividades de baixa produtividade, associadas ao subemprego ou ao setor informal, bem como índices de desemprego elevados[4] (BORGES; FILGUEIRAS, 1995).

---

[3] Como muito bem informa Goldani (1993), essa família é exatamente aquela que, desde os tempos de outrora, sempre foi estimulada pela sociedade e reforçada pela Igreja Católica, tendo suas bases de sustentação alicerçadas na idéia do patriarcado onde, "naturalmente", a figura do pai exerce um papel de destaque dentro da hierarquia familiar, o que se manifesta, sobretudo, na autoridade que desempenha em relação à esposa e aos filhos. Ou dito em outros termos, ele (o pai) é o detentor "legítimo" da autoridade, ao passo que mulher e filhos ocupam a posição de subordinados.

Além dessa característica, esse modelo de família apoiar-se-ia, segundo essa mesma autora, em algumas outras noções fundamentais, dentre as quais se destacam: a monogamia (estado conjugal em que o marido só pode estar ligado a uma mulher e vice-versa); a indissolubilidade das uniões (fortemente influenciada pelo catolicismo onde se defende a idéia de que o que Deus uniu o homem não pode desunir) e a legitimidade da prole. E, por fim, uma última característica sua é a presença de parentes residindo no mesmo lar onde moram pai, mãe e filhos.

[4] Na opinião de Santos (1998), tais problemas acabaram por se constituir em características estruturantes desse mercado de trabalho.

Esse ponto de vista é ratificado por Azevedo (1999). Segundo esse autor, a economia da RMS foi fortemente afetada pelo processo de industrialização acelerado dos finais da década de 1970. Tal fato, conforme o seu relato, contribuiu para acentuar a heterogeneidade e complexidade de suas relações de trabalho, a qual se expressa na conformação de um cenário onde podem ser observadas relações tradicionais semi-escravas do trabalho doméstico, assim como uma miríade de formas particulares de contratos de conta-própria, subempreitadas, comércio ambulante e microempresas, juntamente com relações claramente assalariadas das grandes empresas.

Seguindo a interpretação sugerida por Borges e Filgueiras (1995), os anos 1980 caracterizaram-se como sendo um período de expansão do mercado de trabalho metropolitano. Segundo informam, no transcorrer desse período, houve uma ampliação de vagas na indústria, no comércio e, principalmente, nos serviços. Ao que parece, isso só foi possível graças à ocorrência de dois acontecimentos: 1) o expressivo volume de investimentos movimentado pelo Pólo Petroquímico e 2) o registro de um expressivo número de contratações, particularmente durante a primeira metade da década, na Administração Pública.

Tais autores ainda chamam a atenção para o fato de que a maior parte do aumento da ocupação (60,0%), registrado durante os anos 1980, foi motivado pelo crescimento do emprego no setor formal dessa região. Eles informam também que entre os anos de 1982 e 1989, seguindo uma trajetória de estruturação do mercado de trabalho, a participação dos empregados com carteira assinada no total de ocupados oscilou entre 51,0% e 55,0%.

Um outro elemento importantíssimo que ajuda a explicar o porquê da RMS possuir aqueles dois traços indeléveis é, precisamente, o fato do seu mercado de trabalho ter se constituído, de forma natural, em área de atração dos excedentes de força de trabalho existentes no interior do estado. Nas palavras de Borges (2003b, p. 76), esse espaço passou a ser "um ponto de referência para o constante 'ir e vir' que integra o modo de vida de contingentes numerosos de trabalhadores baianos, há décadas forçados a fazer do nomandismo um ingrediente indispensável na estratégia de sobrevivência da família".

Como se poderá comprovar na seqüência, nos anos 1990 e seguintes algumas das referidas fragilidades do mercado de trabalho metropolitano se acentuaram ainda mais. Uma delas é com certeza a insistência na manutenção de um comportamento de ampliação do seu excedente estrutural de força de trabalho, ou seja, do contingente de desempregados. Isso pode ser visualizado nos números fornecidos pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/RMS) para o período de tempo que cobre os anos de 1997 e 2003.

Nesse intervalo de tempo, 1997/2003, houve, inegavelmente, um aumento considerável do número de pessoas desempregadas. Basta ver que o contingente de desempregados aumenta sistematicamente, ano após ano, saltando de 292 mil, em 1997, para 468 mil, em 2003, movimento esse que corresponde a uma variação percentual de 60,3%. Essa ampliação do contingente de desempregados decorreu do aumento, muito superior, de 317 mil pessoas na PEA, relativamente ao crescimento verificado no contingente de pessoas ocupadas, da ordem de 142 mil, situação essa que indica que os mecanismos econômicos, capazes de dinamizar a economia da RMS e, portanto, criarem um ambiente favorável à expansão da renda e da ocupação, esboçaram um desempenho que ficou muito aquém do que foi observado para os mecanismos populacionais, ocasionados pela passagem da inatividade à atividade econômica (MENEZES, 2003).

Em termos de taxa, o desemprego total pula, nesse mesmo período, de um patamar de 21,6%, em 1997, para um outro, mais elevado, de 28,0% em 2003, situação essa que

equivale a uma variação percentual de 29,6%. Cabe salientar, no entanto, que a forma de desemprego que mais se manifestou, nesse intervalo de tempo, foi o chamado desemprego aberto, atingindo 168 mil pessoas em 1997 e passando a fazer parte da vida de 284 mil indivíduos em 2003.

Analisando mais detidamente o fenômeno de ampliação do desemprego percebe-se que o desemprego oculto, também, assumiu dimensões significativas. Dentro do contingente da população que se encontrava na condição de desemprego oculto, a parcela que mais cresceu foi a dos indivíduos classificados como desempregados ocultos por trabalho precário, saltando de 81 mil pessoas para 127 mil, variação percentual de 56,3%. Esse movimento é bem menos expressivo que o verificado para a parcela dos desalentados, haja vista que, de 1997 a 2003, o seu número pulou de 43 mil para 57 mil, o que implicou uma variação percentual de 31,1%.

Em face dessa diferença de comportamento na manifestação dos desempregos ocultos por trabalho precário e por desalento, cabe indagar quais seriam suas motivações. Uma argumentação interessante e que, certamente, contempla uma resposta satisfatória para esse fenômeno é a seguinte: num ambiente fortemente marcado pela queda dos rendimentos do trabalho, como tem sido o caso da economia brasileira, e da baiana em especial, torna-se praticamente impossível abster-se, por completo, da busca por uma ocupação de caráter regular e/ou até mesmo irregular por parte das pessoas que se encontram na condição de desempregados.

Isso, por certo, provoca reformulações importantes nas estratégias de inserção dos diferentes membros das famílias, tendo em vista que o padrão de vida de cada uma delas está intimamente relacionado com o nível de rendimento auferido por seus membros ao desempenharem qualquer tipo de ocupação no mercado de trabalho. Em virtude dessa realidade é que, desesperados, muitos trabalhadores, visando obter algum tipo de rendimento, partem para desempenhar as atividades mais precárias possíveis para não agravar, ainda mais, o padrão de vida das suas famílias, fato esse que contribui, conseqüentemente, para elevar as taxas de desemprego oculto por trabalho precário.

Intuitivamente, esperar-se-ia que esse panorama de elevado desemprego devesse potencializar ainda mais a precarização do padrão de uso e remuneração da força de trabalho metropolitana. Todavia, esse cenário pouco animador não se confirmou na sua integralidade, haja vista a constatação de um maior nível de formalização da força de trabalho. Ou seja, amplia-se — seguindo a linguagem sugerida por Borges (2003a e 2003b) — a participação do chamado "núcleo duro", estruturado do mercado de trabalho metropolitano, o qual é formado pelos postos de trabalho e trabalhadores assalariados cujas relações de trabalho são regidas pelo estatuto do trabalhador, o qual, conforme esclarece essa autora, está consubstanciado, fundamentalmente, na Consolidação das leis do Trabalho (CLT), no Estatuto do Funcionário Público e na Previdência Social.

Antes, porém, de apresentar os números que espelham a ocorrência desse fenômeno — que pelo menos no plano mais imediato parece desmentir a argumentação em favor da exacerbação do cenário de precarização — é preciso que se ressalte que a sua configuração, na passagem dos anos 1990 para os anos 2000, gerou grande surpresa, pois, como alertaram Borges e Guimarães (1997), em função dos processos de reestruturação produtiva e abertura econômica, em curso na economia brasileira desde o início dos anos 1990, tornar-se-ia ainda mais débil a capacidade da economia da RMS de gerar empregos, sobretudo empregos de qualidade.

Segundo as indicações colhidas, por essas autoras, para a primeira metade da década anterior, tais processos provocaram diminuição dos postos de trabalho no setor organizado da economia e, particularmente, na sua moderna indústria de transformação.

Nesse contexto, acabou-se, por conseguinte, reforçando a importância das atividades com baixa produtividade, e ditas informais, na absorção da oferta de força de trabalho.
Nessa medida, havia toda uma expectativa de continuidade desse quadro na seqüência imediata dos anos. Entretanto, ao se analisar a distribuição dos ocupados segundo a posição na ocupação na RMS, para os anos de 1997 e 2003, tem-se a real magnitude desse fenômeno de formalização. Enquanto em 1997, os trabalhadores com carteira de trabalho assinada do Setor Privado juntamente com os assalariados do Setor Público representavam 45,3% dos ocupados, em 2003 expandem essa participação para 48,9%. Esse é um fenômeno por demais importante para o mercado de trabalho da RMS, tendo em vista que é a partir desse "núcleo duro" que se estruturam as outras condicionantes do mercado de trabalho metropolitano.
O problema é que essa maior formalização do mercado de trabalho da RMS se processou e/ou esteve condicionada simultaneamente à ocorrência de fatores prejudiciais à própria dinâmica de funcionamento da economia dessa região, como é o caso, por exemplo, da queda de rendimento dos trabalhadores. Isso é também o que revela as informações divulgadas pela PED/RMS sobre o rendimento médio real dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal para os anos de 1997 e 2003.
Os ocupados sofrem uma redução de seus rendimentos da ordem 20,1% (passando de R$ 889, em 1997, para R$ 710, em 2003), ao passo que os assalariados enfrentam uma queda, ligeiramente menor, da ordem de 19,7% (passando de R$ 1.005 para R$ 807). Analisando, especificamente, a situação em termos de rendimento real médio dos assalariados com carteira de trabalho assinada, no período 1997 a 2003, em contraposição àqueles que não a possuem, percebe-se uma queda bem mais pronunciada para os primeiros, algo em torno de 20,3%, do que a que foi medida para esses últimos, a qual ficou no patamar de 3,0%.
Em virtude de tudo isso que foi relatado, chega-se à conclusão que os trabalhadores metropolitanos e, portanto, suas respectivas famílias, passaram, possivelmente, durante o período em foco, por grandes dificuldades no sentido de garantir a manutenção do seu padrão de vida, pois, como bem coloca Borges (2006),

> [...] o ônus do desemprego e da ocupação precária não são suportados exclusivamente pelos indivíduos que os vivenciam. Pelo contrário, esses processos afetam um número bem maior de pessoas do que as vítimas normalmente contabilizadas nas estatísticas, porque os desempregados e os trabalhadores precarizados integram famílias que serão mais ou menos afetadas pelas experiências vivenciadas por seus membros no mercado de trabalho, em função da sua composição, da posição que o trabalhador atingido ocupa na família e dos recursos que essas dispõem para enfrentar as desventuras de um ou mais dos seus membros (BORGES, 2006, p. 8).

Ainda seguindo o relato dessa estudiosa, a RMS registrou um expressivo crescimento do número de famílias com pelo menos um de seus membros nas fileiras dos desempregados e/ou ocupados em postos de trabalho precários. De acordo com os dados que conseguiu levantar, o número de famílias com desempregados quase triplicou, sofrendo um acréscimo de impressionantes 182% (BORGES, 2006).
No caso daqueles trabalhadores que se encontravam na condição de ocupados, no intervalo de tempo em foco, certamente as adversidades surgiram em função da queda dos rendimentos auferidos. Já para aqueles trabalhadores que se depararam com a condição de desocupados, os reveses se originaram no fato de enfrentarem uma dificuldade homérica para se engajarem em alguma atividade que lhes assegurassem uma contrapartida monetária que fosse capaz de permitir, em não raros casos, a satisfação das necessidades mais elementares, como as relacionadas à alimentação.
É precisamente em função da impossibilidade de permanecer nessa situação por tempo indeterminado que o desempregado metropolitano é levado, como evidenciado

anteriormente, a se satisfazer com alternativas ocupacionais mais precárias, fato esse que expande o grau de informalidade econômica, ou então com alternativas socialmente mais excludentes tais como auxílio de familiares e parentes.

Essa foi, diga-se de passagem, uma das principais conclusões de Menezes (2003). De acordo com as informações reveladas por esse estudo,

> [...] as estratégias de sobrevivência dos desempregados são muito diferenciadas. Quando vistas pela ótica do gênero, tem-se que as mulheres desempregadas recorrem relativamente mais ao auxílio de familiares que trabalham (65,4%), ajuda de parentes (51,2%) e trabalhos irregulares (19,5%). Os homens, embora optando pelos mesmos mecanismos, se diferenciam nas proporções, de forma que recorrem preferencialmente aos familiares que trabalham (52,3%) e ao auxílio de parentes (48,1%). Quanto às formas mais formais de sobrevivência, mesmo considerando os baixos percentuais, pode-se observar uma maior inclinação dos homens para o uso do seguro desemprego (2,4%) e do FGTS (2,0%) e aposentadorias e pensões (2,0%) (MENEZES, 2003, p. 30).

CARACTERÍSTICAS DA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DA RMS POR CONDIÇÃO NA FAMÍLIA

Depois de ter feito uma breve reconstituição dos fatos que evidenciam como a relação família-trabalho se viu afetada diante das recorrentes convulsões da economia nacional e de ter sido realizada uma discussão sobre algumas das principais características do mercado de trabalho da RMS, é chegado o instante de constatar em que medida os diferentes integrantes das famílias metropolitanas reagiram ao contexto de agravamento da crise de precarização que se instalou no mercado de trabalho da RMS no período 1997/2003.

Antes, porém, de ir às "fotografias" que retratam essa realidade, revela-se prudente, e de bom tom, esclarecer que, em grande medida, toda a análise que segue — a qual procura observar os rebatimentos do aprofundamento da crise do mercado de trabalho da RMS, no período referido, em termos de mobilização para o trabalho dos diferentes integrantes da família metropolitana, dando ênfase especial, evidentemente, à participação esboçada pelas mulheres —, acaba sendo uma espécie de "atualização" de todo um esforço interpretativo que fora empenhado por outros estudiosos, notadamente Borges e Guimarães (1997, 2000), Souza (2001), Borges (2006) e Garcia, Rodarte e Costa (2006), com vistas a captar as nuances da participação feminina no referido mercado em outros horizontes temporais.

Nessa medida, alguns dos resultados encontrados neste estudo já tinham sido avistados/percebidos em trabalhos anteriores, ou seja, incluem-se no *hall* de tendências há muito detectadas pelos estudiosos que se dedicam a investigar as transformações que vêm acontecendo, no decorrer do tempo, na relação família-trabalho. Fazer essa ressalva é importante na medida em que evidencia o quanto o presente é tributário daqueles que o precederam, condição essa que assegura que muitas das informações que serão analisadas na seqüência não "caíram" aqui, por assim dizer, de pára-quedas.

Assinalados esses pontos, cabe ir logo dizendo que as estatísticas produzidas pela PED para a RMS, nos anos de 1997 e 2003, demonstram que todos os membros da família, à exceção dos indivíduos do sexo masculino que se encontravam na posição de chefes, passaram a exercer, em graus variados, uma mobilização mais intensa no sentido de pressionar o mercado de trabalho metropolitano.

Esse foi, inequivocamente, o sinal mais contundente do "contra-ataque" perpetrado pelos integrantes das famílias metropolitanas, em resposta ao espantoso avanço da precarização pelo qual passou o mercado de trabalho local nesse período, materializado, conforme já indicado anteriormente, no crescimento brutal da taxa de desemprego e na queda bastante expressiva do rendimento dos ocupados.

Esse movimento, em certo sentido, causa uma relativa estranheza para aqueles menos acostumados e, portanto, pouco afeitos à lógica de funcionamento do mercado de trabalho. Isso porque, o senso comum recomenda que não parece ser uma atitude racional tentar se engajar nesse mercado em momentos que ele se apresenta mais hostil à entrada de trabalhadores.

Esse ponto de vista, sem sombra de dúvida, encerra uma grande dose de razoabilidade, pois parece mais plausível que os trabalhadores devessem se manifestar mais ativamente, oferecendo sua força de trabalho ao mercado, exatamente no momento em que houvesse, por assim dizer, um aquecimento da demanda de trabalho, conjuntura essa que provoca, via de regra, uma diminuição do desemprego e pode causar, porém não necessariamente, algum impacto positivo no rendimento dos trabalhadores.

No entanto, foi precisamente por se tornar um ambiente menos receptivo a alguns trabalhadores que queriam, e precisavam, vender sua força de trabalho[5], que alguns outros que até então, por razões as mais diversas, não pressionavam, partiram, também, para oferecerem a sua força de trabalho. O estabelecimento de uma tal situação, trouxe, como corolário imediato, o aumento da pressão sobre o referido mercado, fenômeno esse que se traduziu e/ou foi captado pela elevação da taxa de participação.

Nessa medida, o mercado de trabalho acaba por se constituir num contexto que atrai trabalhadores tanto em situações de expansão da atividade econômica e, por conseguinte, da ocupação e da renda, quanto em momentos que, em tese, seriam menos adequados, como foi o caso do período que compreende os anos de 1997 e 2003, etapa na qual os indicadores mais gerais do mercado de trabalho metropolitano, a exemplo da taxa de desemprego, revelavam a configuração de uma situação de extrema dificuldade para os trabalhadores, tendo em vista que parte considerável deles não conseguia êxito quando ofertava sua força de trabalho.

Isso significa dizer, em outros termos, que, "paradoxalmente", quanto mais esse mercado frustrava, nesse intervalo de tempo, as intenções de oferta de trabalho dos trabalhadores metropolitanos, um conjunto cada vez maior deles se colocava à disposição para trabalhar, processo esse que, por via de conseqüência, expandia ainda mais a oferta de trabalho — pressionando as taxas de desemprego na direção da "estratosfera" — e forçava uma excessiva queda dos níveis de rendimentos dos trabalhadores.

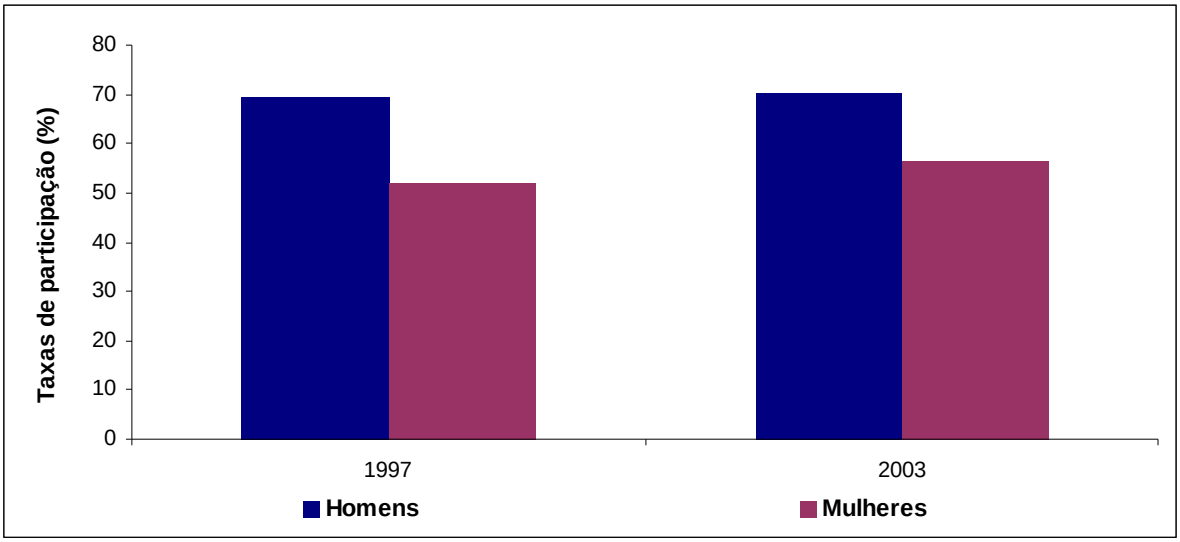
CRISE INTENSIFICA PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO METROPOLITANO

Tendo isso em mente, pode-se afirmar, com base nas informações levantadas pela PED, que, de uma forma geral, foram as mulheres, sobretudo aquelas que estavam no papel de filhas, que mais ampliaram, no período de tempo em foco, a participação no mercado de trabalho regional. Prova desse maior ímpeto das mulheres, vis-à-vis aos homens, em se colocarem à disposição do mercado de trabalho, nesse momento de crise, é encontrado no fato de que enquanto a taxa de participação delas cresceu por volta de 7,8% (saindo

[5] Ao mencionar essa questão não se pode esquecer de fazer referência, novamente, às observações de Offe e Hinrich (1989, p. 49) em relação à posição estratégica especialmente desvantajosa da "mercadoria" força de trabalho no mercado. Segundo a letra desses dois autores, apesar da força de trabalho ser tratada em todos os mercados como mercadoria, a mesma não chega a esses mercados como grande parte das outras mercadorias. "Nas demais mercadorias, a quantidade, a qualidade, o local e o momento da oferta dependem de quais expectativas o respectivo ofertante pode ter sobre a possibilidade de colocação da sua oferta (ou pelo menos com elas variam em termos de estratégia de mercado). O surgimento de mercadorias 'autenticas' nos mercados é regulado, ou pelo menos condicionado pelo critério de suas possibilidades de venda. E é exatamente isso que não acontece com a 'mercadoria' força de trabalho. [...] A força de trabalho depende do abastecimento continuado com meios de subsistência, que só pode ser obtido com sua 'venda', não pode 'aguardar' oportunidades de venda mais favorável, a não ser em limites muito estreitos".

do patamar de 51,9%, em 1997, para 56,3%, em 2003), a deles apresentou uma elevação mais modesta, da ordem de 1,4%, visto que saiu de 69,3%, em 1997, para 70,3%, em 2003 (Gráfico 1).

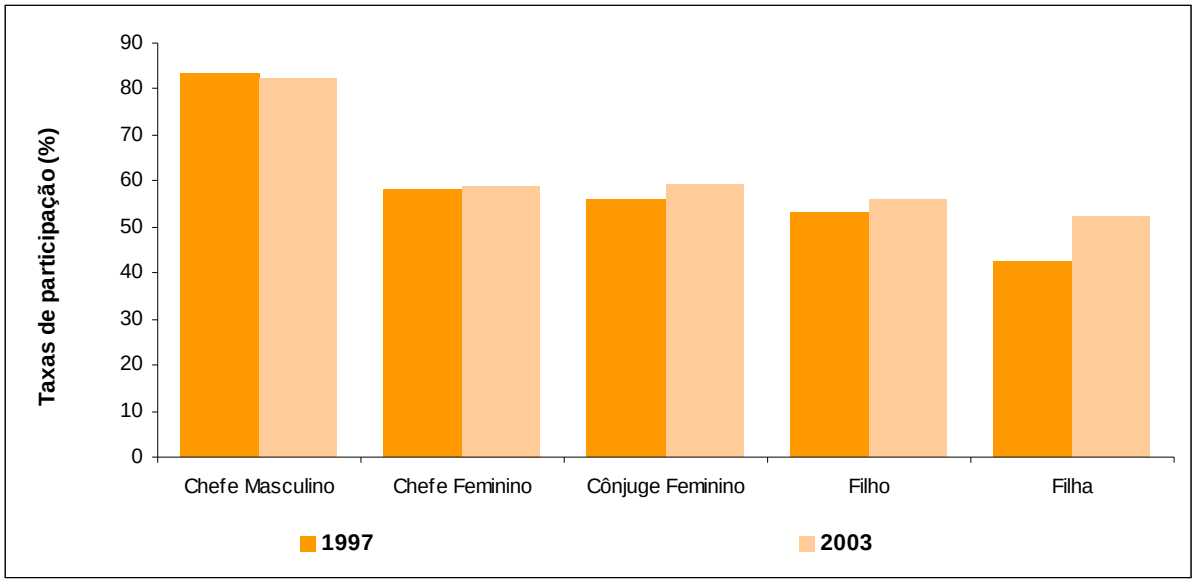
Gráfico 1 – Taxas de participação, por sexo, Região Metropolitana de Salvador, 1997-2003



Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.

No caso específico das filhas, observa-se uma elevação substancial da sua taxa de participação, que pulou do patamar de 42,4%, em 1997, e foi para 52,2%, em 2003, situação essa que equivaleu a uma variação percentual de cerca de 23,1%. Essa "convocação" às avessas para que essas mulheres adentrassem as fronteiras do mercado de trabalho metropolitano foi, por certo, o evento mais marcante ocorrido na relação família-trabalho durante o período em que, como já se deixou claro, o mercado de trabalho regional vivenciou o seu momento máximo em termos de precarização da força de trabalho (Gráfico 2).

Gráfico 1 – Taxas de participação, por posição na família, Região Metropolitana de Salvador, 1997-2003



Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.

Com efeito, vê-se algo de singular nesse processo de ajuste e/ou de resposta dos integrantes das famílias metropolitanas à crise do mercado de trabalho da RMS, na

medida em que exigiu exatamente daqueles que menos interação mantinham com esse mercado um maior esforço no sentido de se mobilizar para o desempenho de alguma atividade produtiva.

Para além das suas evidências mais explícitas, esse fenômeno parece indicar a superação de certa clivagem de gênero verificada no interior da família metropolitana, passando, enfim, filhos e filhas a terem responsabilidades para com a manutenção do grupo familiar mais homogêneas.

Nesse sentido, a referida crise pode ter funcionado como uma espécie de catalisador, acelerando e, portanto, "fornecendo ainda mais gás" ao processo — que a rigor, movido, ou não, por questões de natureza econômica, já, há algum tempo, se encontra em pleno curso — de superação das relações de poder estabelecidas a partir de um padrão de família moldado na perspectiva patriarcal.

Seguindo essa linha de argumentação, um dos subprodutos benfazejos dessa crise que se abateu sobre o mercado de trabalho metropolitano no período 1997/2003, a qual ganhou dimensões exponenciais, foi, indubitavelmente, o fato dela ter ajudado a derrubar a idéia de que cabiam, dentro de um esquema de divisão sexual de papéis, aos indivíduos do sexo masculino que atuavam nas suas famílias como filhos, as maiores prerrogativas no que diz respeito à satisfação das necessidades materiais do grupo familiar, comparativamente aos indivíduos do sexo oposto que também ocupavam essa mesma posição nas suas respectivas famílias.

Isso porque, a agudização da crise do mercado de trabalho trouxe para filhos e filhas uma realidade bastante assemelhada em termos de pressão ao mercado de trabalho. Como já foi destacado anteriormente, a taxa de participação das filhas registrou um crescimento de 23,1%, percentual esse que era mais de 4 vezes superior à variação observada na taxa de participação dos filhos.

As mulheres chefes, por sua vez, comparativamente àquelas que se encontravam, nas suas respectivas famílias, nas posições de filhas e cônjuge, tiveram uma expansão bem mais comedida da sua taxa de participação. De forma mais precisa, se constatou que para esse grupo de mulheres a taxa de participação mudou de 58,2% para 59,1%, acréscimo esse que se traduziu em uma variação percentual de apenas 1,5%.

O desenho desse cenário no qual a taxa de participação das mulheres chefes evidenciou certa "timidez" para se elevar, enquanto as apuradas para as mulheres cônjuges e filhas esboçaram maior fôlego de expansão, acabou conduzindo ao estabelecimento de uma situação em que eram as mulheres cônjuges que, no auge da crise do mercado de trabalho metropolitano, passaram a exercer sobre esse mercado a pressão mais vigorosa.

Esse foi inquestionavelmente um sinal emitido pela família metropolitana que não apenas corroborou o processo de mudança lenta e gradual dos valores e atribuições impostos às mulheres pela sociedade — o qual vem se expressando, entre outras coisas, na obsolescência paulatina da idéia de que o trabalho doméstico deva ser uma atividade exclusiva das mulheres —, mais, também, fez com que os rendimentos das cônjuges, dada a gravidade da crise, passassem a ter, numa dimensão que nunca antes havia sido verificada, uma função absolutamente indispensável na composição do orçamento familiar. Nos arranjos familiares compostos por casal com filhos com ou sem parentes, por exemplo, a contribuição das mulheres cônjuges na massa de rendimento total familiar cresceu de 18,9%, em 1997, para 21,8%, em 2003.

A configuração desse quadro se revelou completamente inusitada, uma vez que, por força da tradição — bem como das circunstâncias que marcaram e definiram, ao longo dos anos, a realidade da RMS no que tange à presença de mulheres chefiando famílias — sempre coube às mulheres chefes, dentro do universo feminino metropolitano, bem como em outros espaços, o exercício da pressão mais intensa em termos de participação no mercado de trabalho.

A julgar por essas informações, torna-se lícito supor que talvez por já se encontrar no patamar mais elevado, em 1997, a taxa de participação dessas mulheres tenha — comparativamente àquelas que foram apuradas para as mulheres com outras posições na família — encontrado maior resistência para se elevar, contexto esse que espelhou,

certamente, as suas homéricas dificuldades de inserção no mercado de trabalho nesse período de crise, fazendo com que o acréscimo do ponto de vista da sua participação nesse mercado assumisse um caráter marginal e, por conseguinte, menos expressivo.

Traçado esse panorama — que procura elucidar, em linhas bastante gerais, que tipo de acomodação ou arranjo a dita crise do mercado de trabalho metropolitano forçou estruturar em termos da participação dos diferentes integrantes das famílias residentes na RMS —, cabe insistir num ponto absolutamente crucial, qual seja, que esse movimento de maior presença nesse mercado esboçado, especialmente, pelas mulheres que estavam na condição de filhas, bem como, em menor medida, por aquelas que se encontravam exercendo outros papéis nas suas respectivas famílias, serviu para estreitar o tamanho da diferença em relação às taxas de participação medidas para os indivíduos do sexo oposto em posições semelhantes no âmbito familiar.

Nesse particular tem-se, por exemplo, que enquanto em 1997 a taxa de participação dos filhos era cerca de 25,5% maior do que a que era medida para as filhas, em 2003 essa diferença passou a ser de apenas 7,7%. Uma outra forma de revelar esse estreitamento entre as taxas de participação de filhos e filhas é observando que no primeiro ano em apreço a taxa de participação das filhas correspondia a cerca de 79,7% da taxa mensurada para os filhos, ao passo que no segundo passou a representar 92,9%.

Muito embora tenha havido essa intensificação da pressão feminina sobre o mercado de trabalho metropolitano — fenômeno esse impregnado de vários sentidos, visto que foi síntese de múltiplas determinações originadas em diferentes esferas da vida em sociedade —, as mulheres residentes na RMS, como ficará evidente na seqüência, não conseguiram superar muitos dos aspectos que tornam a vinculação da sua força de trabalho ao mercado mais fragilizada do que a realizada pelos indivíduos do sexo oposto.

A observação dessa questão se revela importante na medida em que não oculta e/ou não omite que o mercado de trabalho metropolitano manteve, na sua fase mais crítica, como um dos seus traços indeléveis, determinadas idiossincrasias no que tange ao trabalho feminino. Em verdade, há pelo menos dois motivos para se adotar uma postura cautelosa na interpretação dessas informações que dão conta dessa maior "disposição" das mulheres para participarem do mercado de trabalho.

O primeiro é que apesar desse movimento de maior presença das mulheres nesse mercado poder ser visto como uma conquista, novos espaços ainda precisam ser abertos, muitas dificuldades necessitam ser superadas. Uma prova inconteste dessa realidade desfavorável pode ser encontrada, por exemplo, no fato de que em 2003, conforme indicado acima, a taxa de participação dos homens ainda era cerca de 14 pontos percentuais superior à das mulheres, o que refletia, de maneira categórica, as maiores dificuldades que as mulheres tinham, e ainda têm, para se inserir no mercado de trabalho metropolitano.

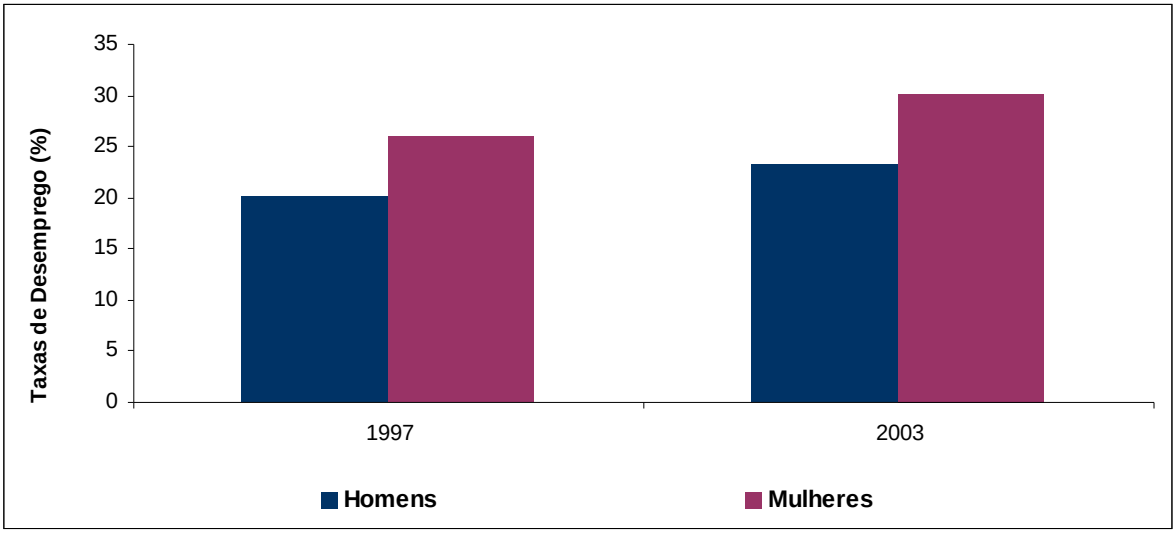
O segundo, por seu turno, guarda relação com o fato de que essa maior presença das mulheres no mercado de trabalho metropolitano, em boa medida poder ser explicada pela maior suscetibilidade que possuem para enfrentar condições mais penosas nesse mercado, situação essa que acaba "favorecendo" que a sua força de trabalho seja intensamente requisitada em ambientes fortemente marcados pela precarização, como foi o caso desse mercado no período de tempo que cobre os anos de 1997 e 2003.

CRISE DESEMPREGOU MAIS HOMENS, MAS MULHERES CONTINUARAM A TER TAXAS DE DESEMPREGO MAIORES

A primeira coisa que se tem a fazer nesta parte do trabalho é descrever como o agravamento do desemprego constatado no período 1997/2003 atingiu, genericamente,

os universos masculino e feminino. Assim sendo, pode-se dizer que muito embora o desemprego incidisse, tanto em 1997 quanto em 2003, mais fortemente sobre o universo feminino (23,3% e 30,1%, respectivamente), que no masculino (20,1% e 26,1%), a sua ampliação afetou praticamente com a mesma intensidade os homens e as mulheres. Prova disso é que enquanto a taxa de desemprego total deles sofreu uma variação percentual de aproximadamente 29,9%, a delas registrou uma variação percentual de cerca de 29,2% (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Taxas de desemprego, por sexo, Região Metropolitana de Salvador, 1997-2003



Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.

Até certo ponto essa informação produz certa surpresa na medida em que as mulheres pressionaram muito mais que os homens o mercado de trabalho metropolitano, situação essa já revelada no crescimento mais acentuado da taxa de participação feminina em comparação com a masculina. Portanto, pelo menos em tese seriam elas e não eles que deveriam sofrer, dado o contexto extremamente desfavorável, um acréscimo maior na taxa de desemprego total.

Destacado esse ponto, tem-se que quando se confrontam as taxas de desemprego, por posição na família, segundo o tipo de desemprego (Tabela 1) que foram contabilizadas em 1997 e 2003, imediatamente alguns fatos chamam a atenção. Um deles é que, tanto em 1997 quanto em 2003, as maiores taxas de desemprego total correspondiam à posição de filha. Um outro foi a elevação vertiginosa registrada nas taxas de desemprego total de homens e mulheres que ocupavam a posição de chefe de família. No caso dos chefes homens se observou que a referida taxa saltou de 12,8% para 17,2%. Já para as chefes mulheres, a ascensão da taxa de desemprego total assumiu a seguinte dimensão: pulou de 14,4% para 18,8%. Um terceiro, e último, é que as mulheres que estavam na posição de cônjuge também passaram a conviver com uma taxa de desemprego total mais elevada, crescendo de 20,5%, no primeiro período, para 27,1%, no segundo, o que correspondeu a uma variação percentual de 32,2%.

Tabela 1 – Taxas de desemprego, por posição na família, segundo tipo de desemprego, Região Metropolitana de Salvador, 1997-2003

Tipo de Desemprego	Posição na Família (%)					
	Total	Chefe Masculino	Chefe Feminino	Cônjuge Feminino	Filho	Filha
1997						
Total	21,6	12,8	14,4	20,5	32,6	36,2
Aberto	12,4	5,6	7,3	11,4	19,5	24,1
Oculto	9,2	7,2	7,1	9,1	13,1	12,1
Trabalho precário	6,0	6,4	4,7	4,3	9,3	5,0
Desalento	3,3	-	-	4,8	3,8	7,1
2003						
Total	28,0	17,2	18,8	27,1	40,9	43,2
Aberto	17,0	7,9	11,3	16,3	25,7	30,1
Oculto	11,1	9,4	7,5	10,8	15,2	13,1
Trabalho precário	7,6	8,2	5,2	5,8	11,1	6,8
Desalento	3,4	-	-	5,0	4,2	6,3
Variação % 1997-2003						
Total	29,6	34,4	30,6	32,2	25,5	19,3
Aberto	37,1	41,1	54,8	43,0	31,8	24,9
Oculto	20,7	30,6	5,6	18,7	16,0	8,3
Trabalho precário	26,7	28,1	10,6	34,9	19,4	36,0
Desalento	3,0	-	-	4,2	10,5	-11,3

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.

Ao se analisar em maior profundidade as estatísticas que constam da Tabela 1, é possível afirmar também que o desemprego aberto era um fenômeno que afligia especialmente as mulheres na condição de filhas. Não obstante, de um período a outro, o problema do desemprego aberto se agravou mais entre os homens que estavam na condição de filhos (de 19,5% para 25,7%, variação percentual de 31,8%), que entre as filhas (de 24,1% para 30,1%, variação percentual de 24,9%). De igual modo, o enfrentamento do desemprego por desalento se revelou um problema que se ampliou notadamente entre os filhos (de 3,8% para 4,2%), ao passo que se arrefeceu para as filhas, visto que recuou de 7,1% para 6,3%.

Em que pese ter havido a redução desse tipo de desemprego entre as filhas, no intervalo de tempo analisado, ainda permaneceu acentuada a distância que separava as taxas de desemprego por desalento medidas para filhos e filhas. Se no primeiro período, a taxa de desemprego por desalento delas era 86,8% superior à medida para eles, mais recentemente, ou seja, em 2003, passou a ser 50,0% maior.

No que diz respeito ao desemprego oculto por trabalho precário (ou desemprego com bico), se verificou que a taxa medida para as filhas aumentou 36,0%, do primeiro para o segundo período, ao passo que a taxa apurada para os filhos cresceu com uma intensidade bem menor, cerca de 19,4%. Também não seria para menos, uma vez que foram precisamente as filhas que mais pressão exerceram no sentido de se inserir no mercado de trabalho metropolitano, num período de escasseamento das oportunidades de ocupação.

Isso significa que elas ao tentarem e não conseguirem uma ocupação de caráter regular e contínuo, passaram a executar atividades de natureza irregular e descontínua que "apareciam" — as quais, como se sabe, não oferecem expectativas seguras quanto à obtenção de rendimentos — de tal modo a poder compartilhar maiores responsabilidades no que se refere à manutenção do grupo familiar.

Esse é mais um resultado que, de certo modo, confirma a argumentação, levantada

anteriormente, de que um dos corolários mais marcantes da exacerbação da crise do mercado de trabalho metropolitano no período que compreende os anos de 1997 e 2003 foi dar continuidade ao questionamento de determinados valores fundados na idéia da divisão sexual de papéis dentro da sociedade.

Pouco alarde seria causado, caso fosse observado um resultado oposto a esse. Isso porque, a incidência do desemprego com bico entre os homens, de uma forma geral, e os filhos, de modo particular, sempre foi justificada no fato de que para eles existia uma expectativa social muito mais implacável no que se refere à responsabilidade de arcarem com o seu próprio sustento, bem como com o dos demais membros da sua família. Quando essa situação prevalecia, esses indivíduos eram levados a compulsoriamente se sujeitarem, com mais freqüência, aos trabalhos mais insatisfatórios, enquanto, efetivamente, não conseguiam um emprego.

Insistindo um pouco mais nessa questão do avanço do desemprego oculto por trabalho precário, cabe pontuar que ele se revelou um problema de mais elevada expressão também para as cônjuges do sexo feminino, assim como para os chefes masculinos. Observando-se, pontualmente, caso a caso, tem-se que entre elas a taxa de desemprego por trabalho precário saiu de 4,3% para 5,8%, movimento esse que correspondeu a uma variação percentual de 34,9%. Já entre eles, a referida taxa saltou de 6,4% para 8,2%, crescimento esse que significou uma variação percentual de 28,1%.

A verificação desses acontecimentos sugere que a crise do mercado de trabalho metropolitano "desferiu" um golpe certeiro na família metropolitana e, por conseguinte, na "face" dos seus integrantes, na medida em que tornou mais cambaleante a sua, já combalida, capacidade de se manter e reproduzir, ao longo do tempo.

Com efeito, não há como negar que esse "desprendimento" para marcar espaço nesse mercado, esboçado pelos diferentes integrantes dessas famílias — "aceitando" a realização de tarefas que eram, a rigor, a antítese daquilo que se conhece como uma relação normal de trabalho, situação essa que envolve, entre outras coisas, a definição, *a priori*, da duração da jornada de trabalho diária, da freqüência com que se executa o trabalho, da previsibilidade quanto ao ganho de rendimentos, assim como o acesso a um conjunto de direitos e benefícios garantidos em lei — foi prova cabal da maior mobilização para o trabalho exercitada pelo conjunto dos trabalhadores na RMS.

MULHERES CHEFES E FILHAS AMPLIARAM PARTICIPAÇÃO NA OCUPAÇÃO TOTAL

Como foi visto até aqui, a maior pressão exercida pelos integrantes das famílias metropolitanas ao mercado de trabalho local se traduziu numa elevação, sem paralelo, da taxa de desemprego, fenômeno esse que foi sentido, como já se disse, por todos eles, em diferentes graus de intensidade e formas. Entretanto, essa conjuntura de fracasso na busca por uma ocupação não prevaleceu entre os membros dessas famílias de modo generalizado. Alguns deles apesar de terem convivido com o infortúnio do desemprego, conseguiram incrementar sua participação no conjunto da ocupação total.

De acordo com as informações da Tabela 2, que retrata a distribuição da ocupação por posição na família, é possível constatar que enquanto os homens que se encontravam na posição de chefes e filhos diminuíram sua participação no total da ocupação, as mulheres chefes e filhas tiveram sua participação incrementada. Já a representatividade das mulheres cônjuges na ocupação total não foi alterada, permanecendo no patamar de 18,1%.

Tabela 2 – Distribuição da ocupação, por posição na família, Região Metropolitana de Salvador, 1997-2003

Posição na Família	Distribuição da Ocupação (%)		
	1997	2003	Variação em pontos % 1997-2003
Total	100,0	100,0	
Chefe Masculino	34,8	34,4	-0,4
Chefe Feminino	9,3	11,7	2,4
Cônjuge Feminino	18,1	18,1	0,0
Filho	14,3	13,1	-1,2
Filha	10,3	11,1	0,8
Outro	13,2	11,6	-1,6

Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.

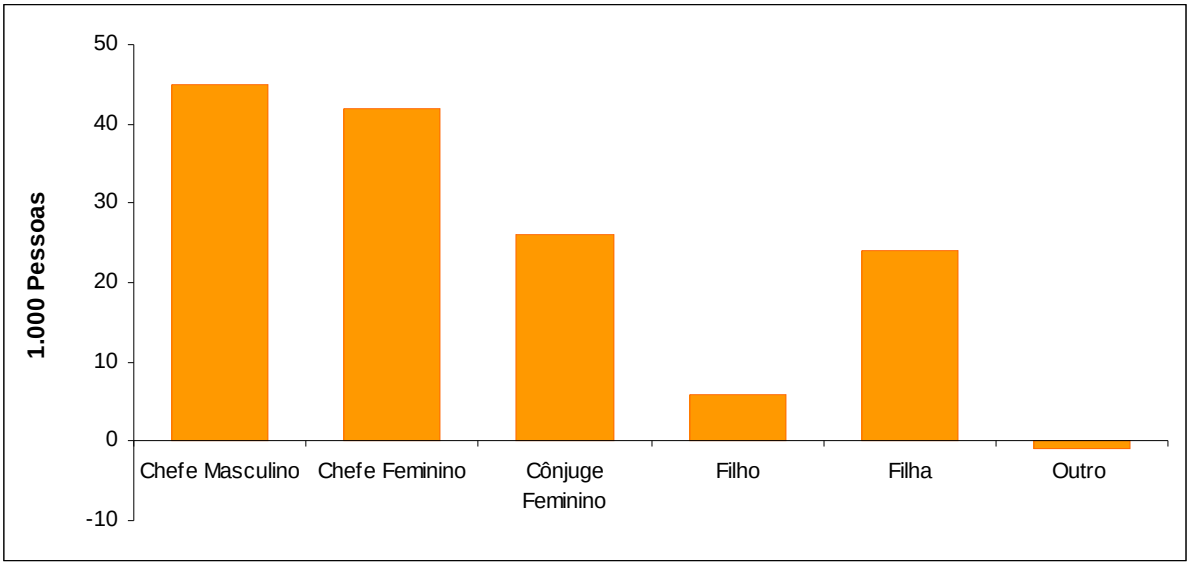
Uma outra questão que salta os olhos ao se analisar essa última tabela diz respeito ao fato de a ampliação da representatividade das mulheres filhas no conjunto da ocupação não conseguiu compensar a queda que foi registrada para os homens na condição de filhos, de tal sorte que o agregado filhos (categoria essa que inclui, obviamente, os indivíduos dos dois sexos) perdeu, mesmo que de forma moderada, importância no contexto ocupacional da RMS. De forma mais precisa, tem-se que os filhos, em 1997, representavam 24,6% dos ocupados, ao passo que, em 2003, passaram a representar 24,2%. Esse resultado, diga-se de passagem, encontra-se em sintonia com aquele que foi encontrado por Montali (2004) para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

A conformação desses movimentos fez com que os homens na condição de chefes e filhos passassem a ter menos expressão no conjunto da ocupação total (de 49,1% para 47,5%) e as mulheres chefes, cônjuges e filhas ganhassem mais representatividade, passando de uma situação em que respondiam por 37,7% de toda a ocupação existente em 1997, para uma outra, em 2003, na qual passaram a responder por 40,9%.

Representando essa realidade em números absolutos, tem-se que foram incorporadas ao conjunto de ocupados 92 mil mulheres (42 mil chefes, 26 mil cônjuges e 24 mil filhas), contingente esse muito mais expressivo do que o número de trabalhadores masculinos aí acrescidos, que atingiu um total de 51 mil indivíduos, dos quais 45 mil eram chefes e 6 mil eram filhos (Gráfico 4). Como resultado, em 2003 as mulheres chefes, cônjuges e filhas ocupadas perfaziam um total de 492 mil pessoas (23,0% a mais que no ano de 1997), ao passo que os homens chefes e filhos totalizavam 571 mil indivíduos (apenas 9,7% a mais que em 1997).

Não obstante ter persistido uma maioria de homens chefes e filhos na condição de ocupados (47,5% em 2003), o incremento mais expressivo do contingente feminino aproximou a participação relativa de indivíduos de ambos os sexos nessa condição, ou seja, a parcela de homens chefes e filhos ocupados, que era cerca de 30,2% superior à de mulheres chefes, cônjuges e filhas no início do período, se reduziu para 16,1% no final.

Gráfico 4 – Incremento de ocupação, por posição na família, Região Metropolitana de Salvador, 1997-2003



Fonte: PED-RMS – Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.

QUEDA GENERALIZADA DE RENDIMENTO FEZ DIMINUIR ASSSIMETRIAS

Independentemente das posições assumidas nas suas respectivas famílias, todos os trabalhadores da RMS tiveram perdas consideráveis de rendimento no período 1997/2003. Em termos médios, eles experimentaram, nesse intervalo de tempo, um recuo importante do rendimento médio real de cerca de 20,0%. Tal movimento refletiu a queda desse indicador do patamar de R$ 937, em 1997, para o nível de R$ 749, em 2003. Contudo, foram os indivíduos dos dois sexos que ocupavam nas suas famílias a condição de chefes aqueles que mais duramente sofreram as conseqüências desse fenômeno de queda generalizada do rendimento, ou seja, tiveram as mais expressivas perdas (Tabela 3).

Tabela 3 – Rendimento médio real, por posição na família, Região Metropolitana de Salvador, 1997-2003

Posição na Família	Rendimento Médio Real (R$)		
	1997	2003	Variação % 1997/2003
Total	937	749	-20,0
Chefe Masculino	1.418	1.056	-25,6
Chefe Feminino	899	696	-22,6
Cônjuge Feminino	816	669	-18,0
Filho	595	523	-12,1
Filha	547	472	-13,7

Fonte: Pesquisa PED-RMS – Convênio SEI, SETRE, UFBA, DIEESE, SEADE, MTE/FAT.
(1) Inflator utilizado: IPC da SEI de janeiro de 2007.

De modo mais preciso, observou-se que entre os chefes homens o rendimento médio real cedeu do patamar de R$ 1.418, em 1997, para R$ 1.056, em 2003, movimento esse que significou uma redução percentual de 25,6%. Enquanto isso, entre as mulheres chefes constatou-se um decréscimo percentual um pouco menor, da ordem de 22,6%, situação essa que traduziu a queda do rendimento médio real do patamar de R$ 899, em 1997, para R$ 696, em 2003.

O fato da queda de rendimento que se verificou para os homens chefes ter sido mais pronunciada do que a registrada para as mulheres chefes, conduziu a uma situação de menor assimetria entre o rendimento dos chefes homens e das chefes mulheres. Isso

porque, se no primeiro período, 1997, o rendimento delas representava, aproximadamente, 63,4% do rendimento auferido por eles, no segundo momento, 2003, passou a equivaler a 66,0%. Contexto similar a esse foi observado entre os homens chefes e as mulheres cônjuges.

Já entre filhos e filhas, apurou-se uma situação completamente diferente da descrita acima, ou seja, ao invés das distâncias de rendimento entre eles serem encurtadas, passou a haver um afastamento ainda maior. Em que pese a ocorrência desse episódio, o mesmo não pode ser interpretado de forma tão acintosamente negativa, posto que continuava a ser precisamente entre tais indivíduos que se registravam as maiores aproximações em termos de rendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das pretensões desse trabalho foi procurar analisar as modificações que se processaram na forma de funcionamento do mercado de trabalho da RMS, na passagem dos anos 1990 para os anos 2000, as quais trouxeram alterações significativas do ponto de vista das condições sociais de reprodução da força de trabalho local. Ao fazer esse comentário, é preciso que se reconheça também que em função da exploração das informações da PED, as quais, por razões óbvias, não conseguem dar conta de toda a diversidade de situações que envolvem o social, alguns elementos importantes no sentido de assegurar que as referidas condições sejam satisfeitas não puderam ser contemplados aqui.

Isso, ao mesmo tempo em que revela certa limitação do trabalho, abre novas possibilidades de análise, tornando por demais oportuno o lançamento de outras iniciativas que procurem revelar os outros "modus operandis" utilizados pelos trabalhadores metropolitanos — e de modo especial por aqueles do sexo feminino —, com vistas a enfrentarem o processo de luta pela sobrevivência, ou, pensando em termos mais abrangentes, o processo de reprodução social — conceito esse que, tal como mencionado no primeiro capítulo, refere-se à recriação do social em diferentes âmbitos: individual, familiar, grupal e societal.

Sublinhada essa questão, cabe considerar que não restou dúvida de que o mercado de trabalho metropolitano enfrentou no período 1997/2003 o seu momento de pior agrura. Em face da configuração de um quadro tão adverso, expresso na subida exponencial da taxa de desemprego e na queda colossal do rendimento dos ocupados, se tornava factível supor — mesmo ponderando que o ingresso da mulher na força de trabalho dependia de outras questões que extrapolavam o espectro dos acontecimentos circunscritos ao mundo do trabalho — que houvesse uma intensificação da sensibilidade do segmento feminino às oscilações conjunturais, situação essa que, caso viesse a se confirmar, colocaria sob questão um padrão que vinha se reafirmando nas últimas décadas, qual seja: a ampliação da participação feminina independentemente das adversidades do mercado de trabalho (MARQUES, et al., 2004).

Quem, por acaso, apostou nesse desfecho, errou feio no prognóstico. Isso porque, foram precisamente os trabalhadores pertencentes ao universo feminino aqueles que mais se lançaram aos desígnios do referido mercado, pressionando as suas fronteiras, numa fase em que ele se mostrava absolutamente hostil à entrada de trabalhadores.

O dado novo que se revelou nesse momento crucial foi, indubitavelmente, a alavancada sofrida pela taxa de participação das mulheres na condição de filhas. Esse evento, quando conjugado com aquele que retratou a expansão do desemprego oculto por trabalho precário, coloca em evidencia a tese daqueles que sustentam a idéia de que a família brasileira, e, por conseguinte, a família da RMS, vem perdendo, definitivamente, a capacidade, que havia esboçado no passado, especialmente no transcorrer da década

de 1980, de ser uma espécie de amortecedora da crise[6].

Embora essa leitura, mais estritamente associada ao campo da economia, deva, efetivamente, ser colocada em pauta quando se procura entender as significações do fenômeno de elevado crescimento da taxa de participação das filhas, o aspecto mais importante da sua ocorrência parece ser o rompimento com aquela situação na qual prevalecia, no âmago dessa família, uma certa clivagem de gênero, passando então os indivíduos na condição de filhos e filhas a terem compromissos mais homogêneos com a manutenção do ponto de vista material do grupo familiar. Este foi, por assim dizer, o grande achado deste trabalho de investigação.

Como bem se disse, a referida crise pode ter trazido, nas suas entrelinhas, alguns elementos que talvez tenham dado ainda mais ímpeto ao processo — que detonado ou não por questões de natureza econômica, já vinha sendo observado na sociedade brasileira, de uma forma geral, e na baiana, em particular, há bastante tempo — de construção de um novo padrão de família menos influenciado pelo modelo patriarcal, o qual, como assinalado anteriormente, serviu de alicerce para a família brasileira, bem como para as famílias existentes em outras partes do mundo.

É bom que fique claro que não se comunga aqui da idéia de que o desenho desse contexto de crise detonou uma situação de desestruturação da família metropolitana. Ao invés disso, defende-se o ponto de vista que essas circunstâncias malfadadas, que marcaram presença no mercado de trabalho da RMS, acabaram, possivelmente, reforçando os laços de solidariedade existentes no interior da família metropolitana, visto que obrigaram um maior engajamento dos seus integrantes — inclusive daqueles que "menos se preocupavam" — com as questões relativas ao suprimento das suas condições materiais.

Em face dos resultados encontrados para o comportamento das taxas de participação dos indivíduos dos dois sexos, em diferentes situações familiares, pode-se atestar que, em decorrência da verificação de um cenário de extrema incerteza e precarização no mercado de trabalho da RMS, não restou alternativa à família metropolitana senão mobilizar todos os seus integrantes, à exceção dos homens revestidos da condição de chefes de família, para esboçarem um maior envolvimento com a questão da sobrevivência, situação essa que acabou exigindo deles uma maior capacidade de articulação com vistas a assegurar a satisfação das necessidades econômicas do grupo familiar. Tal acontecimento foi, indubitavelmente, o sinal mais eloqüente emitido por essa família no sentido de se contrapor aos elementos econômicos e sociais que "jogavam" a favor da sua desestruturação.

Ao comentar essa questão é preciso estar atento também ao fato de que, por um lado, os referidos contratempos vivenciados pelo mercado de trabalho da RMS produziram os efeitos colaterais positivos de impor a necessidade da família metropolitana desvencilhar-se da redoma que "protegia" as mulheres filhas — conferindo-lhe a prerrogativa de pressionar menos intensamente o mercado de trabalho — e de redimensionar socialmente o trabalho das mulheres no núcleo familiar, questões essas, ainda nos dias de hoje, altamente contaminadas pelos seus valores patriarcais. Por outro, no entanto, não foram fortes o suficiente para suplantarem muitas das singularidades que fragilizavam a inserção feminina no referido mercado.

Vale notar que esta última colocação é absolutamente oportuna, posto que relativiza o peso das questões mais intimamente ligadas ao campo da economia, ao tempo em que, por via de conseqüência, realça a influência dos aspectos relacionados às outras

[6] Tal amortecimento se dava, via de regra, a partir do momento em que a família não envidava esforços no sentido de atenuar a carência de políticas sociais por parte do poder público, bem como no instante em que acolhia os seus integrantes que se encontravam na condição de desempregados.

dimensões da vida social, algumas vezes, na abertura, e outras tantas na obstrução, do caminho que conduz à superação das diferenças que marcam e distinguem a presença de homens e mulheres no mercado de trabalho.

Nesse particular, cabe registrar que, em boa medida, os resultados apresentados confirmaram a permanência de uma tendência de aproximação das condições que homens e mulheres enfrentavam no mercado de trabalho. Efetivamente, o quadro esboçado revelou-se, aparentemente, contraditório, pois como diante de uma situação de precarização exponencial do mercado de trabalho da RMS se poderia delinear um panorama que apontasse para um estreitamento das diferenças que distinguem a participação dos universos feminino e masculino na força de trabalho? Conforme se viu, o estabelecimento dessa situação é perfeitamente possível, bastando para isso, apenas, que alguns fatos ocorram.

Um cenário desse tipo pode decorrer, como foi o caso, das mudanças detonadas pelo processo de reestruturação produtiva, o qual trouxe novos contornos tanto para os setores produtivos quanto para o mercado de trabalho. O fato é que dentro desse contexto de mudanças a força de trabalho acaba sofrendo alguns impactos. Desse modo, estando os homens mais presentes naqueles setores fortemente afetados pela reestruturação produtiva, seria natural esperar que essas mudanças afetassem de forma mais intensa o universo masculino que o feminino.

Concomitantemente a isso, contribuiu para a conformação desse cenário de menores diferenças entre a condição feminina e masculina no mercado de trabalho, o fato das mulheres aumentarem substancialmente, sob certos aspectos, o potencial de utilização de sua força de trabalho, na medida, por exemplo, em que elevaram de maneira decisiva o seu grau de escolaridade; requisito este fundamental, nos dias de hoje, para que qualquer trabalhador demande uma inserção melhor posicionada no mercado de trabalho.

Em função da verificação desse cenário de redução de assimetrias, procurou-se, neste trabalho, adotar uma postura descritiva e analítica das informações que privilegiasse, na medida do possível, acentuar as similitudes entre a condição feminina e masculina. Além do mais, em virtude da forma como as informações foram apresentadas, foi possível também perceber as diferenciações de inserção entre as mulheres, as quais, como ficou evidente, foram profundamente marcadas por suas respectivas situações familiares e de idade.

Assim como pontuado em SEADE (2002a), essas clivagens em termos de participação do universo feminino não podem, em absoluto, ser ajuizadas como falsas diferenças entre mulheres que trabalhavam porque queriam e outras porque precisavam. Por motivos vários, as mulheres queriam e precisavam trabalhar e demonstraram isso de maneira exemplar na RMS, durante os inglórios anos de crise do seu mercado de trabalho.

Uma característica marcante deste trabalho diz respeito ao fato de que mesmo privilegiando os aspectos que tornaram mais semelhante a inserção de homens e mulheres, em diferentes posições na família, no mercado de trabalho, não nega, em nenhum momento, o grau de diferenciação e as maiores dificuldades que incidiram sobre a força de trabalho feminina em comparação com a masculina.

Isso ficou explicitado em várias passagens do texto. Na parte, por exemplo, onde se discutiu o crescimento das taxas de participação de homens e mulheres no mercado de trabalho, evitou-se adotar uma postura de festejamento. Ao invés disso, nesse estágio, optou-se por assumir um comportamento interpretativo mais cauteloso, procurando mostrar que apesar do crescimento da taxa de participação das mulheres ter sido proporcionalmente maior do que o medido para eles, a pressão exercida pelas mulheres

no mercado de trabalho continuou sendo significativamente menor que à esboçada pelos homens.

Não bastasse essa razão para validar essa postura menos festiva, há ainda uma segunda. Esta, por seu turno, se refere a maior suscetibilidade das mulheres para enfrentarem condições mais penosas no mercado de trabalho, situação essa que acaba "potencializando" a utilização da sua força de trabalho em momentos críticos, em ambientes fortemente marcados pela precarização, como foi o caso do mercado de trabalho metropolitano no período 1997/2003.

Estar atento à observação dessas particularidades e condicionantes revelou-se uma característica absolutamente imprescindível da análise que foi empreendida, tendo em vista que não ocultou e/ou não omitiu que o mercado de trabalho metropolitano manteve, na sua fase mais crítica, como um dos seus traços definidores, determinadas idiossincrasias no que tange ao trabalho feminino.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, José S. G. Mudanças no padrão de ocupação na RMS. **Bahia Analise & Dados**, Salvador, v.8, n.4, p.9-26, mar.1999.

BORGES, Ângela. Impactos do desemprego e da precarização sobre as famílias em três metrópoles brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, 2006, Caxambú. **Anais...** Minas Gerais: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2006.

BORGES, Ângela. **Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social: a Região Metropolitana de Salvador na década de 90**. 2003. 376 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, 2003b.

BORGES, Ângela, FILGUEIRAS, Luiz. Mercado de trabalho nos anos 90: o caso da RMS. **Bahia Analise & Dados**, Salvador, v.5, n.3, p.30-36, dez.1995.

BORGES, Ângela, GUIMARÃES, Iracema Brandão. A mulher e o mercado de trabalho nos anos 90: o caso da Região Metropolitana de Salvador. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org.). **Trabalho e gênero no Brasil: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: 34, 2000.

BORGES, Ângela, GUIMARÃES, Iracema Brandão. A participação da mulher no mercado de trabalho da RMS nos anos 90. **Bahia Analise & Dados**, Salvador, v.7, n.2, p.53-68, set.1997.

GARCIA, Lúcia Santos, RODARTE, Mario Marcos Sampaio, COSTA, Patrícia Lino. Emancipação feminina e novos arranjos familiares nas regiões metropolitanas brasileiras entre as décadas de 1990 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, 2006, Caxambú. **Anais...** Minas Gerais: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2006.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cadernos Pagu**, Campinas: Unicamp, n.1, 1993.

MENEZES, Wilson. Uma análise estrutural do desemprego na Região Metropolitana de Salvador: 1997-2000. **Série Estudos e Pesquisas**, Salvador, v.66, p.7-34, 2003.

MONTALI, Lilia. Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambú. **Anais...** Minas Gerais: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004.

MONTALI, Lilia. Família e trabalho na Grande São Paulo: notas sobre os arranjos familiares na crise do início dos anos 80. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 7, 1990, Caxambú. **Anais...** Minas Gerais: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1990, p.209-229.

OFFE, Claus; HINRICH, Karl. Economia social do mercado de trabalho: diferencial primário e secundário de poder. In: OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989, p.43-81.

SANTOS, Luiz Chateaubriand Cavalcanti. Modernidade e tradição: mudanças recentes na estrutura setorial do emprego na RMS. **Bahia Analise & Dados**, Salvador, v. 8, n. 2/3, p. 46-52, dez./1998.

SOUZA, Laumar Neves de. **Uma análise da inserção feminina no mercado de trabalho da RMS: uma leitura a partir dos dados da PED**. 2001, 193 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFBA, Salvador, 2001.

TELLES, Vera da Silva. **Trabalho e família: a produção das diferenças entre trabalhadores urbanos**. São Paulo: ANPOCS/FORD, Relatório Final de Pesquisa, jul.1988, mimeo.

IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE CLUSTERS POTENCIAIS DE TURISMO NO NORDESTE: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA A PARTIR DE DADOS DA PNAD

*Poema Isis Andrade de Souza**

*Raul da Mota Silveira Neto***

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal identificar a existência de *clusters* potenciais de turismo no Nordeste, apontando sua dimensão econômica e características da mão-de-obra empregada no setor, como gênero, raça, idade, nível de instrução, rendimento e grau de informalidade. A identificação dos *clusters* na região foi realizada através do cálculo do Quociente Locacional (QL) e de duas medidas de *Horizontal Cluster*. A base de dados é fornecida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, referente ao período 2002-2005. Os resultados revelaram que o Nordeste apresenta *clusters* potenciais de turismo, destacando-se em relação às demais regiões brasileiras. Os estados da região que se destacaram foram Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe. Já a identificação de *clusters* de turismo nas regiões metropolitanas do Brasil foi comprovada para todas as localidades. No Nordeste, a RM de Salvador foi a que apresentou o maior potencial no setor, todavia, as regiões metropolitanas de Recife e Fortaleza também tiveram desempenhos favoráveis.

Palavras-chave: turismo; *clusters* potenciais; pessoal ocupado.

---

* Poema Isis Andrade de Souza (UFPE): Graduação em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista do grupo de iniciação científica PET-Economia da UFPE.
poema.isis@gmail.com

** Raul da Mota Silveira Neto (UFPE): Professor do PIMES – UFPE. Doutor em Economia pela USP e pesquisador do CNPq.
rau.silveira@uol.com.br

ABSTRACT

The main purpose of this paper is to identify the existence of potential tourism clusters in the Northeast of Brazil, pointing their economic dimension and characteristics of its labor force, such as gender, race, age, education level, income and informality. Clusters identification was based on the Location Quotient (LQ) and two measures for Horizontal Clusters. The database comes from the Brazilian Household Survey (PNAD), referring to period 2002-2005. The results show that there are potential tourism clusters in Northeast, which stood out against other Brazilian regions. Moreover, the states of Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco and Sergipe presented the stronger outcomes in that region. Looking at the Metropolitan Regions, all of them pointed to the presence of potential tourism clusters. In Northeast, the greatest potential was found in Salvador metropolitan region, although the Recife and Fortaleza metropolitan regions also had good performances.

Key words: tourism, potential clusters, employees.

1. Introdução

O turismo é uma atividade econômica que vem apresentando uma evolução favorável nos últimos anos em diversas localidades do mundo. O setor turístico é formado por meios de hospedagem, restaurantes, agências de viagens, transportes, etc., e pode desempenhar uma importante função no desenvolvimento econômico de regiões de baixa renda ou renda média que apresentam potencialidade no setor, através da geração de emprego e renda, em suas várias dimensões.

Na verdade, é a existência de um conjunto de fatores denominado atrativos turísticos, composto por belezas naturais, formação histórico-cultural, dinâmica da economia, entre outros, que possibilita o desenvolvimento de vários tipos de turismo no país, principalmente, sol e praia, cultural, ecoturismo, esportes, negócio e eventos, aventura e rural. Todavia, para um aproveitamento satisfatório das potencialidades geradas pelos atrativos é indispensável uma infra-estrutura turística adequada.

A região Nordeste do Brasil apresenta potencialidades para o desenvolvimento do setor turístico, especialmente no que se refere ao turismo sol e praia. Nos últimos anos, a região apresentou um aumento considerável no turismo internacional no Brasil e, em 2005, de acordo com dados da EMBRATUR, teve uma participação de 8,5% na recepção dos turistas estrangeiros que visitaram o país (abrange os estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco). A maior parte desses turistas se concentra, primordialmente, nas capitais nordestinas, com maior destaque para Salvador (BA), Natal (RN), Fortaleza (CE) e Recife (PE).

O Nordeste, além de se destacar no turismo internacional, também desempenha uma função importante no turismo doméstico no país. No estudo “Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil - 2006”, desenvolvido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE e pelo Ministério do Turismo, foi verificado que a região recebe 19,9% dos turistas domésticos e envia 11,1% desses visitantes para outras regiões, apresentando a menor razão turismo emissivo/receptivo (0,6) entre as regiões do Brasil. Assim, o Nordeste é destacado como a região preponderantemente receptora de turistas.

A tentativa de dimensionar a atividade turística e identificar a existência de *clusters* potenciais é uma forma de se constatar como as potencialidades regionais existentes no setor estão sendo aproveitadas em termos econômicos. A partir do desenvolvimento de *clusters*, a região poderá diversificar seus produtos turísticos de forma mais eficiente, por existir um nível mais elevado de organização do setor, resultante de uma interação mais intensa entre os agentes e as instituições diretamente ligadas a essa cadeia produtiva. Esse processo também estimula uma maior competitividade na busca da ampliação do mercado.

Desta forma, o objetivo deste trabalho é identificar a existência de *clusters* potenciais de turismo no Nordeste, apontando suas características e dimensões econômicas, em termos de emprego e renda, além de sua evolução, entre os anos de 2002 e 2005, utilizando como base de dados a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios).

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma, a próxima seção apresenta a conceituação e o dimensionamento do *cluster* de turismo. A seção 3 contém a metodologia utilizada no trabalho. Na seção 4 apresenta-se evidência a respeito da dimensão do turismo e a identificação dos *clusters* no Nordeste. A seção 5 contém algumas características das ocupações no turismo como sexo, raça, idade, rendimento, informalidade. Por fim, a seção 6 expõe as conclusões do trabalho.

2. Cluster de Turismo: Conceituação e Dimensionamento

O conceito de *cluster* estava relacionado, primeiramente, aos agrupamentos industriais, sobretudo, aos Distritos Industriais Marshallianos. Entretanto, recentemente, existe uma tendência de expansão desse conceito desenvolvido por Michael Porter para algumas atividades do setor de serviços da economia.

A idéia básica de *cluster* diz respeito a agrupamentos de atividades econômicas e agentes relacionados a uma cadeia produtiva, que apresentam características e interesses comuns que os diferenciam de outros segmentos, e são delimitados geograficamente.

A cooperação existente em cada cluster ocorre de maneiras e intensidades distintas, sendo assim, os *clusters* podem ter cooperações horizontais ou verticais. Um *cluster* horizontal apresenta um nível de confiança entre seus agentes que pode ter como objetivo a obtenção de economia de escala na produção, na comercialização ou na produção de alguns serviços, por exemplo, através do compartilhamento de informações. Todavia, a relação entre os agentes de um *cluster* vertical é de interdependência nas etapas do processo produtivo e de comercialização. Além disso, os *clusters* (aglomerações de empresas) também se diferenciam quanto ao grau de desenvolvimento, podendo ser classificados desde clusters potenciais até mesmo clusters avançados. (Almeida et al, 2003).

Um *cluster* de turismo é formado por empresas e instituições que interagem em conjunto, promovendo vantagens competitivas que têm impactos positivos na diversificação de produtos turísticos, no padrão de qualidade dos produtos e serviços fornecidos, e na implantação de uma infra-estrutura adequada. Esse tipo de agrupamento tem características de *cluster* horizontal e vertical. Por exemplo, a relação existente entre a rede de hotéis e transportes caracteriza-se como vertical. Já as parcerias entre meios de hospedagens e locais de entretenimento estão, possivelmente, mais adequadas ao conceito de *cluster* horizontal.

O dimensionamento econômico do cluster de turismo é realizado, na maioria dos estudos, definindo-se um núcleo de atividades que, em geral, tem uma ligação intensa com o aproveitamento da atividade. Mais especificamente, o núcleo do turismo, em geral, inclui os serviços de alojamento, alimentação, transportes, agências e operadores turísticos e entretenimento.

A identificação de *clusters* no Brasil ainda pode ser considerada bastante limitada, pois esses tipos de agrupamento de atividades produtivas exigem um nível de organização elevado entre os agentes e empresas da cadeia produtiva, difíceis de serem observados em economias menos desenvolvidas. No caso do Nordeste, a situação ainda é mais desfavorável, pois a economia da região e seus respectivos setores de atividades não estão entre os mais desenvolvidos do país, resultando em dificuldades de articulação entre agentes, por existir, sobretudo, setores pouco competitivos, tecnologias atrasadas e “falhas” de mercado. Sendo assim, é mais pertinente a identificação de *clusters* potenciais, ou seja, agrupamentos setoriais que se encontram em um estágio incipiente e deveriam ser estimulados para um melhor aproveitamento econômico das potencialidades regionais existentes.

3. Identificação de Clusters: Aspectos Metodológicos

A metodologia adotada neste trabalho para a identificação de *clusters* potenciais de turismo no Nordeste está baseada em três indicadores: o cálculo do Quociente

Locacional (QL), além de duas medidas de *Horizontal Clustering*. Para isso, foi necessário definir o núcleo do *cluster* de turismo, formado pelas principais atividades do setor. Utilizando-se como modelo a classificação da EMBRATUR para mensurar o setor, o *cluster* de turismo incorporou as seguintes atividades: hospedagem, alimentação, agências de viagens, transporte rodoviário de passageiros, transporte aéreo, atividades recreativas e aluguel de veículos.

A base de dados é fornecida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, referente ao período 2002-2005. O período considerado não pode ser mais abrangente, pois, em anos anteriores, os agrupamentos das atividades contidos na PNAD não eram compatíveis com aqueles de anos mais recentes, devido às mudanças metodológicas ocorridas na classificação das atividades. Os dados foram utilizados no cálculo do número de pessoas ocupadas no turismo nos estados e nas 3 regiões metropolitanas do Nordeste que constam na PNAD (Salvador, Recife e Fortaleza).

A identificação de *clusters* é amplamente realizada utilizando-se o cálculo do Quociente Locacional (QL), que permite fazer comparações entre as especializações em determinado setor das localidades selecionadas. (Fingleton, Igliori e Moore, 2003). O QL é dado pela seguinte equação:

$$QL = \frac{E_{ij} / E_j}{E_{in} / E_n} \quad \text{ou} \quad QL = \frac{E_{ij} / E_{in}}{E_j / E_n} \qquad (1)$$

Onde, E_{ij} é o emprego do setor i na localidade j; E_j é o total de emprego na localidade j; E_{in} é o total do emprego do setor i no país, região ou em outra dimensão territorial na qual a localidade j está inserida, e E_n é o total do emprego do país, relacionado a todos os setores da economia. Se QL>1, existe algum nível de especialização do setor na localidade j, pois a participação do setor fica acima da participação média do país. Se QL=1, significa que as localidades apresentam o mesmo nível de especialização no setor i. Se QL<1, a participação do setor i no total de emprego do país é superior à da localidade selecionada.

O cálculo do QL possibilita uma primeira identificação de *clusters* potenciais de turismo no Nordeste. Entretanto, o QL apresenta alguns problemas na mensuração da importância do *cluster* em termos absolutos. Por exemplo, uma determinada localidade pode apresentar um QL elevado, entretanto, o setor pode ser de pouca relevância em termos absolutos.

Um cálculo alternativo, utilizado por Fingleton, Igliori e Moore (2003), mensura o excesso do número de empregos de um determinado setor na localidade selecionada que caracteriza um *cluster* potencial, ou seja, o número absoluto de pessoas ocupadas que indica a especialização da localidade no setor. Para isso, é necessário calcular o número esperado de empregos para que o QL tenha o seu valor igual a 1. Assim, o número esperado é definido de modo que a participação do setor na localidade seja igual à sua participação nacional. Para isso, E_{ij} é substituído por $\hat{E}_{ij}$ para produzir

$$QL = \frac{\hat{E}_{ij} / E_j}{E_{in} / E_n} = 1.$$

Onde, $\hat{E}_{ij}$ é o número de esperado de empregos que faz QL =1. Uma vez definido o número esperado de emprego do setor ($\hat{E}_{ij}$) podemos calcular o número de empregos excedentes, que reflete o nível de especialização. Assim, os autores Fingleton, Igliori e Moore (2003) denominaram essa medida de *horizontal clustering* (HC*). O cálculo de HC* é feito, então, da seguinte forma:

$$HC^* = E_{ij} - \hat{E}_{ij}. \quad (2)$$

Por fim, outra maneira adotada de se identificar um *cluster* inclui informações sobre a proximidade geográfica da atividade, mensurando a intensidade do *cluster* em termos de pessoas ocupadas por unidade de área, Km^2 (Fingleton, Igliori e Moore, 2003). Essa medida de *Horizontal Clustering* é utilizada, pois as vantagens proporcionadas pelos *clusters*, como economias externas, disseminação de *know*-how, sinergias, entre outras, estão relacionadas com a proximidade geográfica existente entre os agentes dessa cadeia produtiva. A variável que mede a intensidade do *cluster*, aqui, é dada pela relação:

$$HC = \frac{E_{ij}}{A} \quad (3)$$

Onde, E_{ij} é o total de pessoas empregadas no turismo e A é a área da localidade i selecionada.

4. Dimensão e Identificação do Cluster Potencial de Turismo no Nordeste

4.1. Dimensão e Evolução da Atividade Turística

Com o objetivo de dimensionar a atividade turística nos estados do Nordeste, observou-se que no ano de 2005 havia 1.244.700 pessoas com ocupações em setores diretamente relacionados com o turismo. Os estados que apresentaram os maiores números de pessoas ocupadas no turismo foram Bahia, Pernambuco e Ceará. O que era esperado, dado, por um lado, pelo fato de que nem todas as atividades são exclusivas do turismo, e, por outro, pelo porte dessas economias.

Entretanto, é importante ressaltar que, entre os anos 2002 e 2005, os estados do Nordeste apresentaram diferentes taxas de crescimento do número de pessoas ocupadas na atividade turística. Sendo assim, para esse período, temos as seguintes variações: 37,5%, Piauí; 21,5%, Ceará; 17,2%, Rio Grande do Norte; 12,7%, Bahia; 11,4%, Paraíba; 10,3%, Alagoas; 4,8%, Maranhão; - 4,7%, em Sergipe; - 8,3%, em Pernambuco. A taxa de crescimento negativa de Pernambuco chama atenção por este estado ser um dos principais receptores de turistas no Nordeste.

A evolução do número total de pessoas ocupadas no setor de turismo em cada estado é um indicador do dinamismo econômico da atividade. A partir da tabela 1, a seguir, pode-se constatar o número de pessoas ocupadas no setor de turismo e a sua participação em relação ao total de pessoas ocupadas da economia, por Unidade da Federação (UF) do Nordeste.

Tabela 1 - **Número de pessoas ocupadas no setor de turismo e sua participação no total do pessoal ocupado de cada UF do Nordeste**

UF	2002		2003		2004		2005	
	Pessoas ocupadas no turismo	Part (%)	Pessoas ocupadas no turismo	Part (%)	Pessoas ocupadas no turismo	Part (%)	Pessoas ocupadas no turismo	Part (%)
MA	106539	4,1	99109	4,5	143464	5,3	111643	3,9
PI	39795	2,7	4430	3,6	54338	3,5	54704	3,5
CE	172926	5,2	173702	5,7	177476	4,9	210114	5,6
RN	66505	6	69967	**6,6**	80977	**6,6**	77924	**6,2**
PB	74360	5	54337	4,2	77749	5,1	82867	5,2
PE	233099	**6,8**	193786	**6,4**	222614	**6,4**	213677	5,9
AL	51644	4,7	44410	4,7	61788	5,4	56967	4,7
SE	56169	**7**	47977	**6,3**	67253	**7,5**	53517	**6**
BA	340158	5,7	305796	6	333268	5,4	383287	**6**
NE	**1141195**	**5,4**	**993514**	**5,3**	**1218927**	**5,4**	**1244700**	**5,4**
BRASIL	**4771062**	**6,1**	**4380947**	**6**	**4999528**	**5,9**	**5127053**	**5,9**

Fonte: Elaboração própria, dados da PNAD.

A comparação entre os anos de 2002 e 2005 revela que a participação do turismo, em termo de pessoas ocupadas, manteve-se constante na economia da região Nordeste, seguindo a tendência nacional, cuja oscilação pode ser considerada irrelevante. Uma observação pertinente é que, para o ano de 2005, os maiores percentuais de participação desse setor na economia estão relacionados aos principais estados receptores de turistas no Nordeste, com exceção de Sergipe. Assim, destacam-se as maiores participações do setor turístico, em 2005, nos estados do Rio Grande do Norte, 6,2%, da Bahia, 6%, de Pernambuco, 5,9%, e do Ceará, 5,6%. É necessário enfatizar, também, que essa participação aumentou ou permaneceu constante para a maioria dos estados, em relação ao ano de 2002, com ressalva para os estados de Pernambuco, Sergipe e Maranhão, que a apresentaram uma redução do número de ocupações geradas no setor.

Uma vez que o turismo inclui um conjunto de diferentes atividades, algumas não exclusivas do setor, um melhor entendimento da sua evolução na economia é possível analisando a participação das atividades de hospedagem, alimentação, transporte rodoviário de passageiros, transporte aéreo, agências de viagem, aluguel de veículos e atividades recreativas, em cada ano. A tabela 2, a seguir, mostra as participações percentuais das atividades do núcleo do turismo, em relação ao número de pessoas ocupadas no setor, para os anos de 2002 e 2005.

Tabela 2 – **Participações percentuais do pessoal ocupado em cada atividade do núcleo do turismo no total do pessoal ocupado do setor, 2002-2005**

UF	Atividades do Núcleo do Turismo													
	Hospedagem		Alimentação		Transporte Rodoviário de Passageiros		Transporte Aéreo		Agências de Viagens		Aluguel de Veículos		Lazer	
	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005	2002	2005
MA	3,8	5,8	42,1	53,2	44,4	33,8	0,0	0,0	0,8	0,7	0,0	0,0	9,0	6,5
PI	9,0	3,8	33,3	54,7	42,3	33,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	15,4	8,5
CE	4,7	5,4	56,3	58,3	30,3	25,8	0,0	0,8	0,6	0,9	0,6	0,4	7,5	8,3
RN	9,3	9,7	54,0	47,2	26,6	32,4	0,0	0,6	2,9	1,7	0,0	1,1	7,2	7,4
PB	3,0	7,0	53,8	54,5	33,1	32,6	0,0	0,0	1,8	0,0	0,0	1,1	8,3	4,8
PE	6,4	6,6	56,2	51,3	30,3	32,6	0,6	1,2	1,2	1,8	0,4	0,0	4,9	6,5
AL	6,2	6,6	61,9	44,3	27,4	39,3	0,0	0,0	0,9	2,5	0,9	0,8	2,7	6,6
SE	7,3	3,7	56,4	53,7	27,4	32,1	0,0	0,0	0,0	0,6	0,6	0,6	8,4	9,3
BA	6,0	6,6	58,6	58,3	26,7	27,6	0,4	0,3	1,2	0,7	0,7	0,5	6,3	6,1
NE	**5,9**	**6,6**	**54,8**	**52,4**	**30,7**	**31,8**	**0,2**	**0,5**	**1,1**	**1,0**	**0,5**	**0,5**	**6,9**	**7,2**
BR	**6,0**	**6,3**	**54,8**	**55,8**	**27,8**	**27,1**	**1,2**	**1,1**	**1,8**	**1,4**	**0,3**	**0,4**	**8,1**	**7,9**

Fonte: Elaboração própria, dados da PNAD.

A análise das atividades do núcleo do turismo, para o ano de 2002, revelou que o segmento de alimentação foi o que apresentou a maior participação no agrupamento, atingindo um valor de 54,8% no Nordeste e no Brasil. Em seguida, a atividade de transporte rodoviário de passageiros teve o maior peso, correspondendo a 27,8% do turismo no Brasil, e a 30,7% do turismo na região Nordeste. As atividades de lazer, hospedagem, agências de turismo, transporte aéreo e aluguel de veículos que completam o núcleo, foram responsáveis, juntas, por 17,4% do total de pessoas ocupadas no setor turístico brasileiro e por 14,4% das ocupações no turismo do Nordeste.

A participação das atividades que compõem o setor turístico também foi analisada entre as UF's da região Nordeste. Em 2002, por exemplo, o Rio Grande do Norte foi o estado que apresentou a maior participação dos serviços de hospedagem (atividade exclusiva do turismo), 9,3%, valor acima da participação desse segmento no turismo do Brasil. Já no segmento de alimentação (atividade não exclusiva do turismo, porém de maior participação), em 2002, as UF's do Nordeste que se apresentaram os maiores percentuais foram as seguintes: Alagoas, 61,9%; Bahia, 58,6%; Sergipe, 56,4%; Ceará, 56,3%; e Pernambuco, 56,2%.

É importante destacar a participação limitada do setor de transporte aéreo, em 2002, no turismo no Nordeste. Os estados de Pernambuco e Bahia foram os únicos que apresentaram participações representativas, e tiveram os seguintes valores em 2002, 0,6% e 0,4%.

Ao longo do tempo, verificou-se que a participação da atividade de hospedagem no turismo aumentou no Brasil, em 2005, atingindo 6,3% das pessoas ocupadas no turismo, e na região Nordeste, 6,6%. No Nordeste, os únicos estados que apresentaram reduções relativas desse segmento foram Piauí e Sergipe. O Rio Grande do Norte continuou a ser o estado que apresentou a maior participação dos serviços de hospedagem, no ano de 2005, com um percentual de 9,7%, seguido da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia, respectivamente.

A atividade de alimentação foi a que apresentou maior perda de participação no turismo na região Nordeste, entre 2002 e 2005, passando de 54, 8% para 52,4% (a maior redução foi verificada no estado de Alagoas, 17,6%). No Brasil, entretanto, os serviços

de alimentação tiveram um pequeno aumento de 1% de sua participação no setor turístico entre esses dois anos.

As demais atividades não apresentaram mudanças significativas, todavia, algumas observações são pertinentes, a participação dos serviços de transporte aéreo na região Nordeste, por exemplo, em 2002, refletia somente as participações do estado de Pernambuco e da Bahia. Mas, em 2005, a parcela de 0,5% do segmento corresponde à participação dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia (principais receptores de turistas da região).

Os resultados apresentados revelam que as atividades mais estritamente ligadas ao setor de turismo cresceram suas participações na região Nordeste, e tiveram uma pequena redução no núcleo do turismo do Brasil. Assim, foi definido o "núcleo puro" do turismo, formado pelas atividades de hospedagem, transporte rodoviário de passageiros, transporte aéreo e agências de viagens para se obter um melhor panorama do setor. A tabela 3, a seguir, mostra a participação percentual das pessoas ocupadas no "núcleo puro" no total das atividades do núcleo do turismo para o Nordeste e o Brasil.

Tabela 3 – **Participação (%) do pessoal ocupado no "núcleo puro" em relação ao total do núcleo do turismo, 2002-2005**

	"NÚCLEO PURO" DO TURISMO	
UF	**2002**	**2005**
MA	49,0	40,3
PI	51,3	36,8
CE	35,6	32,9
RN	38,8	44,4
PB	37,9	39,6
PE	38,5	42,2
AL	34,5	48,4
SE	34,7	36,4
BA	34,3	35,2
NE	37,9	39,9
BR	36,8	35,9

Fonte: Elaboração própria, dados da PNAD.

A tabela acima revelou que as principais atividades ligadas ao turismo, o "núcleo puro", tiveram um crescimento de 2% no Nordeste e -0,9% no Brasil, entre 2002 e 2005. Os estados da região que apresentaram as maiores participações do "núcleo puro" no total de pessoas ocupadas no turismo, em 2005, foram: Alagoas, com 48,4%, Rio Grande do Norte, com 44,4%, e Pernambuco, com 42,2%. Esses estados também apresentaram as maiores taxas de crescimento da participação do "núcleo puro" entre 2002 e 2005. Alagoas chama atenção, pois o crescimento desse núcleo foi de 13,9%, no período referente. A menor participação, em 2005, foi observada no estado do Ceará, 32,9%.

4.2. Identificação de *Clusters* Potenciais de Turismo no NE

Informações referentes ao número total de pessoas ocupadas no setor de turismo e sua segmentação por tipo de atividade, além da participação percentual do setor na economia, são necessárias para uma melhor compreensão do turismo como uma atividade econômica. Os percentuais de participação do turismo na economia são utilizados na construção do Quociente Local (QL). Um valor do QL acima de 1 é um

indicador razoável da existência de *cluster* potencial de turismo na localidade selecionada. A tabela 4, a seguir, mostra os valores do QL de cada UF do Nordeste, para o período 2002-2005.

Tabela 4 - **Quocientes Locacionais de cada UF do Nordeste, 2002-2005**

UF	2002	2003	2004	2005
MA	0,67	0,75	0,90	0,66
PI	0,44	0,60	0,59	0,59
CE	0,85	0,95	0,83	0,95
RN	0,98	**1,10**	**1,12**	**1,05**
PB	0,82	0,70	0,86	0,88
PE	**1,11**	**1,07**	**1,08**	**1,00**
AL	0,77	0,78	0,92	0,80
SE	**1,15**	**1,05**	**1,27**	**1,02**
BA	0,93	**1,00**	0,92	**1,02**
NE	**0,88**	**0,88**	**0,92**	**0,91**
BRASIL	**1,00**	**1,00**	**1,00**	**1,00**

Fonte: Elaboração própria, dados da PNAD.

Pode-se perceber, de acordo com o valor do QL de cada estado durante o período analisado, que a região Nordeste não apresenta uma grande quantidade de *clusters* potenciais de turismo, resultando em quocientes regionais da atividade menores do que 1, mas que vêm apresentando crescimento.

No ano de 2002, os estados que apareceram como portadores de *clusters* potenciais de turismo foram Sergipe e Pernambuco. Entretanto, em 2003, o Rio Grande do Norte apresentou o valor do seu QL acima de 1, indicando uma possível existência *clusters* potenciais no setor. No ano de 2004 não houve nenhuma alteração entre os estados do Nordeste que apresentavam *clusters* potenciais de turismo, permanecendo Sergipe, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Por fim, em 2005, o estado de Pernambuco deixa de apresentar um indicador de existência de *clusters* potenciais no turismo e o estado da Bahia sinaliza a sua potencialidade no setor obtendo um QL acima de 1.

Uma vez realizada a análise dos quocientes locacionais da região, é importante verificar a situação do Nordeste em relação às outras regiões do país. Calcularam-se, então, os quocientes de cada UF, para o ano de 2005, e foi constatada a existência de 9 UF's com *clusters* potenciais de turismo no Brasil, sendo 3 dessas pertencentes à região Nordeste. Ou seja, o Nordeste se encontra numa situação relativamente favorável. A tabela 5, a seguir, contém o QL dos estados que apresentam indícios da existência *clusters* potenciais de turismo, separados por regiões.

Tabela 5 - **Clusters potenciais de turismo no país, de acordo a região e UF's – 2005**

	Região / UF									
	SE		**NO**		**CO**		**NE**			**BR**
UF	RJ	SP	AM	AP	DF	GO	RN	BA	SE	
QL	1,64	1,08	1,44	1,14	1,19	1,07	1,05	1,02	1,02	1,00

Fonte: Elaboração própria, dados da PNAD.

De acordo com a tabela acima, os quocientes que indicam a existência de *clusters* potenciais de turismo pertencem aos principais destinos turísticos do país, em sua maior parte, foram os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Amazonas, Bahia e Rio Grande do Norte.

A identificação de *clusters* potenciais de turismo por UF apesar de ser informativa, não contém maiores detalhes sobre em quais localidades nos estados os

empregos relacionados ao turismo estão concentrados. Desta forma, torna-se interessante fazer uma análise com maior desagregação espacial. Então, diante da informação de que a atividade turística concentra-se, de forma considerável, em torno das capitais do país, foram calculados os QL's das regiões metropolitanas disponíveis na PNAD. A tabela 6, a seguir, contém informações das pessoas ocupadas no turismo em cada região metropolitana, e destaca a participação percentual do turismo na economia e o valor do QL por localidade, entre os anos de 2002 e 2005.

Tabela 6 – **Pessoas ocupadas (PO) no setor, participação (%) no emprego total da economia e QL, por Região Metropolitana**

	2002			2003			2004			2005		
RM	**PO**	**Part (%)**	**QL**	**PO**	**Part. (%)**	**QL**	**PO**	**Part (%)**	**QL**	**PO**	**Part (%)**	**QL**
Belém	70231	9,4	1,54	98590	8,1	1,35	65927	7,9	1,34	72185	8,3	1,41
Fortaleza	102869	8,2	1,34	59940	8	1,33	102330	7,5	1,27	121881	8,4	1,42
Recife	145326	10,8	**1,77**	469139	10,2	**1,70**	131129	9,8	**1,66**	126622	9,1	**1,54**
Salvador	145086	10,8	**1,77**	121896	9,9	**1,65**	159603	10,9	**1,85**	161082	10,7	**1,81**
Belo Horizonte	169261	8,1	1,33	162515	7,8	1,30	182784	8,1	1,37	182462	7,9	1,34
Rio de Janeiro	509340	11,1	**1,82**	137945	10,6	**1,77**	504225	10,4	**1,76**	505607	10,2	**1,73**
São Paulo	657737	7,9	1,30	73032	7,8	1,30	680710	8	1,36	664588	7,3	1,24
Curitiba	107326	7,7	1,26	97533	7,3	1,22	110556	7,1	1,20	105308	6,7	1,14
Porto Alegre	113852	6,3	1,03	110062	6,1	1,02	121139	6,3	1,07	128680	6,5	1,1
BRASIL	**4771062**	**6,1**	**1,00**	**4380947**	**6**	**1,00**	**4999528**	**5,9**	**1,00**	**5127053**	**5,9**	**1,00**

Fonte: Elaboração própria, dados da PNAD.

Os resultados obtidos revelaram que todas as regiões metropolitanas consideradas apresentam algum potencial no aproveitamento do turismo como atividade econômica. Além disso, observou-se que os valores mais elevados dos quocientes locacionais pertenceram, para todos os anos, às regiões metropolitanas do Rio de janeiro, Salvador e Recife. Entretanto essas localidades sofreram alterações entre as posições de liderança no período analisado. Por exemplo, em 2002, a RM do Rio de Janeiro ocupava a primeira colocação, contudo perdeu posicionamento, especialmente para a Região Metropolitana de Salvador que, em 2005, apresentou o maior QL entre as regiões, com um valor de 1,81. Um QL com esse valor significa que a atividade turística na RM de Salvador tem quase o dobro da participação do turismo no Brasil.

Em 2002, o *ranking* das 5 primeiras regiões metropolitanas com maiores QL's ficou da seguinte forma, Rio de Janeiro, em primeiro lugar, Salvador e Recife, empatadas na segunda posição, Belém, em terceiro lugar, por fim, Fortaleza, em quarta colocação. Já para o ano de 2005, o *ranking* ficou estabelecido com a RM de Salvador na liderança, seguida das regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Recife, Fortaleza e Belém. Notou-se que os valores dos QL's das regiões metropolitanas são mais elevados em relação aos quocientes da UF's.

Pode-se afirmar, então, que as RM's do Nordeste se sobressaem entre as regiões do Brasil, apresentando um maior número de *clusters* potenciais de turismo, utilizando-se o QL como indicador. Vale ressaltar, ainda, que os valores dos quocientes locacionais não foram tão expressivos, embora estivessem com valores acima de 1, o

que indica a "potencialidade", ou desenvolvimento em estágio inicial, dos prováveis *clusters* de turismo.

O cálculo do QL é uma medida bastante utilizada na identificação de *clusters*, todavia, como já foi apontado, envolve limitações quanto à magnitude do setor analisado em termos absolutos. Então, foram adotados outros indicadores complementares, definidos como medidas de *Horizontal Clustering* (HC). Uma dessas medidas utiliza o número esperado de pessoas ocupadas (Êij), para que o turismo tenha na economia analisada o mesmo percentual de participação do setor na economia do país. De outra forma, que esse número esperado de pessoas ocupadas no setor produza um QL igual a 1. De posse do Êij, calculou-se o HC*, que é igual à diferença entre o número total de pessoas ocupadas no turismo (Eij) e o número esperado (Êij). Essa medida traz uma informação importante, pois através desse cálculo é possível perceber a quantidade de empregos que caracteriza o nível de especialização no setor acima da média, as localidades com QL>1.

As medidas de *Horizontal Clustering* (HC*) encontradas para cada UF do Nordeste reforçaram os resultados dos QL's apresentados anteriormente. Percebe-se, então, que em 2002, por exemplo, Pernambuco apresentou um número elevado de empregos que excediam o percentual correspondente à média de participação do setor na economia nacional. Isso significa uma especialização do estado no setor de turismo, gerando indícios da existência de *clusters* potenciais. Já o excedente de empregos do turismo no estado de Sergipe foi de menor magnitude, porém, não desprezível.

A análise da dimensão do HC* dos estados do Nordeste, para o ano de 2005, destaca os estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe. Os valores encontrados mostram que a magnitude dos empregos excedentes, que apontam a existência de *clusters* potenciais de turismo no Nordeste, ainda é limitada. A tabela 7, a seguir, mostra o cálculo do HC* para as UF's do Nordeste nos anos de 2002 e 2005.

Tabela 7 – **Medidas de *Horizontal Clustering* (HC*) para as UF's do Nordeste**

UF	2002			2005		
	E_{ij}	$\hat{E}_{ij}$	$HC^* = E_{ij} - \hat{E}_{ij}$	E_{ij}	$\hat{E}_{ij}$	$HC^* = E_{ij} - \hat{E}_{ij}$
MA	106539	158399	-51860	111643	168143	-56500
PI	39795	88756	-48961	54704	90941	-36237
CE	172926	203672	-30746	210114	222334	-12220
RN	66505	67879	-1374	77924	74012	**3912**
PB	74360	91073	-16713	82867	94214	-11347
PE	233099	210443	**22656**	213677	212170	**1507**
AL	51644	67950	-16306	56967	71410	-14443
SE	56169	49297	**6872**	53517	53034	**483**
BA	340158	364316	-24158	383287	377913	**5374**

Fonte: Elaboração própria, dados da PNAD.

A comparação entre as medidas de *Horizontal Clustering* (HC*) dos estados do Nordeste com as outras UF's do Brasil, que apresentam quocientes locacionais acima de 1 é interessante para se perceber as diferenças nas magnitudes dos empregos excedentes. Assim ficaram explícitas as disparidades nas dimensões dos *clusters* potenciais de turismo no Brasil, revelando uma maior dimensão do setor.

O Rio de Janeiro, por exemplo, apresentou a maior magnitude do HC*,em 2005, com 248.278 ocupações excedentes. Esse valor é bastante elevado e confirma a idéia de que a atividade turística além de ser importante no estado, é muito representativa no âmbito nacional. Já o HC da Bahia, a maior medida encontrada entre os estados do

Nordeste, foi pouco expressivo, ou seja, apenas 5.374 empregos são responsáveis pela inserção do estado entre as localidades que apresentam *clusters* potenciais de turismo. A tabela 8, a seguir, faz uma comparação das medidas de HC* dos estados que possuem *clusters* potenciais de turismo, para o ano de 2005.

Tabela 8 – **Comparação das medidas de *Horizontal Clustering* (HC*) entre os estados com QL>1**

UF	2005	
	QL	HC =Eij - Êij
RJ	1,64	**248278**
AM	1,44	35031
DF	1,19	11335
AP	1,14	1763
SP	1,08	**100549**
GO	1,07	11103
RN	1,05	3912
SE	1,02	483
BA	1,02	5374

Fonte: Elaboração própria, dados da PNAD.

A análise do HC* também é mais interessante para as regiões metropolitanas, assim, pode-se compreender a dimensão da atividade turística em uma região mais delimitada geograficamente. A tabela 9, a seguir, faz uma comparação das medidas de *Horizontal Clustering* das regiões metropolitanas, em 2005.

Tabela 9 - **Comparação entre as medidas de *Horizontal Clustering* (HC*) das RM's**

Região Metropolitana	2005	
	QL	HC* =Eij - Êij
Belém - PA	1,41	20564
Fortaleza - CE	1,42	36767
Recife - PE	1,54	44939
Salvador - BA	1,81	**72127**
Belo Horizonte - MG	1,34	46993
Rio de Janeiro - RJ	1,73	**212497**
São Paulo - SP	1,24	**126434**
Curitiba - PR	1,14	12832
Porto Alegre - RS	1,10	12697

Fonte: Elaboração própria, dados da PNAD.

O valor do HC* de cada região metropolitana apresentada possui maior expressão em relação ao valor desse indicador para as UF's, na grande maioria dos casos. As regiões metropolitanas do Nordeste apresentaram, portanto, maior relevância no que se refere às dimensões dos *clusters* potenciais de turismo.

A região metropolitana de Salvador foi a localidade do Nordeste que apresentou a maior diferença entre o número de ocupações existentes e o número esperado. Em relação às outras localidades, a RM de Salvador, em 2005, ocupou a terceira posição (HC* = 72.127), ficando atrás da Região Metropolitana de São Paulo (HC* = 126.434) e do Rio de Janeiro, a primeira colocada (HC* = 212.497).

Outro indicador utilizado neste trabalho, considerado uma medida de *Horizontal Clustering* (HC), incorpora a dimensão geográfica no qual o cluster está inserido. A partir da área territorial pôde-se calcular a concentração do número de pessoas ocupadas no setor por Km^2. Essa medida é interessante, pois tenta capturar uma das principais características de um *cluster* que é a proximidade entre os agentes da cadeia produtiva, condição necessária para a ocorrência de uma maior interação e, consequentemente, para a obtenção de sinergias.

Observou-se, então, que Sergipe foi o estado do Nordeste com a maior concentração de pessoas ocupadas no setor de turismo, por Km^2, HC = 2,44; seguido dos estados de Pernambuco, HC = 2,17; e Alagoas, HC =2,05. Já o estado que apresentou o menor índice de HC foi o Piauí, HC = 0,22. Os estados que apresentam maiores dimensões territoriais, por exemplo, a Bahia, perde importância nesse tipo de indicador. A análise desse indicador para o Brasil revelou que o estado do Rio de Janeiro, o Distrito Federal e São Paulo, estão na liderança, com os respectivos valores de 14,62/ Km^2, 12,87/ Km^2 e 4,93/ Km^2. A tabela 10, a seguir, mostra os resultados do HC dos estados do Nordeste, em 2005.

Tabela 10 - **Concentração de pessoas ocupadas no setor de turismo por Km^2 (HC), por estado do Nordeste – 2005**

UF do Nordeste	2005		
	Pessoas ocupadas	Área territorial (Km^2)	HC
MA	168143	331.983,29	0,34
PI	90941	251.529,19	0,22
CE	222334	148.825,60	1,41
RN	74012	52.796,79	1,48
PB	94214	56.439,84	1,47
PE	212170	98.311,62	**2,17**
AL	71410	27.767,66	**2,05**
SE	53034	21.910,35	**2,44**
BA	377913	564.692,67	0,68

Fonte: Elaboração própria, dados da PNAD. Os dados de extensão territorial foram obtidos no site do IBGE.

Outra informação importante que esse indicador proporciona é a concentração de empregos por Km^2 nas regiões metropolitanas. Esse novo enfoque permite obter índices mais robustos, uma vez que considera áreas territoriais menos extensas.

Sob essa análise, não houve grandes mudanças nos resultados encontrados anteriormente, para as RM's. Verifica-se, então, que a Região Metropolitana do Rio de Janeiro apresenta um HC elevado, ocupando a primeira posição, seguida das regiões metropolitana de São Paulo (HC = 83,66), Salvador (HC = 68,85) e Recife (HC = 46,17). O menor valor do HC foi encontrado na Região Metropolitana de Curitiba (HC = 7,9). A Região metropolitana de Fortaleza ocupa a sexta posição em relação ao HC. Percebe-se, então que quando se utiliza um subespaço territorial, como as regiões metropolitanas, os resultados encontrados são mais robustos. Um exemplo nítido diz respeito ao estado da Bahia, que apresentou um HC bastante baixo, não indicando a presença de *clusters*, contudo, quando se considera a Região Metropolitana de Salvador, essa se encontra entre as primeiras posições das maiores medidas de HC. Logo em seguida, a tabela 11 mostra os resultados do HC das regiões metropolitanas, em 2005.

Tabela 11 - **Pessoas ocupadas no setor de turismo por Km^2 (HC), por RM**

Região Metropolitana	2005		
	Total de emprego do turismo	Área territorial* (Km^2)	HC (empregos/ Km^2)
Belém - PA	72185	1.819,50	39,67
Fortaleza - CE	121881	4.954,00	24,60
Recife - PE	126622	2.742,70	46,17
Salvador - BA	161082	2.339,60	68,85
Belo Horizonte - MG	182462	9.164,00	19,91
Rio de Janeiro - RJ	505607	5.724,10	88,33
São Paulo - SP	664588	7.943,70	83,66
Curitiba - PR	105308	13.325,80	7,90
Porto Alegre – RS	128680	8.212,20	15,67

Fonte: Elaboração própria, dados da PNAD. Os dados de extensão territorial foram obtidos no site do IBGE.

Os indicadores utilizados na tentativa de dimensionar e identificar *clusters* potenciais de turismo no Nordeste revelaram que existem algumas potencialidades na região, representada, sobretudo, pelos estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe.

Todavia, algumas ressalvas são necessárias. Primeiro, o estado do Ceará não se destaca nas análises de indicadores por UF, mas, quando se analisa o desempenho do turismo na Região Metropolitana de Fortaleza, esta apresenta desempenhos que não são desprezíveis, apontando, assim, algumas evidências que estão de acordo com a sua posição de destaque na recepção de turistas no país. Outra observação pertinente, os indicadores apontaram algumas evidências de *clusters* potenciais de turismo em Sergipe, embora este estado não tenha uma participação significativa na recepção de turistas no Brasil. Uma hipótese razoável para explicar essa questão seria uma participação elevada da atividade de alimentação, já que este segmento não é exclusivo do turismo. Por fim, é importante perceber a perda de participação relativa do setor de turismo no estado de Pernambuco, fazendo comparações entre os anos de 2002 e 2005, apesar deste possuir indicadores favoráveis da existência de *clusters* potenciais de turismo.

5. Características das ocupações no setor turístico no Nordeste

5.1. Características Pessoais e Escolaridade

O primeiro aspecto analisado foi o gênero das pessoas ocupadas no setor turístico, no Brasil e nos estados do Nordeste. Observou-se, então, que, em 2005, por volta de dois terços das pessoas ocupadas no setor (65,5%) eram do sexo masculino, na região. A participação dos homens no setor de turismo foi um pouco menor no Brasil, em relação ao Nordeste, correspondendo a 62,3% do total. O estado da região com maior participação da mão-de-obra masculina no turismo foi a Paraíba (72,2%), enquanto que a Bahia obteve a maior participação de pessoas do sexo feminino (37,0%).

Ao se comparar a segmentação da atividade turística por gênero com todos os setores da economia, foi observada uma maior participação do sexo masculino no turismo, para todos os estados do Nordeste e para o Brasil. Ou seja, existe uma maior participação das pessoas do sexo feminino nos demais setores da economia, se comparada com a atividade turística. Essa diferença encontrada prevalece,

especialmente, na região Nordeste, onde a diferença entre a participação dos homens no turismo e na economia atingiu um percentual próximo a 7%. No Brasil essa diferença foi de 4,5%. A tabela 12, a seguir, mostra a segmentação por gênero das pessoas ocupadas no setor de turismo das UF's do Nordeste.

Tabela 12 - **Segmentação por gênero das pessoas ocupadas no setor de turismo das UF's do Nordeste -2005**

	PART. (%) Homens		PART. (%) Mulheres	
UF	**turismo**	**economia**	**turismo**	**economia**
MA	64,0%	59,0%	36,0%	41,0%
PI	63,2%	56,8%	36,8%	**43,2%**
CE	65,9%	57,1%	34,1%	42,9%
RN	71,0%	**60,4%**	29,0%	39,6%
PB	**72,2%**	58,6%	27,8%	41,4%
PE	65,2%	58,7%	34,8%	41,3%
AL	69,7%	60,1%	30,3%	39,9%
SE	66,7%	57,9%	33,3%	42,1%
BA	63,0%	59,6%	**37,0%**	40,4%
NE	**65,5%**	**58,7%**	**34,5%**	**41,3%**
BR	**62,3%**	**57,8%**	**37,7%**	**42,2%**

Fonte: Elaboração própria, dados da PNAD.
Nota: Os dados de número de ocupações geradas não podem ser considerados todos turísticos, pois existe a participação de setores não exclusivos. Os serviços de alimentação, por exemplo, são oferecidos à população local e aos turistas.

Em relação às características de cor/raça e faixa etária não existem diferenças significativas entre as entre o setor de turismo e os demais nas UF's do Nordeste.

A caracterização da mão-de-obra do turismo também incorpora o nível de instrução das pessoas ocupadas na atividade. Desta forma, observou-se, em 2005, que a média de anos de estudos das pessoas ocupadas no setor no Nordeste foi de 7,9 anos, um pouco menor do que a escolaridade média do turismo observada no Brasil que foi 8,6 anos. Os estados da região que apresentaram os maiores níveis de escolaridade média no setor turístico foram: Rio Grande do Norte (8,4 anos), Pernambuco (8,2 anos), Bahia (8,2) e Ceará (8,0 anos). A tabela 16, a seguir, mostra os grupos de anos de estudos e escolaridade média para as pessoas ocupadas no turismo e na economia, por UF do Nordeste, em 2005.

Tabela 16 - **Grupos de anos de estudos e escolaridade média para as pessoas ocupadas no *cluster* de turismo (Tur) e no total da economia (Tot) - 2005**

UF	**S/instrução e menos de 1 ano (%)**		**1 a 3 anos (%)**		**4 a 7 anos (%)**		**8 a 10 anos (%)**		**11 a 14 anos (%)**		**15 anos ou mais (%)**		**s/declaração (%)**		**Escolaridade média (Anos)**	
	Tur	**Tot**	**Tur**	**Tot**	**Tur**	**Tot**	**Tur**	**Tot**	**Tur**	**Tot**	**Tur**	**Tot**	**Tur**	**Tot**	**Tur**	**Tot**
MA	**12,9**	23,2	19,4	20,5	23,0	24,0	18,7	12,5	25,9	17,5	0,0	2,0	0,0	0,2	7,1	6,1
PI	7,5	25,6	**23,6**	20,0	27,4	25,7	18,9	10,1	21,7	14,4	0,9	4,2	0,0	0,0	7,2	5,8
CE	8,6	19,5	13,3	15,8	28,7	24,8	19,8	13,7	28,3	21,3	1,2	4,5	0,1	0,4	**8,0**	7,0
RN	5,7	14,3	10,2	15,8	31,8	26,3	21,6	14,2	**29,0**	23,5	**1,7**	5,7	0,0	0,1	**8,4**	7,5
PB	11,2	21,3	15,5	17,0	35,3	26,0	13,9	11,3	23,0	18,3	1,1	6,1	0,0	0,1	7,0	6,6
PE	4,8	16,1	12,4	15,7	32,0	27,8	21,4	12,1	26,0	21,9	**2,8**	6,2	0,6	0,2	**8,2**	7,2
AL	9,8	24,7	14,8	18,1	**38,5**	28,0	19,7	10,1	15,6	14,8	1,6	4,0	0,0	0,3	7,0	6,0
SE	9,9	17,5	13,6	16,0	31,5	24,3	**24,1**	14,8	19,7	22,3	0,6	4,6	0,6	0,5	7,4	7,2
BA	5,7	18,1	14,3	17,3	29,3	26,4	20,5	13,1	27,6	21,4	**2,1**	3,4	0,5	0,1	**8,2**	6,9
NE	**7,5**	**19,5**	**14,5**	**17,3**	**30,1**	**26,0**	**20,1**	**12,6**	**25,9**	**20,1**	**1,6**	**4,3**	**0,3**	**0,2**	**7,9**	**6,7**
BR	**4,7**	**9,5**	**9,0**	**11,6**	**30,2**	**26,7**	**23,5**	**16,4**	**28,7**	**27,3**	**3,6**	**8,1**	**0,3**	**0,3**	**8,6**	**8,4**

Fonte: Elaboração própria, dados da PNAD.

A comparação entre os anos de escolaridade média do turismo e do total de setores da economia revela que o nível de instrução das pessoas ocupadas no segmento é mais elevado no país e em todos os estados do Nordeste, contudo, no Brasil essa diferença é pouco significativa. Enquanto que a escolaridade média de uma pessoa ocupada na economia foi de 6,7 anos no Nordeste e 8,4 anos no Brasil, o setor turístico apresentou, na região, um ano de estudo a mais na escolaridade média. Os estados do Nordeste que tiveram as maiores diferenças de escolaridade média entre o turismo e o total de setores da economia foi o Piauí e a Bahia

A segmentação dos grupos de anos de estudos mostrou que as pessoas com nível de escolaridade mais baixo, menos de 7 anos de estudos, corresponderam a 22% da mão-de-obra ocupada no turismo no Nordeste, e 13,7%, no Brasil. Já no grupo intermediário (8 a 10 anos de estudos), essas localidades não apresentam diferenças significativas, em 2005, e o percentual ficou em torno de 20%. Nos níveis mais elevados de grau de instrução, a região Nordeste concentrou a menor parcela das pessoas ocupadas na atividade. O percentual das pessoas que se encontravam no nível entre 11 a 14 anos de estudos foi de 25,9%, e 1,6% no grupo com mais de 15 anos de estudos. Os números que o Brasil apresentou nesses últimos grupos de estudos foram 28, 7% e 3,6%, respectivamente. Percebe-se, então, que a mão-de-obra do setor turístico existente na região é mais desqualificada, se comparada com atividade no país.

A observação dos grupos de estudos na economia e sua comparação com a atividade turística revelaram que no turismo o grupo de pessoas com menos de 3 anos de instrução tem uma menor participação do que ocorre no total de pessoas ocupadas na economia. Por exemplo, no Nordeste, esse grupo de anos de estudos representou 22% das pessoas ocupadas no setor, enquanto que para o total da economia esse valor foi de 36,8%. Além disso, o percentual de pessoas com escolaridade acima de 11 anos de estudos foi menor no total de pessoas ocupadas na economia. Vale ressaltar, porém, que a participação de pessoas com mais de 15 anos de estudos foi mais significativa na economia como um todo. Assim, os valores foram 8,1% do total de pessoas ocupadas no Brasil, em 2005, e 4,3% dessas pessoas no Nordeste. As participações desse grupo no setor de turismo foram de 1,6% e 3,6%, para a região e o Brasil, respectivamente. O maior número de pessoas ocupadas no Nordeste ainda se encontrou no grupo de 4 a 7 anos estudos, porém, no Brasil, o grupo que teve o maior número de pessoas ocupadas na economia foi o de 11 a 14 anos.

5.2 . Níveis de Rendimento

A última característica observada das pessoas ocupadas no turismo foi o rendimento da atividade, em 2005. A renda média mensal de um a pessoa ocupada no turismo na região Nordeste foi de R$485,43, em 2005. Este valor correspondeu a 67,3% da renda média mensal do setor no Brasil, que foi de R$720,85. Os estados do Nordeste que apresentaram remunerações acima da média da região foram: Piauí, R$566,91; Rio Grande do Norte, R$557,14; Bahia, R$511,84; Pernambuco, R$509,32; e Alagoas, R$488,43. O rendimento médio mensal mais baixo do setor foi verificado no estado do Maranhão, R$387,67.

A comparação entre os rendimentos médios gerados no setor de turismo e as remunerações médias do total de setores da economia, mostra que o turismo no Nordeste é um setor que remunera um pouco acima da média das demais atividades da região. Entretanto, essa característica não foi observada em relação ao Brasil. Ou seja, no país o rendimento médio de uma pessoa ocupada na economia é superior ao rendimento médio da atividade turística. Os estados do Nordeste que apresentaram

rendimento do turismo abaixo da média das remunerações dos outros setores foram: Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Sergipe. Outra observação importante é que a remuneração média da atividade turística nos estados do Nordeste representa uma maior parcela do rendimento da atividade no Brasil, do que quando se compara as remunerações médias da economia de cada UF do Nordeste com a média brasileira. A tabela 17, a seguir mostra o rendimento médio mensal das pessoas ocupadas no turismo e na economia.

Tabela 17 - **Rendimento médio - 2005**

Estado do Nordeste	Total de pessoas ocupadas no turismo		Total de pessoas ocupadas na economia	
	Renda média mensal (R$)	Percentual da renda média do turismo UF/ Brasil	Renda média mensal (R$)	Percentual da renda média da economia UF/ Brasil
Maranhão	387,67	53,8%	377,42	49,0%
Piauí	**566,91**	78,6%	382,37	49,6%
Ceará	482,28	66,9%	443,94	57,6%
Rio Grande do Norte	**557,14**	77,3%	**567,77**	73,7%
Paraíba	391,13	54,3%	**486,50**	63,2%
Pernambuco	**509,32**	70,7%	**522,16**	67,8%
Alagoas	**488,43**	67,8%	461,75	59,9%
ergipe	474,13	65,8%	**512,33**	66,5%
Bahia	**511,84**	71,0%	**467,41**	60,7%
Nordeste	**485,43**	**67,3%**	**465,38**	**60,4%**
Brasil	**720,85**	**100%**	**770,24**	**100,0%**

Fonte: Elaboração própria, dados da PNAD.

A segmentação da renda gerada no turismo por atividade que compõe o setor é importante para se perceber se existem diferenças acentuadas entre as remunerações dos setores de hospedagem, alimentação, transporte rodoviário, transporte aéreo, agências de viagens e aluguel de veículos. Então, para o ano de 2005, a atividade do turismo que apresentou a maior remuneração média mensal no Nordeste foi a de aluguel de veículos (R$1995,25), e a de menor renda média mensal foi a atividade de alimentação (R$398,69). No Brasil, a atividade de transporte aéreo foi a que teve a maior renda média mensal (R$1577,61), já o setor de alimentação também apresentou a menor remuneração mensal (R$591,53). A tabela 18, a seguir, mostra a remuneração média mensal por atividade que compõe o setor turístico da região Nordeste e do Brasil.

Tabela 18 - **Rendimento médio mensal das pessoas ocupadas no turismo, segmentado por atividade**

Renda média mensal -2005

UF	Hospedagem	Alimentação	Transporte Rodoviário de Passageiros	Transporte Aéreo	Agências de Viagens	Aluguel de Veículos	Lazer
NE	491,16	398,69	560,06	1508,61	1119,05	1995,25	564,77
BR	762,16	591,53	806,40	1577,61	1489,79	1292,72	949,25

Fonte: Elaboração própria, dados da PNAD.

A comparação entre as remunerações do setor turístico das regiões metropolitanas e o rendimento médio que ocorre no total da economia, em 2005, também foi realizada. Verificou-se que, as pessoas ocupadas no turismo nas regiões metropolitanas são mais bem remuneradas, em relação aos rendimentos do setor na região Nordeste e no Brasil. Na maioria das regiões metropolitanas, o rendimento da atividade ficou abaixo da média dos outros setores. A única exceção observada ocorreu

na região Metropolitana de Curitiba. A remuneração média mensal da mão-de-obra ocupada no turismo nas regiões metropolitanas foi de R$808,97. Esse valor equivale a 112,2% do rendimento médio mensal do Brasil para o setor, porém ficou abaixo da remuneração média dos outros setores que foi de R$993,11 (correspondente a 137,9% da remuneração média do Brasil). A tabela 19, a seguir, contém o rendimento médio mensal das pessoas ocupadas no turismo e na economia, por região metropolitana.

Tabela 19 - **Rendimento médio mensal, por região metropolitana – 2005**

Região Metropolitana	Total de pessoas ocupadas no turismo		Total de pessoas ocupadas na economia	
	Renda média mensal (R$)	Percentual da renda média do turismo no Brasil (R$)	Renda média mensal (R$)	Percentual da renda média da economia UF/ Brasil
Belém - PA	533,65	74,0%	629,41	87,4%
Fortaleza - CE	615,7	85,4%	629,57	87,4%
Recife - PE	580,28	80,5%	720,80	100,1%
Salvador - BA	628,21	87,1%	692,17	96,1%
Belo Horizonte - MG	797,29	110,6%	860,25	119,4%
Rio de Janeiro - RJ	906,79	125,8%	980,57	136,1%
São Paulo - SP	920,49	127,7%	1139,19	158,2%
Curitiba - PR	**1382,29**	191,8%	1033,83	143,5%
Porto Alegre - RS	926,21	128,5%	1049,31	145,7%
Total da RM's	**808,97**	**112,2%**	**993,11**	**137,9%**
BR	**720,85**	**100%**	**720,24**	**100,0%**

Fonte: Elaboração própria, dados da PNAD.

Deve-se destacar que as maiores remunerações foram encontradas nas regiões metropolitanas do Sul do Brasil, RM's de Curitiba (R$ 1382,29) e de Porto Alegre (R$926,21).

As regiões metropolitanas do Nordeste no turismo apresentaram rendimentos abaixo da média das RM's e do Brasil. A Região Metropolitana de Salvador foi a que apresentou a maior remuneração do setor entre as RM's do Nordeste, R$628,21, ou, 87,1% do rendimento médio mensal do turismo no país, contudo esse valor está abaixo da renda média mensal de outros setores.

5.3. Grau de Formalidade do Setor Turístico

A última característica analisada neste trabalho foi o grau de formalidade do setor turístico, especialmente no Nordeste. A tabela 20, a seguir, mostra o grau de formalidade do setor de turismo e da economia, por UF do Nordeste, em 2005.

Tabela 20 – **Grau de formalidade do turismo e da economia-2005**

UF do Nordeste	Turismo		Economia	
	Formal (%)	Informa (%)l	Formal (%)	Informal (%)
Maranhão	24,2	75,8	22,7	77,3
Piauí	31,5	68,5	24,5	75,5
Ceará	31,7	68,3	30,9	69,1
Rio Grande do Norte	**43,7**	56,3	40,1	59,9
Paraíba	29,4	70,6	34,4	65,6
Pernambuco	**34,6**	65,4	37,2	62,8
Alagoas	**34,2**	65,8	35,8	64,2
Sergipe	**38,6**	61,4	39,9	60,1
Bahia	**35,8**	64,2	32,3	67,7
Nordeste	**33,9**	**66,1**	**32,3**	**67,7**
Brasil	**50,3**	**49,7**	**50,3**	**49,7**

Fonte: Elaboração própria, dados da PNAD.

Constatou-se, então, que, em 2005, a atividade apresentou na região um nível de formalidade um pouco acima do que ocorre na economia como um todo, entretanto, no Brasil essa diferença não foi observada. De acordo com a tabela acima, em 2005, a participação da mão-de-obra informal no turismo foi de 66,1%, contra 67,7% observado na economia. Todavia, essa diferença não foi observada no Brasil, e o nível de informalidade continuou a ser 49,7% do total de pessoas ocupadas. O estado da região que apresentou maior formalidade no setor turístico foi o Rio Grande do Norte, 43,7%. Contudo, os estados de Sergipe, Bahia, Pernambuco e Alagoas apresentaram um nível de formalidade do turismo acima da média observada no Nordeste. Vale ressaltar que todas as UF's da região Nordeste apresentaram uma informalidade no turismo maior do que a do setor no Brasil, seguindo a tendência presente na economia nordestina em relação à media nacional.

O nível de formalidade do setor de turismo nas regiões metropolitanas do país também foi verificado neste trabalho. Constatou-se, então, que o grau de formalidade encontrado no turismo nas RM's foi superior aos resultados do Nordeste e do Brasil, contudo, na média, o setor apresentou mais informalidade do que a economia. A tabela 21, a seguir, mostra o grau de formalidade do setor de turismo e da economia, nas regiões metropolitanas, em 2005.

Tabela 21 - Grau de formalidade do turismo e da economia, por RM - 2005

Região Metropolitana	Turismo		Economia	
	Formal (%)	Informal (%)	Formal (%)	Informal (%)
Belém	37,2	**62,8**	42,6	**57,4**
Fortaleza	44,7	55,3	46,7	53,3
Recife	42,9	57,1	52,3	47,7
Salvador	48,4	51,6	53,0	47,0
Belo Horizonte	64,5	35,5	62,4	37,6
Rio de Janeiro	59,1	40,9	62,1	37,9
São Paulo	57,7	42,3	61,3	38,7
Curitiba	62,6	37,4	61,6	38,4
Porto Alegre	**70,1**	29,9	**66,4**	33,6
Total das RM's	**56,9**	**43,1**	**59,8**	**40,2**
Nordeste	**33,9**	**66,1**	**32,3**	**67,7**
Brasil	**50,3**	**49,7**	**50,3**	**49,7**

Fonte: Elaboração própria, dados da PNAD.

A região metropolitana do Brasil que apresentou maior formalidade no turismo foi a de Porto Alegre, 70,1% das pessoas ocupadas na atividade. Essa região também teve a maior participação do setor formal em relação à economia. Pôde-se perceber que todas as RM's da região Sul e Sudeste tiveram uma menor participação do setor informal no turismo, se comparado com a média do Brasil. Todavia, para a maioria dessas RM's, o turismo apresentou um nível de informalidade maior do que o observado em suas economias.

As Regiões Metropolitanas do Nordeste apresentaram um maior nível de formalidade no setor turístico, se comparado aos resultados das suas UF's. A região metropolitana de Salvador foi a que teve a maior participação da mão-de-obra formal na atividade, 48,4%. É importante destacar, porém, que em relação ao grau de formalidade dessas economias, o turismo nas RM's do Nordeste foi mais informal, em 2005.

6. Conclusões

O presente trabalho apresentou algumas evidências a respeito da existência de *clusters* potenciais de turismo na região Nordeste, estados e regiões metropolitanas. Buscou-se dimensionar a atividade turística e, além disso, destacar algumas características do pessoal ocupado no setor, tais como gênero, raça, idade, nível de instrução, renda e grau de informalidade.

As atividades que apresentaram as maiores participações no setor de turismo no Nordeste foram as seguintes: alimentação, transporte rodoviário e hospedagem. O setor de alimentação teve uma participação superior a 50% no total das ocupações no turismo na maioria das localidades. Contudo, esse segmento não é exclusivo do turismo, o que pode gerar algumas distorções na análise.

Os indicadores utilizados na tentativa de dimensionar e identificar *clusters* potenciais de turismo no Nordeste revelaram a existência de algumas potencialidades na região, representadas, sobretudo, pelos estados da Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Sergipe. Ademais, quando se considera a participação "núcleo puro" do turismo no *cluster*, o estado de Alagoas se destaca no Nordeste, seguido do Rio Grande do Norte e Pernambuco. A identificação de *clusters* de turismo nas regiões metropolitanas do Brasil foi comprovada para todas as localidades. No Nordeste, a RM de Salvador foi a que apresentou o maior potencial no setor, todavia, as regiões metropolitanas de Recife e Fortaleza também tiveram desempenhos favoráveis.

Dentre as características do setor turístico levantadas neste trabalho, observou-se que, em 2005, a maioria das pessoas ocupadas na atividade no Nordeste era do sexo masculino, de raça parda, com idade média de 35 anos e nível médio de escolaridade de 7,9 anos de estudo. A escolaridade média de uma pessoa ocupada no turismo no Nordeste foi mais baixa do que a média observada no Brasil. Porém, vale ressaltar que este setor na região apresentou um número médio de anos de estudo mais elevado do que o observado para a economia nordestina como um todo. Ainda, o rendimento médio mensal do setor na região ficou um pouco acima da média observada para toda a economia, porém, correspondeu a 67,3% da renda média mensal do turismo no Brasil. Verificou-se, também, que as regiões metropolitanas apresentaram rendimentos do turismo superiores aos obtidos no Nordeste e no Brasil. Por fim, a última característica observada do turismo foi referente ao nível de formalidade do segmento. No Nordeste, a atividade apresentou um maior nível de formalidade do que o encontrado na economia da região. Entretanto, no Brasil essa diferença não foi observada. Nas regiões metropolitanas, o nível de formalidade do setor de turismo foi maior quando comparado aos resultados obtidos para o setor nas UF's. Apesar disso, a informalidade encontrada na atividade turística foi maior do que a média observada para todos os setores da economia.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, E., BRITTO, J. Estrutura e dinamismo de clusters industriais na economia brasileira: uma análise exploratória a partir de dados da RAIS. In: Industrialização descentralizada: sistemas industriais locais. IPEA: Brasília, 2001.

ALMEIDA, M.; LIMA, R. at al. Identificação e Avaliação de Aglomerações Produtivas: Uma Proposta metodológica para o Nordeste. 2003. Recife: PIMES/IPSA/BNB.

BARBOSA, M.A. C. e ZAMBONI, R. A. Formação de um 'Cluster' em Torno do Turismo de Natureza Sustentável em Bonito – MS. In: Industrialização descentralizada: sistemas industriais locais. IPEA: Brasília, 2001.

BRASIL/ MTUR/ FIPE. Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil- 2006. Disponível na internet:
<http://www.turismo.gov.br/site/arquivos/dados_fatos/turismo_domestico/Apresentacao_Turismo_Domestico_2006.pdf>
Acesso:10/04/06 às 16:00 h

BRASIL/ MTUR/EMBRATUR. Anuários estatísticos, 2001 a 2006. Disponível na internet:
<http://www.turismo.gov.br>
Acesso:10/02/07 às 14:00 h

DUARTE, T. e GOUVEIA, M. O Cluster Turismo em Portugal, set. 2001.
Disponível na internet:
<http://www.gee.min-economia.pt/resources/docs/publicacao/RT/cluster_turismo.pdf>
Acesso: 20/12/05 às 14:00 h

IGLIORI, D. Cluster Dynamics: New Evidence and Projections for Computing Services in Great Britain. Programa de Seminários Acadêmicos. Seminário nº 01/2003 – 20/02/2003. São Paulo, 2002.

MAIA GOMES, G. Perfis Econômicos e Construção de Cenários de Desenvolvimento para o Estado de Pernambuco, com Ênfase na Mesorregião da Zona da Mata - TURISMO, Recife, ago./2005.

MAMBERTI, M. M. S.; BRAGA, R. Arranjos produtivos turísticos e desenvolvimento local. In: I Seminário Internacional O desenvolvimento local na Integração: Estratégias, Instituições e Políticas, 2004, Rio Claro. Anais do I Seminário Internacional O desenvolvimento local na Integração: Estratégias, Instituições e Políticas. Rio Claro: IGCE-UNESP, 2004. v. 1. p. 1-11.
Disponível na internet:
<www.rc.unesp.br/igce/planejamento/ publicacoes/TextosPDF/mamberti01.pdf>
Acesso: 10/04/06 às 14:00 h

IMPACTOS DA FINANCEIRIZAÇÃO SOBRE A OCUPAÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS DETERMINANTES ESTRUTURAIS E MACROECONÔMICOS

Miguel Antonio Pinho Bruno,*

*Denise Guichard Freire***

RESUMO

A economia brasileira atual evolui nos quadros de um regime de crescimento à dominante financeira. As decisões de investimento estão subordinadas à lógica da acumulação patrimonial cuja rentabilidade de referência tem se revelado demasiadamente elevada para permitir uma retomada forte e sustentada da taxa de acumulação de capital fixo produtivo e, conseqüentemente, do crescimento econômico. Considerando-se que o coeficiente de emprego de uma economia é também função tanto do volume quanto das características tecnológicas do capital fixo produtivo disponível (máquinas, equipamentos e infra-estrutura), o ritmo de crescimento desta variável passa a ser determinante para a ocupação e para a geração de renda. Este artigo procura mostrar que, ao manter em um nível excessivamente alto a participação da renda financeira na renda disponível bruta brasileira, o atual processo de financeirização reduz as taxas de crescimento da ocupação porque mantém baixa a taxa de acumulação de capital produtivo desta economia. Duas principais implicações surgem da análise proposta: uma decorre diretamente dos efeitos econômicos da transição demográfica brasileira sobre a dinâmica da ocupação e outra se refere aos determinantes da ocupação relacionados à qualificação do trabalho. Com relação à primeira, as evidências empíricas mostram que o atual ritmo de crescimento do emprego é insuficiente para reduzir significativamente as taxas de desocupação, pois é inferior à expansão da população em idade ativa. Quanto à segunda, se o desemprego resulta de uma expansão da oferta de força de trabalho acima da demanda criada pelo crescimento do estoque de bens de produção, os investimentos em capital humano serão ineficazes para elevar as taxas de ocupação no plano agregado. A sociedade estará simplesmente qualificando seus futuros desocupados e/ou promovendo movimentos migratórios em direção a países de renda mais elevada ("fuga de cérebros"). Infere-se do presente estudo que a pertinência dos debates sobre o "capital humano", "capital social", "nova economia" e "economia do conhecimento e

---

* Professor e Pesquisador do Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais na Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE e Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – FCE-UERJ. Doutor em Économie des Instituitions – École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS) – Paris – França (2005) e em Economia da Indústria e da Tecnologia pelo Instituto de Economia da UFRJ (2005). miguel.bruno@ibge.gov.br ou miguel.bruno@superig.com.br

** Economista do IBGE e Mestranda do Programa de Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais da Escola Nacional Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE). denise.freire@ibge.gov.br

da informação" não implica que a acumulação de capital fixo tenha se tornado uma variável irrelevante. Desde que o capital fixo produtivo e as qualificações do trabalho são freqüentemente complementares e o progresso técnico manifesta-se em novas máquinas e equipamentos, a acumulação de capital se torna uma pré-condição para que as outras variáveis relacionadas com a demanda de trabalho possam efetivamente atuar.

Palavras-chave: financeirização; ocupação; acumulação de capital produtivo; regime de acumulação; globalização; desemprego.

Classificação JEL: F3-J0-J2-J21-J24-J3

ABSTRACT

The current Brazilian economy develops on the basis of a finance-led growth regime. The investment decisions are subordinated to the logic of the patrimonial accumulation whose reference profitability have been too much high to allow a strong and sustained growth of the real fixed capital stock. Being considered that the coefficient of employment of an economy is also function as much of the volume as of the technological characteristics of the available productive fixed capital (machines, equipments and infrastructure), the rhythm of growth of this variable is relevant for the occupation and for the income generation. This paper tries to show that the participation of the financial income in the Brazilian GDP is very high and reduces the growth rate of the occupation, because its induce a weak accumulation rate of productive capital in this economy. Two main implications appear of the proposed analysis: one derive directly from the economical effects of the Brazilian demographic transition on the dynamics of the occupation and other its refers to the determinant of the occupation related to the qualification of the work. Regarding the first, the empiric evidences shows that the current rhythm of the job generation is insufficient to reduce the unemployment significantly, because it is inferior to the expansion of the economically active population. For the second question, if the unemployment results of an expansion of the workforce supply above the demand created by the growth of the stock of productive fixed capital, the investments in human capital will be ineffective to elevate the occupation rates in the macroeconomic level. The society will simply be qualifying the futures unemployeds and/or promoting migratory movements towards the high-income countries ("escape of brains"). A result of the present study shows that the pertinence of the debates about the "human capital", "social capital", "new economy" and the "knowledge and information economy" do not imply that the productive fixed capital accumulation becomes a irrelevant variable. Since the productive fixed capital and the qualifications of the work are frequently complementary and the technical progress is incorporated in new machines and equipments, the fixed capital accumulation rate becomes a precondition to take advantages of the positives impacts of the others variables related with the work demand.

Key words: financialization, occupation, capital accumulation, regime of accumulation, globalization, unemployment.

JEL classification: F3-J0-J2-J21-J24-J3

1. INTRODUÇÃO

> ... é um erro acreditar que quando o desemprego surge como resultado do crescimento da força de trabalho acima da demanda de mão-de-obra criada pelo estoque existente de bens de capital, uma queda dos salários pode provocar a elevação da taxa de acumulação.
>
> (Joan Robinson, *Ensaios sobre a Teoria do Crescimento Econômico*, Cambridge, 1962)

A financeirização é um conceito relativamente recente que sumariza uma ampla gama de fenômenos, incluindo a globalização dos mercados financeiros, a *shareholder value revolution*, e a expansão das rendas financeiras. O conceito ganhou destaque na literatura econômica a partir das crises financeiras dos anos 90 que abalaram as economias da Ásia e da América Latina. Apesar de sua utilização por autores europeus e norte-americanos, no Brasil o conceito ainda permanece muito pouco utilizado. A explicação talvez se encontre nas especificidades do processo de financeirização da economia brasileira, baseado preponderantemente em ativos de renda fixa, numa sociedade marcada pela alta concentração da renda e da riqueza. Como o ganho financeiro é muito elevado, mas é apropriado, em sua quase totalidade, pelas camadas de mais alta renda, há dificuldades para que o conceito seja reconhecido na mídia especializada e até mesmo nos meios acadêmicos, como relevante teórica e empiricamente em estudos econômicos.

O desenvolvimento dos fluxos de capitais internacionais, impulsionado pela desregulamentação e pela integração quase geral dos mercados financeiros, fez dos anos 80 a década da globalização financeira (DROUIN, 2001). Este movimento foi fundamental para que o processo de financeirização se difundisse e se consolidasse na década subseqüente, quando as novas tecnologias da informação e da comunicação vão permitir uma expansão sem precedentes dos capitais especulativos. Antes da globalização, as possibilidades de ganhos especulativos com operações financeiras eram bem mais limitadas, graças à institucionalidade subjacente aos regimes de crescimento fordistas (1945-1975). Todavia, a globalização permitiu que o volume de operações financeiras se desconectasse das operações de bens e serviços, levando a uma autonomia dos movimentos especulativos com relação à esfera real da economia. Para DROUIN, a globalização financeira implicou no estabelecimento de uma "economia internacional de especulação".

COLLETIS (2005) observa que, até a década de 1970, apesar de existirem restrições de financiamento, as finanças estavam a serviço das atividades produtivas. Derivada dos compromissos institucionais do pós-guerra, esta configuração visava assegurar a gestão de uma relação salarial (ou forma institucionalizada da relação capital-trabalho assalariado) compatível com os objetivos de crescimento das empresas e da economia. Em outros termos, a moeda de crédito era parte do regime monetário-financeiro do período fordista e um dos pilares do forte crescimento econômico com expansão do emprego, dos salários e da produtividade do trabalho.

As empresas selecionavam as melhores possibilidades de financiamento para sustentar seus investimentos e não o inverso, como se observa na atual fase de globalização: seleção dos investimentos para um objetivo de rentabilidade financeira dado. Mas seria nos anos 80, e notadamente nos anos 90, que as relações entre o econômico, o social e o financeiro vão se transformar e desencadear impactos determinantes na dinâmica da acumulação de capital e da ocupação. Neste contexto, as finanças vão se impor às outras instâncias modificando os papéis atribuídos aos salários, ao emprego e à proteção social.

Um aspecto fundamental para a presente análise é que *uma das principais tendências da financeirização é alterar as condições de repartição do valor adicionado em favor dos detentores de capital e em prejuízo do trabalho.* As empresas passam a dispor de alternativas de alocação improdutiva das poupanças derivadas dos lucros retidos, o que compromete o ritmo de acumulação de capital fixo e de geração de emprego. Como a esfera financeira desenvolve-se por operações que lhes são endógenas, o lucro financeiro pode ser obtido por variações de preços de seus próprios produtos e serviços. Isto implica em um ganho significativo de autonomia com relação aos setores diretamente produtivos e na possibilidade de valorização dos capitais com mobilizações mínimas de força de trabalho, ou seja, apenas a necessária para operacionalizar o próprio capital fixo das empresas financeiras. No entanto, as novas tecnologias da informação e da comunicação têm reduzido a ocupação também nos setores bancário e financeiro. Para CHESNAIS (2003), o capital que se valoriza sob forma de ativo financeiro e que compartilha do lucro empresarial mediante uma "punção rentista", se apresenta atualmente como fração dominante do capital. Esta posição lhe permite comandar as formas e o ritmo de acumulação de capital e determinar os modos de gestão e os processos de trabalho que garantem a rentabilidade de referência derivada das expectativas dos mercados financeiros globalizados. Nesse contexto, as taxas de lucro sobre o capital devem ser maiores do que as vigentes em economias não-financeirizadas para que possam compensar as alternativas de alocação em ativos financeiros. Por isso o trabalho passou à categoria de variável fundamental de ajuste, tanto no nível micro e setorial, quanto no plano macroeconômico.

2. FINANCEIRIZAÇÃO E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL: CONSEQÜÊNCIAS MACROECONÔMICAS

Um processo de financeirização tem implicações diretas sobre a taxa de acumulação de capital fixo produtivo, porque proporciona uma alternativa fácil e segura de alocação da poupança das empresas e das famílias, sem os riscos inerentes às imobilizações de capital em ativos reais. Todavia, as conseqüências dessa alternativa sobre a formação bruta de capital e sobre o nível e dinâmica da ocupação não são inteligíveis se se considera que o desenvolvimento financeiro correlaciona-se sempre positivamente com o crescimento econômico.

Partindo de um ponto de vista microeconômico, STOCKHAMMER (2004) encontra evidências empíricas de que a financeirização mudou a gestão das firmas no período de globalização. A nova combinação crescimento-lucro escolhida pela gestão pós-fordista tem privilegiado a obtenção de taxas de lucros mais elevadas, reduzindo o volume de capital fixo e o crescimento da firma. Se as firmas estão em face de um *trade-off* entre lucros e crescimento, isto se traduz em um nível mais baixo de investimento produtivo com conseqüências diretas sobre a ocupação. Para RÉBÉRIOUX (1998), a globalização dos mercados financeiros e a expansão dos investidores institucionais têm reduzido a empresa a um "nó de contratos" a serviço dos acionistas, onde a variável de ajuste microeconômico e gerencial tem sido o trabalho.

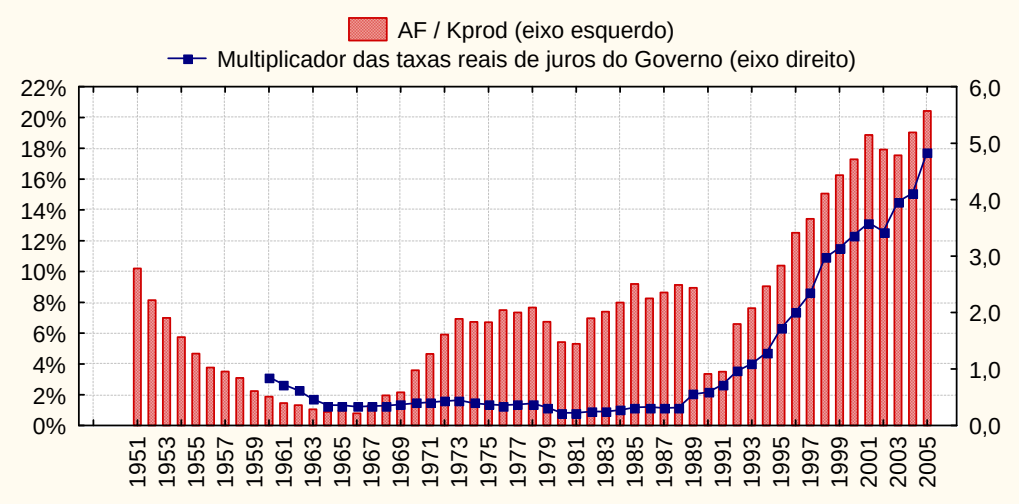
No caso brasileiro, como a renda financeira é composta predominantemente por juros, o processo de financeirização adquire características singulares. Diferentemente do que ocorre em economias avançadas, notadamente, na economia americana, a financeirização por juros (baseada em ativos de renda fixa) não exerce efeitos positivos sobre o consumo e o investimento produtivo. No caso dos EUA, a financeirização baseia-se no mercado de ativos de renda variável (ações) e numa sociedade em que cerca de 60% das famílias têm acesso ao mercado de capitais. Dada a alta concentração da renda e da riqueza na sociedade brasileira, a financeirização por juros tem acarretado não só o declínio da taxa de acumulação de capital fixo produtivo, mas sua permanência em patamares incompatíveis com uma retomada forte e sustentada do investimento e do nível de ocupação.

2.1 Indicadores macroeconômicos de financeirização da economia brasileira

É possível mensurar o grau de financeirização de uma economia por meio de vários indicadores, tanto micros quanto macroeconômicos ou setoriais. Neste trabalho, utilizaremos indicadores macroeconômicos para economia brasileira, em razão da maior disponibilidade de dados para a sua construção.[1] O Gráfico 1 mostra a evolução, no período 1950-2005, da razão entre o total de ativos financeiros não-monetários (agregado M4 – M1) e o estoque de capital fixo produtivo (máquinas, equipamentos e infra-estrutura), simbolizada por $\frac{AF}{Kprod}$. Paralelamente, pode-se observar o comportamento do multiplicador das taxas reais de juros oficiais (a SELIC) que reflete os ganhos acumulados com a renda de juros derivada dos títulos públicos brasileiros.

GRÁFICO 1

COEFICIENTE DE FINANCEIRIZAÇÃO E JUROS (1950-2005)



FONTE: IBGE e IPEADATA.

Pode-se ainda destacar dois momentos principais das evoluções dessas variáveis. No período 1967-1990, a razão AF/K_{prod} expande-se independentemente do multiplicador das taxas de juros do Governo e atinge o nível médio de 8%, pois reflete a própria formação das estruturas bancárias e financeiras, promovidas pelo PAEG (1964-66). Esta relação apresenta um valor reduzido, comparativamente às magnitudes observadas no período de globalização. *Não há evidência empírica de*

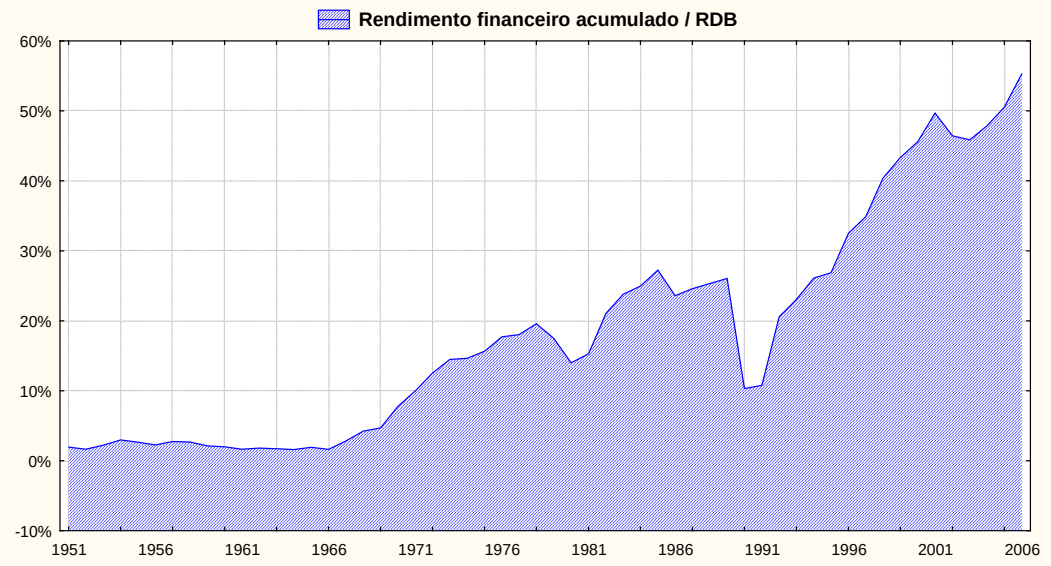
[1] BOYER (2000) propõe os seguintes indicadores macroeconômicos de financeirização: riqueza em títulos e ações / renda disponível; amplitude dos ganhos de capital / renda disponível e participação das ações e obrigações / total de ativos das famílias; rendimento dos títulos públicos e privados.

financeirização por juros nesta época ou que se possa falar em hegemonia das finanças. Pelo contrário, a acumulação financeira estava a serviço da acumulação de capital produtivo e do crescimento econômico que marcaria o "milagre econômico" brasileiro. Por outro lado, a expansão desses dois indicadores no período de liberalização comercial e financeira, que tem início em 1990, não tem precedente histórico no Brasil. Representando o avanço do processo de financeirização por juros nesta economia, essa expansão também significa um aumento rápido e tendencial do custo de uso do capital e responde pelo baixo ritmo de acumulação de capital fixo produtivo do período de globalização da economia brasileira.[2]

Outra estatística relevante para uma análise desse padrão de financeirização por juros pode ser observada no Gráfico 2. A variável é o rendimento financeiro acumulado, calculado como a diferença acumulada entre os saldos médios representados por AF, mas agora como proporção da renda disponível bruta (RDB). Observe-se que no ano de 2005, o rendimento financeiro acumulado atinge a surpreendente cifra de 54% da RDB, enquanto em 1974, auge do "milagre econômico" brasileiro, era de apenas 10%. Com uma carga financeira tão elevada sobre o produto interno, as reduzidas taxas de crescimento econômico e as altas taxas de desocupação que caracterizam o período da abertura econômica brasileira não deveriam causar surpresas, nem tão pouco serem explicadas por subterfúgios tais como a ausência de reformas consistentes da previdência, trabalhista ou fiscal.

GRÁFICO 2

RENDIMENTO FINANCEIRO ACUMULADO COMO PROPORÇÃO DA RENDA DISPONÍVEL BRUTA (1950-2006)



FONTE: IBGE e IPEADATA.

Ressalte-se que a difusão de um novo tipo de assalariado acionista (AGLIETTA, 1999), que através do desenvolvimento dos investidores institucionais, permitiria

[2] De fato a financeirização na economia brasileira iniciou-se nos anos 80, com a crise da dívida externa e num contexto de alta inflação. Mas o processo baseava-se nos ganhos inflacionários e na institucionalidade que fez da correção monetária o suporte da acumulação bancária e patrimonial. Com a globalização e o Plano Real, o processo de financeirização por inflação se converte em financeirização por juros. Todavia, a lógica da acumulação patrimonial permanece a mesma em seu conteúdo e objetivo fundamental: a conversão direta de capital em mais capital reduzindo ao mínimo as imobilizações produtivas, base principal da geração de emprego e de renda.

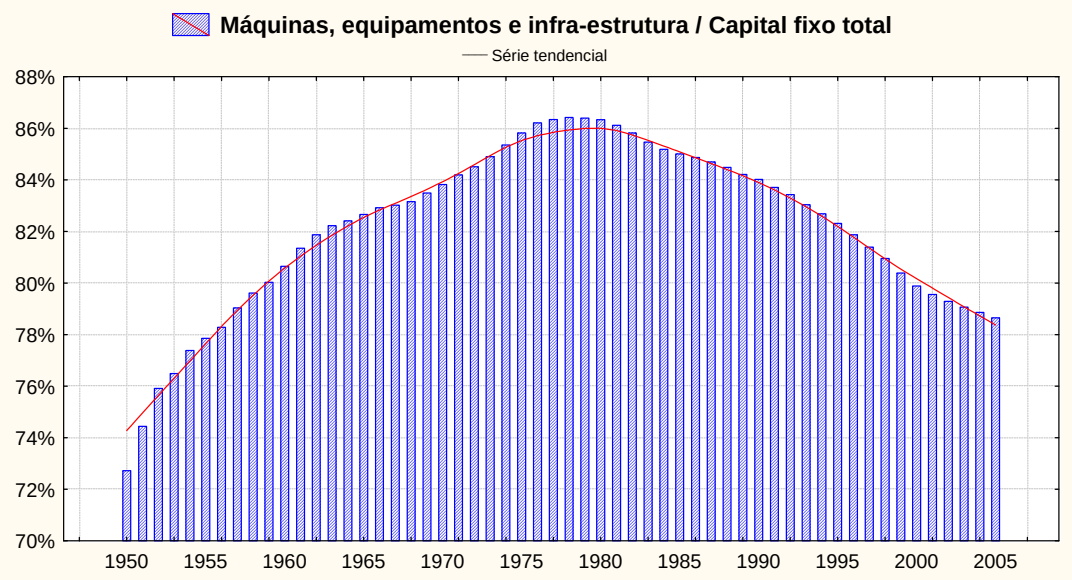
expandir o investimento produtivo, a ocupação e os rendimentos do trabalho, não se concretizou. Segundo BOYER (2001), trata-se de uma configuração particular da economia americana que não se generalizou nos países europeus e muito menos teria condições estruturais de se desenvolver em economias como a brasileira, marcada por uma elevada concentração de ativos tanto reais quanto financeiros. Dados da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP revelam que 65% do total das aplicações dos fundos de pensão são ativos de renda fixa. As ações representam menos da metade (31%) e os restantes 4% são alocados em imóveis. Em conseqüência, essa poupança proveniente dos rendimentos do trabalho e gerida pelos investidores institucionais permanece muito pouco conectada às atividades produtivas que poderiam contribuir para expandir a ocupação no plano macroeconômico.

2.2 Uma persistente perda de potencial produtivo que antecede, mas permanece sob economia aberta

O declínio da participação do estoque de capital fixo produtivo no estoque de capital fixo total pode ser constatado pelo Gráfico 3. Trata-se de uma queda persistente com início no ano de 1979, fim do II PND, e marca a entrada da economia brasileira em um longo período de dificuldades macroeconômicas. As explicações para essa perda de potencial produtivo não são satisfatórias se for feita abstração das formas de relacionamento entre o sistema bancário-financeiro brasileiro e os setores produtivos.

GRÁFICO 3

ESTOQUE DE CAPITAL FIXO PRODUTIVO COMO PERCENTAGEM DO ESTOQUE DE CAPITAL FIXO TOTAL – BRASIL (1950-2005)



FONTE: IPEADATA.

Para alguns economistas, a perda de participação do capital fixo produtivo estaria sendo compensada por um estoque em máquinas e equipamentos mais eficiente, embora menor em volume.[3] Ora, os ganhos de produtividade tendencial descritos no Gráfico 4 para o nível agregado nacional e o baixo crescimento econômico não

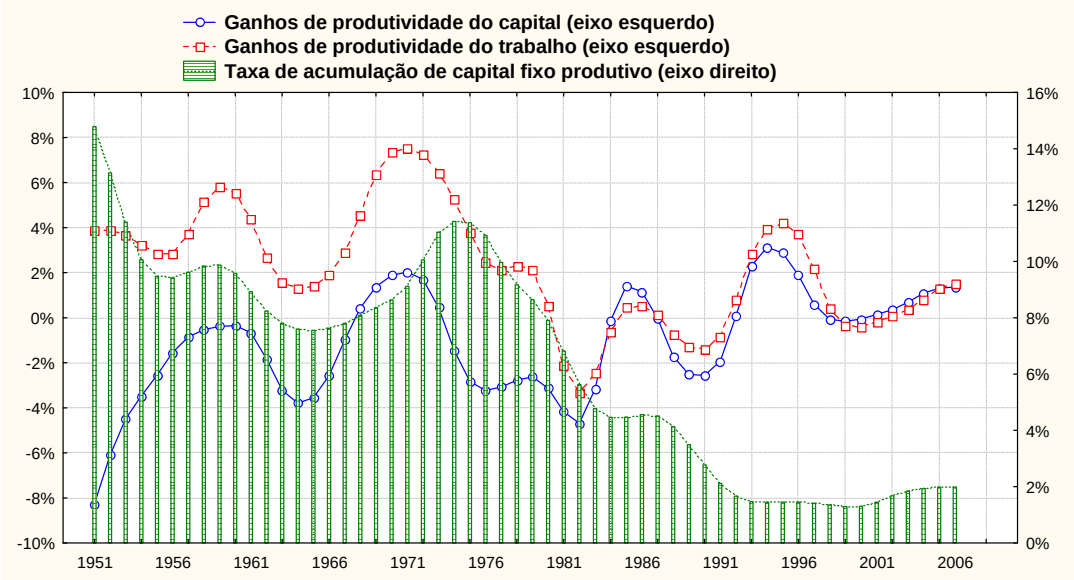
[3] Esta é a posição defendida por BACHA e BONELLI (2005).

parecem corroborar esse otimismo, a não ser que se argumente como o fazem algumas abordagens em economia industrial que a melhor performance macroeconômica virá como um resultado necessário da eficiência no plano micro e setorial. Os dados empíricos desafiam mais uma vez essa interpretação, pois se a reestruturação da indústria brasileira recuperou os ganhos de produtividade, notadamente entre 1991 e 1996, esse resultado não impactou positivamente no desempenho macroeconômico. Apesar do crescimento da produtividade da indústria nos anos 90, a economia brasileira foi incapaz de encontrar uma nova trajetória de crescimento forte e estável, necessária à continuidade de seu processo de desenvolvimento.

A explicação dessa nítida desconexão entre a performance no plano microeconômico (e setorial) e o desempenho macroeconômico pode ser obtida superando-se a abordagem econômica tradicional que busca nas intervenções do Estado as causas de ineficiência alocativa e distributiva. Neste contexto, o conceito de financeirização pode então ser relevante teórica e empiricamente, pois permite à análise detectar os padrões de acumulação de capital com suas conseqüências sobre a ocupação e os rendimentos do trabalho.

GRÁFICO 4

ACUMULAÇÃO DE CAPITAL FIXO PRODUTIVO E CICLOS DA PRODUTIVIDADE (1951-2006)



FONTE: IPEADATA.

2.3 Abertura e investimento: uma comparação entre quatro economias

Considerando-se que o investimento produtivo responde pelas tendências de evolução da ocupação, esta seção faz uma comparação entre as economias brasileira, chilena, chinesa e indiana, no que concerne à relação entre abertura econômica e formação bruta de capital fixo. Na comparação entre grau de abertura e taxa de investimento[4], observa-se que o Brasil até o início da década de 80 apresentava um nível de investimento superior ao grau de abertura, tendo atingido mais de 30% no período do II PND. Entretanto, entre o final da década de 80 e o

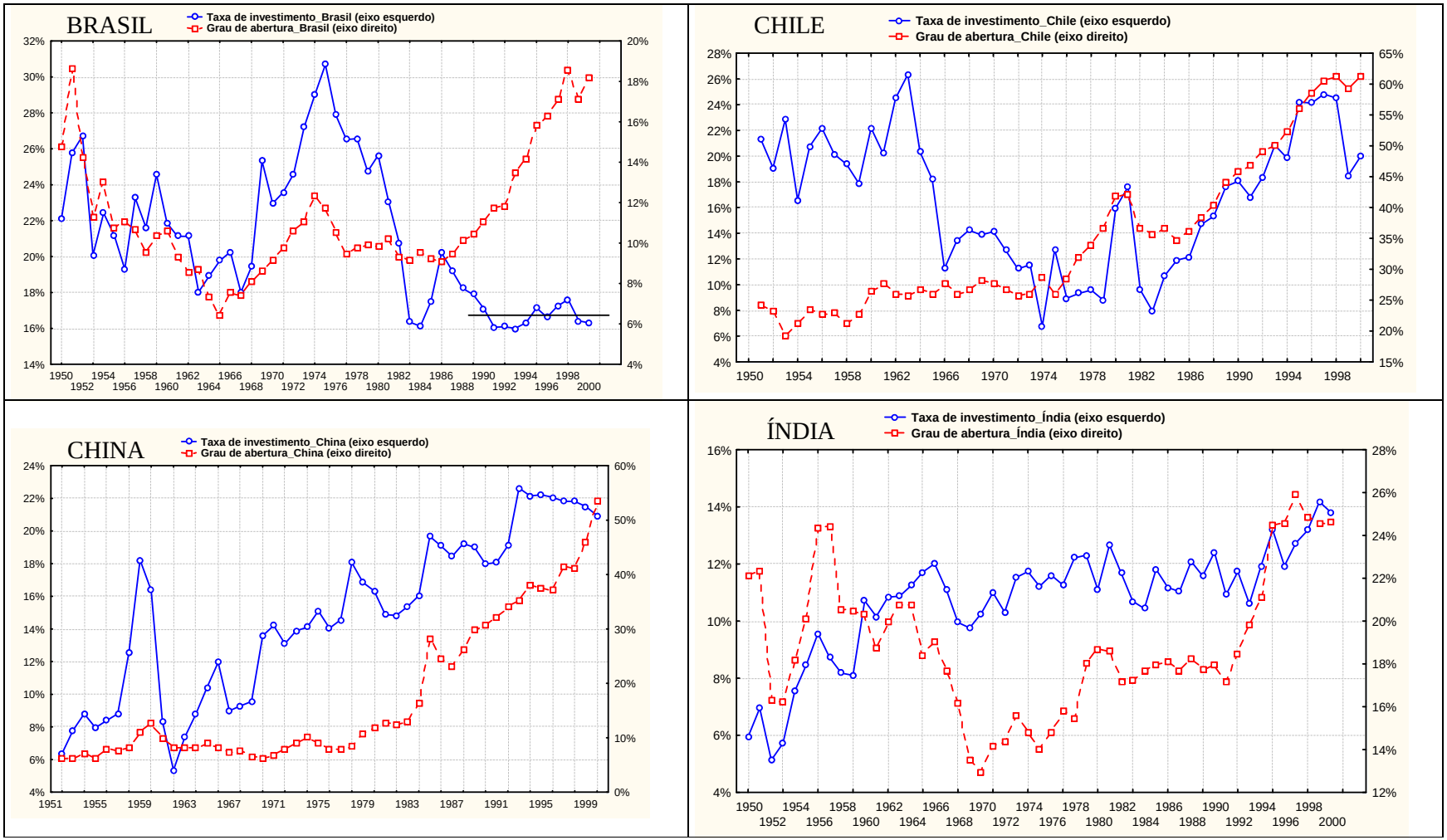
[4] O grau de abertura é medido pela razão (importações + exportações de bens e serviços) / PIB e a taxa de investimento pela razão formação bruta de capital fixo / PIB.

final da década de 90, o grau de abertura da economia dobrou, mas a taxa de investimento reduziu-se de 20% para 16% entre 1986 e 1990 e manteve-se praticamente estagnado ao longo da década neste patamar. Ou seja, o aumento do grau de abertura da economia brasileira não favoreceu o aumento dos investimentos produtivos.

Por outro lado, observa-se que nas economias chilena, indiana e chinesa o aumento do grau de abertura favoreceu o aumento dos investimentos. No Chile, o aumento do grau de abertura a partir de meados da década de 80 foi acompanhado de crescimento dos níveis de investimentos, apresentando uma queda somente no final da década de 90, mas com nova tendência de crescimento. A economia indiana apresentou uma tendência de aumento do grau de abertura acompanhada de crescimento dos níveis de investimento ao longo da década de 90. Na China, o nível de investimento era superior ao grau de abertura praticamente ao longo de todo o período analisado. O Brasil, portanto, apresenta a pior configuração na relação grau de abertura e nível de investimento entre as quatro economias analisadas.

FIGURA 1

GRAU DE ABERTURA E TAXA DE INVESTIMENTO: UMA COMPARAÇÃO INTERNACIONAL (1950-2000)



FONTE: Pen World Table-PWT 6.1.

NOTA: Dados em paridade do poder de compra.

3. EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO SOB UM REGIME DE ACUMULAÇÃO À DOMINANTE FINANCEIRA

Como observa LORDON (2000, apud CHESNAIS, 2003), os atuais regimes de acumulação à dominante financeira fazem da massa salarial e do nível de ocupação, a principal variável de ajuste do sistema econômico. A análise que se segue busca mostrar este fato para a economia brasileira.

3.1 Para onde vão os ganhos de produtividade no período pós-abertura ?

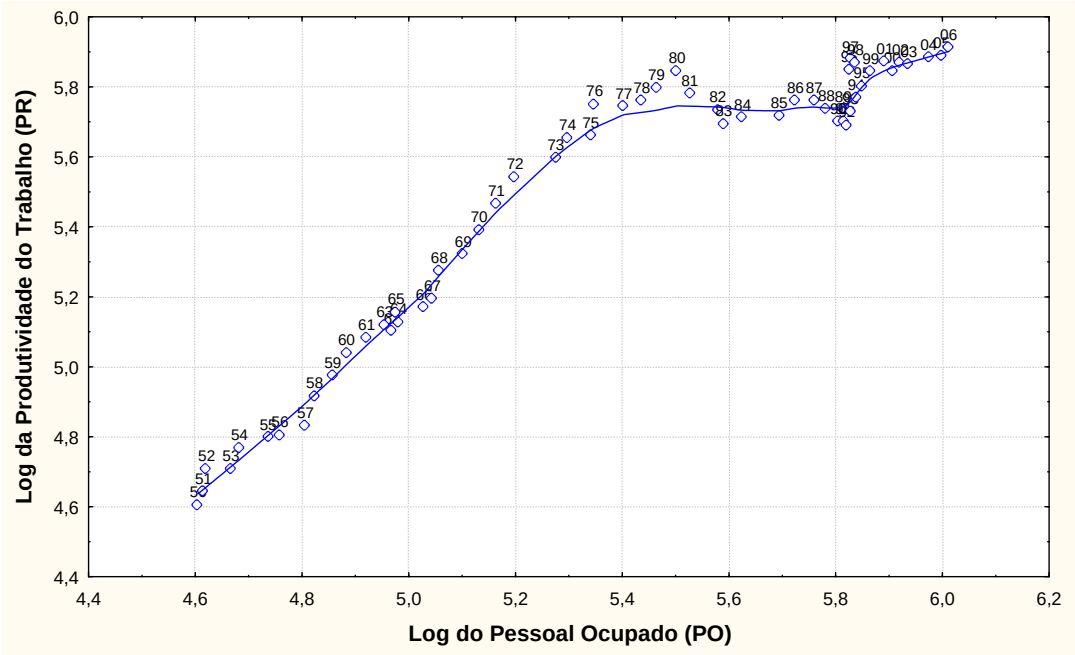
O Gráfico 5 é um diagrama de dispersão (*scatter plot*) que permite a detecção de quatro diferentes padrões de evolução da relação entre crescimento do pessoal ocupado (PO) e ganhos de produtividade do trabalho. As variáveis foram tomadas em logaritmo natural para que o scatter plot represente a elasticidade entre as duas variáveis. No período [1950-1980], sob a vigência do modelo de industrialização por substituição de importações, a produtividade e o pessoal ocupado expandem-se num ritmo forte e sustentado. Em outros termos, o crescimento do PO foi possível mesmo com ganhos elevados de produtividade do trabalho, expressando o desenvolvimento, nesta época, de um regime de acumulação à dominante intensiva. No período [1981-1990], não há ganhos de produtividade, fato que está em coerência com as tendências estagnacionistas observadas nos anos 80 (a "década perdida"). O terceiro período, [1991-1999], caracteriza-se por uma expansão rápida dos ganhos de produtividade[5], mas a um ritmo nitidamente superior à expansão do pessoal ocupado. Este fato sinaliza que a economia brasileira passou a dispor de bases técnicas produtivas mais capital intensivas, como uma das respostas à intensificação da concorrência externa desencadeada pela abertura. O quarto e último período, [2000-2006], mostra os ganhos de produtividade evoluindo em um ritmo inferior ao do período precedente, mas com uma expansão maior do pessoal ocupado. Este fato sugere a passagem para um regime de acumulação mais extensiva, relativamente ao período [1991-1999]. Todavia, esses ganhos de produtividade do trabalho e a taxa média de crescimento da ocupação são claramente menores do que os observados no regime de alto crescimento econômico, vigente no primeiro período.

No Gráfico 6, o diagrama de dispersão substitui os ganhos de produtividade pelo salário médio real (RW) no eixo vertical. Considerando-se a agregação dos salários dos empregados mais o rendimento de autônomos, para compor a massa salarial. Mais uma vez o período [1950-1980] é inusitado pelo dinamismo dessas duas variáveis. Em termos macroeconômicos, a expansão do PO processou-se com crescimento do salário médio real, porque o ritmo de acumulação de capital fixo produtivo foi excepcional. Observar Quadro 1 na seção 5. No segundo período, [1981-1990] observa-se expansão do salário médio real, apenas em finais dos 80, fase de implementação do Plano Cruzado (1986). A partir de 1991, RW está em uma nítida tendência de declínio, mesmo com o PO em expansão. Entre outras implicações, este fato sugere um aprofundamento do grau de flexibilidade quantitativa e salarial no mercado de trabalho brasileiro.

[5] Que provocou uma profusão de trabalhos sobre as origens e magnitude dos ganhos de produtividade na indústria brasileira, nos anos 90, num contexto de liberalização. Ver FEIJÓ e CARVALHO (1994), BONELLI (2005) e SALM, SABOIA e CARVALHO (1997) para mais detalhes.

GRÁFICO 5

RELAÇÃO ENTRE CRESCIMENTO DA OCUPAÇÃO E GANHOS DE PRODUTIVIDADE DO TRABALHO (1950-2006)

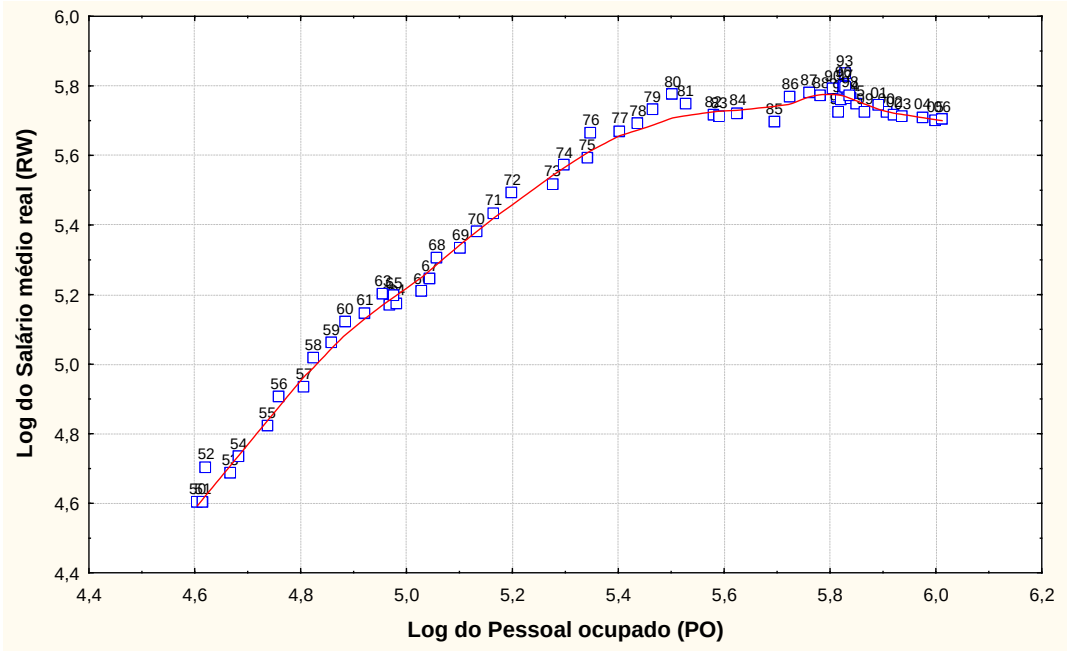


FONTE: IBGE, PWT 6.1 e MARQUETTI (2003).

NOTA: Diagrama de dispersão e curva tendencial obtida por regressão local (*Lowess smoothing*), método de Cleveland (1979, 1985).

GRÁFICO 6

RELAÇÃO ENTRE CRESCIMENTO DA OCUPAÇÃO E SALÁRIO MÉDIO REAL (1950-2006)



FONTE: IBGE, PWT 6.1 e MARQUETTI (2003).

NOTA: Diagrama de dispersão e curva tendencial obtida por regressão local (*Lowess smoothing*), método de Cleveland (1979, 1985).

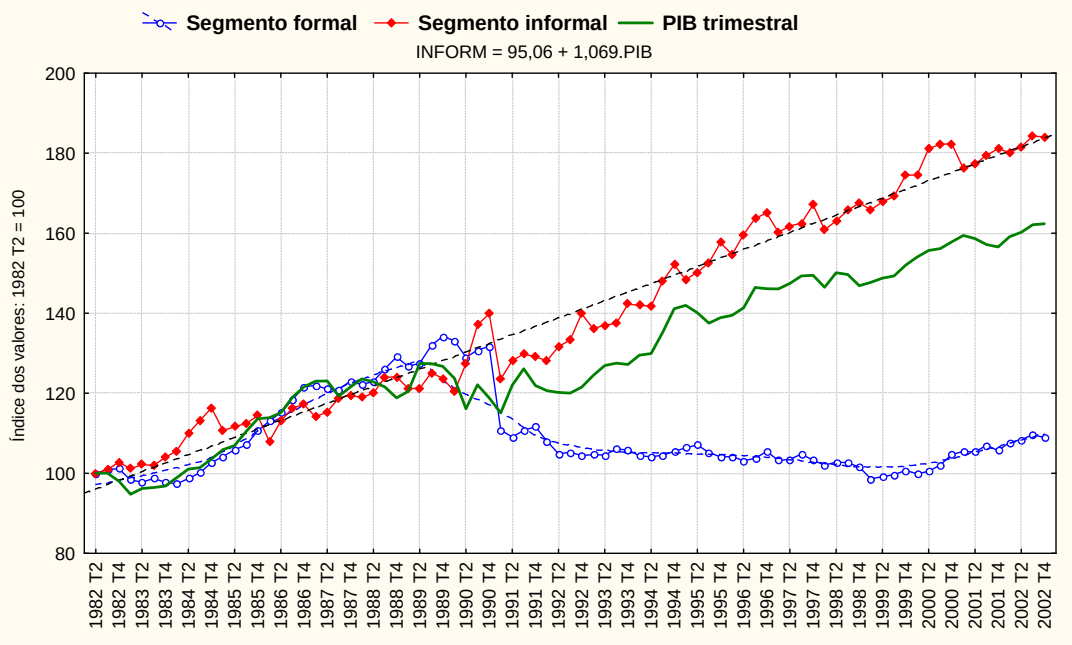
3.2 A tendência de expansão da informalidade é anterior à liberalização comercial e financeira

Segundo BOYER (2001), o desenvolvimento e difusão das finanças globalizadas retém toda a atenção a partir da segunda metade dos anos 90 e se considera esta evolução como uma das razões das transformações das relações de emprego. Todavia, segundo o autor, as transformações na dinâmica e estrutura da ocupação podem ser detectadas desde 1983, portanto, antes mesmo da globalização tornar-se um fato econômico e objeto de investigação. Conseqüentemente, as finanças seriam apenas um catalisador e não a causa principal da desestruturação das relações de trabalho e das mudanças na ocupação. O caso brasileiro é precisamente um exemplo ilustrativo dessa problemática.

A partir do Gráfico 7, com os dados da antiga Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, pode-se constatar que a expansão das relações de trabalho informais (empregados sem carteira mais os trabalhadores por conta própria) antecede à liberalização comercial e financeira e refletem os desdobramentos da crise do regime de alto crescimento econômico do período 1950-1980. A queda drástica do ritmo de acumulação de capital fixo produtivo vai reduzir a demanda de força de trabalho, elevando o desemprego estrutural. Com um contingente elevado de trabalhadores desocupados, o processo de formalização das relações de emprego é evidentemente afetado. A partir de 1990, o segmento formal, cuja dinâmica no período anterior permanecera mais conectada ao PIB do que o segmento informal, desloca-se abruptamente para baixo e permanece apenas ligeiramente acima do patamar de 100. Isto significa que há uma grande dificuldade da economia brasileira para expandir o nível de ocupação formal na última década. Isto sugere que o sistema econômico reduziu os quadros formais até o limite necessário para fazer frente às transformações estruturais que lhes foram impostas pelo Estado e pelo novo padrão de inserção internacional, mas manteria o segmento informal como variável de ajuste aos ciclos econômicos.

GRÁFICO 7

EVOLUÇÃO DOS NÍVEIS DE OCUPAÇÃO FORMAL, INFORMAL E DO PIB (1982-2002)

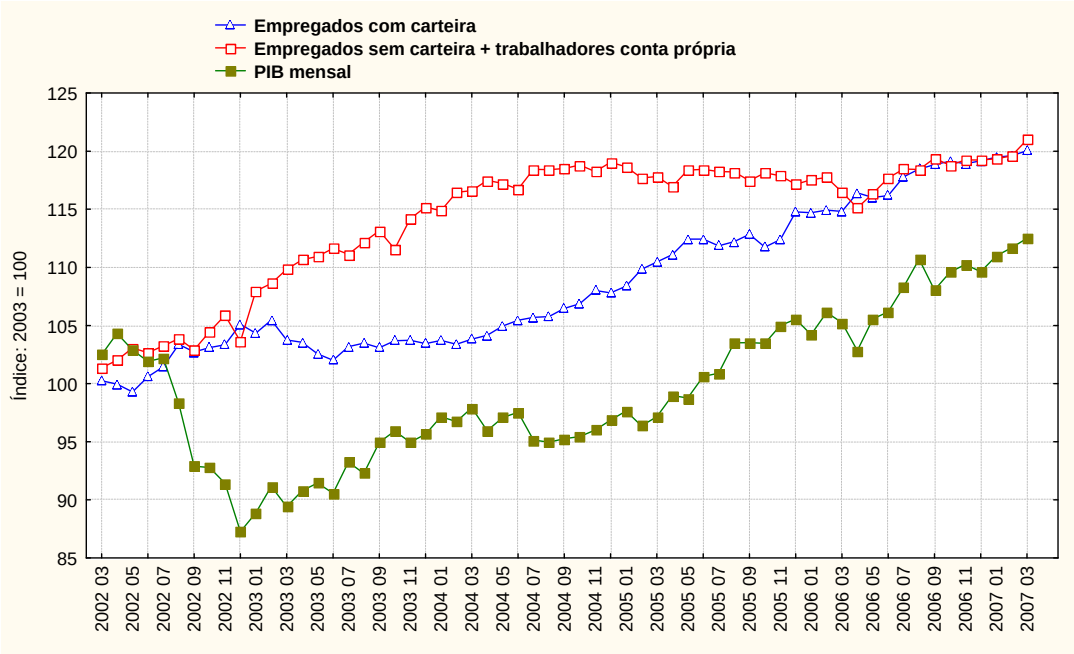


FONTE: IBGE – Pesquisa Mensal de Emprego (PME), antiga metodologia e PIB trimestral.

NOTA: Séries originais correspondem ao número de pessoas em cada categoria. O segmento informal engloba os trabalhadores sem carteira e por conta própria.

GRÁFICO 8

EVOLUÇÃO DOS NÍVEIS DE OCUPAÇÃO E DO PIB (2002-2007)



FONTE: IBGE-PME nova e BACEN-PIB mensal a preços constantes de agosto de 1994, pelo IGP-DI centrado da FGV. Séries dessasonalizadas pelo método X11/2000-Census 2.

Utilizando-se agora os dados da nova Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, uma mudança de tendência nos níveis de ocupação pode ser observada no Gráfico 8. Entre 2002 e 2004, o crescimento do segmento informal apresentou uma trajetória de crescimento superior à apresentada pelo segmento formal (empregados com carteira). Em 2005, houve uma quebra desta tendência e a partir de 2006 observa-se que as duas curvas se aderem e, além disso, apresentam trajetórias semelhantes à do PIB. Este movimento pode significar o início da recuperação do emprego formal no mercado de trabalho brasileiro, mas não necessariamente a redução do segmento informal. Ao compartilharem uma tendência comum de expansão com o PIB, os segmentos formal e informal crescem juntos, mas isto não implica que estejam ocorrendo alterações significativas em suas participações relativas no total do pessoal ocupado. Pelo contrário, entre abril de 2005 e maio de 2007, os segmentos formal e informal mantiveram suas participações, respectivamente em 50% e 42% do PO.

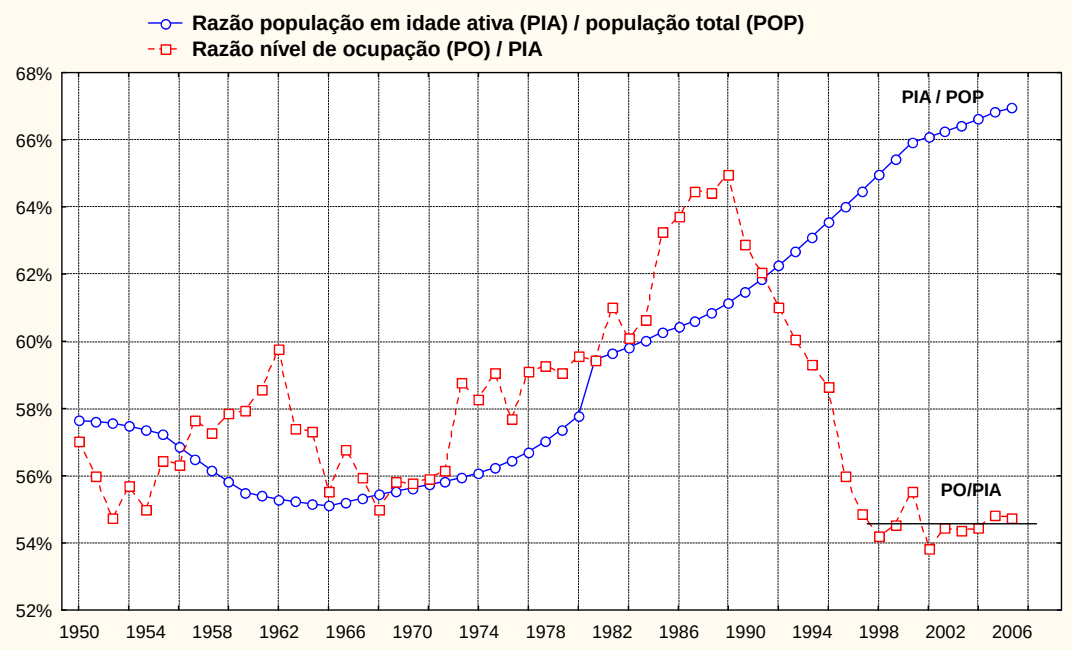
4. DINÂMICA MACROECONÔMICA E TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

O Gráfico 9 mostra a evolução da população em idade ativa (PIA) como percentagem da população total brasileira e do nível geral de ocupação (empregados mais trabalhadores conta própria) como percentagem da própria PIA. Pode-se constatar a existência de dois diferentes padrões de evolução dessas relações: no período (1950-1989), as duas razões permaneceram muito próximas uma da outra em termos tendenciais, apesar da maior variabilidade da razão (N / PIA) provocada pela dinâmica dos ciclos econômicos. Todavia, o segundo padrão de evolução, vigente no período de liberalização comercial e financeira (1990-2004) é completamente diverso. As duas séries se desconectam, pois o nível de ocupação declina

dramaticamente como percentagem da PIA. No primeiro período, a economia brasileira ainda proporcionava as condições macrodinâmicas e estruturais capazes de absorver a crescente oferta de força de trabalho provocada pelo aumento da PIA, sobretudo a partir de 1965. Todavia, no segundo período, quando a economia brasileira adere ao processo de globalização, a geração de emprego mostra-se de fato incompatível com a expansão da PIA resultante da transição demográfica[6]. Esta evolução aponta, portanto, para uma dificuldade crescente em gerar postos de trabalho suficientes para a sociedade brasileira em presença da nova estrutura etária.

GRÁFICO 9

NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA (1950-2006)



FONTE: IBGE, Pen World Tables-PWT 6.1 e MARQUETTI (2003).

NOTA: Os dados de ocupação (PO) incluem os empregados e os trabalhadores conta própria e não incluem os empregadores.

Observe-se que após a queda acentuada no intervalo1990-1998, a razão PO/PIA se estabiliza em torno do patamar de 54%, mas a razão PIA/POP segue em expansão, pois se trata de uma tendência demográfica de longo prazo, e atinge o nível de 67% em 2006. Mas o problema é que esta estabilidade da razão PO/PIA não significa que a economia brasileira esteja numa posição confortável no que concerne à geração de postos de trabalho. É claro que a situação seria ainda mais dramática caso a queda continuasse, o que expressaria uma dificuldade estrutural maior para absorver a expansão da força de trabalho por parte do sistema econômico. Isto porque a PIA engloba a não-PEA (população não-economicamente ativa) e a PEA (população economicamente ativa). Esta por sua vez inclui os ocupados e os desocupados. Conseqüentemente, é possível haver uma compensação nas variações dos

[6] Entre outros efeitos, a transição demográfica implica na elevação da participação da população em idade ativa (PIA), indivíduos maiores de 15 anos e menores de 65, na população total (POP). Por isso o crescimento da razão PIA/POP é uma proxy do crescimento potencial da oferta de força de trabalho.

componentes que estão no denominador dessa fração. Por exemplo, *um aumento da PEA equivalente a uma redução da não-PEA pode ocorrer pelo ingresso dos jovens ao mercado de trabalho e/ou pelo retorno dos idosos à força de trabalho. Se a demanda de mão-de-obra criada pelo estoque de capital fixo produtivo existente estiver abaixo da oferta de força de trabalho gerada pela expansão da PIA, então a taxa de desocupação subirá, mesmo que a razão PO/PIA permaneça constante.*

O Quadro 1 permite visualizar o comportamento de cinco indicadores macroeconômicos fundamentais, em três períodos da evolução econômica brasileira, que foram identificados econometricamente através dos testes de estabilidade estrutural do CUSUM e do CUSUMSQ.[7] Para isso foi estimada, por análise de co-integração, a seguinte relação $Ln(PO) = c_1 + c_2.Ln(uKprod) + e$, onde Ln é o logaritmo natural do nível de ocupação e Ln (uKprod) é o logaritmo natural do estoque de capital fixo produtivo ponderado pela taxa de utilização da capacidade produtiva instalada; e *e* é o resíduo.[8] As outras variáveis apresentadas em suas taxas médias de são o Produto Interno per capita (PIBpc), a população total do país, a população em idade ativa (PIA). Na última coluna, encontram-se as estimativas das elasticidades do nível de ocupação às variações do estoque de capital fixo produtivo em uso. Os dados permitem as seguintes considerações.

O período 1950-1980 destaca-se por apresentar as maiores taxas de acumulação de capital fixo produtivo e de geração de postos de trabalho. O PIB per capita (PIBpc) apresentou uma taxa média de expansão de 4,51% ao ano, e o nível geral de ocupação expandiu-se a 3,06%, portanto, num ritmo mais de duas vezes superior ao encontrado no período de liberalização comercial e financeira

No segundo período, 1984-1993, a performance da economia brasileira avaliada pela dinâmica dessas variáveis é nitidamente inferior à precedente. Os testes econométricos mostraram a ausência de uma relação de equilíbrio de longo prazo entre (PO) e (u.Kprod), uma vez que essas varáveis não-cointegram. Este fato pode estar ligado à vigência de um "regime de crise", onde o desenvolvimento da acumulação bancária e financeira processava-se às expensas da acumulação de capital fixo produtivo e num ambiente marcado pela alta inflação e pela estagnação do produto e da renda.

No terceiro e último período identificado pelos testes de estabilidade estrutural, 1996-2005, o desempenho macroeconômico é ainda pior do que o do segundo período. A taxa de acumulação de capital fixo produtivo em uso mantém-se em uma média anual de apenas 1,86%, enquanto o nível de ocupação expande-se a uma taxa média de apenas 1,33% e, portanto, abaixo da expansão média da PIA (2,00% anuais) e com a população total crescendo a um ritmo de 1,49% a.a. Observe-se que o crescimento da população brasileira no primeiro período (1950-1980) dera-se num ritmo duas vezes superior ao do período pós-globalização (cerca de 3% anuais), mas o PIB per capita expandia-se a um ritmo de 4,5% anuais. Este fato desafia as atuais interpretações neo-malthusianas dos problemas sociais e econômicos brasileiros. Observe-se que os efeitos negativos que o baixo crescimento do estoque de capital fixo produtivo acarreta para a geração de postos de trabalho no Brasil poderiam ser ainda maiores, caso a população estivesse crescendo a taxas mais elevadas.

[7] Testes de estabilidade do CUSUM (*Cumulative sum*) e CUSUMSQ (*Cumulative sum of squares*), implementados pelo EVIEWS 4.1.

[8] A existência de uma relação de co-integração entre duas variáveis não-estacionárias implica na existência de uma combinação linear das variáveis que é estacionária. Nesse caso, as variáveis compartilham de uma tendência estocástica comum que no plano teórico pode ser interpretada como uma relação de equilíbrio.

Outra característica relevante por suas conseqüências macroeconômicas refere-se às elasticidades-estoque de capital fixo produtivo da ocupação. No terceiro período, a elasticidade mais do que dobra em relação ao valor estimado para o período de vigência do modo de desenvolvimento por substituição de importações, passando de 0,35, entre 1950-1980, para 0,74 entre 1996-2005. *Isto significa que sob o atual padrão de financeirização do período pós-liberalização, a ocupação mostra-se muito mais dependente da evolução do estoque de capital fixo produtivo desta economia.* Uma expansão de 1% no estoque de capital fixo produtivo em uso (u.Kprod) tenderia a elevar o nível de ocupação em cerca de 0,74%. Mas, sob o atual regime de crescimento à dominante financeira, a taxa de acumulação de capital produtivo tem permanecido muito baixa e conseqüentemente, baixo o crescimento do pessoal ocupado.

QUADRO 1

OCUPAÇÃO, POPULAÇÃO E CAPITAL FIXO PRODUTIVO EM TRÊS REGIMES DE ACUMULAÇÃO CONSTRASTADOS (1950-2005)

Variáveis / Períodos	u.Kprod	PIBpc	POP	PIA	PO	Elasticidade-capital fixo produtivo da ocupação
[1950-1980]	9,42%	4,51%	2,80%	2,89%	3,06%	0,3479
[1984-1993]	2,99%	0,89%	1,93%	2,41%	2,42%	Sem relação de equilíbrio
[1996-2005]	1,86%	0,72%	1,49%	2,00%	1,33%	0,7379

FONTE: Cálculos próprios dos autores a partir das séries do IBGE e IPEADATA.
NOTA: u.Kprod = Capital fixo produtivo em uso, isto é, ponderado pelas taxas de utilização da capacidade instalada; PIBpc = Produto interno bruto per capita; POP = População total; PIA = População em idade ativa; PO= População ocupada. Os valores dessas variáveis referem-se às taxas médias por período. Os detalhes dos testes econométricos são omitidos por economia de espaço.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente análise buscou explicitar o papel determinante do crescimento do estoque de capital fixo produtivo para o nível e dinâmica da ocupação no Brasil. Neste contexto, a pertinência dos estudos sobre o capital humano não significa que a acumulação de capital fixo produtivo tenha se tornado uma variável secundária no processo de geração de emprego e de renda. Na situação atual, os investimentos em capital humano tornam-se ineficazes para aumentar o nível geral de ocupação em proporções compatíveis com a expansão da população economicamente ativa. Isto porque o número de postos de trabalho gerado pelo ritmo atual de crescimento do estoque de capital fixo permanece menor do que a expansão da oferta de força de trabalho resultante do aumento da participação da população em idade ativa na população total.

A vigência de um regime de crescimento à dominante financeira na economia brasileira tem dificultado o aumento da taxa de acumulação de capital fixo produtivo e, conseqüentemente, do crescimento econômico. O atual processo de financeirização por juros, que se iniciou em 1990, deslocou a financeirização por

inflação, presente na economia brasileira na década de 1980, aumentando demasiadamente o custo de uso do capital. Conseqüentemente, a renda de juros derivada dos ativos financeiros conectados à divida pública reduz a proporção investida da poupança empresarial e é portanto responsável pela estagnação da taxa de acumulação de capital fixo produtivo no nível médio mais baixo desde 1950 (1,89% a.a.).

Apesar do crescimento populacional no período 1996-2005 ter sido quase a metade do observado no período 1950-1980, o baixo crescimento do estoque de capital fixo produtivo tem dificultado a abertura de novos postos de trabalho. A baixa demanda de trabalho é conseqüência do baixo ritmo de crescimento da taxa de acumulação de capital fixo, observado no período pós-liberalização. O investimento produtivo tem se mostrado, ainda, cada vez mais capital-intensivo, tornando o nível de ocupação cada vez mais dependente da expansão do estoque de capital. Este fato refletiu-se no aumento da elasticidade-capital fixo produtivo do pessoal ocupado, que mais do que dobrou no período de liberalização comercial e financeira.

Na comparação com as economias chilena, indiana e chinesa podemos observar que a economia brasileira foi a que apresentou a pior configuração entre grau de abertura e taxa de investimento. Dentre as quatro economias analisadas, somente no Brasil, os investimentos produtivos não cresceram com o aumento do grau de abertura. A explicação reside tanto na opção por uma forma de inserção internacional que prioriza os fluxos de capitais de curto prazo, quanto na vigência de um regime de crescimento à dominante financeira, que desestimula as alocações diretamente produtivas dos capitais, reduzindo, em conseqüência, a demanda de força de trabalho.

Para que os altos níveis de desocupação e de informalidade se reduzam, seria necessário que a sociedade brasileira fosse capaz de lançar as bases institucionais para um novo regime de acumulação compatível com a expansão sustentável da ocupação e da renda. As possibilidades de reformas institucionais que superem essas restrições estruturais existem, mas dependem fundamentalmente de um novo projeto de nação que articule as forças políticas em prol da geração de emprego, enquanto base do desenvolvimento econômico e social do país.

REFERENCIAS

AGLIETTA, Michel. (1999) *La globalisation financière*. Éditions La Découverte, collection Repères, Paris.;

_____. *Macréconomie financière*. vol 1 et 2, La Découverte, Paris, 2001;

ALVES, José Eustáquio D. e BRUNO, Miguel (2006). *População e Crescimento Econômico de Longo Prazo no Brasil: como aproveitar a janela de oportunidade demográfica ?*. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Tema Central: Desafios e Oportunidades do Crescimento Zero -18 a 22 de setembro de 2006, Caxambu- MG, Brasil;

BOYER, Robert (2001). *Du rapport salarial fordiste à la diversité des relations salariales: une mise en perspective de quelques recherches régulationnistes*. CEPREMAP, nº 2001 – 14, Paris, septembre 2001;

_____. *Deux défis pour le XXIe siècle: discipliner la finance et organiser l'internationalisation*. CEPREMAP n° 2000-08, Paris, 2000.

_____. *Is a finance-led growth regime a viable alternative to Fordism ? A preliminary analysis*. Economy and Society. Volume 29 number 1 february 2000 ;

_____. *La politique a l'ere de la mondialisation et de la finance: le point sur quelques recherches regulationnistes.* CEPREMAP, Paris, 1999.

_____. *Le lien salaire-emploi dans la Théorie de la Régulation: autant de relations que de configurations institutionnelles.* CEPREMAP, n° 9814, septembre 1998.

BACHA, E. e BONELLI, R. (2005). *Uma interpretação das causas da desaceleração econômica do Brasil.* Revista de Economia Política, v. 25, n.3, p.163-189. 2005;

BONELLI, R. (1999). *Emprego Industrial e Produtividade : Novos Resultados, Velha Controvérsia*, Mercado de Trabalho, Conjuntura e Análise, ano 4, n.11, IPEA/MTE, Rio de Janeiro, outubro 1999.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (2007). *Macroeconomia da estagnação: crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994*. editora 34, 2007 ;

BRUNO, M (2006). *Lucro, acumulação de capital e crescimento econômico sob finanças liberalizadas: o caso brasileiro.* In « Perspectivas para a Economia Brasileira : Inserção Internacional e Políticas Públicas. Organizadores : Léo da Rocha Ferreira, Luiz Fernando de Paula e Milton Assis, EDUERJ, setembro, 2006;

CAFFE, Ricardo (2005). *Cycles de croissance financiarisés en Amérique Latine depuis les années 1970 : l'économie brésilienne entre le cycle du « miracle » économique et le cycle stagnant (1967-2001).* Thèse de doctorat. Université de Paris XIII. Décembre 2005;

CHESNAIS, François (2003). *La théorie du regime d'accumulation financiarisé: contenu, portée et interrogations.* Forum de la Régulation. Paris.

COLLETIS, Gabriel (2005). *Evolution du rapport salarial, financiarisation et mondialisation. Recherche & Régulation.* Working papers, september 2005.

CORIAT, Benjamin. *Moves towards finance-led capitalism: the French case*; Heterodox Economics Newsletter-35, By: Frederic S. Lee, Javier 2007;

CORIAT, Benjamin. e SABOIA, João (1988). *Regime de acumulação e relação salarial no Brasil: um processo de fordização forçada e contrariada.* Porto Alegre, Ensaios FEE.

CORIAT, Benjamin. SABOIA, João e BRUNO, Miguel (2002). *L'accumulation du capital au Brésil (1930-2000) : Heurs et Malheurs d'une Régulation « Tutellaire » - formes institutionnelles fondamentales, mode de régulation et régime d'accumulation,* mimeo, Paris.

DROUIN, Michel. (2001) *Le système financier international.* Armand Colin, Économie, Paris.

DIAWARA, Hawa (2006). *Monnaie, valorisation rentiere du capital et dynamique du marché du travail dans l'économie brésilienne.* Thèse de doctorat, Université de Paris III.

EPSTEIN, Gerald (2001). *Financialization, rentier interests and Central Bank Policy*. PERI Conference on "Financialization of the World Economy", December 7-8.

EPSTEIN, Gerald A., GINTIS, Herbert M.(1995). *Macroeconomic polity after the conservative era- studies in investment and finance.* Cambridge University Press.

EPSTEIN, Gerald A. and JAYADEV, Arjun (2005). *The Rise of Rentier Incomes in OECD Countries: Financialization, Central Bank Policy and Labor Solidarity.* In Financialization and the World Economy, edited by Gerald Epstein of the Political Economy Research Institute. Forthcoming from Edward Elgar, spring;

FEIJÓ, C. e CARVALHO, P. G. M. (1994). *Sete Teses Equivocadas sobre o Aumento da Produtividade Industrial nos Anos Recentes*, in Boletim de Conjuntura, 14(2):109-121, Rio de Janeiro, IEI/UFRJ, julho.

HARRIBEY, Jean-Marie (2003). *Le régime d'accumulation financière est insoutenable socialement et écologiquement*, in J-M Harribey et Michael L »owy, Capital contre nature, Paris, PUF, Actuel Marx Confrontation, p. 109-121 ;

KRIPPNER, Greta R (2005) *The financialization of the American economy*, Socio-Economic Review, 173-208 ;

MARQUES-PEREIRA, Jaime (2003). *L'aléa moral de la souveraineté monétaire em Amérique Latine ou le voile du conflict distributif.* Cadernos PROLAM/USP. Ano 02. V.02 .Nº. 4.

_____. *Cycle économique, politique monétaire et répartition.* Colloque Régulation sociale et Développpement- Spécificités et enseignements du cas brésilien. Septembre, 2004.

MARQUETTI, Adalmir (2004) *A economia brasileira no capitalismo neoliberal: progresso técnico, distribuição, crescimento e mudança institucional.* Seminário nº3/2004.USP, SP.

_____. (2003) *Nota metodológica sobre as informações estatísticas utilizadas na análise do padrão de progresso técnico na economia brasileira, 1950-1998.* Instituto de Economia/ PUC-RS.

PETIT, Pascal (2003). *On growth regimes in a pos fordist era.* CEPREMAP, Paris.

POCHMANN, Márcio et al. (2004). *Atlas da Exclusão Social - Os Ricos no Brasil*, vol. 3. Editora Cortez, SP.

QUEIROZ, Bernardo L.; TURRA, C.; PEREZ, E. (2006) *The opportunities we cannot forgot: economic consequences of population changes in Brazil.* XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu.

REBÉRIOUX, Antoine (2003). *La financiarisation du rapport salarial: étude économetrique sur REPONSE 1998*, Fórum de la Régulation, Paris.

SALM, C.,SABÓIA, J. e CARVALHO, P. G. M. (1997). *Produtividade na Indústria Brasileira: Questões Metodológicas e Novas Evidências Empíricas*, Pesquisa e Planejamento Econômico, v.27, n.2, agosto.

SALAMA, Pierre (2000). *Do produtivo ao financeiro e do financeiro ao produtivo na Ásia e na América Latina.* Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política nº6. Rio de Janeiro, junho, 2000;

STOCKHAMMER, Engelbert (2004). *Financialization and the slowdown of accumulation.* Cambridge Journal of Economics 2004, 28, 719-741;

IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO SETOR DE SERVIÇOS NO BRASIL: EVOLUÇÃO E MUDANÇAS NO PERFIL DA SUA MÃO-DE-OBRA

*Aline Höpner**
*Nilson Varella Rübenich***
*Valmiria Carolina Piccinini****

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo melhor definir o perfil da mão-de-obra do setor de serviços na atualidade, visto que nas últimas décadas tem se anunciado um grande crescimento do setor o qual é apontado como decorrente do processo de reestruturação produtiva e da conseqüente migração de trabalhadores da indústria para este setor. Foram analisadas informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), dos anos de 1985, 1995 e 2005, relacionando-se os dados estatísticos às mudanças econômicas e organizacionais do período. Pela análise comprova-se que realmente houve uma migração dos trabalhadores da indústria para o setor de serviços. Entretanto, ele sempre foi o de maior representatividade, sendo que já em 1985, quando a reestruturação produtiva ainda engatinhava no Brasil, mais de 60% da mão-de-obra empregada formalmente estava alocada no setor de serviços. O aumento do nível de instrução em todos os segmentos ocorreu especialmente depois de 1995. Os subsetores que apresentam os trabalhadores com menor escolaridade são os mesmo que apresentaram número mais elevado de trabalhadores com tempo de vínculo empregatício inferior a dois anos.

Palavras-chave: mercado de trabalho; setor de serviços; mão-de-obra.

---

* Graduada em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul (UCS) em 2002, cursa mestrado em Administração na Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Publicou trabalhos em anais de eventos e atualmente participa projetos de pesquisa vinculados ao GINEIT – Grupo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho. Atua na área de Administração, com ênfase em Administração de Recursos Humanos e Relações de Trabalho. Suas áreas de interesse são: Políticas de Gestão das Empresas, Flexibilização do trabalho e Relações de Trabalho.
ahopner@ea.ufrgs.br

** Graduado em Administração pela UFRGS em 2003, Mestre em Administração na mesma universidade. Publicou trabalhos em anais de eventos e atualmente participa projetos de pesquisa vinculados ao GINEIT – Grupo Interdisciplinar de Estudos da Inovação e do Trabalho. Atua na área de Administração, com ênfase em Administração de Recursos Humanos e Relações de Trabalho.
nilsonvr@gmail.com

*** Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1968), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1980), doutorado em Economia do Trabalho e da Produção pela Université de Sciences Sociales de Grenoble II (1990) e pós-doutorado pela Ecole des Hautes Etudes Commerciales - Montreal (2002) . Atualmente é Professor associado da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Coordenadora da Divisão de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração e Vice-presidente do Instituto Franco Brasileiro de Administração de Empresas. Pesquisadora CNPQ na área de Administração, com ênfase em: Políticas de Gestão das Empresas, Inovações tecnológicas e Organizacionais, flexibilização do trabalho.
vpiccinini@ea.ufrgs.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo melhor definir o perfil da mão-de-obra do setor de serviços na atualidade, visto que nas últimas décadas tem se anunciado tanto na mídia quanto em trabalhos acadêmicos um grande crescimento do setor acompanhado por mudanças significativas em relação a mão-de-obra e emprego. Este crescimento geralmente é apontado como sendo decorrente do processo de reestruturação produtiva e da conseqüente migração de trabalhadores da indústria para o setor de serviços.

Para alcançar tal objetivo foram analisadas informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), dos anos de 1985, 1995 e 2005, relacionando-se os dados estatísticos às mudanças econômicas e organizacionais do período. A RAIS é um instrumento de coleta de dados governamental que tem por objetivos o suprimento das necessidades de controle da atividade trabalhista no País, o provimento de dados para elaboração de suas estatística e a disponibilização de dados sobre o mercado de trabalho. Para tanto, anualmente todas as empresas brasileiras devem declarar ao MTE o número de pessoas empregadas em seus estabelecimentos, além de dados sobre o perfil de cada um destes trabalhadores. Como resultado, o MTE disponibiliza uma rica base de dados com informações detalhadas de cada trabalhador. Esses dados recebem tratamento estatístico e são disponibilizados aos interessados, seja governo, acadêmicos, instituições públicas, privadas e de representação de classe. Com o uso dessa base de dados e de pesquisa bibliográfica sobre o tema, espera-se obter como resultado final um trabalho que faça o acompanhamento das transformações no perfil do trabalhador do setor de serviços e que mensure o volume da mão-de-obra empregada no setor, buscando nos estudos econômicos e sociológicos do período algumas hipóteses explicativas para as modificações ocorridas.

Este trabalho compreende um breve histórico do mercado de trabalho, a conceituação e justificativa da relevância do estudo do setor de serviços, bem como a análise dos dados levantados tendo por base os setores econômicos agrícola, industrial e de serviços, utilizando-se das tradicionais divisões utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Um maior detalhamento do setor foco do estudo foi feito também com base na subdivisão do IBGE, e a partir desta divisão fez-se análises sobre o número de trabalhadores empregados, escolaridade, tempo de empresa e renda. Os anos de 1985, 1995 e 2005 foram utilizados pelo entendimento de que representam cortes que podem demonstrar tendências, posto que no ano de 1985 as mudanças na economia brasileira ainda eram incipientes, em 1995 já havia sido concretizada a abertura da economia e ano de 2005 nos trás dados recentes, com estatísticas inteiramente processadas e consolidadas.

TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO

O Mercado de Trabalho mundial e brasileiro vem sofrendo muitas transformações desde o início da década de 1980. Estas transformações, decorrentes principalmente da liberalização econômica, impactaram diretamente na economia do país, que apresentem um desempenho insatisfatório, com altos índices de inflação e crescente aumento da dívida pública, conseqüências, também, dos ajustamentos macroeconômicos que estavam ocorrendo nos países desenvolvidos na busca pelo aumento de produtividade e de competitividade externa.

Apesar das mudanças apresentadas, os números da economia brasileira levam a algumas análises de que tanto a década de 1980 quanto a de 1990 teriam sido perdidas.

Baltar (2003), entretanto, refere que apesar do fraco desempenho não se pode considerar o período como de estagnação econômica. Destaca como exemplares a reestruturação da indústria de transformação, que elabora produtos passíveis de comércio internacional, e os avanços significativos em setores de prestação de serviço, notavelmente em comunicações. O autor, também destaca que a abertura comercial, com a liberalização de importação de bens de consumo, desestruturou muitas cadeias de produção. Estes processos, somados às mudanças administrativas e organizacionais que visaram à redução de custos das empresas, acabou tendo forte impacto sobre o emprego. Uma das mudanças administrativas que mais se destacou foi, por exemplo, a terceirização de atividades que antes eram realizadas dentro das empresas. Outra mudança com impacto marcante sobre o emprego foi a privatização de empresas estatais (BALTAR, 2003).

Levando-se em consideração todos os setores econômicos no conjunto da década de 1990, pode-se observar que o emprego não-agrícola teve um aumento de 5,1% na década, o que equivale a um crescimento médio anual de 0,5%, muito aquém do necessário para um país em expansão populacional como o Brasil. A população ativa brasileira continuou aumentando em torno de 2% a.a., apesar de a população total estar crescendo somente 1,5%, metade do que crescia até meados da década de 1970. A absorção de todo este contingente exigia uma expansão mais intensa da economia brasileira (BALTAR, 2003).

Para Chahad (2003) não apenas o baixo crescimento econômico é responsável pelo fraco desempenho do mercado de trabalho brasileiro, mas também um descompasso entre as necessidades das organizações produtivas e uma legislação trabalhista ultrapassada, que já teria cumprido seu papel histórico. Diante de um quadro internacional que indica necessidade de mudança nas relações entre capital e trabalho, pouco tem sido feito para aumentar a flexibilidade do trabalho desejada pelo setor produtivo. A alta rotatividade da mão-de-obra, baixa escolaridade, baixa produtividade do trabalho e crescente informalidade são algumas das características que aponta como responsáveis pelo aumento demasiado da vulnerabilidade de emprego e renda, que ainda tem como agravante a crescente demanda por maior flexibilidade nas relações de emprego. (CHAHAD, 2003).

A adoção de medidas neoliberais no final da década de 1980 foram acompanhadas de profunda recessão até 1993, provocando aumento na taxa de desemprego e a diminuição do emprego no setor industrial. As empresas passaram a buscar formas de atualizar-se por meio da introdução dos novos métodos de gestão e de flexibilização de contratação de mão-de-obra de modo a se tornarem mais competitivas no mercado. Como resultado destas medidas, principalmente nos ramos de prestação de serviços, comércio e atividades sociais, o padrão das ocupações geradas no período favoreceu a contratação de trabalho assalariado à margem da legislação e também repercutiu na menor sindicalização e no aumento do desemprego, os quais induziram os trabalhadores a aceitar empregos sem carteira de trabalho assinada e com relações flexíveis de trabalho (CACCIAMALI, 2003; PICCININI, OLIVEIRA, RÜBENICH, 2006).

Estas medidas foram fortalecidas pela reforma trabalhista de 1998, em conformidade com os pressupostos da flexibilização das relações de trabalho e as propostas de desregulamentação do mercado de trabalho defendidas por órgãos internacionais de fomento, tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional - FMI. Estas alterações foram fortemente apoiadas pelo setor empresarial, tendo em vista a possibilidade de reduzir os custos do trabalho para melhorar a competitividade das empresas e facilitar a inserção da economia brasileira na economia mundial (CACCIAMALI, 2003).

A maneira como estão organizadas as relações entre capital e trabalho são apontadas como responsáveis por algumas das distorções do Mercado de Trabalho no país. Chahad (2003) destaca as principais distorções e efeitos adversos do mercado de trabalho brasileiro que seriam: (a) criação insuficiente de empregos, (b) baixa produtividade do trabalho, (c) baixo nível de escolaridade da força de trabalho, (d) alta rotatividade de mão-de-obra, (e) baixa remuneração e amplo leque salarial, (e) amplas mudanças na estrutura da força de trabalho e poucas mudanças na legislação trabalhista, (f) forte mudança na estrutura do emprego em direção à maior informalidade no trabalho, (g) excesso de litígios trabalhistas e dificuldades em determinar o custo real da mão-de-obra, (h) salário mínimo obrigatório e ocorrência de altos custos não-salariais inibindo a contratação por tempo indeterminado prevista na CLT, (i) estrutura sindical obsoleta e falta de prática em negociações coletivas, (j) impactos adversos decorrentes de como se combina o pagamento do seguro-desemprego e do FGTS e (l) falta de articulação entre o seguro desemprego e as demais políticas ativas voltadas para o mercado de trabalho. Para Chahad (2003) esses problemas não são exclusivos do Brasil, mas no país a situação é ainda mais alarmante pela combinação de alguns fatores, como (a) acentuada concentração de renda, (b) níveis alarmantes de pobreza, (c) quadro típico de insegurança no trabalho e (d) garantia precária de renda.

A insegurança social que caracterizou este período (1980-2000), principalmente ao longo dos anos 1990, foi decorrente da escassa geração de ocupações, especialmente as de qualidade, e o elevado índice de desemprego que geraram uma forte concorrência entre trabalhadores. Além do aumento da taxa de desemprego, outro problema que vem preocupando os estudiosos do mercado de trabalho brasileiro é a piora nas condições de emprego, com o crescimento na participação da economia informal. Este mercado informal envolve os chamados trabalhadores sem carteira assinada e os trabalhadores por conta própria. Cacciamali (2003) conceitua o mercado de trabalho informal "como lócus de compra e venda de serviços de mão-de-obra sem registro em carteira, ou seja, sem vínculo com a seguridade social pública" (2003, p.249). E neste sentido a autora complementa:

> Na dimensão do mercado de trabalho, o processo de informalidade se revela por meio da destruição, adaptação e redefinição de um conjunto de instituições, normas e regras – estabelecidas juridicamente ou por meio de práticas consuetudinárias, envolvendo os seguintes aspectos: relações entre as empresas para organizar a produção e sua distribuição; os processos de produção e de trabalho; as formas de inserção de trabalho; as relações de trabalho; e os conteúdos das ocupações. (CACCIAMALI ,2003, p.249)

Chahad (2003) aponta ainda que esta situação se coloca em contraposição ao período da regulação compulsória do mercado e das relações de trabalho pelo Estado quando, por meio de uma legislação protetora do trabalhador, buscava-se a sua maior segurança. Standing (2002) citado por Chahad (2003, p, 309), argumenta que "a globalização, a informatização e a flexibilidade do mercado de trabalho tem promovido uma disseminação muito forte da insegurança econômica e social dos trabalhadores" a qual vai tornar-se insustentável a longo prazo tendo como conseqüência a ruína de uma grande massa de trabalhadores. Refere ainda, que a informalidade de hoje não deve ser confundida com a segmentação histórica do mercado de trabalho brasileiro decorrente da exclusão social e das baixas oportunidades de emprego. As formas mais flexíveis da utilização da força de trabalho, associadas às transformações decorrentes da globalização, estão dando origem a um grau mais elevado de insegurança de renda e emprego aos trabalhadores, decorrente, também, da maior insegurança econômica (CHAHAD, 2003).

Appelbaum, citado por Chahad (2003, p. 308), identifica quatro fatores que podem ser indicados como causas da insegurança decorrentes da globalização e da flexibilização dos mercados, são eles: a) os efeitos da abertura comercial sobre os trabalhadores, principalmente no que se refere à internacionalização dos processos de produção pelas empresas multinacionais; b) o declínio nos padrões de emprego derivados da internacionalização, com o aumento da influência do mercado de capitais e financeiros e também do enfraquecimento dos sindicatos; c) as mudanças nas normas institucionais que comandam a retribuição pecuniária dos trabalhadores; d) a informatização que leva a um rápido crescimento de produtividade, à redução da jornada de trabalho e a diminuição da utilização intensa do trabalho humano (CHAHAD, 2003).

As rápidas mudanças na composição da força de trabalho como a maior concentração da população em áreas urbanas, o crescente aumento e predominância do setor de serviços, além do grande aumento da participação feminina no mercado de trabalho também contribuíram para as modificações nas estruturas da força de trabalho. As novas formas de ocupações surgidas a partir destas mudanças são, em sua maioria, incompatíveis com as formas tradicionais de emprego, seja pelas peculiaridades das novas ocupações, seja decorrente das especificidades dos setores ou mesmo das características dos trabalhadores (CHAHAD, 2003; ARBACHE, 2001).

Neste contexto a predominância do setor de serviço apresenta-se como uma conseqüência do crescimento do setor terciário que, após atender as funções intermediárias e complementares dos demais setores econômicos como a indústria, amplia-se por absorver capital e mão-de-obra que não encontram oportunidade de colocação rentável nestes setores (CACCIAMALI, 1988), o que vem ao encontro do referido por Braverman (1987), de que quase toda ocupação nos setores de serviço e varejo é decorrente de um vasto reservatório de trabalhadores dispensados de outros setores e cujas funções pela natureza dos processos de trabalho envolvidos, são menos suscetíveis a mudanças tecnológicas do que os processos da grande maioria das indústrias produtoras de bens. Desde modo, enquanto no setor fabril o trabalho tende a estagnar ou encolher, no setor de serviços este aumenta e encontra uma renovação das formas tradicionais de concorrência (BRAVERMAN, 1987).

Assim, os serviços segmentam-se em função das características da demanda existente e suas formas de organização, contemplando desde os mais modernos processos de fortalecimento do capital-intensivo aos processos mais tradicionais onde predomina o trabalho não-qualificado (CACCIAMALI, 1988). A análise desse setor possibilitará fundamentar este debate, por isto entender o conceito de serviços é de fundamental importância para a compreensão da natureza das atividades que envolvem esta atividade da qual resulta um produto intangível enquanto da atividade agrícola e industrial se obtém um produto palpável, mensurável.

SETOR DE SERVIÇOS

Tradicionalmente, as pesquisas no Brasil concentram-se no setor industrial, pólo propulsor das economias mundiais por longo tempo. Entretanto, com o desenvolvimento de novas tecnologias, novos modelos de gestão e, mais ainda, da globalização, torna-se um fenômeno recorrente as pessoas buscarem novos espaços de trabalho, e segundo diversos autores (ARBACHE, 2001; BRAVERMAN, 1987; BALTAR , 2003; BRUNELLE, 2005) é no setor de serviços que deságua grande parte desta mão-de-obra em busca colocação.

No país, nos últimos anos observa-se uma exaltação do extraordinário crescimento do setor de serviços, apontado com um dos principais responsáveis pela

geração de novos postos de trabalho, os quais serviriam para alocar grande parte do enorme contingente de pessoas desocupadas em conseqüência da utilização de novas tecnologias e de modernas técnicas de gerenciamento da produção nas indústrias que permitiram a liberação de mão-de-obra para outras atividades.

Lovelock e Wright (2001) consideram os serviços como sendo "um ato ou desempenho oferecido por uma parte à outra. Embora o processo possa estar ligado a um produto físico, o desempenho é essencialmente intangível e, normalmente, não resulta em propriedade de nenhum dos fatores de produção (LOVELOCK e WRIGHT 2001, p.05)".

Quinn (1987), citado por Zeithaml e Bitner (2003), refere que o setor de serviços "inclui todas as atividades econômicas, cujos produtos não são uma construção ou um produto físico, mas é, geralmente, consumido no momento em que é produzido e proporciona valor agregado em formas [...] que são essencialmente intangíveis, para o seu comprador direto (QUINN apud ZEITHAML e BITNER 2003, p.28)".

Além de discutir as definições de serviços, é relevante observar as suas características. De acordo com Kotler (2003), existem quatro características básicas que distinguem os serviços de outras atividades, são elas: a)Intangibilidade: diferentemente dos produtos, os serviços são intangíveis, pois não podem ser vistos, provados, sentidos, ouvidos ou cheirados antes de serem comprados; b)Inseparabilidade: como os serviços são produzidos e consumidos simultaneamente, são inseparáveis; c)Variabilidade: os serviços são altamente variáveis, pois dependem de quem os executa e de onde são prestados; e d)Perecibilidade: esta característica diz respeito à impossibilidade dos serviços serem estocados.

Estes atributos são, então, decorrentes da natureza essencial das atividades de serviço, que pode ser considerado 'trabalho em processo' ou 'fluxo de trabalho'. Sendo processo de trabalho, serviço é intangível, não se conhece, de antemão, o seu resultado. A produção e o consumo se dão de forma simultânea no tempo e no espaço, ou seja, a produção só acontece a partir do momento em que o serviço é demandado e se encerra assim que a demanda é atendida. Dessa forma, não é possível armazenar um serviço e consumi-lo em outro ponto do tempo ou do espaço, pois ele se extingue tão-logo se encerra o processo de trabalho. Portanto, o serviço é uma atividade interativa, que requer canais de sustentação do fluxo de trabalho e de manutenção do vínculo entre prestadores e clientes (MEIRELLES, 2006).

Kon (2004) lembra que a classificação adotada internacionalmente para empresas de serviços é a formulada pela ONU (Organização das Nações Unidas), que considera quatro categorias:

a) serviços distributivos: inclui a distribuição física de bens (comércio atacadista e varejista), de pessoas e cargas (transportes), além da distribuição de informação (comunicações);

b) serviços sem fins lucrativos: serviços de administração pública e outras organizações como sindicatos, templos religiosos, instituições assistenciais;

c) serviços à empresa: contempla os serviços intermediários (atividades financeiras, assessoria, informática, corretagem de imóveis) para os demais setores;

d) serviços ao consumidor: formado por uma gama ampla de serviços sociais e pessoais oferecidos aos indivíduos, na maioria para ressaltar a qualidade de vida, a exemplo dos serviços de saúde, educação, restaurantes, lazer, hospedagem entre outros.

Para Lovelock, (2002) o setor de serviços pode ser entendido como composto de atividades econômicas que criam valor e fornecem benefícios para os clientes em

tempos e lugares específicos. Eles estão presentes em todos os momentos da vida. Nas atividades de lazer, culturais, gastronômicas, de transporte, luz, água, telefone, entre outros, ou seja, o serviço faz parte do cotidiano das pessoas.

Desta forma, o desenvolvimento dos serviços deve ser compreendido como uma parte de um processo mais amplo de reestruturação econômica e social, construído devido às demandas de produção rentável de economias de mercado. Ainda que as produções de bens e serviços sejam interdependentes, freqüentemente, os serviços desempenham um papel mais proeminente nesta reestruturação, pois têm papel de liderança na criação de uma transformação mais ampla, produzindo conhecimentos específicos e uma tendência a criar padrões desiguais de desenvolvimento (MARSHALL e WOOD *apud* KON, 2004).

Neste sentido, Churchill Jr e Peter (2003) referem que o setor de serviços cresceu em escala global por duas razões. Uma em conseqüência do aumento de demanda dos consumidores que hoje ficam mais inclinados a contratar serviços à comprar bens quando possuem uma sobra de dinheiro, principalmente em decorrência das mudanças estruturais ocorridas na sociedade nos últimos anos quando cada vez menos pessoas tem tempo para se dedicar a tarefas domésticas ou a atividades distintas das suas profissões, e passam a contratar prestadores de serviços para realizá-las, seja um eletricista, uma faxineira ou uma pessoa para cuidar dos filhos. A outra está relacionada com a onda de reestruturação produtiva, o desenvolvimento de novas tecnologias e outros esforços para melhorar a eficiência das atividades, que permitiram as empresas investirem em consultores ou mesmo terceirizar parte de suas atividades com vistas a aumentar a produtividade e diminuir os custos fixos com pessoal. Para entender o ritmo e os espaços em que se situa o setor foi adotada a seguinte metodologia.

METODOLOGIA

Os dados da RAIS/MTE (Relação Anual de Informações Sociais / Ministério do Trabalho e Emprego - Governo Federal), dos anos de 1985, 1995 e 2005 foram analisados com o objetivo de acompanhar as modificações no perfil dos trabalhadores empregados nos diferentes setores econômicos neste período, com foco especial nos índices referentes a escolaridade, tempo de empresa, renda média e estoque de emprego nos setores econômicos.

O primeiro dado extraído da base RAIS/MTE foi a quantidade de mão-de-obra empregada por setor econômico e região geográfica, intercalando-se dados dos anos de 1985, 1995 e 2005. Com isso, pode-se verificar o tamanho do setor de serviços em relação aos demais setores econômicos em cada região do Brasil, além de ter possibilitado a mensuração da variação da quantidade de mão-de-obra empregada, indicando quais os setores que apresentaram expansão ou retração neste período. Para compor a base de dados foram extraídos dados dos setores econômicos conforme a classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quais sejam: extrativa mineral, indústria de transformação, serviços industriais e de utilidade pública, construção civil, comércio, serviços, administração pública, agropecuária e outros. Para a análise, os dados foram reagrupados pelos setores:

1. Primário: extrativo mineral e agropecuário;
2. Secundário (indústria): indústria de transformação e construção civil;
3. Terciário (serviços): serviços industriais e de utilidade pública, comércio, serviços e administração pública.
4.

A partir desse reagrupamento, a categoria "outros" que agrega todas as categorias que não estão no conjunto de 69 grupos de bases ocupacionais selecionados, além dos códigos ocupacionais que não puderam ser identificados por terem sido omitidos ou por estarem inválidos foi desconsiderada, sendo que a mesma encontra-se sem registros desde 1999 e em outros anos apresentava valores insignificantes (menos de 0,5%) em relação à população total estudada.

Os dados (escolaridade, tempo de empresa e renda média) da mão-de-obra do setor de serviços foram extraídos em duas etapas. Primeiramente os dados dos anos de 1985, 1995 e 2005 de todos os setores econômicos nomeados pelo IBGEforam retirados , sendo reagrupados de acordo com o mesmo critério descrito acima. Esses dados serviram de subsídio para a comparação entre o perfil geral da mão-de-obra do setor de serviços com a dos demais setores econômicos.

Na segunda etapa, foram extraídos dos anos de 1985, 1995 e 2005 os mesmos dados de escolaridade, tempo de empresa e renda média dos sub-setores que compõe o setor de serviços. Foram selecionados, então, os seguintes sub-setores:

1. Serviços industriais de utilidade pública
2. Comércio varejista
3. Comércio atacadista
4. Instituições de crédito, seguros e capitalização.
5. Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnico...
6. Transportes e comunicações
7. Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação.
8. Serviços médicos, odontológicos e veterinários.
9. Ensino
10. Administração pública direta e autárquica

Todos os valores analisados (PIB, salários mínimos, etc.) foram atualizados monetariamente utilizando-se as taxas oficiais de inflação no período de modo a possibilitar a real comparação dos dados dos diferentes anos em análise.

ANÁLISE DOS DADOS

Pela análise dos dados referentes ao número de trabalhadores empregados em cada setor econômico ao longo das últimas três décadas, comprova-se que realmente houve uma migração dos trabalhadores da indústria para o setor de serviços. Entretanto, ao contrário do que freqüentemente é veiculado, o setor de serviços não se torna representativo no que se refere à alocação de mão-de-obra apenas na década de 1980, pois historicamente é o de maior representatividade, sendo que já em 1985, quando a reestruturação produtiva ainda engatinhava no Brasil, mais de 60% da mão-de-obra empregada formalmente estava alocada no setor de serviços.

Tabela 1 - Total de postos de trabalho no Brasil por setor econômico

Total de empregos do país			
Setores Econômicos/ Número de empregos	**1985**	**1995**	**2005**
Serviços, Comércio e Administração Pública	13.361.275	16.405.078	24.401.881
	67,06%	69,82%	73,41%
Indústria e Construção Civil	6.072.706	5.974.918	7.378.856
	30,48%	25,43%	22,20%
Agropecuária e Extrativa	489.782	1.114.616	1.457.880
	2,46%	4,74%	4,39%
Total	19.923.763	23.494.612	33.238.617
	100%	100%	100%

Fonte: RAIS 1985, 1995 e 2005.

A tabela 1 mostra que os últimos 20 anos (1985-2005), caracterizado por grandes transformações na organização produtiva nacional e internacional, o crescimento do setor de serviços em termos de trabalhadores empregados, passa de 13 para 24 milhões de empregos. Comparado aos demais setores, a representatividade do setor em termos percentuais passa de 67% para 73,4%, com mais de seis pontos percentuais.

É importante ressaltar que em termos absolutos o emprego industrial também avançou no período. Em 1985 pouco mais de 6 milhões de trabalhadores estavam alocados nesse setor. Em 1995, quando o país ainda sofria as conseqüências da abertura abrupta do mercado nacional, a indústria havia cortado cerca de 100 mil postos de trabalho, mas em 2005 esses já haviam sido recuperados e mais de 1 milhão e trezentos novos postos haviam sido criados. Esse crescimento, porém, foi mínimo perto do setor de serviços, o que fez com que a indústria perdesse 6% de sua representatividade. Com isso, percebe-se que o crescimento da representatividade do setor de serviços foi inversamente proporcional a retração do setor industrial.

Até agora a análise foi realizada apenas sobre a mão-de-obra de cada setor, por isso é conveniente a análise por outro prisma, observando a evolução da participação destes mesmos setores na composição do PIB[1] (tabela 2). Entre os anos de 1986 a 2004[2] verifica-se que a representatividade do setor terciário também aumentou em termos de produção de riqueza, atingindo seu ápice durante a década de 1990 (58,11% em 1993), mesmo período em que se nota a retração do número de empregos na indústria.

[1] Os valores do PIB referentes ao ano de 1985 não estavam disponíveis (se mostravam duvidosos) por este motivo a presnete tabela inicia-se no ano de 1986.

[2] O período de 1986 a 2004 foi utilizado por ser a maior série histórica disponível sobre o PIB. Em 2005 o IBGE alterou a metodologia de análise, incluindo novos sub-setores econômicos para compor o dado.

Tabela 2 - Participação dos setores econômicos na participação do PIB 1986-2004.

ANO	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário
1986	14,62%	41,60%	43,78%
1987	11,96%	39,45%	48,60%
1988	11,27%	41,32%	47,41%
1989	10,45%	38,07%	51,49%
1990	9,28%	37,31%	53,42%
1991	8,91%	35,01%	56,08%
1992	8,08%	34,76%	57,16%
1993	8,26%	33,62%	58,11%
1994	11,37%	35,56%	53,06%
1995	9,84%	34,20%	55,95%
1996	9,42%	34,27%	56,31%
1997	9,04%	34,46%	56,50%
1998	9,02%	33,58%	57,40%
1999	10,04%	33,87%	56,09%
2000	10,86%	35,09%	54,05%
2001	11,95%	34,68%	53,37%
2002	13,97%	33,91%	52,12%
2003	14,99%	35,91%	49,10%
2004	14,59%	37,10%	48,31%

Fonte: IBGE

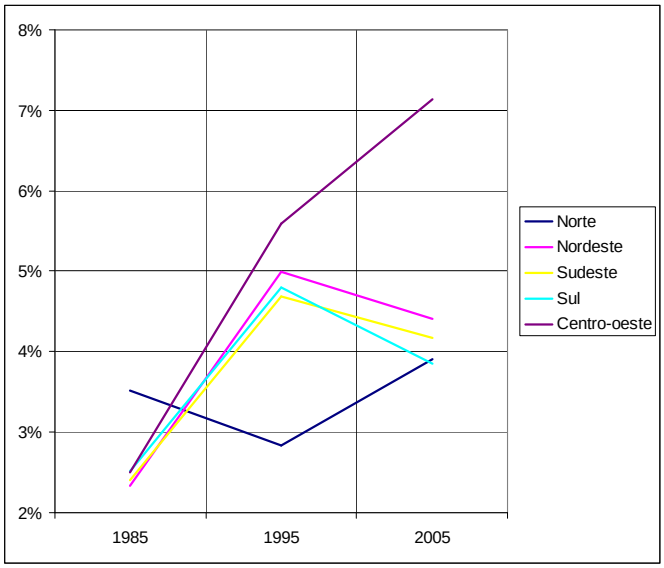
Atualmente a representatividade do setor terciário na produção de riquezas do país está semelhante a da segunda metade da década de 1980. Quanto aos outros dois grandes setores econômicos, percebe-se uma queda de participação na composição do PIB durante toda a década de 1990, com exceção do ano de 1994, quando o setor primário e secundário aumentaram a sua parcela na composição geral do PIB em detrimento do setor de serviços, o que volta a acontecer no último ano da década de 1990 e durante os primeiros cinco anos da década de 2000, quando estes setores (em especial o primário) apresentaram um significativo crescimento em geração de PIB.

Cruzando os dados das tabelas 1 e 2 observa-se que em meados da década de 1980 o setor primário empregava cerca de 500 mil trabalhadores, 2,5% dos trabalhadores formais do país, enquanto contribuía em cerca de 15% para a composição do PIB. Já em 2005 o mesmo setor passou a empregar quase 1,5 milhão de trabalhadores (cerca de 4,4% da mão-de-obra empregada do país), contribuindo de forma semelhante para a composição do PIB. Esta discrepância entre participação econômica e número de empregos pode ser decorrente da conhecida precariedade dos contratos de trabalho no setor agrícola/extrativista, e a redução da desproporcionalidade pode ser conseqüência das alterações da Constituição de 1988, que passou a prever aposentadoria para trabalhadores rurais, desde que estes fossem formalizados e contribuíssem para o INSS.

Outra conclusão a partir desta análise cruzada é de que o PIB por trabalhador no setor secundário (indústria) é muito superior ao do setor terciário. Isto possivelmente deve-se ao fato de grande parte do setor industrial ser intensivo em tecnologia e capital, o que possibilita um maior valor agregado e ganhos de produtividade. Por outro lado, gradativamente o PIB por trabalhador no setor de serviços vem aumentando, o que demonstra o crescimento da sua produtividade ao longo dos últimos vinte anos.

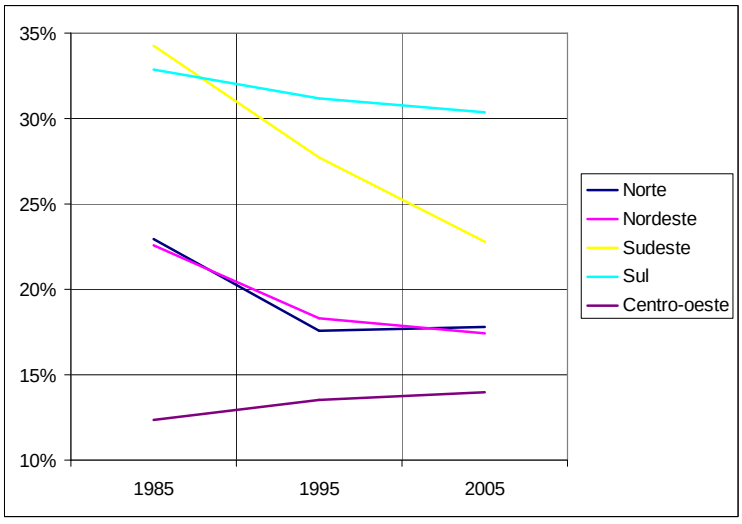
É interessante , também a avaliação dos empregos por setor em cada uma das regiões do país (norte, nordeste, sudeste, sul e centro-oeste), verificando-se a representatividade de cada setor na composição do total de empregos por região.

Gráfico 1 - Representatividade do setor agrícola por região do Brasil



No que se refere ao setor agrícola o gráfico 1 mostra a evolução dos empregos deste setor agrícola por região brasileira. É claro o crescimento no número de empregos no período 1985 – 1995, que conforme já explicitado anteriormente deve ser reflexo das modificações no trabalho rural trazidas na Constituição de 1988, especialmente naquelas referentes a aposentadoria do trabalhador rural, que se tornou possível desde que o mesmo fosse formalizado. No período sub-seqüente, vê-se diminuição na participação do setor na geração de empregos, à exceção das regiões Centro-oeste e nordeste. A primeira, que mostrou um vigoroso crescimento tem se destacado nos últimos anos na produção agrícola, especialmente com os plantios recordes de soja, e também a pecuária, que tem, inclusive, atraído a agro-indústria para os estados da região.

Gráfico 2 - Representatividade da indústria por região do Brasil



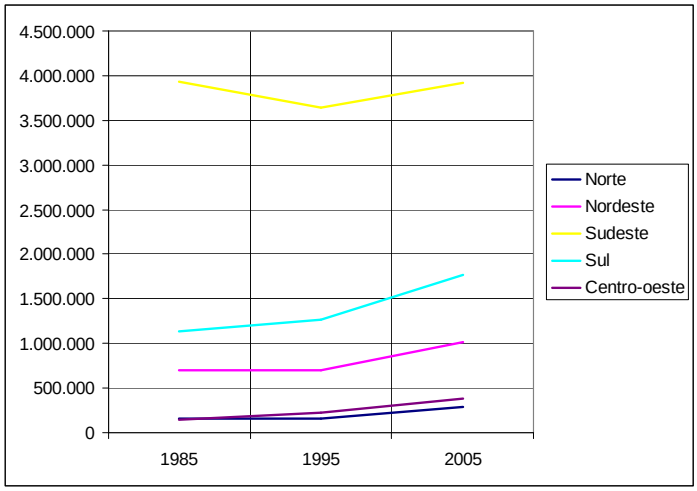
Já o gráfico 2 mostra a representatividade da indústria em cada uma das regiões brasileiras. Logo à primeira vista o que mais chama atenção é a queda vertiginosa da linha que representa a região sudeste. Nessa região o emprego industrial representava 34% dos postos de trabalho formais em 1985, com pouco mais de três milhões e novecentos mil empregos. Vinte anos depois, em 2005, esse índice caiu para 23%, com um número absoluto de empregos pouco menor do que em 1985. Esses dados mostram

que a indústria na região simplesmente deixou de gerar empregos, mantendo estável o número de contratações. Possivelmente isso não quer dizer que indústrias deixaram de investir no estado, mas que a criação de novos postos de trabalho em novas empresas foram suficientes somente para repor as vagas perdidas em decorrência dos processos de modernização e enxugamento das organizações nesse período.

Em contraposição, a região sul, que era a segunda região mais industrializada do país, não sofreu de forma significativa com as reorganizações produtivas no que tange à quantidade de postos de trabalho. Em 1985 os empregos na indústria na região representavam 33% do total de postos, com pouco mais de um milhão e cem mil empregados no setor. Em 2005 a representatividade apresentou queda de três pontos percentuais, mas esses 30% correspondiam a quase um milhão e oitocentos mil postos de trabalho. O crescimento no número de postos de trabalho foi de aproximadamente 57%. Esse desempenho garantiu a região sul nos últimos anos o posto de região brasileira mais industrializada, ficando à frente da região sudeste.

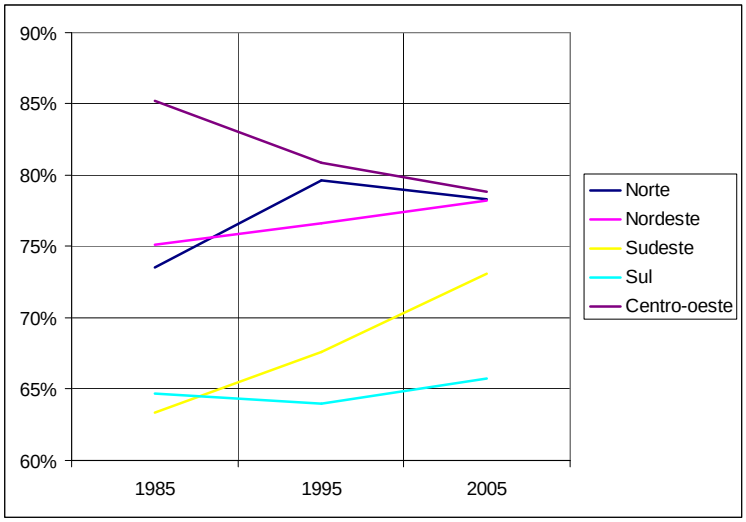
Mas a questão é: porque a região sul abriu tantos novos postos de trabalho e a região sudeste não? Uma das hipóteses exploradas é o das empresas instalarem-se em regiões onde os salários são menores e a organização dos trabalhadores é mais frágil. Assim, além das novas indústrias que se instalaram na região sul, outras que já estavam instaladas na região sudeste podem ter direcionado novos investimentos para estas regiões, buscando custos menores de mão-de-obra, além de incentivos fiscais, largamente utilizados na década de 1990. Essa hipótese ganha força quando são analisados os dados das demais regiões. Apesar de graficamente haver uma queda da representatividade do setor, especialmente no primeiro período, o número de empregos não diminuiu em nenhum dos casos, apresentado apenas certa estagnação. No segundo período analisado o crescimento é retomado, sendo que o número de postos de trabalho aumentou na mesma proporção dos demais setores econômicos. O Gráfico 3 mostra a evolução do número absoluto de postos de trabalho nas cinco regiões.

Gráfico 3 - Postos de trabalho da indústria por região



Por fim, o gráfico 4 mostra a evolução da representatividade do setor de serviços nas cinco regiões do país. A análise do gráfico mostra claramente como o setor de serviços tem tomado o espaço perdido pelo setor industrial. Percebe-se o grande crescimento do setor na região sudeste e o avanço nas regiões sul e nordeste. Já as regiões norte e centro-oeste tiveram queda de representatividade do setor de serviços e aparentemente uma migração para o setor primário, que teve forte crescimento em ambas regiões.

Gráfico 4 - Representatividade do setor de serviços na geração de empregos nas regiões



De uma forma geral, observa-se um crescimento constante do setor de serviços quanto ao número de empregos gerados nos últimos anos. É importante o destaque de que a região sudeste, onde o crescimento foi maior, concentra mais de 40% da mão-de-obra deste setor empregada do país e só esta região representou mais de cinco milhões de novos postos de trabalho, um aumento em mais de 70% no número de trabalhadores empregados.

Tabela 3 – Distribuição dos postos de trabalho no setor de serviços.

Distribuição dos postos de trabalho no setor de serviços.						
Segmentos do setor de serviços / Número de empregos em cada região	**Todas as regiões**					
	1985	%	1995	%	2005	%
Serviços industriais de utilidade pública	292.897	2,2%	378.208	2,3%	341.991	1,4%
Comércio varejista	2.118.886	15,9%	2.707.143	16,5%	5.053.060	20,7%
Comércio atacadista	504.281	3,8%	633.255	3,9%	952.129	3,9%
Instituições de crédito, seguros e capitalização	947.906	7,1%	704.621	4,3%	620.860	2,5%
Com. e administraçao de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	1.530.130	11,5%	1.652.032	10,1%	3.150.301	12,9%
Transportes e comunicações	1.020.698	7,6%	1.362.332	8,3%	1.671.066	6,8%
Serv. de alojamento, alimentaçao, reparaçao, manutençao, redação	2.075.307	15,5%	1.746.714	10,6%	2.896.595	11,9%
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	295.409	2,2%	891.726	5,4%	1.137.648	4,7%
Ensino	178.639	1,3%	872.661	5,3%	1.034.292	4,2%
Administração pública direta e autárquica	4.397.142	32,9%	5.457.863	33,3%	7.543.939	30,9%
Total	13.361.295	100%	16.406.555	100%	24.401.881	100%

Fonte: RAIS 1985, 1995 e 2005.

Analisando em particular o setor de serviços com base na tabela 3, pode-se inferir que a grande maioria dos trabalhadores deste setor, segundo os dados da RAIS, encontra-se nos serviços de administração pública direta e autárquica e que a sua participação na formação do total de trabalhadores deste setor se mostrou estável nos três anos analisados apesar do aumento considerável do número de empregados. Dentre os demais setores, os que mais se destacam quanto ao número de trabalhadores empregados nos três anos estão o comércio varejista, o comércio e administração de imóveis, valores imobiliários, os serviços de alojamento, alimentação e o de transportes e comunicações que são setores onde são desenvolvidas atividades essencialmente operacionais, de contato direto com o público e que demandam grande número de trabalhadores para suas atividades.

É importante observar que os subsetores comércio varejista; serviços médicos, odontológicos e veterinários e de ensino foram os que apresentaram maior aumento no número de trabalhadores empregados se considerados os três anos analisados chegando estes aumentos a cerca de 500% no total de trabalhadores do setor como é o caso do ensino que contava em 1985 com cerca de 178 mil empregados e passou em 2005 a mais de 1 milhão de trabalhadores assalariados no setor. Esta expansão registrada é reflexo das alterações ocorridas na economia e que demandaram estas mudanças na sociedade como a exigência de maior qualificação dos profissionais de todos os setores, a maior preocupação com a saúde, o aumento dos serviços médicos (planos de saúde).

As instituições de crédito, seguros e capitalização apresentaram uma queda acentuada e continua do número de trabalhadores empregados nos três anos analisados (cerca de 30%), o que pode estar relacionado a informatização e a terceirização de atividades o que faz com que as empresas reduzam o número de trabalhadores contratados.

Tabela 4– Remuneração em salários mínimos nos setores econômicos.

Remuneração em salários mínimos nos setores econômicos																				
Setores Econômicos/ Número de Salários Mínimos	Até 1 SM			1 a 3 SM			3 a 5 SM			5 a 7 SM			7 a 10 SM			10 a 20 SM			Mais de 20 SM		
	1985	1995	2005	1985	1995	2005	1985	1995	2005	1985	1995	2005	1985	1995	2005	1985	1995	2005	1985	1995	2005
Serviços, Comércio e Administração Pública	8,57%	4,12%	4,85%	53,38%	41,27%	60,97%	15,88%	20,42%	15,87%	6,73%	10,59%	6,78%	5,06%	8,49%	4,59%	5,44%	9,59%	4,79%	1,83%	5,52%	2,15%
Indústria e Construção Civil	6,06%	2,38%	2,71%	56,28%	41,74%	65,41%	15,95%	23,30%	15,91%	7,81%	10,70%	6,00%	5,53%	8,18%	4,29%	5,06%	9,50%	4,03%	1,67%	4,19%	1,66%
Agropecuária e Extrativa	12,19%	11,98%	11,39%	60,87%	63,97%	73,94%	12,05%	12,82%	8,17%	4,66%	4,29%	2,52%	3,53%	2,88%	1,43%	3,58%	2,82%	1,58%	1,30%	1,24%	0,96%

Fonte: RAIS 1995 e 2005

Pode ser observado na tabela 4, que grande parte dos trabalhadores dos três setores econômicos (mais de 50% deles), receberam de 1 a 3 salários mínimos (SM) nos anos de 1985,1995 e 2005. Este percentual é mais elevado no setor primário, onde em 2005 73,94% dos trabalhadores receberam de 1 a 3 SM e 11,39% menos de 1 SM, seguido do setor secundário com 65,41% recebendo menos de três SM enquanto no terciário são 60,97% nesta situação. Porém diferente do que se observa no setor primário, onde a média de trabalhadores que receberam de 1 a 3 SM se manteve estável se comparados os anos de 1985 e 1995, aumentando ainda mais 10% em 2005, nos demais setores estes percentuais sofreram flutuações.

No ano de 1995, pode-se observar um crescimento na renda média dos trabalhadores dos setores secundário e terciário, quando aumentou significativamente o número de pessoas que recebiam acima de 5 SM chegando até a triplicar a porcentagem de trabalhadores que recebiam mais de 20 SM nestes setores. Esta realidade vivenciada em 1995 não se manteve em 2005, pois neste ano verifica-se uma queda do número de trabalhadores com salários superiores a 3 SM , chegando a patamares semelhantes aos observados em 1985, estando no ano de 2005 mais de 65 % dos trabalhadores recebendo menos de 3 salários neste ano, o que representa um crescimento de 15 % de trabalhadores nesta faixa salarial. Estas alterações significam que os salários no setor secundário e terciário vão se reduzindo nestes últimos tempos refletindo as alterações ocorridas na economia brasileira em conseqüência das políticas neoliberais implantadas calcadas na redução de custos e que oneram os salários, sobretudo dos novos trabalhadores e incentivam a rotatividade de mão de obra para sustentar esta política.

Tabela 5– Remuneração em salários mínimos no setor de serviços

Remuneração em salários mínimos no setor de serviços																					
Segmentos do setor de serviços / Número de salários mínimos	Até 1 SM			1 a 3 SM			3 a 5 SM			5 a 7 SM			7 a 10 SM			10 a 20 SM			Mais de 20 SM		
	1985	1995	2005	1985	1995	2005	1985	1995	2005	1985	1995	2005	1985	1995	2005	1985	1995	2005	1985	1995	2005
Serviços industriais de utilidade pública	0,73%	0,60%	1,49%	20,08%	13,24%	35,92%	25,09%	11,82%	15,94%	19,96%	11,42%	11,04%	14,68%	15,96%	11,81%	14,18%	29,57%	16,79%	4,74%	16,81%	6,34%
Comércio varejista	12,32%	4,65%	5,08%	70,56%	63,14%	80,93%	9,25%	17,54%	8,88%	3,02%	5,98%	2,38%	1,68%	3,92%	1,28%	1,42%	2,90%	0,74%	0,43%	0,95%	0,26%
Comércio atacadista	8,11%	2,66%	2,66%	62,05%	48,79%	69,12%	12,66%	23,01%	14,29%	5,69%	8,93%	4,78%	4,22%	6,10%	3,34%	4,35%	6,02%	3,32%	1,67%	3,48%	1,90%
Instituições de crédito, seguros e capitalização	0,11%	0,28%	0,62%	35,46%	4,60%	13,62%	18,23%	6,36%	17,66%	11,07%	9,19%	15,75%	11,92%	18,62%	15,57%	15,14%	31,42%	24,76%	7,37%	28,60%	11,29%
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	8,38%	3,87%	3,59%	56,08%	43,40%	68,10%	14,02%	24,48%	14,79%	6,38%	9,67%	4,38%	5,07%	6,09%	3,15%	5,83%	6,48%	3,44%	2,46%	4,25%	1,83%
Transportes e comunicações	3,07%	1,14%	1,86%	48,25%	25,26%	53,18%	27,39%	29,05%	27,07%	8,73%	17,50%	7,08%	4,93%	10,90%	3,83%	4,76%	10,05%	4,05%	1,48%	4,68%	1,84%
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação	13,80%	5,53%	7,81%	60,12%	62,96%	74,32%	11,37%	14,77%	8,65%	4,87%	5,45%	3,15%	3,17%	3,84%	2,22%	3,04%	3,75%	1,99%	0,59%	1,51%	0,67%
Serviços médicos, odontológicos e	10,41%	2,74%	2,50%	70,46%	45,94%	61,69%	10,59%	22,08%	17,04%	3,94%	10,45%	8,04%	1,78%	8,08%	5,40%	1,19%	7,68%	3,57%	0,16%	2,37%	0,92%
Ensino	18,34%	4,72%	7,58%	53,85%	31,13%	45,82%	11,92%	18,64%	16,79%	4,11%	11,90%	8,87%	2,74%	11,56%	7,26%	3,24%	13,71%	9,12%	0,37%	7,29%	3,56%
Administração pública direta e autárquica	7,50%	5,91%	5,75%	46,07%	32,04%	44,66%	18,95%	20,94%	20,82%	7,65%	12,51%	11,79%	5,91%	9,57%	7,05%	6,37%	10,17%	6,48%	1,76%	5,02%	3,21%

Fonte: RAIS 1985,1995 e 2005

Os dados desagregados por subsetor da atividade de serviços evidenciam grande variabilidade no rendimento médio dos trabalhadores. Analisando os valores recebidos em 1985 temos que os setores com maior percentual de trabalhadores com salários superiores a cinco SM são : serviços industriais de utilidade pública com mais de 50% de seus trabalhadores recebendo acima de 5 SM e também as intuições de crédito, seguros e capitalização com cerca de 45 % dos trabalhadores nesta situação.Os demais setores neste ano tinham mais de 50% da sua força de trabalho recebendo menos de 3 SM. Em 1995, conforme pode ser observado na tabela 5 ocorre um acentuado crescimento na renda dos trabalhadores, havendo uma migração de todas as faixas salariais para outras mais elevadas, chegando a refletir, porém somente em alguns setores, inclusive na faixa acima de 20 SM.

As maiores diferenças podem ser percebidas em termos de aumento de renda nos setores de serviços industriais de utilidade pública onde em 1985 20,08% dos trabalhadores ganhavam menos de 3 SM esse percentual passou a 13,24% com um aumento considerável no percentual de trabalhadores que recebem mais de 10 SM que passou de 18,92% em 1985 para 46,38% em 1995. A mesma situação pode ser observada nas instituições de crédito, seguros e capitalização que em 1985 também já possuíam os maiores salários onde o percentual de trabalhadores com mais de 10 SM sobe de 22,51% para 60,02%. Esta situação ocorre também nos demais subsetores, porém a mudança de faixa salarial é menos acentuada, como no caso do comércio atacadista, que reflete os demais, que em 1985 tinha cerca de 70,56 % dos trabalhadores recebendo de 1 a 3 SM e 9,25% recebendo de 3 a 5 SM, em 1995 estes números se alteram passa a ter 62,14% com renda entre 1 e 3 SM e 17,54% entre 3 a 5 SM, isto significa um crescimento de 8,29% dos trabalhadores nesta faixa de renda. O aumento de renda ocorrido neste ano, em comparação a 1985 pode estar relacionado a diversos fatores como as alterações nas políticas monetárias e cambiais, a troca de moeda e a estabilização econômica vivida neste período (1994-1996) no país.

Tabela 6-Grau de instrução dos empregados nos três setores econômicos nos anos de 1985, 1995 e 2005.

Grau de instrução dos trabalhadores empregados por setor econômico.																					
Setores Econômicos/ Escolaridade	Analfabetos			Fundamental incompleto			Fundamental			Médio incompleto			Médio completo			Superior Incompleto			Superior completo		
	1985	1995	2005	1985	1995	2005	1985	1995	2005	1985	1995	2005	1985	1995	2005	1985	1995	2005	1985	1995	2005
Serviços, Comércio e Administração Pública	2,74%	2,46%	0,43%	39,39%	32,78%	17,15%	13,83%	15,32%	14,68%	8,11%	8,54%	8,30%	20,43%	22,22%	36,09%	4,63%	4,25%	4,59%	12,17%	14,42%	18,77%
Indústria e Construção Civil	3,77%	3,36%	1,08%	67,44%	55,62%	31,27%	10,74%	15,40%	19,41%	7,43%	7,78%	10,53%	7,43%	10,99%	29,17%	2,31%	2,49%	2,99%	3,77%	4,36%	5,55%
Agropecuária e Extrativa	10,33%	10,51%	4,85%	78,54%	72,72%	62,51%	5,79%	5,90%	13,17%	3,72%	2,54%	5,19%	5,97%	4,95%	10,63%	1,23%	0,79%	0,94%	3,40%	2,59%	2,70%

Fonte: RAIS 1985,1995 e 2005

Ao tomar como referência os dados relativos ao grau de instrução dos empregados (Tabela 6) nos três setores econômicos nos anos analisados, verifica-se declínio acentuado e continuo do percentual de trabalhadores com escolaridade menor que a 8ª série incompleta (Fundamental incompleto) em todos os setores, principalmente no industrial, onde este declínio chega aos 38,86% se comparado os anos de 1985 e 2005. No setor de serviços este declínio no mesmo período fica na ordem de 24,55% e no agropecuário de 21,52%. Estes dados representam as exigências de maior qualificação e grau de instrução dos trabalhadores, decorrente principalmente das alterações nos modos de produção e na reestruturação produtiva iniciada na década de 1990 no país o que levou às empresas a demandarem trabalhadores mais qualificados e capacitados para fabricar produtos com maior qualidade e menor margem de erros.

Faz-se importante ressaltar que no ano de 1985 grande parte dos empregados no setor industrial e agrícola apresentaram escolaridade inferior a 8ª série em percentual elevado (67,44% e 78,54 % respectivamente). Chama atenção que já neste ano (1985) o setor de serviços apresentava o menor percentual de empregados sem o ensino fundamental completo (39,39%).

Os dados mostram também que este declínio da demanda por trabalhadores com grau de instrução inferior a 8ª série é mais marcante após 1995, quando as exigências do mercado por trabalhadores mais qualificados passam a ter reflexo na sociedade e o Estado passa a criar/ investir em diferentes projetos de inclusão/alfabetização de jovens e adultos. Assim, como as empresas passaram a oferecer cursos de alfabetização e de ensino fundamental e médio para dispor de mão-de-obra mais qualificada. Muitas, mesmo, estabeleceram um prazo para essa formação e, posteriormente, os que não aceitassem estudar seriam excluídos do seu corpo profissional. Além disso, as novas tecnologias de base microeletrônica de alto custo exigem trabalhadores capacitados e cientes e que tem em mãos máquinas e equipamentos de alto valor.

Neste sentido também pode ser observado na Tabela 6 que o estoque de assalariados que possuíam a partir do ensino fundamental completo apresentou aumento, particularmente no setor de serviços e industrial e a ensino médio completo (15,66% e 26,75% respectivamente) e superior completo (6,60% e 1,78% respectivamente). Como já comentado, estas alterações no perfil da mão-de-obra dos diferentes setores econômicos foi intensificada a partir da segunda metade da década de 1990, entretanto cabe lembrar que historicamente o setor de serviços é formado de trabalhadores com maior grau de escolaridade estando nos anos de 1985 com somente 55,96% dos empregados com escolaridade igual ou inferior ao ensino fundamental completo, contra 81,95% do setor industrial e 94,66% do agropecuário. Esta diferença na qualificação dos profissionais do setor de serviços se mantém ao longo dos anos analisados sendo que em 2005 apenas 32,26% dos seus profissionais com grau de instrução inferior ao fundamental completo (0,43% analfabetos), o que é uma realidade distinta da verificada nos demais setores como a indústria que tem ainda 51,76% dos seus profissionais com até o fundamental completo e mais ainda da agropecuária que até mesmo pelo tipo de atividade desenvolvida apresenta 80,53% dos seus trabalhadores com grau de instrução igual ou inferior ao ensino fundamental completo.

Estas diferenças podem ser explicadas se considerada a natureza das atividades de cada setor. No caso do setor de serviços ou terciário, as atividades são essencialmente de prestação de um serviço, ou seja, inclui a distribuição física de bens (comércio atacadista e varejista), de pessoas e de cargas (transportes), além da distribuição de informação (comunicações), serviços de administração pública e outras organizações como sindicatos, templos religiosos, instituições assistenciais; contempla os serviços intermediários (atividades financeiras, assessoria, informática, corretagem

de imóveis) e uma gama ampla de serviços sociais e pessoais oferecidos aos indivíduos como serviços de saúde, educação, restaurantes, lazer, hospedagem entre outros. Por estes tipos de atividade se verifica que os profissionais deste setor apresentam em sua maioria o ensino médio completo e é o setor com maior percentual de empregados com o ensino superior completo 18,77% em 2005, o que já era uma realidade nos outros anos analisados mesmo que em percentual inferior aos de 2005 (12,17% em 1985 e 14,42% em 1995).

Tabela 7 Tempo de vínculo dos empregados nos três setores econômicos nos anos de 1985, 1995 e 2005.

Distribuição do total de trabalhadores (%) por tempo de vínculo nos setores econômicos																		
Setores Econômicos/ Tempo de vínculo	Até 1 ano			1 a 2 anos			2 a 3 anos			3 a 5 anos			5 a 10 anos			mais de 10		
	1985	1995	2005	1985	1995	2005	1985	1995	2005	1985	1995	2005	1985	1995	2005	1985	1995	2005
Serviços, Comércio e Administração Pública	28,06%	26,57%	29,86%	13,95%	13,30%	14,31%	9,21%	8,60%	9,10%	13,99%	11,19%	11,93%	18,20%	17,71%	13,90%	16,58%	22,54%	20,87%
Indústria e Construção Civil	38,95%	37,36%	36,51%	16,57%	16,24%	18,14%	8,49%	9,24%	10,06%	11,72%	11,39%	12,73%	16,05%	15,81%	13,28%	8,22%	9,89%	9,24%
Agropecuária e Extrativa	37,46%	38,05%	39,56%	16,96%	16,24%	17,47%	10,09%	9,28%	10,42%	12,86%	10,97%	11,72%	14,53%	14,29%	11,88%	8,09%	11,07%	8,92%

Fonte: RAIS 1985,1995 e 2005

Observando os dados das tabelas 7 e 6 percebe-se que o aumento no grau de instrução dos trabalhadores pode estar relacionado aos entrantes, ou novos vínculos empregatícios estabelecidos nos anos analisados, principalmente após o final da década de 1980, considerando que houve um crescimento no número de empregados com tempo de vínculo inferior a três anos em todos os setores econômicos no último ano analisado (2005).

Pelos os dados dos três anos (1985-1995-2005) percebe-se que os contratos com menos de cinco anos de vínculo eram a realidade de mais de 60% os trabalhadores empregados formalmente no setor nos anos analisados. Entretanto é importante destacar que apesar desta situação não ser a mais adequada ela é ainda pior quando se analisa o setor industrial e agrícola, os quais têm aumentado o percentual de empregados com vínculos inferiores a cinco anos, estando nos anos analisados com mais 75% dos trabalhadores nesta situação.

Os dados retratam a situação de crescimento dos setores de serviços e agropecuária/extrativista apontado anteriormente, que apresentam aumento do percentual de empregados com vinculo inferior a cinco anos em ambos os setores entre 1995 e 2005, o que também pode estar relacionado à prática de manutenção de empregados com menos tempo de vinculo, o que permite manter salários mais baixos. O setor industrial também apresentou crescimento significativo do número de trabalhadores com tempo de vinculo entre 1 e cinco anos entre 1995 e 2005, e queda no número de contratos com tempo de vinculo entre 5 e 10 anos, o que pode apresentar a mesma explicação além de ser uma conseqüência do processo de reestruturação produtiva, onde os trabalhadores com mais tempo de empresa e conseqüentemente salários mais altos, vão sendo substituídos com o objetivo de diminuir os custos de produção além da introdução de profissionais mais qualificados. Neste ponto verifica-se a convergência dos dados da tabela 6 e 7, ou seja, a partir da segunda metade da década de 1990 houve um aumento considerável nas contratações de pessoal com mais nível de instrução, o que se refletiu neste aumento de escolaridade em todos os setores, em especial do setor de serviços e industrial.

Comparando os dados dos anos de 1985 e 1995 pode-se inferir com relação aos três setores que ocorreu a permanência de boa parte dos trabalhadores em seus empregos, principalmente do setor de serviços, pois houve uma redução do percentual

de empregados com até 10 anos de tempo de vinculo em todos dos setores e um aumento proporcional a esta redução no número de trabalhadores com vinculo superior a 10 anos, especialmente no setor de serviços, o que pode retratar a baixa rotatividade da mão-de-obra. Entretanto é relevante considerar que nos dados relativos a este setor estão incluídos os servidores públicos, os quais apresentam vínculos de trabalho mais duradouros e representam cerca de 30% do total de trabalhadores deste setor. Por esta razão abaixo faremos uma analise em separado de cada um dos subsetores que compõe o setor de serviços com o objetivo de poder melhor retratar os profissionais deste setor.

Tabela 8 Tempo de vínculo dos empregados nos segmentos que compõe o setor de Serviços nos anos de 1985, 1995 e 2005.

Distribuição do total de trabalhadores (%) por tempo de vínculo no setor de Serviços																			
Segmentos do setor de serviços / Tempo de vínculo	Até 1 ano			1 a 2 anos			2 a 3 anos			3 a 5 anos			5 a 10 anos			mais de 10		
	1985	1995	2005	1985	1995	2005	1985	1995	2005	1985	1995	2005	1985	1995	2005	1985	1995	2005
Serviços industriais de utilidade pública	9,01%	10,36%	18,65%	5,84%	5,31%	9,76%	4,14%	2,91%	6,66%	13,41%	6,01%	12,02%	32,78%	21,45%	13,96%	34,82%	53,95%	38,92%
Comércio varejista	43,51%	43,27%	42,43%	19,20%	19,45%	20,34%	11,01%	10,81%	11,27%	12,36%	11,21%	12,41%	10,49%	11,10%	10,00%	3,40%	4,12%	3,53%
Comércio atacadista	40,44%	41,69%	38,97%	18,71%	19,22%	19,68%	10,87%	10,44%	11,43%	12,37%	11,48%	13,04%	12,52%	11,73%	11,39%	5,07%	5,37%	5,47%
Instituições de crédito, seguros e capitalizaçao	20,41%	13,26%	22,79%	12,91%	5,53%	13,03%	9,35%	5,81%	7,78%	15,25%	9,34%	12,98%	23,74%	26,18%	13,43%	18,33%	39,88%	29,96%
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	43,15%	44,30%	43,20%	15,99%	16,66%	17,01%	9,18%	8,88%	9,88%	11,59%	10,55%	11,78%	13,31%	11,99%	11,35%	6,74%	7,45%	6,66%
Transportes e comunicaçoes	29,42%	30,27%	31,62%	15,05%	14,33%	18,70%	9,43%	8,67%	10,87%	12,67%	11,35%	14,05%	19,84%	16,13%	14,65%	13,57%	19,16%	10,08%
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, etc	34,58%	43,47%	37,21%	16,10%	16,98%	17,83%	10,02%	9,29%	10,66%	13,38%	11,03%	13,13%	16,98%	12,17%	13,29%	8,78%	6,94%	7,86%
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	30,56%	24,87%	23,46%	16,67%	13,90%	14,25%	10,23%	9,90%	10,41%	14,81%	13,56%	14,82%	19,11%	20,77%	17,59%	8,60%	16,97%	19,46%
Ensino	31,06%	22,54%	24,25%	15,47%	11,99%	15,05%	11,41%	7,88%	10,87%	14,55%	11,88%	15,50%	17,25%	19,47%	15,86%	10,21%	26,21%	18,46%
Administraçao pública direta e autárquica	12,86%	8,60%	14,33%	9,27%	8,79%	6,36%	7,78%	7,63%	5,80%	15,93%	11,46%	9,58%	22,08%	23,45%	17,19%	31,08%	39,99%	46,72%

Fonte: RAIS 1985,1995 e 2005

Tabela 9 Grau de instrução dos trabalhadores dos segmentos que compõe o setor de Serviços nos anos de 1985, 1995 e 2005.

Grau de instrução dos trabalhadores dos segmentos do setor de serviços																					
Segmentos do setor de serviços / Grau de instrução	Analfabetos			Fundamental incompleto			Fundamental			Médio incompleto			Médio completo			Superior Incompleto			Superior completo		
	1985	1995	2005	1985	1995	2005	1985	1995	2005	1985	1995	2005	1985	1995	2005	1985	1995	2005	1985	1995	2005
Serviços industriais de utilidade pública	1,92%	2,53%	1,06%	40,26%	37,80%	30,15%	11,57%	10,84%	12,18%	7,10%	7,47%	5,72%	20,01%	22,03%	30,27%	4,92%	4,92%	3,91%	13,63%	14,25%	16,71%
Comércio varejista	1,51%	1,44%	0,20%	45,58%	36,06%	15,29%	19,75%	21,99%	18,81%	13,00%	14,24%	14,39%	14,52%	19,59%	44,69%	2,28%	2,50%	3,30%	2,31%	2,63%	3,32%
Comércio atacadista	2,61%	2,10%	0,36%	47,35%	39,54%	18,14%	15,27%	18,56%	18,09%	10,20%	11,32%	11,32%	15,15%	18,36%	38,96%	3,85%	3,77%	5,23%	4,57%	4,91%	7,89%
Instituições de crédito, seguros e capitalização	0,53%	0,54%	0,01%	7,23%	3,30%	0,95%	8,72%	8,40%	1,39%	18,06%	18,92%	2,55%	35,99%	32,68%	23,24%	15,60%	14,58%	15,94%	13,40%	21,40%	55,92%
Com. e administraçao de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico...	3,57%	2,36%	0,64%	46,52%	41,93%	21,12%	10,43%	15,79%	16,42%	8,66%	8,56%	7,87%	16,53%	18,07%	37,93%	5,19%	4,53%	6,27%	8,01%	7,61%	9,76%
Transportes e comunicações	1,65%	2,07%	0,20%	59,96%	47,84%	25,13%	13,19%	15,48%	20,30%	6,22%	6,78%	9,18%	12,32%	14,10%	34,22%	2,41%	2,37%	4,04%	3,64%	10,93%	6,92%
Serv. de alojamento, alimentaçao, reparaçao, manutenção, redação	3,24%	3,32%	0,87%	52,83%	51,07%	25,51%	10,69%	16,05%	20,30%	5,40%	8,03%	11,84%	10,80%	12,12%	28,92%	2,89%	2,33%	3,28%	12,59%	5,71%	9,27%
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	1,96%	2,08%	0,15%	36,79%	24,95%	9,93%	18,11%	16,92%	10,61%	10,87%	10,98%	7,03%	17,19%	27,32%	51,69%	2,41%	3,46%	3,83%	10,90%	13,22%	16,75%
Ensino	1,32%	1,78%	0,17%	15,98%	14,85%	7,04%	5,17%	6,34%	5,31%	4,17%	4,08%	3,28%	23,85%	22,95%	23,91%	9,96%	7,01%	7,09%	38,04%	41,84%	53,20%
Administração pública direta e autárquica	3,50%	3,22%	0,48%	26,71%	24,76%	14,85%	13,81%	13,22%	10,45%	4,27%	4,83%	3,92%	26,76%	27,65%	32,99%	4,15%	4,38%	4,15%	18,71%	21,66%	33,14%

Fonte: RAIS 1985,1995 e 2005

Os dados obtidos a partir da declaração da RAIS (tabela 9) mostram que houve um declínio acentuado e continuo da demanda por trabalhadores com escolaridade menor que a 8ª série incompleta (Fundamental incompleto) em todos os subsetores, principalmente no comércio varejista, comércio atacadista, setor de transportes e comunicação e serviços de alojamento, alimentação onde este declínio chegou a 30,29%,29,21%,34,83%, 27,32% respectivamente se comparado os anos de 1985 e 2005.

É importante salientar que mesmo com este aumento no grau de escolaridade alguns segmentos caracterizam-se ainda pelo baixo grau de instrução como é o caso do segmento de serviços de alojamento, alimentação, etc. em que cerca de 46,68% da sua força de trabalho tem até o ensino fundamental completo em 2005, situação esta que se repete nos setores de transportes e comunicação (45,64%), serviços industriais de utilidade pública (43,39%) e comércio e administração de imóveis, valores imobiliários,etc.(38,18%).

No outro extremo estão os subsetores compostos pelas instituições de crédito, seguros e capitalização com cerca de 55,92% dos trabalhadores com formação de

superior completo (2005), os trabalhadores de instituições de ensino com 53,20% e administração publica direta e autárquica com 33,14% também no ano de 2005. Analisando cada uma destas atividades percebe-se que são de natureza semelhante (prestação de serviço), entretanto com maior grau de complexidade, desde atividades repetitivas e manuais de baixa complexidade até atividades altamente complexas e geradoras de grande valor, como por exemplo, o setor composto pelas instituições de credito e de ensino que demandam profissionais qualificados e em constante aperfeiçoamento.

No entanto, é importante destacar que o aumento do grau de instrução em todos os segmentos ocorreu especialmente depois de 1995, o que reflete as mudanças ocorridas no país tanto no que se refere à abertura econômica quanto a seus reflexos nos modelos de produção adotados pelas empresas brasileiras e como às exigências de maior qualificação dos trabalhadores. Este aumento de 1995 a 2005 foi mais expressivo nos subsetores como comércio varejista, comércio atacadista, transportes e comunicação, serviços de alojamento, alimentação, reparação, etc., serviços médicos, odontológicos e veterinários (aumento do número de trabalhadores com ensino médio completo) e nas instituições de crédito, seguros e capitalização (aumento de mais de 34% do número de trabalhadores com ensino superior completo), ensino e administração pública direta e autárquica aumento expressivo dos trabalhadores com superior completo.

Cruzando os dados das tabelas 8 e 9 percebe-se que os subsetores que apresentam os trabalhadores com menor escolaridade são os mesmo que apresentaram no três anos analisados número mais elevado de trabalhadores com tempo de vínculo empregatício inferior a dois anos, como é o caso do comércio e administração de imóveis e valores imobiliários, serviços técnicos que nos três anos analisados manteve a média de cerca de 60% dos trabalhadores nesta situação, do setor de serviços de alojamento, alimentação, etc. com cerca de 55% e transporte e comunicação com 46% dos trabalhadores. Subsetores que chamam atenção são os de comércio varejista e comércio atacadista, que apresentam média de 60% dos trabalhadores com vinculo inferior a três anos e talvez por este motivo (alta rotatividade de empregados) aumentaram o nível de escolaridade de seus contratados durante os três anos estudados. Esta característica do setor de demandar profissionais com grau de instrução maior- ensino médio completo- é uma característica que pode ser evidenciada tanto em pesquisas já realizadas no setor quanto que em anuncio de vagas para postos de emprego. Um dos motivos encontrados seria a crescente complexidade dos produtos e serviços comercializados bem como o consumidor mais bem informado o que demanda destes profissionais maior conhecimento e qualificação trabalhar neste setor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho mostra com clareza as mutações no perfil do mercado de trabalho nos últimos 20 anos, com enfoque especial no setor de serviços. Vê-se uma tendência de crescimento do setor de serviços tanto em termos absolutos como também em sua representatividade em relação aos demais setores da economia. Essa tendência é mais acentuada na região sudeste, região de maior pujança econômica e que sempre foi a mais industrializada do país. Proporcionalmente, porém, já aparece que a região sul já concentra mais empregos no setor industrial, tomando o posto desde sempre ocupado pelo sudeste.

Quando a análise passa para a geração de riquezas propriamente dita, percebe-se também um avanço do setor de serviços, que tem tido maior representatividade na

composição do PIB brasileiro. Também percebe-se um aumento da produtividade do trabalhador do terciário.

A alteração mais significativa quanto ao perfil da mão-de-obra está no avanço do grau de escolaridade dos trabalhadores, que se deu de forma acentuada em todos os setores. Mesmo com o avanço, nesse quesito fica clara a diferença de qualificação dos trabalhadores entre os setores econômicos, sendo que o setor de serviços é o que concentra o maior número de trabalhadores com ensino médio e superior completo, com mais de 50% dos trabalhadores nessa situação. Quanto ao tempo de vínculo nota-se uma diminuição do tempo de vínculo dos trabalhadores em geral, mas ainda pode-se perceber, na análise dos sub-setores, que quanto maior a especialização necessária, maior a duração dos vínculos de emprego.

O aumento do nível de instrução em todos os segmentos ocorreu especialmente depois de 1995. Este aumento foi mais expressivo nos subsetores como comércio varejista, comércio atacadista, transportes e comunicação, serviços de alojamento, alimentação, reparação, etc., serviços médicos, odontológicos e veterinários e nas instituições de crédito, seguros e capitalização, ensino e administração pública direta e autárquica tiveram aumento expressivo dos trabalhadores com superior completo. Os subsetores que apresentam os trabalhadores com menor escolaridade são os mesmo que apresentaram número mais elevado de trabalhadores com tempo de vínculo empregatício inferior a dois anos, como é o caso do comércio e administração de imóveis e valores imobiliários, serviços técnicos. Subsetores como os de comércio varejista e comércio atacadista, apresentam maiores médias de trabalhadores com vinculo inferior a três anos e talvez por este motivo (alta rotatividade de empregados) aumentaram o nível de escolaridade de seus contratados durante os anos estudados.

REFERÊNCIAS

ARBACHE, Jorge Saba. **O mercado de trabalho na atividade econômica do turismo no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. **Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990**. In.: PRONI, Marcelo Weishaupt; HENRIQUE, Wilnês. São Paulo: Editora UNESP; Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 2003.

BRUNELLE, Christian. **L´émergence des associations parallèles dans les rapports collectifs de travail**. In: Relations Industrielles - Industrial Relations. 2002 volume 57-2. pp. 282-- 308.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **A desfiliação do estatuto do trabalho na década de 1990 e a inserção dos ocupados que compõem as famílias de menor renda relativa**. In.: CHAHAD, José Paulo Zeetano; PICCHETTI, Paulo. Mercado de Trabalho no Brasil: padrões de comportamento e transformações institucionais. São Paulo: LTr, 2003.

CHAHAD, José Paulo Zeetano. **O mercado de trabalho e a segurança de emprego e de renda no Brasil: estágio atual e sugestões a partir da experiência internacional**. In.: CHAHAD, José Paulo ZEETANO; PICCHETTI, Paulo. Mercado de Trabalho no Brasil: padrões de comportamento e transformações institucionais. São Paulo: LTr, 2003.

CHURCHILL JR,Gilbert A. ; PETER, J. Paul. Marketing : criando valor para os clientes. São Paulo, 2ºed: Saraiva, 2003.

COBRA, Marcos. **Estratégias de marketing de serviço**. São Paulo : Cobra, 2001.

KON, Anita. **Economia de serviços** : teoria e evolução no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KOTLER, Philip. **Princípios de marketing**. 9.ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 2003.
LOVELOCK, Christopher. **Serviços**: marketing e gestão. São Paulo : Saraiva, 2002.
LOVELOCK, Christopher; WRIGHT, Lauren. **Serviços Marketing: gestão** com casos na Internet. São Paulo: Saraiva, 2001
MEIRELLES, D. S .O conceito de serviço. São Paulo: **Revista de Economia Política**, vol. 26, nº 1 (101), pp. 119-136, janeiro-março 2006.
PICCININI, V. C., OLIVEIRA, S. R., RÜBENICH, N. V. **Formal, flexível ou informal? – reflexões sobre o trabalho no Brasil.** In.: O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea: persistências e inovações.Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.
ZEITHAML, Valaire A.; BITNER, Mary J. **Marketing de serviços:** a empresa com foco no cliente. 2ªed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

MUDANÇAS NA OCUPAÇÃO E RENDIMENTOS NO SETOR PÚBLICO: INDÍCIOS DE PRECARIZAÇÃO NO TRABALHO

*Ana Cristina Cerqueira**

RESUMO

Esse estudo tem a intenção de analisar o comportamento do setor público metropolitano diante das transformações ocorridas no Brasil ao longo da década de 90 e os primeiros anos de 2000. O enfoque metropolitano é dado em virtude das particularidades advindas dessas regiões em decorrência da sua força atrativa de mão-de-obra e da capacidade motriz de desenvolvimento econômico. Dessa maneira, o perfil dos ocupados nas metrópoles também assume um caráter diferenciado do resto do Brasil. Quando se realiza um estudo sobre o emprego público brasileiro é importante realizar uma segmentação segundo esferas de governo e, de fato, diversas diferenças puderam ser notadas no âmbito do emprego federal, estadual e municipal. Adicionalmente, procurou-se identificar o perfil dos ocupados no setor público metropolitano destacando os atributos segundo faixa etária, grau de instrução, tempo de serviço, sexo e posição na ocupação. No que tange o comportamento dos rendimentos optou-se por trabalhar com faixas de salário mínimo - hora e também com indicadores estatísticos (média, mediana, desvio padrão e coeficiente de variação). Para tal, a base de dados que melhor incorpora os elementos destacados pra esse estudo foram os microdados da PNAD. A contextualização deste debate reflete-se nas transformações ocorridas na economia brasileira ao longo dos anos 90, com ênfase nas reformas administrativas e privatizações, mas também com as mudanças de trajetórias políticas e da macroeconômica assumidas pelo país a partir de 1990.

Palavras-chave: emprego público; rendimentos; ocupação.

---

* Doutoranda em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP
anacris2001@ig.com.br

1. O EMPREGO PÚBLICO BRASILEIRO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

O colapso das finanças públicas, nos anos 80, refletiu a própria crise do Estado e a necessidade de se pensar em uma outra forma de intervenção na economia. Parte-se então para efetivar o avanço do processo de descentralização política, fiscal e administrativa das atribuições do Estado, com o intuito adicional de reverter o centralismo obtido durante o período militar. Como o país vivia, na segunda metade dos anos 80, a distensão do modelo ditatorial rumo ao processo de redemocratização fez-se *mister* a adoção de uma gama de medidas que alterassem a configuração das decisões de poder do governo central. Certamente, os avanços da globalização mundial já nessa época serviram de reforço para demonstrar a fragilidade do modelo desenvolvimentista abrindo campo para a revitalização do ideário liberal agora travestido de outra roupagem; o neoliberalismo.

Uma vez que no inicio dos anos 80 o governo central ateve-se fundamentalmente ao ajuste conjuntural da economia - em um ambiente de ampliação do déficit do setor público, de aceleração inflacionária, estagnação econômica, de tentativas malogradas dos planos de estabilização e adicionalmente, de limitações para o incremento industrial – "a expressiva redução dos recursos tributários da União levou a um atabalhoado processo de transferências de encargos para as esferas inferiores, apesar do crescimento da receitas das contribuições sociais, apropriada exclusivamente pela União. Esse processo de desmonte agrava-se nos anos 90, configurando um cenário de descompromisso do governo federal com a equalização e universalização das políticas sociais e/ou de desenvolvimento"[1].

Todos esses condicionantes internos e externos contribuíram para que os atores sociais (dentre e fora do *mainstream*) se mobilizassem em prol de uma reforma do Estado. A sua crise manifestava-se em diversas frentes e a busca pela descentralização e redução do tamanho do setor público foi apenas algumas sugestões para saná-las. Nos anos 90 se concretizará a inflexão do direcionamento da economia brasileira ao optarem por políticas de cunho ortodoxas-liberais identificadas com ações coordenadas predominantemente para o mercado. Uma nova vertente passa a ser utilizada como norteadora das políticas econômicas e sociais do país em que a perspectiva de atuação do Estado deve assumir características de funcionamento marcadamente privado.

A direção sinalizada foi de ampliação da autonomia e das responsabilidades tributárias e fiscais dos estados e municípios e a saída do Estado de alguns setores produtivos por meio do processo de privatização das empresas estatais. Nesse sentido, a descentralização surge como uma tentativa de dar respostas à crise do Estado e aos anseios por uma nova etapa de democracia no país. Com base nessas perspectivas a disseminação do ideário de eficiência e qualidade também repercutiu na esfera pública. A reforma administrativa foi considerada urgente para transformar, finalmente, o Estado brasileiro num prestador de serviços eficiente e profissional.

[1] Dain, 1998, p.36.

Nesse sentido, a Emenda Constitucional de 19/98[2] estabeleceu algumas modificações que alteraram significativamente o funcionamento e a estrutura do emprego público[3]. No que se refere ao "tamanho do Estado"[4], expressado através da dimensão do setor público, observou-se que na década de 80 o crescimento do emprego público (auxiliado pelas desvalorizações salariais) serviu como base de uma política anticíclica visando atenuar os fortes impactos da crise econômica. Nesse sentido, pode-se afirmar que a despeito da estagnação vivida na época, o emprego público manteve um bom desempenho auxiliando os índices gerais do mercado formal de trabalho. Dito de outra maneira, o emprego público serviu para garantir índices positivos de crescimento do emprego na década de 80.

2. REFORMA DO ESTADO, DESCENTRALIZAÇÃO E EMPREGO PÚBLICO NOS ANOS 90

Os anos 90 foram marcados por diversas mudanças na estrutura econômica e social do país. Como mencionado anteriormente, o novo ideário liberal desregulamentou mercados e abriu a economia brasileira. No âmbito da estrutura industrial, notou-se um movimento de desnacionalização de setores facilitados pelas privatizações, o que ocasionou, em termos de composição da propriedade, uma maior predominância de empresas estrangeiras frente ao setor estatal e da grande empresa nacional (Carneiro, 2002: 335-340).

Além de proporcionar uma redução relativa dos estoques de ativos produtivos sob a orientação estatal, as privatizações contribuíram para redução de necessidades posteriores de novos aportes de investimentos. Porém, o objetivo central do processo de privatização brasileira foi equacionar suas dificuldades financeiras "*convertendo em receitas fiscais pelo menos parte dos recursos*

[2] "o fim do regime jurídico único para os servidores federais, exceto nas atividades exclusivas do Estado: diplomacia, segurança pública e advocacia; o fim da isonomia salarial; o fim da estabilidade: embora o servidor efetivo se torne estável num prazo de três anos, ele poderá ser demitido por insuficiência de desempenho, por falta grave e quando a União, Estados e Municípios estiveram gastando com pessoal mais de 60% da receita liquida; fixação de um teto único de remuneração em todo país; a desvinculação dos reajustes dos servidores dos reajustes de Ministros, Parlamentares, Governadores, Prefeitos e do Presidente da República; a desvinculação do reajuste entre militares e civis; a supressão na Constituição da garantia da irredutibilidade salarial; a proibição da União de fazer repasse voluntário de recursos para o pagamento do DF, Estados e Municípios e a suspensão de todos os repasses de verbas para essas esferas, caso extrapolem 60% da receita disponível como pagamento de pessoal, conforme fixado na Lei Camata". (Carvalho Filho, 2002: 72).

[3] Deve-se entender, desde então, o emprego no setor público de acordo com a sua linha de atuação: i) Emprego na Administração Direta se refere à gestão da máquina estatal propriamente dita, compreende as atividades ligadas ao consumo coletivo (educação, saúde e limpeza); à administração e legitimação do Estado (poder executivo, judiciário e legislativo); à conservação da ordem social (segurança pública e defesa) e ii) Emprego em Empresas Produtivas e Intermediação Financeira (estatais e empresas que o Estado possui participação acionária majoritária) (Carvalho Filho, 2002: 75).

[4] A despeito de toda polêmica levantada sobre a redução do papel do Estado na economia essa é uma questão que não parece clara no Brasil. Se por um lado você teve a redução dos investimentos públicos em áreas de infra-estrutura, ocasionadas em parte pelo processo de privatização, e até mesmo uma enxugamento do número de servidores no âmbito federal, por outro lado, tem-se o aumento de trabalhadores municipais e o aumento do gasto público: "a conta das administrações públicas na contabilidade nacional indica que, entre 1995 e 2003, a despesa não-financeira cresceu 2 pontos do PIB, tendo caído consumo e investimentos e aumentado os gastos com benefícios previdenciários e assistenciais em 2,7 pontos do PIB" (Afonso, 2006, p.5).

investidos nas empresas durante o período de estatização" (Prado, 1998: 44). Esse ambiente macroeconômico adverso proporcionou reduções na receita tributária da União.

Adicionalmente, a partir de mudanças estabelecidas na Constituição de 1988, as esferas subnacionais do governo contribuíram para menor arrecadação do governo federal tendo em vista o aumento da disposição de impostos para essas esferas[5] (Santos e Ribeiro, 1993: 116). Essa nova estrutura de competência e partilha dos tributos visava, certamente, a descentralização e maior autonomia financeira e administrativa dos estados e municípios.

Por outro lado, a União procurou incrementar a sua receita tributária por meio do aumento da carga sobre recursos que não seriam partilhados com os estados e municípios, ou seja, as contribuições sociais. Houve também uma significativa elevação da carga tributária que compensou as perdas de arrecadação oriundas do movimento de descentralização. Note que essa carga era de 24,5% do PIB em 1980, ou seja, ainda no período de centralização do poder, chegando a 37,14% do PIB em 2004! Foi realizado um espantoso movimento de ampliação da carga tributária no país.

Ainda assim, o déficit fiscal atualmente existente no Brasil deve-se ao desequilíbrio das contas públicas estaduais. Em diversos estados a arrecadação é quase insuficiente para cobrir exclusivamente os gastos com pessoal"[6]. Isso se deu principalmente por participarem de disputas regionais no intuito de atrair novas empresas para as localidades oferecendo, em contra partida, isenções fiscais. A exacerbação desse movimento ficou conhecida como "guerra fiscal".

O emprego público brasileiro nos anos 90 conviveu com diversas medidas visando sua redução. Estabeleceu-se, assim, o Plano de Demissão Voluntária (PDV), que obteve maior número de adeptos entre os estados do que no âmbito federal, e ainda a suspensão de concursos públicos. Essas práticas incidiram sobre a União, que já se encontrava mais enxuta por estar, desde meados dos anos 70, procurando reduzir o volume de servidores.

No caso especifico dos estados, esses passaram a adotar medidas restritivas em maior quantidade somente na segunda metade dos anos 90, devido ao processo de negociação de suas dívidas. Com isso foram realizadas vendas de bancos, empresas estatais e ainda a ratificação do compromisso de cortar gastos com base na Lei de Responsabilidade Fiscal. Dessa forma, consegui-se reduzir sua participação no volume de empregos públicos.

Por outro lado, os municípios ampliaram sua participação no emprego público em decorrência dos maiores serviços que passaram a ser fornecidos em suas instâncias. Houve a municipalização dos serviços de saúde (Movimento de Reforma Sanitária, Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento, Ações Integradas da Saúde, Sistema Unificado e Descentralizado da Saúde) e educação (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

[5] Coube aos estados a exploração do principal tributo brasileiro, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), além do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), Transmissão Causa Mortis e Doação (ITMD) e do Adicional do Imposto de Renda. Já os municípios percebem o Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU), Serviços (ISS), Vendas a Varejo de Combustíveis (IVVC) e Transmissão Intervivos de Bens Imóveis (ITBI). Ampliou-se também o percentual de transferências dos principais tributos federias possibilitando o aumento da receita, principalmente para os municípios (Dain e Soares, 1998: 40-41).

[6] Affonso, 2000, p. 141.

Fundamental e Valorização do Magistério). Adicionalmente, a expansão do emprego pode estar associada também à criação de novos municípios. Entre 1988 e 1997 foram criados 1.318 municípios (havia 4.189 em 88 e foi para 5.507 em 97). Não fosse a expansão do emprego municipal haveria quedas absolutas no emprego público também nos anos 90.

3. O EMPREGO PÚBLICO METROPOLITANO NOS ANOS 90

Com base nos microdados da PNAD é possível realizar algumas inferências acerca das evoluções e transformações ocorridas no emprego público brasileiro. Inicialmente, verificou-se o aumento no número de funcionários públicos nas metrópoles, entre os anos de 1992 e 2005, em quase 15,2%, ou 1,2% ao ano. Isso gerou um saldo aproximado de 368 mil novos postos de trabalho para o setor. No entanto, o peso do conjunto das metrópoles era sensivelmente maior em 1992 frente ao resto do país. Dessa forma, representavam 32,4% dos funcionários nesse ano e reduziram seu percentual relativo para 30,1%, em 2005.

Dito de outra maneira, mesmo observando-se aumento do emprego no setor público entre 1992 e 2005, a geração de novos postos foi mais intensa no resto do país (31,4%) do que nas áreas metropolitanas destacadas (15,2%). Nota-se, por sua vez, um maior número de trabalhadores no Brasil não-metropolitano: tanto em 1992, onde se situavam cerca de 67,6% dos funcionários públicos (4,9 milhões), quanto em 2005 com quase 69,9% dos trabalhadores (6,4 milhões, aproximadamente). Ou seja, a maior parcela de funcionários públicos no Brasil situa-se fora do âmbito metropolitano.

Os dados mais gerais sobre a *massa de rendimentos* indicam que, mesmo dispondo de uma menor participação na ocupação, as metrópoles conseguem obter um volume de rendimentos significativo frente ao observado no resto do Brasil – o que pode ser percebido tanto em 1992, quanto em 2005. Nesse sentido, constata-se claramente a vantagem metropolitana em relação ao resto do país. Isto é, enquanto o emprego público metropolitano respondia por 32,4% do total dos ocupados, em 1992, era capaz de absorver cerca de 44,6% da massa de rendimentos. O mesmo verificava-se em 2005, já que ao absorver 30,1% do emprego público nacional era ainda capaz de manter 42,3% da massa de rendimentos em sua localidade. Analogamente, o resto do Brasil, responsável por 67,6% do total de emprego no setor público em 2005, englobava somente 56,6% da massa de rendimentos totais.

Tabela 1

OCUPAÇÃO, MASSA TOTAL DOS RENDIMENTOS E ÍNDICE DOS RENDIMENTOS MÉDIOS, METRÓPOLES E RESTO DO BRASIL, 1992 E 2005

Emprego Público - 1992	Brasil	Metrópoles	Resto do Brasil
Ocupados	100,0	32,4	67,6
Massa de Rendimentos	100,0	44,6	53,9
Rendimento Médio	100,0	137,6	81,3
Emprego Público - 2005	**Brasil**	**Metrópoles**	**Resto do Brasil**
Ocupados	100,0	30,1	69,9
Massa de Rendimentos	100,0	42,4	57,6
Rendimento Médio	100,0	140,9	82,4

Fonte: Microdados da PNAD, 1992 e 2005.

O fato de haver uma menor participação dos ocupados metropolitanos no emprego público (32,4% em 92 e 30,1% em 2005) e, ainda assim, conseguirem abocanhar uma relativa parcela da massa de rendimentos (44,6% e 42,4%, respectivamente) pode ser esclarecido pelo comportamento dos *rendimentos médios* nessas regiões. Isto tenda em vista que os rendimentos médios percebidos nas metrópoles estavam acima da média brasileira: cerca de 37,6% em 1992 e quase 40,9% em 2005. Por outro lado, os rendimentos estavam muito aquém da média nacional para o resto do país: onde representavam apenas 81,3% da média em 1992 e 82,4% em 2005 (conforme Tabela 1). É por essa razão que, mesmo possuindo um menor número de ocupados, o emprego metropolitano consegue estabelecer uma massa de rendimentos relativamente maior – uma vez que os rendimentos médios são mais elevados.

A Tabela 2 ajuda a esclarecer que a melhor distribuição para o emprego público, segundo *faixas de salário mínimo/hora*[7], encontra-se nas regiões metropolitanas. Isso tendo em vista que apenas 1,8% dos ocupados percebiam menos de 1 SM/hora em 2005, enquanto a proporção era de 3% para o Brasil. Em 1992, o percentual de funcionários percebendo rendimentos nessa faixa foi de 3,8% para as metrópoles e de 13,5% para o total do país. Com repartições mais ou menos eqüitativas entre as demais faixas de SM, as metrópoles apresentam uma melhora na distribuição com cerca de 44,6% do funcionalismo recebendo vencimentos acima de 5 SM/hora em 2005 – quando em 1992, apenas 38,5% percebiam essa faixa de SM. Em antítese, o Brasil apresentava uma distribuição mais concentrada nos estratos inferiores (principalmente de 1 até 2,99 SM) e, por essa razão, uma parcela reduzida percebiam mais de 5 SM em 1992 (26,3%) e 2005 (30,2%).

[7] Nesse sentido, o *salário mínimo hora*, trata-se de um instrumento estatístico que visa isolar as diferenças salariais causadas por jornadas de trabalho distintas e, desse modo, fornece informações em números médios de salários mínimos equivalentes a cada hora de trabalho – por essa razão apresenta-se como *faixas de salário mínimo hora*. Vale ainda ressaltar, que o valor do salário mínimo para o período estudado era de R$200,00 (duzentos reais) e a jornada de trabalho considerada é de 44 horas semanais.

Tabela 2

DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS NO SETOR PÚBLICO SEGUNDO FAIXA DE SM/HORA, BRASIL E METRÓPOLES, 1992 E 2005

Faixa de SM/hora	1992		2005	
	Brasil	Metrópoles	Brasil	Metrópoles
Menos de 1	13,5	3,8	3,0	1,8
De 1 até 2,99	41,4	33,5	45,4	30,8
De 3 até 4,99	18,8	24,2	21,3	22,7
De 5 até 9,99	17,8	25,9	19,3	26,1
Mais de 10	8,5	12,6	10,9	18,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD-IBGE 1992 e 2005. Elaboração Própria.

A Tabela 3 indica a distribuição dos ocupados no setor público quanto às regiões metropolitanas agregadas que compõem esse estudo. Inicialmente observa-se que as regiões que possuem as maiores participações, tanto em 1992 e 2005, não foram necessariamente as que tiveram o maior fôlego de expansão no período. No que diz respeito ao peso do setor público nas metrópoles, já em 2005, a primeira que se destaca é a região Sudeste com cerca de 56,6% do total de funcionários – seguida do Nordeste (17,1%), Sul (12,8%), Centro Oeste (9,5%) e, finalmente, da região Norte (3,9%). Mesmo que todas as regiões tenham experimentado incrementos em 2005, essas posições não se alteraram em relação a 1992. A região Norte foi a que obteve maior incremento entre 1992 e 2005 (75,1%), contudo sua representatividade se manteve ainda bastante reduzida (cerca de 3,9% em 2005). Diametralmente, a região Sudeste verificou a menor expansão (apenas 9,1%), porém nada que alterasse a sua posição de concentradora do contingente de servidores públicos - em grande medida localizados na região metropolitana de São Paulo (quase 27,5%). Destaca-se, então, como característica do setor público metropolitano que as maiores oportunidades de emprego surgiram fora dos grandes eixos[8], nesse caso, sudeste-nordeste.

[8] Segundo Brandão (2005: 21) as metrópoles "atraem grandes massas populacionais, mas não têm geralmente capacidade, na medida suficiente, de geração de postos de trabalho e de absorção nos circuitos modernos da economia, dessas pessoas. Assim, o meio metropolitano é *lócus* da geração de demandas e espaço de lutas políticas dos estratos sociais que reivindicam acesso aos meios de consumo coletivo e inserção no mercado de trabalho".

Tabela 3

DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO PÚBLICO SEGUNDO REGIÕES METROPOLITANAS AGREGADAS – 1992/2005

Regiões Metropolitanas*	% Ocupados		
	1992	2005	Variação 1992/2005
Norte	2,6	3,9	75,1
Nordeste	17,6	17,1	12,2
Sudeste	59,8	56,6	9,1
Sul	11,4	12,8	29,4
Centro Oeste	8,6	9,5	27,1
Total	100,0	100,0	15,2

Fonte: PNAD-IBGE 1992 e 2005. Elaboração Própria.

Nota(*) Os dados da PNAD não cobrem todas as 29 regiões metropolitanas do país.

Retomando a análise dos rendimentos na Tabela 4, é possível inferir que a *distribuição das faixas de salários* no emprego público, ainda que tenha contemplado melhoras de forma geral, altera-se mediante as áreas metropolitanas em que estão inseridas. As regiões Norte e Nordeste apresentaram indicadores similares, o que serve para caracterizá-las como as piores distribuições de rendimentos entre as regiões estudadas, no âmbito do setor público. Observou-se que, ainda em 2005, uma significativa parcela de funcionários públicos situavam-se nos estratos mais baixos de remuneração, com índices bastante desfavoráveis em relação à média das regiões (que é de 30,8%). Nesse caso, cerca de 45,7% do funcionalismo no Norte e 42,5% no Nordeste percebiam de 1 a 3 SM/hora. Assustadoramente, essa distribuição era um pouco melhor em 1992 mantendo-se, porém, os percentuais igualmente elevados em 2005.

Tabela 4

DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS NO SETOR PÚBLICO SEGUNDO FAIXAS DE SM/HORA, REGIÕES METROPOLITANAS AGREGADAS, 1992-2005

Faixas de SM-Hora	1992					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Total
Menos de 1 SM	7,4	15,1	4,4	6,6	2,4	6,4
De 1 até 3 SM	39,6	40,1	34,0	30,5	27,0	34,2
De 3 até 5 SM	23,2	18,9	25,8	24,0	22,4	24,0
De 5 até 10 SM	19,5	15,9	23,7	24,6	27,5	22,6
Mais de 10 SM	10,3	10,0	12,1	14,3	20,6	12,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Faixas de SM-Hora	2005					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Total
Menos de 1SM	1,8	4,0	1,5	1,3	0,6	1,8
De 1 até 3 SM	45,7	42,5	29,6	32,1	9,2	30,8
De 3 até 5 SM	20,5	22,2	24,8	23,0	11,7	22,7
De 5 até 10 SM	19,7	18,8	27,9	24,8	33,4	26,1
Mais de 10 SM	12,3	12,6	16,2	18,8	45,2	18,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD-IBGE 1992 e 2005. Elaboração Própria.

O comportamento das regiões Sudeste e Sul também se assemelham estando contudo em consonância com o observado na média das regiões. A distribuição concentra, do mesmo modo, uma maior quantidade de trabalhadores nas classes inferiores de rendimentos ainda que com participações relativamente melhores do que as encontrada no Norte e Nordeste. A moda – estrato que possui a maior freqüência – é igualmente a faixa de 1 a 3 SM/hora. Ao partirmos para análise dos estratos mais elevados de rendimentos (acima de 5 SM/hora) percebe-se que a situação do Nordeste se agrava, distanciando-se até mesmo da região Norte. Desde 1992 a distribuição no Nordeste era a que mais se concentrava nas faixas inferiores e, por outro lado, apresentava pequeno percentual de trabalhadores nos estratos mais elevados (apenas 10% percebiam mais de 10 SM/hora).

Com base nessa perspectiva pode-se afirmar que a região Nordeste possuí a pior distribuição dos rendimentos dos servidores públicos, ainda que seja o segundo conjunto de metrópoles em termos de representatividade do número de servidores (o primeiro é a região sudeste). Por outro lado, ratificando a idéia comum de que "tamanho não é documento" é justamente na região Centro-Oeste, responsável por apenas 9,5% do funcionalismo em 2005, que os índices apresentam comportamento singular: o menor percentual de funcionários públicos com menos de 1 SM/hora está aí localizado (apenas 0,6% em 2005). A distribuição dos rendimentos não poderia ser melhor: mais de 78,6% percebiam mais de 5 SM/hora! Ao longo dos anos essa situação melhorou ainda mais, tendo em vista que mesmo em 1992, cerca de 48,1% percebiam vencimentos nessa faixa – o que já se configurava em um elevado percentual no período. A razão para tal particularidade é que na capital do país, Brasília, concentra-se grande parcela dos servidores do alto escalão da administração pública nacional.

No que tange as distintas esferas de governo – isto é, se o emprego situa-se no âmbito federal, estadual ou municipal – a Tabela 5 indica que o incremento no emprego metropolitano não se verifica de maneira uniforme entre elas. Na realidade, foram os municípios que asseguraram esse resultado positivo no volume de emprego público ao ampliarem em 71,8% a sua participação: dessa forma, alteraram seu percentual relativo de apenas 22,8% em 1992, para 34% em 2005. Esse destaque é importante tendo em vista que os estados, ainda que se mantenham em 2005 como as instâncias que mais abarcam servidores, apresentaram um comportamento quase inalterado ao longo do período - com expansão de apenas 1,0% - o que contribuiu para que amargassem perdas relativas de participação frente à pujança dos municípios. Os dados revelam que se em 2005 os estados representavam cerca de 41,1% do funcionalismo público metropolitano; esse patamar havia sido ordem de 46,9% em 1992.

Tabela 5

DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS NO SETOR PÚBLICO SEGUNDO ESFERAS DE GOVERNO, REGIÕES METROPOLITANAS AGREGADAS, 1992-2005

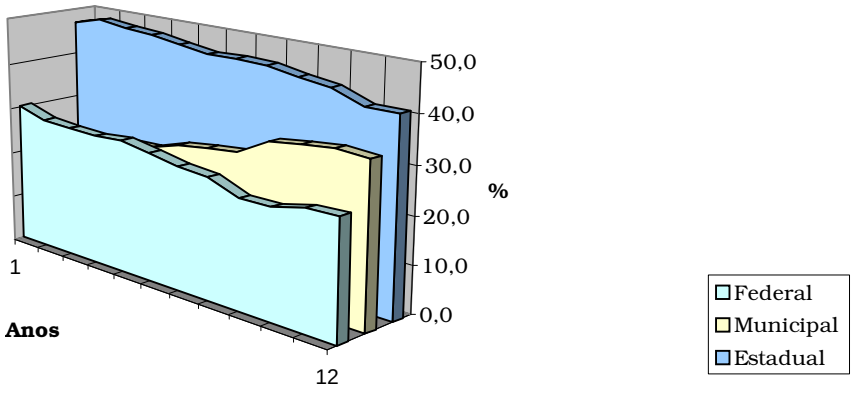
Esferas	1992		2005		Variação 92/05
	N	%	N	%	
Federal	732.518	30,3	694.397	25,0	-5,2
Estadual	1.131.928	46,9	1.143.190	41,1	1,0
Municipal	550.022	22,8	944.793	34,0	71,8
Total	2.414.468	100,0	2.782.380	100,0	15,2

Fonte: PNAD-IBGE 1992 e 2005. Elaboração Própria.

Adicionalmente, foi a instância federal que sofreu perdas absolutas no seu quadro de funcionários (-5,2%) ao longo desses anos. Com isso, apresentou a menor representatividade, dentre as esferas, em 2005: somente 25% dos ocupados no setor público. Ainda em 1992, a União possuía 30,3% dos efetivos superando o percentual dos municípios (34%); em 2005 essa relação se inverte a favor dos municípios. Vale ressaltar que a estrutura de emprego observada atualmente foi resultado de sucessivas medidas adotadas anteriormente - com inicio em meados dos anos 70 - e que se potencializaram ao longo da década de 90. Nos anos 50, a União era o principal gerador de servidores públicos uma vez que os empregos surgiam concomitantemente à ampliação da atuação do Estado desenvolvimentista. Já em 1973, os estados assumiram essa posição para, finalmente, nos anos 90 os municípios despontarem como os grandes responsáveis pela geração de novos postos de trabalho no setor público. Obviamente, essa maior força empregadora das instâncias municipais deve-se, em grande medida, aos processos de descentralização dos serviços de educação e saúde pública no país.

O Quadro 1 demonstra de maneira mais clara como se altera a composição do emprego público metropolitano segundo as esferas de governo. Os estados se mantêm como grandes empregadores a despeito da perda de participação nos anos mais recentes. A superação dos municípios na geração de empregos públicos, em relação à União, ocorreu no ano de 1999. Desde então, é constante o crescimento de sua participação, aproximando-se significativamente dos estados em 2005. Por outro lado, o emprego federal apresenta uma trajetória de enxugamento dos seus efetivos.

Quadro 1
Distribuição do emprego público segundo esferas de governo
RMA, 1992 a 2005



A Tabela 5 nos permite utilizar alguns instrumentos estatísticos para melhor analisar o comportamento dos rendimentos nas esferas do setor público. Inicialmente, observa-se que os rendimentos médios, segundo *faixas de salário-mínimo hora*, percebidos no setor público são relativamente altos. Desse modo, os ocupados no país recebiam, em média, cerca de 5,49 salários-mínimos hora em 1992 e 7,18 salários-mínimos hora em 2005: um acréscimo de quase 30,7%. Todavia, ainda que se trate de um indicador importante, um estudo de rendimentos feito com base na *média* pode sofrer erros de interpretação uma vez que essa medida é muito sensível a valores extremos (por exemplo, apenas um único individuo que possua alto rendimento pode puxar a média para cima – ou vice-versa).

É por essa razão que uma outra medida de posição, mais resistente a mudanças de uma pequena quantidade de dados, é mais indicada para realizar as análises de rendimentos; nesse caso, a *mediana*. Essa medida possibilita separar a distribuição de forma que metade (50%) dos indivíduos se situe abaixo e acima dela, isso significa que ela "ocupa a posição central da série de observações" (Bussab & Morettin, 2004: 35). Nesse estudo, o *valor mediano* percebido para os funcionários públicos metropolitanos em 1992 foi de 3,79 SM/hora, enquanto que em 2005 foi de 4,52 SM/hora; com acréscimo de 19,2%, ou seja, incremento inferior ao verificado pela *média* (30,7%).

Mesmo diante dos altos rendimentos observados no emprego público destaca-se o elevado grau de dispersão da distribuição. Mais uma vez, os elevados *coeficientes de variação*[9] apresentados para o emprego público indicam que se trata de um setor bastante heterogêneo no que tange a distribuição dos rendimentos segundo as esferas de governo. E ainda, essa heterogeneidade em 1992 se apresentava maior entre o funcionalismo *estadual* (108%) e *federal* (107%) estando a esfera *municipal* relativamente mais homogênea (96%). Já em 2005, o percentual das dispersões se eleva e é justamente a *União* (149%) a grande responsável pela variação ocorrida dentro do próprio nível federal no que tange as remunerações dos servidores.

[9] Esse indicador observa o grau de dispersão em relação à média e, dessa forma corrobora - de maneira mais apurada - com as indicações do desvio padrão.

Tabela 6

ESTATÍSTICA DOS RENDIMENTOS PARA O EMPREGO PÚBLICO
REGIÕES METROPOLITANAS AGREGADAS, 1992-2005

1992	Federal	Estadual	Municipal	Total
Ocupados	*30,3*	*46,9*	*22,8*	*100,0*
Média	7,44	5,14	3,63	5,49
Mediana	5,11	3,55	2,52	3,79
Desvio Padrão	7,95	5,57	3,48	6,20
Coeficiente de Variação (%)	1,07	1,08	0,96	1,13
2005	Federal	Estadual	Municipal	Total
Ocupados	*25,0*	*41,1*	*34,0*	*100,0*
Média	10,67	7,11	4,71	7,18
Mediana	6,93	4,62	3,08	4,52
Desvio Padrão	15,93	9,29	6,58	9,66
Coeficiente de Variação (%)	1,49	1,31	1,40	1,34

Fonte: PNAD-IBGE 1992 e 2005. Elaboração Própria.

Vale frisar que o fato da *União* apresentar, em 2005, maior heterogeneidade na distribuição dos rendimentos médios não implica que esses sejam necessariamente baixos. Ao contrário: os *municípios* é que percebem os piores rendimentos em relação às distintas áreas de governo, e esses ainda, se tornaram mais heterogêneos em 2005 (140%). Obviamente, o volume de entrantes no setor público por meio dessa esfera confere também uma maior variabilidade entre as remunerações percebidas. Dessa forma, esse grau de variação no segmento público municipal assinala-o como sendo provedor de uma gama de trabalhadores recebendo de maneira dispersa baixos salários...

A tabela 7 fornece informações sobre a distribuição dos funcionários com base nas faixas de salário mínimo-hora. Dessa maneira é possível notar mais detidamente os diferentes níveis salariais *dentro* do próprio setor público metropolitano. Inicialmente, atesta-se a redução de funcionários na menor faixa salarial (menos de 1 SM): apenas 1,8% dos trabalhadores estavam nessa categoria em 2005. A instância municipal foi quem contribui significativamente para essa queda ao sair do percentual de 10,8% dos trabalhadores em 1992 e atingir cerca de 2,4% – praticamente o mesmo patamar da União (2,6%). Há também uma ligeira melhora geral entre os que recebem mais de 10 SM/hora: eram 12,6% em 1992 e chegaram a 18,5% em 2005.

Outra linha de análise assinala as mudanças ocorridas entre as instâncias de governo. A União conseguiu elevar ainda mais as proporções de funcionários nos maiores estratos de salários mínimos (34% recebem mais de 10 SM em 2005). Para essa esfera, fica claro que na composição dos rendimentos predominam bons salários. Por outro lado, no emprego municipal a relação é inversa: mesmo em 2005, apenas 9,3% dos funcionários auferiam rendimentos acima de 10 SM/hora; porém, a maior freqüência de trabalhadores (46,9%) percebem rendimentos numas das classes mais baixas (de 1 a 3 SM/hora). Os estados apresentam comportamento mais próximo da média metropolitana, no entanto, a sua moda passa a ser de 5 a 10 SM em 2005 (30,6% - em 1992 era de 1 a 3 SM).

Tabela 7

DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS NO SETOR PÚBLICO POR FAIXAS DE SALÁRIO - MÍNIMO/HORA, REGIÕES METROPOLITANAS AGREGADAS, 1992 – 2005

Faixas de SM-Hora	1992			
	Federal	Estadual	Municipal	Total
Menos de 1SM	5,3	5,0	10,8	6,4
De 1 até 3 SM	21,9	36,1	46,8	34,2
De 3 até 5 SM	21,1	26,6	22,7	24,0
De 5 até 10 SM	29,3	22,3	14,5	22,6
Mais de 10 SM	22,3	10,0	5,2	12,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Faixas de SM-Hora	2005			
	Federal	Estadual	Municipal	Total
Menos de 1SM	2,6	0,8	2,4	1,8
De 1 até 3 SM	16,4	26,3	46,9	30,8
De 3 até 5 SM	18,5	25,5	22,4	22,7
De 5 até 10 SM	28,6	30,6	19,0	26,1
Mais de 10 SM	34,0	16,8	9,2	18,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD-IBGE 1992 e 2005. Elaboração Própria.

O setor público brasileiro não se trata, certamente, de um segmento de baixos salários. Alguns estudos que comparam os rendimentos auferidos no âmbito público e privado, para atividades semelhantes, enfatizam a superioridade das remunerações oriundas da esfera pública (Borges: 2004; Cerqueira: 2005 e Vaz: 2005;). É preciso, no entanto, relativizar esse argumento tendo em vista que menos do que uma melhora significativa do emprego público, o que houve foi um achatamento salarial em ambos os segmentos. Acontece, que o desmantelamento do mercado de trabalho nacional ampliou a incapacidade de resposta do setor privado em gerar ocupações qualitativamente melhores, tanto no que tange a remuneração, quanto às formas de contratação e proteção social. Adicionalmente, características próprias do emprego público ratificam essas diferenças já que, em geral, alguns atributos dos servidores – a saber: melhor escolaridade, faixa etária mais elevada e maior tempo de serviço - conseguem ser transformados em níveis de rendimento superiores.

Outro ponto relevante desse estudo trata das mudanças ocorridas no quesito posição na ocupação dos funcionários públicos. Tendo em vista que a Emenda Constitucional de 19/98 possibilitou uma flexibilização no tipo de contratação dos servidores, tem-se notado a ampliação de novas formas de contrato que não se limitam ao Regime Jurídico Único (RJU) – onde o contratado assumia o vínculo de 'estatutário'. Passou-se, então, a fazer parte do quadro de trabalhadores tanto funcionários 'celetistas', isto é, contratados com base na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como também trabalhadores sem o estabelecimento de vínculos formais de contrato – ou seja, os "não formais". São "contratos por prazo determinado, temporários, por prestação de serviços e/ou associados a um determinado projeto, a exemplo dos "bolsistas", "consultores", "substitutos" e "estagiários"; sem recurso ao concurso público e com a remuneração fora dos parâmetros estabelecidos nos planos de cargos e salários" (Borges, 2005: 257). Parece estranho notar que formas flexíveis de contratação, comuns ao mercado privado de trabalho, estejam cada vez mais adentrando o setor público brasileiro sinalizando a desestruturação e precarização das relações de trabalho no interior do Estado.

Tabela 8

DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS NO SETOR PÚBLICO POR ESFERAS E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, REGIÕES METROPOLITANAS AGREGADAS, 1992 – 2005

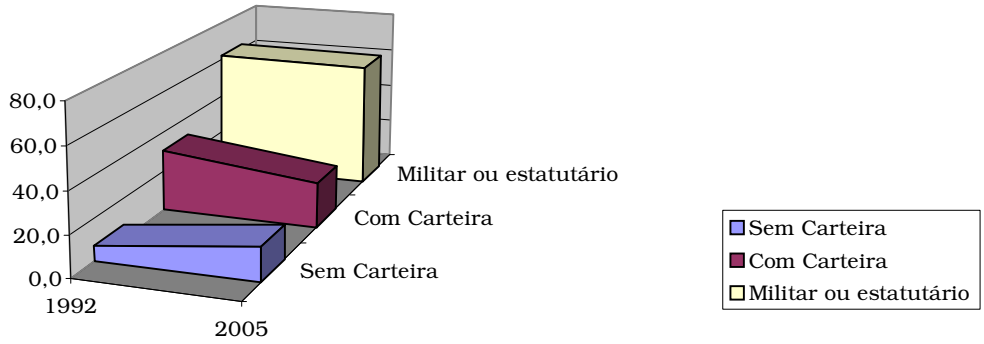
Posição na Ocupação	1992			
	Federal	Estadual	Municipal	Total
Emprego formal	30,4	28,0	36,7	30,7
Emprego não formal	4,1	8,4	8,1	7,1
Militar ou estatutário	65,5	63,6	55,2	62,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Posição na Ocupação	2005			
	Federal	Estadual	Municipal	Total
Emprego formal	25,4	18,7	23,0	21,9
Emprego não formal	10,4	16,5	20,8	16,4
Militar ou estatutário	64,3	64,7	56,1	61,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD-IBGE 1992 e 2005. Elaboração Própria.

É notável que a presença de funcionários não-formais mais que dobrou ao longo desses anos: em 2005 já eram 16,4%, ao passo que em 1992 cerca de 7,1%. Esse conjunto de dados permite-nos inferir que o crescimento do emprego público metropolitano verificado no período (15,2% de 1992 a 2005), ocorreu de maneira mais acentuada no âmbito municipal (incremento de 70,1%) e, principalmente, entre os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada (340%). Ou seja, o saldo do emprego público em 2005 apresentou uma composição diferenciada no que tange as esferas de governo e os tipos de ocupação: os empregos que se renovaram foram os municipais - que percebem os menores rendimentos médios entre as esferas - e deram-se em grande medida por meio de vínculos precários de contratação. Nesse último ano, 20,8% dos trabalhadores estabelecidos nos municípios estavam sem carteira de trabalho (em 1992 eram 8,1%); enquanto que União e Estados possuíam, respectivamente, 10,4% e 16,5% de funcionários nessa posição

Por outro lado, os trabalhadores contratados pela CLT, isto é, os "com carteira" perderam participações em todas as instâncias de governo (no geral, de 30,7% em 92 para 21,9% em 2005). Também entre as ocupações que melhor representam as características tradicionais de um típico servidor, tendo em vista que o vinculo é estabelecido pelo RJU, constata-se queda no percentual de servidores: se em 1992, 62,2% eram estatutários ou militares, em 2005 eles representavam 61,7%. Mesmo com isso é possível notar o elevado grau de formalização – presença de trabalhadores com carteira assinada e estatutários e militares - no setor público (era de 92,9% em 1992 e caiu para 83,6% em 2005). Isto porque, a despeito das mudanças que favorecem a flexibilização no tipo de contratação, o setor público ainda mantém um caráter majoritariamente formal. Até quando não se sabe já que é comum a existência de propostas visando trazer formas privadas de contratação e gerenciamento do quadro de funcionários públicos.

Quadro 2
Distribuição dos ocupados no setor público
segundo posição na ocupação
RMA, 1992-2005



4. PERFIL DOS OCUPADOS NO SETOR PÚBLICO METROPOLITANO

Algumas informações referentes aos atributos pessoais dos funcionários servem como balizadores do tipo de inserção ocorrida na esfera pública. A ampliação do emprego público permitiu uma melhor seletividade de sua mão-de-obra no que se refere ao *grau de instrução*.Vale destacar, inicialmente, que os dados do emprego público metropolitano apresentaram um setor com elevado grau de escolaridade. É nesse sentido que, em 2005, 34,8% dos funcionários estiveram por mais de 15 anos nas escolas (eram 27,5% em 92) e cerca de 45,4% dos empregados possuíam de 11 a 14 anos de estudo (36% em 1992). Todavia, é preciso considerar que houve nos últimos anos uma melhora geral nos indicadores de escolaridade para a população como um todo. Ademais, o próprio caráter das atribuições no setor público exige escolaridade mais elevada, sugerindo maior qualificação do serviço público.

A melhora no nível de instrução é constatada também pelas quedas na participação dos que possuíam baixa escolaridade: observou-se reduções de –43,5% dos que dedicaram apenas de 1 a 7 anos às escolas e –29,8% dos que permaneceram entre 8 e 10 anos. Esses movimentos permitiram uma melhora geral nos níveis de escolaridade, entre 1992 e 2005. A partir do corte por *esferas de governo* é possível visualizar algumas diferenças interessantes. No âmbito do emprego *federal* o destaque fica por conta do elevado grau de instrução dos trabalhadores que, ainda assim, alcançou melhoras significativas no período estudado. Para o conjunto metropolitano, apenas 3,5% dos funcionários possuíam até 7 anos de estudo (eles eram 11,5% em 1992). Diametralmente, evidenciou-se também a grande participação dos que possuíam o maior grau de escolaridade: 44% tinham mais de 15 anos de estudo em 2005 (eram 32,5% em 92). Com base nessa perspectiva, fica claro que o emprego federal trás em seu bojo um corpo de trabalhadores altamente qualificado.

Tabela 9

DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS NO SETOR PÚBLICO SEGUNDO ANOS DE ESTUDO REGIÕES METROPOLITANAS AGREGADAS, 1992 – 2005

Faixas de Anos de Estudo	1992			
	Federal	Estadual	Municipal	Total
De 1 a 7 anos	11,5	18,5	37,1	20,6
De 8 a 10 anos	17,6	15,6	14,3	15,9
De 11 a 14 anos	38,5	37,9	29,0	36,0
15 anos e mais	32,5	28,0	19,6	27,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Faixas de Anos de Estudo	2005			
	Federal	Estadual	Municipal	Total
De 1 a 7 anos	3,5	7,3	18,3	10,1
De 8 a 10 anos	8,8	9,0	11,2	9,7
De 11 a 14 anos	43,6	46,7	45,0	45,4
15 anos e mais	44,0	36,9	25,5	34,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD-IBGE 1992 e 2005. Elaboração Própria.

No âmbito estadual, nota-se que o emprego público metropolitano permanece possuindo um elevado grau de instrução entre os seus funcionários, contudo, as participações já se mostram inferiores às verificadas no âmbito da União. Contudo, é na instância municipal que se percebe os piores indicadores de escolaridade do setor público – ainda que tenha sofrido melhoras no seu corpo técnico ao longo da década. Pode-se comprovar essa informação de duas maneiras: em primeiro lugar, observando-se a elevada participação de funcionários com baixo nível de escolaridade – quase 18,1% ainda possuíam de 1 a 7 anos de estudo em 2005; esse patamar chegou a ser da ordem de 37,1% em 1992. A outra forma é notando que, mesmo em 2005, a presença de trabalhadores com mais de 15 anos de estudo é menor nos municípios do que nas outras esferas (quase 25,5% quando a média nacional é 34,8%).

O atributo da faixa etária é importante para o estudo do perfil dos ocupados pois permite uma *proxy* da "qualificação indireta", ou seja, aquela obtida por meio da experiência do trabalhador ao longo sua vida no mercado de trabalho. Dessa forma, verificou-se que cerca de 67% dos ocupados possuíam de 25 a 49 anos de idade em 2005 (eram 73,5% em 92). A despeito de ser um elevado percentual deve-se considerar que aí se concentra o pessoal no ápice de sua maturidade produtiva. Interessa notar a expansão de trabalhadores na faixa dos 50 anos de idade ou mais - de 13,7% em 1992, para 21,9% em 2005. Isso talvez indique a maior permanência desses trabalhadores no emprego - o que é razoável de se verificar em virtude da estabilidade promovida pelo setor público.

No quesito perfil etário o setor público assume características gerais, mesmo entre as distintas esferas de governo, não aparentando grandes diferenças entre elas. Nesse sentido é possível inferir que, além da maior permanência do pessoal maduro, houve perdas absolutas do pessoal relativamente mais jovem (com menos de 49 anos) na União e nos estados. Os municípios, por sua vez, demandaram um maior número de funcionários e com isso ampliaram as participações, tanto de trabalhadores com mais idade (entre 92 e 2005, o incremento foi 162,1% para os que possuíam mais de 50 anos de idade) como também permitiram o acesso dos mais jovens (incremento de 49,6% para os que tinham de 18 a 24 anos).

Tabela 10

DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS NO SETOR PÚBLICO SEGUNDO FAIXA ETÁRIA

REGIÕES METROPOLITANAS AGREGADAS, 1992 – 2005

Faixa Etária	1992			
	Federal	Estadual	Municipal	Total
De 10 a 17 anos	1,7	1,0	0,9	1,2
De 18 a 24 anos	15,3	9,8	10,4	11,6
De 25 a 49 anos	71,6	74,6	73,7	73,5
50 anos e mais	11,4	14,5	15,0	13,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Faixa Etária	2005			
	Federal	Estadual	Municipal	Total
De 10 a 17 anos	1,1	0,9	0,8	0,9
De 18 a 24 anos	15,8	7,6	9,1	10,2
De 25 a 49 anos	62,3	69,7	67,2	67,0
50 anos e mais	20,8	21,8	22,8	21,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD-IBGE 1992 e 2005. Elaboração Própria.

Nos dados da tabela 11 os indicadores referentes ao *tempo de serviço* corroboram a idéia da presença de um núcleo de trabalhadores estáveis no setor público. Tanto em 1992 como em 2005 mais de 63,6% dos ocupados possuíam acima de 5 anos de trabalho. De forma geral, essas participações não se alteraram entre o período de estudo. As singularidades das observações ficam mesmo por conta da desagregação segundo esferas de governo. Isso por que é possível notar que existe um maior percentual de trabalhadores estáveis na União e nos estados; ainda que a União tenha perdido participação justamente entre o pessoal com mais tempo de trabalho (eram 72% em 92 e foram para 63,7% em 2005).

Os municípios, por sua vez, ampliaram o número absoluto de trabalhadores com mais de 5 anos de trabalho, em 68,9% - ainda que esse incremento não apareça em termos relativos. O destaque fica pelo aumento considerável entre os que possuíam menos de 1 ano de trabalho (130,7%): esses incrementos foram certamente motivados pela expansão das contratações nessa área de governo. Embora em uma menor magnitude, tanto a União (18,5%) quanto os estados (35,5%) tiveram incrementos nas contratações em menos de 1 ano.

Tabela 11

DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS NO SETOR PÚBLICO SEGUNDO TEMPO DE SERVIÇO, REGIÕES METROPOLITANAS AGREGADAS, 1992 – 2005

Faixas de Tempo de Serviço	1992			
	Federal	Estadual	Municipal	Total
Menos de 1 ano	9,7	8,1	10,9	9,2
De 1 a 3 anos	8,9	12,4	19,6	13,0
De 3 a 5 anos	9,4	11,9	12,5	11,3
Mais de 5 anos	72,0	67,6	57,0	66,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Faixas de Tempo de Serviço	2005			
	Federal	Estadual	Municipal	Total
Menos de 1 ano	12,0	10,8	14,5	12,3
De 1 a 3 anos	14,8	10,2	17,0	13,6
De 3 a 5 anos	9,6	9,2	12,6	10,4
Mais de 5 anos	63,7	69,9	55,9	63,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD-IBGE 1992 e 2005. Elaboração Própria.

E finalmente, o indicador que revela considerações interessantes ao ser desmembrado segundo as instâncias de governo é o gênero. Inicialmente, uma observação mais geral demonstra que houve uma inversão na composição do emprego com base nesse atributo: em 2005, 53,3% do emprego público metropolitano era composto por mulheres (46,7% de homens); já em 1992, elas representavam cerca de 46,8% (53,2% deles). Isso significou um acesso bem maior de mulheres ao setor público - o acréscimo verificado foi da ordem de 31,3% no período.

No âmbito da *União* fica clara a maior incidência de funcionários do sexo masculino (61,6% em 2005 e 65,8% em 1992) frente ao feminino (38,4% em 2005 e 34,2% em 1992) – numa proporção de quase dois homens para cada mulher. Logo, o ambiente do emprego federal é marcado, majoritariamente, pela participação masculina. O que desperta nossa atenção é que justamente na instância municipal essa proporcionalidade se apresenta de maneira inversa: ou seja, há uma incidência muito maior de mulheres (64,1% em 2005 e 56,5% em 1992) frente aos homens (35,9% em 2005 e 43,5% em 1992).

Tabela 12

DISTRIBUIÇÃO DOS OCUPADOS NO SETOR PÚBLICO SEGUNDO SEXO,

REGIÕES METROPOLITANAS AGREGADAS, 1992 – 2005

Sexo	1992			
	Federal	Estadual	Municipal	Total
Masculino	65,8	49,8	43,5	53,2
Feminino	34,2	50,2	56,5	46,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Sexo	2005			
	Federal	Estadual	Municipal	Total
Masculino	61,6	46,6	35,9	46,7
Feminino	38,4	53,4	64,1	53,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD-IBGE 1992 e 2005. Elaboração Própria.

É claro que essa relação tem como origem a maior presença de mulheres nos segmentos de saúde e educação - que possuem peso significativo para o emprego municipal (onde as mulheres representam 75,6% e 81,4%, respectivamente). Contudo, deve-se estar atento ao fato de que esse estudo vem demonstrando traços de uma maior precariedade no emprego municipal, tendo em vista a escolaridade relativamente menor dos funcionários, a grande incidência de trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e, ainda, os menores níveis de remuneração para essa esfera de governo. Esse conjunto de informações permite associar esses traços mais precários com a própria presença feminina – o que justificaria o aprofundamento desse estudo, ainda que não seja o escopo desse artigo. Já na área estadual, a distribuição entre homens e mulheres apresenta-se muito próxima, ainda que haja uma maior incidência de trabalhadores do sexo feminino (53,4% em 2005 e 50,2% em 1992) do que do sexo masculino (46,6% em 2005 e 49,8% em 1992).

5. COMENTÁRIOS FINAIS

O que se pretende enfatizar nesse artigo é que, a despeito da trajetória de ampliação do emprego público ao longo das últimas décadas, nos anos 90 ocorreram mudanças significativas nas relações de trabalho e na distribuição desse emprego. É importante frisar, do mesmo modo, que se verificou uma terceirização de funções na administração pública nas atividades relacionadas em particular nas esferas dos municípios. A importância da questão federativa na órbita do emprego público é que ao se optar por fazer uma maior transferência de competências e atribuições para as esferas subnacionais tem-se notado uma alteração do perfil desses servidores em relação aos trabalhadores federais.

Em relação ao emprego público federal encontra-se principalmente na esfera municipal um perfil de trabalhadores menos escolarizados, com o maior predomínio de mulheres e que percebem menores rendimentos. A informação mais importante se refere à forma de inserção nesse mercado, que em tese deveria ser considerado formalizado. É crescente o número de contratações mais precárias como sem a adoção de carteira de trabalho assinada! Em 2005, eles representavam 20,8% das ocupações públicas nos municípios, 16,5% nos Estados e 10,4% da União.

Portanto, ainda que algumas visões do federalismo fiscal acreditem que a melhor alocação dos serviços públicos deva ocorrer cada vez mais próxima da comunidade demandante, e que isso justifique o movimento de descentralização, é preciso estar atento à qualidade dos serviços oferecidos bem como o nível dos trabalhadores inseridos nesse processo. Até mesmo por que já existe um amplo debate sobre os limites que devem ter o avanço desse movimento de descentralização. E mais do que um tema federativo, as perguntas que essas colocações ensejam tratam das possibilidades propostas pelo Estado visando promover um crescimento sustentado para a economia, com reflexos positivos para o mercado de trabalho público e privado.

6. REFERÊNCIAS

AGUIRRE, B. Questão Federativa no Brasil: um estado das artes da teori. Revista de Economia Política, vol 17, nº02. 1997.

BORGES, A. M. C. Reforma do Estado, Emprego Público e a Precarização do Mercado de Trabalho. Caderno CRH, n.41. Maio/ago 2004.

BRUM, A. J. Desenvolvimento Econômico Brasileiro. Ed. UNIJUÍ: Rio Grande do Sul. 1999.

BUCHANAN, J e TULLOCK, G. El calculo del consenso – fundamentos lógicos de la democracia constitucional. Espanha, 1993.

BUSSAB, W. de O. e MORETTIN, P. A. Estatística Básica. Ed: Saraiva: São Paulo, 2004.

CARNEIRO, F. e ROCHA, C. H. Reforma do Setor Público na América Latina: uma perspectiva comparada. In: PINHEIRO, A. C. e FUKASAKU, K. Privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública. BNDES: Rio de Janeiro. Fev. 2000.

CARNEIRO, R. Desenvolvimento em Crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora Unesp, IE - Unicamp, 2002.

CARVALHO FILHO, E. D. P. Evolução do Emprego Público no Brasil nos Anos 90. IE/Unicamp. Campinas, SP: 2002. [Tese de Doutorado].

CERQUEIRA, A. C. O Novo Perfil dos Ocupados a Indústria Automotiva Paulista na Década de 90. IE/Unicamp. Campinas, SP: 2003. [Dissertação de Mestrado].

CERQUEIRA, A. C. Transformações no Emprego Público Brasileiro. Relatório de Pesquisa DIEESE/CESIT/CNPq: Campinas, SP: 2004.

CERQUEIRA, A. C. Ocupações e Rendimentos no Setor Público Brasileiro. Relatório de Pesquisa DIEESE/CESIT/CNPq: Campinas, SP: 2005.

DAIN, S e SOARES, L. T. Reforma do Estado e Políticas Públicas: relações Intergovernamentais e descentralização desde 1988. In: OLIVEIRA, M. A. Reforma do Estado e Políticas de Emprego no Brasil. Campinas, SP. UNICAMP/IE: 1998. pp. 31-72

DEDECCA, C. S. Emprego Público e Trabalho no Brasil. Campinas, SP. UNICAMP/IE: 2003. [mimeo].

FUNDAP. Economia do Setor Público. Relatório de Pesquisa. São Paulo: 1997.

HENRIQUE, W. Crise Econômica e Ajuste Social no Brasil. In: OLIVEIRA, M. A. Reforma do Estado e Políticas de Emprego no Brasil. Campinas, SP. UNICAMP/IE: 1998. pp.73-108.

INDETEC 1996. Federalismo Fiscal:conceptos, princípios y teoria.

INFORME 1994. Descentralizacion Fiscal: la busqueda de equidad y eficiência. Washington, 1994.

MAGALHÃES, O. R. de; Desestatização. Subsídios para a Reforma do Estado, vol 5. Rio de Janeiro: IBAN, 1994.

MUSGRAVE, R e MUSGRAVE, P. Finanças Públicas: teoria e prática. Ed Campus, SP, 1980.

MUSGRAVE, R e MUSGRAVE, P. Federalsimo: funciones, distribuiciónm de la renta, subvenciones e imposición por niveles de gobierno. INDETEC, nº 50. 1995

OATES, W. Studies in Fiscal Federalism. England/USA. 1991.

OLIVEIRA, M. A. Reforma do Estado e Políticas de Emprego no Brasil. Campinas, SP. UNICAMP/IE: 1998.

PEREIRA, L. C. B.; WILHEIM, J.; SOLA, L. Sociedade e Estado em Transformação. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP. 1999.

PINHEIRO, A. C. e GIAMBIAG, F. Os Antecedentes Macroeconômicos e a Estrutura Institucional da Privatização no Brasil. In: PINHEIRO, A. C. e FUKASAKU, K. Privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública. BNDES: Rio de Janeiro. Fev. 2000.

PINHEIRO, A. C. e FUKASAKU, K. Privatização no Brasil: o caso dos serviços de utilidade pública. BNDES: Rio de Janeiro. Fev. 2000.

PINHEIRO, I. A. O Estado e os Governos Saem de Cena... Será? Revista de Administração Municipal IBAM. Ano 45, n°224(23). Mar./abr 2000.

PRADO, S. R. R. Intervenção Estatal, Privatização e Fiscalidade: um estudo sobre a constituição e crise do setor produtivo estatal no Brasil e os processos de privatização a nível mundial. IE/Unicamp. Campinas: 1994. [Tese de Doutorado].

PRADO, S. R. R. Duas Décadas de Privatização: um balanço crítico. *Economia e Sociedade*, Campinas: UNICAMP. IE, n. 10, p. 39-79, jun., 1998.

SANTOS, R. S. e RIBEIRO, E. M. A Administração Política Brasileira. Revista de Administração Pública. FGV: Rio de Janeiro. Vol.27. pp.102-135. out./dez. 1993.

SANTOS, S. C. e RAMOS, C. A. A Dinâmica do Mercado de Trabalho no Setor Público. Relatório Anual sobre o Desempenho do Setor Público. FINEP/FUNDAP. Setembro 1988.

SILVA, H. E. da; Concessão de Serviços Públicos no Brasil. Subsídios para a Reforma do Estado, vol 2. Rio de Janeiro: IBAN, 1994.

SOARES, A. R. Formação Histórica e Papel do Setor Estatal da Economia Brasileira [1930-1989]. São Paulo: Lume, 1991.

SOUZA E SILVA, C. E. Transformações nas Formas de Controle sobre as Empresas Estatais: uma contribuição ao debate sobre a reforma do Estado. Relatório de Pesquisa. Fundação do Desenvolvimento Administrativo: São Paulo. Dezembro 1994.

SUNKEL, O. Globalização, Neoliberalismo e a Reforma do Estado.In: PEREIRA, L. C. B.; WILHEIM, J.; SOLA, L. Sociedade e Estado em Transformação. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP. 1999.

WAHRLICH, B. A Reforma Administrativa no Brasil: experiência anterior, situação atual e perspectivas. Revista de Administração Pública. FGV: Rio de Janeiro. Vol.18. pp.49-59. jan./mar. 1984.

VELASCO Jr., L. A Economia Política das Políticas Públicas: as privatizações e a reforma do Estado. Textos para Discussão do BNDES. Rio de Janeiro, maio 1997.

O ESPAÇO SOCIOOCUPACIONAL DO SERVIÇO SOCIAL COMO ESPECIALIZAÇÃO PROFISSIONAL NA DIVISÃO SOCIAL E TÉCNICA DO TRABALHO

*Rosa Lúcia Prédes Trindade**

RESUMO

O artigo aborda a inserção da profissão de Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, através de sua participação na efetivação de serviços sociais desde a consolidação do capitalismo monopolista. Trata-se de um estudo bibliográfico que pretende subsidiar o entendimento sobre as demarcações históricas do espaço ocupacional do Serviço Social e a sua contribuição para o processo de reprodução social.

Palavras-chave: trabalho profissional; espaço socioocupacional; Serviço Social.

* Assistente Social, Drª em Serviço Social pela UFRJ, Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais. rosapredes@uol.com.br

No âmbito do mercado de trabalho, o desempenho de atividades e atribuições profissionais assenta-se sobre a existência de demandas de intervenção social, para cujo atendimento institucional são convocados profissionais de várias especialidades, dentre os quais os assistentes sociais. A essas demandas de intervenção social correspondem necessidades sociais que se configuram a partir das diversas manifestações da *questão social*. Portanto, essa questão constitui a base da fundação do Serviço Social, visto que é sobre as suas seqüelas que se organizam as diversas formas de intervenção social, das quais o Serviço Social participa. E mais, sendo uma profissão institucionalizada, reconhecida e legitimada, o Serviço Social está inserido na *divisão social do trabalho*, como profissão especializada[1], desempenhando, originalmente, atividades vinculadas à execução terminal de políticas sociais[2] (Netto, 1991).
A condição de profissão especializada vincula o mercado de trabalho do Serviço Social (e seus campos de atuação profissional) ao processo de desenvolvimento da divisão do trabalho, no capitalismo. Isto significa atribuir uma determinação histórica à origem e ao processo de desenvolvimento do Serviço Social, pois o movimento de alargamento e complexificação da divisão do trabalho, particularmente no capitalismo monopolista, define as origens do espaço sócio-ocupacional do Serviço Social. Os desdobramentos econômico-sociais da divisão do trabalho põem as necessidades socais geradoras das demandas de intervenção social, que ao se concretizarem - através das políticas sociais - conformam a base sócio-ocupacional do Serviço Social. Daí o imbricamento entre profissão e divisão do trabalho.

1.1 Complexificação da divisão do trabalho e incremento do setor de serviços, a partir do capitalismo monopolista

A constituição da divisão do trabalho implica a complexificação histórica da reprodução social dos homens. Trata-se de um processo iniciado pelas relações de troca entre diferentes comunidades que, ao se intensificarem, geraram uma divisão de trabalho que as diferenciaram por ramo de produção. Algumas comunidades passaram, então, a assumir a produção de determinados bens, a serem trocados no mercado, onde também estão disponíveis produtos de outras comunidades. Assim, estreitam-se os laços de interdependência entre as comunidades, que assumem cada um dos diversos ramos de produção. Ao mesmo tempo, configuram-se especializações de tarefas e uma divisão do trabalho, necessárias à produção de bens que venham garantir a subsistência dessas comunidades. O desenvolvimento desse tipo de divisão do trabalho desencadeou a separação entre cidade e campo, entre trabalho manual e trabalho intelectual, além de originar a propriedade privada e a diferenciação da sociedade em classes[3].
Dessa forma, constitui-se uma *divisão social do trabalho*, que comporta todas as diferentes formas úteis de trabalho, envolvendo a divisão necessária entre ofícios, ocupações e/ou especialidades produtivas, já que o homem individualizado não poderia produzir tudo o que precisa. No capitalismo, esta forma de divisão do trabalho adquire determinações mais complexas, pois as necessidades materiais e sociais, geradas no

[1] Tese defendida por Iamamoto em vários de seus trabalhos, desde o realizado em 1985 até o mais recente, 1998.
[2] Nos tempos atuais essa formulação continua válida, embora seja necessário demarcar que "verifica-se hoje a diversificação da demanda desse profissional [assistente social] para mais além da linha executiva, abrangendo *pesquisas, planejamentos, assessorias e consultorias, capacitação, treinamentos, gerenciamento de recursos e projetos*. Crescem os trabalhos em *parcerias interinstitucionais e em equipes multidisciplinares*." (Iamamoto, 1998, p.265).
[3] A respeito do desenvolvimento histórico da divisão do trabalho, Cf. Marx (1984, p.16-20 e 64-79).

processo de reprodução social, impulsionam a diversificação de atividades que possam atender a essas necessidades, cada vez mais complexas. Especialmente a partir da *Revolução Industrial* (com a implantação da grande indústria) a divisão do trabalho tem sua ampliação cada vez mais necessária, tanto a *divisão social*, quanto a *divisão técnica*. Iniciada na fase manufatureira do capitalismo, a *divisão técnica do trabalho* aprofunda a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, fragmentando o processo de produção.

Esta última comporta uma especialização da produção coletiva, na qual cada trabalhador torna-se um componente do *trabalho coletivo*. Marx (1996, p.439), denota que o ponto de partida da produção capitalista é a reunião de um número cada vez maior de trabalhadores, ao mesmo tempo e num mesmo lugar, voltados à produção da mesma espécie de mercadorias, sob o comando do mesmo capitalista. A esta "forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, chama-se cooperação." (*id*, p.442). Através dessa cooperação[4], é possível pôr em movimento um trabalho social médio, que é muito mais do que a soma de forças produtivas individuais. Trata-se da criação de uma força produtiva que é uma "força de massas", uma nova força capaz de incrementar o processo de valorização do capital[5]. Assim, cada trabalhador passa a executar uma operação parcial, de um conjunto de operações que são executadas em simultaneidade, cujo resultado é o produto social do *trabalho coletivo*.

O processo de consolidação do capitalismo implica não somente o desenvolvimento (quantitativo e qualitativo) da produção de bens materiais como também a complexificação das relações sociais que se estabelecem entre os homens, no interior dos processos produtivos. Isso porque o processo de produção e reprodução social não se refere apenas à reprodução material em sentido amplo (produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias). É um processo que envolve a reprodução das forças produtivas e das relações de produção, o que também engloba a reprodução das formas de consciência social (jurídicas, religiosas, artísticas ou filosóficas). Trata-se de reprodução material e espiritual, reprodução da totalidade do processo social, uma totalidade concreta em movimento, na qual a reprodução das relações sociais atinge a totalidade da vida cotidiana, expressando-se nas várias esferas das atividades humanas. (Iamamoto e Carvalho, 1985, p.72).

O desenvolvimento histórico da divisão capitalista do trabalho cria novas necessidades sociais, transforma as relações sociais, afetando os modos de vida e trabalho em toda a sociedade. Por exemplo, as determinações do processo de produção impõem um controle sobre o trabalhador (efetivado através das diversas formas de gestão da força de trabalho) que vai além de suas tarefas produtivas,

> "sendo complementado por instituições sociais que, em nome do capital, contribuem para o estabelecimento de meios de tutela e normatização da vida do trabalhador, socializando-o de modo a adaptá-lo à disciplina e aos métodos de trabalho requeridos pela organização industrial". (Iamamoto, 1992, p.74).

Assim, gradualmente, as atividades humanas deixam de se restringir à troca orgânica com a natureza, e passam, também, a envolver práticas relativas às necessidades que se colocam no campo da normatização e controle das relações sociais. A produção se

[4] Marx (1996, p.450) esclarece que se trata de uma cooperação capitalista, diferenciada da cooperação simples, desenvolvida quando ainda não havia a propriedade privada.

[5] Cf. Marx (1996, p.441-2) sobre os processos que permitem o aumento da valorização a partir do *trabalho coletivo*, como, por exemplo, a economia dos meios de produção.

complexifica e comporta não só as atividades diretamente vinculadas à produção de bens materiais, como algumas que não participam diretamente desse processo. Com o desenvolvimento das forças produtivas e a complexificação das relações sociais, as necessidades socais se multiplicam e se tornam cada vez mais sofisticadas. As atividades voltadas à produção material se articulam, cada vez mais, àquelas voltadas à regulação das relações sociais, ambas simultaneamente necessárias à reprodução material e social dos homens. Como a divisão do trabalho é constituída a partir do desenvolvimento das atividades humanas necessárias à reprodução social, nela, encontramos o imbricamento entre as atividades diretamente vinculadas à troca orgânica entre os homens e a natureza e aquelas que procuram incidir sobre os comportamentos sociais.

Segundo Mandel (1982, p.269-70), com a crescente socialização objetiva do trabalho, no capitalismo, a progressiva divisão do trabalho é acompanhada de uma tendência à ampliação de "funções intermediárias"[6], tais como: comércio, transporte e serviços em geral. Estas funções crescem porque uma crescente divisão do trabalho se combina com uma socialização crescente e objetiva do trabalho, acompanhada de uma centralização crescente do capital. Na medida em que ocorre a separação entre atividades produtivas antes unificadas, a ampliação dessas funções intermediárias torna-se indispensável, tendendo a uma independência crescente das mesmas. Assim, com a generalização da produção de mercadorias e o incremento da divisão do trabalho, tais funções precisam ser sistematizadas e racionalizadas, para assegurar produção e venda contínuas das mercadorias.

Antes do capitalismo monopolista, no período de livre concorrência, a penetração do capital nas "esferas intermediárias" ocorria, predominantemente, no processo de circulação. No período dos monopólios, ocorre uma crescente penetração do processo de capitalização nos "setores intermediários", pois

> "(...) longe de representar uma sociedade pós-industrial, o capitalismo tardio constitui uma *industrialização generalizada universal* pela primeira vez na história. A mecanização, a padronização, a super-especialização e a fragmentação do trabalho, que no passado determinaram apenas o reino da produção de mercadorias na indústria propriamente dita, penetram agora todos os setores da vida social. Uma das características do capitalismo tardio é que a agricultura está se tornando gradualmente tão industrializada quanto a própria industria, a esfera da circulação tanto quanto a esfera da produção, o lazer tanto quanto a organização do trabalho. A industrialização da esfera da reprodução constitui o ápice desse processo." (Mandel, *ibid*, p.272).

Na fase monopolista do capitalismo, a ampliação desses setores intermediários e sua capitalização progressiva podem ser observadas através da significativa expansão dos serviços. Em conseqüência, crescem as atividades desempenhadas por trabalhadores não diretamente envolvidos na produção, havendo uma expansão do trabalho nos escritórios. Além da complexificação do trabalho nos escritórios das fábricas[7], ocorre a sua extensão para além da esfera produtiva, principalmente nas esferas de circulação e consumo. As atividades subsidiárias e complementares do processo produtivo, que com o advento da empresa moderna funcionavam no interior da fábrica, passam a constituir

---

[6] Intermediárias em relação à produção inicial e ao consumo final dos produtos, derivadas da transformação das atividades produtivas, que se antes se desenvolvem de forma unificada, passam a compor atividades independentes para cada fase do processo produtivo. Daí a necessidade de funções intermediárias desempenhadas pelo comércio, transporte e serviços em geral, por exemplo, que articulam o processo produtivo. Cf. Mandel (1982, p.269-70).

[7] Estamos falando, por exemplo, do alargamento das funções daqueles que trabalham nos escritórios, a partir da formação dos grupos de profissionais responsáveis pela gestão e controle do processo produtivo, nos moldes da gerência científica. Cf. Braverman (1987, p.259-268, p.276-300).

empresas voltadas apenas para essas atividades. São empresas que operacionalizam serviços (de venda, de armazenamento, financeiros, publicitários, dentre outros) e que constituem um exemplo de como o capital incorpora as atividades de serviços ao seu processo de valorização. Conforme Braverman (1987, p.239),

"Na fase do capitalismo monopolista, o primeiro passo na criação do mercado universal é a conquista de toda a produção de bens sob forma de mercadoria; o segundo passo é a conquista de uma gama crescente de serviços e sua conversão em mercadorias; e o terceiro é um "ciclo de produto", que inventa novos produtos e serviços, alguns dos quais tornam-se indispensáveis à medida que as condições da vida moderna mudam para destruir alternativas."

Na sociedade contemporânea, os serviços se expandem mais ainda, com o incremento das atividades ligadas à saúde, ensino, pesquisa e administração, por exemplo. Especialmente a partir da década de 70, a esfera dos serviços torna-se uma fronteira móvel, passível de redefinições, de acordo com as necessidades do processo de acumulação. Segundo Costa (1998_2, p.98-9), as mudanças no processo de produção mobilizam novas formas de combinação entre o trabalho dos assalariados dos serviços e daqueles inseridos na produção material, originando uma nova composição do trabalhador coletivo e novas formas de cooperação. Assim, atualmente, novas atividades do setor de serviços estão combinadas com serviços tradicionais e com as novas formas de produção material*.

Costa (*ibid*, p.101) destaca que esse processo de transição não constitui uma mera evolução, já que tais mudanças atrelam-se "ao desenvolvimento das forças produtivas e ao processo de constituição de novas necessidades coletivas", sobre as quais incidem o interesse do capital, no sentido de transformar as suas formas de atendimento em atividades lucrativas. Dessa forma, as fronteiras entre produção de mercadorias e produção de serviços ficam cada vez mais indeterminadas, visto que eles adquirem mais significado na esfera da circulação do capital. Por isso, a expansão dos serviços determina e é determinada pelo alargamento da *divisão social e técnica do trabalho*.

Mandel (*Ibid*, p.272-3) apresenta duas explicações para esse processo de expansão dos serviços. Em primeiro lugar, ele destaca que o aumento do capital excedente no capitalismo monopolista (supercapitalização) impulsiona a desconcentração do capital dos domínios tradicionais da produção de mercadorias, de onde se produz, diretamente, a mais-valia.

"Se o capital gradualmente se acumula em quantidades cada vez maiores, e uma parcela considerável do capital social já não consegue nenhuma valorização, as novas massas de capital penetram cada vez mais em áreas não produtivas, no sentido de que não criam mais-valia. (...) [No entanto a] enorme penetração de capital nas esferas de circulação, dos serviços e da reprodução pode, por sua vez, levar a um aumento da massa de mais-valia" (*ibid*, p.272).

Em segundo lugar, o autor argumenta que a expansão dos serviços também se deve à grande diferenciação do consumo, especialmente por parte dos assalariados e da classe operária. Este seria um pré-requisito complementar àquele referente à disponibilidade de grandes quantidades de capital que não podem valorizar-se estritamente na indústria[8]. (*ibid*, p.273).

[8] Mandel destaca, ainda, as contradições que encerram o processo de expansão do setor de serviços, processo que se apresenta aparentemente homogêneo. Para o autor, este fenômeno reflete a expansão das forças produtivas sócio-técnicas e científicas e o crescimento correspondente das necessidades culturais e civilizadoras, bem como demonstra uma forma antagônica de expansão: ela é uma expansão acompanhada de "uma supercapitalização crescente (dificuldades de valorização do capital), de dificuldades crescentes de realização, de desperdício crescente de valores materiais e de alienação e

Assim, a expansão dos serviços seria, por um lado, o resultado da existência de excedentes de capital, que na fase monopólica geram necessidades de valorização, sendo então investido em áreas até então não-produtivas. Por outro lado, o crescimento do consumo passa a dinamizar um mercado para bens e serviços, especialmente aqueles relativos às necessidades de reprodução dos trabalhadores. Dentre os serviços de consumo, desenvolvem-se os de consumo coletivo, à medida que as necessidades de reprodução transitam do campo das necessidades individuais para o das necessidades coletivas. No capitalismo monopolista, o atendimento dessas necessidades se desloca da esfera das práticas privadas e passam a ser assumidos, principalmente, pelo Estado[9]. Assim, a

" (...) incorporação, pelo capital, das necessidades de reprodução da força de trabalho foi quem determinou a ampliação da oferta mercantil de serviços sociais e que passaram a ser indispensáveis ao processo de reprodução da força de trabalho e do próprio capital" (Costa, 1998_2:106).

Oliveira (1979, p.133) acrescenta que, na sociedade contemporânea, o crescimento da demanda por serviços se deve, também, à necessidade de controle social, decorrente da multiplicação e do aprofundamento das contradições sociais[10]. Isto envolve desde conflitos políticos e choques entre as classes, até conflitos intrafamiliares e enfermidades psicossomáticas e funcionais. Sobre tais contradições são organizados alguns serviços[11] para atuarem no seu controle. Antes do capitalismo monopolista, essa tarefa era assumida diretamente pelas classes dominantes, por meio do exercício do poder, do comando militar, da magistratura e do sacerdócio – atividades que estavam acima da divisão do trabalho.

"No capitalismo monopolista a tendência é profissionalizar estas atividades – criam-se aparelhos burocráticos e organizações econômicas que prestam serviços de controle. E, na medida em que na sociedade capitalista moderna as contradições não são meramente resolvidas ou suprimidas, mas basicamente manipuladas e "absorvidas", é natural que seu controle requeira atividades remuneradas que, em sua aparência, se confundem com o resto da atividade econômica e passam a ocupar uma parcela crescente da população ativa." (*id*,p.135)

A expansão do setor de serviços também põe em discussão a sua qualificação em relação ao processo de valorização do capital, considerando as novas formas de subordinação do trabalho ao capital. Ao nosso ver, esse é um profícuo debate que influi diretamente na definição da participação do Serviço Social nos processos de produção e reprodução social.

---

deformação crescentes dos trabalhadores em sua atividade produtiva e em seu âmbito de consumo." (Mandel, 1982, p.282).

[9] Braverman (1987, p.303 e 308) observa que no capitalismo monopolista concretiza-se a tendência de destruição das antigas formas de cooperação mútua social, comunitária e familiar. À medida que os membros da família, aptos ao trabalho, deixam suas casas em direção aos locais de trabalho, o cuidado com os membros da família (especialmente crianças, doentes, deficientes, idosos) torna-se cada vez mais institucionalizado. Cf. no item 1.2, deste capítulo, nossa abordagem sobre o desenvolvimento das políticas sociais no capitalismo monopolista.

[10] Oliveira (*ibid*) também aponta dois outros fatores: o surgimento de novos tipos de serviços por efeitos de inovações no Secundário e a ampliação do acesso a serviços de camadas antes deles.

[11] Oliveira (*ibid*, p.133) cita alguns dos mecanismos que procuram regular esses conflitos: partidos políticos, sindicatos patronais e de empregados, juntas de conciliação de arbitragem, variados aparelhos policiais, serviços de assistência social, de aconselhamento conjugal, psiquiátrico, estatísticos, de planejamento.

Partimos da discussão marxiana sobre trabalho produtivo e improdutivo (Marx, 1978, p.70-80), na qual o autor demonstra que a condição produtiva do trabalho não reside no conteúdo de seu produto, mas na forma como esse trabalho participa do processo de criação de mais-valia. Portanto, em se tratando dos serviços, sua condição de ser resultado de um trabalho produtivo ou improdutivo não está no seu caráter de produto não-material, o que poderia levar a uma definição de improdutivo. De fato, os serviços não se transformam em produtos separáveis do trabalhador, mas não é isso que define o seu caráter produtivo ou improdutivo, mas a forma de utilização do serviço quando de seu consumo: se o consumo participa ou não de um processo de geração de mais-valia. Assim, para Marx[12], "*serviço* não é, em geral, senão uma expressão para o valor de uso particular do trabalho, na medida em que este não é útil como coisa, mas como atividade." (*id*, p.78).

Logo, os serviços não têm existência como mercadorias autônomas. Eles são úteis como atividade e não como coisas, além de terem um caráter produtivo dependente das condições e relações sociais em que são produzidos. Especialmente os serviços voltados para a reprodução material da força de trabalho, cujo consumo é de caráter individual e/ou coletivo (saúde, educação, transporte etc.), preservam o caráter de uma atividade que materializa um valor de uso. Assim, essas atividades de serviço estão relacionadas ao efeito útil do trabalho, como uma ação que se desenvolve numa relação direta entre produtor e consumidor.

Mesmo quando o serviço é prestado nos moldes capitalistas, preserva-se o valor de uso particular do trabalho útil. Por isso, ainda que adquiram uma expressão mercantil, esses serviços não se configuram, em si, como mercadorias. Em conseqüência, o processo de incorporação dos serviços ao modo de produção capitalista consiste na mercantilização dos efeitos úteis do trabalho em serviços. Compreendemos, então, que a relevância dos serviços no processo de valorização do capital consiste na sua utilidade, isto é, na repercussão que o serviço prestado terá na inserção de seu consumidor na dinâmica produtiva. Enfim, a valorização do serviço não ocorre por sua existência mercantil em si, mas pelos desdobramentos de sua utilidade na reprodução da vida social (Costa, 1998_2, p.99-100).

Assim, o caráter produtivo/improdutivo das atividades de serviços não se define *a priori*, pois depende da forma de sua subsunção às normas de organização da produção capitalista, de sua integração ao *trabalho coletivo*. O que define este caráter não é o tipo de capital envolvido no processo de produção, mas a forma como ele se vincula à divisão do trabalho. O que importa não é a natureza do processo de trabalho ou a utilidade do trabalho para a sociedade, mas o seu papel no modo capitalista de produção. O trabalho é produtivo ou improdutivo, dependendo da forma social que ele assume: se ele produz para satisfação direta da necessidade de um consumidor, ou se do seu produto se extrai valor excedente, gerando lucro[13].

Na passagem do capitalismo concorrencial para sua forma monopolista, a fronteira entre o produtivo e o improdutivo passa a ser móvel e flexível, dependendo da evolução histórica das relações sociais de produção e do progresso da divisão do trabalho. Isto pode ser verificado na mudança de estatuto de funções anteriormente consideradas improdutivas e que são incorporadas às novas estratégias do capital. Na verdade, a realidade atual do capitalismo está permeada pela subordinação do capital industrial e

[12] Não estamos desconsiderando o fato de que Marx não trata dos serviços nos moldes em que eles se desenvolvem e se expandem no capitalismo monopolista, como o fez Mandel (1982). Apesar de Marx não ter conhecido a complexificação histórica da esfera dos serviços, é válida a análise sobre o fato do caráter produtivo dos serviços depender das condições de seu consumo.

[13] Cf. Braverman (1987, p.348-357).

do capital aplicado em serviços aos ditames da valorização crescente do capital. É concreto o fato de que nenhum setor fique fora do alcance dessa valorização, inclusive aquelas atividades que não participam diretamente da produção material, como é o caso dos serviços[14].

A tendência ao imbricamento entre trabalho produtivo e improdutivo aponta novas formas de expressão das contradições da produção do valor e uma profunda recomposição das classes trabalhadoras, especialmente a partir da reestruturação produtiva mais recente. O processo de produção de mercadoria está cada vez mais articulado às atividades não-materiais, ligadas à gestão, ao controle do processo de trabalho, à comunicação e ao "marketing". Essas atividades estão estreitamente inseridas no processo de valorização do capital, o que demonstra como os serviços têm participação cada vez mais decisiva nesse processo, diante das necessidades de reprodução do capital. (Pagotto, 1996, p.93-101).

1.2 Inserção do Serviço Social na *divisão social e técnica do trabalho* e a natureza da atividade profissional

A natureza da atividade profissional do assistente social advém de sua inserção nas estruturas institucionais prestadoras de serviços sociais, que perfazem os aparatos públicos e privados viabilizadores das políticas sociais. Mais precisamente é uma profissão que se desenvolve na esfera dos serviços, particularmente dos serviços sociais, isto é aqueles voltados para o atendimento das necessidades de reprodução (material e ideológica) da força de trabalho. As atividades de serviços estão intrinsecamente articuladas à divisão do trabalho, inclusive porque sua expansão determina e é determinada pelo alargamento da *divisão social e técnica do trabalho*.

Os serviços sociais, em particular, derivam das necessidades de reprodução da força de trabalho, que se caracterizam como necessidades próprias da complexificação dos processos de produção e reprodução social, no capitalismo. A divisão do trabalho se desenvolve justamente no sentido de produzir respostas a estas necessidades, as quais se inserem tanto na esfera econômica quanto na regulação das relações sociais. Assim, a crescente divisão do trabalho produz especializações profissionais voltadas mais diretamente à troca orgânica com a natureza, bem como outras vinculadas à normatização e controle de comportamentos sociais. Isso nos mostra porque o Serviço Social surge como profissão especializada, no interior da *divisão social e técnica do trabalho*, visto que esta não produz apenas profissões ligadas diretamente à troca orgânica com a natureza, sendo necessário o desenvolvimento de profissões que atuem no processo de regulação das relações sociais. Processo que se desenvolve no âmbito das *posições teleológicas secundárias*, que não transformam objetos materiais, mas voltam-se para as transformações das relações entre os homens. Tal diferenciação não elimina a unidade entre trabalho (produção material) e as atividades ligadas à reprodução social.

Assim, como profissão especializada absorvida pelo mercado capitalista de trabalho, o Serviço Social tem seu espaço reservado na *divisão social e técnica do trabalho*. Ainda que o Serviço Social não esteja inscrito, predominantemente, entre as atividades diretamente vinculadas ao processo de criação de produtos e de valor, isso não significa que ele esteja desvinculado da produção social em sentido amplo. Seu exercício

[14] Lojkine (1995, p.230) defende a tese de que, na revolução informacional, a tendência é de aproximação entre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo, inclusive com a possibilidade, embora a longo prazo, mas ainda numa sociedade de classes, de superar a distância entre os que produzem e os que pensam a produção, entre os produtivos e improdutivos.

profissional incide sobre as condições e situação de vida da classe trabalhadora, integrando-o ao processo de criação de condições indispensáveis ao funcionamento da força de trabalho e à extração da mais-valia. Inserido na *divisão social e técnica do trabalho*, o Serviço Social participa, ao lado de outras profissões, da tarefa de implementação de condições necessárias ao processo de reprodução (no seu conjunto), já que a produção social capitalista reproduz as condições materiais de existência e as relações sociais que possibilitam essa produção. (Iamamoto e Carvalho, 1985, p.85-6 e p.30).

A contribuição do Serviço Social ao processo de produção e reprodução da vida social tem efeitos socialmente objetivos e assume características materiais e não-materiais; inserindo-se no processo de reprodução das contradições básicas que conformam a sociedade do capital. Por um lado, o trabalho profissional incide sobre a reprodução da força de trabalho, por meio dos serviços sociais - prestados através de programas de políticas sociais, que incidem sobre as condições de vida (saúde, educação, habitação, alimentação, dentre outras) da população trabalhadora. Estas questões aludem à sobrevivência social e material dos trabalhadores. Por outro lado, o trabalho do assistente social produz efeitos não-materiais, incidentes no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da cultura, que também rebatem na vida dos indivíduos. (*id*, p.67-8). Assim, para definir a forma de participação do Serviço Social no processo de produção social, é necessário delimitar os contornos e especificidades das diversas situações sócio-econômicas, nas quais o trabalho do assistente social está inserido.

No mercado de trabalho, aberto às diversas profissões voltadas à intervenção social, o Serviço Social ocupa um lugar definido, derivando, daí, o seu espaço ocupacional; determinado historicamente, no interior do processo de redefinições constantes da divisão do trabalho. Especialmente a partir do capitalismo monopolista, acontecem diversas iniciativas de intervenção social de caráter estatal, empresarial privado, filantrópico e, mais recentemente, àquelas referentes às organizações não-governamentais (ONGs). Para a consecução dessas práticas sociais é necessária a participação de alguns profissionais, dentre eles o assistente social, na implementação de políticas sociais, seja em seu planejamento, seja na execução direta junto à população.

Hoje, no Brasil, este mercado profissional engloba *instituições estatais* (órgãos federais, estaduais e municipais; compreendendo serviços de assistência social, saúde, previdência, habitação, meio ambiente, saneamento, educação, trabalho, segurança etc.); *empresas privadas* (industriais, financeiras, comerciais e de serviços; de médio e grande porte); *organismos da classe trabalhadora* (como sindicatos, associações comunitárias); *entidades patronais* (como SESI e SENAI), *entidades filantrópicas tradicionais*; *organizações não-governamentais* e *entidades do terceiro setor* (em ambas, com atividades voltadas, por exemplo, à proteção à infância e adolescência, prevenção de Aids, educação social, assistência social, educação de excepcionais, participação popular, dentre outras). (Gentilli, 1998, p.40-4).

De maneira geral, o espaço dos assistentes sociais no mercado de trabalho tem sido ocupado através da execução de projetos e serviços vinculados às políticas sociais, especificamente pela prestação de serviços sociais: conferindo benefícios públicos e privados; prestando ajuda psicossocial; estabelecendo relacionamentos sociais intra e extra institucionais; participando de formas de organização social. Além disso, os profissionais desenvolvem uma gama de atividades que não se caracterizam pelo atendimento direto aos usuários das políticas sociais tais como: atividades de ensino,

pesquisa, planejamento, gestão e assessoria técnica em políticas sociais governamentais e não-governamentais, chefias intermediárias, cargos de comando. (*id*, p.40-4).
Nesses diversos espaços de trabalho, o assistente social tem desempenhado uma gama variada de papéis, funções, atribuições, configurando práticas que envolvem situações e relações sociais vinculadas: às relações de trabalho; à convivência familiar; aos segmentos específicos (idosos, crianças e adolescentes, portadores de deficiência etc.); à organização social e comunitária; aos direitos sociais e humanos, dentre outros. Essas práticas são destinadas ao atendimento de algumas das mais variadas necessidades sociais, sobretudo àquelas próprias dos trabalhadores assalariados – com destaque para os mais pauperizados - e dos excluídos do mercado de trabalho, demarcadas pelo âmbito de atuação das organizações empregadoras dos assistentes sociais. (*id*).

Essa amplitude e diversidade de características do espaço sócio-ocupacional do Serviço Social remetem-nos à discussão sobre a especificidade profissional, isto é, sobre o que seria próprio à profissão, no mercado de trabalho, principalmente quando comparada às outras profissões que lidam com o *social*. Parece-nos coerente afirmar a ausência de especificidade profissional, notadamente quando recorremos aos argumentos de Guerra (1995, p.157), que destaca ser essa uma característica "inerente à razão de ser da profissão". Isto porque a intervenção profissional recai sobre as múltiplas manifestações - heterogêneas e contraditórias – da *questão social*, que estão em movimento e que são enfrentadas através de intervenções sócio-profissionais. Estas são marcadas pelo contexto da fragmentação que a divisão do trabalho opera nos processos de trabalho, colidindo com a exigência de especificidade por parte do profissional.

Se buscarmos a especificidade naquilo que distingue cada profissão (no que impede a invasão do espaço específico de outras profissões) estaremos reforçando a designação de segmentos da realidade aos cuidados de cada uma das *ciências sociais particulares*, e de cada uma das especialidades profissionais. Dessa forma, validaríamos a pulverização da realidade em 'problemáticas sociais' diversificadas e compartimentadas, alvos de estudos e respostas de intervenção social que transformam a totalidade social em 'problemas sociais' pontuais. Essa perspectiva fundamenta a própria lógica de operacionalização das políticas sociais, pautada na segmentação de respostas a micro-realidades independentes. (Montaño, 1998, p.107-17).
Nesta perspectiva, a compartimentação das profissões é vista como um fenômeno natural, sendo designados a cada uma delas objetos parciais de intervenção e, ainda, separando as profissões científicas (limitadas à produção de conhecimento) das profissões técnicas (atuantes diretamente sobre os problemas sociais). Dessa forma, criam-se *campos de saberes especializados*, que não conseguem apreender a totalidade do real. Essa perspectiva parcializadora da realidade, que atribui nichos sociais específicos ao assistente social, ao sociólogo, ao economista etc, pulveriza os campos de conhecimento e separa ciência e técnica. É uma visão de profissão que reforça a subalternidade funcional, própria às formas burocrático-administrativas de enfrentamento das manifestações da *questão social*. Ao Serviço Social caberia atuar na prestação de serviços dirigidos aos setores empobrecidos e carentes da população, com um tipo de investigação social orientada para a ação, contrariamente às demais disciplinas sociais. (*id*).
A busca da especificidade do Serviço Social, nos termos acima referidos, expressa uma visão equivocada, que se baseia na necessidade de encontrar "o que é próprio" do Serviço Social, para que, assim, ele tenha uma razão de ser. Dessa forma, a legitimidade profissional derivaria da definição do objeto, dos objetivos e dos métodos profissionais próprios, deixando-se de considerar o tipo de inserção institucional e o lugar ocupado

pela profissão na *divisão social e técnica do trabalho*. Na verdade, a falta de especificidade não deslegitima o Serviço Social, pois quem lhe confere legitimidade é o cumprimento de uma função sócio-política e econômica e não a delimitação do que lhe é próprio.

Podemos, então, dizer que o Serviço Social é uma profissão especializada, inserida na *divisão social e técnica do trabalho*, mas isso não significa que ela tenha uma especificidade que lhe seja exclusiva. Na *divisão social e técnica do trabalho*, as profissões do *social*, isto é, as que desenvolvem ações de enfrentamento das manifestações da *questão social*, possuem características particulares, mas isso não significa a existência de objetos específicos para cada uma delas. Até porque, se atribuímos espaços e papéis rígidos para a profissão, estaremos desconsiderando o caráter histórico e variável das demandas sociais e profissionais, dificultando, inclusive, a incorporação de novas demandas, de novas áreas e campos de intervenção profissional e a formulação de novas estratégias de intervenção.

Para analisar a delimitação do espaço sócio-ocupacional do Serviço Social - e as relações dos assistentes sociais com os outros profissionais que atuam no *social* - é preciso levar em conta o *trabalho coletivo*, organizado dentro de certas condições sócio-institucionais, cujo resultado é fruto da cooperação do trabalho de profissionais de diferentes formações. A cada profissional não se atribuem objetos específicos, mas um conjunto de situações sociais, econômicas, políticas, culturais (constitutivas da *questão social*), frente às quais desenvolve-se um conjunto de práticas sociais e profissionais voltadas ao seu enfrentamento.

O tratamento marxiano conferido ao *trabalho coletivo* diz respeito à produção de bens materiais, no entanto a cooperação entre várias atividades de produção também está presente na esfera dos serviços. Por exemplo, nos espaços de atuação do Serviço Social (seja em instituições públicas, seja em empresas privadas) desenvolve-se uma cooperação envolvendo a ação de várias profissões, todas elas voltadas para a consecução de uma intervenção social direcionada às variadas manifestações da *questão social*. Assim, a força de trabalho desses profissionais só é aproveitada através da participação dos resultados de suas práticas no conjunto da intervenção social produzida naquela instituição.

Lembremos de Braverman (1987, p.353), que ao analisar a expansão do trabalho nos escritórios, no capitalismo monopolista, mostra-nos como a estrutura do processo de trabalho, própria às atividades diretamente produtivas, também é incorporada pela organização do trabalho nos escritórios. Nestes, o trabalho torna-se cada vez mais especializado, sendo cada vez mais necessário a combinação da atividade de vários trabalhadores, cada um desempenhando tarefas específicas. A figura do funcionário individual, que domina toda a rotina do escritório e que possui o controle sobre todos os processos funcionais que aí se desenvolve, é substituído pelo parcelamento e especialização de variadas atividades.

No caso do Serviço Social, ainda é necessário ponderar que a sua inserção na *divisão social e técnica do trabalho* se concretiza na esfera das atividades de prestação de serviços sociais. Como tal, sua atividade profissional incide sobre um objeto (as diversas manifestações da *questão social*) que não lhe pertence como algo exclusivo, já que ele se configura como um objeto de ação institucional. Essa particularidade sobre o objeto é, ainda, perpassada por algumas determinações postas pelo capitalismo e que se referem tanto à maneira fragmentária de encarar os problemas sociais, quanto à crescente especialização das profissões do *social*. Ou seja, as intervenções sobre esse objeto estão permeadas pelo seu tratamento fragmentado, haja vista a segmentação da questão social em problemáticas sociais específicas (desemprego, fome, doença,

carência habitacional, acidente de trabalho, falta de escola, incapacidade física, dentre outras etc), bem como pela separação positivista das profissões, cada uma responsável por agir sobre partes da realidade.

Portanto, o Serviço Social é uma atividade profissional, demandada socialmente, que só se realiza no interior do *trabalho coletivo*, ou seja, no interior de práticas profissionais organizadas de forma coletiva. Essas profissões são convocadas a agir sobre um objeto, cujas dimensões multifacetadas exigem a combinação da ação de diversas especializações de trabalho. No *trabalho coletivo*, as profissões do *social* contribuem com suas particularidades, o que não significa a definição de nichos exclusivos (especificidades definidas *a priori*) para cada uma delas; mesmo se considerarmos as diferenças entre as profissões. Enfim, definir ou não definir uma especificidade para o Serviço Social parece não ser a questão mais relevante. O importante é compreender o processo de inserção do Serviço Social na *divisão social e técnica do trabalho*, a função que ele desempenha e a sua contribuição para o processo de reprodução das relações sociais, na sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

BRAVERMAN,H. *Trabalho e capital monopolista*. A degradação do trabalho no século XX. 3.ed, Tradução Nathanael Caixeiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987, 379p.

COSTA,M.D. *Os serviços na contemporaneidade: notas sobre o trabalho nos serviços*. In: MOTA,A E.(org). *A nova fábrica de consensos*. Ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, p.97-113, 1998.

GENTILLI,R. *Representações e práticas*: identidade e processo de trabalho no serviço social. São Paulo: Veras, 1998, 223 p.

IAMAMOTO,M.,CARVALHO,R. de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 4.ed., São Paulo: Cortez, 1985, 383 p.

IAMAMOTO,M. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992, p. 17-39, "A Herança conservadora do Serviço Social: atualização e busca de ruptura", p. 87-112, "O Serviço Social na divisão do trabalho".

_____. *O Serviço Social na contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998. 326p.

LOJKINE,J. *A Revolução informacional*. Trad. J.P. Netto. São Paulo: Cortez, 1995, 316p.

MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. Trad. Carlos Matos, Regis Andrade e Dinah Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 416p.

MARX,K.,ENGELS,F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Moraes, 1984. 119p.

_____ *O Capital. Crítica da Economia Política*. V.1, Livro 1, Tomo 1, cap.V, "Processo de trabalho e processo de valorização", p.297-315, cap. XI, "Cooperação", p.439-451) São Paulo: Nova Cultural, 1996. 496 p. (Coleção Os Economistas).

MONTANO,C. O Serviço Social frente ao neoliberalismo. Mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez, n.53, p.102-25. Mar/1997.

_____. *La naturaleza del Servicio Social*: un ensayo sobre su genesis, su especificidad y su reproduccion. São Paulo: Cortez, 1998, 209p.

NETTO,J. P. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1991, 333p.

OLIVEIRA,F. de. O Terciário e a divisão social do trabalho. *Estudos Cebrap*, Rio de Janeiro: Vozes, n.24, 1979.

PAGOTTO,M.A *Mito e realidade na automação bancária*. Orientador: Angela Tude de Souza. Campinas: Unicamp/Departamento de Ciências Humanas, 1996.190p. (Dissertação de Mestrado), Cap. 2, p.78-129, A produção imaterial e as fronteiras internas da acumulação do capital: a nova matriz das relações intersetoriais e seu significado na recomposição técnica e política das classes trabalhadoras.

TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE ENTRE 1996 E 2006

Carlindo Rodrigues de Oliveira*

RESUMO

O estudo analisa a evolução do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte, no período entre 1996 e 2006.

Ao longo desses anos, é possível identificarem-se três momentos: o primeiro, de 1996 a 1999, de fraco desempenho econômico e forte deterioração do mercado de trabalho; o segundo, de 1999 a 2003, de consolidação do desemprego em elevados patamares e de continuidade da queda dos rendimentos do trabalho; e o terceiro, de 2003 a 2006, quando há melhora sensível dos indicadores. Os dois primeiros períodos caracterizaram-se pela intensificação do fenômeno da terciarização da economia e reestruturação produtiva das empresas, num cenário de abertura econômica ao exterior, altas taxas de juros e baixo crescimento, com impactos deletérios sobre o mercado de trabalho. No terceiro período, de 2003 a 2006, assiste-se à retomada da atividade econômica, com taxas cadentes de juros e expansão da demanda interna e das exportações. Esta expansão se refletiu no nível de produção e emprego da RMBH, produtora de bens para exportação (automóveis, minério de ferro, produtos siderúrgicos) e para o abastecimento do mercado interno (automóveis, autopeças, cimento). Essa retomada, entretanto, não foi capaz de reverter totalmente os efeitos negativos sobre o mercado de trabalho verificados nos períodos anteriores.

Palavras-chave: mercado de trabalho; ocupação; desemprego; rendimentos; região metropolitana.

(*) Economista e mestre em Ciência Política pela UFMG, técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e Coordenador da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Belo Horizonte. carlindo@dieese.org.br

APRESENTAÇÃO[1]

O presente estudo tem por objetivo analisar a evolução do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), no período compreendido entre 1996 e 2006, desde a implantação da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) na região[2].

Ao longo desses anos, é possível identificarem-se três períodos bastante distintos: o primeiro, de 1996 a 1999, de fraco desempenho econômico e forte deterioração do mercado de trabalho; o segundo, de 1999 a 2003, de consolidação do desemprego em elevados patamares e de continuidade da queda dos rendimentos do trabalho; e o terceiro, de 2003 a 2006, quando há uma melhora sensível dos indicadores analisados. Os dois primeiros períodos caracterizaram-se pela intensificação do fenômeno da terciarização da economia e do processo de reestruturação produtiva das empresas, num cenário de abertura econômica ao exterior, altas taxas de juros e baixo crescimento econômico, com impactos deletérios sobre o mercado de trabalho da região. Já no terceiro período, de 2003 a 2006, assiste-se à retomada mais vigorosa da atividade econômica no país, com taxas cadentes de juros e expansão da demanda interna e das exportações. Esta expansão se refletiu no nível de produção e emprego da RMBH, produtora de volume considerável de bens para exportação (automóveis, minério de ferro, produtos siderúrgicos) e para o abastecimento do mercado interno (novamente automóveis, autopeças, cimento, entre outros). Essa retomada, entretanto, embora vigorosa, ainda não foi capaz de reverter totalmente os efeitos negativos sobre o mercado de trabalho da RMBH verificados nos períodos anteriores, como se buscará mostrar ao longo do trabalho.

No primeiro tópico, é apresentada a evolução dos grandes agregados do mercado de trabalho da região, ou seja, da População em Idade Ativa (PIA)[3], da População Economicamente Ativa (PEA)[4], da População Ocupada e da População Desempregada, bem como das taxas de desemprego e de participação.

O segundo tópico trata da ocupação, analisando as mudanças verificadas na estrutura ocupacional no período, em termos de distribuição setorial da força de trabalho e do seu perfil por posição na ocupação.

O terceiro tópico analisa a evolução do desemprego, tanto das taxas quanto do perfil do desempregado por atributos pessoais (sexo, cor, idade, posição no

[1] Gostaria de registrar meu agradecimento ao colega Frederico Melo, do DIEESE, pela leitura atenta e pelas sugestões feitas ao presente trabalho, ressaltando, entretanto, que não se lhe pode atribuir qualquer responsabilidade por eventuais insuficiências ou incorreções remanescentes.

[2] A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED-RMBH) é uma pesquisa mensal por amostra domiciliar, realizada no âmbito do Convênio entre o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE-SP), a Fundação João Pinheiro (FJP-MG) e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (SEDESE-MG), desde dezembro de 1995.

[3] PIA = pessoas com 10 anos e mais.

[4] PEA = pessoas com 10 anos e mais que se encontram no mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas.

domicílio e escolaridade), além de avaliar a evolução do tempo de procura por um emprego pelos desempregados.

O quarto tópico trata da evolução dos rendimentos reais médios dos diversos grupos ocupacionais, observando ainda sua distribuição em grupos de níveis de rendimentos e a evolução da massa de rendimentos apropriada por cada décimo da distribuição.

Por fim, são tecidas algumas considerações sobre os resultados apresentados ao longo do trabalho.

1. GRANDES AGREGADOS DO MERCADO DE TRABALHO NA RMBH

Crescendo a uma taxa média anual estimada em 2,8% entre 1996 e 2006, a População em Idade Ativa (PIA) passou de 3.111 mil para 4.099 mil pessoas. Comportamento diverso verificou-se na População Economicamente Ativa (PEA), que cresceu a uma taxa média bastante superior (3,4% ao ano entre 1996 e 2006), passando de 1.764 mil para 2.476 mil pessoas no período. Esse crescimento reflete três momentos distintos: o primeiro, compreendido entre 1996 e 1999; o segundo, entre 1999 e 2003; e o período mais recente, de 2003 a 2006. No primeiro momento, a PEA cresce a uma taxa média anual de 3,2%, superior ao crescimento da PIA, como reflexo do aumento da taxa de participação feminina[5], que passa de 46,5% em 1996 para 48,1% em 1999, já que a taxa de participação masculina apresenta pequeno decréscimo no mesmo período. Mas é no segundo momento que se registra a maior defasagem entre o crescimento da PIA e da PEA, com a PIA crescendo 2,8% a.a., enquanto a PEA crescia a uma taxa de 4,2% a.a.. Essa defasagem ocorreu em função de novo e expressivo aumento na taxa de participação feminina, que salta de 48,1% para 53,1%, em 2003. Já no período mais recente, a taxa de crescimento da PEA converge para taxa de crescimento da PIA, ambas em 2,7% a.a. (Tabela 1).

Quanto ao nível de ocupação, observa-se um crescimento anual médio de 3,3% na década analisada, bem próximo ao crescimento da PEA. Mas a análise por períodos mostra uma evolução muito diferenciada. No período 1996 a 1999, enquanto a PEA crescia a uma taxa média anual de 3,2%, o nível de ocupação crescia apenas 1,1% ao ano, resultando no forte aumento da taxa de desemprego total[6], que salta de 12,7%, em 1996, para 17,9%, em 1999. No período de 1999 a 2003, o nível ocupacional se recupera, crescendo a uma taxa de 3,5% a.a., mas com a PEA crescendo 4,2% a.a., a taxa de desemprego acaba atingindo 20,0%, em 2003. A recuperação do nível ocupacional só se verifica com mais intensidade no período seguinte, entre 2003 e 2006, a uma taxa média de 5,3% a.a., bem acima do crescimento da PEA (2,7% a.a.), fazendo a taxa de desemprego recuar para 13,8%, em 2006. (Tabela 1)

O resultado desses movimentos foi o crescimento expressivo do contingente de desempregados, que passa de 224 mil, em 1996, para 347 mil, em 1999, e para 457 mil, em 2003. Já nos três anos seguintes, o número de desempregados cai, situando-se em 342 mil pessoas, em 2006 (queda média de 9,2% a.a. no triênio).

É importante observar que a melhora dos indicadores do mercado de trabalho, na comparação de 2006 com 2003, reflete a retomada do crescimento econômico no país, que de uma taxa média anual de 1,9% no período 1996-2003, passa para uma taxa média anual de 4,1% no triênio seguinte[7].

---

[5] Proporção de mulheres com 10 anos e mais que estão no mercado de trabalho, como ocupadas ou como desempregadas.

[6] Taxa de desemprego total é a proporção de pessoas em situação de desemprego aberto e desemprego oculto em relação à PEA.

[7] Tudo indica que a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais e da região metropolitana de sua capital tenha sido superior à do PIB nacional, embora não estejam ainda disponíveis os dados do PIB estadual recalculado pela mesma metodologia que resultou na revisão para cima do PIB brasileiro dos últimos anos. Na comparação feita a partir da metodologia antiga, enquanto o PIB brasileiro cresceu 1,9% a.a. entre 1996 e 2003, o PIB mineiro cresceu 2,5% a.a e enquanto o PIB brasileiro cresceu 3,4% a.a. entre 2003 e 2006, o PIB mineiro cresceu 4,1 % no mesmo período.

Tabela 1
Grandes Agregados do Mercado de Trabalho, taxas de desemprego e de participação
Região Metropolitana de Belo Horizonte - 1996/2006

ESPECIFICAÇÃO	Anos selecionados					Variação média anual (%)			
	1996	1999	2003	2005	2006	2006/1996	1999/1996	2003/1999	2006/2003
Estimativas (em 1.000 pessoas)									
População em Idade Ativa.....	3.111	3.391	3.783	3.991	4.099	2,8	2,9	2,8	2,7
Inativos.....	1.347	1.451	1.498	1.600	1.623	1,9	2,5	0,8	2,7
População Economicamente Ativa	1.764	1.940	2.285	2.391	2.476	3,4	3,2	4,2	2,7
Ocupados.....	1.540	1.593	1.828	1.992	2.134	3,3	1,1	3,5	5,3
Desempregados	224	347	457	399	342	4,3	5,7	7,1	-9,2
Taxas (em %)									
- Taxa de desemprego.....	12,7	17,9	20,0	16,7	13,8	---	---	---	---
- Taxa de participação.....	56,7	57,2	60,4	59,9	60,4	---	---	---	---
* masculina.....	68,1	67,4	68,5	67,7	68,5	---	---	---	---
* feminina.....	46,5	48,1	53,1	53,0	53,3	---	---	---	---

Fonte: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte - Convênio DIEESE/SEADE/Fundação João Pinheiro/SINE-MG

2. OCUPAÇÃO

A análise do perfil ocupacional da RMBH revela que houve uma importante transformação na composição setorial da ocupação na década analisada. Diante de um crescimento global da ocupação de 38,6% entre 1996 e 2006, houve uma evolução setorial bastante diferenciada. No setor serviços verificou-se um forte crescimento de 53,3%, enquanto o comércio cresceu 36,5%, a indústria 27,4%, os serviços domésticos 13,6% e a construção civil apenas 10,3%. Esses movimentos configuram um processo de crescente terciarização da economia da RMBH nos últimos anos. (Tabela 2)

Tabela 2
Distribuição dos ocupados, segundo setores de atividade econômica
Região Metropolitana de Belo Horizonte -
1996/2006
(Em 1.000 pessoas)

SETORES	Anos selecionados					Variação %			
	1996	1999	2003	2005	2006	2006/1996	1999/1996	2003/1999	2006/2003
Ocupados.....	1.540	1.593	1.828	1.992	2.134	38,6	3,4	14,8	16,7
Indústria.....	248	229	265	285	316	27,4	-7,7	15,7	19,2
Comércio.....	233	239	274	311	318	36,5	2,6	14,6	16,1
Serviços.....	764	817	991	1.086	1.171	53,3	6,9	21,3	18,2
Construção civil.....	126	132	117	125	139	10,3	4,8	-11,4	18,8
Serviços domésticos.....	154	161	168	177	175	13,6	4,5	4,3	4,2
Outros (1).....	15	15	13	8	15	0,0	0,0	-13,3	15,4

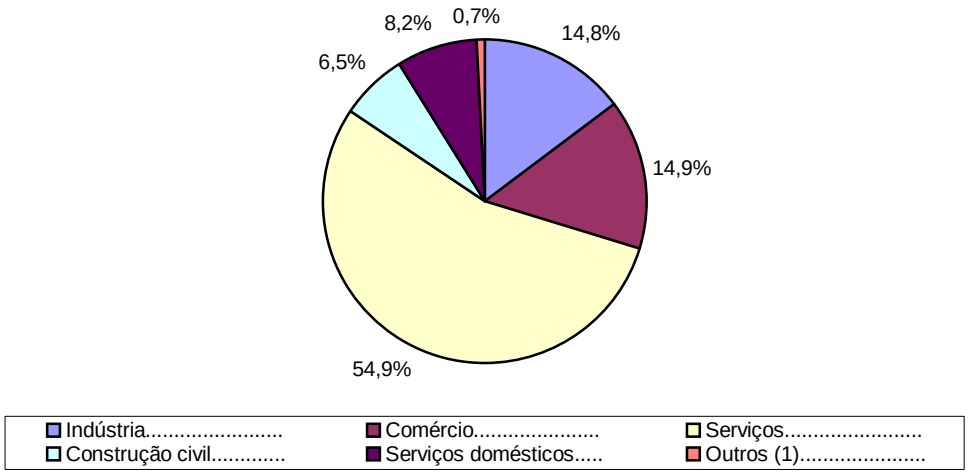
Fonte: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte - Convênio DIEESE/SEADE/Fundação João Pinheiro/SINE-MG

Observa-se, ainda, na Tabela 2, que o período compreendido entre 1996 e 1999 foi particularmente difícil para a indústria – que apresenta queda de 7,7% no nível ocupacional. Também a construção civil viveu um período difícil, neste caso entre 1999

e 2003, com redução em 11,4% na ocupação. Ambas as atividades, entretanto, voltam a empregar nos períodos subseqüentes, e em ritmo inclusive superior ao dos demais setores, no último triênio analisado.

Em termos percentuais, o setor serviços passa a representar, em 2006, 54,9% da ocupação, enquanto o comércio responde por 14,9%, a indústria 14,8%, o emprego doméstico 8,2% e a construção civil 6,5%. Outros setores ocupam 0,7% da força de trabalho. (Gráfico 1)

Gráfico 1 - Distribuição dos Ocupados por setor de atividade econômica - RMBH - 2006



Por posição na ocupação, houve também movimentos diferenciados conforme o período analisado (Tabela 3).

Entre 1996 e 1999, observa-se uma queda no percentual de assalariados, de 62,9% para 61,4%, motivada por reduções na participação dos assalariados com carteira de trabalho assinada (de 39,3% para 39,1%) e de assalariados no setor público (de 13,7% para 12,6%), neste último caso, provavelmente, em decorrência das privatizações de empresas estatais ocorridas na segunda metade da década de 1990. Ao mesmo tempo, cresce a participação dos autônomos, de 18,9%, em 1996, para 21,0%, em 1999, especialmente dos autônomos que trabalham para o público (de 14,4% para 16,1%). Reduz-se, também, a participação dos empregadores, de 5,3% para 4,8%. O emprego doméstico oscila levemente no período, de 10,0% para 10,1%. Esses movimentos caracterizam um processo de precarização do mercado de trabalho no final dos anos 90[8].

Entre 1999 e 2003, e especialmente nos três anos seguintes, entretanto, inicia-se um processo de reformalização do mercado de trabalho na RMBH, com o aumento da participação dos assalariados do setor privado, de 61,4%, em 1999, para 65,3%, em 2006. Esse aumento foi determinado pelo crescimento da participação dos assalariados do setor privado com carteira de trabalho (de 39,1% para 43,3%) e dos assalariados no

[8] Esse processo de desformalização, ao que tudo indica, começou antes, ainda no final da década de 80 e nos primeiros anos da década de 90. Cf. SABÓIA, João, 1992. Apud SCHNEIDER & RODARTE, 2007, mimeo, p. 6 e DIEESE (2001), p. 45-78.

setor público (de 12,6% para 13,0%), no mesmo período, ao passo que reduzem-se as participações de assalariados sem carteira (de 9,7% para 9,0%) e de autônomos (de 21,0% para 19,9%), neste último caso em função da redução da participação dos autônomos que trabalham para o público (de 16,1%, em 1999, para 14,7%, em 2006)[9]. Já os autônomos que trabalham para empresa aumentaram sua participação ao longo de todo o período, de 4,5%, em 1996, para 4,9%, em 1999, chegando a 5,2%, em 2003, percentual que se mantém em 2006. Esse aumento parece refletir o crescimento da contratação, pelas empresas, de trabalhadores antes assalariados ou mesmo novos trabalhadores como pessoas jurídicas (conhecidos como "PJ"), como forma de burlar a legislação trabalhista.

TABELA 3
Distribuição dos ocupados, segundo posição na ocupação
Região Metropolitana de Belo Horizonte - 1996/2006 (em porcentagem)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1996	1999	2003	2006
Total de Ocupados	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Assalariados Total (1)	**62,9**	**61,4**	**62,8**	**65,3**
Assalariados no setor privado	49,1	48,8	50,2	52,3
- Com carteira assinada	39,3	39,1	39,5	43,3
- Sem carteira assinada	9,8	9,7	10,7	9,0
Assalariados no setor público	13,7	12,6	12,6	13,0
Autônomos	**18,9**	**21,0**	**20,7**	**19,9**
Que trabalham para o público	14,4	16,1	15,5	14,7
Que trabalham para empresa	4,5	4,9	5,2	5,2
Empregados domésticos	**10,0**	**10,1**	**9,2**	**8,2**
Mensalistas	8,1	8,1	7,2	6,0
Diaristas	1,9	2,0	2,0	2,2
Empregadores	**5,3**	**4,8**	**4,8**	**4,3**
Demais	**2,9**	**2,7**	**2,5**	**2,3**

Fonte: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte - Convênio DIEESE/SEADE/Fundação João Pinheiro/SINE-MG

(1) Inclusive os assalariados que não informaram o tipo de empresa em que trabalham.

Ainda com base na Tabela 3, é possível verificar uma queda na participação do emprego doméstico na população ocupada, de aproximadamente 10%, em 1996 e 1999, para 8,2%, em 2006. Essa queda reflete a redução da participação dos empregados domésticos mensalistas (de 8,1% para 6,0%), visto que cresce a participação dos diaristas (de 1,9% para 2,2%) no período.

Por fim, observa-se a continuidade da redução da participação dos empregadores, de 4,8%, em 2003, para 4,3%, em 2006.

[9] Essa inversão de tendência coloca em xeque certas análises que vaticinaram a inexorável perda de importância do emprego assalariado formal na estrutura ocupacional brasileira.

3. DESEMPREGO

A análise da evolução das taxas de desemprego no período considerado mostra que houve comportamentos diferentes conforme o tipo de desemprego. Assim, enquanto a taxa de desemprego total passou de 12,7%, em 1996, para 20,0%, em 2003, e 13,8%, em 2006, o desemprego aberto[10] saltou de 7,8%, em 1996, para 12,5%, em 2003, recuando para 9,7%, em 2006 e o desemprego oculto[11] passou de 4,9%, em 1996, para 7,5%, em 2003, representando 4,1% da PEA, em 2006. Observa-se, portanto, que a proporção de pessoas em situação de desemprego aberto aumenta em relação ao contingente total de desempregados, passando de 61,4%, em 1996, para 62,5%, em 2003, atingindo 70,3%, em 2006. Desagregando ainda mais os dados, observa-se uma queda da taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário, entre 1996 e 2006 (de 3,3% para 2,2%), enquanto cresce a taxa de desemprego oculto pelo desalento no mesmo período, de 1,6% para 1,9%. (Tabela 4)

Tabela 4
Taxas de desemprego, segundo o tipo
Região Metropolitana de Belo Horizonte - 1996/2006 (Em porcentagem)

TIPO DE DESEMPREGO	Anos selecionados					Variação %		
	1996	1999	2003	2005	2006	2006/1996	2003/1996	2006/2003
Desemprego Total.....	12,7	17,9	20,0	16,7	13,8	8,7	57,5	-31,0
- Desemprego aberto.....	7,8	11,8	12,5	10,7	9,7	24,4	60,3	-22,4
- Desemprego oculto.....	4,9	6,1	7,5	6,0	4,1	-16,3	53,1	-45,3
* pelo trabalho precário.....	3,3	4,3	4,7	3,2	2,2	-33,3	42,4	-53,2
* pelo desalento.....	1,6	1,8	2,8	2,8	1,9	18,8	75,0	-32,1

Fonte: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte - Convênio DIEESE/SEADE/Fundação João Pinheiro/SINE-MG

A análise mais detalhada do desemprego no período considerado revela que esse fenômeno ocorreu de forma bastante diferenciada, quando se analisam os atributos pessoais dos desempregados (Tabela 5).

Na observação por sexo, vê-se que o desemprego atinge muito mais a mulher do que o homem e que essa diferença vem aumentando ao longo dos anos. Assim, enquanto em 1996 a taxa de desemprego masculina era de 11,5% e a da mulher 14,2%, em 2003 elas eram, respectivamente, de 17,1% e 23,3% e, em 2006, 11,0% e 16,9%. Ou seja, em 1996, a taxa feminina era 23,5% superior à masculina, relação que sobe para 36,3% em 2003 e para 53,6% em 2006. Isso indica que o mercado de trabalho na RMBH tem apresentado um viés desfavorável à ocupação feminina, seja por efeito da discriminação sexual ou pelo desempenho relativamente negativo de ocupações tipicamente femininas, como, em especial, o serviço doméstico.

[10] Taxa de desemprego aberto é a proporção de pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias.
[11] Desemprego oculto refere-se às pessoas que procuraram emprego nos últimos 30 dias ou mesmo nos últimos 12 meses, mas que realizaram algum trabalho de forma irregular (“bico”) na semana de referência da pesquisa (desemprego oculto pelo trabalho precário) ou que não trabalharam e não procuraram emprego nos últimos 30 dias, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas o fizeram nos últimos 12 meses e continuam dispostos a se empregar.

Também a cor da pele está associada a taxas diferentes de desemprego, sempre em prejuízo das pessoas negras. Se em 1996, a taxa de desemprego dos negros era de 14,6% contra 10,8% da dos não-negros, em 2006 a taxa dos negros era de 15,5% e a dos não-negros 11,5%.

Por posição no domicílio, os dados mostram que as taxas de desemprego são menores para os chefes, crescendo para os cônjuges, para o agregado "outras pessoas do domicílio" e para os filhos, nesta ordem. Em 1996, enquanto o desemprego entre os chefes atingia 6,8%, o dos cônjuges era de 10,9%, o dos "outros" era de 13,2% e o dos filhos era de 20,3%. Já em 2006, enquanto a taxa de desemprego dos chefes reduziu-se para 6,4%, a dos cônjuges aumentou para 12,8%, a dos "outros" para 17,7% e a dos filhos para 22,5%.

TABELA 5
Taxas de desemprego, segundo atributos pessoais
Região Metropolitana de Belo Horizonte - 1996/2006
(Em porcentagem)

ATRIBUTOS PESSOAIS	Anos selecionados			
	1996	1999	2003	2006
Total	12,7	17,9	20,0	13,8
Sexo				
Homens	11,5	15,9	17,1	11,0
Mulheres	14,2	20,4	23,3	16,9
Cor				
Negra	14,6	19,4	21,9	15,5
Não-negra	10,8	16,3	16,7	11,5
Posição no domicílio				
Chefe	6,8	10,1	11,3	6,4
Cônjuge	10,9	16,9	20,3	12,8
Filho(a)	20,3	27,3	29,4	22,5
Demais	13,2	19,0	23,4	17,7
Faixa etária				
De 10 a 14 anos	42,0	48,4	51,9	(2)
De 15 a 17 anos	34,0	44,4	55,9	51,1
De 18 a 24 anos	19,2	28,3	30,4	24,3
De 25 a 38 anos	9,9	14,5	16,4	11,3
De 40 anos e mais	5,7	9,2	11,4	6,1
Nível de instrução				
Analfabeto	9,6	15,7	21,0	(2)
Ensino Fundamental incompleto	15,2	20,8	23,2	13,8
Ens. Fund. Completo + Ens. Médio incompleto	14,9	22,3	26,5	20,2
Ens.Médio completo + Ens. Superior incompleto	9,1	14,5	17,3	13,3
Ensino Superior completo	3,8	5,2	5,4	5,9

Fonte: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte - Convênio DIEESE/SEADE/Fundação João Pinheiro/SINE-MG

Nota: a) quaisquer pequenas diferenças nos dados apresentados devem-se a arredondamentos; b) Sinal convencional: .. Não se aplica dado numérico
(1) Negra corresponde a pessoas de cor preta e parda. Não-negra a pessoas de cor branca e amarela. (2) A amostra não comporta desagregação

Quanto ao atributo de idade, os dados da Tabela 5 apontam uma forte deterioração do mercado de trabalho entre 1996 e 2006, especialmente para os jovens com menos de 24 anos, cujas taxas de desemprego cresceram, ao longo do período, a um ritmo bem superior à das demais faixas etárias. Com efeito, enquanto as taxas de desemprego dos jovens de 15 a 17 anos e de 18 a 24 anos cresceram 50,3% e 26,6%, respectivamente, entre 1996 e 2006, as taxas das pessoas com 25 a 39 anos e daquelas com mais de 40 anos cresceram 14,1% e 7,0%, no mesmo período, indicando a enorme dificuldade de obtenção do primeiro emprego numa conjuntura de altas taxas de desocupação.

Finalmente, no atributo escolaridade, as altas taxas verificadas nos níveis intermediários de instrução sugerem que o problema do desemprego não pode ser atribuído somente à baixa qualificação da força de trabalho (Tabela 5).

Outro aspecto relevante a ser destacado é a evolução do tempo de procura de trabalho por parte dos desempregados. Nesse quesito, observa-se forte deterioração das condições de obtenção de um novo emprego, com o tempo aumentando de 32 semanas em média, em 1996, para 46 semanas, em 1999 e 63 semanas, em 2003[12]. No período seguinte, o tempo de procura se reduz até alcançar 55 semanas, em 2006. (Tabela 6)

Tabela 6
Tempo de procura de trabalho dos desempregados
Região Metropolitana de Belo Horizonte - 1996/2006

ESPECIFICAÇÃO	1996	1999	2003	2006
Média em semanas	32	46	63	55
Faixas de tempo de procura (em %)				
Até 7 dias	2,4	(1)	(1)	(1)
Mais de 7 a 30 dias	17,0	9,5	8,1	10,7
Mais de 1 a 2 meses	15,0	10,1	8,5	9,9
Mais de 2 a 3 meses	11,4	9,2	7,8	8,4
Mais de 3 a 6 meses	22,3	19,4	16,3	17,4
Mais de 6 a 12 meses	20,0	29,8	27,3	27,2
Mais de 1 ano	11,9	21,0	31,4	25,5

Fonte: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte - Convênio DIEESE/SEADE/Fundação João Pinheiro/SINE-MG

Nota: quaisquer pequenas diferenças nos dados apresentados devem-se a arredondamentos

(1) - A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Observa-se, também, na Tabela 6, que a porcentagem de pessoas em situação de desemprego de longa duração (acima de 6 meses) tem forte crescimento entre 1996 e 2006, fato preocupante especialmente levando-se em conta a baixa cobertura do seguro desemprego no país, que além de cobrir apenas parte dos desempregados, possui abrangência temporal relativamente pequena, em face das estatísticas sobre o tempo de procura.

[12] Na verdade, o tempo médio de procura se eleva até 2004, quando atinge 65 semanas em média (Cf. Boletim Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH) resultados do ano de 2006.

4. RENDIMENTOS

Os dados de rendimento real médio do conjunto dos ocupados revelam uma trajetória de intensa redução, de forma praticamente ininterrupta, entre os anos de 1996 e 2005, com exceção apenas para os anos de 2001 e 2002[13]. No período considerado, a queda foi de 21,9%, movimento só revertido em 2006, quando se observa forte recuperação de 13% sobre o ano anterior. Mesmo assim, o rendimento real médio dos ocupados em 2006 ainda apresenta perda de 11,7% em relação ao início da série (Tabela 7).

O sentido geral de redução no rendimento real médio se observa também para o subgrupo dos assalariados. Os menores valores, entretanto, situam-se neste caso no ano de 2003, quando se verifica uma perda de 16% em relação a 1996. De 2003 a 2006 ocorre um movimento de recuperação, de 12,3%. Mesmo assim, os valores de 2006 ainda preservam uma perda de 5,6% em relação a 1996.

Tabela 7
Rendimento real médio dos ocupados, segundo posição na ocupação
Regiáo Metropolitana de Belo Horizonte - 1996/2006
(Em reais de novembro de 2006)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	Anos selecionados					Variações %			
	1996	1999	2003	2005	2006	2006/1996	2005/1996	2006/2003	2006/2005
Total de Ocupados	1.032	917	825	806	911	-11,7	-21,9	10,4	13,0
Total de Assalariados (1)	1.014	961	852	855	957	-5,6	-15,7	12,3	11,9
Assalariados do setor privado	863	815	719	735	805	-6,7	-14,8	12,0	9,5
- Com carteira	936	873	782	787	855	-8,7	-15,9	9,3	8,6
- Sem carteira	551	554	465	486	548	-0,5	-11,8	17,8	12,8
Assalariados do setor público	1.549	1.512	1.378	1.343	1.545	-0,3	-13,3	12,1	15,0
Autônomos	940	779	626	609	708	-24,7	-35,2	13,1	16,3
- Que trabalham para o público	857	710	547	528	621	-27,5	-38,4	13,5	17,6
- Que trabalham para empresa	1.190	999	842	815	946	-20,5	-31,5	12,4	16,1
Empregados domésticos	299	309	298	317	346	15,7	6,0	16,1	9,1
- Mensalistas	287	314	320	341	376	31,0	18,8	17,5	10,3
- Diaristas	353	289	226	247	263	-25,5	-30,0	16,4	6,5
Empregadores	2.885	2.520	2.285	2.044	2.124	-26,4	-29,2	-7,0	3,9

Fonte: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte - Convênio DIEESE/SEADE/Fundação João Pinheiro/SINE-MG

Notas: a) quaisquer pequenas diferenças nos dados apresentados devem-se a arredondamentos: b) exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício:

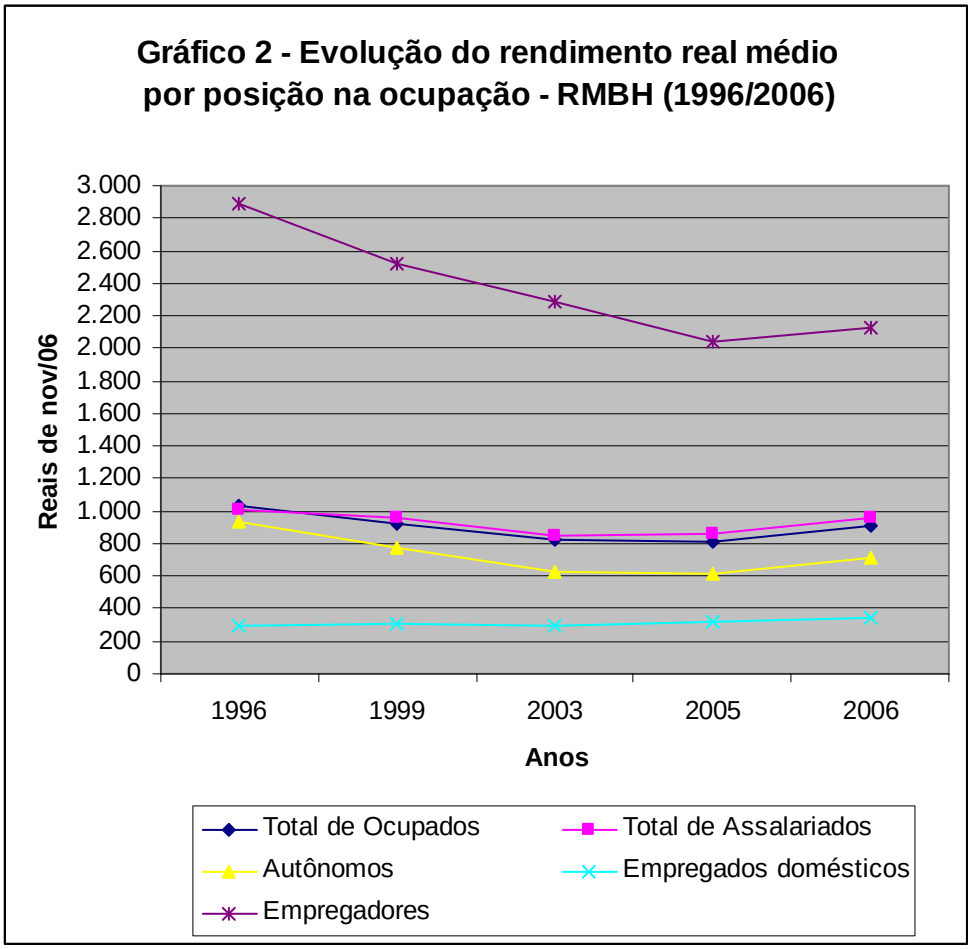
c) inflator utilizado: IPCA - BH (Ipead)

(1) - Inclusive os assalariados que não informaram o tipo de empresa em que trabalham.

[13] O rendimento real médio do conjunto dos ocupados em 2002 foi de R$907, contra R$900 no ano 2000 e R$902 em 2001, em valores de novembro de 2006. Cf. Boletim Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH) resultados do ano de 2006.

Para os autônomos, a perda maior ocorre em 2005, quando seu rendimento real médio apresenta uma retração de 35,2% em relação a 1996. Mesmo com a forte recuperação em 2006, resta uma perda de 24,7% em relação ao início da série.

Também os empregadores tiveram perdas significativas em seus rendimentos, sendo o menor patamar verificado no ano de 2004 (R$2.008), com perda de 30,4% em relação aos rendimentos de 1996. Em 2006, ainda persiste uma perda de 26,4%, colocando essa categoria em destaque, em termos de retração do rendimento real médio no período. Apesar dessa perda, persiste ainda uma defasagem muito grande entre os rendimentos dos empregadores e dos demais ocupados, como mostra o Gráfico 2[14].



A análise da evolução dos rendimentos reais por décimos da distribuição mostra um comportamento diferenciado entre os grupos. Enquanto os rendimentos dos primeiros quatro décimos apresentam ganho real entre 1996 e 2006 – apesar de um comportamento nem sempre linear ao longo da década -, todos os décimos superiores apresentam perdas reais. Este comportamento também pode ser explicado pela evolução favorável do salário mínimo no período, que impacta especialmente o rendimento do segundo e do terceiro décimos (Tabela 8).

[14] Essa defasagem é certamente ainda maior do que revelam os dados, se se levar em consideração a já clássica tendência à subdeclaração dos rendimentos por parte das camadas mais ricas da população.

Tabela 8
Rendimento real médio do trabalho principal dos ocupados, por grupos de nível de rendimento
Região Metropolitana de Belo Horizonte - 1996/2006
(Em reais de novembro de 2006)

Ano	Rendimento real médio										
	Total	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6	Grupo 7	Grupo 8	Grupo 9	Grupo 10
1996	1.032	145	239	320	400	503	639	838	1.134	1.808	4.319
1999	917	143	242	323	389	475	592	762	1.033	1.563	3.714
2003	825	117	263	308	364	440	531	663	894	1.367	3.342
2005	806	127	293	325	393	450	542	664	893	1.314	3.113
2006	911	158	329	370	421	494	593	743	986	1.530	3.530
Var.2006/1996	-11,7%	9,0%	37,7%	15,6%	5,3%	-1,8%	-7,2%	-11,3%	-13,1%	-15,4%	-18,3%

Fonte: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte - Convênio DIEESE/SEADE/Fundação João Pinheiro/SINE-MG
Notas: a) grupo 1 corresponde aos 10% dos ocupados com menores rendimentos no trabalho principal; grupo 2 corresponde aos 10% dos ocupados com rendimentos do trabalho principal imediatamente superiores aos do Grupo 1; assim por diante, até o Grupo 10, que corresponde aos 10% dos ocupados com maior rendimento do trabalho principal; b) exclusive os assalariados e os empregados domésticos mensalistas que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício; c) inflator utilizado: IPCA - BH (Ipead).

Outra dimensão importante refere-se à apropriação da massa de rendimentos dos ocupados na Região Metropolitana de Belo Horizonte, ao longo da década analisada. Observa-se uma nítida melhora no padrão distributivo, com aumento da participação relativa das camadas com menor remuneração, até o sexto décimo da distribuição (Tabela 9). Essa melhora, entretanto, deve ser relativizada, pois deve-se, em boa medida, à ocorrência de significativas perdas de poder aquisitivo dos rendimentos mais elevados.

Tabela 9
Apropriação da massa de rendimentos do trabalho principal dos ocupados, por grupos de nível de rendimento
Região Metropolitana de Belo Horizonte - 1996/2006
(Em porcentagem)

Ano	Rendimento real médio										
	Total	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6	Grupo 7	Grupo 8	Grupo 9	Grupo 10
1996	100,0	1,4	2,3	3,1	3,9	4,9	6,2	8,1	11,0	17,5	41,7
1999	100,0	1,5	2,6	3,5	4,2	5,1	6,4	8,2	11,2	16,9	40,2
2003	100,0	1,4	3,2	3,7	4,4	5,3	6,4	8,0	10,8	16,5	40,3
2005	100,0	1,6	3,6	4,0	4,8	5,5	6,7	8,2	11,0	16,2	38,4
2006	100,0	1,7	3,6	4,0	4,6	5,4	6,5	8,1	10,8	16,7	38,6

Fonte: PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte - Convênio DIEESE/SEADE/Fundação João Pinheiro/SINE-MG
Notas: a) quaisquer pequenas diferenças nos dados apresentados devem-se a arredondamentos; b) Grupo 1 corresponde aos 10% dos ocupados com menores rendimentos do trabalho principal; Grupo 2 corresponde aos 10% dos ocupados com rendimentos do trabalho principal imediatamente superiores aos do Grupo 1; assim por diante, até o Grupo 10, que corresponde aos 10% dos ocupados com maior rendimento do trabalho principal; c) inflator utilizado: IPCA - BH (Ipead).

Deve-se ressaltar, ainda, que mesmo tendo apresentado melhora nos últimos anos, a distribuição dos rendimentos do trabalho na RMBH mantém um perfil extremamente concentrado, tanto assim que a parcela da renda apropriada pelos 10% melhor remunerados em 2006 (38,6%) é o dobro da parcela apropriada pelos 50% mais pobres no mesmo ano (19,3%). Essa constatação, entretanto, explica apenas parte do problema

da concentração de renda na região, visto que abarca tão somente a distribuição dos rendimentos oriundos do trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado de trabalho da Região Metropolitana de Belo Horizonte passou, nos últimos dez anos, por intensas transformações, que mudaram o perfil ocupacional, a realidade do desemprego na região e os níveis de rendimento dos ocupados.

Essas transformações ocorreram com intensidade e natureza distintas ao longo do período, podendo ser identificados três momentos bastante marcantes: o período de 1996 a 1999, o período de 1999 a 2003 e o período de 2003 a 2006. Nos dois primeiros períodos, ocorre uma mudança na estrutura ocupacional da RMBH, com perda de participação relativa da indústria, da construção civil e do emprego doméstico e aumento expressivo da participação do setor serviços. É também entre 1996 e 1999 que se verifica um processo crescente de degradação das condições do mercado de trabalho na RMBH, com a elevação das taxas de desemprego, a redução da participação relativa dos empregos de melhor qualidade e o crescimento mais que proporcional de ocupações mais precárias (autônomos e empregados domésticos diaristas). É ainda nestes dois primeiros períodos que ocorre forte queda do rendimento real médio dos ocupados, que, neste caso, para algumas categorias de ocupados, se prolonga, quase ininterruptamente, até o ano de 2005.

A retomada do crescimento econômico a partir de 2004 marca também o início de um processo de reformalização da força de trabalho, de redução da taxa de desemprego e de recuperação dos rendimentos, processo este que se intensifica especialmente em 2006. Mesmo assim, a realidade do mercado de trabalho na RMBH em 2006 ainda preserva características bastante negativas, como o ainda elevado patamar das taxas de desemprego, a consolidação do desemprego de longa duração e os baixos níveis de remuneração do trabalho. Tais movimentos demonstram que o enfrentamento dos problemas do mercado de trabalho, para além das necessárias políticas passivas de emprego (por exemplo, o aumento da escolaridade, a qualificação profissional e a intermediação), depende fundamentalmente da adoção de uma política econômica de estímulo à atividade produtiva, com geração de empregos em ritmo suficiente para reduzir o estoque de desempregados e incorporar os novos contingentes que integram, a cada ano, a População Economicamente Ativa das grandes metrópoles brasileiras.

***

(Texto elaborado em julho de 2007)

6. REFERÊNCIAS

Boletim Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Belo Horizonte (PED/RMBH) resultados do ano de 2006.

DIEESE. A Situação do Trabalho no Brasil. São Paulo, 2001.

GARCIA, Lúcia; RODARTE, Mário M. S.; BRAGA, Thaiz S. Desemprego de longa duração como corolário da "década neoliberal": a evolução do desemprego metropolitano entre as décadas de 1990 e 2000. *In*: SOARES, Marcy e JANUZZI, Jussara (orgs.). As várias faces do mercado de trabalho no Brasil. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, 2006.

OLIVEIRA, André Mourthé de. Dez anos da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH): tempos difíceis para os ocupados. *In*: SOARES, Marcy e JANUZZI, Jussara (orgs.). As várias faces do mercado de trabalho no Brasil. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, 2006.

RODARTE, Mário M. S. e QUEIROZ, Eliza A. de. "As fases e faces do desemprego e da ocupação na Grande Belo Horizonte: 1996-2003". In: Seminário sobre a economia mineira, 11, 2004, Diamantina. Anais... Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2004.

SCHNEIDER, Eduardo M. e RODARTE, Mário M. S. "Evolução do mercado de trabalho metropolitano entre meados das décadas de 1990 e 2000". Porto Alegre, 2007, mimeo.

SOARES, Marcy e BARRIO, Kátia. As mulheres e os homens no mercado de trabalho metropolitano: uma análise da Região Metropolitana de Belo Horizonte. *In*: SOARES, Marcy e JANUZZI, Jussara (orgs.). As várias faces do mercado de trabalho no Brasil. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, Centro de Estatística e Informações, 2006.

TRANSFORMAÇÕES NO PERFIL DA OCUPAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE ENTRE MEADOS DA DÉCADA DE 90 E 2005: UM ESTUDO COMPARATIVO COM AS GRANDES METRÓPOLES BRASILEIRAS

Eduardo Miguel Schneider[*]

Mario Marcos Sampaio Rodarte[**]

Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de tráfego.
.....
Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
.....
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o
nojo e o ódio
(A flor e a náusea –
Carlos Drummond de Andrade)

RESUMO

O presente trabalho busca analisar as transformações no perfil ocupacional do mercado de trabalho metropolitano da Região Metropolitana de Porto Alegre nos últimos 10 anos e comparar com o ocorrido em outras importantes regiões metropolitanas brasileiras. Observou-se, numa primeira fase, até o ano de 1999, que a ocupação registrou um pífio crescimento, tendo, na seqüência um movimento de crescimento expressivamente maior. Constatou-se, na primeira fase, um aprofundamento da tendência de fragilização ocupacional, caracterizado pelo aprofundamento da desindustrialização, da flexibilização e da precarização da forma de inserção laboral. Já no segundo momento, a partir de 1999, constatou-se uma inflexão qualitativa no perfil das ocupações, com uma relativa melhora da qualidade dos postos de trabalho gerados, nos últimos anos.

Palavras-chave: mercado de trabalho, ocupação, região metropolitana

---

[*] Economista (UFRGS), especialista em Gestão Pública Participativa e coordenador regional da PED-RMPA, pelo DIEESE. E-mail: ems@dieese.org.br.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar a evolução da estrutura mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) nos últimos 10 anos, a luz do ocorrido em outras cinco importantes áreas metropolitanas brasileiras. Cumprir semelhante objetivo encontra desafios devido à grande heterogeneidade desse relativamente curto espaço de tempo. Tomando a ocupação, um dos principais índices que determinam o comportamento conjuntural do mercado de trabalho, observa-se diferentes tendências ao longo do período que se objetiva estudar. Após uma fase de pífio crescimento entre meados da década de 90 até 1999, a ocupação voltou a apresentar notável expansão, e em seguida, ensaiando uma tendência um pouco menos dinâmica, ao final do período estudado.

O que se pretende fazer é periodizar o passado recente, tomando os anos de 1996, 1999, 2002 e 2005 como anos chaves, e em seguida, examinar a evolução do nível ocupacional e suas principais características que resultam por definir as importantes transformações na estrutura ocupacional da RMPA ao longo dos últimos 10 anos. Adicionalmente, objetiva-se também aventar os principais causadores dos movimentos nos postos de trabalho que caracterizam cada um dos períodos.

A fonte privilegiada para a análise desse período é a PED, Pesquisa de Emprego e Desemprego, de metodologia do DIEESE/SEADE, que é desenvolvida atualmente em seis importantes áreas metropolitanas do Brasil: São Paulo, Porto Alegre, Distrito Federal, Belo Horizonte, Salvador e Recife. A escolha dessa fonte justifica-se por duas importantes razões: 1) constitui a base de dados sobre mercado de trabalho metropolitano mais longeva, e 2) possui a metodologia mais afeita a captar, de forma acurada, a heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro.

No item seguinte, apresenta-se uma breve descrição do comportamento do mercado de trabalho na década que antecedeu o período de análise desse texto. No segundo item, propõe-se analisar o comportamento da dinâmica de crescimento ocupacional e as transformações estruturais por que passou o perfil ocupacional na RMPA. Por fim, à guisa de conclusão, são feitas algumas reflexões sobre os resultados alcançados no item das considerações finais.

1. Antecedentes: o mercado de trabalho entre meados das décadas de 1980 e 1990

O surgimento da metodologia da Pesquisa de Emprego e Desemprego está vinculado ao momento de crise econômica no início da década de 1980. Até então, sobretudo nas décadas anteriores de 1960 e 70, os pólos industriais, principalmente o da região metropolitana de São Paulo, vinham estruturando seu mercado de trabalho e absorvendo mais e mais contingentes migratórios de outras regiões do Brasil. A interrupção da dinâmica de crescimento vultuoso de postos de trabalho pela crise econômica agravou um problema que era visto como marginal, qual seja, o crescimento do número de pessoas desempregadas, bem como o aumento da demora em se obter uma colocação[1].

Em decorrência dessa conjuntura adversa, é nessa época que no Brasil se observam os maiores desenvolvimentos em indicadores para se acompanhar e avaliar o mercado de trabalho. Mas havia uma clara insatisfação da sociedade pelos dados oficiais, que ao adotar uma metodologia mais afeita a captar o fenômeno do desemprego nos países industrializados, de mercados de trabalho estruturados, acabava por indicar um desemprego baixo, flagrantemente contraditório com o que se intuía do estado de convulsão social decorrente do colapso econômico.

** Doutorando em Demografia pelo Cedeplar/UFMG, com bolsa CNPq, e mestre em Economia (Cedeplar/UFMG). E-mail: mrodarte@cedeplar.ufmg.br.

[1] A inflexão dos fluxos migratórios, entre as décadas de 1960 e 1990, mediante análise de dados censitários, sobretudo entre São Paulo e Minas Gerais é tratada por Carvalho et al. (2002)

Da experiência pioneira da PPVE[2], foi desenvolvida a metodologia da PED, que além de captar o desemprego aberto, comparável a outros países centrais, procurava investigar formas "camufladas" de desemprego ao utilizar um conceito mais amplo de desocupação, que inclui o desemprego oculto pelo trabalho precário, e o desemprego oculto pelo desalento. O êxito de sua aplicação na Região Metropolitana de São Paulo, desde 1985, fez com que a metodologia da PED fosse reproduzida em outras áreas metropolitanas do país, principalmente a partir de meados da década de 1990, como é o caso do Distrito Federal (1991), da RMPA (1992) e da RM Belo Horizonte (1995).

Passado o momento de ajustes econômicos mais dramáticos, entre 1981 e 1983, a economia brasileira esboçou reação nos anos seguintes, com impactos positivos sobre o mercado de trabalho[3]. De fato, na segunda metade da década de 80, a taxa de desemprego total na Região Metropolitana de São Paulo experimentou intensa redução, passando dos 12,2% da força de trabalho em 1985, para os 8,7% identificados em 1989. Essa recuperação, expressa na menor média anual alcançada na série histórica da PED RMSP, decorreu do notável crescimento da ocupação, que se elevando a ordem 3,5% a.a., superava o intenso ritmo de crescimento não apenas da população em idade ativa (2,2% a.a.), como também o da PEA (2,5% a.a.). Assim, ao final da década de 80, o problema do desemprego parecia estar equacionado, embora talvez, o mercado de trabalho demandasse pequenos ajustes para corrigir o aumento da informalidade ou mesmo a diminuição da renda dos trabalhadores[4].

Sob esse contexto é que é implantada em junho de 1992 a PED/RMPA, em convênio entre o DIEESE, a Fundação SEADE, a Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser e a Fundação Gaúcha para o Trabalho e Assistência Social / Sistema Nacional de Emprego; com o apoio financeiro inicial da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul e permanente do Ministério do Trabalho e Emprego / Fundo de Amparo ao Trabalhador – desde 2000 a parceria conta ainda com o apoio da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Contudo, os eventos da década seguinte trataram de desmentir esse cenário promissor que se esboçava ao final dos anos 80, uma vez que a taxa de desemprego, tanto da metrópole paulistana quanto da metrópole gaúcha, assumira uma trajetória, quase linear, de crescimento, que resultaram em patamares que avizinhavam aos 20,0% da PEA em 1999. A razão para esse comportamento, que corroborou a idéia de que os anos 90 foi um período de crise do mercado de trabalho, está relacionada, a dois fatores. De um lado, verificou-se uma baixa capacidade de geração de postos de trabalho, provavelmente como reflexo do fraco crescimento econômico[5]. De outro lado, observou-se um acelerado crescimento da PEA, a um nível mais intenso que o próprio

[2] Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego. Em um dos artigos que discutia o emergente desafio do desemprego, no III Encontro Nacional da ABEP, em 1982, e que utilizou as informações da PPVE-DIEESE, apurava-se que "a força de trabalho desempregada" nos meses de abril a maio de 1981, representava 13,2% da população economicamente ativa na RMSP (BARELLI, TROYANO, 1982: 23). Pela PME-IBGE, em maio de 1982, o desemprego atingia apenas 5,4% da população economicamente ativa. Outro texto do período (TROYANO, MATTOSO, HOFFMANN, 1984) trata mais detidamente as diferenças metodológicas entre a PPVE-DIEESE, PED-SEADE/DIEESE e PME-FIBGE.

[3] Entre 1981 e 1985 o PIB brasileiro havia crescido apenas cerca de 1,3% a.a. Esse baixo crescimento decorreu, principalmente, dos anos de 1981 e 83, quando o PIB decaiu 4,3% e 2,9% e teve como contrapeso, o ano de 1985, com crescimento de 7,9%, o maior da década. No segundo período, de 1986 e 89, em que a PED já levantava as informações do mercado de trabalho da RMSP, a ligeira recuperação econômica traduziu-se no crescimento médio de 3,5% a. a. (IBGE/ SCN-Anual).

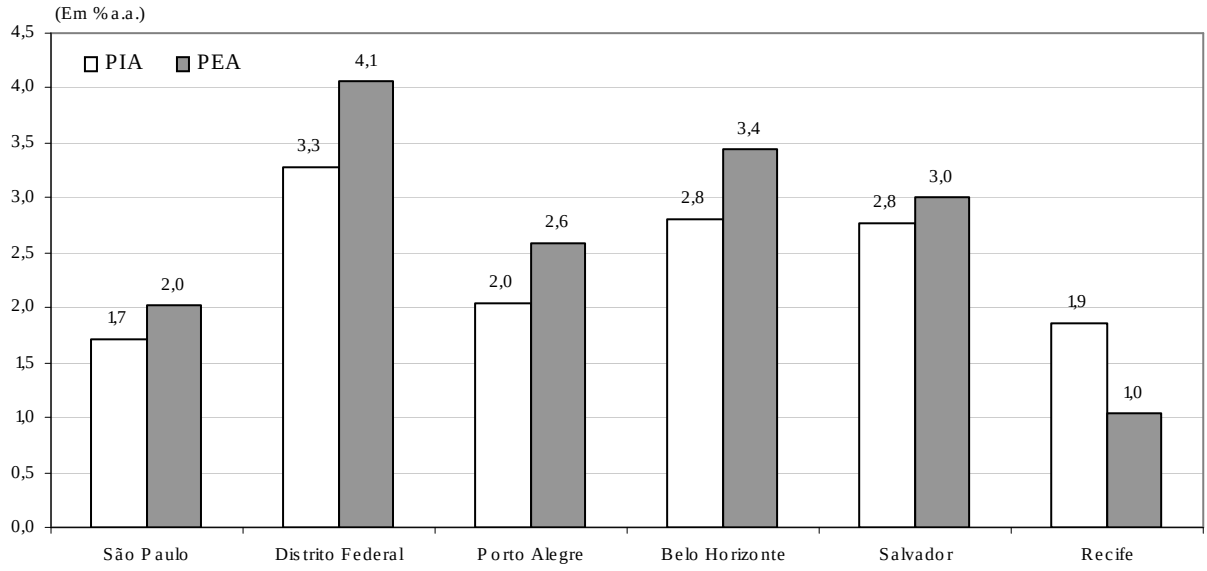
[4] A questão da informalidade e a diminuição da renda dos trabalhadores na segunda metade da década de 1980 são tratadas, entre outros estudos, por Sabóia (1992) .

[5] Entre 1990 e 1996, o PIB cresceu apenas 1,9% ao ano, e entre 1997 a 1999, o crescimento foi ainda pior (1,4% a.a.) (IBGE/ SCN-Anual).

crescimento da PIA, em decorrência do ingresso no mercado de trabalho de segmentos anteriormente mais identificados com a inatividade (Gráfico 1). Essa dinâmica de intenso crescimento da oferta de trabalho não acompanhado da demanda resultou na escalada do desemprego que caracterizou o período[6].

O texto a seguir busca analisar a evolução da ocupação nos mercados de trabalhos metropolitanos brasileiros com ênfase na RMPA entre meados da década de 90 e 2005, ou seja, o período que compreende os anos finais de crise do mercado de trabalho, e os primeiros anos de retomada, ainda que moderada, do ritmo de geração de postos de trabalho. A partir desse momento, entretanto, a análise se faz com base mais ampla, ao se investigar o comportamento das seis regiões metropolitanas pesquisadas pela PED. Nesses últimos 10 anos, sobressai a sincronia com que evoluem as taxas de desemprego nas áreas metropolitanas analisadas. Tal fato sugere um padrão de comportamento, e que os mercados de trabalho locais se mantinham muito mais influenciados pela dinâmica das políticas econômicas nacionais que por determinantes regionais.

Gráfico 1
Taxas de crescimento da população em idade ativa e da população economicamente ativa
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal
1996(1)-2005



Fonte dos dados básicos: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Nota: (1) Para a RMS o primeiro ano da série é 1997 e para a RMR é 1998.

2. A evolução do nível e da estrutura ocupacional e de rendimentos

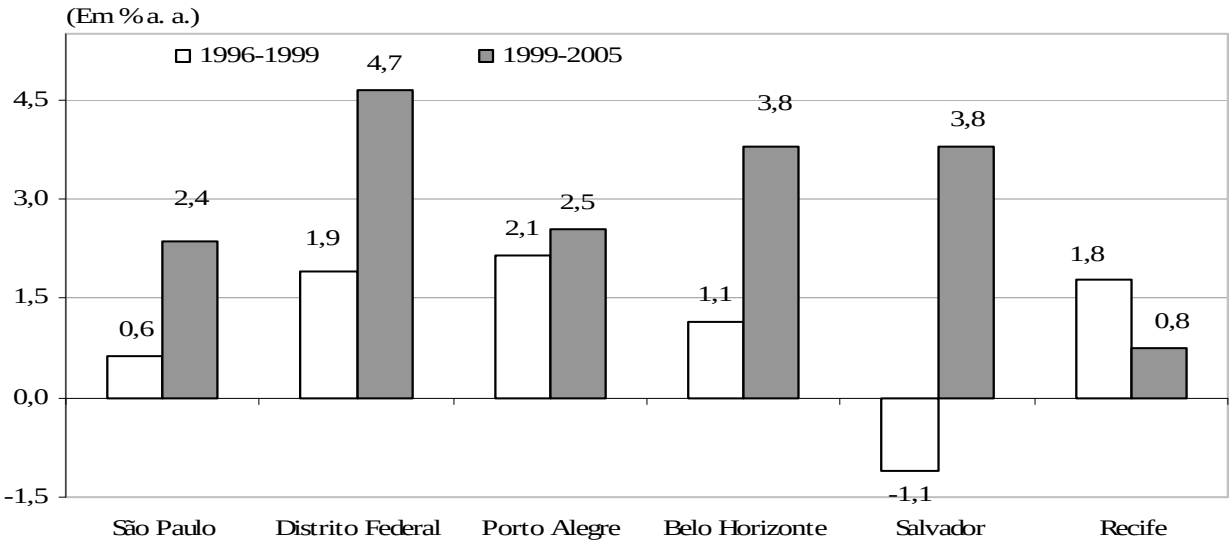
De modo geral, pode-se afirmar que o desempenho do nível ocupacional na RMPA entre meados da década de 90 e 2005 foi marcado por descontinuidades ao longo do período, tal como as outras regiões pesquisadas pela PED, mas com algumas

[6] O segundo capítulo do livro A situação do trabalho no Brasil, do DIEESE (2001) é voltado para a análise da dinâmica do emprego e desemprego nas regiões metropolitanas analisadas pela PED, nos anos noventa, e conclui que "essa evolução desfavorável do desemprego é conseqüência de um medíocre crescimento, nessas regiões, dos níveis globais da ocupação, que não foram suficientes para atender o incremento das suas respectivas populações economicamente ativas" (DIEESE, 2001: 52).

singularidades. As mudanças de tendências refletiam não só a variação do nível ocupacional, como também das características da estrutura das ocupações dessas regiões[7].

Em termos temporais observa-se que o ano de 1999 constitui-se um divisor de águas no desempenho da ocupação tanto na RMPA quanto nas outras regiões metropolitanas brasileiras investigadas. A taxa de crescimento média anual do nível de ocupados avançou de maneira muito tímida até 1999 e se recuperou consideravelmente nos anos seguintes. Esse comportamento se verificou muito nitidamente em cinco das seis regiões pesquisadas pela PED; exceção a Região Metropolitana de Recife[8]. (Gráfico 2)

Gráfico 2
Taxa de crescimento média anual da ocupação, segundo períodos selecionados
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1996(1)-2005



Fonte dos dados básicos: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Nota: (1) Para a RMS o primeiro ano da série é 1997 e para a RMR é 1998.

Como resultado da melhora de desempenho do crescimento ocupacional pós-1999, o contingente de ocupados estimado nas seis regiões investigadas pela PED, que era de 13,1 milhões em 1999, cresceu para 15,4 milhões em 2005. O número de ocupados da RMPA seguiu essa dinâmica, ao passar de 1.349 mil ocupados para 1.569 mil, no mesmo período (Tabela 1).

[7] Essa visão é compartilhada por Carlos Ramos, que analisando o mercado de trabalho metropolitano com dados da PME-FIBGE, entre 1990 e 2002, apontou quebra da curva de crescimento do emprego formal, em 1999, e concluiu que "Uma atenta leitura do acontecido nos anos 1990 nos induz a pensar que o pessimismo das elasticidades, muito usual nesses anos, deve ser visto com cautela" (RAMOS, 2003: 14). O trabalho de Chahad (2003), com dados da PED, entretanto, não identifica melhoras no mercado de trabalho após a desvalorização do câmbio de 1999, provavelmente por se ater à região metropolitana de São Paulo, que teve uma recuperação mais lenta que na maioria das demais regiões metropolitanas, nos últimos anos.

[8] Em que pese o reduzido período com dados anterior a 1999 – uma vez que a pesquisa nessa região iniciou-se em 1998.

Tabela 1
Evolução da estimativa dos ocupados em anos selecionados
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1996, 1998, 1999, 2002 e 2005

(Em mil pessoas)

Região Metropolitana e Distrito Federal	Anos selecionados					Variações em % ao ano			
	1996	1998	1999	2002	2005	98/96	99/98	02/99	05/02
Total	-	12.952	13.113	14.284	15.369	-	1,2	2,9	2,5
São Paulo	7.116	7.126	7.251	7.791	8.342	0,1	1,8	2,4	2,3
Distrito Federal	701	739	742	864	975	2,7	0,4	5,2	4,1
Porto Alegre	1.266	1.325	1.349	1.470	1.569	2,3	1,8	2,9	2,2
Belo Horizonte	1.540	1.596	1.593	1.774	1.992	1,8	-0,2	3,7	3,9
Salvador	-	1.046	1.038	1.171	1.298	-	-0,8	4,1	3,5
Recife	-	1.120	1.140	1.214	1.193	-	1,8	2,1	-0,6

Fonte dos dados básicos: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Contudo, o ritmo de crescimento da ocupação nesse período de crescimento do nível do emprego metropolitano no Brasil não foi uniforme. Na RMPA, verifica-se que o crescimento absoluto e relativo da ocupação entre 1999 e 2002 foram maiores que o crescimento no período entre 2002 e 2005, denotando uma gradual perda de dinamismo após um grande ímpeto inicial – que também pode ser explicada pela demanda reprimida por trabalhadores no início de um ciclo econômico ou pelo efeito estatístico da base de análise deprimida, como se pode observar, ainda pela Tabela 1.

Outra característica que marcou as transformações dos mercados de trabalho metropolitanos brasileiros na década de 90 foi a fragilização da sua estrutura ocupacional. Esta fragilização esteve relacionada com a queda na capacidade de geração de emprego por parte do setor industrial (com o respectivo aumento da participação do setor de serviços), com o aumento de formas de contratação flexíveis e muitas vezes à margem da legislação trabalhista, além da importância dos trabalhos precários como alternativas ao desemprego. Como ver-se-á, algumas dessas tendências foram estancadas ou ensaiaram um movimento inicial de reversão a partir de 1999.

A queda do emprego na indústria está intimamente relacionada ao padrão de desenvolvimento e à forma de inserção internacional escolhidos pelo Brasil desde a década de 90. A adoção de medidas como a abertura comercial abrupta, taxas de juros elevadas, câmbio apreciado e redução do papel do Estado resultaram não só num débil e instável crescimento econômico – com rebatimentos no nível de emprego do mercado de trabalho – como também numa aceleração e intensificação da reestruturação tecnológica e organizacional das empresas. Esse movimento das empresas acabou por eliminar e/ou deslocar postos de trabalho, via racionalização, aumento da produtividade e intensificação do processo de terceirização, nas regiões mais industrializadas.

Contudo nos últimos 10 anos, como resultado do crescimento da ocupação e dos novos arranjos produtivos, não obstante o setor industrial não tenha reduzido em termos absolutos o seu contingente de ocupados, ele perdeu participação na estrutura ocupacional setorial tanto na RMPA quanto em nas outras quatro regiões pesquisadas pela PED – salvo em Salvador, onde a participação se ampliou. As maiores quedas de participação da indústria no emprego setorial ocorreram nas regiões metropolitanas mais industrializadas de São Paulo (-3 pontos percentuais), de Belo Horizonte (-1,8 pontos

percentuais) e de Porto Alegre (-1,6 pontos percentuais).[9] No sentido oposto, o setor de serviços, que já era o principal responsável pela ocupação metropolitana brasileira, ampliou sua participação em todas as regiões metropolitanas investigadas. (Tabela 2)

Tabela 2
Distribuição dos ocupados, segundo setor de atividade econômica
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1996(1), 1999, 2002 e 2005

(Em %)

Especificações	São Paulo				Distrito Federal				Porto Alegre			
	1996	1999	2002	2005	1996	1999	2002	2005	1996	1999	2002	2005
Ocupados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	22,6	19,6	20,0	19,5	4,8	3,9	3,7	3,9	21,2	19,0	18,8	19,6
Comércio	17,2	16,1	16,1	16,1	14,6	14,5	15,4	16,1	16,7	16,9	16,1	17,1
Serviços	46,2	49,6	49,4	50,5	63,4	65,0	65,5	66,0	48,4	50,3	52,2	51,4
Construção civil	5,4	5,3	5,2	4,9	4,8	4,1	3,9	3,6	6,0	5,8	5,3	4,9
Serviços domésticos	8,1	8,9	8,6	8,6	11,6	11,6	10,4	9,6	7,3	7,6	7,2	6,6
Outros Setores	0,5	0,5	0,7	0,4	0,8	0,9	1,1	0,8	0,4	0,4	0,4	0,4

Especificações	Belo Horizonte				Salvador				Recife			
	1996	1999	2002	2005	1997	1999	2002	2005	1998	1999	2002	2005
Ocupados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	16,1	14,4	14,5	14,3	8,4	8,1	8,4	9,3	9,9	9,3	9,0	9,4
Comércio	15,1	15,0	15,4	15,6	17,9	15,9	16,3	16,1	20,7	21,5	20,4	19,4
Serviços	49,6	51,3	53,0	54,5	55,6	58,5	59,0	59,0	51,5	51,5	53,1	54,2
Construção civil	8,2	8,3	6,9	6,3	5,4	5,5	5,2	4,7	4,8	4,7	4,8	4,2
Serviços domésticos	10,0	10,1	9,5	8,9	10,8	10,4	10,1	9,4	9,7	9,6	9,0	9,1
Outros Setores	1,0	0,9	0,7	0,4	1,9	1,6	1,0	1,5	3,4	3,4	3,7	3,7

Fonte dos dados básicos: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Nota: (1) Para a RMS o primeiro ano da série é 1997 e para a RMR é 1998.

Contudo, o ritmo dessa tendência à desindustrialização em paralelo à crescente importância das ocupações no setor de serviços nos mercados de trabalho metropolitanos brasileiros não foi uniforme nessa última década. Mais uma vez, o ano de 1999 constitui-se em um marco analítico para essa mudança no ritmo. Até 1999, a taxa de crescimento média anual da ocupação industrial era, mormente, negativa e substancialmente menor ao incremento da participação do setor de serviços. Após 1999, ainda que persistisse a tendência de um melhor desempenho da ocupação nos serviços, a diferença entre os dois ritmos de expansão aproximou-se consideravelmente (Tabela 3). Nas regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Salvador a taxa de crescimento anual da ocupação industrial chegou a superar à do setor de serviços. Tal inflexão no comportamento tendencial da ocupação industrial guardou relação com a desvalorização cambial ocorrida em 1999 que resultou por uma melhora relativa na competitividade internacional dos produtos brasileiros chamados de *tradebles* (comercializáveis), em que se enquadram os produtos industrializados.

[9] Também no Distrito Federal observou-se a diminuição de participação da indústria, porém, como a presença industrial nessa região é pequena, a movimentação não chegou a ser significativa.

Tabela 3
Taxa de crescimento média anual dos ocupados,
por períodos selecionados, segundo setor de atividade econômica
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1996(1)-2005

(Em %)

Especificações	São Paulo				Distrito Federal				Porto Alegre			
	99/96	02/99	05/02	05/99	99/96	02/99	05/02	05/99	99/96	02/99	05/02	05/99
Ocupados	0,6	2,4	2,3	2,4	1,9	5,2	4,1	4,7	2,1	2,9	2,2	2,5
Indústria.....	-4,0	3,1	1,5	2,3	2,4	3,3	5,9	4,6	-1,5	2,7	3,5	3,1
Comércio.....	-1,6	2,4	2,3	2,4	5,1	7,2	5,7	6,4	2,6	1,2	4,5	2,8
Serviços.....	3,0	2,4	3,0	2,7	2,8	5,4	4,4	4,9	3,4	4,2	1,7	2,9
Construção civil.....	0,0	1,8	0,3	1,1	-3,1	4,3	1,0	2,6	0,9	0,0	-0,4	-0,2
Serviços domésticos.....	3,8	1,3	2,3	1,8	2,0	1,5	1,1	1,3	3,8	1,0	-1,0	0,0
Outros Setores.....	1,8	7,3	-11,1	-2,3	-36,1	18,6	-3,5	7,0	0,0	-5,9	6,3	0,0

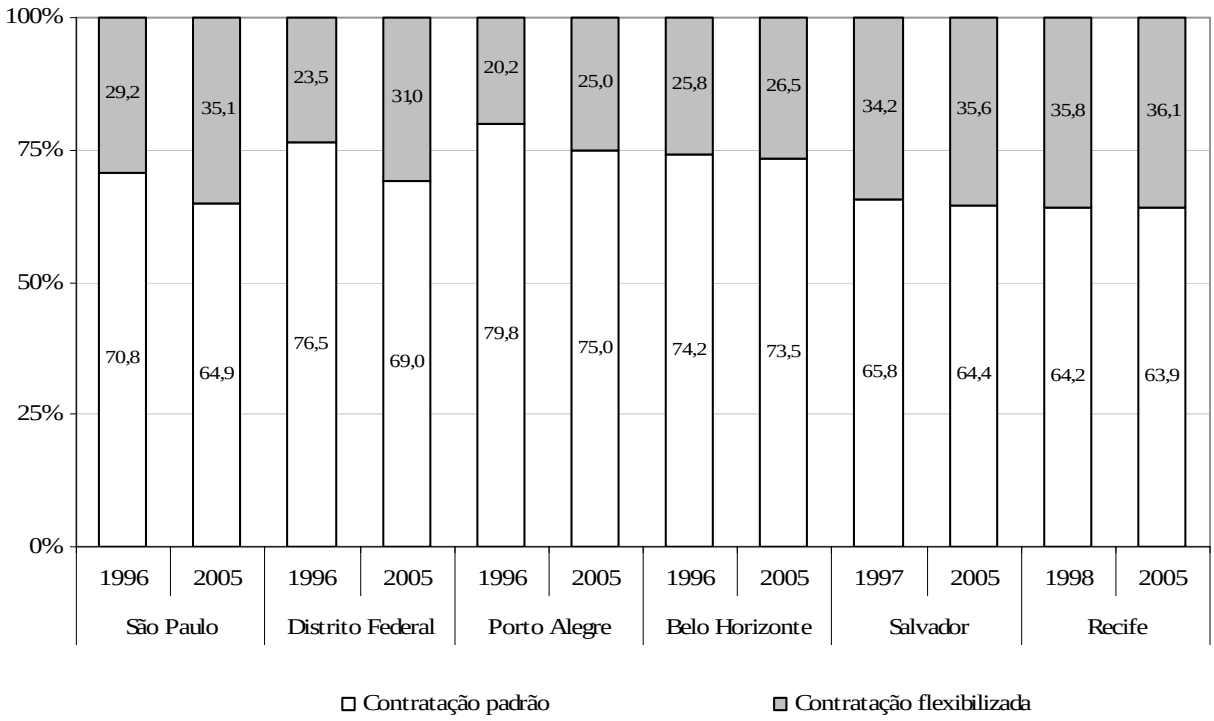
Especificações	Belo Horizonte				Salvador				Recife			
	99/96	02/99	05/02	05/99	99/97	02/99	05/02	05/99	99/98	02/99	05/02	05/99
Ocupados	1,1	3,7	3,9	3,8	-1,1	4,1	3,5	3,8	1,8	2,1	-0,6	0,8
Indústria.....	-2,6	3,9	3,5	3,7	-2,8	5,3	7,3	6,3	-4,5	0,9	0,9	0,9
Comércio.....	0,9	4,5	4,4	4,5	-6,8	5,0	3,0	4,0	5,6	0,4	-2,3	-1,0
Serviços.....	2,3	4,8	4,9	4,9	1,4	4,4	3,5	4,0	1,7	3,2	0,1	1,6
Construção civil.....	1,6	-2,6	0,8	-0,9	0,0	2,3	0,0	1,1	0,0	2,4	-4,8	-1,3
Serviços domésticos.....	1,5	1,6	1,6	1,6	-3,1	3,0	1,1	2,1	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros Setores.....	0,0	-4,7	-14,9	-9,9	-7,8	-11,0	16,6	1,9	2,6	4,9	-0,7	2,0

Fonte dos dados básicos: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Nota: (1) Para a RMS o primeiro ano da série é 1997 e para a RMR é 1998.

Ao lado da reestruturação da indústria e da sua conseqüente perda de importância como gerador de empregos houve, entre meados dos anos 90 e 2005, um crescimento das formas flexíveis de contratação de mão-de-obra – tanto pelo setor privado quanto pelo setor público. O Gráfico 3 permite visualizar essa tendência a expansão das formas de contratação flexibilizadas de trabalhadores frente a perda de participação das formas de inserção padrão em todas as regiões pesquisadas pela PED.[10] Na RMPA, a contratação flexibilizada passou de 20,2% para 25,0%, um incremento na participação de 4,8 pontos percentuais. Essa forte dinâmica de crescimento das formas flexíveis de contratação foram também verificadas em outras regiões metropolitanas onde a participação dessa modalidade eram, ainda, inferiores às regiões metropolitanas que apresentavam as maiores parcelas dos postos de trabalho flexíveis daqueles gerados por empresas – quais sejam, em Salvador e em Recife, onde essas formas flexíveis cresceram menos, porém já se situavam em patamares elevados próximos a 35%.

[10] Cabe mencionar que como contratação flexibilizada entende-se a contratação do trabalhador diretamente 1) como assalariado sem carteira de trabalho assinada, 2) pela sua contratação via empresa terceirizada ou 3) contratação como trabalhador autônomo.

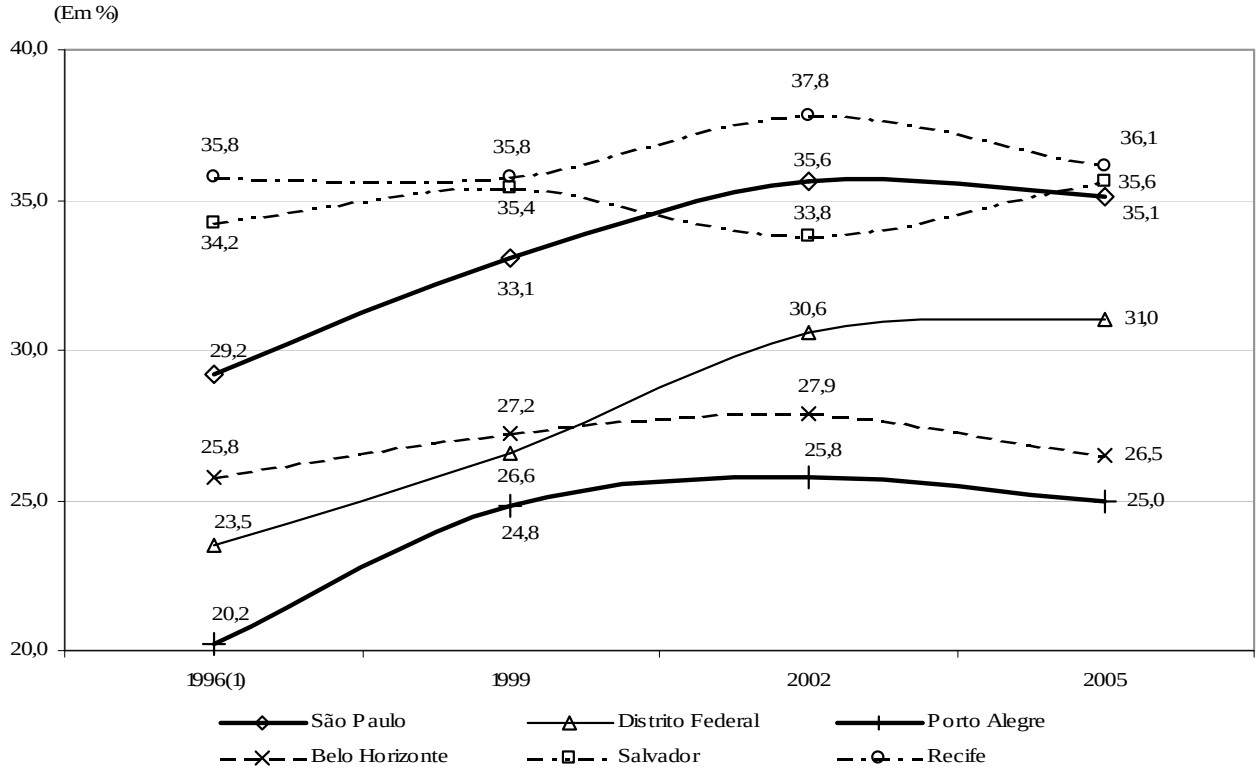
Gráfico 3
Distribuição dos postos de trabalho gerados por empresas, segundo formas de contratação
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1996(1) e 2005



Fonte dos dados básicos: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Nota: (1) Para a RMS o primeiro ano da série é 1997 e para a RMR é 1998.

Contudo, esse movimento de expansão das formas de contratação flexibilizadas não foi linear no período pós meados dos anos 90 até 2005. Desde 2002 anos se identificou, na maior parte das regiões metropolitanas pesquisadas, um esboço de reversão da tendência de aumento na participação das formas de contratação flexibilizadas frente a contratação padrão – somente no Distrito Federal e em Salvador as formas flexibilizadas de contratação seguiram em crescimento. Na RMPA, as formas flexibilizadas de contratação após aumentarem sua participação significativamente entre 1996 e 1999 perdem fôlego entre 1999 e 2002 para, finalmente, diminuírem de 25,8% em 2002 para 25,0% em 2005. (Gráfico 4)

Gráfico 4
Evolução da participação percentual dos postos de trabalho flexíveis gerados por empresas,
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1996(1), 1999, 2002 e 2005



Fonte dos dados básicos: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Nota: (1) Para a RMS o primeiro ano da série é 1997 e para a RMR é 1998.

A Tabela 4 permite verificar que, em todas regiões, a principal forma de flexibilização foi a contratação do trabalhador diretamente pela empresa como assalariado sem carteira de trabalho assinada. Em 2005, esta forma de contratação chegou a atingir 18,9% dos postos de trabalhos gerados pelas empresas na Região Metropolitana de São Paulo. Já as menores proporções de trabalhadores contratados sob essa forma observaram-se no Distrito Federal (10,5%) e na Região Metropolitana de Porto Alegre (12,1%). Cabe sublinhar que, em todas as regiões pesquisadas, ocorreu um aumento significativo dessa forma de contratação até 2002 e uma posterior perda de importância. Essa dinâmica esteve em consonância e influenciou sobremaneira na tendência recente anteriormente apresentada, qual seja, de perda de participação das contratações flexibilizadas no total de contrações.

Tabela 4
Distribuição dos postos de trabalho gerados por empresas, segundo formas de contratação
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1996(1), 1999, 2002 e 2005

(em %)

Formas de Contratação	São Paulo				Distrito Federal				Porto Alegre			
	1996	1999	2002	2005	1996	1999	2002	2005	1996	1999	2002	2005
Contratação padrão	70,8	66,9	64,4	64,9	76,5	73,4	69,4	69,0	79,8	75,2	74,1	75,0
Assalariados contratados diretamente												
Com carteira - setor privado	59,1	56,0	54,4	55,0	33,3	35,0	36,4	38,6	61,4	59,5	59,1	61,0
Com carteira - setor público	4,6	3,7	3,2	3,5	11,2	5,5	4,5	4,1	9,0	5,5	5,0	4,6
Estatutário	7,0	7,2	6,8	6,4	32,1	32,9	28,5	26,4	9,3	10,2	10,0	9,4
Contratação flexibilizada	29,2	33,1	35,6	35,1	23,5	26,6	30,6	31,0	20,2	24,8	25,8	25,0
Assalariados contratados diretamente												
Sem carteira - setor privado	16,2	17,9	19,3	18,9	11,2	11,4	12,0	10,5	9,9	12,3	13,9	12,1
Sem carteira - setor público	1,6	1,7	1,9	1,5	2,2	3,4	3,8	3,6	2,3	2,2	2,8	3,1
Assalariados terceirizados	3,4	4,0	4,6	5,3	5,6	8,2	9,9	12,1	2,9	4,4	4,7	5,2
Autônomos para uma empresa	8,1	9,5	9,7	9,7	4,4	3,5	5,0	4,7	5,1	5,9	4,4	4,6

Formas de Contratação	Belo Horizonte				Salvador				Recife			
	1996	1999	2002	2005	1996	1999	2002	2005	1996	1999	2002	2005
Contratação padrão	74,2	72,8	72,1	73,5	65,8	64,6	66,2	64,4	64,2	64,2	62,2	63,9
Assalariados contratados diretamente												
Com carteira - setor privado	55,5	55,3	56,3	58,6	42,9	43,8	46,7	47,1	44,1	45,0	45,5	47,3
Com carteira - setor público	6,6	4,4	3,7	3,3	9,9	5,2	4,5	3,6	7,1	6,8	5,6	5,1
Estatutário	12,2	13,0	12,1	11,5	13,0	15,6	15,0	13,7	13,0	12,4	11,2	11,5
Contratação flexibilizada	25,8	27,2	27,9	26,5	34,2	35,4	33,8	35,6	35,8	35,8	37,8	36,1
Assalariados contratados diretamente												
Sem carteira - setor privado	14,6	14,6	16,0	13,7	17,0	17,0	17,8	16,4	17,3	17,7	18,2	16,9
Sem carteira - setor público	1,8	1,9	2,7	3,4	3,9	3,8	2,7	3,3	3,4	2,9	4,1	4,3
Assalariados terceirizados	4,4	5,2	4,4	4,3	7,0	8,2	8,1	11,1	5,7	5,0	5,8	6,3
Autônomos para uma empresa	5,0	5,5	4,7	5,1	6,4	6,3	5,2	4,8	9,4	10,2	9,8	8,7

Fonte dos dados básicos: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Nota: (1) Para a Região Metropolitana de Salvador é 1997 e para a Região Metropolitana de Recife é 1998.

A segunda forma de flexibilização que se generalizou muito rapidamente entre meados da década de 90 e 2005 foi o assalariamento indireto em decorrência da terceirização de serviços. Com exceção da Região Metropolitanas de Belo Horizonte que registrou relativa estabilidade desse tipo de contratação, nas outras cinco regiões estudadas verificaram-se elevações na proporção dos assalariados terceirizados. Na RMPA, a parcela de desse tipo de contratação quase dobrou, passando de 2,9% em 1996 para 5,2% em 2005.

Entretanto, a contratação do trabalhador como conta própria ou autônomo foi também uma forma de flexibilização bastante importante. Em 2005, o peso relativo desse tipo de contratação foi inclusive maior que a contratação via terceirização de serviços em três regiões metropolitanas: São Paulo, Belo Horizonte e Recife. Na RMPA, por sua vez, a proporção de autônomos que trabalham para uma empresa reduziu-se entre 1996 e 2005, de modo que atualmente tenha, inclusive, menor participação entre os postos de trabalho gerados por empresas que os assalariados terceirizados.

A análise anterior parece indicar que a flexibilização do padrão de assalariamento tendeu a utilizar formas precárias de relações de trabalho, como o assalariamento sem

carteira de trabalho - que coloca o trabalhador à margem das garantias legais mínimas estabelecidas pela CLT - ou a contratação deste como conta própria, o que implica em sua marginalização dos benefícios associados ao trabalho assalariado e a transferência, para este trabalhador, de custos e riscos próprios de uma empresa. Cabe assinalar que o próprio assalariamento terceirizado também tem sido amplamente utilizado pelo empregador para reduzir seu contingente de assalariados diretos – notadamente no período mais recente (2002-2005) quando a proporção dessa modalidade de contratação cresceu em quase todas as regiões metropolitanas pesquisadas, com exceção de Belo Horizonte, onde se estabilizou. Ademais, merece ponderação o fato de que as três formas de contratação flexibilizadas analisadas não são situações novas no mercado de trabalho brasileiro, não representando, portanto, um movimento de modernização deste mercado, embora tenham sido atualmente valorizadas como tais e, muitas vezes, apresentadas como benéficas não só para as empresas como, inclusive, para os trabalhadores.

Outra sorte de estatísticas proporcionadas pela PED, qual seja, a distribuição do total de ocupados por posição na ocupação, evidencia que a crescente fragilização dos mercados de trabalho metropolitanos brasileiros – no sentido do aumento da parcela de trabalhadores em ocupações tradicionalmente consideradas como mais precárias – foi um fenômeno que caracterizou o mercado de trabalho metropolitano brasileiro na década de 90. Porém, desde 1999, esboçou-se um movimento de reversão desse fenômeno de precarização da força de trabalho metropolitana, diante do aumento relativo do assalariamento, notadamente do assalariamento com carteira de trabalho assinada, frente a outras posições na ocupação mais precárias. (Tabela 5)

Tabela 5
Distribuição dos ocupados, segundo posição na ocupação
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1996(1), 1999, 2002 e 2005

(Em %)

Especificações	São Paulo				Distrito Federal				Porto Alegre			
	1996	1999	2002	2005	1996	1999	2002	2005	1996	1999	2002	2005
Ocupados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados Total	63,0	61,4	62,4	63,4	64,4	66,8	67,1	67,9	65,6	63,2	65,5	67,1
Assalariados Setor Privado	53,9	52,8	54,1	55,3	33,7	37,7	41,0	43,6	51,2	51,1	53,3	55,1
Com Carteira Assinada	42,5	40,4	40,2	41,6	26,1	29,3	31,9	34,9	44,2	42,3	43,3	46,1
Sem Carteira Assinada	11,4	12,5	14,0	13,8	7,7	8,4	9,1	8,6	7,0	8,8	10,0	9,0
Assalariados Setor Público	9,1	8,5	8,2	8,0	30,7	29,0	26,0	24,3	14,3	12,0	12,2	12,0
Autônomo	17,5	18,7	19,6	19,1	15,8	13,3	14,5	15,2	17,6	18,9	17,5	17,5
que Trabalha para o Público	10,2	10,6	10,9	10,3	12,5	10,6	10,6	11,4	12,7	13,6	12,6	12,3
que Trabalha para Empresa	7,4	8,1	8,7	8,8	3,3	2,8	3,9	3,7	4,9	5,3	4,9	5,2
Empregadores	5,2	4,7	4,2	4,0	4,3	4,8	4,4	4,6	3,7	4,0	4,2	4,2
Empregados Domésticos	8,1	8,9	8,6	8,6	11,6	11,6	10,4	9,6	7,3	7,6	7,2	6,6
Demais	6,3	6,3	5,3	4,8	3,9	3,5	3,6	2,7	5,8	6,3	5,6	4,7

Especificações	Belo Horizonte				Salvador				Recife			
	1996	1999	2002	2005	1997	1999	2002	2005	1998	1999	2002	2005
Ocupados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados Total	62,9	61,4	63,7	64,4	56,1	58,5	59,9	61,8	55,4	54,8	56,3	59,2
Assalariados Setor Privado	49,1	48,8	51,2	51,9	40,0	43,0	45,7	48,3	41,0	41,3	43,3	45,7
Com Carteira Assinada	39,3	39,1	40,1	42,6	29,2	31,7	33,9	36,8	30,0	30,3	31,6	34,6
Sem Carteira Assinada	9,8	9,7	11,1	9,3	10,8	11,3	11,8	11,5	11,0	11,0	11,7	11,1
Assalariados Setor Público	13,7	12,6	12,5	12,4	16,1	15,4	14,2	13,4	14,4	13,5	13,0	13,5
Autônomo	18,9	21,0	20,1	20,2	24,6	23,9	23,1	22,7	24,4	26,0	25,2	24,5
que Trabalha para o Público	14,4	16,1	15,5	14,9	19,7	19,0	18,9	19,0	17,2	18,3	17,7	17,5
que Trabalha para Empresa	4,5	4,9	4,6	5,3	4,9	4,9	4,2	3,8	7,2	7,6	7,5	7,0
Empregadores	5,3	4,8	4,8	4,3	4,3	3,9	4,2	3,9	3,3	3,0	3,7	2,6
Empregados Domésticos	10,0	10,1	9,5	8,9	10,8	10,4	10,1	9,4	9,7	9,5	9,0	9,1
Demais	2,9	2,7	1,9	2,2	4,2	3,3	2,7	2,2	7,2	6,7	5,8	4,6

Fonte dos dados básicos: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Nota: (1) Para a RMS é 1997 e para a RMR é 1998.

Nos anos 90, verificava-se uma redução generalizada do peso do trabalho assalariado no conjunto dos postos de trabalho gerados e o aumento de formas alternativas a este tipo de inserção – ou seja, a ocupação como trabalhadores autônomos, como empregados domésticos e até mesmo como trabalhadores familiares em negócios de parentes. Esses segmentos alternativos são geralmente considerados mais precários, uma vez que geralmente estão associados a atividades de menor nível de produtividade, com menores rendimentos, a trabalhos mais instáveis, com menor proteção social e a condições de trabalho mais inadequadas e, em alguns casos, até mesmo clandestinas. Estas formas de trabalho, em geral, inserirem-se em segmentos da economia menos dinâmicos e são típicos de países mais atrasados e de mercado de trabalho mais heterogêneos.

Contudo, desde 1999 e com alguma defasagem temporal de acordo com a região metropolitana considerada, observou-se um movimento de recuperação do emprego assalariado, particularmente, do trabalho com registro em carteira. De modo correlato, mas no sentido oposto, a proporção do emprego assalariado sem carteira de trabalho atingiu seu ponto mais alto em 2002, vindo a perder participação a partir deste ano até 2005. Uma hipótese explicativa desse fenômeno pode ser depreendida de uma análise mais ampla da ocupação nesses anos. Como visto anteriormente, a partir de 1999 o mercado de trabalho metropolitano brasileiro se inseriu em uma trajetória expansiva.

Inicialmente, dado o ambiente de incertezas da conjuntura econômica no curto prazo, as empresas talvez preferissem contratar trabalhadores, inicialmente, sem registro em carteira e, posteriormente, com a confirmação de um quadro estrutural mais favorável, passaram a assinar a carteira destes trabalhadores. A Tabela 5 mostra que, não obstante a ocupação assalariada tenha se recuperado já a partir de 1999, foi no último triênio analisado (2003-2005) que o assalariamento com carteira tomou fôlego em detrimento do assalariamento sem registro.[11]

Entre meados da década de 90 e 1999, a proporção de trabalho assalariado diminuiu em quatro das seis regiões estudadas: São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, e Recife. Por sua vez, Salvador e Recife continuaram sendo as regiões metropolitanas onde o emprego assalariado é relativamente menor, respectivamente de 58,5% e 54,8%. Já entre 1999 e 2002 e entre este ano e 2005, o trabalho assalariado cresceu sistematicamente em todas as seis regiões metropolitanas pesquisadas. Em 2005, Distrito Federal e Porto Alegre são as regiões que atingiram os maiores percentuais de assalariados entre os ocupados, com respectivamente, 67,9% e 67,1%. O vetor explicativo desse dinamismo recente do assalariamento nos mercados de trabalho metropolitanos brasileiros provêm da *performance* do setor privado.

A proporção do emprego no setor público, ainda que com oscilações, reduziu-se tendencialmente em todo o período de análise e em todas as seis regiões metropolitanas pesquisadas, possível conseqüência do processo de privatização das empresas estatais implementado na década passada, bem como da adoção de novas ferramentas gerenciais na administração pública que racionalizam o uso do fator trabalho no serviço público. No Distrito Federal, região onde prevalece acentuada concentração dos serviços públicos, a participação dos assalariados do setor público, ainda que em decréscimo no período em análise, atingiu 24,3% do total de ocupados em 2005.

A participação do trabalho assalariado no setor privado experimentou queda nas três regiões metropolitanas mais industrializadas (São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre) até 1999. Salvo essas regiões e nesse período específico, todas as regiões apresentaram desempenho positivo da parcela de assalariados no setor privado entre meados da década de 90 até 2005. A maior proporção entre as regiões foi registrada em São Paulo, onde o contingente assalariados no setor privado atingiu 55,3% do total de ocupados.

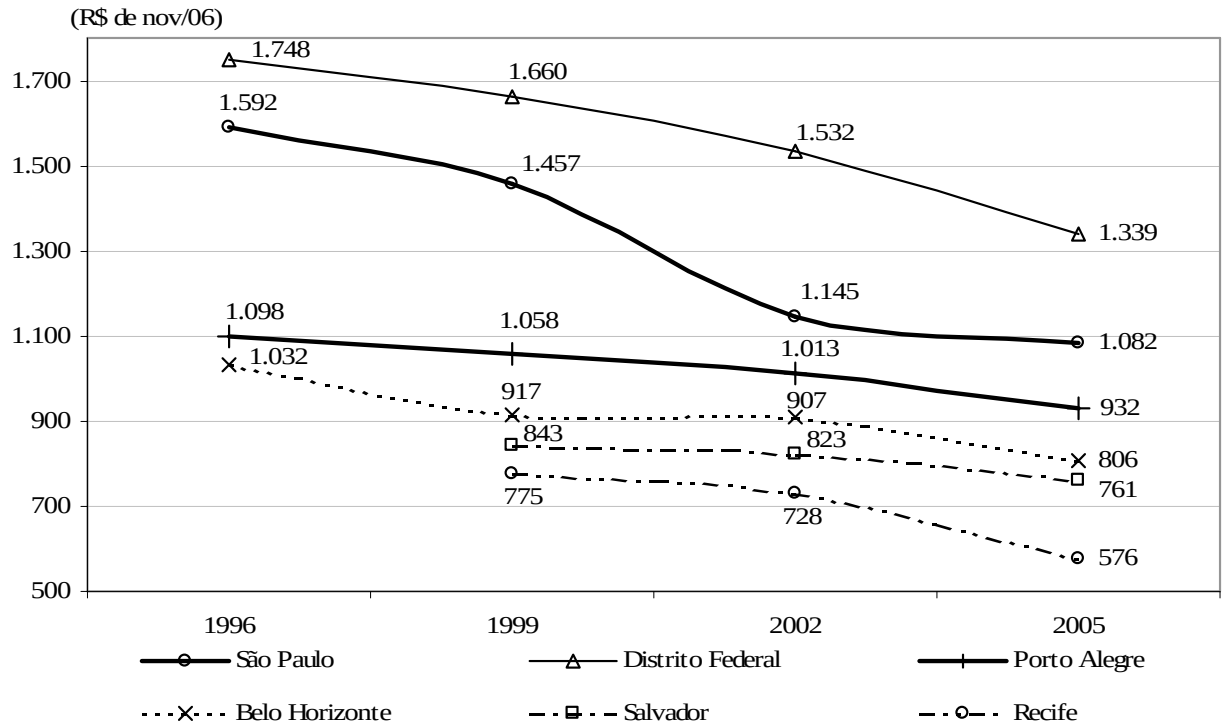
O trabalho por conta própria expandiu-se nas regiões metropolitanas mais industrializadas de São Paulo e Belo Horizonte, caiu em maior ou em menor medida em Salvador e no Distrito federal e apresentou relativa estabilidade em Porto Alegre e em Recife. Novamente, as modificações ocorridas nas regiões mais industrializadas tenderam a aproximar, também neste aspecto, suas estruturas ocupacionais das observadas nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador. Em que pese a pequena redução desta categoria em Salvador, sua proporção neste mercado de trabalho, juntamente com a observada em Recife, continuou sendo superior às registradas nas demais regiões metropolitanas.

A participação do emprego doméstico apresentou queda em cinco regiões metropolitanas – somente em São Paulo a participação dos empregados domésticos cresceu no período entre meados da década de 90 e 2005. Nesse último ano, a menor proporção de empregados domésticos no total de ocupados pode ser identificada em Porto Alegre (6,6%) e a maior no Distrito Federal (9,6%).

[11] A maior eficácia da fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego nas empresas, e a mudança de desempenho da Justiça do Trabalho seriam algumas razões institucionais que contribuiriam para o aumento da formalidade e redução dos assalariados sem carteira assinada, segundo Moretto e Krein (2005).

Um último ponto que merece especial atenção no que diz respeito a estrutura ocupacional do mercado de trabalho metropolitano brasileiro é a análise da dinâmica e da estrutura dos rendimentos entre meados da década de 90 e 2005. O processo de perda de valor do rendimento real médio dos ocupados, em todo o período analisado, e em todas as regiões investigadas, revela uma característica que marcou profundamente a dinâmica do mercado de trabalho metropolitano brasileiro nesses período, qual seja, de deterioração da renda, com rebatimentos sobre a massa de rendimentos disponíveis sobre o consumo interno, sobre a produção e assim, sobre o próprio nível de emprego. (Gráfico 5)

Gráfico 5
Evolução do rendimento real médio dos ocupados
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1996, 1999, 2002 e 2005



Fonte dos dados básicos: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Observações: a) Médias anuais. b) Inflatores utilizados: IPCA-BH/IPEAD; INPC-DF/IBGE; IPC-IEPE/RS; INPC-RMR/IBGE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP. c) Não incluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

As maiores retrações do rendimento real médio, nessa década de análise, ocorreram nas áreas metropolitanas do Recife (4,9% a.a.) e São Paulo (4,2% a.a.). Deve-se ressaltar que tais perdas, acumuladas, resultaram na eliminação de pouco mais de ¼ do valor do rendimento original, conforme se observa na Tabela 9. Já a menor variação negativa foi registrada pela Região Metropolitana de Porto Alegre (1,8% a.a.), que ao final do período, acumulava perda de 15,1% do rendimento médio de 1996.

Como a deterioração dos rendimentos foi generalizada entre as regiões metropolitanas estudadas, a hierarquia do nível de rendimentos entre as regiões pesquisadas não se alterou no período em questão. Em 2005, o Distrito federal continuou auferindo os maiores rendimentos (R$ 1.339,00) e a Região Metropolitana do Recife os menores (R$ 576,00).

Contudo, vale sublinhar que a dinâmica de deterioração dos rendimentos, ainda

que generalizada, não se processou na mesma intensidade entre as regiões metropolitanas. Notadamente as regiões que detinham os mais altos rendimentos registraram as maiores perdas na renda, embora a Grande Recife, que tinha a menor renda dentre as regiões pesquisadas, também apresentasse evolução semelhante dos seus rendimentos. Isso resultou, em parte, num movimento de diminuição da dispersão da renda entre as regiões metropolitanas. Em outras palavras, o rendimento real médio nas regiões metropolitanas brasileiras caminhou para o "nivelamento por baixo", no sentido em que as regiões mais ricas tentaram emular as mais pobres, e não o contrário (Gráfico 5 e Tabela 6).

Tabela 6
Evolução do rendimento real médio dos ocupados, segundo setores de atividades econômica
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1996(1), 1999, 2002 e 2005

(Em R$ de nov/06)

Setores	São Paulo				Var.	Distrito Federal				Var.	Porto Alegre				Var.
	1996	1999	2002	2005	(% a.a.)	1996	1999	2002	2005	(% a.a.)	1996	1999	2002	2005	(% a.a.)
Total (2)	1.592	1.457	1.145	1.082	-4,2	1.748	1.660	1.532	1.339	-2,9	1.098	1.058	1.013	932	-1,8
Indústria....	1.769	1.596	1.276	1.240	-3,9	1.356	1.448	1.143	875	-4,8	985	968	969	912	-0,9
Comércio..	1.419	1.184	914	859	-5,4	1.257	1.122	1.005	855	-4,2	1.052	971	870	776	-3,3
Serviços....	1.793	1.707	1.326	1.246	-4,0	2.177	2.071	1.904	1.674	-2,9	1.303	1.255	1.186	1.092	-1,9

Setores	Belo Horizonte				Var.	Salvador				Var.	Recife				Var.
	1996	1999	2002	2005	(% a.a.)	1997	1999	2002	2005	(% a.a.)	1998	1999	2002	2005	(% a.a.)
Total (2)	1.032	917	907	806	-2,7	924	843	823	761	-2,4	818	775	728	576	-4,9
Indústria....	1.093	998	1.002	884	-2,3	1.412	1.153	1.123	1.068	-3,4	831	825	772	617	-4,2
Comércio..	1.041	818	769	702	-4,3	804	655	664	595	-3,7	705	655	580	486	-5,2
Serviços....	1.202	1.098	1.063	923	-2,9	1.054	985	948	873	-2,3	1.010	955	898	691	-5,3

Fonte dos dados básicos: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego.
Nota: (1) Para a RMS é 1997 e para a RMR é 1998; (2) Incluídos serviços domésticos, construção civil e outros
Observações: a) Médias anuais. b) Inflatores utilizados: IPCA-BH/IPEAD; INPC-DF/IBGE; IPC-IEPE/RS; INPC-RMR/IBGE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP. c) Não incluídos os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Em relação ao comportamento setorial, verificou-se diminuição de rendimentos, em todos os setores, de todas as regiões metropolitanas investigadas no período, entre meados da década de 90 e 2005. Destaca-se, entretanto, as perdas dos ocupados no comércio, que foram maiores que as respectivas médias regionais, em todos os casos analisados, como na Grande São Paulo, em que o rendimento do comércio diminuía 5,4% a.a., contra a média total, de 4,2% a.a., pela Tabela 6. Por sua vez, os rendimentos provenientes do setor industrial, não obstante tenham caído em todas as seis regiões metropolitanas, foram os que menos recuaram ou que mais conseguiram manter seu poder aquisitivo nas áreas metropolitanas investigadas, com a exceção de Salvador e Distrito Federal, onde foram superados pelo relativamente melhor desempenho da renda no setor de serviços. A Região Metropolitana de Porto Alegre foi onde o rendimento real médio industrial menos declinou no período (0,9% a.a.).

Considerações finais

O cenário de um mercado de trabalho sem o problema do desemprego, que se estava desenhando ao final da década de 1980 foi drasticamente abortado e substituído por uma realidade mais árida para os trabalhadores, e marcada pela escalada do desemprego e, de uma forma geral, pela precarização do mercado de trabalho. Logo nos primeiros anos da década de 1990, a desaceleração da atividade econômica rebateu de forma deletéria sobre um mercado de trabalho em franca expansão, com uma população economicamente ativa que crescia não só pela rápida dinâmica demográfica, mas também pelas mudanças comportamentais de nossa sociedade, em que se pode destacar o processo de emancipação feminina.

No primeiro período que esse trabalho enfoca, que é compreendido entre os anos de 1996 e 1999, o baixo crescimento ocupacional levou as taxas de desemprego metropolitanas para níveis sem precedentes na história brasileira. Além da incapacidade de crescimento, deve-se enfatizar a redução da qualidade dos postos de trabalho gerados e a redução de rendimento. Três fenômenos manifestaram-se de forma exuberante nessa fase: 1) a desindustrialização, pela redução de postos de trabalho na indústria; 2) a terciarização, pelo inchaço do setor de serviços, notadamente naqueles ramos que comportavam relações vulneráveis de trabalho, como os pessoais; e 3) a terceirização e flexibilização das relações de trabalho, pelo aumento absoluto e relativo de postos de trabalho assalariados por subcontratação, aumento dos autônomos que trabalhavam para empresas e pelo incremento de assalariados sem carteira de trabalho que trabalhavam tanto para o setor privado, quanto para o público.

A evolução medíocre da ocupação tal como caracterizou o mercado de trabalho metropolitano nos anos 90 é em grande medida revertida a partir de 1999, quando a ocupação cresceu a taxas substancialmente maiores que no período anterior. A tendência de fragilização da estrutura ocupacional que marcou a década de 90 sofreu, senão uma reversão, pelo menos um estancamento em seu ritmo de aprofundamento. Não obstante o processo de desindustrialização ter prosseguido, o ritmo dessa transformação se atenuou consideravelmente a partir de 1999. No caso do aumento da flexibilização das formas de contratação também se verificou apenas um arrefecimento dessa tendência, notadamente a partir de 2002; com destaque para a reversão no crescimento da participação do trabalho assalariado sem carteira assinada. Já em se tratando do movimento de precarização da estrutura ocupacional verificou-se também uma forte reversão, inicialmente, com o aumento de participação das ocupações assalariadas a partir de 1999 e, posteriormente, com o aumento substancial da participação dos assalariados com carteira e efetiva diminuição dos assalariados sem carteira a partir de 2002.

Em relação ao rendimento real médio, registrou-se trajetória persistente de queda em todo o período analisado. Ou seja, a melhora relativa no nível e na estrutura ocupacional depois de 1999 não repercutiu na melhora da renda. Isso pode estar refletindo tanto características do próprio mercado de trabalho – como a manutenção de taxas de desemprego ainda em patamares muito elevados ou como a elevada fragilização da estrutura ocupacional ocorrida mormente na década passada – quanto características da institucionalidade do mercado de trabalho no Brasil que não propiciam a distribuição eqüitativa dos ganhos de produtividade logrados pelo fator trabalho no processo produtivo. De toda forma, interessa constatar que a diminuição dos rendimentos foi setorialmente mais forte nos setores de comércio e serviços e menos intensa no setor industrial, que normalmente apresenta relações de trabalho menos fragilizadas e mais estáveis.

A melhora do mercado de trabalho no período pós-1999 lembra a improvável flor do poema drummondiano, quer pela sua fragilidade e estética, quer pelo surgimento inusitado, tendo em vista o ambiente econômico inóspito, de pouco crescimento, e de ausência de políticas mais vultosas de fomento. A concomitância observada entre o colapso cambial de 1999 e a reversão de indicadores do mercado de trabalho sugere o impacto da orientação da política macroeconômica sobre o mercado de trabalho e admoesta, aos que desejam um ambiente mais promitente para os trabalhadores, que devemos nos afastar das diretrizes macroeconômicas propaladas na década de 90.

Referências bibliográficas

BARELLI, Walter, TROYANO, Annez Andraus. Pesquisa de Padrão de Vida e Emprego na Região Metropolitana de São Paulo: População Economicamente Ativa e Situação Ocupacional. In III Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1982, **Anais...** ABEP, 1982, v. 1, p. 11-29.

CARVALHO, José A. M.; BRITO, Fausto; RIBEIRO, José; RIGOTTI, José. Minas Gerais, uma nova região de atração populacional? In: **20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira – 1982-2002:** Coletânea de trabalhos, 1982-2002. Belo Horizonte: UFMG/FACE/CEDEPLAR, 2002, v. 3, p. 239-262.

CHAHAD, José P. Z. Tendências recentes no mercado de trabalho: pesquisa de emprego e desemprego. In: **São Paulo em perspectiva.** São Paulo: SEADE. 17(3-4), 2003, p. 205-217.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil.** São Paulo: DIEESE, 2001.

FERNANDES, R. . Estratégias de Sobrevivência do Trabalhador Desempregado. In: Chahad, J. P. Z.; Picchetti, P. (Org.). **Mercado de Trabalho no Brasil: Padrões de Comportamento e Transformações Institucionais**. São Paulo, 2002.

MORETTO, Amilton; KREIN, José D. O crescimento da formalização do emprego: Como explicá-la? In: IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 2005, Recife-PE. **Anais...** 2005.

RAMOS, Carlos A. O emprego nos anos 1990: O regime macroeconômico importa?. In **Mercado de Trabalho** – Conjuntura e Análise. N° 22. Rio de Janeiro: IPEA. Novembro de 2003. p. 11-14.

RODARTE, Mario M. S.; BRAGA, Thaiz S. Tendências recentes do mercado de trabalho no Brasil a partir da Pesquisa de Emprego e Desemprego(PED). In: DIEESE. (Org.). **O trabalho no setor terciário**: emprego e desenvolvimento tecnológico. Campinas e São Paulo, 2005, v. 8.

SABÓIA, João. Emprego, renda e pobreza no Brasil na década de oitenta – transformações conjunturais e estruturais. In: **Força de trabalho e emprego.** Salvador, v. 9, n. 1, p. 3-9, Jan./Abr. 1992.

TROYANO, Annez A.; MATTOSO, Jorge E. L.; HOFFMANN, Marise P. O Emprego: Dimensões da Crise. In IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, out/1984, **Anais...** Águas de São Pedro, São Paulo: ABEP, 1984, v. 3, p. 1383-1413.

UM ASPECTO DA SUBOCUPAÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE HORAS TRABALHADAS: A ANÁLISE DO DESEJO DE TRABALHAR HORAS ADICIONAIS[1]

*Danielle Carusi Machado**

*Ana Flávia Machado***

RESUMO

O fenômeno de subocupação por horas trabalhadas reflete a subutilização da capacidade produtiva da população ocupada, logo, está relacionado ao tempo adicional que a pessoa nesta situação deseja e está disponível para trabalhar durante o período de referência. Pode ser computado a partir das horas de trabalho que poderia trabalhar além das que efetivamente trabalhou na semana. O objetivo desse trabalho é descrever o perfil dos ocupados que estão insatisfeitos com a jornada de trabalho por considerá-la insuficiente tendo-se em contra-partida aqueles que declaram-se satisfeitos. Na literatura brasileira, esse trabalho de aplicação aos dados da PME é inédito. Pretende-se responder às seguintes questões: Há diferenças entre as regiões metropolitanas? Insuficiência de horas trabalhadas está associada à insuficiência de renda no sentido de rendimento abaixo da média? Em que medida podemos associá-la a pobreza? Existem grupos demográficos mais sujeitos a essa situação ou não?

Palavras-chave: subocupação; jornada de trabalho; mercado de trabalho.

[1] Gostaríamos de agradecer a Elizabeth Belo Hypolito pela elaboração dos coeficientes de variação das estimativas das tabulações da Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE).

* Doutora pela PUC-Rio. Pesquisadora da UFF. danielle@econ.puc-rio.br

** Professora Cedeplar /UFMG. Pós-doutoranda no IPC/PNUD. ana.machado@undp-povertycentre.org

1. Introdução

A subocupação é parte integrante da estrutura de mensuração da força de trabalho, sendo calculada com base nas capacidades correntes e na situação de trabalho das pessoas ocupadas. As estatísticas de subocupação são usadas para complementar os indicadores tradicionais sobre o mercado de trabalho: ocupação, desocupação e inatividade (segundo *OIT, 1998*).

O fenômeno de subocupação por horas trabalhadas reflete a subutilização da capacidade produtiva da população ocupada. Esta subutilização ocorre devido ao mau funcionamento do sistema econômico. Uma pessoa é classificada como subocupada quando deseja encontrar uma ocupação alternativa a que possui e nela se engajar. A subocupação por horas de trabalho existe quando a jornada de trabalho da pessoa ocupada é insuficiente em relação a uma alternativa ocupacional na qual a pessoa deseja e está disponível para aceitar.

Segundo OIT (1998), para uma pessoa ser classificada como subocupada por horas de trabalho deve atender aos seguintes critérios:

- "Desejar trabalhar mais horas adicionais", ou seja, querer uma outra ocupação (ou outras ocupações), adicionalmente à sua ocupação atual, de forma a aumentar o número de horas de trabalho; aumentar a jornada de trabalho em qualquer um dos postos em que está vinculado; ou, uma combinação dessas duas opções. A procura por horas adicionais deve ser efetiva, de forma similar à procura efetiva por uma ocupação.
- "Disponível para trabalhar horas adicionais", ou seja, deve estar pronta, dentro de um período de tempo subsequente específico, para trabalhar horas adicionais dadas as oportunidades de trabalho adicional. Este período subsequente de tempo é definido conforme as circunstâncias nacionais, considerando o período que normalmente é requerido para um trabalhador deixar uma ocupação para iniciar outra.
- "Ter uma jornada de trabalho menor que um determinado limite", pessoas cujas horas de trabalho habituais em todos os trabalhos do período de referência estão abaixo de um determinado limite, definido conforme o contexto do país. Este limite pode ser determinado pelos limites entre a ocupação em tempo integral e parcial, pelos valores medianos, médios, por normas definidas conforme legislação específica, acordos coletivos ou práticas laborais dos países.

O volume da subocupação por horas de trabalho está relacionado ao tempo adicional que a pessoa nesta situação deseja e está disponível para trabalhar durante o período de referência. Pode ser computado a partir das horas de trabalho que poderia trabalhar além das que efetivamente trabalhou na semana.

Na nova metodologia da Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE),[1] iniciada em 2002, existe um pergunta específica para avaliar o desejo das pessoas ocupadas de trabalhar horas adicionais à sua jornada de trabalho efetiva. A partir desta pergunta pode-se identificar um grupo de pessoas que não está satisfeita com a inserção na atividade econômica. O objetivo desse trabalho é, portanto, descrever o perfil dos ocupados que estão insatisfeitos com a jornada de trabalho por considerá-la insuficiente tendo-se em contra-partida aqueles que declaram-se satisfeitos. Na literatura brasileira, esse trabalho de aplicação aos dados da PME é inédito. Pretende-se responder às seguintes questões: Há diferenças entre as regiões metropolitanas? Insuficiência de horas trabalhadas está associada à insuficiência de renda no sentido de rendimento abaixo da média? Em que medida podemos associá-la a pobreza? Existem grupos demográficos mais sujeitos a essa situação ou não?

[1] Ver IBGE (2002).

Dividimos o artigo em cinco seções: na próxima seção descrevemos a base de dados utilizada, na terceira seção fazemos uma análise do mercado de trabalho regional, na quarta, traçamos as principais características dos trabalhadores ocupados que desejam trabalhar mais horas, diferenciando-os do grupo de trabalhadores ocupados que estão satisfeitos com sua jornada de trabalho. Na última seção, apresentamos as considerações finais e linhas de pesquisa futuras.

2. Base de dados

A base de dados é a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) para todas as regiões metropolitanas que compõem a pesquisa, somente nos meses de setembro de 2002 a 2006. Embora a PME apresente o formato de painel rotativo, em que cada domicílio é entrevistado quatro vezes, saindo oito meses da amostra e retornando mais quatro para então sair definitivamente, utilizamos a informação *cross-section* do mês de setembro de cada ano. Como este é o mês de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, consideramos que, em um primeiro momento, o perfil do trabalhador subocupado por insuficiência de horas pode ser feito com base neste período apenas.

A amostra é composta por indivíduos ocupados com idade igual ou superior a 10 anos, que não são pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos no domicílio e que apresentam rendimento do trabalho principal.

Os indivíduos foram separados por região metropolitana conforme o seu desejo de trabalhar mais horas. Este é captado pela pergunta da PME: " - ... gostaria de trabalhar além do número de horas que efetivamente trabalhou na semana de ../../.. a ../../.. (semana de referência)?" Em nossa análise, se o indivíduo responde sim significa que deseja trabalhar mais horas, sendo classificada como subocupada por insuficiência de horas (ver Tabela 1).

Tabela 1 - Amostra dos que se declararam satisfeitos e não satisfeitos com a jornada de trabalho por região metropolitana, setembro de cada ano - 2002 a 2006

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	4.296	4.765	7.274	7.014	8.743	5.735	37.827
2003	4.710	4.634	7.078	6.891	8.936	5.748	37.997
2004	4.820	4.502	7.441	7.527	9.111	5.786	39.187
2005	4.737	4.673	7.617	7.398	9.416	6.140	39.981
2006	4.614	4.574	7.846	7.716	9.567	6.752	41.069
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	665	369	753	452	435	647	3.321
2003	598	380	879	757	775	610	3.999
2004	394	1.018	829	525	598	561	3.925
2005	462	714	785	421	554	476	3.412
2006	862	652	1.386	360	562	393	4.215
total							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	4.961	5.134	8.027	7.466	9.178	6.382	41.148
2003	5.308	5.014	7.957	7.648	9.711	6.358	41.996
2004	5.214	5.520	8.270	8.052	9.709	6.347	43.112
2005	5.199	5.387	8.402	7.819	9.970	6.616	43.393
2006	5.476	5.226	9.232	8.076	10.129	7.145	45.284

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Os atributos pessoais selecionados são: sexo (homem=1), declaração de cor (branco=1), média de anos de estudo[2] , média de idade e se era chefe do domicílio. No que tange às características de inserção no mercado de trabalho, além do rendimento habitual hora médio e jornada média habitual mensal, são consideradas outras variáveis. Selecionamos

[2] Algoritmo contruído para aplicação a PME, variando de 0 a 15 anos de estudo.

aquelas que descrevem a demanda por habilidades individuais e do setor - formal ou informal – onde a ocupação se insere. A variável de "habilidades" é construída através do grupo ocupacional do indivíduo, agregando-os por demanda de qualificação em: superior (=1), média (=2) e manual (=3).

O setor informal é formado pelas seguintes posições na ocupação: empregados sem carteira assinada, trabalhadores por conta-própria (excluindo profissionais liberais) e empregadores com até cinco empregados. Os demais (assalariados com carteira, profissionais liberais, empregadores , funcionários públicos e militares) constituem o setor formal do mercado de trabalho.

3. Análise do mercado de trabalho regional

O mercado de trabalho regional no Brasil é bastante distinto. O comportamento dos principais indicadores de trabalho se diferenciam em nível e evolução. Como pode ser observado na Tabela 2, a taxa de desemprego é maior em todos os anos na região metropolitana de Salvador, acima de 4%, ao passo que, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre, ela se mantém em níveis mais baixos inferiores a 3%.

Tabela 2- Evolução da taxa de desemprego por RM (%)

	Recife	Salvador	BH	RJ	SP	POA
2002	2,8	4,3	3,1	2,7	3,9	2,5
2003	3,9	5,3	3,3	2,7	4,9	3
2004	3,1	4,8	3,1	2,6	3,8	2,6
2005	3,8	4,8	2,4	2,1	3,1	2,5
2006	3,6	4,2	2,5	2,2	3,6	2,4

Fonte: Elaboração própria a partir da PME/IBGE, 2002 a 2006

A evolução ao longo do período não segue um comportamento monotônico decrescente ou crescente. Em determinado ano, cai a taxa de desemprego de um região enquanto em outra permanece estável ou sobe. Desse modo, a evolução da taxa de desemprego parece refletir muito mais um desempenho da economia local do que nacional.

No que tange à taxa de inatividade (Tabela 3), verifica-se que a de Recife é a mais alta, em torno de 24%. Provavelmente, parte dessa inatividade se deva ao desalento do trabalhador que, diante de condições adversas para a obtenção de um posto de trabalho, prefira ficar um período maior sem buscar uma ocupação. Como ele não procura efetivamente por uma ocupação, não é classificado como desempregado na semana de referência, conforme a definição da estatística da taxa de desemprego acima reportada (Tabela 2). Conforme já visto, a taxa de desemprego de Recife não é a mais alta.

Salvador e São Paulo apresentam as menores taxas de inatividade (de 21% a 22%, aproximadamente), ainda que não se diferenciem em muito das demais. Da mesma forma que no caso da taxa de desemprego, a evolução deste indicador não descreve um comportamento conjuntural tão claro. Porto Alegre, no entanto, chama atenção pela maior estabilidade do nível ao longo do período, cerca de 22%.

A Tabela 4 mostra que existe uma forte relação entre a proporção de ocupados no setor informal e o menor dinamismo do mercado de trabalho. Isto evidencia-se para as regiões metropolitanas de Recife e Salvador, cujo menor dinamismo da atividade econômica se reflete em porcentagens mais elevadas de trabalhadores ocupados no setor informal (de 49% a 52%, aproximadamente). Rio de Janeiro se encontra em um patamar intermediário e as três outras metrópoles apresentam taxas semelhantes, sendo que Porto Alegre tem a menor de todas (43%, em 2002, e 41%, em 2006).

Tabela 3 - Evolução da taxa de inatividade por RM (%)

	Recife	Salvador	BH	RJ	SP	POA
2002	24.71	22.13	22.74	23.24	22.09	22.75
2003	23.44	21.80	22.29	22.96	20.73	22.44
2004	24.24	21.52	22.12	22.82	21.36	22.56
2005	23.88	21.48	22.57	23.32	21.83	22.43
2006	23.63	21.98	21.87	23.19	21.34	22.47

Fonte: Elaboração própria a partir da PME/IBGE, 2002 a 2006.

Tabela 4 - Evolução da proporção de informais por região metropolitana (%)

	Recife	Salvador	BH	RJ	SP	POA
2002	52.69	50.39	44.35	47.27	43.36	43.37
2003	55.44	49.48	46.11	48.08	46.53	44.23
2004	53.01	52.57	45.48	48.67	47.19	43.22
2005	51.39	51.72	44.57	48.18	44.91	42.41
2006	53.05	49.35	45.05	47.82	43.79	41.46

Fonte: Elaboração própria a partir da PME/IBGE, 2002 a 2006

Com relação à carga de trabalho das pessoas ocupadas, existem duas formas de mensuração: a jornada de trabalho média mensal habitual e a efetiva. A primeira capta as horas habitualmente trabalhadas, não incorporando horas extras ou momentos de folga. Estes últimos aspectos são contemplados pela mensuração da jornada de trabalho efetiva, que corresponde a uma medida mais corrente do total de horas dispendidas no exercício profissional. Para a análise da subocupação por horas de trabalho, um indivíduo está subocupado se deseja e tem disponibilidade para trabalhar mais horas que as horas que efetivamente trabalha naquele momento. Neste artigo, conforme já mencionado, abordamos um destes aspectos, que é a vontade de trabalhar horas adicionais às horas efetivamente trabalhadas.

A jornada de trabalho média efetiva no mês é maior em São Paulo para os anos de 2003 e 2005. Nos anos de 2002 e 2006, os trabalhadores de Recife trabalhavam efetivamente mais em média. No ano de 2004, por sua vez, a jornada de trabalho média mensal efetiva foi maior no Rio de Janeiro. Este indicador foi mais baixo em Belo Horizonte e em Porto Alegre (Tabela 5).

No período, verificamos redução da jornada de trabalho média efetiva mensal em todas as metrópoles. No ano de 2005, em virtude de uma tímida recuperação econômica, houve um aumento pequeno, somente não ocorrido nas regiões de Salvador e Recife. Em Salvador, a jornada de trabalho média efetiva mensal caiu de 176,77 horas, em 2004, para 175 horas, em 2005.

Tabela 5 - Média da jornada de trabalho efetiva mensal (horas mês) por região metropolitana

	Recife	Salvador	BH	RJ	SP	POA
2002	185.17	178.26	176.09	182.65	184.20	176.96
2003	178.20	175.12	172.94	181.01	182.70	176.65
2004	178.26	176.77	168.84	179.88	177.71	168.40
2005	178.40	175.01	169.69	180.29	180.67	169.47
2006	181.60	170.03	167.82	178.31	176.47	167.12

Fonte: Elaboração própria a partir da PME, 2002 a 2006

Com relação à evolução da jornada de trabalho média habitual mensal, observamos que, nas seis regiões metropolitanas, também houve redução entre os anos de 2002 e 2006. De

2004 para 2005, a jornada de trabalho média mensal habitual apenas aumentou em Recife e em São Paulo.

Com exceção dos anos de 2002 e 2006, a jornada de trabalho média habitual mensal sempre foi ligeiramente maior em São Paulo ou Rio de Janeiro. O tempo médio habitual de trabalho mensal é muito próximo entre as áreas metropolitanas ao longo dos cinco anos. Recife é a região que apresenta um valor mais alto tanto no início da série como no final.

Tabela 6 - Média da jornada de trabalho habitual mensal (horas mês) por região metropolitana

	Recife	Salvador	BH	RJ	SP	POA
2002	188.95	179.58	179.98	184.08	185.75	183.89
2003	180.05	176.36	177.37	183.68	185.45	181.78
2004	180.08	179.55	176.67	184.63	184.61	182.96
2005	181.24	178.07	176.54	183.06	185.53	182.25
2006	186.04	174.92	178.55	182.75	183.76	180.72

Fonte: Elaboração própria a partir da PME, 2002 a 2006

Quanto ao rendimento hora médio (Tabela 7), conforme já observado na literatura, São Paulo é a região que oferece os melhores rendimentos do trabalho. Por outro lado, trabalhadores de Recife e Salvador possuem os rendimentos mais baixos, sem considerar o custo de vida local. Porto Alegre e Rio de Janeiro alternam-se na segunda posição.

A análise do mercado regional de trabalho, no período, mostra que em Recife, quando ocupado, o indivíduo trabalha mais, em maior proporção no setor informal, e ganha menos em média. Salvador e São Paulo chamam atenção pela elevada taxa de desemprego e, particularmente, São Paulo, pela remuneração mais alta. Belo Horizonte, pela menor jornada efetiva.

Tabela 7 - Rendimento hora nominal por região metropolitana (R$)

	Recife	Salvador	BH	RJ	SP	POA
2002	3.34	3.50	3.97	4.93	5.27	4.58
2003	3.45	3.94	4.26	5.02	5.34	4.77
2004	3.68	4.13	5.19	5.28	5.96	5.44
2005	4.29	4.36	5.37	5.54	6.30	5.76
2006	4.20	4.80	5.97	5.95	6.62	6.13

Fonte:Elaboração própria a partir da PME, 2002 a 2006

4 - Características gerais das pessoas subocupadas[3]

4.1. Total

A tabela 8 mostra os totais de pessoas ocupadas nas regiões metropolitanas que gostariam e que não gostariam de trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas no mês de setembro de cada ano. No total das seis regiões metropolitanas, há 1,5 milhão de pessoas que estariam dispostas a aumentar a sua carga de trabalho efetiva. Esse total diferencia-se por região metropolitana e por ano.

Com relação à evolução do total de pessoas que desejavam trabalhar mais horas, observa-se que houve um aumento de 40% de 2002 para 2003. Este número, contudo, cai nos dois anos seguintes, voltando a subir em 2006.

[3] Para todas as tabelas apresentadas nesta seção elaboramos os coeficientes de variação com base no desenho amostral da Pesquisa. As tabelas dos coeficientes de variação encontram-se no Anexo I.

Tabela 8 - Total de pessoas ocupadas por desejo de trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas por região metropolitana, setembro de cada ano

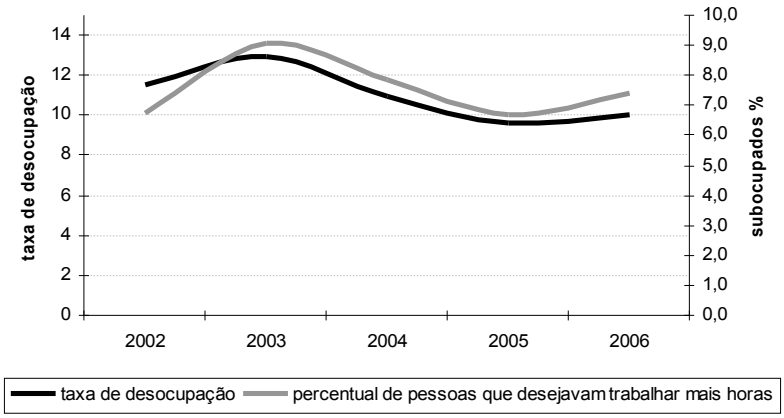
não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	1.032.351	1.179.181	1.687.616	4.315.621	7.110.801	1.420.207	16.745.778
2003	1.124.793	1.171.482	1.746.829	4.339.350	7.246.481	1.467.893	17.096.828
2004	1.185.911	1.109.670	1.843.726	4.667.288	7.649.659	1.521.670	17.977.922
2005	1.166.516	1.219.884	1.906.975	4.747.697	7.975.554	1.593.506	18.610.132
2006	1.135.337	1.239.680	1.918.187	4.895.654	8.185.562	1.672.966	19.047.385
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	159.957	91.398	175.557	285.197	345.225	156.537	1.213.871
2003	142.477	94.628	216.623	471.494	625.561	152.624	1.703.407
2004	94.687	248.598	203.958	320.527	511.035	148.836	1.527.641
2005	109.050	183.111	198.601	262.678	461.161	120.716	1.335.316
2006	208.205	172.423	333.004	224.420	488.710	94.750	1.521.512

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Em termos de percentual de pessoas que desejavam trabalhar mais horas, conforme pode ser visto no gráfico 1, em 2002, 6,8% das pessoas ocupadas no total das seis regiões metropolitanas desejavam trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas. Esse percentual aumenta para 9,1% no ano de 2003 para depois decrescer continuamente até 2005. Em 2006, 7,4% das pessoas ocupadas gostariam de trabalhar mais horas.

É interessante notar que a tendência da porcentagem de pessoas subocupadas é similar a da taxa de desemprego. No ano de 2003, a taxa de desemprego aberto atinge o valor de 9,1%, o mais alto da série analisada. Uma possível explicação é que, dado o baixo dinamismo do mercado de trabalho, expresso pelas oscilações na taxa de desocupação, as pessoas podem aceitar ficar ocupadas em um posto de trabalho não condizente com sua qualificação. A insatisfação no trabalho pode estar se refletindo exatamente no desejo de trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas.

Gráfico 1: Taxa de desocupação e percentual de subocupados



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME.

Em setembro de 2002, o percentual de pessoas que desejavam trabalhar mais horas era mais alto em Recife: 13,4% das pessoas ocupadas nesta região desejavam trabalhar mais horas. Na Região Metropolitana de São Paulo, este percentual era apenas de 4,6%. Neste ano, conforme já demonstrado na seção anterior, Recife foi a região com a maior jornada de trabalho média mensal tanto habitual quanto efetiva (Ver tabela 9).

No mesmo mês do ano seguinte, Recife continuou sendo a região cujo percentual de pessoas que desejam trabalhar mais horas foi maior (11,2%). O percentual foi mais baixo na região de Salvador (7,5%), seguido de São Paulo (7,9%).

Tabela 9 - Percentual de pessoas ocupadas que desejavam trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas por região metropolitana, setembro de cada ano

	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	13,4%	7,2%	9,4%	6,2%	4,6%	9,9%	6,8%
2003	11,2%	7,5%	11,0%	9,8%	7,9%	9,4%	9,1%
2004	7,4%	18,3%	10,0%	6,4%	6,3%	8,9%	7,8%
2005	8,5%	13,1%	9,4%	5,2%	5,5%	7,0%	6,7%
2006	15,5%	12,2%	14,8%	4,4%	5,6%	5,4%	7,4%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Em setembro de 2004 e 2005, na região metropolitana de Salvador encontra-se o maior percentual de pessoas que desejavam trabalhar mais horas (18,3% e 13,1%, respectivamente). Nas regiões de São Paulo e Rio de Janeiro, por sua vez, são registrados os menores percentuais nos dois anos.

Em setembro de 2006, estas duas regiões permanecem sendo uma das que registram os menores percentuais de pessoas que desejam trabalhar mais horas. Por outro lado, Recife apresenta o maior percentual de pessoas nesta situação, 15,5%.

Este total de pessoas desejosas de aumentar a carga de trabalho em Recife é um indicativo de condições de trabalho não satisfatórias. Conforme já visto na seção anterior, as pessoas ocupadas em Recife possuem rendimentos mais baixos e se inserem principalmente de forma informal no mercado de trabalho. Como a jornada de trabalho média em Recife não é tão mais baixa quanto nas demais regiões (e, em alguns momentos, foi mais alta), o desejo de trabalhar mais horas pode estar mais associado ao fato das pessoas ocupadas estarem ganhando menos do que ao fato de estarem inseridas em ocupações com jornadas inferiores, como em tempo parcial.

4.2. Composição do domicílio

Com relação à composição dos domicílios, não existem grandes diferenças entre o grupo de pessoas que desejavam trabalhar mais horas e que não desejavam trabalhar mais horas. Na maior parte das regiões metropolitanas, a proporção de pessoas que era chefe do domicílio era ligeiramente menor no grupo de pessoas que desejavam trabalhar mais horas.

Tabela 10 - Percentual de chefes de família por região metropolitana, setembro de cada ano

	não desejavam trabalhar mais horas						
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	46,9%	50,0%	44,2%	48,8%	48,7%	48,2%	48,2%
2003	44,2%	48,3%	44,0%	49,9%	48,6%	47,8%	48,1%
2004	44,0%	46,3%	43,2%	50,7%	48,7%	47,0%	48,0%
2005	42,7%	45,7%	43,4%	49,9%	47,6%	46,4%	47,2%
2006	44,0%	46,6%	42,6%	50,2%	45,9%	46,5%	46,7%
	desejavam trabalhar mais horas						
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	42,5%	47,3%	47,8%	55,2%	50,0%	48,7%	49,5%
2003	43,9%	47,7%	42,1%	52,0%	47,7%	50,5%	48,1%
2004	41,6%	42,9%	41,4%	43,5%	43,5%	48,6%	43,5%
2005	38,6%	44,6%	42,0%	48,6%	46,4%	51,6%	45,8%
2006	41,5%	47,5%	42,4%	47,6%	46,7%	45,9%	45,2%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Como pode ser visto na tabela 10, em Recife, em todos anos analisados, no grupo de pessoas que não desejavam trabalhar mais horas há mais chefes de domicílio do que no grupo dos satisfeitos com a jornada de trabalho. Em Salvador, isto também ocorre, com exceção do último ano analisado. Em 2006, nesta região, 46,6% dos trabalhadores ocupados que não desejavam trabalhar mais horas eram chefes de domicílio, enquanto que esta proporção era de 47,5% entre os que desejavam trabalhar mais horas.

Nas outras regiões, as porcentagens variam muito de um ano para outro. A principal diferença está em Porto Alegre, onde os chefes predominam mais no grupo de pessoas ocupadas que desejavam trabalhar mais horas.

Como pode ser visto na tabela 11, o número médio de pessoas moradoras do domicílio está em torno de 3 e 4, aproximadamente. Pessoas que desejam trabalhar mais horas normalmente estão inseridas em domicílios com maior número médio de moradores. Como esperado, nas regiões mais pobres, Recife e Salvador, o número médio de moradores é maior que nas demais regiões. Porto Alegre tem o menor número médio de moradores no domicílio.

Tabela 11 - Número médio de moradores no domicílio da pessoa ocupada por região metropolitana, setembro de cada ano

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	4,18	3,96	4,05	3,72	3,84	3,71	3,85
2003	4,20	3,92	4,07	3,58	3,81	3,67	3,80
2004	4,08	4,02	4,04	3,60	3,74	3,59	3,76
2005	4,13	4,02	3,96	3,57	3,72	3,56	3,74
2006	4,07	3,91	4,00	3,55	3,69	3,51	3,71
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	4,43	4,25	4,06	3,71	4,06	3,76	4,00
2003	4,05	3,95	4,08	3,53	4,08	3,53	3,87
2004	4,19	4,16	4,09	3,61	3,80	3,78	3,88
2005	4,44	4,27	4,04	3,67	3,60	3,71	3,85
2006	4,20	3,94	3,91	3,59	3,69	3,73	3,82

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

4.3. Características individuais

A tabela 12 mostra que a proporção de homens no grupo de pessoas que desejavam trabalhar mais horas é menor que no grupo de pessoas que não desejavam trabalhar mais horas. Este resultado ocorre em todos períodos e para todas regiões metropolitanas. Isto indica que as mulheres, por estarem normalmente inseridas em ocupações com jornadas de trabalho menores e rendimentos inferiores, estão insatisfeitas com o trabalho. Há mais mulheres no grupo de pessoas que desejavam trabalhar mais horas do que no grupo que não desejava ter jornadas mais extensas.

No mês de setembro de 2006, em Recife, 58% das pessoas que não desejavam trabalhar mais horas eram do sexo masculino. Dentre as pessoas que desejavam expandir a jornada de trabalho, esta proporção caía cinco pontos percentuais. Em Porto Alegre, os homens eram 55% das pessoas que não queriam aumentar a jornada de trabalho e apenas 45% das que gostariam de aumentar a carga horária de trabalho.

Tabela 12 - Percentual de homens por região metropolitana, setembro de cada ano

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	58,8%	55,7%	55,9%	58,5%	57,8%	57,9%	57,7%
2003	58,0%	56,8%	57,2%	57,6%	57,2%	57,2%	57,3%
2004	57,4%	55,9%	56,8%	57,8%	56,9%	55,4%	56,9%
2005	58,4%	55,3%	56,3%	57,7%	56,6%	55,7%	56,8%
2006	57,9%	54,4%	55,3%	57,2%	56,5%	55,2%	56,4%
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	55,5%	50,1%	52,7%	52,8%	53,8%	55,3%	53,6%
2003	55,8%	51,3%	49,0%	56,4%	55,3%	53,3%	54,5%
2004	50,8%	49,4%	50,7%	51,2%	46,5%	56,0%	49,7%
2005	52,1%	49,8%	51,8%	51,9%	50,3%	54,6%	51,3%
2006	52,7%	49,2%	50,3%	49,0%	47,2%	44,9%	49,0%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Com relação à cor auto-declarada da pessoa, conforme esperado, existem dois extremos: Salvador e Porto Alegre. Enquanto em Salvador o percentual de pessoas de cor branca é muito baixo, 19% das pessoas que não querem trabalhar mais horas e 14% das pessoas que querem trabalhar mais, em Porto Alegre, esses valores são 88% e 84%, respectivamente (Ver tabela 13).

Tabela 13 - Percentual de pessoas brancas por região metropolitana, setembro de cada ano

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	30,4%	15,9%	47,0%	52,1%	71,0%	89,0%	58,8%
2003	32,3%	15,5%	46,6%	58,5%	69,9%	89,3%	60,1%
2004	32,6%	17,4%	46,1%	55,9%	67,6%	88,8%	58,7%
2005	33,8%	18,8%	46,2%	53,3%	65,6%	89,6%	57,5%
2006	37,8%	18,7%	44,3%	55,6%	67,3%	87,7%	58,9%
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	27,1%	17,0%	43,1%	53,5%	63,0%	84,3%	52,4%
2003	31,6%	13,9%	43,4%	54,6%	62,9%	86,0%	54,8%
2004	27,9%	13,4%	35,9%	48,2%	62,9%	82,6%	47,9%
2005	25,7%	12,0%	38,5%	46,4%	61,1%	86,2%	47,5%
2006	32,2%	14,2%	41,9%	53,6%	60,1%	83,7%	47,6%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Para todas as regiões metropolitanas e em todos os períodos analisados, a proporção de pessoas brancas é maior no grupo de pessoas que não desejavam trabalhar mais horas. Nas regiões de Recife e São Paulo, esses dois grupos se diferenciam mais com relação à proporção de pessoas brancas.

No grupo de pessoas que desejavam trabalhar mais, a média dos anos de estudos é mais baixa que entre as pessoas que não desejavam trabalhar mais (Ver tabela 14). Este resultado apenas confirma que as pessoas com maior nível de escolaridade conseguem compatibilizar o posto de trabalho com seu perfil. Pessoas com menor escolaridade têm maiores dificuldades em se inserir no mercado de trabalho da forma como querem. O leque de oportunidades ocupacionais para este grupo de pessoas é bem mais restrito. Desta forma, a insatisfação com a ocupação parece ser mais expressiva dentre os menos educados.

Em termos regionais, vale destacar que o Rio de Janeiro apresentou a maior média de escolaridade, em todos os anos analisados, para os ocupados que desejavam trabalhar mais horas. O inverso ocorreu com São Paulo, onde o grupo de pessoas ocupadas que não desejavam trabalhar mais horas tinha um média de escolaridade mais alta que todas as demais regiões.

Tabela 14 - Número médio de anos de estudos completos da pessoa ocupada por região metropolitana, setembro de cada ano

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	8,04	8,34	8,22	8,56	8,60	8,31	8,47
2003	8,26	8,51	8,23	8,65	8,72	8,49	8,59
2004	8,53	8,71	8,41	8,74	8,87	8,59	8,73
2005	8,66	8,84	8,57	8,86	8,99	8,75	8,86
2006	8,62	9,03	8,75	8,93	9,09	8,87	8,97
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	7,13	7,79	7,51	8,06	7,10	7,39	7,48
2003	7,81	7,93	7,64	8,25	7,20	7,37	7,65
2004	7,33	7,90	7,42	8,12	7,81	7,54	7,78
2005	7,56	7,80	7,75	8,47	8,16	7,21	7,97
2006	7,41	8,23	7,92	8,57	7,80	7,89	7,94

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

A tabela 15 mostra a idade média das pessoas para cada grupo. A idade média das pessoas que desejavam trabalhar mais horas é mais baixa do que das pessoas que não desejavam trabalhar mais horas. No grupo de pessoas mais insatisfeitas com a jornada de trabalho exercida estão os mais jovens, que normalmente se inserem em ocupações informais e de menores rendimentos. Por outro lado, os mais jovens podem estar no início de carreira, portanto, com uma maior probabilidade de não terem encontrado ainda a ocupação desejada, estando mais predispostos a aceitarem ocupações com uma maior jornada de trabalho.

Em algumas regiões metropolitanas, a diferença entre os dois grupos (desejosos de trabalhar mais horas e não desejosos de trabalhar mais horas) está entre 5 e 6%. No Rio de Janeiro, em setembro de 2006, a idade média das pessoas que gostariam de trabalhar mais horas era de 37,08 anos, 6% inferior a idade média das que não gostariam de trabalhar mais horas. Essas diferenças são menores na Região Metropolitana de São Paulo: em todos os períodos analisados, ficou abaixo de 2%.

Tabela 15 - Idade média das pessoas ocupadas por região metropolitana, setembro de cada ano

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	36,48	35,95	35,42	37,96	35,87	36,49	36,46
2003	36,52	35,87	36,06	38,34	36,25	36,90	36,81
2004	37,08	36,29	36,19	39,12	36,51	37,17	37,23
2005	37,35	36,44	36,43	39,21	36,77	36,84	37,38
2006	37,32	36,90	36,58	39,30	36,74	37,03	37,45
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	34,48	35,32	35,05	38,68	35,98	36,08	36,25
2003	35,13	35,62	34,99	38,78	35,88	37,37	36,63
2004	35,87	34,60	35,65	37,01	35,73	36,18	35,86
2005	35,67	34,64	35,42	37,57	36,24	36,96	36,18
2006	35,82	35,74	35,69	37,08	36,88	36,63	36,36

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

4.4. Características da ocupação

O percentual de pessoas que desejam trabalhar mais horas está inteiramente relacionado com o total de horas efetivamente trabalhadas.

A tabela 16 mostra que em todas as regiões metropolitanas analisadas, as pessoas que desejam trabalhar mais horas durante a semana são as que efetivamente têm uma jornada média mensal inferior.

Na Região Metropolitana de Recife, por exemplo, em setembro de 2004, as pessoas que não queriam aumentar a jornada de trabalho semanal, trabalhavam, em média, no mês,

182,99 horas. As que gostariam de trabalhar mais horas, tinham jornada média mensal de 119 horas, aproximadamente, 35% mais baixa.

Nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e São Paulo, as pessoas que desejavam trabalhar mais horas, em setembro de 2006, trabalhavam 116 a 117 horas, em média no mês. Enquanto em Porto Alegre, as pessoas que não queriam trabalhar mais tinham jornada média mensal de 170,4 horas (a mais baixa dentre as regiões), em São Paulo, esta jornada era de 180 horas.

As menores diferenças, em termos de jornada média mensal de trabalho, estão na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Como pode ser visto no gráfico 4, em setembro de 2002, das pessoas que não queriam trabalhar mais, a jornada mensal média era de 186,04 horas. Para as que gostariam de trabalhar mais horas, este valor era de 130 horas. Essas diferenças eram menores nos meses de setembro dos anos de 2003, 2004 e 2005.

Tabela 16 - Jornada média mensal das pessoas ocupadas por região metropolitana, setembro de cada ano

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	191,17	182,24	181,14	185,96	186,64	182,10	185,50
2003	184,36	179,11	178,29	184,54	186,88	181,67	184,27
2004	182,99	185,01	174,58	182,23	181,34	172,22	180,44
2005	183,64	181,66	174,39	182,23	183,78	172,84	181,34
2006	190,39	175,44	175,39	180,38	180,12	170,37	179,16
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	142,75	128,51	128,14	131,89	130,85	128,69	131,82
2003	128,51	126,90	128,34	144,94	136,51	129,33	135,96
2004	118,87	140,37	116,07	143,24	127,19	127,66	130,74
2005	119,51	130,11	123,05	143,89	128,86	122,98	129,83
2006	134,37	130,85	124,41	132,42	117,76	116,13	125,03

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Com relação aos rendimentos hora mensais (em logaritmo), na maioria das vezes, as pessoas que desejavam trabalhar mais horas de trabalho eram também as que ganhavam menos em relação às pessoas que não desejavam trabalhar mais horas. As exceções ocorreram em Belo Horizonte em setembro de 2002 e 2005, no Rio de Janeiro, em setembro de 2002 e 2003 e em Porto Alegre, em setembro de 2003. (Vide tabela 17)

Tabela 17 - Rendimento médio mensal por hora das pessoas ocupadas por região metropolitana, setembro de cada ano (em R$)

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	3,49	3,58	4,09	4,95	5,58	4,80	4,93
2003	3,65	4,13	4,41	5,08	5,53	4,97	5,04
2004	4,03	4,58	5,42	5,51	6,15	5,80	5,64
2005	4,81	4,92	5,39	5,77	6,44	6,07	5,93
2006	4,59	5,37	6,30	6,14	6,80	6,39	6,32
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	3,19	2,58	4,40	5,98	4,09	4,51	4,40
2003	3,42	3,88	4,27	5,30	4,81	5,59	4,78
2004	2,77	2,96	4,26	4,51	4,95	5,42	4,35
2005	3,51	3,44	6,56	5,16	6,34	4,75	5,36
2006	3,80	4,06	6,01	5,86	6,67	5,50	5,64

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

No grupo de pessoas que desejavam trabalhar mais, a proporção que contribuía para previdência é bem inferior quando comparada com o grupo de pessoas que não desejavam trabalhar mais horas (Ver tabela 18). Em setembro de 2006, na Região Metropolitana de

Recife, 56% das pessoas que não desejavam trabalhar mais horas contribuíam para previdência. Este percentual era de 27% no grupo de pessoas que gostariam de aumentar a jornada de trabalho. Em Porto Alegre, essas proporções eram de 70% e 43%, respectivamente.

Tabela 18 - Percentual de pessoas que contribuem para previdência por região metropolitana, setembro de cada ano

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	55,6%	55,4%	66,2%	63,6%	66,0%	69,0%	64,2%
2003	51,9%	56,9%	63,5%	63,7%	63,8%	67,7%	62,8%
2004	53,4%	55,9%	63,3%	62,5%	63,3%	69,2%	62,5%
2005	56,0%	56,7%	66,1%	62,4%	65,3%	69,0%	63,8%
2006	56,4%	60,2%	67,4%	62,6%	65,7%	70,1%	64,6%
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	34,0%	33,7%	41,5%	42,8%	44,2%	46,8%	41,7%
2003	28,3%	34,8%	38,4%	44,4%	38,6%	45,0%	39,7%
2004	20,3%	31,7%	34,5%	40,0%	34,0%	40,8%	34,8%
2005	31,9%	31,8%	42,7%	41,8%	42,2%	41,2%	39,8%
2006	27,5%	34,9%	43,6%	37,4%	36,0%	42,9%	37,0%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

No tocante ao tempo de trabalho, em todas as regiões metropolitanas e em todos os períodos analisados, no grupo de pessoas que não desejavam trabalhar mais horas, o tempo de permanência na ocupação era maior, como pode ser visto na tabela 19. Mais de 60% destas pessoas estavam na ocupação por mais de um ano. Para as pessoas que desejavam ampliar a jornada de trabalho, esta proporção variava de 50% a 60%.

Este resultado mostra que as pessoas que estão mais satisfeitas com a carga horária de trabalho têm menos motivos para mudar de ocupação do que as que não estão satisfeitas. No grupo de pessoas que desejavam trabalhar mais horas, o tempo de permanência na ocupação tende a ser menor tendo em vista que há um desejo de modificar uma característica implícita do posto de trabalho no qual a pessoa está inserida (a jornada).

Como esperado, a grande maioria das pessoas que desejavam trabalhar mais horas estava inserida em ocupações que exigem, em maior medida, habilidades manuais e, portanto, requerem menor nível de escolaridade(Ver tabelas 20 e 21). Enquanto em quase todas regiões metropolitanas e anos analisados, a proporção de trabalhadores informais que desejavam trabalhar mais horas atingia os 70%, este indicador, para os trabalhadores que não desejavam trabalhar mais horas, na maior parte dos casos, não ultrapassava os 50%. Situação similar ocorria para os trabalhadores com qualificação manual, sempre mais representativos no grupo de pessoas insatisfeitas com a carga horária de trabalho mensal.

Tabela 19 - Percentual de pessoas cujo tempo de trabalho é superior a um ano por região metropolitana, setembro de cada ano

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	66,9%	64,1%	63,0%	67,0%	65,4%	63,7%	65,4%
2003	66,3%	66,0%	63,3%	71,9%	66,6%	66,4%	67,5%
2004	69,0%	65,2%	63,0%	70,8%	66,5%	66,4%	67,3%
2005	68,6%	65,9%	63,3%	71,8%	67,3%	66,1%	67,9%
2006	65,6%	67,5%	62,3%	72,3%	65,6%	66,7%	67,2%
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	56,0%	57,0%	51,4%	64,9%	49,9%	55,7%	55,7%
2003	62,4%	59,6%	53,0%	65,2%	53,6%	61,2%	58,5%
2004	63,6%	56,7%	53,3%	66,4%	52,1%	56,3%	57,1%
2005	57,6%	56,7%	53,1%	60,0%	57,8%	55,8%	57,2%
2006	57,0%	59,3%	53,8%	63,9%	56,0%	56,7%	57,2%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 20 - Percentual de pessoas no setor informal por região metropolitana, setembro de cada ano

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	49,6%	49,3%	42,1%	45,8%	42,3%	41,5%	44,0%
2003	52,8%	48,1%	43,4%	46,2%	44,3%	42,0%	45,3%
2004	50,4%	48,3%	42,8%	47,1%	45,5%	40,9%	45,7%
2005	49,2%	48,6%	42,3%	47,0%	43,8%	40,8%	44,8%
2006	48,4%	46,6%	41,4%	46,5%	42,1%	40,2%	43,7%
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	71,7%	71,0%	65,8%	65,5%	63,2%	61,4%	65,6%
2003	75,4%	69,4%	69,2%	65,1%	69,6%	64,8%	68,3%
2004	82,8%	71,6%	71,1%	70,5%	72,2%	66,8%	71,7%
2005	74,2%	72,8%	66,5%	65,5%	64,7%	65,1%	67,0%
2006	76,3%	69,5%	65,2%	69,5%	70,6%	67,1%	69,7%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 21 - Percentual de pessoas cujo nível de qualificação é manual por região metropolitana, setembro de cada ano

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	31,3%	36,9%	36,8%	33,4%	34,9%	37,0%	34,8%
2003	30,7%	36,6%	37,6%	31,8%	33,6%	37,9%	33,9%
2004	30,9%	36,5%	35,6%	33,0%	34,3%	37,3%	34,3%
2005	32,6%	36,2%	36,9%	32,8%	35,0%	38,1%	34,8%
2006	33,7%	35,7%	36,4%	32,1%	34,1%	37,6%	34,2%
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	33,2%	39,4%	44,2%	39,9%	44,9%	44,1%	41,6%
2003	38,4%	45,6%	42,8%	31,0%	42,4%	46,5%	39,5%
2004	41,9%	46,3%	45,9%	40,7%	46,9%	44,5%	44,8%
2005	42,8%	50,4%	50,1%	40,3%	44,1%	49,6%	45,5%
2006	42,8%	48,9%	44,9%	38,3%	47,5%	49,6%	45,2%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

5. Considerações finais

A subocupação por insuficiência de horas de trabalho é um fenômeno pouco estudado no caso brasileiro. Os dados, no entanto, mostram que o percentual de pessoas ocupadas insatisfeitas com a jornada de trabalho é de 10%, correspondendo a um total aproximado de 1 milhão de pessoas. E, no período, houve decréscimo dessa parcela de trabalhadores, após aumento significativo em 2003, o que impediu que a proporção de subocupados voltasse ao nível de setembro de 2002.

Considerando as questões propostas por este trabalho, podemos, em primeiro lugar, afirmar que existe sim uma diferença regional relativa a subocupação. Recife á região

metropolitana de maior proporção de subocupados, ao passo que São Paulo, a de menor. Em alguns anos, Salvador se apresenta na mesma posição de Recife.

Em segundo lugar, há, sim, uma relação entre insuficiência de horas trabalhadas e insuficiência de renda. As pessoas que desejam trabalhar mais horas são as que apresentam menores jornadas e, nessa condição, recebem rendimentos mais baixos. E essa relação é ainda mais nítida nas metrópoles nordestinas.

Embora não tenhamos introduzido nenhuma medida de pobreza neste trabalho, o fato da subocupação prevalecer em Recife e em Salvador vis-à-vis as outras metrópoles analisadas, de estar sobre-representada entre os de menor nível de rendimento e entre os ocupados no setor informal, em ocupações manuais, é uma evidência da associação entre essa condição de ocupação e a de pobreza.

Por fim, mulheres, negros, menos escolarizados e jovens constituem-se grupos demográficos mais sujeitos a subocupação. O perfil dos indivíduos é mais uma indicação da relação entre subocupação e pobreza, uma vez que são esses grupos os mais vulneráveis à privação de renda (Ribas e Machado, 2007).

6. Referências bibliográficas

Ribas, R. P. and A. F. Machado (2007), "Distinguishing Chronic Poverty from Transient Poverty in Brazil: developing a model for pseudo-panel data," ***Working Paper 36***, International Poverty Centre, UNDP.

OIT (1998). Resolução relativa à medição do subocupação e das situações de emprego inadequado. ***Relatório da 16ª. Conferência Internacional das Estatísticas de Trabalho***. Genebra, outubro. Extraído em jul/2007 de http://www.ilo.org.

IBGE (2002). Pesquisa Mensal do Emprego. ***Série Relatórios Metodológicos***. Rio de Janeiro: volume 23.

Anexo: Coeficientes de variação das tabelas da seção 4

Tabela 8.a - Coeficientes de variação do total de pessoas ocupadas por desejo de trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas por região metropolitana, setembro de cada ano (%)

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	1,79	1,77	1,25	1,22	1,14	1,39	0,62
2003	1,74	1,83	1,22	1,16	1,16	1,28	0,62
2004	1,58	1,94	1,20	1,01	1,09	1,25	0,58
2005	1,53	1,78	1,19	1,06	1,01	1,29	0,56
2006	1,75	1,66	1,17	1,00	1,02	1,20	0,55
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	8,34	9,50	6,77	7,85	7,60	6,67	3,39
2003	6,95	9,55	6,65	6,86	6,49	5,74	3,30
2004	7,20	7,22	5,97	6,91	7,78	6,79	3,39
2005	8,43	7,76	6,92	9,14	6,72	6,63	3,41
2006	5,30	8,16	5,28	7,88	7,81	8,81	3,26

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 9.a - Coeficientes de variação do percentual das pessoas ocupadas que desejavam trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas por região metropolitana, setembro de cada ano (%)

	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	7,92	9,39	6,64	6,64	6,04	6,67	-
2003	7,15	9,59	6,62	5,65	4,70	6,16	-
2004	7,54	6,84	6,13	6,27	5,62	6,97	-
2005	8,44	7,44	6,73	7,90	5,05	6,90	-
2006	5,57	7,88	5,12	7,38	5,70	8,87	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 10.a - Coeficientes de variação do percentual de chefes de família por região metropolitana, setembro de cada ano (%)

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	1,46	1,90	1,30	1,15	1,04	1,27	0,58
2003	1,41	1,88	1,35	1,14	1,06	1,26	0,59
2004	1,37	1,61	1,23	1,04	1,08	1,18	0,58
2005	1,61	1,47	1,22	1,05	1,00	1,24	0,55
2006	1,53	1,68	1,22	1,04	1,02	1,13	0,56
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	4,50	6,11	3,81	4,49	4,71	3,92	2,06
2003	4,49	5,42	3,66	3,46	3,61	3,99	1,85
2004	6,12	3,43	3,90	4,89	4,86	4,05	2,14
2005	5,76	4,35	4,16	5,36	4,34	4,53	2,16
2006	4,20	3,83	2,91	5,93	4,34	5,95	1,99

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 11.a - Coeficientes de variação do número médio de moradores no domicílio da pessoa ocupada por região metropolitana, setembro de cada ano (%)

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	1,26	1,60	1,04	0,99	0,91	1,02	0,50
2003	1,13	1,60	0,93	0,92	0,82	1,01	0,45
2004	1,19	1,36	0,95	0,90	0,81	1,01	0,45
2005	1,13	1,30	0,99	0,97	0,80	1,01	0,45
2006	1,17	1,39	1,00	0,86	0,80	1,03	0,45
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	2,17	3,25	2,13	2,42	2,04	2,09	1,00
2003	2,38	3,18	2,23	2,09	1,87	2,34	1,02
2004	2,84	1,95	2,09	2,36	1,68	2,65	0,93
2005	2,82	2,60	2,10	2,86	2,44	2,75	1,18
2006	1,94	2,25	1,41	2,43	2,18	2,94	0,94

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 12.a - Coeficientes de variação do percentual de homens por região metropolitana, setembro de cada ano (%)

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	1,16	1,32	0,90	0,85	0,82	0,95	0,44
2003	1,06	1,31	0,90	0,97	0,80	0,97	0,45
2004	1,23	1,23	0,89	0,84	0,82	0,99	0,44
2005	1,10	1,28	0,88	0,92	0,83	0,92	0,46
2006	1,10	1,31	0,85	0,94	0,77	0,95	0,44
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	3,54	5,05	3,53	4,34	4,31	3,26	1,82
2003	3,44	5,06	3,20	3,46	3,26	3,82	1,71
2004	4,78	3,21	3,13	4,38	4,75	3,92	1,93
2005	4,72	3,77	3,32	5,43	4,23	4,16	2,01
2006	3,41	4,44	2,63	5,42	4,59	5,04	1,90

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 13.a - Coeficientes de variação do percentual de pessoas brancas por região metropolitana, setembro de cada ano (%)

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	4,91	8,24	2,94	2,48	1,55	0,77	1,06
2003	4,81	9,94	2,89	1,98	1,59	0,67	1,01
2004	4,61	8,17	2,81	2,04	1,80	0,80	1,09
2005	4,61	7,72	2,88	2,14	1,80	0,72	1,09
2006	3,44	7,61	2,67	2,04	1,62	0,86	1,00
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	9,71	15,38	5,65	6,13	4,46	2,10	2,61
2003	7,50	14,46	5,85	4,78	4,08	1,91	2,39
2004	10,30	13,06	5,96	5,74	4,64	2,43	2,96
2005	10,24	13,64	5,37	6,63	4,31	2,07	2,85
2006	6,24	14,67	3,95	6,57	4,89	3,23	2,81

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 14.a - Coeficientes de variação do número médio de anos de estudos completos da pessoa ocupada por região metropolitana, setembro de cada ano (%)

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	2,01	1,91	1,44	1,38	1,35	1,50	0,74
2003	1,88	1,86	1,41	1,34	1,37	1,49	0,73
2004	1,77	1,92	1,33	1,32	1,26	1,42	0,69
2005	1,74	1,84	1,24	1,27	1,20	1,24	0,66
2006	1,59	1,68	1,23	1,23	1,17	1,23	0,64
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	4,23	3,87	2,92	3,61	3,22	2,88	1,53
2003	3,37	3,57	2,72	2,86	2,90	2,95	1,44
2004	3,71	2,52	2,62	3,13	2,82	3,31	1,34
2005	3,62	3,11	2,57	3,37	3,13	3,31	1,48
2006	2,91	2,86	2,07	3,32	3,22	2,86	1,33

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 15.a - Coeficientes de variação da idade média das pessoas ocupadas por região metropolitana, setembro de cada ano (%)

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	0,62	0,64	0,48	0,50	0,46	0,47	0,25
2003	0,64	0,55	0,48	0,49	0,43	0,50	0,24
2004	0,60	0,57	0,45	0,47	0,43	0,52	0,24
2005	0,56	0,59	0,44	0,46	0,42	0,49	0,23
2006	0,61	0,68	0,45	0,44	0,43	0,46	0,23
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	1,47	1,71	1,22	1,45	1,91	1,32	0,76
2003	1,37	1,89	1,32	1,38	1,37	1,44	0,72
2004	1,88	1,09	1,29	1,50	1,48	1,61	0,67
2005	1,71	1,25	1,43	2,45	1,55	1,60	0,81
2006	1,14	1,25	0,92	1,72	1,69	1,74	0,69

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 16.a - Coeficientes de variação da jornada média mensal das pessoas ocupadas por região metropolitana, setembro de cada ano (%)

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	0,71	0,66	0,45	0,51	0,37	0,53	0,23
2003	0,57	0,66	0,42	0,44	0,35	0,51	0,21
2004	0,61	0,68	0,50	0,48	0,47	0,64	0,25
2005	0,62	0,61	0,46	0,46	0,40	0,58	0,23
2006	0,67	0,63	0,53	0,46	0,48	0,61	0,26
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	2,76	3,53	2,23	2,79	2,87	2,32	1,23
2003	2,84	4,25	2,10	2,54	2,85	2,70	1,40
2004	2,94	2,21	2,52	2,68	2,91	2,66	1,28
2005	3,13	2,73	2,25	3,63	2,93	3,30	1,47
2006	2,46	2,73	1,87	3,08	3,63	3,99	1,39

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 17.a - Coeficientes de variação do rendimento médio mensal por hora das pessoas ocupadas por região metropolitana, setembro de cada ano (%)

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	6,11	7,47	4,71	4,26	4,81	4,11	2,67
2003	6,82	6,47	4,54	4,47	4,11	3,76	2,36
2004	7,01	8,66	7,18	5,26	4,67	4,28	2,73
2005	9,62	7,78	4,59	4,69	4,77	3,94	2,65
2006	7,73	7,47	6,79	4,70	4,96	3,80	2,74
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	11,93	8,52	9,00	11,13	6,56	7,33	4,50
2003	9,56	17,74	7,71	9,05	9,40	11,14	4,81
2004	10,32	8,11	6,21	6,49	6,68	25,07	4,41
2005	8,50	6,93	15,28	9,80	8,43	6,14	4,92
2006	8,49	7,61	6,77	12,38	11,05	7,25	5,13

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 18.a - Coeficientes de variação do percentual de pessoas que contribuem para previdência por região metropolitana, setembro de cada ano (%)

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	1,80	2,15	1,14	1,25	1,14	1,19	0,63
2003	1,93	2,03	1,17	1,30	1,19	1,17	0,66
2004	1,91	2,13	1,20	1,39	1,20	1,11	0,67
2005	1,81	2,35	1,02	1,36	1,06	1,13	0,62
2006	1,71	2,09	1,03	1,23	1,02	1,05	0,58
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	5,12	8,49	4,47	6,38	6,71	4,50	2,84
2003	8,17	9,21	5,02	6,45	5,89	5,62	3,14
2004	12,61	5,70	5,49	6,38	8,60	6,36	3,52
2005	9,06	7,19	4,80	7,41	5,59	5,96	2,93
2006	6,57	6,91	3,78	7,40	7,13	7,27	2,92

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 19.a - Coeficientes de variação do percentual de pessoas cujo tempo de trabalho é superior a um ano por região metropolitana, setembro de cada ano (%)

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	1,28	1,50	1,12	1,13	1,01	1,23	0,56
2003	1,19	1,40	1,12	0,93	0,98	1,12	0,52
2004	1,09	1,35	1,07	0,92	0,93	1,13	0,50
2005	1,13	1,31	1,16	0,94	0,89	1,15	0,49
2006	1,20	1,45	1,05	0,91	0,94	1,09	0,50
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	4,02	4,51	3,98	3,96	4,38	3,47	1,87
2003	3,01	4,61	3,57	3,10	3,50	3,33	1,69
2004	4,36	3,08	3,46	3,27	4,83	4,35	1,89
2005	4,44	3,49	3,42	5,30	3,79	4,49	1,91
2006	3,17	2,98	2,63	4,41	4,14	4,17	1,70

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 20.a - Coeficientes de variação da proporção de pessoas no setor informal por região metropolitana, setembro de cada ano (%)

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	1,84	2,17	1,68	1,60	1,60	1,91	0,84
2003	1,65	2,15	1,58	1,55	1,52	1,91	0,80
2004	1,85	2,28	1,61	1,62	1,46	1,91	0,81
2005	1,94	2,41	1,58	1,64	1,45	1,95	0,81
2006	1,85	2,38	1,63	1,55	1,45	1,90	0,80
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	2,49	3,44	2,68	3,93	4,57	3,40	1,73
2003	2,94	4,44	2,65	3,63	3,11	3,65	1,63
2004	2,80	2,29	2,36	3,46	4,00	3,68	1,64
2005	3,50	2,88	2,79	4,59	3,47	3,84	1,66
2006	2,15	3,31	2,45	3,80	3,27	4,27	1,42

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 21.a - Coeficientes de variação do percentual de pessoas cujo nível de qualificação é manual por região metropolitana, setembro de cada ano (%)

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	3,13	3,54	2,45	2,53	2,38	2,60	1,28
2003	3,19	3,39	2,46	2,63	2,39	2,52	1,28
2004	3,36	3,45	2,46	2,50	2,36	2,60	1,27
2005	3,06	3,39	2,31	2,47	2,47	2,47	1,30
2006	3,01	3,49	2,40	2,59	2,46	2,59	1,31
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	6,29	7,13	5,17	6,76	6,07	5,24	2,78
2003	5,58	6,19	4,50	7,28	5,22	5,01	2,83
2004	6,13	4,05	4,21	5,93	5,05	4,79	2,35
2005	6,37	4,36	4,18	6,75	5,75	5,22	2,58
2006	4,40	5,01	3,88	7,93	6,03	4,88	2,56

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).